



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL –
PUC/RS**

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – NÍVEL DOUTORADO

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DAS SOCIEDADES IBÉRICAS E
AMERICANAS**

LINHA DE PESQUISA: CULTURA MATERIAL E POVOAMENTO

CARIRI E TARAIRIÚ? CULTURAS TAPUIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA

JUVANDI DE SOUZA SANTOS

Porto Alegre - RS,

2009.

JUVANDI DE SOUZA SANTOS

CARIRI E TARAIRIÚ? CULTURAS TAPUIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa em Cultura Material e Povoamento, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, como requisito básico para obtenção do título de Doutor em História (Arqueologia).

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre - RS,

2009.

CARIRI E TARAIRIÚ? CULTURAS TAPUIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA

JUVANDI DE SOUZA SANTOS

Tese aprovada em: 30 de setembro de 2009

BANCA EXAMINADORA

1º - Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
(Orientador)

2º - Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert
(Examinador interno - 1)

3ª - Profª. Drª. Gislene Monticelli
(Examinadora interna – 2)

4º Prof. Dr. Márcio Mendes
(Examinador externo – 3)

5º Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz
(Examinador externo – 4)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237C Santos, Juvandi de Souza
Cariri e Tarairiú ? : culturas tapuias nos sertões da Paraíba /
Juvandi de Souza Santos. – Porto Alegre, 2009.
752 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

1. Arqueologia. 2. Tapuias – Vida Social e Costumes.
3. Índios Cariris. 4. Índios Tarairiús. 5. Patrimônio Cultural.
6. Cultura Material. 7. Índios – Paraíba – História. I. Kern, Arno
Alvarez. II. Título.

CDD 980.4133
913.031

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e colaboradores:

- **A Prof. Dr. Arno Alvarez Kern, pela orientação;**
- **Ao prof^a Dr^a Marlene Alves, Magnífica Reitora da Universidade Estadual da Paraíba, pelo apoio técnico/financeiro;**
- **Flávio Aguiar e Onésimo Santos, topógrafos das escavações;**
- **Senhor Paulo, guia local e profundo conhecedor da APA das Onças, São João do Tigre – PB;**
- **Vanderley de Brito e Dennys Motta, desenhistas;**
- **Nivaldo Maracajá, guia e conhecedor das características ambientais de São João do Cariri;**
- **Prof. Ronaldo Douglas, coordenador do Laboratório de Anatomia da UEPB;**
- **Prof. Alexandre Durval Lemos, coordenador do Laboratório de Odontologia da UEPB;**
- **Prof. Valderi Duarte Leite, coordenador do Laboratório de Saneamento Ambiental da UEPB;**
- **Prof^a. Dr^a Célia Regina, Pró-Reitora de Administração da UEPB;**
- **Ao prof. Dr. Rômulo do Rêgo, pela companhia em algumas campanhas;**
- **Ao prof. Dr. José Tavares de Sousa, pelo incentivo;**
- **Aos amigos acadêmicos da UEPB: Thomas Bruno, Heraldo Maciel e Allysson Allan, eficientes colaboradores nas escavações;**
- **A minha amiga Ione de Castilho (Aparecida), do Mato Grosso, pelo apoio e incentivo nas horas de dúvidas e cansaço;**
- **Aos meus pais, Armando e Helena;**
- **Aos meus filhos: Allan, Wesley e Kauê;**
- **A minha esposa, Marinalda Sousa, pela compreensão da ausência;**

- **Aos meus irmãos: Socorro, Juvenal e Armando (*In memoriam*);**
- **Aos professores, funcionários e companheiros de jornada da Pós-graduação em Arqueologia, da Universidade Federal de Pernambuco;**
- **Aos professores e funcionários, especialmente Davi e Carla, da PUC/RS.**

Muito obrigado.

Para Armando Filho.

Dedico.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	i
Lista de Quadros	ix
Lista de Tabelas	xiii
Lista de Gráficos	xiv
Resumo	xv
Abstract	xvi

INTRODUÇÃO	1
-------------------	----------

PARTE PRIMEIRA (APORTE TEÓRICO)

(OCUPAÇÃO HUMANA, PALEOAMBIENTES, HISTORIOGRAFIA E CULTURA)

CAPÍTULO I	10
1. CAATINGA, OCUPAÇÃO HUMANA, PALEOAMBIENTES E MUDANÇAS AMBIENTAIS NOS SERTÕES NORDESTINO	10
1.1. O homem e a interação com o meio ambiente nos Sertões do Nordeste	10
1.2. A ecologia dos Sertões da Paraíba	14
1.2.1. A biodiversidade das caatingas	21
1.2.2. A paisagem na história das civilizações	28
1.3. O povoamento dos Sertões nordestino	33
1.3.1. O índio e o convívio com a seca	41
1.4. Estudos dos Paleoambientes: prova inconteste de um passado gigante	42
1.4.1. Paleoambientes e ecossistemas pré-históricos do Nordeste brasileiro	45
CAPÍTULO II	66
2. O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO E SUA EVOLUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES DO BRASIL: CONCEITOS BÁSICOS	66

2.1. A evolução cultural do homem nos Sertões da Paraíba	72
CAPÍTULO III	91
3. A COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS E A POSSE DO BRASIL	91
3.1. Os povos pré-colombianos	91
3.1.1. Os mitos e o nascimento das Américas	94
3.2. A conquista das Américas e do Brasil	103
3.2.1. O Brasil na época do contato e suas consequências	108
3.3. Visão do índio sobre o europeu e do europeu sobre o índio	113
3.4. O Brasil descoberto?	125
3.4.1. A conquista do Brasil e o Nordeste colonial	129
3.4.2. Os cronistas falam sobre o Brasil, os Sertões e sua gente	134
3.4.3. As invasões do Nordeste colonial, o uso indígena e a expansão para os Sertões	151
3.5. A visão contemporânea do índio	160
CAPÍTULO IV	165
4. OS ÍNDIOS DO BRASIL DO PRÉ E PÓS-CONTATO	165
4.1. Métodos classificatórios dos índios do Brasil	165
4.2. Costumes indígenas em terras do Brasil	174
4.2.1. Traços culturais e sua identificação num grupo	174
4.3. Os índios Tapuias do pós-contato: Cariris e Tarairiús, usos e costumes	220
4.3.1. O termo Tapuia	220
4.3.2. O que era Cariri e Tarairiú na visão dos cronistas e pesquisadores?	229
4.4. Os Tapuias da Paraíba	252
4.5. Os Tapuias, vistos pelos pintores e desenhistas	312
4.5.1. A imagem iconográfica	312
4.6. Etnohistória dos remanescentes Tapuias	318

CAPÍTULO V	320
5. RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL DO PÓS-CONTATO, POLÍTICA INDIGENISTA E A LEGISLAÇÃO DO PERÍODO	320
5.1. Introdução	320
5.2. O início da reação	321
5.2.1. A preação de índios no Brasil do pós-contato	325
5.3. A resistência índia	331
5.4. A igreja e a defesa dos índios?	350
5.5. O extermínio dos índios na Paraíba, a reação e o esquecimento	360
5.6. A resistência indígena contemporânea	362
5.7. Os Tapuias dos Sertões: herança indígena como forma de resistência	364
5.8. Política indigenista e a legislação do período	383
CAPÍTULO VI	402
6. A PARAÍBA: CONQUISTA, EVOLUÇÃO E ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS	402
6.1. O conceito da terminologia Paraíba	402
6.2. A Paraíba no pré e pós-contato	402
6.3. A Paraíba: História da conquista, na visão de vários autores	404
6.3.1. Fases da conquista da Paraíba	410
6.3.2. Consolidação da conquista da Capitania Real da Paraíba	415
6.4. Descimentos, guerras na Paraíba e conquista dos Sertões	417
6.4.1. Os índios da Paraíba a partir do Império	422
6.5. Os estudos arqueológicos: do Brasil a Paraíba – da Colônia aos nossos dias	424
6.5.1. As pesquisas no Nordeste brasileiro	428
6.5.2. Antecedentes das pesquisas arqueológicas na Paraíba	429

PARTE SEGUNDA

(METODOLOGIA E ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS)

CAPÍTULO VII	433
7. MATERIAIS E MÉTODOS	433
7.1. Introdução	433
CAPÍTULO VIII	
8. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA: A CULTURA MATERIAL DOS ÍNDIOS CARIRIS E TARAIRIÚS.	441
8.1. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PINTURAS I, SÃO JOÃO DO TIGRE - PB.	441
8.1.1. O município e suas características	442
8.1.1.1. O município	447
8.1.1.2. Histórico do município de São João do Tigre	448
8.1.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Pinturas I, em São João do Tigre – PB	449
8.1.2.1. Introdução	449
8.1.2.2. Passos que antecederam a escavação e outras atividades	449
8.1.3. O sítio (descrição)	467
8.1.3.1. O sítio	467
8.1.3.2. O cemitério e sua localização	467
8.1.3.3. O estado de conservação do sítio	468
8.1.3.3.1. Problemas de conservação e Educação Patrimonial	469
8.1.3.4. O entorno	470
8.1.3.5. Circunstâncias dos achados	479
8.1.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I - São João do Tigre – PB	480
8.1.4.1. Lítico	480
8.1.4.1.1. Introdução	480
8.1.4.2. Material cerâmico	486
8.1.4.2.1. Cerâmica indígena	486

8.1.4.3. Metodologia da análise cerâmica	498
8.1.4.3.1. Itens da ficha de análise de reconstituição da cerâmica do sítio	
Pinturas I	499
8.1.5. Adornos e enfeites corporais	505
8.1.5.1. Adornos	505
8.1.6. Ossos humanos do sítio Pinturas I	508
8.1.6.1. Ossos humanos (análise dos resultados)	511
8.1.6.2. Comentários	512
8.1.6.3. Considerações	515
8.1.7. Análise de dentes humanos	516
8.1.7.1. Introdução	516
8.1.7.2. Análise dos dentes humanos do sítio Pinturas I - São João do	
Tigre – PB	516
8.1.7.2.1. Dentes (comentários)	520
8.1.7.2.2. Dentes humanos/problemas dentários	521
8.1.7.3. Estimativa de idade	522
8.1.8. Ossos de animais e dieta alimentar	523
8.1.9. Datações obtidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	525
8.1.10. Conclusões/considerações acerca das atividades arqueológicas	
desenvolvidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	526
8.1.10.1. Análise da cultura material	529
8.1.10.2. Material cultural e possível filiação desses materiais ao grupo	
humano dos índios Cariri e seus antecessores	531
8.1.10.3. Arqueologia e meio ambiente	531
8.1.10.4. Arte rupestre pré-histórica identificada no sítio Pinturas I, São	
João do Tigre – PB	532
8.1.10.4.1. Os estilos rupestres	535
8.1.10.4.2. sítios rupestres	537
8.1.10.4.3. Análise de vestígios rupestres	539
8.1.10.4.4. A arte rupestre e a prova das transformações humanas	540
8.1.10.5. As tradições de arte rupestre verificadas em São João do Tigre	
– PB	541

8.2. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS, SÃO JOÃO DO CARIRI – PB	544
8.2.1. O município e suas características	544
8.2.1.1. O município	548
8.2.1.2. Histórico do município de São João do Cariri	549
8.2.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Furna dos Ossos, em São João do Cariri	551
8.2.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades	551
8.2.3. O sítio (descrição)	562
8.2.3.1. O cemitério	562
8.2.3.2. Localização	563
8.2.3.3. Estado de conservação do sítio	563
8.2.3.4. O entorno	563
8.2.3.5. Circunstâncias dos achados	565
8.2.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	566
8.2.4.1. Lítico	567
8.2.4.2. Material cerâmico	569
8.2.4.2.1. Itens da ficha de análise de reconstituição da cerâmica do sítio Furna dos Ossos	572
8.2.5. Adornos e enfeites corporais	575
8.2.6. Ossos humanos do sítio Furna dos Ossos	576
8.2.6.1. Ossos humanos (análise dos resultados)	576
8.2.6.2. Considerações	577
8.2.6.3. Comentários	578
8.2.7. Análise de dentes humanos	580
8.2.7.1. Dentes (comentários)	583
8.2.8. Ossos de animais e dieta alimentar	584
8.2.9. Datações obtidas no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri	585
8.2.10. A arte rupestre do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	585
8.2.11. Conclusões/considerações	586

8.3. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO TANQUE DO CAPIM, SERIDÓ	
- PB.	588
8.3.1. O município e suas características	588
8.3.1.1. Histórico do município	592
8.3.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB	593
8.3.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades	
8.3.3. O sítio (descrição)	601
8.3.3.1. Localização	602
8.3.3.2. Estado de conservação do sítio	603
8.3.3.3. O entorno	603
8.3.3.4. Circunstâncias dos achados	608
8.3.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB	608
8.3.4.1. Lítico	609
8.3.4.2. Ossos humanos	610
8.3.4.3. Fragmentos de dentes humanos do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB	613
8.3.5. A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB	614
8.3.6. Conclusões/considerações	615
8.4. ESCAVAÇÃO ARQUEOLOGICA DO SITIO CABAÇAS I, CUITÉ- PB	617
8.4.1. O município e suas características	617
8.4.1.1. Histórico do município de Cuité – PB	621
8.4.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Cabaças I, Cuité – PB	622
8.4.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades	622
8.4.3. O sítio (descrição)	636
8.4.3.1. Localização	637
8.4.3.2. Estado de conservação do sítio	637
8.4.3.3. O entorno	638
8.4.3.4. Circunstâncias dos achados	642
8.4.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Cabaças I, Cuité – PB	643

8.4.4.1. Lítico	643
8.4.4.2. Material cerâmico	649
8.4.4.2.1. Itens da ficha de análise de reconstituição de cerâmica do sítio Cabaças I	652
8.4.4.3. Faiança	656
8.4.4.4. Grés	657
8.4.4.5. Vidro	658
8.4.4.6. Metal	659
8.4.5. Datações obtidas no sítio Cabaças I, Cuité – PB	661
8.4.6. Conclusões/considerações	661

PARTE TERCEIRA

(O PERFIL CULTURAL DOS TAPUIAS CARIRIS E TARAIRIÚS)

CAPÍTULO IX	664
9. PERFIL CULTURAL DOS ÍNDIOS CARIRIS E TARAIRIÚS	664
9.1. Características observadas dos índios do Brasil e, em especial, dos Tapuias Cariris e Tarairiús da Paraíba	664
10. CONSIDERAÇÕES / SUGESTÕES	696
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	699

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Paraíba: divisão política (Mesorregião da Mata, Agreste, Borborema e Sertão – sentido Leste/Oeste)	36
Figura 2 – Desfibramento de Caroá, utilizando pequena lasca de quartzo	58
Figura 3 – Cabaças (<i>Lagenaria vulgaris</i>)	59
Figura 4 – Feira livre de Campina Grande – PB, comercialização de plantas medicinais	61
Figura 5 - Xilogravura de De Bry – Canibalismo	97
Figura 6 – Tralhas de cozinha dos índios do Nordeste do Brasil	198
Figura 7 – Cachimbo indígena	204
Figura 8 – Abrigo rochoso que viveu o caboclo Pai Mateus, Cabaceiras – PB.	213
Figura 9 – Cartograma de Elias Borges	250
Figura 10 – Machados líticos (procedências diversas)	260
Figura 11 – Pilão de madeira	273
Figura 12 – Casa de taipa na região do Cariri Paraibano	307
Figura 13 – Homem Tapuia, de Albert Eckhout	314
Figura 14 – Mulher Tapuia, de Albert Eckhout	314
Figura 15 – Dança dos Tarairiú – Albert Eckhout	315
Figura 16 – DB – Índia de Pedra Lavrada (1974)	331
Figura 17 – Cerca de Pedra e trançado de varas no município de São João do Tigre – PB	333
Figura 18 – Casa da Pólvora, João Pessoa – PB (Anexo – H)	745
Figura 19 – Panelas e outros apetrechos de barro (argila) cozida.	368
Figura 20 – Jirau em casa de sertanejo contemporâneo	369
Figura 21 – Prática da coivara, interior da Paraíba.	370

Figura 22 – Caroá do semiárido do Brasil	371
Figura 23 – Cerca de Paliçado, município de São João do Tigre – PB	374
Figura 24 – Pequena parede de pedras soltas, protegendo o cemitério indígena Fuma dos Ossos, São João do Cariri – PB.	374
Figura 25 – Cacimba escavada no leito seco de um rio	374
Figura 26 – Rancho provisório de sertanejo	376
Figura 27 – Casa de Farinha	377
Figura 28 – Práticas de benzimentos, comum no interior da Paraíba	379
Figura 29 – A suposta inscrição Fenícia da Paraíba (?)	427
Figura 30 – Localização do município de São João do Tigre e dos demais onde desenvolvemos as atividades arqueológicas na Paraíba.	436
Figura 31 – Sítio arqueológico Pinturas I, São João do Tigre – PB (vista Panorâmica)	442
Figura 32 – Áreas totalmente desprovidas de cobertura vegetal arbórea, causada pela ação antrópica no município de São João do Tigre – PB. (Anexo – I)	746
Figura 33 – Cerca de estacas, comum no município de São João do Tigre – PB.	447
Figura 34 – Aspecto geral da Urbes de São João do Tigre – PB.	448
Figura 35 – Estação/base para registro dos materiais coletados na escavação.	451
Figura 36 – Área de peneiramento da escavação arqueológica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB, com atividades de Educação Patrimonial.	451
Figura 37 – Planta baixa do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	452
Figura 38 – Croqui da área escavada do sítio Pinturas I (superfície).	453
Figuras 39 – 40 – Plantas baixas das decapagens da quadricula 1A	455-456
Figura 41 – Quadricula 1 A – situação do material arqueológico	457
Figuras 42 – 43 – Plantas baixos das decapagens da quadricula 1B	459-460
Figura 44 – Quadricula 1 B – situação do material arqueológico	460

Figuras 45 – 46 – Decapagens da quadricula 2 A	461-462
Figura 47 – Quadricula 2 A – situação do material arqueológico	463
Figuras 48 – 49 – Plantas baixas decapagens do quadriculo 2B	466
Figura 50 – Quadricula 2 B – situação do material arqueológico	466
Figura 51 – Atividade de Educação Patrimonial desenvolvida com os professores do município de São João do Tigre durante as atividades arqueológicas	471
Figura 52 – Vista do entorno do sitio Pinturas I, a partir do local da escavação	471
Figura 53 – Serrote das Pinturas visto a partir do entorno do sítio	472
Figura 54 – Desenhos esquemáticos de parte da coleção lítica do sítio Pinturas I.	485
Figura 55 – Parte do material lítico coletado no sítio Pinturas I	486
Figura 56 – Preparo da argila e obtenção de vasilhas de cerâmica <i>in situ</i> , sítio Cabaças I, Cuité – PB.	489
Figura 57 – Reconstituição de peças da cerâmica coletada no sitio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	499
Figura 58 – Marca de acordelamento. Etiqueta: 01-01-03	500
Figura 59 – Cerâmica Escovada. Etiqueta: 01-55-01	501
Figura 60 – Marcas do roletado da superfície externa. Etiqueta: 01-01-03	501
Figura 61 – Polimento da superfície externa. Etiqueta: 01-020-01	502
Figura 62 – Borda reforçada externamente, com apêndice. Etiqueta: 01-09-03	502
Figura 63 – Marcas do roletado plano. Etiqueta: 01-020-01	503
Figura 64 – Adorno. Corporais coletados no sitio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	509
Figura 65 – Situação em que os ossos humanos se apresentavam no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	514

Figura 66 – Dentes com elevado grau de abrasividade coletada no sítio Pinturas I, em São João do Tigre – PB.	518
Figura 67 – Carapaça de tatu, sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	526
Figura 68 – Vista panorâmica do sítio Pinturas I (Painéis rupestres visíveis a partir da subida para o abrigo).	533
Figura 69 – Figuras rupestres do sítio Pinturas I	542
Figura 70 – Vista parcial dos painéis rupestres do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	543
Figura 71 – Vista panorâmica do sítio arqueológico Furna dos Ossos, São João do Cariri, com destaque para a figura rupestre.	544
Figura 72 – Área do município de São João do Cariri em franco processo de desertificação (2008).	547
Figura 73 – Aspecto geral da Urbes de São João do Cariri – PB.	549
Figura 74 – Estação/base para registro dos materiais arqueológicos coletados na escavação.	552
Figura 75 – Área de peneiramento da escavação arqueológica do sítio Furna dos Ossos. São João do Cariri – PB.	553
Figura 76 – Planta baixa do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	554
Figura 77 – 78 – Plantas baixas das decapagens da quadricula 1 A	555-556
Figura 79 – Quadricula 1 A – situação do material arqueológico	557
Figura 80 – Planta baixa da decapagem da quadricula 1B	558
Figura 81 – Quadricula 1 B – situação do material arqueológico	558
Figura 82 – Planta baixa da decapagem de 20 a 30 cm da quadricula 2 A	559
Figura 83 – Quadricula 2 A – situação do material arqueológico	559
Figura 84 – Quadricula 2 B – situação do material arqueológico	560
Figura 85 – Sondagem 3, parte externa do sitio Furna dos Ossos	561
Figura 86 – Sítio arqueológico Furna dos Ossos, São João do Cariri, vista panorâmica (parte interna)	562

Figura 87 – Vista geral do serrote onde se localiza a Furna dos Ossos (parte interna)	564
Figura 88 – Desenhos esquematizados da coleção lítica do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB (tamanho natural)	569
Figura 89 – Fotografia do material lítico coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	569
Figura 90 – Peça reconstituída através de fragmentos de cerâmica coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	571
Figura 91 – Decoração externa alisada	572
Figura 92 – Decoração externa com incisão	573
Figura 93 – Adornos corporais coletados no sítio Furna dos Ossos (<i>in situ</i>), São João do Cariri – PB.	575
Figura 94 – Situação em que os ossos humanos apresentavam no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri	579
Figura 95 – Trançado de caroá em que indivíduos do sítio Furna dos Ossos estavam envolvidos	579
Figura 96 – Dentes com elevado grau de abrasividade proveniente do sítio Furna dos Ossos.	581
Figura 97 – Fragmentos dentários coletados no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	584
Figura 98 – Carapaça de molusco	584
Figura 99 – Dentes de animais (não identificado a espécie), sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	585
Figura 100 – Figura rupestre do sítio Furna dos Ossos	586
Figura 101 – Vista panorâmica do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB.	588
Figura 102 – Mina de granito e a ação degradante do ambiente nas imediações do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	590
Figura 103 – Distrito de São Vicente do Seridó, que com as instituições públicas e que atua como cidade/município	592

Figura 104 – Maquinário de uma antiga fabrica de beneficiamento do sisal e algodão em São Vicente do Seridó (Anexo – N)	752
Figura 105 – Vista da área de peneiramento e da estação	595
Figura 106 – Quadrículas montados no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	595
Figura 107 – Planta baixa do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	596
Figura 108 – Planta baixa da decapagem 2, da quadricula 1A, sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	598
Figura 109 – Quadricula 1 A – situação do material arqueológico	599
Figura 110 – Planta baixa da decapagem 2, da quadricula 1A, sítio Tanque do Capim, Seridó – PB	600
Figura 111 – Quadricula 1 B – situação do material arqueológico	601
Figura 112 – Foto do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB (vista panorâmica)	601
Figura 113 – Mina aberta próxima ao sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB	602
Figura 114 – Coleção lítica do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	610
Figura 115 – Fragmentos de ossos que sofreram queima branda	612
Figura 116 – Fragmentos de ossos que sofreram combustão/carbonização	612
Figura 117 – Fragmentos de ossos que sofreram calcinação	613
Figura 118 – Fragmentos dentários coletados no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.	614
Figura 119 – A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB (parte externa do abrigo)	615
Figura 120 – A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB (parte interna)	615
Figura 121 – Vista panorâmica do sitio arqueológico Cabaças I, Cuité – PB	617
Figura 122 – Áreas do município de Cuité propícia à desertificação (proximidade do sítio Cabaças I, ao fundo, áreas desprovidas de cobertura vegetal)	619

Figura 123 – Serra de Cuité	620
Figura 124 – Visão panorâmica do entorno do município de Cuité-PB, a partir do alto da serra de Cuité – PB	620
Figura 125 – Aspectos geral da Urbes de Cuité – Pb	622
Figura 126 – Estação/base para registro dos materiais arqueológicos coletados na escavação	624
Figura 127 – Área de peneiramento da escavação do sítio arqueológico Cabaças I, Cuité – PB	624
Figura 128 – Planta baixa do sítio Cabaças I, Cuité – PB	626
Figuras 129 e 130 – Plantas baixas da quadrícula 1C	629-630
Figura 131 – Escavação da quadrícula 1 C	630
Figura 132 – Escavação da quadrícula 2 A	630
Figura 133 – Planta baixa da quadrícula 2B	632
Figura 134 – Escavação da quadrícula 2 B	632
Figuras 135 e 136 – Plantas baixas da quadrícula 2C	633-634
Figura 137 – Escavação da quadrícula 2 C	635
Figura 138 – Escavação da quadrícula 3	636
Figura 139 – Atividade de arqueologia experimental, com argila obtida no sítio Cabaças I.	637
Figura 140 – Visita da comunidade ao local da escavação arqueológica	638
Figura 141 – Vista do entorno do sítio Cabaças I, com destaque para o rio Cabaças (ao fundo)	639
Figura 142 – Desenhos esquematizados de parte da coleção lítica do sítio Cabaças I, Cuité – PB	648
Figura 143 – Fotografia de parte da coleção lítica do sítio Cabaças I, Cuité – PB.	649
Figura 144 – Peça reconstituída através de fragmentos de cerâmica do sítio Cabaças I (Escala: 1/10)	652
Figura 145 – Desenho de fragmento de faiança coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB	657

Figura 146 – Fragmentos de Grés, sítio Cabaças I	658
Figura 147 – Desenhos esquemáticos dos fragmentos de vidro do sítio Cabaças I, Cuité – PB	659
Figura 148 – Fragmentos de peças de metal, sítio Cabaças I, Cuité – PB.	660
Figura 149 – Ponta de projétil de grande dimensão, sítio Cabaças I	662
Figura 150 – Caboclo do interior da Paraíba. Feições indígenas dos Carirs	685

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de caatinga, segundo Andrade-Lima (Anexo – A)	728
Quadro 2 – Tipos de caatinga, segundo Alves (2007) (Anexo – B)	729
Quadro 3 – Plantas medicinais da farmacopéia índia (Anexo – C)	732
Quadro 4 – Conceitos básicos a serem utilizados no contexto deste trabalho	75
Quadro 5 – Grupos lingüísticos e tribos, segundo Rondon	171
Quadro 6 – Apetrechos de cozinha entre os grupos índios do Brasil (Anexo – D)	734
Quadro 7 – Características dos Tarairiús , de acordo com Thomaz Pompeu Sobrinho (1955)	230
Quadro 8 – Características Cariris, segundo Thomaz Pompeu Sobrinho (1955)	231
Quadro 9 – Distribuição de algumas aldeias Tarairiús da Paraíba, segundo Olavo de Medeiros Filho	236
Quadro 10 – Distribuição de algumas aldeias Cariris da Paraíba, segundo Olavo de Medeiros Filho	237
Quadro 11 – Características dos Tapuias Cariris e Tarairiús, segundo Pompeu Sobrinho	239
Quadro 12 – Grupos formadores das nações Tarairiú e Cariri, segundo Pompeu Sobrinho	239
Quadro 13 – Provas cabais, segundo Elias Borges, das diferenças entre Cariris e Tarairiús na Paraíba	249
Quadro 14 – Divisões de tribos Cariris e Tarairiús na Paraíba	251
Quadro 15 – Topônimos Tarairiú, Cariri e Português (Anexo – E)	739
Quadro 16 – Nomes Tapuias Tarairiú (Anexo – F)	741
Quadro 17 – Palavras Cariri e seus significados (Anexo – G)	744
Quadro 18 – Os Cariris, segundo o Padre Martinho de Nantes	285
Quadro 19 – Fontes e objetivos da coleta de dados primários	438

Quadro 20 – Espécies de caatinga do Cariri Paraibano (Anexo – J)	748
Quadro 21 – Decapagens da quadrícula 1 A	454
Quadro 22 – Decapagens da quadrícula 1B	458
Quadro 23 – Decapagens da quadrícula 2 A	461
Quadro 24 – Decapagens da quadrícula 2B	464
Quadro 25 – Vegetais identificados num raio de 1Km do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	475
Quadro 26 – Animais identificados nas proximidades do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	479
Quadro 27 – Material lítico coletado do sítio Pinturas I, São João do Tigre - PB.	481
Quadro 28 – Material lítico do sítio Pinturas I, tipologia e quantidade	482
Quadro 29 – Material lítico evidenciados nas decapagens do sítio Pinturas	483
Quadro 30 – Fragmentos de cerâmico coletado na escavação arqueológica do sítio Pinturas I	497
Quadro 31 – Reconstituição da cerâmica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	497
Quadro 32 – Cerâmica do sítio Pinturas I, quanto à análise tecno-tipológica	497
Quadro 33 – Total de fragmentos de cerâmica do sítio Pinturas I	498
Quadro 34 – Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.	508
Quadro 35 – Resultados obtidos com as análises dos ossos humanos do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	515
Quadro 36 – Técnicas de aplicação da tinta nos blocos suportes	535
Quadro 37 – Espécies vegetais comuns identificados no município de São João do Cariri (Anexo – L)	749
Quadro 38 – Fauna identificada no município de São João do Cariri-PB (Anexo – M)	751
Quadro39 – Decapagens da quadrícula 1 A	555

Quadro 40 – Decapagens da quadrícula 1B	557
Quadro 41 – Decapagens da quadrícula 2 A	558
Quadro 42 – Decapagens da quadrícula 2B	560
Quadro 43 – Decapagens da quadrícula 3 (parte externa do abrigo)	561
Quadro 44 – Espécies vegetais do entorno do sítio Furna dos Ossos.	565
Quadro 45 – Coleção lítica proveniente da escavação do Sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	567
Quadro 46 – Material lítico coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	567
Quadro 47 – Material lítico do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	568
Quadro 48 – Fragmentos de cerâmica coletado na escavação e entorno do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.	570
Quadro 49 – Reconstituição da cerâmica do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	570
Quadro 50 – Total de fragmentos de cerâmica do sítio Furna dos Ossos	571
Quadro 51 – Fragmentos de cerâmica coletados no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	571
Quadro 52 – Adornos corporais do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB	575
Quadro 53 – Ossos coletados no sítio Furna dos Ossos e resultados das análises	577
Quadro 54 – Decapagens da quadrícula 1 A	597
Quadro 55 – Decapagens da quadrícula 1B	599
Quadro 56 – Espécies vegetais da região do Seridó – PB	605
Quadro 57 – Espécies faunísticas da região do Seridó – PB	608
Quadro 58 – Coleção lítica proveniente da escavação do sítio arqueológico tanque do Capim, Seridó – PB.	609
Quadro 59 – Material lítico coletado no sítio Tanque Capim, Seridó – PB.	609

Quadro 60 – Material lítico do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB	610
Quadro 61 – Resultado da análise dos ossos humanos do sítio Tanque do Capim	611
Quadro 62 – Decapagens da quadrícula 1 A	627
Quadro 63 – Decapagens da quadrícula 1B	627
Quadro 64 – Decapagens da quadrícula 1C	628
Quadro 65 – Decapagens da quadrícula 2 A	630
Quadro 66 – Decapagens da quadrícula 2B	631
Quadro 61 – Decapagens da quadrícula 2C	632
Quadro 62 – Decapagens da quadrícula 3	635
Quadro 63 – Espécies vegetais do entorno do sítio Cabaças I	640
Quadro 64 – Espécies faunísticos do entorno do sítio Cabaças I	642
Quadro 65 – Coleção lítica proveniente do sítio Cabaças I, Cuité – PB.	644
Quadro 66 – Material lítico coletado no sítio Cabaças I, Cuité – PB	645
Quadro 67 – Material lítico do sítio Cabaças I, Cuité – PB	645
Quadro 68 – Fragmentos de cerâmica coletado na escavação e em superfície do sítio Cabaças I, Cuité – PB	650
Quadro 69 – Reconstituição da cerâmica do sítio Cabaças I, Cuité – PB	651
Quadro 70 – Total de fragmentos cerâmicos do sítio Cabaças I	652
Quadro 71 – Total de fragmentos de cerâmica do sítio Cabaças I	652
Quadro 72 – Fragmentos de Grés coletado no sítio Cabaças I	658
Quadro 73 – Fragmentos de vidro coletado no sítio Cabaças I	659
Quadro 74 – Fragmentos de metal coletado no sítio Cabaças I	661
Quadro 75 – Características gerais dos índios do Brasil e da Paraíba	695

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição absoluta dos elementos permanentes	518
Tabela 2 – Distribuição absoluta dos elementos decíduos	519
Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental	520
Tabela 4 – Distribuição com elevado grau de abrasividade proveniente do sítio Furna dos Ossos	581
Tabela 5 – Distribuição absoluta dos elementos dentários decíduos	582
Tabela 6 – Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental	583

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Decoração externa, em percentagem, da cerâmica do sítio Pinturas I	502
Gráfico 2 – Decoração interna, em percentagem, da cerâmica coletado no sítio Pinturas I	503
Gráfico 3 – Tipo de queima da cerâmica coletada no sítio Pinturas I	504
Gráfico 4 – Classificação do antiplástico da cerâmica coletado no sítio Pinturas I	505
Gráfico 5 – Decoração externa, em percentagem, da cerâmica do sítio Furna dos Ossos.	573
Gráfico 6 – Espessura do antiplástico da cerâmica do sítio Furna dos Ossos.	573
Gráfico 7 – Partes das peças coletados no sítio Furna dos Ossos	574
Gráfico 8 – Tipo de queima da cerâmica do sítio Furna dos Ossos	574
Gráfico 9 – Análise, em percentagem, dos ossos provenientes do Tanque do Capim	612
Gráfico 10 – Decoração externa da cerâmica coletado no sítio Cabaças I, Cuité – PB	653
Gráfico 11 – Decoração interna da cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB	654
Gráfico 12 – Percentual de fragmentos, partes das peças, coletadas no sítio Cabaças I, Cuité-PB	654
Gráfico 13 – Tipo de antiplástico verificado na cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB	655
Gráfico 14 – Tipo de queima observado na cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB	656

RESUMO

O presente trabalho visa traçar o perfil cultural dos Tapuias Cariris e Tarairiús que habitaram o território da Paraíba até o século XIX. De forma geral, a historiografia tem mostrado distorções acerca dos índios da Paraíba do pós-contato, existindo encobrimento acerca desses grupos humanos, em muitos casos, negando-se a existência dos índios Tarairiús ou confundindo-os com os Cariris. Inexistem suportes que afirmem terem existido esses dois grupos na Paraíba. Dessa forma, lançamos mão de dois vieses para estudá-los, e a partir daí, comprovamos ou não a existência desses grupos: literatura e documentação da época que atestam, de forma pouco confiável e distorcida, a existência dos Cariris e Tarairiús nos Sertões da Paraíba, e atividades de cunho arqueológico, escavando-se quatro sítios arqueológicos em prováveis lugares habitados por esses grupos, sendo dois sítios correspondentes a cada etnia: Pinturas I e Furna dos Ossos - Cariri; e Cabaças I e Tanque do Capim - Tarairiú. Essa atividade visa à coleta de traços da cultura material desses grupos humanos. A partir da junção dos dois vieses, conseguimos subsídios para traçar o perfil cultural de cada grupo, bem como, buscar seus meios de apresentações. A pesquisa torna-se relevante para o povo paraibano na medida em que resgatamos, também, o legado cultural herdado por esses grupos no processo de formação da sociedade contemporânea. Assim, identificamos que os índios Cariris e Tarairiús, definitivamente, ocuparam os Sertões da Paraíba, eram grupos distintos; portanto, apresentando características diferentes que lhes servem como formas de apresentações. No geral, percebemos a forte herança sócio/econômico/cultural/ambiental que o povo paraibano assimilou desses grupos, sendo que nossa pesquisa recupera a imagem desses grupos étnicos, fazendo-os falar, cumprindo com uma dádiva que se honra com a história dos Cariris e Tarairiús e com os seus descendentes na Paraíba, emudecidos pela ferocidade do processo colonizador.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Sertões, Cariri e Tarairiú, grupos étnicos e legado cultural.

ABSTRACT

This paper aims to trace the Tapuia, Cariri and Tarairiú, cultural profiles that inhabited the territory of Paraíba to the nineteenth century. Overall, the historiography has shown distortions about the Indians of Paraíba of post-contact period, with masking on these human groups, in many cases denying the existence of the Indians Tarairiús or confuse them with Cariris. Not exist support to affirm the two groups have existed in Paraíba. Thus, we launched two bias to study them, and from there, do or do not verify the existence of such groups, their literature and documentation certifying the time so poorly reliable and distorted, the existence of Cariri and Tarairiú in the Sertões of Paraíba, and activities of archaeological nature, digging up archaeological sites in four likely places inhabited by these groups, two sites for each ethnicity: Pinturas I e Furna dos Ossos – Cariri; Cabaças I and Tanque do Capim - Tarairiú. This activity aims to collect traces of material culture of these human groups. From the junction of two bias, we grant to trace the cultural profile of each group, and seek the means of presentation. The research becomes relevant to the paraiban people in that extent of recover, also the cultural legacy inherited by these groups in the formation of contemporary society. Thus, we identified that the Indians Cariris and Tarairiús, finally took up the Sertões of Paraíba were distinct groups, so giving them different characteristics that serve as forms of presentation. In general, we see a strong heritage socio / economic / cultural / environmental assimilated by paraiban people from these groups, with our search retrieves the image of these ethnic groups, making them talk, meeting with a gift that is to honor the history of Cariri and Tarairiú and their descendants in Paraíba, muted by the ferocity of the colonizing process.

KEYWORDS: Archeology, Sertões, Cariri and Tarairiú, ethnic groups and cultural legacy.

INTRODUÇÃO

Arno Kern (2007: 96), ao analisar o pensamento de Laming-Emperaire acerca de interpretação da arte pré-histórica e seu macro contexto, afirma que qualquer explicação macro, global, para achados arqueológicos é simplesmente arbitrária, devendo prevalecer estudos locais ou de casos. O micro pode apresentar características básicas de um grupo humano local que, devido as características ambientais em que se encontra, pode apresentar características de adaptabilidade própria, meso que fazendo parte de um grande tronco lingüístico-cultural, como é o caso dos indígenas Cariris e Tarairiús, enquadrados no tronco Macro-Jê.

Os objetos que compõem a cultura material de um grupo são específicos, únicos, sendo mais um elemento identificador de sua identidade cultural. Cada grupo, desde tempos pré-históricos, criou suas formas de apresentações e representações, sendo que “algumas delas estão voltadas para o seu cotidiano, como os ornamentos pessoais, as armas e os utensílios decorados. Outras se voltam sublimados, para um universo onírico na escuridão das cavernas” (KERN, 2007: 99).

Dessa forma, o principal foco de nossa pesquisa foi o de estudar a cultura Tapuia nos Sertões da Paraíba no período do pré e pós-contato. Como inexistem até o momento estudos que mostrem o perfil cultural que identifique os grupos Tapuias que habitaram a Paraíba (Cariri e Tarairiú), como também suas formas de reações, nossa meta principal foi a de buscar os elementos de apresentações desses grupos, através da literatura e documentos diversos e das pesquisas arqueológicas (resgate da cultura material), servindo para identificá-los e localizá-los enquanto etnias heterogêneas que viveram na Paraíba, sendo de fundamental importância a análise dos fatores que teriam contribuído para a extinção dos mesmos no território paraibano, bem como suas prováveis tentativas de resistência e o seu legado cultural.

De acordo com Cunha (2002:382), consideram-se índios Tapuias aqueles “não-Tupis”. Alguns autores chamam de Cariri os Tapuias em geral: (FREITAS, 2003); (JOFFILY, 1977); (CORIOLANO DE MEDEIROS, 1950) etc. No geral, sempre houve certa confusão para se identificar os Tapuias na Paraíba, acreditando-se que os Tarairiús eram uma sub-divisão Cariri e não uma etnia com traços culturais diferentes.

As pesquisas na Paraíba que visam estudar esses agrupamentos culturais têm sido relegadas a segundo plano, sendo mostrada muito superficialmente a história e o contributo social, cultural, econômico e ambiental dos Tapuias no processo de formação do povo paraibano. O comum é encontrarmos relatos de viajantes e cronistas que mostram a sua visão e versão dos fatos, sendo que praticamente inexiste uma história dos índios Tapuias contada por eles e/ou por seus descendentes na Paraíba (antes da extinção total), o que limitou esse conhecimento a uma mera ação descritiva, vista pela ótica dos colonizadores. São nestes poucos momentos que aparecem de forma distorcida, a história dos índios. Inexistem elementos culturais definidos para que se possa traçar um perfil do horizonte cultural desses grupos, afirmando ou não o que seria Cariri e Tarairiú na Paraíba, suas formas de reações frente à colonização e o que realmente os teria levado à extinção.

Anne-Marie Pessis (2003: 23) afirma que é preciso, acima de tudo, “recuperar a verdadeira imagem dos grupos étnicos que habitavam o Nordeste do Brasil”, o que se constitui em um “desafio ao qual se responde em tempo gradativo, interagindo cada dado e cada relação em um quebra-cabeça milenar. É, sobretudo, uma dádiva que se honra com a história indígena”. Isto só demonstra a importância do nosso trabalho, pois visamos a esse resgate de culturas extintas há muito tempo no interior da Paraíba. Aos índios Tapuias existiram apenas dois caminhos a seguir: o aldeamento e a submissão e o extermínio nas guerras justas. Ambas as formas levaram à extinção dos indígenas, sobrevivendo apenas alguns traços indelévels na cultura paraibana contemporânea.

Desde os primeiros instantes da colonização que inúmeras formas de domínio e reações são visíveis. Em momentos diferentes, a coroa Lusa se comportava de uma ou de outra forma, mas sempre em defesa dos interesses dos colonos. Já a partir de 1565, a Mesa de Consciência e Ordens, reunida em Lisboa, restringia o “direito” de se cativar somente índios aprisionados em guerras justas e estabelecia que fossem livres os índios submetidos pacificamente aos agentes colonizadores. Tem início o processo de aculturação, de cabodização e o extermínio desses povos, além da constante perda de seus traços culturais.

Niède Guidon, prefaciando a obra *Imagens da Pré-História*, de Anne-Marie Pessis (2003), é contundente com relação à ação devastadora do contato índio/colonizador, o que acabou por levar ao que Guidon chamou de “deliberado

desconhecimento das culturas indígenas pelos novos donos da terra” (PESSIS, 2003: 12).

O processo de depopulação foi tão intenso que atualmente pouco se sabe dos locais em que esses índios foram aldeados, depois de descidos de seu habitat natural. Apenas têm-se vagas ideias de possíveis locais, relatados pela literatura ou identificados por restos materiais arqueológicos que afloram do solo em pontos do interior. Quantas e quais as missões que os aldearam no pós-contato? Quais os destinos tomados por estes grupos humanos? Qual o modo de vida de cada grupo? Quais seus sistemas de apresentações, que os identificariam enquanto grupos culturais distintos? Quais suas formas de reações? Estes são questionamentos que precisam ser averiguados e respondidos, sendo parte de nossa problematização. Acredita-se que o processo de depopulação e realocação dos índios dos Sertões era preciso para que se pudesse efetivar o povoamento colonial, com atividades voltadas à exportação. Foi assim que se efetivaram os descimentos, as guerras justas, o incentivo aos conflitos interétnicos, as alianças etc., levando a descaracterização e por fim a extinção desses grupos.

Os extintos índios que habitaram os Sertões da Paraíba na época do contato necessariamente não são aqueles descendentes diretos dos povos que habitaram a região em tempos pré-históricos, pois, como muito bem alerta Martin (2005: 32), “aconteceram inúmeras migrações voluntárias ou não desde a Pré-História até os três primeiros séculos da colonização”. Essas migrações ocorreram ora naturalmente, ora impostas pelos colonizadores, daí a necessidade de se rever inclusive a localização geográfica desses grupos. As sondagens arqueológicas nos proporcionaram essa análise, à medida que passamos a traçar o horizonte cultural de cada grupo, servindo também para caracterizá-los geograficamente de acordo com os seus materiais de uso cotidiano.

Nesse sentido, o estudo das políticas indigenistas do país até o século XX e a documentação existente sobre a temática nos deram subsídios para que pudessemos compreender todo o processo de depopulação e desaparecimento desses grupos. Porém, fez-se necessário que se provasse a existência desses dois grupos Tapuias (Cariri e Tarairiú) na Paraíba, áreas de atuação de cada um e o contributo

Etnohistórico, já que as informações disponíveis atualmente são incertas, inconclusas e pouco confiáveis.

A Arqueologia nos deu subsídios para este fim, pois partimos do princípio que sondagens feitas em locais que serviram de aldeamentos e rituais dos Tapuias, poderiam nos fornecer dados materiais para a comprovação do seu modo de vida e habitat, se houve reação ou não a tentativa de submetê-los ao modelo europeu etc., além de comparar os dados obtidos, na Paraíba, com os já resgatados em outras regiões do Nordeste, sejam eles dados materiais resgatados em sítios ou dados históricos resgatados nos documentos que atestam a existência e a passagem desses grupos na região. Os relatos históricos são fundamentais no processo de reconstrução de uma época ou de uma etnia. Menezes (2005) assim fez no processo de (re) construção da história da residência de Maurício de Nassau no Recife, obtendo resultados surpreendentes.

Na medida em que os dados arqueológicos apresentaram muito mais semelhanças do que diferenças quanto aos vestígios coloniais e/ou mais recentes das nações indígenas estudadas, encontramos a relação histórica, fazendo a ligação entre o passado e o presente, traçando o perfil cultural desses grupos que habitaram a Paraíba, buscando suas formas de reações durante certo período do envolvimento índio/colonizador. Os prováveis restos materiais que foram encontrados nas sondagens responderam questionamentos ainda não elucidados pela literatura sobre os Tapuias e serviram para mostrar seus horizontes culturais.

Faz-se necessário, nas palavras de Cunha (2002: 20), “fazer uma história propriamente indígena dos Tapuias”, levá-los a ter “uma identidade e ter uma memória própria”, mesmo que extintos no território paraibano, pois recuperar a história dos Cariris e Tarairiús é um direito fundamental dessas sociedades que deram a sua contribuição ao processo de formação da Paraíba, além de ser um direito da sociedade paraibana contemporânea, já que recebemos uma carga étnica, cultural, social, política e ambiental intensa, pois a visão indígena sobre os fatos que culminaram com seu próprio extermínio é inexistente.

Objetivando entender o processo que culminou com o desaparecimento da cultura Tapuia nos Sertões do Estado, os motivos que levaram os índios da época do

contato a lutarem contra os colonizadores foram, em especial, o combate à tentativa de lhes tirarem o direito à liberdade, de submeterem-nos à servidão e a opressão. Nesse sentido, “Numerosos foram os grupos que lutaram até a extinção” (PESSIS, 2003: 19). Foi também nosso objetivo analisar a importância e a influência das relações Tapuias/colonizadores na formação do povo paraibano.

Partindo dessas premissas, a pesquisa teve como foco geográfico os Sertões da Paraíba. Segundo Clerot (1969), entende-se por Sertões a área interiorana, variando no espaço a delimitação e distância do Litoral na época colonial. O foco de tempo a ser estudado será o intervalo temporal compreendido entre os séculos XVI (e anterior) e o XIX, porque datam desse período os primeiros registros sobre a existência, contatos e processos diversos de dominação e aculturação dos Tapuias nos Sertões, como também a criação dos primeiros aldeamentos e vilas. No século XIX, tem-se notícia, principalmente em registros de censos, da persistência de índios juntos ao restante das populações locais, como também do processo que em vários casos teriam contribuído para o “desaparecimento” desses remanescentes, seja através da caboclicização, da guerra ou através do processo de branqueamento da população, imposto pelo domínio Luso, já observado em registros de assentamentos de batismo, casamento e óbito.

Dessa forma, além dos pontos levantados anteriormente, apontamos ainda como principais problemas: (I) os Tapuias Cariris e Tarairiús viveram, mantiveram contato e foram extintos nos Sertões da Paraíba graças ao contato? (II) Os Tapuias Cariris e Tarairiús reagiram aos colonizadores? (III) Através do resgate literário e da cultura material, existe(m) forma(s) de evidenciar o perfil cultural, ou suas formas de apresentações? (IV) Existe a possibilidade de a população da Paraíba apresentar traços culturais herdados dos antigos habitantes da região, no caso dos Tapuias?

Levantamos várias hipóteses que tentamos elucidar com o resultado de nossas pesquisas: 1. existiram dois grupos diferentes de Tapuias, na Paraíba, na época do contato (Cariri e Tarairiú) e, portanto, tem sido nosso objetivo identificar seus horizontes culturais e traçar o perfil através do material arqueológico de cada grupo, como também, através da literatura; 2. os índios Tapuias teriam reagido ao processo de aculturação imposta pelos europeus no processo de colonização da Paraíba, o que poderia ser percebido através dos prováveis restos materiais resgatados nas sondagens e na própria literatura e documentos diversos que foram analisados; 3.

povos de culturas diferentes habitaram áreas diferentes do que é hoje a Paraíba, como também apresentavam traços culturais diferentes; 4. que existe um grande contributo sócio/cultural/econômico/ambiental dos índios Tapuias herdado pela população contemporânea.

Como principais objetivos da pesquisa apresentamos os seguintes:

Traçar o perfil cultural dos Tapuias Cariris e Tarairiús, através de realização de sondagens arqueológicas e análise documental e da literatura, em áreas já pré-estabelecidas, mostrando os horizontes culturais dos mesmos nos Sertões do Estado. Como objetivos secundários elencamos:

1. realização de quatro sondagens arqueológicas em locais previamente visitados e já identificados como possíveis locais de aldeamentos, de rituais e necrópoles dos Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba, com a finalidade de, através de possíveis resgates materiais, traçar o perfil cultural de cada grupo;
2. entender o modo de vida desses grupos humanos do período de pré e pós-contato, através do resgate material realizado com as sondagens arqueológicas e análise dos documentos diversos existentes;
3. contrastar os dados bibliográficos documentais existentes do período estudado com os dados materiais oriundos das respectivas sondagens arqueológicas, para entendermos os motivos e o processo de aculturação e extinção desses grupos;
4. comprovar, através das sondagens arqueológicas, bibliografia existente e da documentação do período estudado, a existência desses dois grupos Tapuias no interior da Paraíba e resgatar seus horizontes culturais;
5. recuperar o patrimônio histórico-cultural milenar do índio através do resgate material de seus objetos de uso cotidiano.

Dessa forma, enquadramos nossas pesquisas nos cinco pontos citados anteriormente.

Esse trabalho é justificado pela importância e relevância do tema para o povo paraibano.

Desde o primeiro instante em que os colonizadores penetraram no território brasileiro, deu-se início a um processo que culminou com o desaparecimento de parte bastante significativa dos grupos humanos que habitavam o território.

Já no século XVI, relatava-se o processo de extinção a que inúmeros grupos étnicos foram submetidos. Os métodos utilizados no processo de extermínio humano e cultural foram vários; o frade capuchinho Frescarolo os citou: atirar, chumbar, acutilar, espancar, matar... Sem contar que as descidas e os aldeamentos também serviram para acelerar o processo de extinção, principalmente no caso da Paraíba, daqueles grupos que viviam nos Sertões. As invasões sertanistas de contrato, o recolhimento dos índios, o processo intenso de aculturação, o casamento à moda europeia, o processo de branqueamento, o cumprimento das leis europeias, o fim das guerras tribais, dentre outras características, são vistos como formas, também, de extermínio, a ponto de não se conhecer atualmente o perfil cultural que identificou os Cariris e Tarairiús, ou seja, o que cada grupo realizava, que materiais usava o que e como fazia seus utensílios. O extermínio foi rápido e intenso, não dando oportunidade para que os cronistas sequer tivessem tempo de fazer esses relatos.

Houve reações por parte dos índios que eram submetidos à servidão, ao descimento forçado, ao aldeamento? Existiram de fato duas etnias Tapuias na Paraíba? Como identificá-las? São perguntas difíceis de serem respondidas, mas necessárias para buscar as respostas, pois a história desses povos ainda está para ser contada.

Portanto, traçar o perfil cultural, ou seja, identificar e mostrar os perfis culturais ou existentes entre os grupos Tapuias que habitavam a Paraíba no pré e pós-contato, como também mostrar suas formas de resistência e os processos que os levaram ao desaparecimento em definitivo do nosso território tornaram-se primordiais, como forma de entendermos a própria estrutura bastante heterogênea da sociedade paraibana contemporânea. Acreditamos que os resultados de nossas pesquisas venham a contribuir com a historiografia regional, pois quase nada foi escrito sobre as formas de apresentação cultural desses dois grupos étnicos.

A metodologia utilizada, nesta pesquisa, seguiu duas etapas distintas: o desenvolvimento a partir de técnicas de escavação arqueológica, mais precisamente

com técnicas de sondagens, que foram realizadas em locais pré-determinados, após uma avaliação do terreno nas áreas citadas pela literatura como território dos agrupamentos culturais em questão. Quatro sítios arqueológicos foram escavados, seguindo a metodologia proposta pelo PRONAPA, em escavar apenas o necessário, mas capaz de fornecer subsídios necessários para responder nossas hipóteses. A outra etapa consiste na análise da literatura e documentação diversa existente que enfoca nossa temática. Dessa forma, percebemos se houve ou não interferência europeia em sua cultura, reações, aculturações, etc.

Este trabalho contou com a bibliografia existente para auxiliar a identificação dos vestígios materiais destes dois grupos étnicos; realizamos o resgate documental dos Tapuias Cariris e Tarairiús dos Sertões da Paraíba e buscamos identificar os horizontes culturais desses dois povos distintos. Chamamos de horizonte cultural os traços materiais capazes de identificá-los, tais como utensílios domésticos (principalmente cerâmica – perfil técnico), material lítico, adornos corporais, armas, costumes etc., que serviram para distingui-los ou não culturalmente enquanto grupos diferentes. Para esta caracterização, foi feita uma análise comparativa do material coletado nas sondagens, como também com materiais provenientes de outros sítios arqueológicos históricos e pré-históricos da região.

Nesse sentido, o resgate documental nos serviu de subsídio complementar para que, juntamente com a Arqueologia, mostrássemos os traços culturais e a heterogeneidade dos povos Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba. Partimos do princípio de que o conhecimento da cultura ajuda na interpretação dos vestígios arqueológicos, sejam eles encontrados nas sondagens a que realizamos ou comparados a vestígios arqueológicos desses povos já previamente levantados em outras regiões do Nordeste. Para trabalhos de Arqueologia, Borges (2005: 185) menciona a importância dos dados arqueológicos para refutar ou corroborar com as hipóteses levantadas pela literatura, oriundas dos registros documentais diversos. Tal propositura tem sido comum em atividades de Arqueologia Histórica.

O levantamento documental e até iconográfico nos permitiu solucionar questões inerentes aos aspectos da cultura material dos grupos humanos históricos que, em parte, trazem relatos do cotidiano dos Tapuias.

Estruturamos o nosso trabalho em três partes, num total de nove (09) capítulos. Na primeira parte, traçamos um longo esboço teórico dos seguintes pontos: a. Paleoambientes e as mudanças no ambiente sertanejo advindos com o contato; b. o processo de evolução cultural dos grupos humanos nos Sertões da Paraíba; c. o processo de colonização das Américas e do Brasil; d. os índios do pré e pós-contato; e. o processo de resistência indígena, a escravidão e a legislação 'protecionista' do período estudado; f. os Tapuias dos Sertões da Paraíba e o legado cultural; g. e a Paraíba no pós-contato.

Na segunda parte, abordamos a metodologia geral para a pesquisa e apresentamos os pormenores das atividades arqueológicas nos quatro sítios escavados.

Na terceira e última parte, traçamos o perfil cultural, baseado nos estudos realizados dos Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba, mostrando os pormenores de suas diferenças e semelhanças.

Dessa forma, é pertinente demonstrar que de fato ao menos dois grupos de índios denominados de Tapuias, subdivididos em várias aldeias, habitaram os Sertões da Paraíba e, sem dúvida que o legado cultural desses grupos humanos foi intenso, perceptível nos nomes dos lugares, da gente, no aspecto físico e nos hábitos e costumes cotidianos da população paraibana atual, principalmente entre aqueles que vivem no interior (Sertões).

Cariris e Tarairiús comprovadamente foram grupos distintos, com traços físicos/culturais específicos capazes de identificá-los enquanto grupos humanos diferentes. Esses grupos habitaram locais específicos, mas apresentaram alguns traços comuns, principalmente quanto à reação frente à colonização e a expulsão de seus territórios.

PARTE PRIMEIRA (APORTE TEÓRICO)

(OCUPAÇÃO HUMANA, PALEOAMBIENTES, HISTORIOGRAFIA E CULTURA)

CAPÍTULO I

1. CAATINGA, OCUPAÇÃO HUMANA, PALEOAMBIENTES E MUDANÇAS AMBIENTAIS NOS SERTÕES NORDESTINO

1.1. O homem e a interação com o meio ambiente nos Sertões do Nordeste

O estudo dos ambientes antigos de certa região, tem como objetivo conhecer as mudanças processadas no meio, bem como entender como os protos-índios¹ sobreviveram neste ambiente. De forma geral, os ambientes mudam, cabendo essas mudanças a fatores de ordem naturais e antrópicas, influenciando os grupos humanos a um novo processo de adaptabilidade.

O homem depende da natureza, interage com a maioria dos organismos e com seu entorno físico. Existe a necessidade física e biológica dessa interação, mesmo que seja uma necessidade de dependência. O homem sempre atuou com o seu entorno. As relações entre os domínios natural e cultural são funcionais e causais. O artefato, fruto do trabalho do homem, figura como um intermediário entre o homem e o meio; é dele que provém a matéria-prima que será transformada pelo homem. É óbvio que o meio ambiente impõe limites que marcam as oportunidades da cultura, porém não determina seus aspectos concretos (WATSON, 1974: 107).

Cada grupo humano ocupa um determinado nicho ecológico, que está, por sua vez, dividido em zonas ambientais, com recursos característicos diversos utilizados por um grupo. Num mesmo nicho ecológico, vários grupos humanos em estágio cultural diferentes podem subsistir, cada qual explorando a sua maneira o lugar². O nicho ecológico escolhido pelo homem pode explicar o seu padrão de assentamento. A escolha de um sítio (habitat) pode proporcionar ao arqueólogo interferências relevantes

¹ Índios que viviam no Brasil em período anterior a chegada dos primeiros colonizadores mas posterior a chegada das primeiras levas em data ainda incerta no território da Paraíba.

² Quando isso ocorre acontece o processo que SOUZA (1997: 20-21) denominou de Aculturação bilateral entre grupos que compartilham o mesmo território, a tal ponto que, embora tenham histórias culturais heterogêneas, acabam por constituir uma unidade cultural homogênea.

para questões relativas a subsistência, sistemas sócio/políticos, comércio, defesa, guerra, etc. Acredita-se que a escolha do sítio esteja ligada ao mínimo de esforço pela busca dos recursos para a sobrevivência.

O que temos atualmente são os resultados das mudanças climáticas processadas durante o Pleistoceno, ou seja, nos últimos 2 milhões de anos, onde o clima teve alternâncias entre períodos frio e períodos quentes. Chamamos os períodos mais frios de glaciais ou glaciações e, entre um período e outro, temos os períodos interglaciais. É sempre importante salientar que as áreas próximas ao Equador terrestre não foram cobertas pelas camadas de gelo; entretanto, existe uma forte alternância entre períodos chuvosos (fluviais) e os períodos em que as precipitações são menores (interfluviais).

Nas regiões que estamos estudando com o objetivo de analisarmos como viviam os Tapuias Cariris e Tarairiús, num contexto paleoclimático, o gelo muito provavelmente nunca esteve presente (ATLAS GEOGRÁFICO MUNDIAL, 2005: 25). O que se sabe até o momento, não especificamente nos Sertões da Paraíba, mas em outras áreas que apresentam características similares, como a região do Parque Nacional Serra da Capivara, é que existiram sequências operacionais de períodos úmidos com períodos secos, podendo ser percebido no processo de modelação da geomorfologia local.

Importantes indicadores de percepção de mudanças climáticas são as análises de materiais provenientes de erosão de rochas e os pólen fósseis.

De acordo com pesquisas recentes realizadas especialmente nos Sertões do Nordeste, a região atual apresenta características geoambientais que não ultrapassam os 10.000 anos AP. Em outras palavras, muito pouco mudou no ambiente da região nos últimos cem séculos (SANTOS, 2009a). Portanto, a situação vivenciada por aqueles grupos étnicos contactados pelos colonizadores acerca de 500 anos não poderia ser muito diferente daquelas vivenciadas por seus ancestrais.

Em toda a área por nós trabalhada, existe o predomínio morfo-climático das caatingas. Prevalece a família das plantas caducifólias, ou seja, perdem suas folhas durante parte do ano, especialmente nos períodos de seca.

As vegetações das áreas apresentam características comuns, mas percebe-se traços incomuns³, pois isso varia de acordo com a altitude, petrologia, solo, relevo e hidrografia, temperatura e precipitação. No geral, são plantas arbustivas, mas existindo plantas de pequeno, médio e grande porte, com ramificações galhadas, o que, nas áreas menos degradadas, dificulta a entrada dos homens desde a Pré-História até nossos dias. Os galhos são geralmente curtos e duros e tendo como uma de suas principais características a presença de espinhos. No caso das árvores, quase sempre os troncos são lisos, outras apresentam estrias e/ou espinhos. As folhas são pequenas e finas, a folhagem é livre e aberta, deixando passar a luz solar que atinge com muita frequência o solo.

A caatinga nas suas várias formas chega a recobrir mais de um milhão de quilômetros quadrados no que hoje é o Nordeste do Brasil e numa parcela significativa do Norte de Minas Gerais. Com o término do período das invernações, as chuvas se escasseiam, a água dos pequenos reservatórios evapora-se e a terra racha. Nas plantas, as folhas caem, com exceção de algumas poucas espécies, tomando uma tonalidade esbranquiçada ou acinzentada, transformando-se numa imensa floresta branca, como a chamavam os povos Tupis (TIBIRIÇÁ, 1984: 76), (LIMA, 1981) e (ARRUDA, 2001).

A caatinga, segundo Émile Levasseur (2001: 40) era chamada pelos indígenas de *caá-tinga*, "que, palavra por palavra, significa madeiras brancas ou espalhadas."

Laure Empereire (1983: 30) em sua obra *La caatinga du Sud-est du Piauí – Brasil*, assim define o bioma caatinga:

Dasn lês essais de classification systématique dês formations végétales du globe, la caatinga (terme signifiant "forêt blanche" em langue Tupi) occupe une position instable. Lê plus souvent, elle estrattachée aux forêts sèches mais on la trouve ausse parfois liée aux savanes ou aux steppes.

A caatinga é um tipo de vegetação com características relativamente constante, na se alterando num curto espaço de tempo, a não ser por questões antrópicas.

³ Em locais com mais umidade, os galhos das árvores desenvolvem-se compridos e resistentes. Na falta de umidade, há um processo natural em que a energia vegetativa é reprimida, contribuindo para o aparecimento das "formas arcadas e irregulares" (WARMING, 1973: 19), comum nesse tipo de vegetação. O calor intenso, a escassez de água e os solos pobres, são, também, responsáveis por essa magnífica característica da caatinga.

Na região de predomínio das caatingas, ar torna-se pesado, careando poeira, dificultando a respiração e a visão. Nos dias de maiores insolações que em algumas regiões podem ultrapassar os 45°C, ver-se uma letargia reinante: animais e homens evitam sair de suas tocas e abrigos no período que vai das 11h00 até às 15h00 (SILVA, 2003). Ao anoitecer, as temperaturas caem, em algumas regiões mais altas, pode-se chegar a 10 ou 15°C. Mas é com o retorno das chuvas que tudo volta a 'ter vida'. As árvores ficam novamente verdes, a explosão das flores e os frutos rapidamente começam seu breve processo de formação, para logo em seguida, o processo se repetir.

O mais importante em todo esse processo milenar é que o homem, desde tempos pretéritos até hoje, conseguiu se adaptar às exigências dessa região considerada tão inóspita e aparentemente frágil. Mas talvez tenha sido justamente esta aparência frágil que levou grupos humanos a se fixarem, a aprender a retirar o sustento (comida e água), usar os recursos minerais, vegetais, etc., da região, numa espécie de simbiose, sobreviver durante milhares de anos a tudo, respeitando-a e, principalmente, respeitando seus próprios limites. Foi a partir desta quebra de respeito mútuo que o homem ávido por mais recursos, quebrou o elo sustentável entre esse e o ambiente, causando impactos gravíssimos, colocando em risco sua própria prole.

Em algumas áreas do Nordeste do Brasil, já existem estudos sistemáticos sobre a quantidade de espécies que vivem na caatinga. No Parque Nacional Serra da Capivara, estima-se mais de mil espécies vegetais, sendo que foram catalogadas mais de seiscentas. É a flora local, essencial para que possamos entender como viviam os grupos humanos antes e após o contato. É sabido que os grupos ceramistas/agricultores/coletores/caçadores utilizavam ao máximo os recursos florísticos de sua região. Sabiam quais plantas eram comestíveis e todo o seu ciclo e sabiam quais poderiam lhes trazer problemas de saúde, demonstrando o grau elevado de envolvimento homem/meio.

A caatinga⁴ pode ser considerada única, o bioma totalmente brasileiro: tanto pelas espécies quanto pelas famílias presentes. É nele que temos a presença dos dois grandes conjuntos de vegetação: o florestal e o campestre (DINIZ, 2007).

Sobre a Pré-História da região em apreço, quase nada se sabe. As pesquisas, na Paraíba, são embrionárias. No período pós-contato, especialmente a partir das primeiras entradas dos colonizadores no final do século XVI e início do século XVII, é que os cronistas começam a relatar o *modo* de vida das comunidades indígenas que habitavam os Sertões, como também, é a partir daí que aparecem os primeiros registros sobre o habitat da região. O colonizador, teve que aprender com aqueles que já viviam há milhares de anos nesse ambiente considerado por muitos como hostil, mas foi a partir desse conhecimento mais o uso de novas tecnologias trazidas, que em pouco tempo os índios, os verdadeiros donos da terra, foram conquistados, eliminados, extintos. Esses homens que sempre habitaram as caatingas tinham a necessidade de ter um amplo conhecimento não apenas da flora local, mas também da fauna, dos recursos minerais, do solo, pois que tudo era indispensável para a sobrevivência.

Assim, entender como as comunidades pré e históricas viviam é necessário que se entenda seus hábitos alimentares e como procediam para obter, por exemplo, a caça e a coleta. Spix e Martius (1976), nos idos do século XIX, já se preocupavam em relatar a fauna de uma região, tentando compreender os costumes alimentares de um povo.

1.2. A ecologia dos Sertões da Paraíba

O homem, por sua natureza, não é um ser isolado. Ele vive em conjunto com os seus e com a natureza. O homem é um ser da paisagem. Entender o porquê dos grupos étnicos Cariri e Tarairiú “escolherem” o bioma das caatingas para viverem não é tarefa fácil. Sendo assim, a necessidade em se estudar o meio ecológico dos Sertões, pois é a partir daí que se percebe a função de cada organismo ou espécie e seus conjuntos que contribuíram para a sobrevivência dos grupos estudados, nesta região, considerada aparentemente inóspita.

⁴ A caatinga é antiga, assim como a formação geológica da região; os inselbergs são testemunhos incontestes das mudanças naturais que se processa na região há milhares de anos, graças as ações mecânicas e queímicas.

Toda essa imensa área coberta pela mata branca é fruto de um longo processo de transformações radicais no ambiente, com alterações geológicas, climatológicas e biológicas tão complexas que sempre impressionaram aqueles que adentravam suas entranhas.

Foi a variedade dos relevos da imensa região como também dos seus múltiplos habitats criados com o passar dos milhares de anos, que deram origem ao que temos atualmente. Acredita-se que as características geo-ambientais dos Sertões da Paraíba seriam parecidas em alguns pontos com o que encontramos nos Sertões do Piauí. Por volta de 60 mil anos, parte do que hoje está coberto de caatinga seria floresta úmida; com o ressecamento, por volta de 20 mil anos AP., começou o processo de extinção de algumas espécies animais e vegetais; outras espécies se retraíram, outras se confinaram em refúgios mais úmidos: nos boqueirões e principalmente nas cotas altimétricas mais elevadas, formando o que chamamos hoje de “Brejos”. Os Brejos, na verdade, servem de testemunho vivo que esse processo ocorreu, pois os encontramos nas áreas mais secas dos Sertões, com características florísticas e faunísticas particulares. As espécies que conseguiram sobreviver a essas mudanças adaptaram-se aos vários ambientes naturais das caatingas, daí encontrarmos espécies em áreas isoladas, vivendo apenas num determinado habitat. As grandes espécies, tanto faunísticas quanto florísticas foram extintas devido às mudanças que se processaram, restando atualmente, o que podemos considerar como sendo “novas” espécies, típicas de novos tempos e de uma nova realidade geoambiental.

Do final do Pleistoceno até hoje, na caatinga, as chuvas são escassas e irregulares, com anos onde as precipitações mal ocorrem, criando o fenômeno da seca verde. No geral, a temperatura é elevada, o que contribui para o alto índice de evapotranspiração.

Com as escassas precipitações, os locais para armazenamento de água, a exemplo dos caldeirões e tanques, tomaram-se uma das poucas garantias de abastecimento para animais e homens na região desde tempos imemoriais.

O relevo acaba sendo um forte determinante nas diferenças das precipitações locais. Nos boqueirões, paredões das serras e nas altitudes mais elevadas aparecem os micro-climas, mais úmidos, com vegetação arbórea/arbustiva, é aí que se nota um

novo aspecto da caatinga, com animais muitas das vezes considerados extintos em outras regiões, mas é aí, também, que se percebe claramente a mão danosa do homem: a retirada de madeira e a caça indiscriminada têm afetado esta área “nobre” das caatingas.

Nas áreas de planície, chapadas e baixões, a vegetação de caatinga apresenta-se mais arbórea e arbustiva, com variações no porte e tamanho; nas proximidades dos rios e nas cotas altimétricas mais altas e no interior dos boqueirões, estão árvores às vezes semidecíduas, com alturas que podem chegar aos 15 e 20 metros.

Nas áreas de lajedos, ou seja, nas grandes extensões de afloramentos rochosos, vêem-se com muita frequência as cactáceas e os bromeliáceas.

O endemismo é elevado na região. As plantas estão fixadas basicamente sobre os lajedos de pedra aflorante, ou sobre os solos arenosos, o que os tornam impermeáveis no primeiro caso e, no segundo, arenoso, também não conseguem acumular a pouca água que cai durante os meses de inverno. Essa característica moldou um cenário geoambiental todo especial para a região, pois as plantas tiveram que se adaptar a tal sistema: as folhas pequenas e a capacidade que as plantas têm em perdê-las no período das estiagens, além da capacidade que as mesmas apresentam em fazê-las brotar com as primeiras chuvas, as raízes profundas, a presença de espinhos na grande maioria das plantas, os caules que são capazes de acumular água em seus tecidos esponjosos e a presença de espécies com tubérculos (raízes ou caules subterrâneos que acumulam substâncias nutritivas para a planta nos períodos de estiagens e que são muito apreciadas pelo homem), como o umbu (*Spondias tuberosa*), numa espécie de hibernação latente, são algumas das características dessa vegetação que os índios, desde a Pré-História souberam respeitar e utilizar.

Em algumas regiões da caatinga, praticamente não existe extrato herbáceo, o que só colabora para que o sol mate os poucos nutrientes expostos no solo, pobre em húmus (matéria orgânica), isso está ligado ao próprio processo de decomposição da caatinga, que é lento, graças a baixa umidade e as elevadas temperaturas que incidem na região (SANTOS, 2009a).

Uma característica das caatingas é o substrato de folhas que se acumulam no solo criando micros-ecossistemas, servindo de habitat para várias espécies animais de pequeno porte, como a lagartixa-mole (*Micra-blepharus maximiliani*), besouros como o serra-pau (*Proposopis juliflora*) e vários outros artrópodes que influenciam, por exemplo, na decomposição dos restos humanos dos cemitérios indígenas (SANTOS e FARIAS, 2009b: 2).

Os insetos são abundantes em toda a área de domínios das caatingas. Formigas e cupins dão a sua excelente contribuição para que o processo de decomposição da vegetação ocorra especialmente nas camadas mais profundas do solo. Entretanto, como estes animais, praticamente, estão sem seus predadores naturais (tamanduá), vem ocorrendo uma grande proliferação destes, prova do desequilíbrio ecológico da região.

Aparentemente, no período das estiagens, a caatinga parece morta; no entanto, há um harmonioso rodízio de floração e frutificação de inúmeras espécies, o que faz com que o ciclo da vida se perpetue. Para isso, é necessário que aconteça o processo de polinização das plantas e as inúmeras espécies de pássaros, em especial os beija-flores, abelhas, marimbondos, morcegos, roedores, etc., desempenhem o formidável papel de dar continuidade ao ciclo vital na região inóspita e aparentemente sem vida das caatingas. Esse processo milenar era conhecido e respeitado pelos antigos habitantes da região.

Em estudos realizados no Parque Nacional Serra da Capivara (1998), ao qual podemos estender para outras áreas de caatingas, verificou-se que as principais adaptações pelas quais passaram os animais (aqueles que não foram extintos), estão as transformações fisiológicas: pouca transpiração, assimilar água dos alimentos, hibernação durante as horas de maior temperatura no dia e as transformações comportamentais, como o hábito noturno, escondendo-se durante o dia em abrigos rochosos, no sub-solo ou nas árvores, para saírem à noite em busca de alimentos. As cobras e os lagartos são algumas das poucas exceções, permanecendo ativos mesmo durante os períodos de maiores insolações para que o seu ciclo vital e sua temperatura corporal, continuem a ocorrer. Mas algumas espécies de serpentes ou apresentam hábitos noturnos ou ficam restritas a locais mais úmidos e assombreados buscando geralmente as frestas das rochas para se esconderem ou os substratos de folhas: a

cascaavel (*Crotalus durissus*); a jararaca (*Bothropuas erythromelas*); a coral verdadeira (*Micrurus ibiboboca*); a casco-de-burro (*Spec*); a cobra cipó (*Phitodryas hattereri*), dentre outras, que eram consumidos pelos Tarairiús.

As aves, apesar de terem hábitos tipicamente diurnos, evitam as horas de maiores insolações para se alimentarem: saem em busca de alimentos nas primeiras horas do amanhecer e nas últimas horas da tarde, quando a temperatura é mais amena e o sol menos causticante. Os antigos índios da região e seus atuais descendentes conheciam perfeitamente estas características, daí suas atividades de caça aconteceram no final da tarde ou nas primeiras horas da manhã, mas raramente a noite.

Os anfíbios e anuros são animais que apresentam uma forte adaptação às caatingas. Durante o longo período das estiagens não se vêem esses animais, a não ser as pequenas pererecas (*Osteocephaluss taurines*) que aproveitam o sereno da madrugada e a água do orvalho que fica nas bromélias para seu deleite e captura de pequenos insetos dos quais se alimentam: os demais hibernam geralmente no solo seco das margens dos açudes (secos), rios e riachos para que, nas primeiras chuvas, aconteça uma verdadeira explosão “de vida” nesses locais e rapidamente se acasalam, lançam seus ovos que se transformam em girinos e num curto espaço de tempo o ciclo se repete.

Com relação aos peixes encontrados na região os lambaris (*Astyonax Sp.*), são os mais importantes, adaptados e consumidos desde séculos (ESTEVÃO NETTO, 1987: 31-34). Surgem quase que do nada quando aparecem as primeiras chuvas. Assim como outros animais, os lambaris têm um ciclo reprodutivo muito rápido: aproveitam as escassas chuvas e seu curto período para se reproduzirem.

As espécies animais, como vários tipos de aves a exemplo dos periquitos (*Aratinga cactorum* e *Aratinga leucophthalma*), a lagartixa-de-serra (*Tapinurus helenal*), os mocós (*Kerodon rupestris*), roedores endêmicos das caatingas do Nordeste, são encontrados com frequência nas áreas mais úmidas, nos pés-de-serra e no topo das mesmas. Galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), rolas diversas (*Scardafella squammat*), teju (*Tupinambis teguixin*), tatu-peba (*Eupharactus sexeintus*), etc., ainda são vistos nas áreas mais afastadas das comunidades urbanas e rurais servindo como

importante fonte protéica para populações mais carentes da região. Percebe-se que os hábitos alimentares contemporâneos foram herdados dos antepassados indígenas, já que no caso do mocó, estima-se que esses animais já habitam a região á pelo menos 30 mil anos AP., sendo comprovadamente fonte alimentícia desses povos desde a Pré-História.

O grande problema que se verificou no interior da Paraíba, área de domínio das caatingas, é o desequilíbrio ambiental, que tem levado ao desaparecimento de várias espécies sem que a ciência tome conhecimento prévio de suas características básicas em manter a teia alimentar no bioma. O Angico (*Anadenanthera macrocarpa*), que provê abrigo e alimento para várias espécies faunística das caatingas, produzindo uma goma apreciada por vários animais, o umbuzeiro, o juazeiro, a quase extinção de endentados como o tatu canastra (*Priodontes maximus*) e o desaparecimento quase total do tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), causam desequilíbrios assustadores na região com a proliferação de formigas e principalmente cupins.

A água sempre foi o fator limitante de ocupação das regiões áridas e semiáridas de todo o planeta. Cronistas do início da colonização dão notícias dos flagelos causados pelas secas cíclicas que sempre assolou a região, bem como da situação a qual eram submetidos seus habitantes, indígenas e não indígenas. A vida gerou-se na água e existe, dessa forma, uma extrema dependência da água por tal forma que toda estrutura viva é um depósito de água em que se diluem substâncias minerais e orgânicas em graus diversos de concentração. Desde a Pré-História o homem buscou esses ambientes ou suas proximidades para habitar e deles tirar seu sustento.

A natureza desenvolveu nos organismos vivos métodos complexos de adaptação aos ambientes em que a água é escassa ou imprópria para o consumo humano, como são as áreas áridas e semiáridas. Todo e qualquer impacto nessas áreas diminui a biodiversidade, criando os desertos, causando transtornos. Foi por isso que os índios lutaram, resistiram ao avanço branco, causador de impactos, limitantes de vida dos grupos humanos que aqui viviam. De fato, os índios dos Sertões da Paraíba tinham, quando do contato, criado e desenvolvido mecanismos simples de adaptação a esta região hostil. A introdução de novas espécies, como o gado e novas formas econômicas, na visão dos índios, tornaria sua vida insustentável, pois as terras mais férteis, geralmente os baixios e os vales foram tomados a base das armas de

fogo, empurrando-os para áreas cada vez mais impróprias à sobrevivência, daí advém a reação brutal, que foram as guerras.

As chuvas são as fornecedoras de água para o nosso planeta em um ciclo constante, alimentado pela evapotranspiração, pela energia solar e a cobertura vegetal dos solos. As florestas, independentes do tipo de vegetais que apresentam, são os grandes captadores de chuva, tanto aquela que escoia superficialmente e forma os rios geográficos superficiais, quanto aquela que percola e forma os rios ecológicos, invisíveis, que alimentam o lençol freático e que, na verdade, são os verdadeiros alimentares dos rios superficiais através das águas que gravitacionalmente porejam através da calha do rio geográfico, num constante vai e vem das águas num processo de troca recíproca. O rio ecológico subterrâneo é imensamente maior que o rio geográfico, pois extrapola o leito do rio geográfico e aflora em inúmeros locais da bacia hidrográfica do rio. Esses pontos chamados de nascentes, olhos d'água, cacimbas, etc., já era de extrema importância para a sobrevivência dos grupos humanos desde a Pré-História.

As florestas de qualquer tipo fazem com que a água precipitada perca a sua energia cinética, não mais escorrendo, infiltra-se pelos caminhos diversos, como perfuração de vermes, galerias da fauna edáfica, os vazios das raízes, as rochas porosas até alcançar as camadas constituídas de rochas impermeáveis, formando os aquíferos subterrâneos, conhecidos desde a Pré-História no semiárido, onde os homens e animais iam buscar o precioso líquido e assim darem continuidade a vida (ALVES, 2007). Foi o contato do índio com o branco que a homeostase foi quebrada, rompida de tal forma que os problemas ecológicos se agravaram que a escassez de água torna-se um dos graves problemas do mundo mais de cinco séculos depois do contato. De grupos humanos que viviam em contato harmônico com a caatinga, deparamo-nos hoje com uma situação de completo caos ecológico, com ecossistemas rompidos, onde assola, agora, a fome e a sede.

Os rios do semiárido, com exceção de poucos, são temporários. Há indícios de que alguns deles eram perenes e navegáveis. Com o processo de ocupação da área pelos brancos e a introdução do gado, as matas foram derrubadas e os impactos gigantescos os transformaram em rios intermitentes e efêmeros, pobres ou exauridos

suas bacias, porque os lençóis freáticos desapareceram ou se empobreceram nas áreas desmatadas.

O semiárido tem sido a grande vítima dos grandes impactos causados pelo homem moderno. As chuvas torrenciais sobre os solos desnudos são simplesmente arrasadoras. A água exerce a função de dissolvente das partículas do solo desnudo, que são arrastadas através da lixiviação e assoreiam os rios. Se a precipitação se dá nos topos das serras, a força da água que desce arrastando tudo, chega aos talwegues, formando as enchentes destruidoras, mostradas com maior frequência em todo o Nordeste desde o início da colonização, não apenas nas áreas semiáridas, mas nas áreas que antes eram cobertas por densas florestas, como mostra-nos Rego (2002) em sua obra/romance *Usina*.

O efeito imediato é a erosão dos solos deixando-os rasos, cada vez mais fracos; o elevado coeficiente de arrastamento dos solos (*rum-off*) tem aumentado gradativamente desde a colonização. Agravou-se mais entre os séculos XIX e XX graças a busca por novas áreas de plantio e pastoreio, agravando os problemas ecológicos numa região considerada frágil. Ecologicamente falando, o semiárido passa por graves problemas de destruição ambiental secular e, paralela a esta questão, a dizimação de seus antigos habitantes se deu de forma rápida. A degradação ambiental e o desaparecimento dos grupos humanos que habitavam as caatingas têm as mesmas causas. A gênese de tudo está no descontrole implementado pelos colonizadores na busca desenfreiada por lucros, consequência do modelo econômico capitalista imposto na região há séculos.

1.2.1. A biodiversidade das caatingas

O Brasil, pela sua vasta extensão territorial, é considerado como sendo detentor da maior biodiversidade do planeta Terra, possuindo um papel primordial no processo de preservação da variabilidade genética do mundo. Mas desde o início do contato, o território brasileiro tem sido alvo de ocupações humanas constantes, devastadoras, que colocaram e ainda põem em risco os ecossistemas mais vulneráveis, como as caatingas.

A caatinga muda de variação fisionômica (densidade e porte das plantas), numa questão de metros, o que lhe dá a característica de possuir uma grande diversidade (AMORIM, et al 2005: 5).

De acordo com a região, as caatingas podem apresentar-se mais ou menos abertas, mais ou menos herbáceas, arbustivas, etc., a exemplo da descrição das caatingas da região do Seridó do Rio Grande do Norte que perfeitamente podemos enquadrar as nossas microrregiões do Seridó Oriental e Ocidental (Paraíba). Ali, predomina uma caatinga aberta, solo coberto de relva áspera com plantas enquadradas nos tipos arbóreas e arbustivas atrofiadas. Porte bastante reduzido e bastante espinhentas, o que tem levado os estudiosos a qualificar essa região como uma das mais perceptíveis a desertificação. Provavelmente fatores antrópicos, como a derrubada da mata primária com árvores de grandes copas que ajudaram como medidas protetoras do solo, bem como ações naturais (solos rasos e pobres com pouca capacidade de reter água), são os indicadores principais que aferem ao Seridó a condição de apresentar a área de caatinga na Paraíba mais propícia a desertificação. É bom salientar que esse problema vem se agravando a partir da colonização, pois no período pré-contato e imediato ao contato (séculos XVI e XVII), existem relatos de que vários grupos humanos viviam harmoniosamente no meio, retirando, na medida do possível, seu sustento e migrando para outras áreas nos períodos de grandes estiagens.

Dois tipos de climas predominam na região: o semiárido e o subúmido seco tropical. Alves (2007: 02) coloca que a pluviosidade da região concentra-se num só período que dura geralmente de 3 a 5 meses, variando, essa média, de ano para ano. A precipitação média anual situa-se entre 250 a 900 mm e bastante irregular. As temperaturas são elevadas e variam dos 26° a 29°C de acordo com fatores naturais, como por exemplo a hipsometria. A umidade relativa do ar é de aproximadamente 50% e, talvez os mais graves fenômenos naturais: a insolação média anual é de 2.800 horas e as taxas médias de evaporação giram em torno dos 2.000 mm/ano, causando o famoso fenômeno (natural) das secas.

Os terrenos predominantes são cristanilos quase que totalmente impermeáveis e sedimentares, ambos abrangendo 50% dos terrenos da imensa região.

Os solos são pouco desenvolvidos, rasos e com fraca capacidade de retenção de água, o que levou a vegetação a se adaptar a tais circunstâncias.

A vegetação é bastante diversificada por vários motivos: climáticos, edáficos, topográficos, pedológicos, geomorfológicos e, desde o início da colonização da região, antrópico.

A heterogeneidade das caatingas contribui para ser a geradora dos problemas de definição e classificação das espécies, seja do ponto de vista fisionômico, florístico e condições estacionais (ALVES, 2007: 59).

Desde o início de penetração dos primeiros colonos, posseiros, sesmeiros e bandeirantes nos Sertões, que cronistas começaram a descrever as caatingas. O registro descritivo mais antigo data de 1587, no Tratado Descritivo do Brasil, em 1587, de Gabriel Soares de Souza (1971). De lá até os nossos dias, inúmeros cronistas viajantes, leigos e estudiosos a mencionaram em seus tratados, inclusive analisando os problemas advindos das pressões humanas e suas atividades econômicas sobre o bioma.

O bioma caatinga deixou, há muito tempo, de ser um simples complexo físico-natural-biótico-abiótico, para ser natural-histórico-social depois que o homem passou a intervir de forma impactante no sistema; o bioma, apesar de sua fragilidade, durante séculos, passou por um período de biostasia, ou seja, uma fase de estabilização, o clímax de seu desenvolvimento, sem que problemas de ordem natural (tectonismo e vulcanismo especialmente) modificassem a estrutura da região. Com a colonização, vieram os impactos ambientais, o sistema entrou numa longa fase de resistasia, representada por fortes alterações no equilíbrio do bioma, de instabilidade (disclímax), causados, quase todos, por ações danosas do homem ao meio.

O bioma está longe de ser um todo heterogêneo, ao contrário, existem as unidades funcionais “que reúnem fáceis (geofáceis), dinamicamente independente” (ALVES, 2007: 61). Cada uma dessas fáceis é como se fosse um micro-sistema dentro de um macro-sistema, com características homogêneas que se estendem por centenas de quilômetros, mas que cedo ou tarde apresentam um rompimento e dar lugar a um novo geofácil, independente, mas que estão interligados. Dentro dos geofácies, temos os geótopos, que nada mais são do que as menores unidades operacionais, pequenos

ecossistemas às vezes num pequeno lajedo ou afloramento rochoso, mas que compõem um todo. Os geótopos podem apresentar-se como refúgios de seres relictuais ou endêmicos: o caso da presença de colônias de *Euphorbia phosphorea* (cunanã) no topo dos afloramentos graníticos existentes nos municípios de Pocinhos, mas já identificados em Puxinanã e Esperança (todos na Paraíba) se enquadram num exemplo básico de geótopos.

Alves (2007: 63) afirma que é difícil classificar uma determinada vegetação, devido as suas inter-relações entre fatores antrópicos e naturais.

Aubréville (1965) utilizou quatro critérios básicos para classificar uma dada vegetação: fisionômico, ecológico, florístico e evolutivo. Dos quatro, o mais utilizado devido a sua praticidade é o critério florístico.

A caatinga é um verdadeiro mosaico de diferentes formações e estratos, o que dificulta o seu estudo, classificação e conhecimento. Nem sempre a passagem de uma para outra formação (tipo) é perceptível, dificultando a identificação das espécies. Uma primeira forma apontada por Alves (2007: 63) para separar a caatinga em categorias dar-se observando a altura: (i) a floresta seca; (ii) as caatingas arbustivas; (iii) as estepes. Essas categorias nada mais são do que os três estratos em que a caatinga pode ser enquadrada.

Há outras formas de categorizar as caatingas: sistema de enquadrá-las enquanto espécies caducifólias, que predominam na formação do bioma; outra seria as xerófilas (cactáceas, bromeliáceas e euforbiáceas) que não são encontradas em todas as regiões que recebem o domínio das caatingas. Há regiões que apresentam uma grande quantidade, por exemplo, de cactáceas, enquanto que, em outras regiões, esses vegetais estão ausentes ou limitados há poucas espécies e há alguns geótopos.

O que realmente caracteriza esse tipo de vegetação, em detrimento dos doze tipos existentes, são os meios de modificações do ritmo biológico através de mudanças no metabolismo para o acúmulo cujo o objetivo é evitar a perda em demasia de água (acumulação de água nos tecidos e nas raízes (tubérculos), o processo de emurchecimento das folhas, redução dos tamanhos das folhas, película de “cera” que encobre as folhas para evitar a transpiração excessiva, etc., são algumas das adaptações perceptíveis desse tipo de vegetação observada em nossa região.

Ao contrário do que se imagina, a presença de espinhos não acontece em toda e qualquer planta do bioma. Alves (2007: 63) alerta que “com exceção das cactáceas, a espinescência só existe nas Mimosáceas, o que constitui uma característica própria de algumas espécies dessa família, principalmente o gênero *Mimosa*, e em certas Euforbiáceas, principalmente *Cnidosculus phyllacanthus* (faveira).”

O acúmulo de água, também, não ocorre em todas as plantas: nas cactáceas e nas bromeliáceas, em menor escala.

A esclerofilia só é encontrada em alguns poucos gêneros: *Aspidosperma*, *Maytenus*, *Brumelia*, *Ziziphus*, *Licania*, *Combretus* e *Chidosculus*. Vários desses gêneros só perdem as folhas em períodos de grandes estiagens e, como é o caso do Juazeiro, esse processo não acontece.

Já o processo de emurchecimento, ou murchamento, é outro mecanismo existente em algumas espécies e não em todas; utilizado, também, para reduzir a transpiração: a espécie *Cróton spp.*, que murcha durante as horas de maior insolação para voltarem a normalidade nos períodos mais frios.

A foliação é o processo em que as plantas perdem suas folhas nos períodos de seca para amenizar a transpiração. Esse processo “de caráter genético, selecionado pelo meio, representa a característica principal de adaptação secundária (ALVES, 2007: 63).

As espécies da caatinga, pelas suas características ecótopas, são condicionadas tanto para sobreviverem em condições de extrema aridez climática quanto em períodos mais úmidos, encontrando-se em condições adversas tanto climáticas quanto edáficas.

Na Paraíba, algumas espécies como a *Caesalpinia pyramidales* (catingueira), *Mimosa hostilis* e a *Mimosa migra* (jurema branca e preta); *Cróton spp* (marmeleiro e velame), *Jatropha pohliana* (pinhão (pião) - bravo), dentre outras, são encontradas em praticamente todas as áreas de caatinga, mas apresentando tamanhos variados de acordo com as condições ambientais e antrópicas do lugar. Plantas como *Bursera leptophocos* (umburana de cambão), *Amburana cearensis* (umburana de cheiro ou cumaru), *Spondias tuberosa* (umbu), *Cnidosculus phyllacanthus* (favela), *Schinopsis*

brasiliensis (baraúna), *Astronium urundeuva* (aroeira), *Anadennonthera macrocorpa* (angico), *Mimosa caesalpinioefolia* (sabiá), *Cavanilésia Spp.* (paineira ou barriguda) e algumas espécies de palmeiras formam as variações da presença ou ausência de elementos arbóreos (ALVES, 2007: 64). A *Licania rígida* (oiticica), *Tabebuia caraibea* (craibeira ou caraibeira), *Bumelia sortorum* (quixabeira), são espécies encontradas em áreas mais úmidas, geralmente compondo as matas ciliares dos córregos das caatingas. Tais espécies são citadas continuamente por inúmeros cronistas que tiveram contato com os Cariris e Tarairiús, que as usavam para a confecção de utensílios e armas (PINTO, 1956).

Os tapetes gramíneos são abundantes nas caatingas. Foi a introdução do gado a partir dos séculos XVI e XVII, que os estratos inferiores, as gramíneas principalmente, sofreram fortes impactos, pois recebendo o pisoteio constante do gado graúdo e miúdo, compacta o solo, impedindo a infiltração de água e, por conseguinte, provocando a erosão dos solos que carreiam, devido o aumento do escoamento superficial, estas pequenas plantas que formam o tapete herbáceo, deixando o solo desnudo e favorável a desertificação. O estrato que compõe o tapete herbáceo da caatinga também muda de acordo com as condições geo-climáticas. Quando o solo é mais arenoso e profundo, os estratos superiores das caatingas são mais abertos, fazendo com que o tapete herbáceo apresente um desenvolvimento em espécies mais diversificadas. Esse tapete é constituído por plantas de pequeno porte: gramíneas, malváceas, amaranfáceas, portulacáceas, rubiáceas, ciperáceas, comelináceas (ALVES, 2007: 64), além da presença de bromeliáceas (caroá e macambira). Existem, dependendo das condições geo-climáticas, o estrato herbáceo de porte mais avantajado: leguminosas, phaseolus, indigofera, crofalaria, labiadas, dentre outros.

Assim, as plantas das caatingas podem, ainda, serem categorizadas: 1. formação lenhosa – são os higrófilas geralmente plantas que absorvem água de um corpo d'água ou lençol freático das proximidades. Se enquadraram as plantas das matas ciliares das colônias de carnaúba (*Copernica cerifera*); 2. formações florestais ligadas as condições climáticas locais relativamente úmidas – apresentam árvores com folhas persistentes ou não, às vezes, com características esclerofilas; epífitas, liana; sub-bosques; herbáceos ou subarbustivos. São as caatingas abrejadas ou de altitudes (ALVES, 2007: 65).

Andrade-Lima (1981) afirma ser possível identificar até trinta tipos de caatinga fazendo uso da noção de comunidade-tipo, em outras palavras, “espécies que caracterizam uma associação vegetal” (ALVES, 2007: 65). No entanto, sugere Andrade-Lima reuni-la em doze tipos, devido, principalmente, as poucas informações disponíveis sobre o próprio bioma, bem como, as características naturais que a forma.

A classificação do autor é baseada nos critérios fisionômico-ecológicos, estabelecendo uma co-relação entre vários fatores naturais, como o solo, índices xerotérmicos, tipos de rochas, ação antrópica e fisionomia. Reunimos no Quadro 1 (Anexo A), os doze tipos de caatingas. É importante ressaltar que todos já foram observados nos Sertões da Paraíba, sem que no entanto tenham sofrido estudos sistemáticos.

Vasconcelos Sobrinho (1974) informa-nos que todos os tipos de caatinga e todas as áreas onde elas ocorrem, no Brasil, já sofreram impactos, sem que tenham sido por parte dos índios, mas sim pelos colonizadores europeus que implantaram, na região, um novo modelo econômico que não respeitava as limitações de carga do bioma. O autor aponta não a atividade agropecuária como sendo o principal destruidor das caatingas, mas a ferrovia⁵.

Lutzburg (1922, Apud, ALVES, 2007: 66) já afirmava, naquela época, que era raro encontrar árvores nobres nas partes mais altas do Canyon do rio Paraíba e outras regiões. Pois as matas foram devastadas para plantio da cotonicultura.

Alves (2007: 67), baseado em estudos diversos, mas principalmente em levantamento feito in loco, criou uma nova tipologia para as caatingas, dividida em quatro tipos básicos, de acordo com seu porte, que descrevemos no Quadro 2 (Anexo B). Alves (2007: 68) para mostrar que a imensa região vem sofrendo fortes agressões antrópicas desde a colonização, mostra-nos que algumas espécies já predominam sobre outros, como as Mimosóideas e as Caesolpináceas e nas áreas e períodos mais áridos, a predominância das Euforbiáceas e as Apocináceas, constatando o fim das matas primárias.

⁵ Foi das caatingas que saíram os dormentes para as novas linhas férreas que eram abertas na região. Dados da Great Western informa que essa empresa inglesa em apenas dez anos (1935-1945) teria consumido 200.000 m³ de lenha e 60.000 dormentes de aroeira e baraúna.

Por que esta longa exposição das características das caatingas? Primeiramente, é nesta imensa região de predominância das caatingas que desenvolvemos nossas pesquisas; é preciso conhecer a situação ambiental de hoje para entendermos como e a partir de quando os seus antigos habitantes (os índios) começaram a serem expulsos de lá, desaparecendo de suas terras. Em segundo lugar, analisando as caatingas, chega-se ao porquê da expulsão dos índios. Foi exposto que, a ação antrópica teria sido a grande responsável pela degradação ambiental, na região, e foi justamente a busca por mais riquezas, enfim a economia do período inicial da colonização que desalojou os gentios de suas terras, levando-os, no caso da Paraíba, a extinção. Em terceiro lugar, estudar as caatingas, seus tipos, é entender por que cada grupo humano por nós estudado buscava áreas diferentes para viver sem querer dizer com isso que houve uma predominância ambiental nessa escolha, mas que, sem dúvida, este ponto também foi importante na escolha feita em busca de áreas para o cultivo de suas culturas, a busca de locais para os aldeamentos e enterrar seus mortos. É impossível desassociar um grupo humano, seja ele pré-histórico ou histórico do contexto natural em que vivia. No nosso caso, entender a situação das caatingas é, acima de tudo, entender os motivos que levaram esses grupos (Cariris e Tarairús) a serem expulsos de suas terras, enfim extintos na Paraíba.

1.2.2. A paisagem na história das civilizações

A noção de paisagem acompanha o próprio desenvolvimento da espécie humana, pois o homem faz parte e necessita fazer uso dos recursos que o meio lhe proporciona. Todo e qualquer grupo humano que se estabelece num dado lugar tem como premissa conhecer seu habitat, disso dependerá a sobrevivência de si e de sua prole.

O homem sempre observou o meio em que vive, para dele tirar ou retirar os bens essenciais de que necessita. Desde tempos mais remotos, a observação da paisagem causou impacto no homem, prova disso é que ele a retratou, sempre. Inicialmente nos blocos rochosos das cavidades naturais, depois nos afrescos das casas, nas telas dos pintores, nos manuscritos e livros. O retrato da paisagem serve como forma de o homem exteriorizar a importância que o meio exerce para sua sobrevivência. Geralmente, eterniza-se a paisagem mais impactante, as afeições que maior importância apresentam para a sobrevivência do ser humano. Nas telas de

Eckouth, por exemplo, destacam-se alimentos nativos do Brasil, essenciais para à sobrevivência do europeu, agora inserido num novo contexto e num novo mundo, cultural e natural, até então desconhecido, mas capaz de ser conquistado. A conquista da paisagem, ou seja, seu conhecimento, antecedeu a conquista humana (do outro), pelo europeu ou, no mínimo, alianças entre europeu/índio favoreceu o domínio sobre o outro e seu habitat.

Cada sociedade e/ou grupo humano desenvolve noções diferentes de paisagem (MAXIMINIANO, 2004: 84), de acordo com suas observações, mas principalmente tendo em vista suas necessidades básicas de sobrevivência.

O conceito de paisagem não é muito antigo, apesar de ser alvo de estudos (mesmo que empíricos) por marcar a própria existência humana.

Rugendas (1959: 1) chama de paisagens naturais do Brasil do pós-contato de “Pitorescas”, talvez tenha sido esse viajante quem melhor as estudou e as mencionou.

Spix e Martius (1976) afirmaram que cada região do Brasil apresentava características naturais, principalmente vegetais, peculiar.

Foram os alemães que provavelmente instituíram o primeiro termo para designar paisagem (*landschaft*). Desde a Idade Média, a terminologia era utilizada para o desígnio de uma região de médias dimensões com ocupação parcial para o homem.

A partir do Renascimento, o desenvolvimento artístico passou a dar ênfase as paisagens nos quadros, afrescos e até na literatura.

Na França, o termo *paysage* serve como delimitador de um espaço e, só no século XVI, é que se une o termo paisagem a estética e ao belo. A partir de então, surge ou resurge a preocupação em aliar aspectos naturais ao belo. A simetria, por exemplo, dos jardins de países da Europa, como Espanha e França, passou a servir de modelo para o mundo, numa simbiose do natural e do belo.

A arte dos jardins que vigorou na Europa até o século XIX, consistia na intervenção do homem para “concertar” a natureza: dragagem de pântanos, construções de pontes, desvios de rios, construções de belos jardins em praças amplas e centrais nas cidades que (re) surgiam graças ao impulso de um novo sistema

econômico que gritava por novos modelos que satisfizessem os desejos de uma classe que enriquecia e queria conhecer o mundo, mesmo que fosse em zoológicos ou num parque. Surge a noção de paisagismo, ou dar uma nova roupagem ao velho, ao ultrapassado que não se adequava ao novo modismo da época. No mais, a partir do século XVI em diante, na impossibilidade de se visitar os lugares bucólicos, as pinturas e xilogravuras aparecem como pano de fundo das várias paisagens naturais de um novo mundo, agora ampliado com as recém-descobertas de paisagens novas, culturas, diferentes das conhecidas até então. Nesse sentido, o mundo se revoluciona à medida em que entram em cena realidades desconhecidas, uma natureza tropical relatada apenas por alguns poucos cronistas e pintores que tinham se aventurado em outras plagas do planeta antes das grandes navegações do século XV.

Humboldt (Apud PRATT, 1991), ao analisar a paisagem no século XVIII, seu interesse recai na análise dos aspectos fisionômicos formadores do ambiente sobre os seres que habitam uma dada paisagem. Para Humboldt, a paisagem varia de acordo com os elementos que a formam, especialmente solos e vegetais.

Ratzel (Apud MARTINS, 2009), no século XIX, evidenciou que existem relações causais na natureza, existindo leis que organizam a natureza e que são cientificamente observáveis.

Dokoutchaec definiu, no século XIX, o Complexo Natural Territorial (CNT), identificando as estruturas da natureza que iriam influenciar cientistas da Alemanha e países do Leste Europeu. Humboldt e Gresebach conservam a vegetação como elemento principal formador da paisagem, resultando, no futuro, nas novas concepções de ecologia da paisagem, defendida por Carl Troll (MAXIMINIANO, 2004).

Com o desenvolvimento de novas pesquisas e análise acerca do conceito de paisagem, componentes sociais passaram a ser integrados ao conceito.

Mas foi no início do século XX, que Schluter propõe associar elementos culturais ao conceito de paisagem; em meados do mesmo século, Schmitüssen propõe um “alargamento” do conceito acreditando que o estudo da paisagem deveria englobar vários aspectos, do natural ao social/cultural.

A Escola Norte-Americana de Berkeley, idealizada por Sauer a partir de 1925, propõe que a paisagem seja um organismo complexo, “resultado da associação de forma que podem ser analisadas” (MAXIMINIANO, 2004: 86), sendo a junção dos recursos materiais (culturais) e naturais de um lugar, mais as obras construídas pelo homem num processo de interdependência e sujeitas a ação do tempo. A paisagem não é estática, ao contrário, existe uma dinamicidade que envolve do natural ao cultural, num constante processo de transformações.

A França foi uma exceção no mundo, no século XIX, por não optar em criar um conceito por região ou gênero de vida, ligando-se mais a história propriamente dita dos grupos humanos do que aos traços físicos da natureza.

Em 1938, cientistas reunidos no Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em Amsterdã, reconhecem a necessidade em definir o conceito de paisagem, mesmo cientistas como Humboldt e Troll já de muito terem, a seu modo, conceituado paisagem. Visava-se, a partir desse congresso, congregar os vários pensamentos e correntes na busca de um conceito que abarcasse as principais idéias discutidas até então.

Segundo a Organização para Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (UNESCO), considera-se que paisagem é a “Estrutura do Ecosistema”.

O Conselho Europeu afirma que o meio natural, moldado pelos fatores sociais e econômicos, constitui-se paisagem através de uma perspectiva do olhar do homem.

Para os franceses, a paisagem está ligada basicamente ao visual, da mesma forma, o holandês vê a paisagem como tudo aquilo visível, nesse sentido, não dar para distinguir o que seja paisagem natural de cultural.

Para os alemães, a paisagem envolve noções de territorialidade, mas, voltada ao aspecto visual.

Já os Russos fazem uso dos aspectos territoriais e visuais para conceituar paisagem.

Maria do Socorro Lemos (1989) afirma que a paisagem é o resultado da interação do conjunto de fatores de formação, especialmente do solo. A partir desse conceito, o solo pode ser visto como importante agente formador da paisagem.

Norton e Smith, citado por Maximiniano (2004: 87) afirma ser “a expressão da relação entre vertentes e propriedades dos solos, onde ocorre uma relação inversa entre os ângulos de inclinação das vertentes e a espessura do horizonte a dos solos.”

Lima (1989, Apud Maximiniano, 2008) diz que paisagem pode ser identificada como um conjunto de formas e habitats ligados por corredores naturais.

Nos campos da Sociologia e Economia, paisagem pode ser vista como a base do meio físico onde o homem atua.

Burle Marx (1981) partindo de uma visão paisagística, vê as plantas como fundamentais no processo formador da paisagem. Há, nesse conceito, uma interrelação de plantas com o meio pressupondo que os aspectos ecológicos, biogeográficos e culturais se interrelacionam, formando uma paisagem estética.

Na Geografia, existe certo concenso para definir paisagem: sendo visto como o resultante da união dos seus elementos formadores, quais sejam: físicos, biológicos e antrópicos. Nesse caso, a questão cultural, ou humana, passa a ser importante porque o homem torna-se um agente formador ou transformador das paisagens.

A Geografia brasileira foi influenciada por visões diferentes, pressupondo que o conceito de paisagem mescla os conceitos francês e alemão. Do lado alemães, temos a influência naturalista de Humboldt; do lado francês, temos a observação da natureza sob uma óptica cultural, com forte influência antrópica.

No Brasil, a ação humana marca a paisagem, pois a cultura agindo sobre o meio natural, resulta na paisagem modificada ou cultural. Nessa perspectiva, desde a Pré-História o homem modifica o meio, transformando paisagens, recriando sistemas ou adaptando-os a sua forma de vida e sobrevivência.

Já para Bertrand (Apud MAXIMINIANO, 2004: 88), o conceito de paisagem vai mais além do que a mera representação do ambiente, mas sim, “a combinação dinâmica, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, porque a paisagem

não é apenas natural, mas é total, com todas as implicações da participação humana”. Dessa forma, depende do tipo de análise que irá ser inferido sobre a paisagem.

É impossível ver a paisagem, como um todo, sem a presença e intervenção humana. O homem sempre causou impactos ao meio, mesmo que seja visto através de escalas maiores ou menores.

Um dos conceitos mais interessantes que visa a estudar a paisagem do Brasil, talvez venha de Aziz Ab'Saber (1987), que no final dos anos de 1960 propõe os Domínios Morfoclimáticos Brasileiros considerando as multirelações e interdependência da vegetação, do clima e do relevo, moldando paisagens ecossistêmicas.

A partir da década de 1980, a proposta do geógrafo Ross inova no sentido de redefinir ou reclassificar o relevo brasileiro em unidades de Planaltos, Planícies e Depressões, formando 28 macro unidades geomorfológicas. A diversidade do ecossistema forma as várias paisagens do Brasil. Não esquecer de que, nesse processo, a ação antrópica é preponderante na formação.

Paisagem, enfim, seria a junção de variáveis: meio ambiente; ambiente natural; unidade espacial e visual, mais a ação antrópica. Os contornos de uma paisagem variam, também, de acordo com o tipo de análise que se faz dela.

Sem dúvida, a paisagem pode ser vista e analisada a partir de uma perspectiva macro, levando-se em consideração tanto os elementos naturais que as formam, quanto os aspectos sócio/político/culturais que as transformam.

Conclui Maximiliano (2004: 89-90) que: “A visão da paisagem sempre teve um aspecto utilitarista para praticamente todos os povos e em todas as épocas”. Variando, portanto, de acordo com a época, o espaço e a análise a ser realizada. Enfim, a paisagem influenciou os grupos humanos, do nascimento a morte, percebendo-se isso nos locais escolhidos pelos índios, na paisagem, para sepultamentos, aldeamentos, áreas de caça, coleta.

1.3. O povoamento dos Sertões nordestino

Desde o início da colonização europeia do Brasil que as primeiras incursões às caatingas tiveram lugar. Inicialmente foi colocado, em prática, o regime de sesmarias

ainda na época da divisão territorial em capitanias hereditárias, o que levou a criação de extensos latifúndios que predominam nos dias de hoje.

Foi, inicialmente, a monocultura da cana-de-açúcar, no Litoral, que deu início a busca por novas terras para a produção de bens de subsistência, produção extensiva de gados e o início da produção de culturas voltadas à exportação, a exemplo da cotonicultura. Com isso, seus antigos habitantes, os índios Tapuias Cariris e Tarairús foram dizimados, aculturados, cedendo lugar a sede voraz dos colonizadores, ávidos por lucros. Tudo isso tem contribuído para uma forte alteração do bioma caatinga e das paisagens ali dominantes, com a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos de pastagens e espécies exóticas, a exemplo da algaroba.

Práticas comuns como o desmatamento e as queimadas continuam como atividades rotineiras no preparo das terras para o plantio e pecuária. Isso só corrobora com a destruição da cobertura vegetal, prejudicando a manutenção das populações animais silvestres, a qualidade da água já escassa na região e o desequilíbrio do clima e solo. “Calcula-se que em torno de 80% dos ecossistemas originais já foram antropizados” (AMBIENTE BRASIL, 2007: 02).

A desertificação já atinge cerca de 74% do território paraibano, segundo o engenheiro João Ferreira Filho (DIÁRIO DA BORBOREMA, 2007: 8). Essa área, na verdade, apresenta verdadeiras ilhas de desertificação, sendo que áreas consideradas mais críticas estão no Curimataú, Seridó, Cariri e parte do Sertão.

Manoel Correia de Andrade (1963: 21), já afirmava que “é o Nordeste uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecida do país”. É uma imensa região de contrastes geográficos, culturais e sociais desde tempos imemoriais, como ainda hoje.

O Nordeste, como é conhecido atualmente com suas feições geográficas territoriais só passou a existir a partir de 1941, quando o Conselho Nacional de Geografia (CNG) faz uma grande classificação, dando as configurações atuais, com exceção do estado do Sergipe e Bahia. Em 1968, o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) é quem define as configurações atuais da região Nordeste do Brasil, com os nove (09) Estados atuais ⁶.

O processo de interiorização da colonização do interior da Paraíba se deu por duas frentes: uma a partir do Litoral via Agreste e outra pelos Sertões, subindo os rios da região, como o Paraíba e seus afluentes. Sertão, portanto, é visto como todo o interior, domínio incontestado do gentio bravo, área de predominância das caatingas, povoado no pós-contato por aqueles que buscavam pasto para os rebanhos de gados.

Moreau e Baro assim viam o Sertão (1979: 116):

Sertão, é uma espécie da região particular no continente, que está atrás de Pernambuco. Esta palavra significa boca do inferno, segundo me disse o nosso tradutor. Aí existem as mais belas matas do Brasil. Diversas nações de Tapuias habitam esta região; são amigos dos portugueses, à saber os Guyauas, os Toicuiuios, os Cariuios e os Pigruuos.

Para Morisot (MOREAU e BARO, 1979), Sertão “ é uma espécie de região particular no continente, que está atrás de Pernambuco”.

Para Herckmans (1985) eram os caminhos que cortavam “os desertos chamados sertões”.

Para Figueiredo Filho (1964: 5), Sertão é a “zona do interior, afastado da faixa litorânea”.

Domingo Jorge Velho, famoso sertanista do século XVII, Sertão era “o mais áspero caminho, agreste e faminto sertão do mundo”. “um caminho tão agreste, seco, e estéril, que só quem andou poderá entender o que ele é” (MEDEIROS FILHO, 1984: 15).

Na visão de Alfredo Taunay (1948: 9), havia dois sertões: aquele em que era possível encontrar algumas habitações e aquelas plagas inabitáveis, chamado de Sertão bruto, área virgem de homens.

A terminologia Sertão para o povo falante da língua Tupi era o de ser um lugar despovoado, estéril. O significado do nome é *póra-póra-lima*. Essa região tinha nas serras da Borborema o que Euclides da Cunha (1963: 94) chamou de “o asilo Tapuia”.

³ Neste trabalho, chamaremos de Nordeste a região definida pelo IBGE em 1968, área esta denominada pelos colonizadores e cronistas de Norte.

Assim, *Tapui-retam* (do Tupi – região dos Tapuias), era visto como o local onde se internaram os índios fugindo do contato com o branco sedento por riquezas, bem como fugiam dos Tupis, índios aguerridos que teriam expulsados alguns grupos étnicos Tapuias do Litoral. O Sertão era o vácuo, os chapadões, as áreas inóspitas, inacessíveis, onde, talvez imaginassem seus habitantes, poderiam finalmente viver em paz. Ilusão que terminou quando os colonizadores perceberam que daquela inóspita terra poderiam fazer brotar riquezas.

Na visão do Padre J. B. Hafkemeyer (s.d.), Sertão era todo o imenso interior das terras do Brasil, que abrangia desde áreas do interior do Rio Grande do Sul onde viviam aldeados os índios Guaranis, até o vasto interior do Brasil, como os de Sertões do Tocantins e os confins do Amazonas, capaz de ser alcançado pelos imensos rios que se lançavam ao mar.

No Nordeste, bem como na Paraíba, o Sertão (que aqui estendemos para as mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão (Figura 1), é a área mais extensa do Estado que está totalmente dentro do Polígono das Secas (IBGE, 2005). Segundo Manoel Correia de Andrade (1963: 40), cerca de 97.6% do território paraibano enquadra-se no Polígono das Secas. Assim, microrregiões como as dos Cariris Oriental e Ocidental, Seridó Oriental e Ocidental, Curimataú Oriental e Ocidental, estão totalmente inseridos neste contexto.



Figura 1 – Mapa da Paraíba: divisão política (Mesorregiões da Mata, Agreste, Borborema e Sertão – sentido Leste/Oeste).

Fonte: Wikipédia (2009).

João Duarte Filho (1938) inicia sua obra dando uma outra conotação do termo Sertão. Para ele, Sertão era o Nordeste, representado especialmente por suas mazelas. A uma região mal julgada e mal vista por todos. Terra de sol e seca, terra de selvagens.

O Sertão, outrora local de grande relevância, transformara-se numa tragédia enorme, iniciada nos primórdios da colonização e perpetuada até nossos dias. Sertão ainda hoje é sinônimo de miséria, mesmo que durante os dois séculos iniciais da conquista fosse visto como a região mais rica, e portanto, desenvolvida da Colônia latente.

A literatura dos cronistas cita que, na época da colonização, já se verificavam deslocamentos de grupos humanos (índios) dos Sertões (interior) para a região do Litoral, especialmente entre os meses de dezembro a fevereiro, época em que o cajueiro está safreando. Nos dias atuais, não é diferente. Nos anos em que as chuvas tardam a chegar, ou seja, se até o dia 19 de março (dia de São José) não começarem as invernadas, o sertanejo perde as esperanças de um ano bom de inverno, pois mesmo que chova não terá água suficiente para sustentar as plantações, são os períodos de seca verde. Há anos em que as chuvas não vêm e os meses secos se prolongam, emendando em dois ou mais anos sem que ocorram precipitações satisfatórias. A saída são as retiradas, o êxodo em busca de regiões mais úmidas até que o inverno (chuvas) voltem a cair na região.

A ocupação das áreas do interior das capitânicas do Nordeste do Brasil, Pernambuco e suas anexas, deu-se de forma extremamente violenta, resultando num dos maiores genocídios das Américas, que levou ao cativo, ao aldeamento e a morte de milhares de índios pertencentes a dezenas de grupos étnicos diferentes.

Maria Idalina (2002: 27) afirma que desde as primeiras tentativas de expropriação das terras, o aniquilamento cultural foi acompanhado de intensa resistência por parte dos índios, através de fugas, guerras e alianças intertribais. Acrescentamos aqui alianças com o próprio colonizador como forma de sobrevivência do grupo.

Stuart Schwartz (1988) afirma que estudos recentes demonstram terem sido os Tapuias pertencidos a vários grupos lingüísticos, transformando-se numa

heterogeneidade de povos com traços culturais distintos. O que realmente caracterizou esses grupos foi que parte significativa deles eram habitantes do interior (Sertões) não se excluindo, portanto, que alguns deles habitavam ou desciam ao Litoral, em certos momentos, bem como esses grupos humanos mantiveram contatos menores com os colonizadores no primeiro século de colonização lusa. Sua heterogeneidade cultural e principalmente linguística, bem como sua característica de povo pouco dócil favoreceu o afastamento destes com o colonizador, notadamente o português.

Existe, de fato, uma tremenda confusão na literatura e na documentação sobre os possíveis locais de aldeamentos destes grupos humanos nos Sertões. É fato que eles, os Tapuias, nome genérico para designar povos diversos com traços culturais diferentes, habitaram todo o interior.

Os Tapuias primitivamente conceituados pelos cronistas foram vistos como grupos que ofereceram maior resistência a tentativa de submissão imposta pelos colonizadores. Os colonizadores, de maneira geral, viam os Tapuias como violentos, agrestes, truculentos e foi desta forma que se criou um esteriótipo negativo desses índios. Foi, talvez, a sua não submissão ao colonizador que justificou seu extermínio por parte especialmente dos portugueses.

Sem dúvida, teria sido a introdução do gado criado extensivamente o grande causador das invasões territoriais dos portugueses as terras dos Tapuias, causando-lhes ou forçando-lhes a resistência. A partir daí, surge as inúmeras guerras insurretas dos índios contra as tentativas descabidas dos colonizadores em expulsá-los de seus territórios. Era através das guerras feitas contra os bárbaros que se conseguia o território indispensável para a ampliação do gado no Sertão, cada vez mais essencial para as várias atividades a que se prestavam.

Provavelmente os motivos principais que levaram os portugueses a realizarem as guerras contra os índios dos Sertões, foi a caça que estes empreendiam contra o gado criado solto já que, o gado solto não tinha proprietário, sendo permitido a todo e qualquer indivíduo da tribo abatê-lo (ALVES, 1982). É interessante de nota que a caçada ao gado solto se dava com maior afinco quando das grandes estiagens, portanto, quando havia escassez de alimentos para os índios.

Irineu Joffily nos informa que no ano de 1692, abateu sobre a região especialmente da Paraíba, uma grande seca, que levou os índios Tapuias da região, foragidos pelas serras a se reunirem em grandes bandos e caírem sobre as fazendas de gado, abatendo os animais e saciando a fome (JOFILLY, 1977). Vê-se mais uma forma de resistência, desta feita contra a seca e fome, do que contra o invasor branco.

Foi no ano de 1692 que foi marcado (assinado) o tratado de paz entre o Rei e o chefe Canindé, dos janduis. Houve uma quebra do tratado ou a situação gritante à qual passavam os índios desapropriados de suas terras os obrigaram a cometerem tal rompimento? Desprovidos de terras, caça e coleta, os índios se viam constantemente obrigados a quebrarem os tratados de paz, o que acabava por gerar novas guerras e mais atrocidades, até a extinção de inúmeros grupos. As facilidades em se conseguir sesmarias para a atividade criatória, geralmente grandes extensões de pelo menos três léguas, era um incentivo para a nova e lucrativa atividade que se desenvolvia na colônia, a medida que surgia também a necessidade de ocupação do interior, uma espécie de salvo-conduto contra possíveis novas investidas estrangeiras na região.

Maria Idalina da Cruz Pires (2002) chama a atenção para aqueles que, a partir do final do século XVI, invadiram as terras dos índios. Não apenas paulistas e colonos, mas também as várias ordens religiosas que aqui se estabeleceram com o objetivo de catequização, pois essas ordens tinham grandes fazendas em territórios indígenas e, por conseguinte, eram proprietárias de escravos, nem sempre negros.

Carlos Lemos (1979: 28) analisando o processo de povoamento do interior, que hoje é o Nordeste, afirma que foi lento e gradual, acontecendo à medida que se processava a expansão pastoril.

O ciclo pecuário, segundo Carlos Lemos, ocorreu com a minimização do ciclo de extração de madeiras, especialmente o Pau-brasil e com o desenvolvimento arraigado do ciclo do açúcar que impulsionou a criação de pequenos arruados, depois transformados em vilas, geralmente em áreas que antes tinham sido instaladas as antigas missões religiosas para a catequização do gentio brabo.

O gado, cavalar, muar e vacum, além do chamado gado miúdo (cabra, bode, ovelha e porco), essencial para a cultura ou ciclo da cana, serviu para propiciar o “devassamento dos “Sertões” (LEMOS, 1979: 28), através de duas frentes de

penetração: o chamado “Sertão de Fora” foi aberto e dominados os gentios pelos pernambucanos que ocuparam, de forma muito rápida, o Litoral da Paraíba, Rio Grande e chegando ao Ceará. Recebe o nome de Sertão de Fora as terras que margeavam o Litoral, o que chamamos hoje de Agreste. Já o “Sertão de Dentro” foi aberto e conquistado inicialmente pelos baianos que cruzaram o rio São Francisco e atingiram principalmente a bacia do rio Parnaíba, chegando ao sul do Maranhão, Piauí e Ceará, penetrando vias principais rios, o Sertão da Paraíba, com seus rebanhos numerosos de gado. Depois, com a revolta dos Tapuias, conhecida por Guerra dos Bárbaros, no século XVII e início do XVIII, foi a vez dos bandeirantes darem continuidade ao processo de devassa e conquista em definitivo do interior, ou Sertão de Dentro, nas palavras de Carlos Lemos.

Os vastos campos dos Sertões, especialmente aquelas regiões dos confins da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí estavam nas mãos de praticamente duas famílias: os Garcias D’Ávila, da Casa da Torre, e os Guedes de Brito, que mantinham seus currais e agregados, geralmente os “caboclos” que tinham um sistema de vida muito próximo aos antigos habitantes, os índios Tapuias da região aos quais descendiam diretamente: viviam os caboclos em estruturas arquitetônicas quase autônomas e coberturas e vedos de palha de palmeira encontradas na própria região. O giral de madeira, a esteira de palha, o velho fogão à lenha, as panelas de barro, a rusticidade para agüentar a lida e o trato com o gado criado solto nas caatingas, davam-lhes características peculiares, muitos vivendo em cavernas e abrigos rochosos como viviam os índios Tapuias antes da entrada do gado. Só nos séculos XVIII e XIX é que esse modo de vida do caboclo sertanejo começa a mudar, quando se define com “precisão uma técnica construtiva à européia, a seguir o exemplo litorâneo” (LEMOS, 1979: 28), é que a partir desse momento, algumas famílias de caboclos, devido aos sistemas de preação adotado na região, começaram a montar suas pequenas fazendas e, já estabelecidas na região, dão início as construções mais sólidas, casas geralmente alpendradas que subsistem ainda nos dias atuais. Nesse período (séc. XIX), praticamente não se encontravam mais índios nos Sertões da Paraíba; o processo de branqueamento da população, a extinção e a transformação das antigas aldeias em vilas contribuíram para o desaparecimento dos últimos remanescentes

Tapuias Cariris e Tarairiús na região, mas prevalecendo os caracteres físicos e os costumes desses grupos humanos na sociedade contemporânea.

1.3.1. O Índio e o convívio com a seca

Cypriano (2007: 25), ao analisar a relação existente entre homem e meio numa escala de interdependência e complicidade, é contundente ao explicar que para o índio o meio em que ele vive apresenta um significado totalmente adverso a concepção européia. A cultura indígena nesse sentido, é peculiar e totalmente distinta da européia do contato, com um saber e acuidade que foi percebido e assimilado rapidamente pelo colonizador.

O saber ocidental europeu sempre viu a caatinga como selvagem e improdutivo para a agricultura, mas foi daí que brotou, assim como no Litoral, riquezas, especialmente naquilo que Capistrano de Abreu chamou Civilização do Couro.

Existem algumas fontes primárias que descrevem as caatingas como de difícil sobrevivência e habitação, baseando-se numa concepção europeizada de ecologia, de modelo de ocupação que refletia a impossibilidade prática de “implantar modelos de exploração ou de colonização da América”. É sabido que tal pensamento logo nos primórdios da colonização caiu por terra e, dos portugueses aos holandeses, percebeu-se que o interior poderia ser fonte de riquezas.

No início do contato, o índio, que João Duarte Filho (1938: 105) chama de “caboclo brabo”, já sofria com o fenômeno natural das secas, buscando no Pajé alguma feitiçaria ou ritual mágico/religioso que aplacasse a fúria dos deuses e acabasse com as secas. Com a introdução do cristianismo, passou-se a rogar aos santos católicos o fim da seca.

Por volta do ano de 1600, Pero Lopes de Sousa (1964) menciona uma grande seca nos Sertões que dizimava gado e gente. Historicamente falando, esta pode ter sido a primeira grande seca mencionada por um cronista que mostrava seus efeitos devastadores. Os auxílios aos miseráveis da seca que foi, sem dúvida, acirrada cada vez no pós-contato, não tardaram a chegar e, quase sempre, vinham apenas para os brancos e os seus. O contato contribuiu para quebrar uma certa homeostase existente, forçando os índios a quebrarem o conhecimento que tinham adquirido, durante

milênios, na região, sabendo driblar as secas periódicas que assolavam aquelas plagas, provavelmente desde o fim do Ótimo Climático, há mais ou menos 5.000 AP. A seca no Nordeste, sempre foi vista como o grande inimigo pré-histórico do povo, sendo que o problema acentuou-se com o assoreamento dos riachos e rios, o pisoteamento e a compactação do solo pouco profundo, com a introdução do gado em fins do século XVI. Foram nas grandes secas ocorridas no pós-contato, especialmente na de 1877, que se verificaram entre os colonos casos de antropofagia, no dizer de Duarte Filho (1938: 108) “gente comendo gente”. A essa altura, os Sertões já estavam quase que totalmente despovoado de índios.

Nas entrelinhas da obra *O Sertão e o Centro*, João Duarte Filho (1938) faz menção ao homem rústico do Sertão, mostrando a rusticidade, o convívio com o “flagelo das secas” e o ser “humano”, em termos de cordialidade que é. Na verdade, talvez, sem perceber a sinonímia que realizava, o autor simplesmente mostra as características que apresentavam os Tapuias quando dominavam aquela região, herança que nos legaram e que o povo acaboclado⁷ do interior teima em não reconhecer, nesses traços físicos/econômicos/sociais e principalmente culturais, a mão invisível dos índios que talhou no povo do Sertão contemporâneo as características que apresentam, mas imperceptíveis para os mesmos, devido a forma fugaz, arrasadora a que foram submetidas as culturas indígenas.

1.4. Estudos dos Paleoambientes: prova incontestante de um passado gigante

A existência de restos fósseis em inúmeros tanques e lagos pleistocênico nos Sertões da Paraíba é uma prova que as características geoambientais mudaram nos anos anteriores aos últimos dez mil anos na região.

Havia espécies de grandes tamanhos, a chamada fauna gigante, ou megafauna. Espécies estas, comparadas aos animais existentes atualmente na África e na Ásia. Isso só vem a corroborar com a tese de que o clima mudou, provavelmente no final do Pleistoceno, tão quente como atualmente, mas muito mais úmido, como já fora observado em outras regiões homônimas (SERRA DA CAPIVARA, 1998: 35),

⁷ Indivíduo que tem cor, feições, modos ou origem de caboclo, também conhecido como ABUGRADO (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2009). São os indivíduos que habitam os Sertões, que tem como ancestrais os antigos habitantes índios Tapuias que se mesclaram aos brancos colonizadores.

facilitando a existência de uma vegetação mais exuberante, proporcionando melhor qualidade de vida para os animais da região (SANTOS, 2008a).

Entende-se por megafauna aos animais que apresentam peso superior a 10 Kg quando adultos e microfauna é quando os animais apresentam menos de 1 Kg quando adulto. Os animais que se enquadram entre estes dois conceitos são chamadas comumente de fauna normal.

A megafauna dos Sertões da Paraíba, pelos achados paleontológicos encontrados até o momento, era rica em espécie e em peso. Santos (2008a), em trabalho realizado na prospecção de sítios paleontológicos no Estado, conseguiu identificar inúmeras espécies que teriam vivido na região durante o Pleistoceno (2 milhões a 10 mil anos a. C.), sendo extintos em definitivo no início do Holoceno.

Comparando a megafauna extinta da região com os animais que temos atualmente, percebe-se a diferença em termos de quantidade: no passado, devido a questões climáticas favoráveis, havia mais espécies do que hoje. Tudo isso corresponde ao final da era glacial no hemisfério Norte e, lógico, a mudanças substanciais no Sul, resultando na extinção gradativa das espécies gigantes.

Os fatores que possivelmente teriam levado essas espécies à extinção são vários e poucos estudados: mudanças climáticas⁸, antropismo, doenças.

Por analogia com a região da Serra da Capivara, acreditamos que os grandes animais que ali viveram, no final Pleistoceno, tenham sido os mesmos dos Sertões da Paraíba. Assim, identificaram-se os seguintes animais: *Palaeolama*, uma espécie fóssil prima da *Ilhama*; *Catomyx*, espécie de preguiça gigante terrestre de porte médio; *Erematherium*, preguiça gigante terrestre de grande porte da família dos Megaterídeos (SERRA DA CAPIVARA, 1998: 35). Não se sabe ao certo se a espécie *Hippidion*, Cavalos Selvagens, existiu de fato na nossa região. Por analogia com a Serra da Capivara, no estado do Piauí, onde foram identificadas pelo menos duas espécies desse herbívoro corredor, acreditamos, portanto, terem esses animais habitado nossos

⁸ É possível que essas mudanças climáticas (mais seco) tenha proporcionado a diminuição de alimentos para os animais herbívoros, quebrando, segundo Melo (2007: 15), a teia alimentar da região.

Sertões. Outras espécies foram identificadas em pesquisas desenvolvidas na região de Campina Grande.

Outros animais da megafauna supõem-se terem vivido na região: *Smilodon Populator*, o tigre-de-dentes-de-sabre; este felino não era o único que habitou a região: onças, gatos-do-mato, raposa, etc., podem ter convivido com o *Smilodon*, sendo que o tigre-de-dentes-de-sabre foi extinto, talvez pelo seu grande porte e a quantidade de alimentos que necessitava para manter seu metabolismo, os outros, mesmo em pequeno número, ainda são encontrados.

O tatu gigante, *Pampatherium*; os *Toxodons* eram animais que se assemelhavam com os hipopótamos atuais do continente Africano; o Mastodonte, animal imponente pelo seu porte, já fora detectado em várias localidades do interior da Paraíba, especialmente uma sub-espécie comum nos Sertões do Nordeste denominada de *Haplomastodonte waringi*, da família dos Gomphotherídeos (SANTOS, 2008a).

Com relação aos veados, atualmente em alguns rincões dos Sertões da Paraíba ainda se encontram algumas espécies, o que nos leva a conjecturar que elas existiram durante o Quaternário. Provavelmente as espécies *Mozama gouzoubira* (veado mateiro), ambos já identificados em várias áreas do Nordeste do Brasil, também viveram aqui durante o final do Pleistoceno, chegando ao Holoceno e os dias atuais.

Quais as conclusões que podemos tirar sobre os fósseis da megafauna pleistocênica que teriam vivido nos Sertões da Paraíba? Ela nos fornece vários dados: 1 - riquezas e diversidade faunística do período; 2 - condições geoambientais (climáticas e florísticas) adversas das atuais; 3 - condições pluviométricas e hidrológicas adversas das atuais; 4 - existência de vegetação de pradarias e de florestas mais abertas, com o solo rico em gramíneas e árvores com características diferentes das atuais, provavelmente perenifólias, caracterizando, portanto, uma época mais úmida, mas um clima quente, talvez como o atual.

A grande questão é saber se o homem pré-histórico da Paraíba conviveu lado a lado com esses animais. Como as pesquisas arqueológicas e paleontológicas nesse campo estão apenas começando, é difícil e arriscado fazer conjecturas acerca desta questão. No momento, o máximo que se dá para fazer são analogias com outras

regiões em que já fora comprovada cientificamente a coexistência do homem pré-histórico com a megafauna, como é o caso dos estudos desenvolvidos na Serra da Capivara, no Sertão do Piauí e na região de Central, na Bahia.

1.4.1. Paleoambientes e ecossistemas pré-históricos do Nordeste Brasileiro

A natureza química das rochas pré-cambrianas do Nordeste brasileiro não contribui para a preservação, durante muito tempo, de material orgânico, especialmente ossos, sejam eles humanos ou dos animais que aqui viveram há milhares de anos.

Nos afloramentos calcários da Serra da Capivara, pela natureza da rocha, foram escavados sítios paleoarqueológicos, a exemplo da Toca da Janela da Barra do Antonião, Toca do Serrote, Toca de Cima dos Pilão, dentre outros (GUERIN e FAURE, 2004: 231), que guardam testemunho de uma rica fauna do passado, servindo de testemunho que a região apresentou uma situação de temperatura bem mais úmida do que a atual.

Na Paraíba, como as pesquisas nesse campo são praticamente inexistentes, não existem dados significativos que comprovem, por exemplo, o contato direto do homem pré-histórico com a megafauna, capaz de nos fornecer informações precisas tanto sobre o paleoclima da região como o próprio *modus vivendi* do homem no período, o que existem são suposições sem nexos de curiosos sem a menor formação e conhecimento da temática, emitindo parecer através de um primeiro olhar em restos de fauna fósseis encontrados em lagoas pleistocênicas no interior do Estado (SUENE, 2006) e (PAPES, 2005).

Na Serra da Capivara como também na região de Central, estado da Bahia (CENTRAL 1985), o estudo da megafauna apontou indicações paleoecológicas que forneceram uma visão do meio ambiente do Pleistoceno Final e começo do Holoceno totalmente adverso do que é hoje, provando que o clima anterior ao Holoceno era diferente, daí a existência, também, de uma fauna adaptada aquela situação.

Desde o século XIX, os animais da megafauna vêm sendo descritos no Nordeste do Brasil, como é o caso da espécie-tipo *Toxodon platensis*, descrito por Darwin, no Quaternário recente da Patagonia (GUERIN e FAURE, 2004: 236).

Algumas dessas espécies gigantes conseguiram se adaptar a uma nova situação climática no Holoceno e sobreviver, sofrendo adaptações e chegaram aos nossos dias.

A família dos Canídeos teve um importante representante na megafauna pleistocênica do Nordeste do Brasil. O grande *Protocyon troglodytes* apresentava o tamanho de um lobo grande e pesava em torno de 50 Kg, encontrado em jazidas pleistocênicas do Nordeste brasileiro. Outra família que teve os animais gigantes desaparecidos foi a dos cervídeos (*Manzana Sp* e *Cervus Sp*). Atualmente ainda se encontra nas áreas mais afastadas e preservadas de caatingas, especialmente nas áreas abrejadas, primo dessa família, são os veados mateiros.

A família dos felinos ainda subsiste em alguns rincões do Nordeste do Brasil e, especialmente na Paraíba, na região de São João do Tigre. São os “primos” diretos dos extintos *Smilodon populator*, da grande família dos Felídeos, que faziam parte de uma subfamília particular, os Machirodotes, mais conhecidos por Tigres-de-dentes-de-sabre. Atualmente esta família é completamente fóssil.

Enfim, o estudo da megafauna pleistocênica e suas inúmeras famílias servem de testemunho de importantes mudanças climáticas que ocorreram no final do Pleistoceno e início do Holoceno, acerca de 10.000 anos AP. A harmonia do ambiente em que eles viviam foi quebrada e teve início o processo de extinção, sobrevivendo, na região, os animais de pequeno porte, fáceis de se adaptarem a nova situação do ambiente.

Armando Laroche (1981), importante estudioso da Pré-História do Nordeste, tece severas críticas a classificação americana de Wormington em usar uma escala única para dividir a Pré-História da América, em cinco períodos: líticos, arcaico, formativo, clássico e post-clássico, afirmando que esta classificação não se enquadra de forma satisfatória ao desenvolvimento cultural pré-histórico do Nordeste do Brasil.

Outros pesquisadores norte-americanos acreditando que a antiguidade do homem das Américas tendeu a envelhecer ainda mais e sugerem outras divisões: o arqueolítico e o cenolítico.

Na verdade, em inúmeros sítios arqueológicos já estudados no Nordeste do Brasil, encontrou-se uma gama muito grande e diferenciada de materiais líticos, o que

levou Laroche a insinuar tratar-se de “mudanças econômicas que, por sua vez, provocaram alterações nos equipamentos líticos dos grupos humanos, que procuraram se adaptar às novas condições de vida, já que outros, diante do sucedido, emigraram, tentando reencontrar em paragens diferentes, suas condições habituais de vida” (LAROUCHE, 1981: 44). Duas importantes informações extraímos do exposto por Laroche: primeiro, aconteceram mudanças ambientais radicais em algumas áreas do Nordeste do Brasil em períodos anteriores provavelmente ao Holoceno; e, segundo, houve uma adaptação, quando não a fuga, de grupos humanos a essas novas mudanças com o fim do último glacial.

Em Bom Jardim, Agreste de Pernambuco, encontraram-se datações absolutas de 11.000 anos AP. para equipamentos líticos do grupo da tradição Itaparica, sendo caracterizado por pontas de flechas, caracterizando a existência, na região, de um povo caçador, provavelmente ligado a megafauna pleistocênica e de animais pequenos, além de ter desenvolvido, de forma paralela, as atividades de pescador e coletor. Nos sítios arqueológicos Lagoa da Casa e Pedra do Caboclo, ambos em Bom Jardim, encontraram-se artefatos de Pedra Lascada, não polidos, associados a ossos de megafauna, comprovando a antiguidade do homem na região, e o contato com esses animais extintos, inclusive os da família dos *Prosbocídeos*.

Em regiões agrestinas da Paraíba e Pernambuco, encontram-se, com certa frequência, tanques e lagoas pleistocênicas, havendo depósitos dos fósseis da fauna extinta, sendo encontrados em conglomerados sólidos material lítico e os ossos fossilizados de animais da megafauna. Estes materiais estão nas partes mais profundas dos tanques e lagoas. Nas camadas mais superficiais, encontram-se os subfósseis, sugerindo idade relativamente recente.

Em escavações na região de Angicos, no Sertão do Rio Grande do Norte, Laroche escavou em areias de depósitos aluvionários que estavam assentados sobre conglomerados fluviais provando mudanças geo-climáticas nas áreas semiáridas do Rio Grande do Norte e, pela aproximação, da Paraíba.

Em várias regiões dos Sertões nordestinos, já fora identificada a presença muito antiga dos grupos pré-históricos, mas devido as poucas pesquisas, os dados ainda são incipientes. Pelos achados líticos muito antigos nessas regiões semiáridas, acredita-se

que estas áreas seriam de intensas disputas pelos grupos humanos cuja dieta alimentar retiravam totalmente no meio em que viviam.

Os dados sobre o semiárido nordestino em datas anteriores ao Holoceno ainda são poucos incertos, mas acredita-se que houve uma “considerável baixa de temperatura acompanhada de transgressões marítimas. O nível do mar há 11.000 anos B.P. estaria à cerca de 80 metros abaixo do atual” (LAROCHE, 1981: 46). Isso leva-nos a conjecturar que os grupos humanos desse período tinham acesso a mais alimentos e água, e devido as temperaturas mais amenas, viviam nos vales mais úmidos, expostos aos riscos constantes dos enormes predadores do final do Pleistoceno. A medida em que a temperatura se eleva, esses grupos mudam seus hábitos, procuram as meias encostas e os altos das serras onde conseguem mais alimentos e principalmente uma temperatura mais amena. Já existem indícios que grupos humanos buscavam os abrigos naturais no alto das serras para viverem temporariamente ou não, ou para práticas de rituais fúnebres.

Essa situação apresentada anteriormente deve ter contribuído para a existência, no Litoral, de uma plataforma marítima que avançaria centenas de metros onde hoje estão as praias, e no interior prevaleciam as extensas savanas e tabuleiros, servindo de pastagem para os grandes animais que ali viviam (herbívoros). Findas estas cadeias alimentares, diminuindo água e pastagem, levando a extinção gradativa os animais da megafauna que conviveram com o homem pré-histórico na região.

José Nunes Cabral de Carvalho (Apud LAROCHE, 1981), acreditava que a megafauna no Nordeste do Brasil, especialmente na região semiárida, desapareceu entre o quinto e o sexto milênio a.C., devido a alterações climáticas de grande proporções na região: extinção das grandes áreas de pastagens e elevação drástica das temperaturas. As pesquisas realizadas em Bom Jardim, por Laroche, obtiveram essas conclusões.

Com o fim da megafauna, há também uma mudança de hábitos humanos. Segundo Laroche (1981: 46), os grupos humanos passam a utilizar instrumentos líticos diferentes e a usar mais a madeira além de passar a morar nas áreas de vales e em habitações a céu aberto, nos campos rasos, livres da temível megafauna. É um período

em que esses homens deixam as áreas mais elevadas e os abrigos para buscarem as áreas próximas aos rios.

Laroche (1981) conseguiu acompanhar as fases de transformações do meio ambiente analisando as transformações sofridas nos instrumentos líticos, encontradas nas camadas estratigráficas dos sítios por ele escavado. Inicialmente eram pontas foliáceas finas (unifaces ou bifaces), compridas, penetrantes, médio e grande porte, típico do final do Pleistoceno e início do Holoceno, com o tempo, os materiais líticos foram sendo transformados em lesmas e raspadores, ferramentas espessas e grosseiras, pois não tinham mais serventia para as grandes caçadas dos animais da megafauna extintos. Essas novas peças serviam basicamente para raspar e cortar. Agora prevalecem as micropontas, pequenos projéteis, talvez para uso em zarabatana ou mesmo por pontas de ossos ou madeira, capazes de perfurar pequenos animais, os que sobreviveram das transformações ambientais do começo do Holoceno. Aos poucos, talvez em contato com outros grupos humanos que chegaram na região, esses grupos de caçadores podem ter se adaptado a uma nova situação, transformando-se em horticultores, mas não deixando de lado os velhos hábitos da caça e da coleta. Espigas de milho em estágio semifóssil encontradas nos Sertões de Bom Jardim, em Pernambuco, podem atestar o exposto. Com isso, calcula-se que por volta de 2.800 a. C., esses grupos deram início ao uso da cerâmica. Resta saber se esses grupos horticultores/ceramistas pertenceriam ou não a mesma linhagem cultural dos grupos caçadores da megafauna.

Laroche (1981: 47) faz as indagações que muitos já fizeram e continuam a fazer sobre os prováveis motivos da extinção da megafauna nos Sertões do Nordeste: teriam desaparecido com o fim das grandes áreas de pastagens essenciais para manterem o metabolismo desses animais gigantes? Foram os caçadores os grande responsáveis pela extinção? É difícil responder a tais indagações. Particularmente acreditamos numa junção de fatores, como os expostos anteriormente.

O que se sabe é que entre o final do Pleistoceno e início do Holoceno, tivemos nos Sertões do Nordeste “um período de frio” (LAROCHÉ, 1981: 47), alternado-se com períodos muito quentes, com ecossistemas de pastagens favorecendo esses animais, poucas florestas, uma fauna herbívora de grande porte e caçadores-coletores que conviveram com eles.

Com as elevações constantes das temperaturas atingindo a seu máximo por volta do quinto milênio a.C., houve uma alteração no bioma, fazendo sumir as pastagens, elevando as chuvas e temperaturas, entrando no que Armand Laroche chamou de Idade da Madeira, que durou até cerca de 2.500 anos AP., quando houve o processo de regressão das florestas costeiras e o surgimento do bioma que chamamos de tabuleiros, fazendo sobreviver apenas a fauna que temos atualmente. Laroche ainda aponta que entre o terceiro e o segundo milênio a.C. houve o que ele chama de Pequeno Pluvial, período em que deve ter ocorrido um frio seco, que teria provocado o reaparecimento dos tabuleiros, mas sem grandes alterações para os biomas, como aquelas que ocorreram no início do Holoceno. Em suma, nos últimos 2.000 anos, as alterações naturais são mínimas, mas têm se acentuado as ações antrópicas, principalmente no pós-contato⁹.

⁹ Antecessor ao Holoceno, inúmeros eventos se sucederam a tal ponto de modificar por completo o ambiente do que hoje é o Nordeste do Brasil. Mutzenberg (2007: 8) apresenta os principais eventos paleoclimatológicos, em escala mundial: 1. o clímax do Último Máximo Glacial, por volta de 18.000 anos AP., 2. o aquecimento global por volta de 10.000 anos AP., que pôs fim a última grande era glacial.

No pós início do Holoceno, por volta de 7.600 a 4.500 anos AP., tem-se início a chamada Idade Hipsitérmica, quando a temperatura no planeta chegou a apresentar de 2 a 3 °C mais elevada do que a atual. Até cerca de 1.000 anos AP., acredita-se ter havido uma forte oscilação na temperatura do período, chegando a existir um segundo ótimo Climático.

Entre os séculos XVI e XIX, a temperatura do planeta diminuiu entre 2 e 3 °C, se comparada com a atual. Foi neste revés que as culturas humanas pré-históricas e históricas no continente brasileiro se desenvolveram. Nos últimos 100 anos temos um aumento gradativo da temperatura em todo o planeta, em pelo menos 2 °C, talvez como consequência das ações antrópicas.

As variações climáticas nos Sertões da Paraíba pode ter influenciado desde muito antes da chegada dos colonizadores a fixação do homem na região, pois nas áreas tropicais a transição entre o Pleistoceno e o Holoceno não está completamente definida nem tampouco conhecida, mas deve ter tido uma certa reflectância na região, não impedindo que grupos humanos ali se fixassem desde tempos imemoriais. Assim, de fato estudos locais e regionais acerca do Paleoambiente nordestino, são poucos e pontuados: Serra da Capivara e entorno, algumas regiões dos Sertões da Bahia e de Pernambuco e recentemente no Seridó do Rio Grande do Norte. Na Paraíba, apenas alguns poucos levantamentos preliminares dos animais que viveram entre o final do Pleistoceno e início do Holoceno tem sido realizado.

Assevera Mutzenberg (2007: 11) que as características geoambientais do semiárido do Nordeste do Brasil, no final do Pleistoceno e início do Holoceno, por volta de 10.000 anos AP. até os nossos dias, "já estaria com as características de um clima semiárido continental com baixos índices pluviométricos". De forma geral, os grupos humanos que aqui se estabeleceram e seus possíveis descendentes que foram contactados pelos colonizadores já estavam há milhares de anos adaptados ao rigor climático que reina na região.

Para Correa (2005), o período de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno foi marcado por transformações substanciais na remobilização das coberturas vegetais. Gouveia (2005) e outros, ao analisar isótopos de carbono, principalmente em área da Paraíba, a partir de amostras de solos, traça um perfil do que seria o Paleoambiente da região nordestina no final do Pleistoceno: 1. entre 15 e 9 mil anos AP, haveria o predomínio arbóreo da vegetação; 2. Entre 9 e 4-3 mil anos AP., predomínio de plantas arbustivas, devido a um clima mais seco; 3. a partir de 3 mil anos AP., retorno de uma vegetação arbórea em pontos localizados, talvez em áreas elevadas, leitos de rios e lagoas e vales.

A Terra, ou a natureza propriamente dita (a atmosfera, hidrosfera e a litosfera) “tudo dá ao homem, desde os vegetais que utiliza na sua alimentação, as madeiras com que constrói, as plantas com que fabrica numerosos medicamentos” (MACEDO, 1974: 23). Nesse sentido, os primitivos povos do Brasil souberam extrair do meio ambiente as matérias-primas essenciais a sua sobrevivência, sem causar sérios impactos ambientais. Mas foi a cobiça humana e o sistema capitalista que levaram, desde o século XVI, a dizimação de nossos recursos naturais e de sua gente.

Cada sociedade desenvolveu um modo de vida específico, de acordo com suas necessidades e com o que o ambiente lhes oferecia. Só a título de exemplo, a vegetação varia imensamente numa região relativamente pequena, como a Paraíba, levando os grupos humanos que habitaram o território em épocas remotas a fazerem uso diferente desses nichos ecológicos. A vegetação é o espelho do clima e os seres vivos, em geral, têm na busca ao alimento a sua atividade primordial. Assim, o ser humano do passado passava parte significativa de seu dia em atividades de caça, pesca e coleta e, ao contrário, não vivia numa total ociosidade, principalmente naquelas áreas que consideramos de climas mais hostis, como as semiáridas.

Sempre foi motivo de grandes discussões entre os cientistas saber as relações homem/meio, especialmente entre povos ágrafos.

Tabus alimentares adaptativos têm levado especialmente antropólogos, a estudar o processo de sobrevivência biológica, bem como outros usos que os fazem do

Pesquisas no Maranhão em áreas lacustres, aponta que entre 15 e 9 mil anos AP., utilizando-se de isótopos de carbonos 12, 13 e 14, chegaram a conclusões que o clima nesse período estava mais úmido, expandindo-se o cerrado entre 9 e 3 mil anos AP. (MUTZENBERG, 2007: 12).

Ribeiro Apud Mutzenberg (2007: 14) indica que “...há 8.000 anos houve mudanças significativas na vegetação nestas áreas”, em outras palavras, nas regiões de Brejo de altitude, de Mata Atlântica e Caatinga, em termos de vegetação, pouco ou quase nada mudou durante o Holoceno, assim, as feições geoambientais que temos atualmente nos Sertões do Nordeste são praticamente as mesmas de milhares de anos, com poucas oscilações e mudanças significativas.

Foi Binford (1962) que propôs, via sua Teoria de Alcance Médio, a possibilidade de se buscar o funcionamento do passado através de observações no e do presente, especialmente através dos vestígios arqueológicos. Nessa linha de pensamento e, ligado ao material arqueológico, pode aparecer a chance em se conhecer os ambientes do passado e a dinâmica sócio-cultural-ambiental.

Nesse ínterim, o homem habitante dos Sertões desde a Pré-História vem passando por um longo processo de adaptabilidade ao meio, processo esse herdado por aqueles que conquistaram a região a partir do século XVI. O homem ao se deparar com transformações em seu ambiente, ou se adapta a essas novas transformações, ou migra, ou se extingui. Sem dúvida que os nossos índios seguiram o primeiro passo citado anteriormente.

Sem dúvida que o conhecimento do Paleoambientes traduz o *modus vivendi* do homem do passado e, dessa forma, possam a entendê-lo como vivem hoje.

meio. Esses grupos aparecem como dependentes de três componentes do sistema ao qual está inserido: o inorgânico, o orgânico (vegetal e animal) e o geo-climático.

Os grupos humanos que habitaram os confins da Paraíba, encontravam-se extremamente adaptados ao ambiente hostil das caatingas. Claude Levi-Strauss (1976: 19) é contundente ao afirmar que o homem que vivia em sociedade tribal tinha do ambiente amplo conhecimento, estudando seu habitat, observando o elo da teia alimentar, para não quebrá-la, determinando seu equilíbrio. Nossos índios conheciam, a fundo, as espécies que lhes seriam ou não úteis, extraindo da mesma o essencial para seu desenvolvimento sustentado.

Cada grupo indígena tinha conhecimento específico do uso da fauna e flora, seja no campo medicinal ou alimentício. Um grupo sendo extinto, extinguiu-se também tais conhecimentos (POSEY, 1983).

Os índios dos Sertões da Paraíba, com relação ao uso do ambiente, não eram nem poderiam ser diferentes dos índios do restante do Brasil. Geralmente, sabiam como tirar o máximo de proveito do solo, por mais hostil e estéril que este demonstrasse ser. Aziz Nacib Ab'Saber (2000: 33) fala que a adaptação dos grupos humanos nas Américas, desde a Pré-História, foi obrigatória e lenta. No caso dos colonizadores europeus ela foi forçada e rápida. A idéia de um índio nômade, no caso dos Tapuias dos Sertões da Paraíba, advém da forma como eles viviam. Os cronistas, a exemplo de Elias Herckmans (1985), falam em grandes aldeias, mas ao passo que eles, os índios, viviam errantes em busca de alimentos. Na verdade, o que esses grupos humanos faziam era tirar o máximo de proveito possível do ambiente, circulando por várias zonas ecológicas do seu imenso ecossistema das caatingas.

As zonas ecológicas, que Berta G. Ribeiro (1987: 18) chama de "ecozonas" são locais onde sabia-se existirem determinadas espécies ou áreas de matérias-primas específicas capazes de lhes fornecerem, em certas épocas do ano, alimentos ou recursos diversos que pudessem lhes servir e ajudá-los na sobrevivência. Não queremos, contudo, afirmar ser o índio um produto meramente do meio, mas que estava integrado ao meio, interagindo com ele.

Acreditamos, por exemplo, que os Tapuias bem como outros grupos indígenas do Brasil tinham amplo conhecimento do meio em que viviam, com experiência

suficiente para distingui-los, por exemplo, como faziam os Kuikuros (Karib) as possíveis propriedades para o plantio e/ou desenvolvimento de culturas.

Betty Magger (1977) é contundente ao afirmar que a agricultura itinerante praticada por inúmeros grupos indígenas do Brasil, como os Cariris e Tarairiús, era de forma adaptativa, extremamente especializada em desenvolver no solo, culturas pobres, com escassez de água, etc., e não como menciona muitos cronistas, tratar-se de uma agricultura primitiva e incipiente. Afinal, os índios da Paraíba conseguiam retirar do solo e das matas, aparentemente pobres, o sustento para seus milhares de indivíduos, vivendo harmoniosamente com o ambiente.

A agricultura praticada pelos índios da época do contato apresentava a vantagem de manter a fertilidade do solo, na medida em que não erradicava totalmente a vegetação nativa do roçado; pequenas áreas desmatadas de cada vez, minimiza os impactos da ação de exposição direta do solo aos raios solares, bem como ao processo de lixiviação do solo, especialmente no início das fortes invernações no semiárido; as plantações dos silvícolas eram diversificadas, com extratos arbóreos de tamanhos diferentes, o que simplesmente minimiza o impacto das gotas de água no solo e a propagação de pragas, comum em áreas de monoculturas; o solo do semiárido é ácido e salino, o que pressupõe que empiricamente os índios conheciam essas características, daí plantarem espécies nativas adaptadas a tais características; o uso de pesticidas naturais, a exemplo da borrifação feita a base de fumo e água, evita a contaminação dos alimentos. Tal prática tem sido comum ainda nos dias de hoje; os índios deixavam o que chamamos atualmente de corredores naturais ecológicos entre os campos cultivados e suas aldeias, o que favorecia a dispersão natural de sementes e refúgios naturais para a fauna local; a queima e o abandono no solo do restolho (restos) de plantações nos campos e seu apodrecimento natural, serviam como adubo orgânico para alimentar os brotos que surgiam; por fim, a tecnologia dos Tapuias, como o uso de estacas para cavar o solo e semeá-lo é mais preferível a enxada, justamente por não expor parte do solo ao calor intenso e aos raios solares que tocam a superfície danificando a estrutura do solo e expondo a matéria-orgânica em decomposição.

Sobre este tipo de cultivo e aproveitamento racional do ecossistema, Berta Ribeiro (1987: 21) aponta que:

O cultivo itinerante constitui, portanto, uma solução ecológica racional encontrada pelo habitante nativo. Sua contraparte é uma baixa concentração demográfica e uma dispersão dos agrupamentos humanos. No caso do Brasil, ele representaria um benefício, porque permitiria a ocupação total e mais harmônica do território.

Foi a conquista que mudou tal padrão, modificando radicalmente a estrutura fundiária da região em apreço, ou seja, dos Sertões da Paraíba.

No caso específico do plantio da mandioca, os índios utilizavam-se de determinados conhecimentos técnicos para a escolha do broto a ser plantado: quantidade e qualidade de seus tubérculos, tipo de amido que fornecem a cor da haste, distância entre as folhas dos galhos, quantidade dos galhos, espessura do tronco, etc., conhecimento prévio essencial a obtenção de bons frutos numa área pequena, geralmente em torno de um hectare.

A roça durava, entre os Tapuias, de dois a cinco anos, quando a macenga tornava-se difícil de ser controlada e o solo naturalmente ia exaurindo seus nutrientes. O local era abandonado e a vegetação nativa rapidamente recompunha a paisagem graças, em parte, aos animais que viviam nos corredores ecológicos e que espalhavam naturalmente as sementes na área e os brotos anteriormente deixados no lugar quando do início do processo.

Entre os Kaiapós, por exemplo, havia uma grande intercalação de produtos comestíveis: batata-doce, cará, mandioca brava e mansa, milho, etc., o que naturalmente controlava pragas e evitava-se um maior desgaste da área, além do que tinham acesso a uma quantidade significativa de alimentos. Usavam como adubo natural os bulbilhos de *Costos warningi* (Zingiberaceae), untando as sementes com a massa produzida por este vegetal, dando-lhe proteção natural contra fungos e outras pragas, fazendo plantas mais vigorosas e com melhores frutos.

Sempre existiu um forte intercâmbio homem/meio e sua forma de agradecimento está nos rituais mágicos/religiosos dos grupos indígenas, com oferendas/religiosas, canções, danças, bebedeiras e comilanças em homenagem as plantas que irão lhes proporcionar os alimentos indispensáveis à sobrevivência do grupo naquele ano. Sem dúvida, havia uma acuidade do conhecimento ecológico dos índios, um trato especial com o ambiente que partia do princípio de um conhecimento prévio do meio.

Os grupos indígenas que viviam nos Sertões da Paraíba apresentavam características comuns: exploração sazonal da natureza, residência local e deslocamento sazonal para a caça, pesca, coleta e provável coleta de matérias-primas indispensáveis para o grupo.

Bamberger (1967) afirma que foi justamente esta característica dos Jês em andar constantemente em busca do complemento alimentar que se criou o mito dos Tapuias serem nômades, adquirindo “a fama de caçadores e coletores seminômades (BAMBERGER, 1967: 77). Não podemos afirmar, por enquanto, se os grupos étnicos Cariris e Tarairiús dependiam mais ou davam maior ênfase a caça e a coleta do que a horticultura, mas afirmamos, pelos estudos da literatura dos cronistas e o material arqueológico já identificado que, cultura (plantio, beneficiamento, etc.) e ecologia (caça e coleta), estavam interligadas, formando um ciclo de interdependência.

Haveria nos Sertões da Paraíba, ilhas naturais de recursos em que os grupos indígenas em seus roteiros sazonais de caça e coleta percorriam durante certas épocas do ano? É possível que sim, que haveria áreas abrigadas que lhes abasteciam, por exemplo, de tubérculos e certas frutas, na medida em que ali caçavam e coletavam outros vegetais e levavam-nos para as aldeias, suprindo assim suas necessidades básicas de nutrientes enquanto não colhiam a mandioca e outras plantas comestíveis das roças.

A ideia que nos foi passada pelos cronistas de que a agricultura dos índios era primitiva, ineficiente, predatória, isso quando existia, é totalmente refutado. Mesmo a roça abandonada, continuava a ser explorada, em menor escala, por mais alguns anos, pois o cará, a mandioca e a batata-doce continuavam a dar frutos. A banana, por exemplo, continuava a dar frutos por mais de 20 anos, o urucu por mais de 25 anos e o cupá (*Cissus gongylodes*) por pelo menos 40 anos. As velhas capoeiras se tornavam lugares excelentes para caças, os restolhos dos velhos vegetais plantados tornavam-se alimentos básicos para animais de várias espécies que passavam a freqüentar o local.

Existe, durante os 500 anos da colonização europeia do Brasil, uma tentativa desenfreada em desconhecer as experiências de adaptações dos índios em seus habitats naturais. São esses mesmos cronistas que falam em primitivos, incultos e

selvagens, mas que ao mesmo tempo mostram a dependência dos brancos colonizadores dos conhecimentos indígenas: farinha de guerra, a paçoca, as plantas medicinais dos índios, etc., foram absorvidas pelos colonizadores e usadas contra os próprios índios no frenético vai e vem da conquista, contribuindo para o extermínio de inúmeros grupos étnicos.

Não existe dúvida do conhecimento botânico dos índios acerca da domesticação das plantas: Piso, Herckmans, Marcgrave, Hoehner, etc., descreveram as plantas do Brasil e suas características desde o século XVI, com seus respectivos nomes indígenas e seus usos. Dessas plantas citadas pelos cronistas, inúmeras são utilizadas no cotidiano do caboclo sertanejo: mandioca (*Manihot esculenta*) brava e mansa; o abacaxi (*Ananas comosus*) pequeno em estado selvagem (100 a 200 gramas) depois de domesticados chegavam a 800 gramas até 15 quilos); milho (*Zea mays*) cultivado por quase todos os grupos humanos das Américas e era consumido como legume: assado, cozido, reduzido a pó farináceo e transformado em inúmeras iguarias, ainda hoje apreciado. Acredita-se que o milho era plantado pelos índios do Nordeste como complemento a mandioca, por ser menos produtivo, exigir terras mais férteis e água regular a maior e melhor eficiência no preparo do terreno, bem como, o milho amadurece mais rápido, daí a necessidade em consumi-lo mais rapidamente do que a mandioca, e sua colheita tem que ser feita assim que amadurece, enquanto a mandioca pode permanecer no solo por anos ou em forma de farinha por meses (SAUER, 1986). A batata-doce (*Ipomoea batatas*) teve uma amplitude maior do que a mandioca por se adaptar em áreas impróprias; cará (*Dioscorea Sp.*) eram largamente consumidos por quase todos os grupos indígenas do Brasil por ser de fácil adaptação aos vários tipos de solo; feijões (*Phaseolus Sp.*), da família das leguminosas, era de grande importância alimentar devido ao elevado conteúdo de proteínas. Neste campo, entra o amendoim (*Arachis hypogoea*) muito apreciado pelos índios do litoral do Brasil aos confins dos Sertões, rico em gordura e de excelente sabor; cronistas como José de Anchieta, Gabriel S. de Souza, Jean de Lery, dentre outros, falam em feijões de diversas cores cultivados pelos índios, especialmente os do Litoral; tabaco (*Nicotiana tabacum*) densamente produzido pelos índios do Brasil. Seu consumo estava ligado especialmente em atividades mágicas/religiosas. São apenas algumas importantes

plantas utilizadas no cotidiano alimentício e como matéria-prima dos Tapuias da Paraíba.

Entre as fruteiras nativas silvestres e cultiváveis pelos índios num longo processo seletivo de retirá-las das matas e plantá-las próximas das malocas, destacam-se: o caju (*Anacardium sp.*), amplamente consumido pelos índios do Brasil, fosse em estado selvagem como faziam os Tapuias, ou em fase domesticada, como os Tupis-Guarani. Além de ser planta comestível, a espécie roxa é utilizada como medicinal (cicatrizante). Acredita-se que o cajueiro (constituído de 22 espécies, sendo 20 brasileiras), tenha sua origem na Amazônia e depois irradiada para todo o Brasil; maracujá (*Passiflora spp.*) foi descrito largamente por frei Vicente do Salvador (1937: 319) como sendo aromático, saboroso e com lindas flores. Acredita-se que devam existir em torno de 400 espécies do gênero *Passiflora*, a maioria das Américas. O açai (*Euterpe oleracea*), utilizavam os índios para o fabrico de vinho. Muito comum na região do Amazonas; a banana (*Musa paradisiaca*; *Musa sapientum*) é uma fruta de origem asiática. No entanto, no Brasil, os índios conheciam o “Pacoba”, segundo excelentes observações de Trevet, Lery e Gabriel Soares de Souza.

Berta G. Ribeiro (1987: 48-50) realizou um excelente trabalho em identificar, nos relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII, as plantas nativas conhecidas pelos índios do Brasil, os números são alarmantes: 91 famílias botânicas e 353 espécies, demonstrando, com isso, um elevado grau de conhecimento dos índios, bem como o conhecimento necessário em obtê-las, selvagens ou cultivadas. Cito algumas comuns ainda hoje em nosso interior e largamente utilizadas pelas populações locais: canafístula (*Cassia fistula*), lírio branco (*Lilium longiflorum*), jiló (*Solanum gilo*), batata-inglesa (*Solanum tuberosum*), endro (*Anethum graveoleus*), tomate (*Lycopersicum SP.*). Há indícios que vários grupos indígenas do Brasil conheciam algumas espécies de arroz, de acordo com Hoehne (1937), o que é discutível.

O conhecimento indígena sobre o ambiente não se limitava apenas às plantas e animais comestíveis, mas também a vegetais, animais e minerais de onde poderiam se extrair certas matérias-primas para o uso diverso como fabricar artefatos, pinturas, uso cerimonial, uso medicinal, lenha, construções, ornamentos, sabão, veneno, sal, extração de látex e resinas, polimento, forração e limpeza, etc. Geralmente as plantas que eram usadas para essas serventias expostas nem sempre estavam em seu

território de ocupação, o que quase sempre, culminava em guerras com grupos rivais. Berta Ribeiro calcula que deveria existir mais de uma centena de plantas utilizadas pelos índios para fins de fabricar os materiais necessários ao seu cotidiano. Assim temos: algodão (*Gossipium Sp.*), cultivava-se pelo menos duas espécies: a *G. barbadense* e a *G. hirsutum*, antes de Cabral. Era utilizado para o fabrico de uma infinidade de artigos: redes, cordas, tecidos, etc.; caroá (*Neoglaziovia variegata*): largamento já descrito neste trabalho, esta bromeliácea era intensamente aproveitado para fazer fio, corda de arco, bolsa para carregar e apanhar peixes (puçá), redes, etc., seu processo de desfibramento era extremamente fácil, como se ver na demonstração (Figura 2).



Figura - 2 - Desfibramento de Caroá, utilizando pequena lasca de quartzo.

Urucu (*Beta orellana*): utilizada ainda hoje como condimento e pintura corporal dos índios; tucum (*Astrocaryum Sp.*) tipo de palmeira utilizado pelos índios para o fabrico de fios para cordas e redes de dormir e pescar; buriti (*Mouritia Sp.*) – Palmeira fornecedora de fibras para diversos fins, especialmente no fabrico de cestos; gravatá (*Bromélia serra*) – planta fibrosa que servia para a extração de fios com finalidades diversas; cabaças (*Lagenaria vulgaris*) – recipientes de tamanho médio e pequeno utilizado pelos índios de todo o Brasil para carregar especialmente água (Figura 3).



Figura - 3 - Cabaça (*Lagenaria vulgaris*)

Cuias (*Crescentia cujete*) – utilizadas como vasilhame para diversos fins; taquara (*Gynerium sacharoides* e *Guada Sp.*) – utilizada especialmente pelos índios Tapuias para o fabrico de flechas, contas de colar e utensílios diversos resistentes.

Entre as plantas consideradas alucinógenas e/ou estimulantes, cultivadas ou coletadas, destacam-se entre os índios do Brasil: spadu (*Erythroxylum coca*) – uso mágico/ritual, bastante utilizada pelos índios Tukano e Maku da região do rio Negro, Amazônia; rapés compostos de duas plantas (*Virola theiodora* e *Justicia pectoralis*) – aspirado o pó pelos índios Woiká subgrupo Yanomami; paricá (*Piptadenia peregrina*) – de efeito tóxico elevado, utiliza-se a semente torrada e pulverizada. O pó é aspirado pelos orifícios nasais. Várias plantas das Ciperáceas (*C. crymbostrus*, *C. distans* e *C. articulatus*) são plantadas pelos Yanomamis com fins diversos: feitiços, enfeites, êxtase, veneno, etc.;

Outras plantas eram obtidas pelos índios e adotadas pelos colonizadores europeus do Brasil, muitas delas formadoras de grandes fortunas: borracha (*Hevea brasiliensis*), cacau (*Theobroma caçãõ*), umbu (*Spondias tuberosa*), mangaba (*Hancornia speciosa*), jabuticaba (*Mouriria pusa*), bacuri (*Piatonia insignis*), ingá (*Ingá spp*), maçaranduba (*Mimusops excelsa*), pitomba (*Eugenia litescens*), pitanga (*Myrtaceae*), fruta-do-conde (pia - pinha) (diversas *Rollinia* e *Anona*), araçá-goiabinha (*Psidium guayava*), jenipapo (*Genipa americana*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), etc., são plantas integradas totalmente ao costume alimentar do povo brasileiro e muitas delas industrializadas e exportadas.

Entre as palmeiras, os índios faziam uso de várias, também para diversos fins: babaçu ou pindoba (*Orbignya speciosa*) – consumiam a castanha e as palhas para coberturas; buriti (*Mauritia vinifera*) – intensamente citada pelos cronistas, utilizavam a parte carnosa para o consumo humano; açaí (*Euterpe oleracea*) – preparavam o vinho do açaí, consumido intensamente na Amazônia.

Das amêndoas oleaginosas, várias eram conhecidas pelos índios do Brasil: castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) – utilizada ainda hoje como importante fonte alimentar entre índios e caboclos da Amazônia; pinhões (*Araucaria angustifolia*) – fazia parte da base alimentar dos Guarani e Kaiangang; sapucaia (*Bombax insigne*) – utilizada especialmente como fonte de alimento entre os índios da Amazonas até o Maranhão.

Os cipós foram intensamente utilizados pelos índios do Brasil para trançar peneiras, amarrar vigas, fazer cordas, trançar cestas, esteiras, etc. Outros eram utilizados para extração de óleo, resinas, unguentos, etc., sem contar que os índios conheciam uma grande quantidade de madeiras que, queimadas ou não, exalavam perfumes: o curaré é extraído da casca de cipós (*Strichnos toxifera*) e dele se fazia veneno para a caça de alguns animais. O Timbó sacaca (*Tephrosia toxicaria*) era utilizado para envenenar os peixes.

Os índios tinham um amplo conhecimento das plantas do habitat em que viviam; delas extraíam quase tudo de que necessitavam para a sobrevivência, o que denota elevado conhecimento botânico das mesmas.

O mais interessante acerca do uso das plantas conhecidas pelos índios, está ligado a farmacopéia utilizada amplamente, nos dias de hoje, não apenas pelos caboclos do interior, mas comercializada em feiras livres das grande cidades (Figura 4).



Figura - 4 - Feira livre de Campina Grande – PB, comercialização de plantas medicinais.

Geralmente eram os Pajés das tribos que possuíam mais esta atribuição em manipular as ervas para a cura e outras atividades.

Cavalcanti e Frikel (1973: 11) informam que, de forma geral, os remédios são administrados através de banhos, sumo ou seiva, remédios para uso interno e externo, aplicados através de fricção, inalados, etc., combatendo: febres, dores, antídotos diversos, reumatismo, feridas; outros são antitérmicos, analgésicos, sedativos, anti-sépticos, cicatrizantes, anti-inflamatórios, diuréticos, eméticos, mucolíticos, anti-parasitários, etc. No Quadro 3 (Anexo C), citaremos algumas importantes plantas medicinais, especificamente utilizadas, ainda hoje, na Paraíba.

A utilização dessas plantas medicinais, para o uso humano e animal nos dias de hoje, só corrobora com o exposto até então, ou seja, do amplo conhecimento que os índios tinham do meio em que viviam, resultado de centenas de anos de convívio harmônico com o meio.

Já com relação a exploração faunística por parte dos grupos humanos indígenas do pós-contato, os cronistas apresentam, assim como com relação a flora, suas características e habitats, bem como o convívio índio/animal no tocante a exploração racional desse último.

A captura de proteína animal, na análise de Daniel Gross (1975), geralmente escassa, da Amazônia até regiões de cerrado (caatinga), pode ser considerada como fator da rarificação populacional humano dos índios, bem como pela fixação por períodos prolongados em determinados locais.

Sem dúvida, as limitações tecnológicas impediram que os Tapuias, assim como vários grupos da Amazônia, impedissem o incremento populacional e o desenvolvimento social dos índios, limitando-os em número e em sociedades pouco complexas. Dessa forma, as atividades agrícolas, bem como as de coleta, sempre foram mais importantes, ao menos em termos de subsistência, do que as atividades de caça. Geralmente a caça era mais uma atividade ritualística do que alimentícia, mas claro, não a como descartar sua importância enquanto fonte protéica para os índios.

Foi a horticultura que manteve grandes aldeias em todo o Brasil pré e pós-contato. A título de exemplo, cita Robert Carneiro (1973), os índios Kuikuros, que dependiam de pelo menos 80 ou 85% da mandioca e outras plantas domesticadas para manter o grupo. O restante das fontes protéicas vem do reino animal. Entre inúmeros grupos índios do Brasil pós-contato, foi observado um controle natural entre os próprios indígenas para se evitar o aumento demográfico, o que acarretaria, naturalmente, pela busca de mais alimentos em áreas pouco propícias a isso. Assim, o longo período de lactação, a abstinência sexual e até o extremo, como o infanticídio, são visto como forma de controle e ao mesmo tempo de convívio harmonioso com o ambiente.

A importância, mais uma vez das capoeiras abandonadas para servirem de reserva, também, para animais como veados e porcos-do-mato, acabava por facilitar ao índio a caça, o que, sem dúvida, demonstra um amplo conhecimento acerca dos costumes com estes animais.

Gross (1975) observou um fato interessante: quanto mais difícil a obtenção de alimentos por parte de um grupo humano, maior sua dispersão, como também, o baixo número de indivíduos do grupo.

Questiona-se se o índio do Brasil domesticava ou não certos animais. Orellana que no ano de 1542, percorreu rios da Amazônia, percebeu que os índios criavam tartarugas em currais nos pequenos regatos cercados, daí extraíndo-se ovos, carne e matéria-prima. Em 1641, Cristobal d'Acuña também fez as mesmas observações e, Beckerman afirmou que a população de tartarugas dos rios da Amazônia povoados por índios era capaz de fornecer uma média de pelo menos 12 milhões de ovos/ano, e cerca de 100 a 150 mil fêmeas deveriam existir em cativeiro na região. Da mesma forma, criava-se jacarés e o manati, ou peixe-boi, que fora praticamente extinto no

Brasil, todos eram criados em cativeiros com o objetivo de abastecer grandes populações humanas na sua complementação alimentar.

O consumo de invertebrados (entomofogia) sempre representou importante fonte protéica entre nossos índios. Os insetos eram como ainda são consumidos em sua forma larval ou adulta: formigas (tanajuras), larvas de borboletas, cabas, coleópteros, cupim, gafanhotos, lagartos, etc., são alguns apontados por Bruzzi (1962: 221, Apud RIBEIRO, 1987: 71).

Smole (1976: 163) em estudo alimentar dos Yanomamis considerou o consumo de insetos por estes índios como importante fonte protéica de alimentos. Não resta dúvida de que o aproveitamento dos recursos naturais e o aprendizado para a captura de tantos animais para a obtenção de proteínas exigem, do grupo, um acurado conhecimento prévio dos nichos ecológicos. Com relação aos insetos, havia um manejo intencional por parte dos índios, como exemplo, o caso das abelhas produtoras de mel, alimento essencial entre os Cariris e Tarairiús. O conhecimento era tamanho que os índios criaram condições de reaproveitamento das colméias naturais, como o fechamento das fendas abertas nos troncos de árvores para a retirada do mel e da cera. O uso de buchas de folhas e ramos, acrescentando o barro, tapava o buraco evitando a fuga da colméia e, no ano seguinte, os índios voltavam ao local para novamente se abastecerem do alimento precioso, demonstrando conhecer o ciclo de vida desses animais.

Quem pode negar a importância de certos animais, a exemplo do veado, jabuti e ema, encontrados desenhados nas paredes rochosas dos rincões da Paraíba, senão pela importância que tais animais representariam na dieta alimentar dos Tapuias? Para tanto, não se pode deixar de ressaltar que o conhecimento do ambiente, bem como as estratégias das caças são de fundamentais importâncias. Sem dúvida que a acuidade do saber indígenas está voltada para o planejamento da caça. O que faz do índio um bom caçador é sua paciência em seguir e emboscar a caça até chegar aos seus esconderijos. Os Tapuias conheciam os hábitos, alimentos, o som de seus uivos, o excremento, num total saber sobre o cotidiano dos mesmos. Identificar um animal pelo barulho ou pegadas é um conhecimento herdado pelos caboclos do interior. Não raro o caçador aprende a imitar o uivo de certos animais, objetivando atraí-lo para a armadilha ou sua arma.

As atividades de caça eram consideradas azarosas, daí as práticas ritualísticas e mágicas que envolviam a atividade.

As atividades da coleta e agricultura eram menos duvidosas, apesar da sazonalidade e dos riscos. Os grupos indígenas do Brasil, se enquadrando os Tapuias da Paraíba, tinham o costume da abstinência de comer caças de carnívoros, como onça, comum no semiárido. As mágicas da caça são todas positivas, nunca negativa (RIBEIRO, 1987: 76), servem para ajudar os índios em suas investidas e conseguir a caça. A atividade também é itinerante, mas as roças contribuem para fazer com que os animais se aproximem das mesmas em busca de alimentos mais fáceis. Um dos motivos do índio levar suas armas quando vai a roça é justamente almejando o encontro de alguma caça no local.

A caça itinerante pode ser explicada pelo hábito alimentar. Por exemplo, a mulher, quando no período de menstruação, evita alimentar-se de certas caças, o que obriga o índio a enveredar-se nas matas a capturar certos animais, como o jabuti-branco (*Geochelone denticulata*), isso só corrobora com o macro conhecimento do índio sobre um amplo ambiente.

Com a rareação de certos animais considerados importantes para os da aldeia, mudava-se a aldeia para áreas onde estes fossem mais abundantes, contribuindo, dessa forma, para uma recuperação populacional do animal. As atividades de caça podem então serem vistas como econômicas, mas também recreativas e ritualísticas, aferindo prestígio àquele que é visto como bom caçador ou pescador da tribo.

A explicação encontrada por Gross (1975) e Meggers (1977) para justificar o constrangimento populacional de certos grupos indígenas, como os Tapuias dos Sertões, é explicado pela escassez de proteínas suficientes para abastecer grandes famílias. Daí, temos uma resposta ecológica para a questão, limitando-se o tamanho e a densidade populacional, criando políticas centralizadas, arte e cultura material consideradas pobres frente a outros grupos que viviam fixamente num território.

A observação feita por Beckerman (1979), com relação ao tipo de alimento consumido por populações grandes e pequenas, tem sentido, quando o ambiente é o fator limitador: para populações humanas grandes, a base alimentar principal é a horticultura; para populações pequenas vivendo em ambientes hostis, como as

caatingas, as fontes principais de proteína advêm da caça e coleta, mas sem que se dispense a horticultura.

Digna de nota é a observação feita por Ross (1978) com relação ao processo de apresamento de animais por parte dos índios, estes preferiam os pequenos animais aos grandes, por dois motivos básicos: primeiro por serem fáceis de se caçar e, segundo, devido ao seu grau de reprodução. Animais como preá, mocó e aves diversas podem ser vistos como os preferenciais dos Tapuias Cariris e Tarairiús.

Geralmente os grandes animais têm hábitos noturnos, solitários, furtivos, ariscos e, portanto, difíceis de serem aprisionados. Das caças grandes, são poucas as que andam em bando e existiam, na época do contato, em nossa região, a exemplo do porco-do-mato, mesmo assim, são animais que vivem em grupos, ariscos e difíceis de serem pegos, necessitando, geralmente, de atividades grupais de caça para aprisioná-los.

A produtividade da caça não foi absoluta entre os índios, pois inúmeros fatores servem de limitantes: recursos ambientais, distribuição populacional do animal, comportamento da espécie, tecnologias e tabus alimentares (ROSS,1978), que podem incidir em toda parte da população para a não ingestão de certos animais ou de suas partes. Caso, para alguns grupos tribais, o tabu seja quebrado, pode infligir em uma pseudo-reação: doenças, que podem vir pela quebra do tabu, por pura negligência, malevolência de seres sobrenaturais e vingança do “Dono” do animal. Tais tabus e represálias acontecem, também, com relação a exploração de produtos provenientes da agricultura e da coleta. Enfim, o tabu barra o excesso e, por fim, ações danosas contra o meio ambiente. Sendo assim, os grupos humanos dos Sertões adaptaram-se ao meio, num processo de respeito recíproco, de aproveitamento racional e essencial a sobrevivência da prole, com o mínimo de impacto.

CAPÍTULO II

2.O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO E SUA EVOLUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES DO BRASIL: CONCEITOS BÁSICOS

Os primeiros homens que aqui chegaram e viveram em tempos ainda incertos, deixaram suas marcas em todos os rincões do Brasil. Essas marcas são encontradas de várias formas nos sítios arqueológicos.

De forma geral, um sítio arqueológico, seja ele histórico ou pré-histórico apresenta suas particularidades: é único, pois os vestígios encontrados servem de testemunho do perfil cultural de um grupo étnico que ali deixou seus restos de sua cultura material (SANTOS e MEDEIROS, 2005), (FUNARRI e NOELLI, 2002), (WIKIPEDIA, 2006), (MARTIN, 2005), (SANTOS, 2007), (ALMEIDA, 1979), (SANTOS, 2005), (BRITO, SANTOS e OLIVEIRA, 2006), (DIAS, 1995) e (PROUS, 1992).

O que caracteriza um sítio arqueológico é a presença de algo que sirva de demonstrativo da presença do homem naquele local: trata-se dos vestígios arqueológicos que podem ser ferramentas de pedra lascada, uma estrutura de fogueira na qual assaram sua comida, uma pintura rupestre, uma sepultura, ou mesmo uma simples marca de passos humanos. Desses vestígios talvez os mais exponenciais sejam as figuras rupestres (sítios com gravuras e pinturas); estes sempre chamaram a atenção dos colonizadores desde os primeiros momentos das penetrações nas terras dos Sertões.

Brito (2006: 79) já alerta que foi, na região da Paraíba, onde se primeiro noticiou o achamento de um sítio arqueológico de arte rupestre do Brasil:

Em dias de 29 de dezembro de 1598, o Capitão-mor da Capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, fazendo guerra ao gentio potiguar na serra da Copaoba, encontrara junto a um rio chamado Araçoajipe uma cova no lado do poente composta por três pedras conjuntas, onde em suas paredes se achavam caracteres esculpidos pela indústria humana...

Esse relato encontra-se na obra do Cristão Novo Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil* (1966) e, segundo Brito (2006: 79), o “documento constitui a certidão de nascimento da arqueologia brasileira”.

Sabe-se que os Sertões da Paraíba, pelo menos por volta de 7 mil anos AP, já eram habitados por grupos caçadores/coletores, pois existe uma única datação proveniente de uma escavação arqueológica realizada em 1997, no Sertão paraibano, no atual município de Vieirópolis (SANTOS, 2006a: 44).

Paul Bahn e Colin Renfrew (1993: 48), em sua obra *Arqueologia: teorias, métodos y práctica*, exprimem a reflectância do comportamento humano do homem do passado, especialmente daqueles que viveram na Pré-História: “1. Adquisición de La matéria prima; 2. Manufactura; 3. Uso; y finalmente, 4. Recogida o abandono cuando o comportamento desses grupos humanos”: como adquirir a matéria-prima e como trabalhar de tal forma que a mesma não se esgote num curto espaço de tempo.

Questiona-se atualmente como viviam, de maneira geral, essas comunidades que habitaram os nossos Sertões.

Existem dados satisfatórios em todo o Nordeste, de que antes de 3.500 AP, os grupos humanos que habitavam a região eram por coletores caçadores e, só a partir de então, é que surgem os grupos agricultores.

Segundo Buco e Ignácio (2005: 7), “entre 3.000 e 1.600 anos, encontramos vestígios de povos que viviam em aldeias redondas que compreendiam entre 10 e 11 casas elípticas, dispostas em volta da Praça central”, junto a restos dessas aldeias são encontrados com certa frequência materiais arqueológicos diversos (cerâmico, lítico, cestaria, etc.), que comprovam cientificamente o desenvolvimento tecnológico desses grupos humanos.

Nesse período, por volta de 3 mil anos AP, já se sabe que esses grupos tinham costumes e ritos funerários elaborados, praticando desde o sepultamento primário até sepultamentos secundários, em covas e/ou igaçabas, enterrando-as ou emparedando.

Para Jacupé (1998: 4), assim se apresentava o índio do pré-contato:

Em essência, o índio é um ser humano que tem e desenvolveu sua cultura e civilização intimamente ligada a natureza. A partir dela elaborou tecnologia, teologias, cosmologias, sociedades que nasceram e desenvolveram experiências, vivências e interações com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as respectivas vidas dos reino animal, mineral e vegetal.

A vida desses grupos era tão íntima com a natureza que ainda hoje percebe-se a influência dos costumes indígenas junto a população sertaneja. Mariano Neto (1999), em *Ecologia e Imaginário nos Cariris Velhos da Paraíba*, consegue mostrar a intimidade do homem sertanejo contemporâneo com o seu passado não muito remoto, influenciado pelos costumes diversos e o contato respeitoso para com o meio ambiente. Quem destrói o ambiente dos Sertões não são esses sertanejos, mas os forasteiros e empresas que exploram, de forma danosa, um ambiente que por si só já é considerado frágil.

A evolução cultural dos grupos pré-históricos da região pode ser testemunhada pelo processo evolutivo tecnológico dos vestígios deixados por estes, tais como o material lítico, cerâmica e principalmente as pinturas rupestres: as mudanças nas técnicas pictoriais, as variações dos temas e suas representações são resultados de transformações sociais que se processaram ao longo do tempo. O que se sabe, é que cada grupo étnico possuía um sistema cultural diferente que lhes servia como forma de apresentação. Assim, cada tradição, seja ela gráfica, cerâmica ou lítica, corresponde a um determinado grupo étnico particular, sendo, portanto, confiável o traçar do perfil cultural através de seu mundo sensível.

De maneira geral, o passado ainda fascina e instiga, suscita conjeturas. Quem somos nós? De onde viemos? Para onde vamos? São perguntas feitas pelo homem desde os primórdios da evolução. O homem sempre deixou vestígios de sua presença por onde passou nas mais variadas formas: papiro, barro, material lítico, nos sepultamentos, nas estruturas de fogueiras, nas construções e, mais recentemente, nos relatos escritos.

No século XIX, começou a se estudar os vestígios materiais encontrados na França e Alemanha, que seriam chamados de culturas proto-históricas, ou seja, da primeira história.

Será também, no século XIX, que surge o conceito de História como ciência ligada ao estudo do passado a partir de documentos escritos. Definindo-se a existência da História enquanto ciência, com o surgimento dos documentos escritos, tudo o que viria antes, convencionou-se chamar de Pré-História.

Mas foi com o Evolucionismo que começou a aceitar a tese de que existiriam vestígios deixados pelos proto-homens muito mais antigos do que relatos escritos podiam afirmar. No ano de 1856, no vale do rio Nander, na atual Alemanha, encontrou-se a calota craniana de um primitivo homem, conhecido, a *posteriore*, por Homem de Neandertal, em 1865, surgem os termos Paleolítico e Neolítico, sendo em seguida subdivididos em outros períodos, como estudos dos tempos pré-escritos.

Cada divisão da Pré-História apresenta características individuais no âmbito físico, material e natural, o que facilita, de forma sistêmica, o trabalho dos pesquisadores ao definir o perfil cultural e temporal de um dado grupo humano, como também definir o grau de evolução tempo e espaço dos habitantes de diferentes regiões do planeta (SANTOS e MEDEIROS, 2005).

Até o século XIX, antes de Darwin, no ano de 1859, publicar *El origen de las espécies* (1992), acreditava-se fielmente que Deus com seu maravilhoso e eterno amor havia criado a provulsão de seres e a diversidade cultural no nosso planeta. A partir de Darwin, a explicação religiosa foi desafiada pela explicação científica: surge uma nova interpretação sobre a origem da Terra e de tudo que ela contém; é a Teoria da Evolução das Espécies. A partir de Darwin, os cientistas naturalistas procederam a um inventário gigantesco acerca da diversidade faunística e florística do planeta. De lá para cá, calcula-se que mais de 1,5 milhão de espécies da fauna e flora do planeta já foram catalogadas. Tudo isso “por médio de la variabilidad reproductora y de la selección natural” (BASALLA, 1991: 13).

Paralelo à evolução das espécies, há a evolução da arte humana: a diversidade de coisas, de objetos, utensílios realizados pelos homens no transcurso de sua evolução histórica é incomensurável, pois era preciso vencer o mundo físico, sua hostilidade e facilitar as relações sócioeconômicas entre os inúmeros grupos humanos que se desenvolveram e se expandiram rapidamente por todo o planeta.

Acredita-se que o desenvolvimento tecnológico nada mais é do que uma grande necessidade do homem em obter novos utensílios que facilitem seu trabalho. Daí, o desenvolvimento tecnológico passou rapidamente dos meros objetos feitos de pedra, couro, ossos, etc., para objetos de última geração.

Bassalla (1991: 14) coloca que a provulsão de tantos objetos criados ou aperfeiçoados pelo homem faz parte do processo de compreender a grande diversidade do mundo artificial que este homem vive, principalmente nos últimos séculos, fazendo frente ao entorno natural e, acima de tudo, satisfazer suas necessidades básicas do cotidiano que mudam de acordo com o tempo e o espaço em que vive.

A cultura humana difere de grupo para grupo e às vezes de pessoa para pessoa (BASALLA, 1991: 28). Cada grupo étnico constrói seus utensílios, que mesmo similares no tocante ao uso, mas apresentam algumas diferenças, e são justamente essas diferenças capazes de distinguirem um grupo do outro.

Pitt-Rivers, citado por Bassala (1991: 32) militar britânico do século XIX, que estudou profundamente a origem das armas, acreditava que seu enfoque, na cultura de povos vistos e considerados como primitivos, derivava da crença de que o estudo dos artefatos, armas ou não, fosse do mais simples ao mais complexo, revelaria “las proceso de pensamiento de los hombres y mujeres prehistoricos y demostraria claramente la naturaleza progresiva de la cultura material”.

Estudar os artefatos como propõe Pitt-Rivers, seria entender o processo de evolução cultural de um grupo, a partir de um processo sequencial, ligado a necessidade ou não de evolução, voltado ao processo de sobrevivência daquele grupo.

George Bassala (1991) dá inúmeros exemplos de materiais que foram inventados na Pré-História e que de acordo com o processo evolutivo das sociedades, bem como a busca por novos produtos que lhes oferecessem mais conforto, continuaram um processo de evolução, aparentado com a evolução biológica de Darwin. O martelo é um exemplo que aparece várias vezes em sua obra *A evolucion de la tecnologia*, como fazendo parte do cotidiano de velhas e novas profissões que surgiam e desapareciam com o tempo, mas sempre necessitando desta ferramenta básica. Os grupos que habitaram nosso território criaram e, em dado momento, aperfeiçoaram instrumentos como forma de facilitar-lhes melhores meios de extraírem do ambiente as matérias-primas essenciais a sua sobrevivência e de sua prole.

Mas o que realmente é um artefato? É algo além de um mero objeto inerte, sem vida, criado apenas para satisfazer uma única necessidade? Um artefato é algo que

serve de resíduo, de testemunho da criação da mente humana; portanto, algo que apresenta uma serventia para um grupo e que se perpetuará, ou não, de acordo com o próprio desenvolvimento e necessidade do grupo que o criou.

O uso de utensílios de pedra, fabricados a partir de uma determinada matéria-prima escolhida ou pela abundância num local ou por suas propriedades como frieza e/ou dureza, é muito antiga segundo Bassalla (1991: 42): “La manufactura de útiles de piedra, uma de las más primitivas tecnologías conocidas, floreció cerca de dos millones de años antes del advenimiento de la mineralogía o la geología”. Os índios do período do contato ainda faziam uso de tais utensílios, com algumas modificações e adaptações a sua realidade, o que se percebe, portanto, um certo desenvolvimento tecnológico com o uso da pedra, mesmo que muito lento.

Já em outras partes do planeta, existem evidências de trabalhos com o metal pelo menos 6 mil anos a. C., provavelmente trabalho a frio, com o cobre e talvez com o bronze. Os índios, portanto, ainda não tinham chegado ao estágio de desenvolvimento capaz de criar estruturas e instrumentos complexos que só a ciência, apoiada pela necessidade, desenvolveu inicialmente em algumas regiões do planeta. Foi o artesanato rudimentar que contribuiu para o desenvolvimento tecnológico e científico, fazendo surgir novos artefatos de materiais diversos. Enfim, os artefatos são tanto o meio como o fim da tecnologia, utilizados por um grupo humano capaz de suprir suas necessidades. Cada grupo humano tem necessidades específicas, portanto fabrica artefatos diferentes, e estes são capazes de os identificá-los, por serem produtos do intelecto, da imaginação e da necessidade.

O mundo encontrado e destruído pelos europeus (só no Brasil, falavam-se mais de mil línguas), estava em franco processo de expansão; apesar de sua complexidade, esse mundo tecnológico (o mundo do uso da pedra, da argila, do couro, do osso, da madeira), enfim, dos recursos que o ambiente lhes oferecia, estava em desenvolvimento, sendo o resultado das manifestações finais de um contínuo processo que se remonta a própria origem da humanidade e de seus primeiros artefatos dotados de forma e praticidade.

Os povos pré e pós-Cabral não viviam, ao contrário do que era apregoado pelos europeus, num eterno atraso tecnológico, mas sim, viviam dentro de suas

necessidades e apresentavam um perfil tecnológico de acordo com o seu sistema sócioeconômico. Troca de tecnologia e cultura “Ninguna sociedad está aislada o es autosuficiente de forma que nunca haya tomado prestado al menos algunas aspectos de su tecnologia de una fuente exterior” (BASSALLA, 1991: 101).

2.1. A evolução cultural do homem nos Sertões da Paraíba

Falar de evolução cultural do homem pré-histórico e histórico dos Sertões da Paraíba ainda é demasiado prematuro. Ao se analisar, por exemplo, os sítios rupestres e fazer uma analogia com sítios de Pernambuco, Rio Grande do Norte e principalmente do Piauí, percebe-se claramente que aqui também se processou tal evolução, pelo menos estilisticamente falando, pois encontramos aqui sítios arqueológicos rupestres de tradição Nordestina que, no Piauí, foram datados em pelo menos 12 mil anos AP., sendo que, segundo Macedo (1999) essa tradição foi definida a partir de pesquisas de Niède Guidon, no Piauí; sítios da tradição Agreste, datados em pelo menos 5 mil anos para o Piauí e entre 4 e 2 mil anos para a região Agreste de Pernambuco e Paraíba; e, a tradição Itacoatiara, chegou-se a datações que variam de 1200 a 6000 mil anos AP., analisando e datando fragmentos de rochas gravadas relacionadas à indústria lítica e fogueiras, encontradas na Itacoatiara do Letreiro do Sobrado, em Pernambuco.

É bom ressaltar que as fronteiras territoriais que o homem contemporâneo faz uso, não eram levadas em consideração na Pré-História nem tampouco no período histórico pelos índios que viviam de um para outro local sempre em busca de melhores condições de vida. Torna-se coerente que se aceite as datações obtidas em sítios do Rio Grande do Norte e em Pernambuco, estendendo-as para a Paraíba, devido a proximidade e a localização central do Estado, área de deslocamento de Norte a Sul e vice versa por parte dos grupos humanos que aqui viveram.

Se aceitarmos, portanto, que grupos diferentes praticavam atividades diversificadas a partir de costumes também diferentes, que as tradições rupestres servem de demonstrativo de que culturas pré-históricas diversas aqui se estabeleceram, chegaremos a conclusão de que existiu uma grande diversidade cultural em nossa região, tanto em tempos pré-históricos quanto históricos.

Tudo leva a crer que de acordo com análises ósseas realizadas em esqueletos pré-histórico, como também os indivíduos que aqui viviam na época do contato, tinham

ascendência mongolóide, mas apresentando traços culturais distintos. Com relação aos grupos anteriores, mais antigos, que datam de pelo menos 50 mil anos AP., não se têm provas científicas de suas origens. Acredita-se que esses grupos denominados por Gabriela Martin (2005) de “Pré-mongolóides” evoluíram no próprio continente. Seriam os povos que fizeram parte das primeiras levas de homens que teriam entrado no continente Americano, segundo Bartira Ferraz Barbosa (2007), pelo oceano Pacífico, se estendido e chegando ao Brasil.

No Boqueirão da Pedra Furada (BPF), considerado atualmente como um dos sítios arqueológicos mais proeminentes em termos de antiguidade do homem pré-histórico brasileiro, foram escavadas a partir de 1978, “quinze fases de ocupação(...) escavados e agrupados em três fases culturais de ocupação humana” (BARBOSA, 2007: 46-47). Essas fases estão ligadas diretamente aos tipos diferentes de figuras rupestres e enquadradas em tradições existentes naquele sítio arqueológico: a primeira denominada de Pedra Furada que compreende ao Período final do Pleistoceno; a segunda fase denominada de Serra Talhada, que corresponde ao início do Holoceno; e a terceira denominada de Agreste, que corresponde a uma chegada de povos com cultura diferente na região por volta de 4 a 3 mil anos AP.

Niède Guidon acredita que o homem pré-histórico teria chegado às Américas em períodos anteriores há 30 mil anos¹⁰. Sua justificativa recai na grande quantidade de sítios datados em 12 mil anos AP., acreditando, portanto, que esses primeiros grupos necessitavam de tempo para realizarem o processo migratório, a demanda de ações e observações para a partir daí se adaptarem muito lentamente às novas situações de novos ambientes. Depois, o processo se repetiria. Tal pensamento advém, possivelmente, das observações de Quatrefages, que no século XIX comparou um crânio de Lagoa Santa com um da Guiné, concluindo que os índios das Américas poderiam ter origem de vários continentes (RAMOS, s.d.: 40).

Atualmente, também, já se defende a teoria de que grupos indígenas arcaicos como aqueles da época do contato, podem ter exercido hegemonia sobre outros

¹⁰ Moacyr Soares Pereira (2000: 18-19), aponta que com relação ao povoamento da América do Sul, é possível que tenha sido povoado intensamente por grupos humanos oriundos da Polinésia, que dista 10 mil km da América, esse itinerário é salpicado de ilhas que favoreceriam tal passagem, bem como, os polinésios eram excelentes navegadores. A cultura material dos polinésios se assemelhava com as de vários grupos humanos das Américas e, especialmente, do Brasil: estojo de pênis, cabeças troféus, propulsor de dados, etc.

grupos no Brasil, bem como, pode e deve ter havido processos de aculturação e até desaparecimento de grupos humanos. Como as pesquisas antropológicas nesse campo ainda são poucas, não se pode, por enquanto, afirmar com a máxima certeza se isso realmente ocorreu.

Não existe dúvida de que houve uma evolução cultural do homem pré-histórico nos Sertões da Paraíba. Entretanto, temos percebido a falta de homogeneização dos principais conceitos utilizados por arqueólogos, antropólogos e historiadores, no tocante a identificação da forma de se tratar os grupos humanos que aqui viveram. Não existe consenso sobre qual ou quais termos utilizar, daí a necessidade em se buscar tais conceitos e adotar alguns para este trabalho.

A literatura, de forma geral, tem tratado alguns conceitos básicos, tais como: nação, etnia, grupo, tribo, tronco lingüístico, identidade, Sertão, povo e interior, de forma que mais confunde do que explica com relação a qual nomenclatura fazer uso e quando usá-la.

Sendo assim, faz-se necessário que se defina esses conceitos básicos e que, a partir de então, passaremos a adotar acreditando servir de parâmetro explicativo e lógico, enquadrando-se com a proposta desta pesquisa: a de mostrar o horizonte cultural dos índios Cariris e Tarairiús que habitaram a Paraíba em épocas passadas. O Quadro 4 sintetiza de forma mais organizada as terminologias que tem suscitado dúvidas, para em seguida definirmos quais termos passaremos a adotar nesta pesquisa e quando utilizá-los e em qual(is) contexto(s). Mesmo assim, outras definições aparecerão do decorrer do trabalho.

TERMINOLOGIAS	CONCEITOS
NAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de indivíduos que habitam um território e compartilham costumes e língua (XIMENES, 2001: 605); - Comunidade fixa de pessoas num território, e que tem unidade histórica, lingüística, religiosa, econômica e cultural (LUFT: 2000: 473); - Conjunto de habitantes de um território ligado por tradições e lembranças, interesses e aspirações comuns e subordinados a um poder político central que mantém a unidade do grupo (MIRANDA, 1983: 379);
ETNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo humano com origem comum quanto à raça, cultura a língua (XIMENES, op. cit.: 381); - Grupo humano biológico e culturalmente homogêneo (LUFT, op. cit.: 393); - Grupamento humano homogêneo quanto aos caracteres lingüísticos, somáticos e culturais (MIRANDA, op. cit. : 225);

GRUPO	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de pessoas com interesses ou fins comuns (XIMENES, Ibid.: 450); - Pequena associação ou reunião de pessoas com o mesmo objetivo (XIMENES, Ibid.: 361); - Reunião, conjunto, amontoado de seres ou coisas (MIRANDA: Ibid. 266);
TRIBO	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo étnico que vive em comunidade sob um ou mais chefes e que compartilha a língua, costumes, tradições e instituições (XIMENES, ibid.: 858); - Grupo racial unido pela mesma língua, tradições, costumes e que vivem em comunidade, sob um ou mais chefes (LUFT, ibid.: 651); - Conjunto de famílias ou comunidades, de descendência comum que falam a mesma língua e possuem costumes, tradições e instituições comuns; denominação vulgar de um grupo mais ou menos numeroso de índios (MIRANDA, ibid.: 581);
TRONCO	<ul style="list-style-type: none"> - Origem comum de família, raça, etc. (XIMENES, ibid.: 862); - Origem de família, raça, etc. (LUFT, ibid.: 654); - Origem de grupos com traços comuns (MIRANDA, ibid.: 727);
LÍNGUA	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de termos utilizados por um povo para a comunicação escrita ou falada (XIMENES, ibid.: 541); - Sistema de signos verbais (vocabulário) e de regras de emprego desses signos (gramática), para efeito de comunicação; idioma; linguagem (LUFT, ibid.: 425); - Produto e função da vida de grupo que se resume em dicionário e gramática (MIRANDA, ibid.: 326);
IDENTIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de caracteres (nome, idade, sexo, etc.) que distingue uma pessoa das outras (XIMENES, ibid.: 470); - Conjunto de caracteres que faz reconhecer um indivíduo (LUFT, ibid.: 374); - Qualidade de idêntico (MIRANDA, ibid.: 286);
CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de experiências e realizações humanas (costumes, instituições, produções artísticas e intelectuais) que caracterizam uma sociedade (XIMENES, ibid.: 253); - Conjunto de experiências humanas (conhecimentos, costumes, instituições, etc.) adquiridos pelo contato social e acumulados pelos povos através dos tempos (LUFT, ibid.: 209); - Desenvolvimento intelectual e saber (MIRANDA, ibid.: 154).
POVO	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de pessoas que compartilham: costumes hábitos, língua, tradições, etc. (XIMENES, ibid.: 692); - Conjunto de pessoas que formam uma nação ou que habitam uma mesma região, cidade, etc. (LUFT, ibid.: 532); - Habitantes de uma localidade (MIRANDA, ibid.: 446);
INTERIOR	<ul style="list-style-type: none"> - Que está dentro; interno; a parte central de um Estado ou País (XIMENES, íbid.: 502); - Que está dentro; interno; região situada costa adentro (LUFT, ibid.: 397); - Que está dentro, opondo-se a exterior, externo (MIRANDA, ibid.: 299);
SERTÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Zona pouco habitada do interior do país sobre tudo, a região semi-árida do Norte Ocidental (XIMENES, ibid.: 792); - Região Agreste⁽¹⁾, distante das povoações, onde predomina a criação de gado e prevaleceram os costumes antigos (LUFT, ibid.: 604); - Lugar inculto, distante de povoações; floresta no interior de um continente ou longe da costa; zona do interior; mata, terreno inculto e afastado (MIRANDA, ibid.: 526)

--	--

Quadro 4 - Conceitos básicos a serem utilizados no contexto deste trabalho.

NOTA:

⁽¹⁾AGRESTE – área de transição geo-ambiental entre o litoral úmido e o Sertão semiárido. Vejamos o que afirmam os autores pesquisados:

a . relativo ao campo; rústico; rude; áspero; tosco (LUFT. Ibid.: 46);

b. relativo ao campo, silvestre; rústico; áspero; desabrido (MIRANDA, ibid.: 24);

c . relativo ao campo (especialmente não cultivado); zona geográfica situada entre a Mata e o Sertão, de solo pedregoso e vegetação escassa (XIMENES, ibid.: 29).

Fontes: XIMENES (2001); MIRANDA (1983); LUFT (2000).

Doravante, passaremos a fazer uso de algumas terminologias que acreditamos serem mais adaptáveis para o contexto do trabalho. A escolha dessas terminologias deu-se a partir da análise dos conceitos pré-estabelecidos essenciais nesta tese. Assim:

- referirmos-nos ao termo NAÇÃO quando formos citar os habitantes de um determinado território localizado. Ex: a nação Tarairiú, habitante do Curimataú;
- quando nos referirmos às questões culturais e um grupo específico, utilizaremos as nomenclaturas ETNIA, GRUPO OU GRUPO ÉTNICO;
- para nos referirmos a determinado grupo específico, com um número de indivíduos significativos ligados por laços comuns, utilizaremos a nomenclatura TRIBO;
- quando nos referirmos à família linguística daquele grupo étnico, utilizaremos a terminologia de TRONCO, de LÍNGUA, ou de TRONCO LINGUÍSTICO;
- para distinguir um grupo étnico do outro, faremos uso da terminologia IDENTIDADE;
- para distinguir as características das experiências de um grupo em relação a outro, utilizaremos, doravante o termo CULTURA;
- não faremos uso da terminologia Povo, por acreditar que este conceito está inserido nas terminologias NAÇÃO, GRUPOS, etc.;
- faremos uso da terminologia SERTÃO para distinguir os grupos do interior, no nosso caso os índios Tapuias Cariris e Tarairiús, tendo em vista a ambiguidade da terminologia interior.

A ideia de termos como os de raça e evolução, língua ou cultura vem sendo substituída, ou como bem coloca Barth (1998), pela terminologia de “ grupos étnicos”, pois este termo abrange e abarca os termos anteriormente utilizados, caindo-se, portanto, em desuso.

Entende-se que evolução seja a “continuidade com mudança, mudança na composição de uma população. Através do tempo; é descendência com modificação, é o processo de substituição de uma forma por outra” (BARTH, 1998: 127).

“Por evolução se entende qualquer mudança direcional clara ou qualquer mudança cumulativa nas características dos organismos ou populações por muitas gerações, incluindo-se tanto a origem quanto a dispersão de traços” (LYMON O'BRIEN, 1998: 616, Apud, LIMA 2006: 127).

Para a Arqueologia Darwiniana, compete analisar as mudanças ocorridas num grupo humano através das variações dos registros materiais produzidos por aquele grupo. As variações com o tempo são transmitidas através da “herança” (LIMA, 2006: 128).

A Arqueologia Evolutiva (Darwiniana) trabalha em cima da teoria de que a leitura vestigial seja feita através de três pressupostos básicos: variação, hereditariedade e seleção.

Na verdade, não são os objetos feitos pelos homens que evoluem por si só, mas é o grupo, a espécie humana que ao evoluir leva consigo a herança dos seus antecessores que em contato com o ambiente e suas mudanças, veem a necessidade de criação, de aperfeiçoamento e de (re) adaptação, fazendo com que haja uma “evolução” nos seus utensílios, graças as questões de cultura.

A terminologia cultura vem sofrendo forte contratempes e evoluções.

Para Franz Boas “seria um padrão de normas mantidas implicitamente pelos membros da cultura e obtido através da tradição e difusão” (KLEJN,1973).

Para Binford (1962), cultura “não era entendida como uma série de normas implicitamente adaptadas por um grupo, mas como o resultado comportamental da adaptação da população a condições ambientais específicas.”

Binford assevera ainda que cultura,

É um meio de adaptação extra-somático do homem (...) a cultura é um sistema de informação, em que, nas mensagens, se acumulam informações de sobrevivência. Neste sentido, a cultura material é vista como algo que simplesmente funciona na interface entre o organismo humano e o meio físico e social para permitir a adaptação (...) o resultado disso é que os vestígios culturais são vistos como refletindo, de um modo bastante direto, o que as pessoas fazem (...) ainda admite que a cultura material é simplesmente uma reflexão direta, indireta ou distorcida das atividades humanas (RIBEIRO, 2007: 93-94).

Para Taylor Apud Braidwood (1960: 48), cultura é a “categoria mais geral do conjunto das ações humanas”. Tudo o que o homem desenvolve com os seus é cultura; quando os costumes, hábitos, ritos são vistos pelos outros como diferentes dos seus, temos culturas deferentes. Os Cariris, por exemplo, viam os Tarairiús e os Tupis como diferentes, assim tínhamos antes e no pós-contato pelo menos três grupos culturais diferentes que habitavam o que hoje é a Paraíba.

Segundo Coli, cultura é um “conjunto de valores materiais e espirituais determinados historicamente” (COLI, 2002b: 117). Nesse contexto, os grupos da Paraíba se diferem no tocante aos valores espirituais, bastando a análise das crenças do pós-morte dos indivíduos. Nessa linha de pensamento, o conceito de cultura de Ricardo de Moura de Faria (1976: 39), se assemelha, pois ele vê a cultura como o “conjunto das coisas materiais e espirituais de uma sociedade, que é o resultado da experiência comum de seus membros”. O conceito é inovador a medida em que disvincula o termo da questão material, do mundo objetivo e vai para o mundo do subjetivismo, o íntimo, o EU do outro.

Já a cultura brasileira surge a partir de uma visão eurocêntrica, pois caracteriza-se por ser a cultura nacional, desprezando-se a cultura dos grupos humanos que aqui viviam antes da chegada dos europeus.

A cultura lusa tentou adaptar o território do Brasil ao modelo europeu, por exemplo, nas configurações urbanas. Por outro lado, o europeu adotou a cultura indígena, tanto como forma de sobrevivência como para dominá-lo. Nesse sentido temos aquilo que Souza (1997: 12) chamou de aculturação¹¹.

¹¹ Adoção, por um grupo humano, de traço ou traços culturais de outro. Pode ser visto ainda como um processo através do qual a cultura se transmite de um grupo a outro.

Para Flammery (1967: 119), cultura, a partir de uma visão normativa, seria um corpo de ideias, valores e crenças compartilhadas com as normas de um grupo humano.

Binford (1994: 203) considera, também, a partir de uma perspectiva normativa que contempla como seu campo de estudar a base cultural. Essa base cultural existe nas mentes dos homens desaparecidos.

O arqueólogo normativista visa a reconstruir a cultura do homem através de sua cultura material. Os artefatos e outros vestígios arqueológicos se julgam representativos das ideias da cultura do grupo.

A Arqueologia trabalha com comparações entre sítios e/ou materiais arqueológicos, para se chegar às ideias em comum ou não entre os grupos. E, numa visão cognitiva, o arqueólogo estuda a cultura através dos padrões materiais de um dado grupo humano. É o comportamento do passado que sofre interferências de grupos distintos através das relações interétnicas e ambientais. Assim, cultura e ambiente estão inter-relacionados, complementam-se.

Watson (1974: 40) alerta para uma questão de suma importância quando se vai analisar a cultura material de certo grupo humano. A totalidade do passado de um grupo simplesmente pode não estar refletida no material arqueológico que se conservou. Às vezes, o material está tão fragmentado, reduzido, alterado, destruído que se torna difícil obter deles uma descrição completa do passado. Mesmo assim, não se pode admitir essa possibilidade como um impedimento absoluto na reconstrução do perfil cultural do grupo através de sua cultura material. Binford (1994) afirma ser capaz de captar o modelo comportamental de um grupo há muito extinto através da investigação pelo método científico hipotético-dedutivo, pois os restos arqueológicos são registros empiricamente observáveis de um modelo específico utilizado pelo grupo, que o caracteriza e pode servir como indicador cultural; enfim, sua forma de apresentação enquanto grupo cultural.

A análise de dados de um sítio arqueológico pode proporcionar a ordenação...
“de los restos materiales em un sitio arqueológico es el resultado del patrón es potencialmente informativo de la manera em que la sociedad estaba organizada”

(WATSON, 1974: 55). Hipoteticamente, um determinado padrão que se suponha ter existido no passado, capaz de enquadrar um grupo humano numa determinada etnicidade, pode ocorrer, inclusive com erros. O registro arqueológico proporciona confirmar ou não as explicações hipotéticas levantadas em formas de hipóteses.

A cerâmica pode ser um excelente indicador de cultura. Por exemplo, Leone (1968: 1.150) afirma que quanto mais depende o grupo da agricultura tanto mais se usa a cerâmica e a diversifica, especialmente de forma utilitária. A diversidade de cerâmica em um grupo pode aferir, hipoteticamente falando, o grau de desenvolvimento econômico daquele grupo humano.

Gordon Childe (1949) acreditava que os artefatos arqueológicos pudessem servir de diagnóstico para delimitar uma dada cultura arqueológica, mas não seriam suficientes para descrevê-la; para Childe, todo artefato era relevante e não poderia ser desprezado. A cultura de um grupo serviria como um meio para possibilitar a “interpretação arqueológica do modo como grupos específicos viveram em tempos pré-históricos” (TRIGGER, 2004: 166). Childe via a cultura como um leque de panoramas envolvendo a economia, a organização social, política e crenças religiosas; tentando entender de forma mais geral, assim como Kossinna, como os povos viviam no passado. As mudanças culturais, para Childe, verificadas em um grupo humano, estariam ligadas ao processo migratório (trocas econômicas) e ao processo difusionismo. Quando havia, enfim, continuidade cultural em um grupo, era devido a ausência dos dois fatores expostos anteriormente.

Cultura, na visão de Francis Bacon, é quando há a transmissão de conhecimentos entre os grupos humanos. Conhecimento isolado não é conhecimento e nunca será cultural (BINFORD e JOHNSON, 2006: 90). O que vemos não é o mundo propriamente dito, mas sim, o mundo da cultura que sofre intensas e constantes transformações pelo homem e para o homem.

A palavra cultura, *culture*, do Francês, começa a ser empregada a partir do século XVIII, por filósofos franceses e alemães para identificar, inicialmente, “empreendimentos agrícolas, para designar o progresso humano e o esclarecimento (o autocultivo)” (TRIGGER, 2004: 157).

Foi na Alemanha que o termo cultura passou a designar os costumes de um grupo humano, seu estilo de vida, geralmente atrelado às mudanças lentas verificadas nos grupos tribais. O termo cultura surge em oposição ao civilizado. No século XIX, inúmeras obras, especialmente alemã e inglesa aparecem dando enfoque ao termo cultura.

Klemm no ano de 1871, define, em sua obra, a terminologia cultura como sendo “aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TRIGGER, 2004:158). Cultura passou a ser vista como a transmissão do *modus* de vida de um povo transmitido as gerações futuras.

Já para o filósofo/arqueólogo alemão Gustaf Kossinna (1858-1931), partindo de uma proposta extremamente nacionalista, afirmava que a humanidade era constituída de um mosaico de culturas, constituído por grupos culturais que se alteravam com o tempo. Cultura para Kossinna é “inevitavelmente um reflexo da etnicidade, ele afirmava que similaridade e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças de ordem étnica” (TRIGGER, 2004: 160). A partir dessa análise, temos o fenômeno da assimilação cultural¹², comum no território da Paraíba no período do contato, verificado por vários cronistas.

O pensamento de Kossinna interessa-nos na medida em que serve para que possamos distinguir grupos étnicos diferentes a partir de sua cultura ou vestígios materiais. Por outro lado, tal pensamento, na Alemanha, serviu para reforçar a tese da existência, desde a Pré-História, de uma “raça” superior (Ariana), dolicocefalo, acreditando ele que as características raciais seriam um determinante fundamental no comportamento de um grupo.

Para Estêvão Pinto (1935: 37), cultura seria um “processo de adaptação homem/meio ambiente... Um fenômeno social com disposição a tornar-se estático”. Cultura pressupõe-se que deve existir um processo adaptativo do grupo a novas regras recém-assimiladas de outros grupos, seja através de trocas pacíficas ou através de

¹² Souza (1997: 20-21) chamou de assimilação cultural ao processo de aculturação bilateral entre grupos que compartilham o mesmo território, a tal ponto que embora tenham histórias culturais heterogêneas, acabam por constituir uma unidade cultural homogênea, sendo o caso dos índios Cariris e Tarairiús habitantes da Paraíba no pós-contato.

imposições, no caso de guerra, ou ainda via imposições ideológicas. A cultura está sujeita a ajustamentos individuais e, por conseguinte, a diferenciações de traços culturais, ou imposições culturais, gerando o fenômeno da transculturação¹³.

O contato de grupos diferentes pode levar a inovações e mudanças em grupos distintos. Nesse sentido, cultura não seria, como afirmou, em 1938, Estêvão Pinto, algo estático, ao contrário, cultura pressupõe mudanças, pois, no caso dos índios do Nordeste, percebeu-se claramente o sincretismo religioso, a assimilação de traços culturais múltiplos e o processo de importação e exportação de características de um grupo que migrou para outro grupo.

Existem traços culturais comuns a povos ou grupos linguísticos totalmente diferentes e às vezes até inimigos mortais, é o caso do uso do toucado, corte de cabelo comum entre inúmeros grupos indígenas do Brasil. Qual a explicação então, para esta característica? Migrações? Trocas interétnicas? Imposições? Ou convergências de elementos culturais? Para Estêvão Pinto (1935), o critério escolhido por ele para explicar a questão citada anteriormente, seria o da classificação linguística, a partir da adoção de critérios da aculturação, mas o ponto chave da obra de Estêvão Pinto é, sem dúvida, o conceito de civilização material, afirmando o autor que tal conceito exclui as formas sociais e ideológicas de um grupo.

De acordo com Estêvão Pinto (1935), pode-se reconstituir o perfil cultural de um grupo extinto através de sua cultura material, pois “as formas culturais são variadas e complexas e “toda economia humana, por mais rude que seja, não exclui complexidade e organização” (LINDOSO, 2007: 45), é uma obra social, coletiva, de um grupo pequeno ou não que trabalhou para os objetivos grupais. A civilização material nada mais é do que a vida material de um grupo, porque a vida material são os homens e suas coisas, mesmo que toscas, desajeitadas, mas é uma prova de criação da mente humana, enfim, sua cultura que o identifica, pois perpassa pela condição de subsistência e existência do homem e por extensão de seu grupo. O que existe de fato, são dificuldades em se reconstituir estágios econômicos passados, porém não é impossível isso acontecer. Toda civilização ou grupo étnico apresenta sua complexibilidade, sendo, portanto, relativo o conceito de povo arcaico, primitivo. Assim

¹³ Transculturação é o processo pelo qual um “fenômeno passa de uma cultura para outra, dizendo, por isso, respeito aos contactos e aos cruzamentos de culturas diferentes” (INFOPÉDIA, 2003).

sendo, até que ponto os Tapuias eram primitivos? Partindo de um modelo eurocêntrico, comparando-se o desenvolvimento tecnológico, os europeus assim os viam. Percebe-se mais uma vez que não se levou em consideração a visão do outro, mesmo que tenha utilizado traços de sua cultura material, assimilado seus conhecimentos ambientais para poder dominá-los.

A cultura é o espelho de uma nação, reflete o seu cotidiano. A cultura constitui-se algo que diz respeito ao cotidiano do conjunto da população de um certo grupo étnico. Ela está presente em todas as formas e maneiras de vida social, sendo um produto e motor das transformações vividas nas práticas diárias, nas relações diversas, sejam elas de lazer, doméstica, na busca pela sobrevivência, no sistema de crenças nos valores, enfim, em tudo que represente a simbologia de um grupo (AGROCAATINGA, 2002:10). A cultura é o que de mais importante um grupo tem; é ela que, vista pelo outro enquanto diferente, forma os grupos distintos. São as diferenças culturais que formam os grupos étnicos. Cada grupo tem sinais próprios que os qualificam como grupos, mesmo habitando um mesmo território.

Bartira Ferraz Barbosa analisando o termo cultura faz afirmações contundentes: “Enquanto conceito, cultura é termo abstrato, mas torna-se concreto por estar relacionada a ações humanas” (BARBOSA, 2007: 62).

Na concepção Estruturalista, o termo cultura relaciona-se a “normas integradas e reguladoras das estruturas sociais que constituem códigos” (LEWI-STRAUSS, Apud BARBOSA, 2007: 62).

Sempre existiu um grande interesse em conhecer os primórdios da cultura humana, seus marcos desenvolvimentistas, sua diversidade cultural bem como suas semelhanças que revelam os traços ou o perfil de um grupo. O nosso passado, como hoje, foi constituído de inúmeras culturas independentes, mas não totalmente impermeáveis entre si. Sempre existiu e existirá a inter-relação e a interdependência cultural. Veja-se o caso dos colonizadores europeus: além de se adaptarem a um novo ecossistema tiveram que conhecer a fundo o *modus* de vida daqueles que iriam conquistar, aprender seus costumes e retirar do meio hostil as matérias-primas básicas essenciais ao domínio.

Outro conceito básico que nos fornece subsídios para entendermos o processo de evolução cultural dos grupos, é o próprio conceito de etnicidade ou de etnia, pois pressupõe independência de um certo grupo cultural com características próprias.

Trigger (1990), declarou que etnicidade é um conceito muito subjetivo e que os arqueólogos não podem simplesmente identificar um grupo étnico sem uma gama de dados que se unem: dados etnográficos, históricos e arqueológicos.

Para Scott Allen (2000: 254) “o estudo de (normalmente) grupos não-europeus é considerado, de modo geral, o estudo de etnicidade, ligado, obviamente, ao critério racial”.

Allen (2000: 252) citando McGuire (1982) coloca que a “ etnicidade tem de ser entendida como a organização social de um grupo para melhorar sua posição em sistemas sociais desiguais, uma posição com partidários na antropologia cultural”.

Fabiola Andréa Silva (2009) não acha correto, ao se referir a um certo grupo, como por exemplo Cariri, denominá-los de tribos, mas sim, de grupos étnicos ou mesmo grupos locais. Ela parte do princípio que grupos pertencentes a um mesmo tronco compartilham traços comuns, mas também divergem entre si em vários aspectos, formando verdadeiros subgrupos locais, capazes, inclusive, de produzirem cultura material diferente.

Os grupos étnicos distintos de uma dada região, como os Cariris e Tarairiús da Paraíba, linguística e biologicamente são diferentes, mas nada impede que contatos interétnicos, em tempos longínquos, não os tenham aproximados para trocas, influenciando-os mutuamente em suas culturas materiais.

Cada grupo étnico apresenta “uma relação fixa entre dois estilos particulares de cultura material”¹⁴ (JONES, 2005 :29), aquilo que o autor chama de “marcadores étnicos”, ou seja, uma identidade particular de cada grupo, portanto, o seu perfil ou horizonte cultural. Um grupo étnico apresenta identidade homogênea, que serve de linha ou marco divisor dos outros grupos. Um marcador étnico pode ser um objeto que configure um grupo étnico, indo desde uma dança até um outro costume, como no caso

¹⁴ A cultura material serve para expressar a identidade étnica de um grupo, seu perfil cultural, seus usos e costumes que serve como decodificador do estilo de vida do grupo ou de uma nação (TOCHETTO, 1998).

dos Tarairiús, a prática do endocanibalismo e, no caso dos Cariris, as formas de enterramentos em covas e urnas (JONES, 2005 :29).

Na busca pelos marcadores étnicos do grupo estudado, vale desde a pesquisa nas fontes escritas até as pesquisas dos vestígios arqueológicos.

Um grupo étnico só tem sua afirmação como tal depois que se realizam contrapontos com outros grupos, notando-se justamente as diferenças entre eles.

Entretanto, Jones (2005: 34) fez um alerta significativo com relação aos marcadores étnicos: eles poderiam ter sofrido interferências de outros grupos, pois nenhum grupo por mais hostil que fosse vivia totalmente isolado numa espécie de ilha. Sempre existiram apropriações culturais entre os grupos étnicos, daí nossa grande dificuldade em classificá-los:

As práticas culturais e crenças que se tornam concretizadas como símbolos de etnicidade são derivadas de, e ressoam com práticas habituais e experiências pessoais, como também refletem as condições imediatas e interesse que caracterizam situações particulares (JONES, 2005 :35).

Pode-se buscar um marcador étnico realizando o contraponto entre grupos. Ao se buscar os pontos comuns entre os Cariris e os Tarairiús automaticamente está se buscando o que diverge entre eles. Portanto classificando-os enquanto grupos étnicos distintos, mesmo que sejam enquadrados num mesmo tronco-linguístico cultural , como o Macro-Jê.

Tanto as fontes literárias quanto as arqueológicas podem nos fornecer perspectivas complementares e contraditórias sobre a etnicidade de um grupo do passado; tais riscos podem ser minimizados com o aprofundamento das pesquisas sobre o(s) grupo(s) trabalhado(s).

Scott Allen (2000: 254) afirma baseado no pensamento de Wobst, que “variação estilística em artefatos pode transmitir mensagens, que poderiam ser usadas para regularizar e informar interação social”. Portanto, distinguir grupos étnicos diferentes.

Mesmo os artefatos podendo assumir significados simbólicos emblemáticos, mas podem servir para “reificar normas e expectativas ao grupo” (ALLEN, 2000: 255), desde que o grupo analisado se apresenta como tal, como é o caso dos Cariris e Tarairiús.

A cultura material de um grupo é representada, especialmente, pelos artefatos por eles produzidos. Geralmente esses artefatos são os objetos descobertos nas escavações e prospecções e são feitos de matérias-primas diversas. Em geral, entende-se que os artefatos "...são os elos mais ricos com o passado, pois tendem a sobreviver por muito mais tempo que fragmentos de ossos ou restos de plantas" (DEVEREUX, 2002: 8).

Para Marilene Chauí (2000: 12), entende-se que a cultura material nada mais é do que

um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo...

No caso da cultura material dos Tapuias Cariris e Tarairiús, são constituídos por artefatos líticos, contas (osso e pedra), cerâmica e cestaria, adornos de penas, madeira e tudo que os identifique enquanto grupo humano, inclusive sua cultura material.

Joel Birman (2000) afirma que o mundo moderno (contemporâneo) vêm passando por uma de suas maiores crises (um mal-estar), principalmente pela falta de um modelo que sirva para explicar as conturbações do mundo pós-moderno. As mudanças sociais do mundo contemporâneo têm levado as ciências humanas a rever conceitos e modelos, como os de nação, etnia, raça e outros.

Primeiramente é importante entender que é preciso participar de um grupo social, significando, portanto, descender de um ancestral comum. A partir daí, mesmo sofrendo objeções, pode um grupo ter sua etnicidade. Sentimentos de etnicidade e nacionalidade, que a nosso ver são sinônimos, podem se alimentar das mais diversas fontes, sejam elas a política, o poder, a religião, hábitos condicionados pela ideia e disseminação do próprio conceito de raça e por uma cultura com traços culturais próprios, sentimentos específicos de honra, étnica, dentre outros. Podemos, baseado no exposto acima por Seyferth (2000), ver os grupos humanos por nós estudados nos Sertões da Paraíba (Cariris e Tarairiús), como tendo uma etnicidade, sendo grupos étnicos diferentes. Mesmo assim, pertencer ao próprio grupo significava também ser diferente dos outros, empregando-se aí a tradição e os costumes como elementos diferenciadores.

Na visão de Max Weber (1982), forma-se a partir desse contexto, dessa junção, dessa múltipla troca e inter-relacionamentos a comunhão étnica, facilitadora das relações comunitárias.

Criamos o sentimento e as condições necessárias para o aparecimento da comunidade política, esta sim, irá, por exemplo, mobilizar os índios nas inúmeras guerras que serão travadas especialmente contra aqueles que usurparão suas terras. Este seria o primeiro de uma série de passos para a criação de um sentimento de nacionalidade? Estruturado politicamente? Sim. Uma nação então se constituiria pela junção de dois fatores básico: uma estrutura política organizada que lhe desse sustentação e a institucionalização de uma consciência étnica.

Nação, portanto, na visão de Weber (1982: 277), seria a união de um grupo humano “unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria”. Partindo do exposto por Max Weber, poderemos enquadrar os Tapuias numa espécie de pseudo-nação, no sentido de que, em vários momentos históricos, ocorreu desunião e até guerras intertribais motivadas pelos colonizadores, lógico, mas que estas ocorreram justamente porque os ideais de nação ainda não estavam totalmente consolidados. A existência de vários pseudos “reis” para governarem um mesmo grupo étnico, como os Tarairiús, é um exemplo do exposto. Poderíamos afirmar, então, que as sociedades Tapuias seguiam o modelo polissegmentado (clânicos, tribais e com formas primitivas de monarquia), que contrastava com o Estado Moderno luso/espanhol/flamengo, que conquistam a região.

Mauss (Apud Costa, 2007:18) assim define o conceito de nação:

Nós entendemos por nação uma sociedade materialmente e moralmente integrada a um poder estável central, permanente, a fronteiras determinadas, a uma relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis.

No exposto, e pelo que a literatura e documentos oficiais analisados, neste trabalho, mostra-nos, não seria, então correto enquadrar os Tapuias dos Sertões como formando uma NAÇÃO, mas uma pseudo-nação, ou um modelo polissegmentado, embrionário de nação. Por conveniência, continuaremos a adotar a terminologia nação quando nos referimos aos grupos humanos Cariris e Tarairiús, mesmo sabendo

existirem tais ressalvas, pois é próprio, segundo Mauss, que sucinta brechas. Ele cita três conjuntos estruturais básicos para aceitar um agrupamento humano como nação; 1. certa integração social e fronteiras bem definidas; 2. unidade econômica, com códigos, impostos, taxas, confiança de unidade de grupo, etc.; 3. uma unidade política, administrativa e jurídica e, o que é mais importante, uma vontade de transmitir essas características as gerações futuras. Analisando os grupos Cariris e Tarairiús, a partir do exposto, seria complicado atribuir-lhes o conceito de nação, mesmo que algumas dessas características tenham sido identificadas: línguas com traços comuns, e uma estética moral e material, sendo estruturada a partir dos elementos da tradição cultural do grupo em si e a existência de estilos próprios.

A etnicidade depois de formada se perpetua por séculos e séculos através das gerações. Nada mais correto de ver os grupos étnicos Cariris e Tarairiús, como sendo os descendentes diretos de grupos pré-históricos que habitaram a região em tempos remotos. A etnicidade é vista como sendo o modelo básico para a construção da nação, sendo que o grupo tem uma “raiz étnica comum, seja ela real, imaginada, imposta ou construída” (COSTA, 2007: 35).

É importante acrescentar que Gellner (1993: 19-20) afirma que quando “dois homens pertencem a mesma nação se e só se reconhecem como pertencentes a uma mesma nação. Por outras palavras, as nações fazem o homem”. Quando os membros de uma comunidade indígena se autoreconhecerem como tais, ou que falam uma mesma língua, transformam-se numa nação, como também, é preciso que outros grupos com línguas diferentes os vejam diferentes, também se reconhecendo como tais.

Portanto, etnicidade tem um caráter meramente mítico, simbólico porque só muda lentamente. A etnicidade depois de formada, tende a ser durável sob, claro, condições normais que viva o grupo.

Assim visto, a etnia ou etnicidade é vista como um dos elementos básicos formador de uma nação, pois congrega as características culturais de um povo, marcadoras de um dado grupo social, sendo transmitidas através das tradições de geração para novas gerações

Raça é visto como um “conceito que enfaixe em si ancestralidade comum, solidariedade e fraternidade entre iguais, identidade opositiva e, afinal, etnocentrismo” (COSTA, 2007: 35).

Rondon (1953) entendia e definia raça como um grande aglomerado de indivíduos, mesmo que separados territorialmente em tribos ou grupos, mas que apresentavam certas características comuns, como língua, hábitos e costumes.

Definimos, pois, nação como sendo “uma comunidade imaginada”, pois se fundamenta por um sistema ‘mítico-simbólico’, cujo nexos é fornecido pela ‘etnicidade’. Já o elemento étnico é aquele “que é o responsável pela unidade do construto nação”; raça, assim, “... é, em meu entender, esse ‘elemento novo’, ‘estruturante’, criador de identidade, a “nova chave da história” (COSTA, 2007: 37-38).

Costa (op. cit: 38) coloca como conceito de identidade cultural de um grupo social:

uma estrutura relativamente permanente, na medida em que se imprime na consciência dos sujeitos através de uma socialização, cuja base é a tradição, lhes servindo de molde para a ação como um substrato moral etnicamente justificado, por outro, é processual, pois a maneira como ela opera objetivamente como critério de coesão e solidariedade sociais depende das condições históricas nas quais o grupo social está imerso (COSTA, 2007: 38-39).

Assim seria possível a (re)construção do perfil cultural de um grupo, da etnicidade, através da análise de suas tradições culturais, incluindo seus usos de materiais (objetos) diversos fabricados por esses grupos na medida em que sua própria sobrevivência, enquanto grupo social, os levaria a isso? Sim. Pois, como já vimos, certos elementos identificadores da cultura de um grupo moldam a história desse grupo e caracterizam sua evolução.

O próprio termo índio é pejorativo e contarditório. Acredita-se que o termo índio advém da lenda que correu os séculos e fora consolidada pelos padres católicos catequizadores dos silvícolas. Concluíram os padres que o Pai Sumé não poderia ser outro senão o apóstolo São Tomé, que pregou o Evangelho aos índios, logo o Brasil seria uma das índias, seus habitantes, então, passaram a ser denominados de índios.

Darcy Ribeiro assim conceitua o termo índio: “todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana, que se identifica como

eticamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato” (RIBEIRO, 1983: 28). Trata-se de um conceito aceito atualmente no Brasil, por ser abrangente, não excludente e deixar aberto para qualquer indivíduo que se veja como tal, proclamar-se como remanescente ou descendente de índio.

Ana Piñón (2002: 32) vê os índios como uma mera “...invenção, uma abstração, um personagem que nunca existiu, sendo produto da generalização de uma informação mal divulgada, neste caso pelo livro didático”.

O índio, especialmente aquele retratado nas iconografias ou em desenhos e fotos que ilustram os livros, torna-se impossível de ser percebido como tal; ao contrário, sempre foi visto como algo exótico, Sul-real, e sua cultura material totalmente distante da do homem contemporâneo. A cultura indígena é vista como inerte, passiva, arcaica, se comparada a dos europeus.

Em momento algum se discute, seja nos relatos dos cronistas, nas imagens iconográficas ou nos relatos dos livros atuais, a preservação cultural dos índios, especialmente aqueles grupos já desaparecidos, pois como ensinar e preservar o que não se conhece? Finalmente, o que se conhece da cultura material arqueológica dos índios?

CAPÍTULO III

3. A COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS E A POSSE DO BRASIL

3.1. Os povos pré-colombianos

Qual a visão que o índio passou a ter do colonizador quando esse praticava todo tipo de atrocidade e não respeitava seus costumes? Muito provavelmente a mesma que os europeus tiveram dos índios: selvageria. Aqueles que mudam o pensamento e o desenvolvimento cultural de um grupo não deveriam, nesse sentido, ser chamados de selvagens?

A descoberta do Novo Mundo (América) foi um longo resultado de aperfeiçoamento técnico/científico e de toda uma gama de mudanças sócio/econômico/política/ambientais que se processava, na Europa, desde o final do século XI, com as Cruzadas Cristãs ao Oriente.

As grandes navegações do final do século XV foram o fechamento destes avanços, mas a abertura de um gigantesco etnocídio que levou a extinção a grande maioria dos povos que viviam no continente. Inúmeras nações indígenas desapareceram sem que antes fossem ao menos conhecidas. Outras, como os Tapuias dos Sertões da Paraíba, conseguiram sobreviver, a duras penas, até o século XIX, quando foram incorporados a população branca e mestiça dos ciclos colonizadores ou, como aconteceu com inúmeras tribos, o desaparecimento foi radical a tal ponto de não sabermos a sua localização geográfica.

De maneira geral, portugueses e espanhóis, franceses, holandeses e ingleses não demonstraram interesses em conhecer as sociedades que existiam, nas Américas, antes de sua chegada. Individualistas, etnocêntricos, capitalistas, o único interesse era o de obter lucros na nova terra, num curto espaço de tempo. Os índios desempenhavam dois papéis importantes: 1. servirem de mão-de-obra, escrava ou não; 2. e de guerreiros (aliados) quando fossem da conveniência dos conquistadores europeus. Seus mitos, histórias e costumes foram menosprezados.

Hoje, não resta dúvida que a América foi conquistada a ferro e fogo, e isso serviu de justificativa para a carnificina praticada pelos colonizadores/conquistadores contra os nativos. Os cronistas que escreveram sobre a conquista mostram a visão dos

conquistadores, sendo que a visão dos conquistados (dos índios), ainda necessita ser vista e avaliada.

Niède Guidon afirma que “o Brasileiro age como se não tivesse raiz” (GUIDON: 2005), pois desconhece sua “verdadeira” história, em especial, aquela que antecedeu a conquista europeia e/ou a história vista a partir do prisma do conquistado. Existem duas perspectivas em se contar a história de um povo: a do colonizador, que quase sempre perdura, e a do colonizado, que sempre é esquecida. Sendo assim, a conquista da América é mostrada como um direito dos conquistadores europeus; civilização cristã, mais desenvolvida, a única capaz de imperar, dominar, manobrar e oferecer a “liberdade”; é o Reino dos Céus aos pecadores sem almas e pobres indígenas.

Os europeus, especialmente portugueses e espanhóis, sempre fizeram uso da terminologia “descobrir” a América. Sendo um termo amplo, dava-lhes o direito de conquista plena, adotando um brutal sistema de colonização dizimador, opressor e excludente.

Cristóvão Colombo (1986: 33), em seu diário de bordo de um dos navios ao qual prestava serviço como escrevente, assim registrou o primeiro contato com a nova terra: “... região de eterna primavera e o estado de pureza na qual viviam as populações que nele habitavam”. Tem-se, portanto, uma ideia generalizada do que aqui existia, em termos de beleza cênica natural na época do contato.

A dizimação dos povos das Américas foi constante e rápida. O próprio contato entre povos desconhecidos trouxe doenças, para ambas as partes, com total desvantagens para os colonizados: sarampo, gripe, peste bubônica, dentre tantas outras, foram comuns na época, o que dá, inclusive, para conjecturar que houve uma espécie de guerra bacteriológica nas Américas. A escravidão, os descimentos e aldeamentos civis e religiosos foram outros fatores de dizimação. A junção desses fatores provocou uma das maiores catástrofes humana já verificada no planeta, uma verdadeira catástrofe demográfica. Alguns afirmam que nos primeiros séculos da conquista, cerca de 2/3 da sua população fora dizimada, outros aceitam a hipótese de que pelo menos 95 ou 96% da população autóctone tenha desaparecido (SERRA DA CAPIVARA, 2005: 70) através de diversos processos de extermínio.

Na história da América, tudo é incerto, inclusive seu povoamento pelos protos-índios.

Aziz Nacib Ab'Saber em artigo na *Revista Clio* (1987) aborda a questão polêmica que tenta elucidar um dos principais temas que envolve a Arqueologia Americana. Nele, Aziz com base em estudos diferentes e de díspares áreas do conhecimento científico questiona as teorias mais tradicionais sobre o povoamento das Américas, apenas pela via Bering e numa data inferior a 15 mil anos AP, afirmando e defendendo hipóteses de outras vias de penetração em datas posteriores a 30 mil anos AP.

Bartira Ferraz Barbosa (2007) aponta que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas sobre os prováveis caminhos e datas em que o homem chegou às Américas. A autora defende mesmo assim a tese de 70.000 anos AP., e até antes desta data para a entrada dos primeiros grupos humanos no continente americano.

Em termos de datações mais antigas do Nordeste do Brasil, Bartira Ferraz Barbosa (2007: 45) afirma serem de 200.000 e 290.000 anos AP., para ossos de megafauna, associados a artefatos líticos (análise radiométrica da série de urânio). Essas datações pertencem a equipe de Conceição Beltrão e Hénry de Lumilly da região Central, município do estado da Bahia. Seriam essas datações do período mais antigo ou primeiro período e as datações entre 50 e 25 mil anos AP., fazem parte, segundo a autora, do segundo período, estando enquadrados vários sítios arqueológicos do Nordeste do Brasil, dentre eles o Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí, o Morro Furado, em Coribe, na Bahia. O terceiro período seria o que corresponde ao final do Pleistoceno e início do Holoceno, com datações que variam entre 12 e 10 mil anos AP, sendo enquadrados inúmeros sítios em todo o continente.

Qual a verdadeira origem dos povos pré-históricos das Américas e quando o processo de fato teve início? São dois questionamentos ainda incertos, problemáticos e difíceis de serem respondidos.

A história das Américas e, por extensão, a história do Brasil começam com o início da colonização. É correto pensar dessa forma, assevera Zamara (1990: 41), pois deve-se levar em consideração os milhares de anos antes do povoamento anterior aos europeus. Milhares de homens e mulheres aqui fizeram suas histórias, registrando-as

nas paredes das cavidades naturais, nas histórias que se perpetuaram pelas gerações e nos inúmeros vestígios que servem de testemunho da existência desses povos no continente.

O próprio termo América é contraditório e inspira cuidados: foi dado em homenagem ao seu pseudo “descobridor” Américo Vespúcio, a partir de 1507. O termo vem de Amerigan, que quer dizer terras de América, nome também feminino, assim como Europa, Ásia e África. Da mesma forma, o termo Brasil, segundo Yolanda Santos (2000: 12), só será reconhecido tempos depois. Durante anos, aqui recebera outros nomes: Terra de Santa Cruz, Terra de Vera Cruz, Terra Nova, Brasília, Terra dos Papagaios e outros tantos.

Nas primeiras cartas do século XVI, aparece como América a parte austral e a parte meridional era denominada de Brasília Inferior. Desde o início do processo de colonização, houve designações diferentes para as várias parte do Novo Mundo.

3.1.1. Os mitos e o nascimento das Américas

A mitologia sobre o mar e as terras recém-descobertas pelos europeus impregnaram de misticismo, de curiosidade e ganância os primeiros aventureiros: sereias no mar, dragões na terra e homens comedores de carne humana (ou seriam verdadeiros selvagens?) viviam no Novo Mundo, sem contar a possibilidade de riquezas fáceis.

A iconografia do século XVI ao XVIII está repleta de imagens de seres míticos existentes nos oceanos que circundam o Novo Mundo e nas terras do Novo Mundo. De Bry mostra sereias em sua obra que os ingleses juravam ter visto em 1610. Jean de Lery, na xilogravura *Família – brasileira - casal de Tupinambá*, contribuiu para criar um esteriótipo genérico do índio do Brasil: nu, bem feito de corpo, cor atrigueirada, sem pelos, cabelo tosquiado, lábios e faces fendidos e enfeitados com ossos, paus e pedras, orelhas perfuradas e adornadas, corpo pintado, quando não coberto de penas multicoloridas, colares de contas de diversos materiais, usando arco, flecha, lança, tacape e outras armas toscas; as mulheres com os filhos presos por uma cinta nas suas laterais, além, claro, da teimosia em não fazerem uso dos costumes europeus, como vestirem-se como eles, casarem-se, etc., sem contar que, em guerras, agiam como verdadeiras “selvagens”, devorando a carne dos seus inimigos, sem esquecer

dos doze banhos diário. Imaginamos, enfim, o quanto tal generalização é errônea e pouco viável no semiárido do Nordeste, especialmente nos meses e anos de grandes secas, quando sabemos que a grande maioria dos córregos são temporários, quando não efêmeros. O ideal, portanto, não é o de criar um índio genérico, mas sim, vê-lo, estudá-lo e reconhecê-lo em seus habitats. Essa generalização de costumes advém dos relatos escritos pelos primeiros cronistas que mantiveram contato mais íntimo com os índios do Litoral que, provavelmente, tinham alguns desses costumes.

Durante o longo percurso da Idade Média perdurava que, além-mar, ou além-Europa, ou “nessas regiões maravilhosas para além de tule” (LEITE, 1996: 34), estaria situado o paraíso com abundância de belezas naturais, exuberância, uma verdadeira dádiva divina, ou o pior, habitado por monstros mitológicos, uma terra inóspita, de seres terríveis e incultos, como “... arimastos dotados de um só olho na testa, artabaritos sem boca...” (op. cit: 34).

Nada disso foi encontrado por Cristóvão Colombo, ao contrário, em uma de suas correspondências tece elogios a população do Novo Mundo, afirmando serem os índios bem feitos de corpos e que não tinham as mesmas feições e cores dos da Guiné, da África. A partir das Grandes Navegações no início do século XV, novas descobertas desmistificam tudo aquilo de obscuro que fora criado pela Igreja Católica, durante o Medievo, como forma de manter um rígido controle sobre as populações.

O Novo Mundo foi visto como o Éden bíblico, o paraíso utópico da Terra, a vida selvagem intocada, a docilidade e a infância do bom selvagem. Aqui, os mitos da ilha da Fortuna e a Atlântida foram postos em prática, depois transformados, através do aço e fogo, na terra da promessa. O local onde a felicidade poderia ser reencontrada através não da contemplação da natureza, mas sim, via a busca pela riqueza fácil.

O mito da fonte da juventude e do paraíso perdido foi intensamente procurado no Novo Mundo, bem como o Eldorado e o gigantismo dos povos. O sensacionalismo criado pelo novo deus originou rapidamente um processo de extermínio. Tudo era justificado mediante a busca por riquezas. Acreditamos que a criação de mitos vem como forma de justificar que o Novo Mundo não era o paraíso de Adão e Eva, mas sim, o local de busca pela fortuna. Mas dignas de nota são as transferências dos mitos clássicos, como sereias, amazonas, etc., para as Américas, transformando o continente

num neocleiro dos mitos perdidos e medievalescos. Os marujos conseguiram reaver tais mitos, como também, criaram outros tantos a partir do contato com os índios do continente.

Foi, talvez, o mito das Amazonas, que serviu para representar a América uma mulher jovem, de cabelos soltos, a “fêmea selvagem” no dizer de Santos (2000:18). Numa concepção grega, a sociedade masculina era o mundo civilizado, o modelo social ideal, enquanto que, a mulher, o feminino, seria o caos, a desorganização, o mundo selvagem. Por que não representar o Novo Mundo como tal, como demonstrativo dos primórdios da humanidade? Afinal, o índio foi visto como representante da infância do mundo. Nessa concepção de mundo, o outro passou a ser visto de forma pejorativa, neutra, assemelhando-se a uma mulher.

Nessa concepção eurocêntrica, a visão que se estereotipou do índio foi a mais feia possível, pois tudo teria que justificar a selvageria dos grupos humanos por vir. Sem dúvida que o canibalismo foi amplamente utilizado como arma ideológica para justificar a catequização e o extermínio. “Após os primeiros contatos entre silvícolas e europeus o *canibalismo* desponta como uma das mais fortes e instigantes características do aborígine americano” (SANTOS, 2000 :20).

Mesmo após as grandes descobertas marítimas e o início incipiente da colonização ou pelo menos um primeiro processo de exploração sem ocupação, alguns cronistas continuaram a escrever acreditando existirem os tais monstros. Jacques Cartier em 1530, ainda sustentava em Saguenay, uma cidade considerada fantástica, mística, na América do Norte, haveria monstros de um olho só que se alimentavam de carne humana. No ano de 1596, Walter Raleigh acreditava que, na Venezuela, haveria seres com olhos nos ombros; ilustrações de Isidoro de Sevilha, do século VII, foi retratadas em 1493, na crônica de Nuremberg por Michael Wohlgemut, servindo como exemplo de identificação dos habitantes da América Central; em 1724, o Jesuíta Joseph-François Lajitau registrou cinocéfalos antropófagos, em corpo de Lhama; em 1530, foi *Underweisung und Uszlegung der Cartha Marina, de Fiers*, com seres míticos de Lhama (LEITE, 1996: 34-35).

O que mais chamou a atenção dos primeiros viajantes do Novo Mundo foi a antropofagia, o que se levou a questionar a índole dos índios e se seriam ou não

descendentes de Adão e Eva, motivando a perseguição, servidão, morte e extermínio dos mesmos, sobre o auspício da Igreja, mesmo que no ano de 1537, uma bula papal os reconhecesse como tendo uma natureza humana, portanto, acreditava-se, ao menos antes da bula, que os índios seriam verdadeiras bestas-feras, inumanos. O reconhecimento pela Igreja não freou o massacre cometido contra os índios do continente, mas foi justamente a partir desse período em que se acentua a servidão indígena, pois estava em franco desenvolvimento o expansionismo mercantilista europeu.

Esse mito levantado sobre a América remonta a antiguidade dos povos. Foi o canibalismo densamente apregoado pelos novos conquistadores como forma de justificar o injustificável. Tal mito serviu para que os europeus disseminassem uma visão estereotipada sobre a América e os americanos. Da historiografia aos desenhos dos artistas, os mitos falaram, criaram os caminhos para justificar os massacres (Figura 5).



Figura: 5- Xilogravura de De Bry – Canibalismo.

Paracelso em 1520, chegou a questionar a genealogia do homem com relação a sua ancestralidade direta de Adão e Eva, pelo menos um único casal. Isso causou furor na igreja, porque abriu-se dúvidas se existiram outros casais iniciais, outros Adãos e Evas. Neste momento, a teologia cristã europeia passava por grandes conturbações que punham, em xeque, seus dogmas: as teorias de Paracelso, o Protestantismo, o aparecimento de um novo continente com seres semelhantes aos europeus tudo isso ia em desacordo com as velhas teorias que vigoraram, especialmente, durante a Idade Média europeia.

Uma xilogravura de Johann Frosch Auer, impressa em Augsburg no século XVI, acompanhada de um pequeno texto, mostra o pensamento europeu sobre os povos do Novo Mundo, principalmente com relação a antropofagia:

Essa imagem nos mostra o povo e a ilha descobertos pelo Rei Cristão de Portugal ou por seus súditos. Essas pessoas andam nuas, são bonitas e têm uma cor de pele acastanhada, sendo bem construídas de corpo. Cabeças, pescoços, braços, vergonhas e pés, tanto de homens quanto de mulheres, são enfeitadas com penas. Os homens têm também no rosto e no peito muitas pedras preciosas. Ninguém é possuidor de coisa alguma, pois a propriedade é de todos. Os homens tomam por mulher a que mais lhes agrada, já fazem distinção. Guerreiam entre si e devoram uns aos outros, inclusive os que matam em combate, cujos corpos penduram para assar sobre fogueira. Vivem 150 anos. E não possuem governo (LEITE, 1996: 35).

Vê-se que a antropofagia, a prática de se alimentar de carne humana, era vista pelos europeus como uma prática corriqueira entre os índios. Marcos Odilon (2001) discorda plenamente dessa prática, afirmando categoricamente que os índios não se banqueteariam com a carne humana, mas sim a comiam em rituais de forma esporádica.

Albrecht Dürer e Hans Burgkmair ilustraram o *Livro das Horas*, feito para Maximiliano em 1515, onde Dürer “desenhou um americano de corpo atlético e rosto quase feminino, empunhando um tacape e tendo à cabeça um cocar Tupinambá, além de sustentar na mão esquerda um escudo circular” (LEITE, 1996: 35). O grande questionamento diz respeito quando e onde o artista teria visto artefatos feitos por índios do Brasil. Já Burgkmair representou, na obra *Triunfo de Maximiliano de 1526*, um índio com vários enfeites e armas. Ambos artistas nunca tinham visto de perto um índio do Brasil. Acredita-se, portanto, que já existiam modelos pré-estabelecidos, na Europa, sobre os índios e as paisagens naturais do Brasil, que eram compilados por artistas daquele continente, como também, armas e artefatos diversos que eram levados das Américas para a Europa. Desde os primórdios da colonização que índios das Américas iam a força ou não para Europa, serviram como seres exóticos em pomposas exposições para a nobreza. Já em 1501, índios foram para Portugal; em 1502, foi a vez da Inglaterra de recebê-los; em 1529, foram retratados, na Europa, por Christoph Weidtz, índios americanos; em 1532, havia índios do Brasil na Inglaterra e na França; em 1550, calcula-se que pelo menos 50 índios originários do Brasil teriam participado da entrada de Henrique II em Rouen; em 1613, índios foram a França para receberem o batismo cristão.

Em uma pintura de Vasco Fernandes, de data incerta, mas provavelmente do início do século XVI, traz o rei Baltasar, um dos que teriam adorado Cristo ao nascer, com a aparência de um índio Tupinambá. Assim como muitos outros artistas que teriam retratado índios americanos e especialmente brasileiros nos primórdios da colonização, Vasco Fernandes nunca tinha visto um índio brasileiro, pelo menos no Brasil, já que ele nunca visitou o Brasil. Portanto, acredita-se que ele executou a pintura a partir de comentários de alguém que conviveu diretamente com esses índios, logicamente distorcendo a performance dos índios do Brasil.

Nos primeiros anos do século XVI, Hieronymus Bosch no retábulo Jardim das Delícias, numa atmosfera tropical e oceânica, mostrou as coisas das Américas, acreditando Carl Justi que o artista tentou mostrar os recém-descobertos da Ásia, África e América.

Em 1604, Carl van Mander descreveu a paisagem dos índios ocidentais de Jean Mostoert, apresentando pessoas nuas, casas e choças. Essa obra provavelmente também fora feita a partir de comentários que lhe chegaram na Europa.

A pintura *O Inferno*, anônima de 1550, traz uma versão diferente das obras daquele período: o índio passa a ser visto como algoz e não como vítima; aparecem, na pintura, os fornos e caldeirões tão comuns nas pinturas medievais, mas mostrando diretamente se tratar de índios canibais do Brasil; o Tapuia apresenta-se como um satanás, demonstrando sua ferocidade.

Hans Staden, no ano de 1549, teria passado cerca de nove meses preso junto aos Tupinambás, publicando sua história no ano de 1557, ilustrando-a com mais de cinquenta xilogravuras (mapas, combates, embarcações, cenas de cotidiano índio, etc.), servindo de excelente demonstrativo da vida natural no Brasil dos anos seiscentos.

André Thevet, em 1557, publica um livro ilustrado com 41 xilogravuras, com algumas delas provavelmente assinadas por Guillaume Tory, duas xilogramas com as iniciais de Jean Cousin (J. C.) e as outras xilogravuras, sem assinaturas, retratando a vida e os índios das Américas.

François Descerpsz, em 1562, lança um livro com 129 xilogravuras, duas em cada página, acompanhadas de um quarteto em rima, mostrando os costumes dos povos da Europa, Ásia, África e América, sendo seis do Brasil. Cerca de oitenta anos depois, Albert Eckhout retorna a forma de mostrar em xilogravura a técnica dos pares, ou seja, dois a dois.

A representação das coisas, da natureza e dos homens desde anos os seiscentos não ficou restrita apenas ao território do Brasil pois a África, a Oceania e toda a América foram pesquisadas, pintadas e rapinadas pelas missões exploratórias e/ou militares europeias com o objetivo de abastecer inicialmente as coleções particulares e depois os museus.

Pode-se concluir que os motivos e mitos escolhidos pelos artistas, cientistas, exploradores europeus para representarem as terras recém-conquistadas eram o naturalismo, a produção cultural dos grupos étnicos e os próprios homens produtores dessa cultura material, seres exóticos ou anticristãos (LEITE, 1996).

Leite (1996: 42) coloca um fato importante para que possamos entender como existem excelentes representações dos gentios: é que índios, bem como objetos que representavam sua cultura material, foram remetidos à Europa para servirem de “modelo.” Nas inúmeras representações, sejam elas em xilogravuras ou pinturas, ou nas grandes festas que aconteciam nas Cortes da Europa, representava-se alegoricamente o continente Americano, quase sempre aparecia a figura de uma mulher indígena, com cocar, adornos em pena, segurando ou próxima de alguns animais do corpo de um ser humano, representando a “ANTROPOFAGIA”, que acabou servindo de modelo e estigma representacional dos índios americanos.

A profusão de informações acerca do Novo Mundo pode ser sintetizada na frase de Amado e Garcia (1989: 2): “jamais um grupo de homem conheceu tantas coisas novas sobre a terra, em tão pouco tempo, como na chamada era dos grandes descobrimentos marítimos”.

Os impactos dos grandes descobrimentos foram gigantescos: na Geografia, ampliou-se vertiginosamente as áreas conhecidas pelos europeus, antes limitadas a parte da Europa, da Ásia e norte da África; as Ciências Naturais receberam um grande impacto com a descoberta de milhares de novas espécies; e para o homem europeu,

descobriu-se que ele não estava sozinho, que outras culturas, descendentes ou não de Adão e Eva povoavam o imenso planeta; na Economia, os laços comerciais se ampliam e o mundo medieval local, transforma-se num mundo globalizado com a certeza de novas possibilidades de lucro. É o mercantilismo.

Com a chegada dos europeus ao Novo Mundo, houve o choque de duas culturas distintas. De um lado, os europeus que viviam numa região diferente de tudo aquilo que encontraram na América. O pudor religioso era o grande guia europeu no período, fossem católicos ou protestantes. Estes europeus encontraram uma América coberta de florestas quase impenetráveis, imaginando, por um instante, terem chegado ao paraíso.

Na América, os habitantes vistos inicialmente como exóticos, sem pudor, de pele avermelhada, cabelos lisos, quase sempre andando nus ou seminus, acreditando em deuses que não os seus, sem conhecerem o ferro, a roda, a pólvora, a imprensa ou grandes animais de carga, a não ser os próprios índios, como ressaltou um cronista espanhol sobre a única serventia que supostamente os índios teriam: meros animais de cargas.

A diversidade cultural e econômica nas Américas chamou a atenção dos europeus: de um lado povos como Astecas e Incas possuidores de imponentes tesouros, grandes cidades e uma estrutura sócio/política formada. Foram estes primeiros povos que despertaram a ganância dos primeiros europeus que fincaram os pés no continente. Os tesouros liberaram a ganância, inicialmente dos espanhóis, em apoderaram-se deles. Hernan Cortés, conquistador dos Astecas, ficou maravilhado com tantas riquezas, a tal ponto de dar início a um dos maiores genocídios da história da humanidade.

Da mesma forma que se depararam com grandes impérios nas Américas, os europeus também se depararam com grupos humanos vivendo em plena idade da pedra, a exemplo dos povos pré-cabralinos. A heterogeneidade de grupos humanos das Américas era simplesmente gigantesca. Alguns com elevados nível técnico, outros grupos, talvez a grande maioria, ainda vivendo da caça, pesca, coleta e de uma agricultura rudimentar, mas em perfeita harmonia com o meio em que viviam.

No geral, as grandes navegações marítimas serviram como um portão que se abre, variado, surpreendente, multicultural, absolutamente necessário conviver com as diferenças gigantescas, encarar e aceitar o outro. O outro, no caso do Brasil, o índio, não foi respeitado, mas sim, visto como um intruso e estranho dentro de sua própria terra que teria de ser eliminado, pois que era um entrave ao processo desenvolvimentista do capitalismo surgido na Europa no período. Para isso, a expropriação, a morte e a desertificação cultural¹⁵ foram as armas certas dos europeus para limparem o mundo desse entrave e darem prosseguimento a cultura mais forte, a da arma de fogo, do cavalo, dos navios artilhados, da fé cristã, das novas doenças que dizimaram milhares de ameríndios em pouco tempo. Nesse sentido, a cultura do outro não foi respeitada, mas usada para o engrandecimento dos europeus, depois simplesmente descartada, ao ponto que os próprios descendentes diretos desses grupos humanos não se reconheceram mais como tais.

Não é de tudo errado afirmar que foi o comércio o grande precursor das navegações marítimas. Claro que paralelas a essa atividade outras de fundamentais importâncias aconteceram. Pode-se ver esse período da Europa como uma das épocas mais criativas da História da humanidade. Por trás de tudo isso, reinava agora uma nova mentalidade, a do burguês, que ávido por lucro passou a investir pesadamente em inovações, viagens que diminuíssem o tempo de transporte das especiarias e nas novas conquistas e possessões. As ciências, como a Medicina, Matemática e principalmente a Astronomia alcançaram grande desenvolvimento, essenciais para as grandes “descobertas e viagens” que estavam por vir. Essas mudanças não se processariam sem a intervenção de um poder centralizado capaz de organizar exércitos de defesa e invasão, organizar o comércio e levar a população de um Estado Nacional a objetivos comuns. Para tal poder era preciso riquezas e impostos que só poderia vir com o fortalecimento do comércio e a garantia de novas possessões. Nesse sentido, nas palavras de Fernando Pessoa, “navegar é preciso”, para manter o fausto, a soberania dos Estados Nacionais e as riquezas dos comerciantes e nobres que aumentavam vertiginosamente.

¹⁵ Nesse contexto, a desertificação cultural apresenta-se como uma forma de extermínio da cultura do outro num total desrespeito ao índio.

Os dois Estados Nacionais que conseguiram arregimentar as condições mínimas para os grandes empreendimentos foram inicialmente Portugal e logo em seguida a Espanha. Esses, num curto espaço de tempo iriam governar o Brasil. Para vencerem tudo isso e despontarem como as grandes potências do mundo no período foi preciso vencer os medos, superar os mitos, destruir as velhas concepções medievais do mundo que se baseavam na mais pura imaginação e nos mitos, substituir tudo isso por novas ideias alicerçadas no cientificismo, na observação, na razão e na experiência. Assim “nascia” aos olhos dos europeus mais afortunados o Novo Mundo, esperança de riquezas e glórias.

3.2. A conquista das Américas e do Brasil

A forma como portugueses e espanhóis tomaram posse do Novo Mundo deixou imaginar que os habitantes aqui existentes não tinham direitos sobre as terras e sim os estrangeiros.

No diário da expedição de Fernão de Magalhães, 1519-1522, Antônio Pigafetta relata a autoridade com que os espanhóis tomaram posse do novo continente: “... fincamos uma cruz em cima de uma montanha próxima, a qual chamamos Monte-Cristo, e tomamos posse desta terra em nome do rei da Espanha...” (MAGALHÃES, 1913).

D. Manuel, em carta aos reis da Espanha datada de 28 de agosto de 1499, se intitulava “Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia...” (MAGALHÃES, 1913: 23) em pouco tempo faria parte dos seus imensos domínios as terras de parte do Brasil.

Do relacionamento cordial inicial, partiu-se para as cenas de violências devido as reações das populações indígenas que se viram forçadas a abrir mão de suas terras, hábitos e costumes.

Hernan Cortés, na terceira carta ao rei da Espanha, datada de 15 de maio de 1522, assim relata a brutalidade de suas tropas frente aos Astecas:

(os Astecas...) estavam em tão má situação que... para combater tinham que caminhar sobre o corpo dos seus mortos. Foi tanta a mortalidade que entre mortos e presos somou-se mais de quarenta mil almas (somente nesse ataque). Quando entramos naquela parte da cidade (Tenochtitlan, atual cidade

do México), não havia outra coisa para colocar os pés que não fosse o corpo de um morto... (AMADO e GARCIA, 1989: 53).

Frei Bartolomeu de Las Casas (1985) denunciou que os exércitos espanhóis não perdoavam ninguém nas aldeias, vilas e cidades invadidas no Novo Mundo.

O grande peso que culminou com a vitória da minoria (europeus) sobre a grande maioria (os índios das Américas e negros da África), foi sem dúvida, o uso de potentes armas de fogo, espadas cortantes, bestas, arcabuzes e o temido cavalo, o cão além de armaduras que os protegiam das armas quase ineficazes dos índios. Os índios acreditavam que cavaleiro e cavalo formavam um único corpo, daí matar o cavalo acreditando ferir o homem que o montava.

As guerras interétnicas foram amplamente exploradas pelos colonizadores. Em todas as áreas invadidas pelos europeus foram feitas alianças e incentivadas as rixas. No Brasil, e em especial na Paraíba, franceses incentivaram escaramuças entre Potiguaras e portugueses. No México, os espanhóis só conseguiram vencer os Astecas graças ao apoio que receberam dos Tlaxcoltecas. Os portugueses, na África, apoiaram os habitantes de Melinde contra seus rivais, de Moçambique; na Índia, os portugueses aliaram-se ao rajá de Cochim contra seu arquirrival, o samorim de Calicute.

Os europeus em todo o planeta conseguiram desestruturar as culturas locais e impor a sua cultura, constituída de novos valores, alterando o ritmo de vida dos índios, proibiram seus cultos, fizeram-nos se deslocarem de suas terras, infligiram-lhes perdas, enfraquecendo-os e desorganizando uma estrutura comunal milenar. Os resultados foram os mais trágicos possíveis: imposição da religião cristã pela força; queima e morte nas aldeias que não aceitavam a fé cristã; expropriação de seus objetos de ouro e prata, além de mantimentos e as terras, causando fome e morte; doenças nunca vistas nas regiões invadidas; desestruturação total de uma cultura milenar; quebra da harmonia homem/meio; rompimento de um processo desenvolvimentista, porém sustentável; aculturação dos índios; todos estes pontos que ora expomos são as consequências do processo de conquista inicial, pois com a consolidação da colonização, a história seria diferente, bem pior.

Para os europeus, as grandes navegações significaram riquezas, aumento de almas para a fé cristã e novas possessões para os impérios nascentes. Para os índios,

o começo de um longo processo de extermínio, uma total e radical mudança em seus destinos. Tudo tinham que doar a um rei que não conheciam, mas que sentiram o seu terrível poder. Para sobreviverem, muitos grupos étnicos se moldaram ao novo sistema, uma forma encontrada de reação, porém a um custo elevado, pois perderam pouco a pouco seus traços culturais, deixando-os incapazes de se reconhecerem como grupo étnico, como nação. Hoje, resta aos estudiosos esse árduo e difícil processo, o de reconstruir através dos relatos históricos e a cultura material o perfil cultural de grupos que sucumbiram frente ao domínio europeu.

Nem portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses tinham uma consciência unívoca de pôr, em prática, os objetivos traçados na Europa para o Novo Mundo. De modo geral, os objetivos foram ampliados para fazer gerar lucros exorbitantes para as coroas da Europa, indiferente se a conquista causaria ou não a morte de alguns milhares de índios.

A relação entre índio e colonizador foram as mais trágicas possíveis em todo o continente. As circunstâncias do momento ditaram as atitudes dos colonizadores. Tudo fora desviado em proveito dos interesses não mais da salvação da alma, mas sim pela salvação das possessões além-mar.

Os que vinham para a América tinham dois propósitos básicos: primeiramente servir a Deus e segundo, servir a sua Majestade. As atrocidades cometidas no Novo Mundo tinham, por trás, o serviço a Deus e a sua Majestade. Por eles e para eles, todas as barbaridades podiam e foram cometidas.

Na grande maioria da documentação da época, vê-se claramente que os objetivos econômicos não aparecem, mas de comandantes a soldados, o principal objetivo de conquistar nas Américas era o de servir a Deus e sua Majestade. Por trás, escondida e como pagamento por bons serviços prestados, estava a causa econômica. Percebe-se que os interesses cristãos e o nacional (do Estado) se uniram com o objetivo de conquista do Novo Mundo. O Padre missioneiro era, ao mesmo tempo um emissário de Deus (da Igreja) e um emissário do rei; pela própria questão do padroado, Igreja e Estado se uniram com o objetivo de conquistar e explorar o Novo Mundo. Ao colonizador, cabia-lhe trabalhar por Deus e por El-Rei. Este, como recompensa dava

aos súditos seu beneplácido, concedendo-lhes títulos ou terras ou outras concessões que aferissem lucros para a coroa ou o indivíduo.

Mesmos os massacres e saques eram vistos pelo colonizador como os designos de Deus. O resgate de Atahualpa, o último imperador Inca, rendeu aos espanhóis cerca de dois milhões de pesos em ouro e prata; tal resgate fora visto, por Oviedo, um dos grandes conquistadores da América espanhola, uma dádiva divina, guardado para o imperador espanhol, a serviço de Deus e da Igreja. Toda selvageria era justificada em nome de Deus. As expedições particulares, geralmente, tinham, por trás, o cunho da descoberta, da pacificação e colonização, em nome de Deus e El-Rei, mas que se esperava, todavia, receber do rei uma recompensa pela empresa, que podia ser em índios escravizados, terras e títulos.

A justificativa para as guerras de conquistas foi apontada por Soloizano Pereira, que legitima todas as leis criada durante os séculos XVI e XVII contra a servidão indígena. Fazia-se guerra e exterminava porque: a) Deus tinha concedido tal poder aos Reis; b) Deus impeliu os Reis na busca de possessões do Novo Mundo e, portanto, novas almas; c) a descoberta e posse de novas terras davam-lhes o direito sobre os habitantes do Novo Mundo; d) os costumes bárbaros justificavam qualquer ato, mesmo que fosse a guerra, para levar aos selvagens indígenas, a civilização; e) a infidelidade dos índios justificava as guerras para impor-lhes a dominação política e obediência a El-Rei; f) pecado contra as leis naturais, por exemplo a antropofagia dos índios, justificava as guerras; g) a pregação do evangelho e a propagação da fé cristã autorizavam os cristãos a domar os hábitos; h) cabia aos índios ouvirem e aceitarem a fé cristã. Em não aceitando, forçava-lhe pela guerra; i) a doação do soberano pontífice (Papa) de poderes e direitos aos reis de imporem os ensinamentos cristãos (CERVO, 1975:103).

A conquista das Américas foi uma quebra de paradigmas de um modelo ultrapassado. Com o Renascimento científico o que antes eram meras suposições e misticismos, como as cartas náuticas, passa a receber ensinamentos e novos conhecimentos obtidos pela nova Cartografia e Astronomia. Os espaços náuticos tornam-se menos espiritualizados e místicos e mais criteriosos, científicos, confiáveis e intelectualizados. O homem passa a apresentar-se com novos conceitos de si mesmo,

do mundo e de Deus, não o questionando, mas, agora, dando e buscando a importância do homem enquanto ser pensante e parte integrante desse mundo.

Vencer essas barreiras paradigmáticas seculares era lutar contra a Igreja. Veja-se que a Teoria Aristotélica do mundo foi aceita pela Igreja durante 1.400 anos, em que a Terra era o centro de tudo. Foi preciso experiências científicas e pessoas capazes de mostrarem o contrário. A vida do medieval europeu estava assentada no modelo de Santo Tomás de Aquino que baseou a vida econômica, política e cultural da Europa nas Escrituras Sagradas, defendidas pelos escolásticos, que criam todo o saber religioso e filosófico/teológico/moral impedindo grandes desenvolvimentos nesse período. Para que as navegações acontecessem era preciso quebrar com esses modelos. Foi a partir do século XV, com as novas descobertas e/ou inovações, no campo de Engenharia Náutica, e outros setores que proporcionou a hegemonia medievalesca do mundo que emperrava o desenvolvimento e a expansão territorial dos Estados Nacionais nascentes na Europa. Deve-se a Nicolau de Cusa a criação e defesa da teoria do Heliocentrismo que quebra a teoria secular aristotélica do Teocentrismo, e consolidada por Nicolau Copérnico no século XVI (1543), quando foi publicada. O Heliocentrismo proporciona outro fato primordial: a separação da Teologia da Cosmologia. A Teologia Escolástica pregava que o mundo era habitado por seres escalunascos, tendo Deus como líder; já a Teoria da Cosmologia reviu essa ordem ao questionar o Teocentrismo. Agora, a ordem medieval entrava em desordem, porém lógica.

Não se pode atribuir apenas ao desenvolvimento tecnológico luso na arte náutica o pioneirismo daquele país, mas também, o espírito cruzadista, ambicioso, de busca de novas terras e riquezas, de lucros, e novas rotas para tentar sair do monopólio italiano e, talvez um ponto principal, a audácia de seus comerciantes, dirigentes e navegadores. Dessa forma os lusos dominaram terras no Atlântico Ocidental, Oriental, o Índico, revertendo o processo de conquista ultra-mar da antiguidade que era do Oriente para o Ocidente, agora no sentido inverso: era o Ocidente, especialmente um pequeno país da Península Ibérica que começava a inverter o processo. Dessa forma, a conquista do Novo Mundo e por extensão do Brasil, aparece como consequência das mudanças de paradigmas na Europa.

As escaramuças em encobrir inicialmente o achamento do Brasil há muito caiu por terra (GUEDES, 1996). O próprio D. João II, rei de Portugal durante a primeira vinda de Colombo ao Novo Mundo, já avisara que seria dele as terras descobertas pelo genovês a serviço da Espanha. Entretanto, não existem documentos oficiais que provem ter sido Duarte Pacheco Pereira o primeiro luso a vir ao Brasil, mas as provas da intencionalidade são concretas e apontam para tal.

A própria visão do Monte Pascoal, com seus 536 metros de altitude, como fora visto e relatado por Pero Vaz de Caminha, só seguindo o roteiro no sentido Sul/Norte, pois, ao contrário, o monte é visto isolado. Isso prova que Cabral deu início a um primeiro processo de reconhecimento das costas do Brasil no sentido de Sul para o Norte. Em atividades de pesquisas realizadas em 1979, a serviço da Marinha do Brasil, Max Guedes afirma que a arribada de Cabral de Sul para o Norte foi intencional ou proposital, reconhecer o território e verificar pontos para futuras aguadas. A partir desse primeiro contato e reconhecimento, Portugal, em definitivo, conseguiu consolidar sua nova possessão além-mar. É verdade que nesse primeiro momento o Brasil teria uma outra serventia: a de abastecer os navios e fornecer algumas especiarias que marcariam o início da conquista. Definitivamente, o Brasil havia sido “descoberto”.

3.2.1. O Brasil na época do contato e suas consequências

Afirma Frei Vicente do Salvador (1937: 71) que é praticamente impossível “o conhecimento preciso dos primeiros tempos de nossos annaes”, graças, em parte ao terremoto de Lisboa seguindo de incêndio, no século XVIII, que devastou parte dos arquivos históricos. Vemos aí um dos motivos básicos da perpetuação de erros grosseiros sobre nossa história, pois as bases estruturais da origem do Brasil pós-contato se perderam.

Após a expedição de 1500 de Cabral, confirma Frei Vicente que, em 1501 e 1503, outras expedições vieram ao Brasil, provavelmente dar início ao mapeamento do Litoral. As informações sobre essas expedições vêm dos relatos de Vespucci. Outras viagens aconteceram, provavelmente em 1506, 1511 e 1514, 1516 e 1519 com objetivos diversos, como: combater a pirataria, montar feitorias e mapear o território (Litoral).

A historiografia oficial aponta para a existência de núcleos populacionais, no Brasil, bem antes do início da colonização, prova de que navios lusos estiveram aqui, montaram feitorias e deitaram brancos na nova terra com objetivos diversos. Muitos desses indivíduos eram degredados¹⁶.

Existem críticas sobre as atuações desses primeiros emigrados para as terras do Brasil. em suma, eram verdadeiros dezordeiros, na visão de Frei Vicente do Salvador (1937), o que em parte confere com outros relatos da presença de degredos no início do processo de colonização do Brasil.

Magalhães (1952: 16) é contundente ao afirmar que as primeiras relações portugueses/índio, no dia 23 de abril de 1500, foram amistosas

Frei Vicente (1937) talvez seja um dos poucos cronistas a mostrar que a reação indígena trouxe importantes baixas para os colonizadores. Figuras como D. Jorge de Menezes, D. Simão de Castello Branco, e outros fidalgos do El-Rei pereceram em combates contra os índios. O período dos donatários, especialmente entre 1534 e 1544, caracterizou-se por sérias desordens em terra e mar. O período também é marcado pela entrada de grandes contingentes humanos oriundos do reino nas terras do Brasil.

O comércio de índios entre os primeiros conquistadores da região fica claro nos documentos e relatos analisados por Frei Vicente do Salvador (1937), bem como as traições dos conquistadores frente aos seus aliados indígenas. Mesmos os índios que estavam sendo doutrinados eram, quase sempre, aprisionados e negociados como escravos.

Em momento algum Portugal abandonou as terras do Brasil, apenas se voltou para as Índias Orientais graças às ações comerciais naquela região. Gonçalo Coelho, por exemplo, foi nomeado Capitão-mor de uma armada que durante vários meses percorreu o Litoral do Brasil para mapeá-lo. Outro exemplo, agora sobre o reinado de D. João Terceiro, confere a Cristóvão Jaques, fidalgo, a incumbência de manter guarda no Litoral do Brasil e dar continuidade ao processo de reconhecimento geográfico da região.

¹⁶ A ideia do Brasil ter sido povoado no início do contato por dezordeiros caiu por terra. Muitos desses indivíduos eram presos políticos, religiosos e envolvidos em pequenas arroças.

Em quase todas as Capitanias, os primeiros donatários tiveram grandes problemas com os índios. Os cronistas relatam, com frequência que esses sempre se levantaram contra os colonos quando percebiam que estes queriam usurpar suas terras e escravizar ou matar os seus parentes.

A visão que se tinha do índio até o século XIX era que:

Todos sabem como eles são, como se vestem, como constroem, como caçam veados e búfalos, cultivam milho e feijão, abóboras e frutos. Os índios são selvagens, vivem ainda na Idade da Pedra, lutam com arcos, flechas e machadinhas – e escalpelam os inimigos. Aprendiam a manejar o revolver, mas se o mesmo ficasse com defeito, não tinham capacidade para consertá-lo. Não possuíam o menor senso mecânico, não conheciam sequer a roda; não tinham nada a que pudéssemos chamar de arquitetura, eram nulos em matéria de arte, o mesmo se podendo dizer em relação à escrita (WHITE, 1964: 97).

Tal modelo foi essencial para justificar o extermínio indígena das Américas. Assegura Anne Terry White (1964) que esse pensamento só muda quando, em 1841, publica-se o livro *Incidentes de Viagens na América Central, Chiapas e Iucatán*, a partir desse livro, começa-se a divulgar as riquezas culturais dos inúmeros grupos humanos que viveram no Novo Mundo, principalmente aqueles que construíram grandes obras arquitetônicas. As invasões espanholas de saques em algumas grandiosas cidades do Novo Mundo foram espoliativas e rápidas, em pouco tempo, como o normal, essas ruínas caíram no esquecimento, no ostracismo, para reaparecerem agora como monumentos culturais quase quatro séculos depois de haverem sido descobertas e saqueadas.

O contato¹⁷ pode ser visto em suas múltiplas facetas. De um lado, não se pode esconder que houve benefícios práticos para alguns poucos grupos indígenas; por outro lado, foi uma tragédia para os grupos hostis aos brancos. O contato trouxe sequelas negativas drásticas para os índios: perderam seus territórios, impuseram-lhes o trabalho agrícola para atender às necessidades econômicas dos europeus e não as suas.

¹⁷ Chamamos de contato as primeiras investidas e relacionamentos entre os aborígenes das Américas e os colonizadores europeus, com conseqüências diversas para os outros, no caso aqueles que viviam no continente americano foram os mais prejudicados nesse relacionamento nem sempre amistoso.

O contato integrou o índio, forçadamente, aos conquistadores. Desde o início da colonização foi imposto ao índio a integração e o ingresso no mercado de trabalho e aquisição de bens de consumo europeus.

O novo sistema econômico imposto aos índios no pós-contato levou a fome e a falta de opções para suprir suas necessidades básicas de subsistência. Perdendo o controle e domínio de suas terras, restaram-lhes ocupar no mercado de trabalho condições inferiores, quando não a forma mais degradante de trabalho que é a escravidão.

Cândido Mariano da Silva Rondon (1953: 5) um dos maiores indigenistas e sertanista que o Brasil já conheceu, quando das suas investidas nas regiões atuais do Mato Grosso, Rondônia e Amazônia especialmente, no processo de interligação do país através de uma vasta malha telegráfica, tinha como uma de suas principais preocupações, quando da penetração nos Sertões, o contato com os índios que viviam livres, que na sua concepção esse contato fora “tantas vezes prejudiciais à sua paz e à sua independência”. De 1890 até 1938, o Marechal Rondon rasgou fronteiras, estendeu linhas telegráficas e fez contato, assim como os primeiros colonizadores do século XVI. A diferença talvez esteja nos objetivos imediatos das missões: Rondon tinha um objetivo mais prático de conhecer, investigar, delimitar fronteiras do país; já os colonizadores do século XVI tinham um objetivo imediato: o da comercialização. Se as atividades desenvolvidas a partir de Rondon e sua equipe foram distorcidas mais adiante, configura-se num problema sócio/econômico a ser analisado por sociólogos e historiadores especialmente.

É interessante notar, na obra de Rondon, que os mesmos motivos que levavam os índios dos séculos XVI e XVII a reagirem frente às invasões dos seus territórios pelos brancos, foram praticamente as mesmas vivenciadas pela equipe do Marechal, inclusive com mortes.

Rondon talvez tenha sido um dos poucos sertanistas que conseguiu ver os índios como os verdadeiros donos das terras, numa visão do outro, aqueles que foram desapropriados pelos colonizadores, na medida em que se via a si mesmo como descendentes diretos dos conquistadores, dos primeiros invasores dos Sertões do Brasil. Rondon via os índios considerados bárbaros e hostis ao contato, a exemplo dos

Gaviões, dos Caingangues, Botocudos, dentre muitos outros, como amigos e não como “feras ou homens degredados” (RONDON, 1953: 12), como sempre foram vistos pelos invasores de suas terras desde o instante inicial da colonização. Brilhantemente reconheceu que o homem dito civilizado estava em dívida com os índios, ou pelo menos o que sobrou deles. Num Congresso de Geografia, em Belo Horizonte, no ano de 1920, o Marechal Rondon proferiu as palavras certas, num momento certo, mas numa época ainda para chegar no Brasil, pois do pronunciamento até nossos dias se passaram quase noventa anos e pouco tem sido feito para devolver aos índios sua dignidade, ou pelo menos uma parte das terras que lhes pertenciam antes do desastroso contato a partir do início do século XVI:

Nós, que fomos procurar no fundo das florestas para pedir-lhes que depusessem o arco vingador, nós, sim, estamos em dívida para com eles, porque ainda neste momento não lhes demos o apoio da lei que visamos, com a nossa intervenção, substituindo ao das armas, para assegurar-lhes a propriedade da terra em que assentam as suas malocas e suas lavouras, e onde procedem a suas caçadas (RONDON. op. cit.: 13).

Rondon juntamente com sua equipe nos cerca de meio século de pesquisas, só corroborou com a tese da grande heterogeneidade e diversidade linguística dos gentios do Brasil. Em plena metade do século XX foram contactados povos desconhecidos até então, novas línguas e dialetos foram pesquisados, bem como hábitos e costumes e práticas comerciais que se acreditava extintas no Brasil. Essa análise Etnohistórica e Etnográfica da obra de Rondon serve-nos de subsídios para que possamos entender o *modus* de vida dos grupos humanos que viveram no Brasil no pós-contato, e que, por motivos diversos, foram extintos, como os Cariris e os Tarairiús dos Sertões da Paraíba.

A cordialidade com os visitantes parece ter sido uma constante entre os índios do Brasil. Caminha em sua carta já registrou esses detalhes e, quase quinhentos anos depois dos primeiros contatos, a equipe de Rondon verificou os mesmos costumes entre os índios da nação Xingú, especialmente nas tribos dos índios Camaiurás. Estes, observou os sertanistas, “tratam de maneira fidalga seus hóspedes. Ofereceram-lhes tudo o que de melhor possuem” (RONDON, 1953: 19). Foi graças a essa cordialidade que os primeiros conquistadores se aproveitaram e rapidamente os conquistaram, transformaram-nos em escravos e desapropriaram suas terras.

Os contatos que as expedições de Rondon tiveram com os índios do Centro/Norte do Brasil servem de comparação com os que aqui viviam no período do contato. O ato de pintar o corpo, o uso de enfeites de plumagem e o uso do arco e da flecha remetem-nos a pensar que esses costumes verificados, na primeira metade do século XX, eram os mesmos da época do contato, em 1500.

A crítica que se faz a Rondon e sua equipe talvez seja a mesma que se faz aquelas dos primeiros colonizadores do século XVI: a de levar aos índios a civilização: roupas, armas e principalmente a fé cristã. Interessante notar que, nos dois momentos, os índios não foram questionados se aceitavam ou não essas imposições. Daí, muito provavelmente, advieram suas reações, tanto no século XVI quanto no XX.

3.3. Visão do índio sobre o europeu e do europeu sobre o índio

Foi a visão que os outros (africanos, asiáticos e americanos) tiveram dos europeus foram de espanto.

Frei Bernardino de Sahagun, espanhol, assim descreveu a visão que índios de região do México tiveram dos europeus ao desembarcarem de seus navios: "... têm o corpo envolto, somente as caras aparecem. São brancos, como se fossem cal. Têm cabelo amarelo, embora alguns o tenham preto. Sua barba é grande..." (AMADO e GARCIA, 1989: 41-42).

A surpresa dos europeus em relação aos índios foi digna de nota por Américo Vesúcio, em carta a Francisco de Medici, datada de 19 de julho de 1500:

Não têm barba nenhuma nem vestem vestimenta nenhum assim os homens como as mulheres, que como saíram do ventre de suas mães assim vão, que não cobrem vergonha alguma; e assim pela diversidade da cor, que eles são de cor como parda... e nós brancos; de modo que sentindo medo de nós, todos se meteram no bosque (AMADO E GARCIA, op. cit: 42).

No primeiro relato, o do outro, percebe-se que a preocupação do índio era a de simplesmente identificá-los enquanto grupo humano diferentes dos seus; no segundo caso, já se percebe claramente que os europeus já buscavam identificar qualidades, como valentia e medo; diversidade cultural pela cor; e, questões ideológicas que iriam ser profundamente exploradas pelos colonizadores, como os costumes de andarem nus que passariam a ser vistos como algo vergonhoso e anticristão e até demoníaco.

Sobre os animais encontrados no Novo Mundo, o relato de Jean de Lery (1990: 18), do século XVI, mostra a admiração com animais nunca vistos. “... tatus são quase como leitões: têm um casco como de cágado... têm um rabo comprido todo coberto do mesmo casco. O focinho é como de leitão, ainda que mais delgado e só botam fora do casco a cabeça. Têm as pernas baixas e se criam em covas como coelhos”.

Américo Vespúcio ficou deslumbrado com as aves das Américas:

... pássaros de diversas formas, e cores, e tantos papagaios que eram deslumbrantes; alguns corados como carmim, outros verdes e cor de limão e outros negros, e encarnados, e o canto dos pássaros que estavam nas árvores era coisa tão suave, e de tanta melodia, que nos acontece muitas vezes estarmos parados pela doçura deles (VESPÚCIO, 1984).

As plumagens dos índios que tanta cobiça despertaram entre os comerciantes europeus tinham uma explicação: a grande profusão de aves multicoloridas do Novo Mundo.

Ainda é Pero de Magalhães de Gândavo em escritos de 1576 (1995) que faz menção a vegetação exuberante do Brasil, seu clima e hidrografia, totalmente diferentes da Europa:

É a vista muita deliciosa e fusca: está toda vestida de muito alto e espesso arvoredo, regado com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá (na Europa) nos oferece abril e maio. Não há lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam as plantas, como cá ofendem as nossas. É de tal maneira comedida na temperança dos ares que nunca nela se sente frio nem quentura excessiva. As fontes que há na terra são infinitas, cujas águas fazem crescer muitos grandes rios que por esta costa... entram no oceano.

Este prelúdio sobre as belezas naturais do Brasil já havia sido percebido desde muito pelos portugueses que aproveitaram os bons solos, a hidrografia, a fauna e flora exuberantes e o clima não tão hostil para darem início as monoculturas, essenciais para o enriquecimento de comerciantes e da Coroa Lusa. Em contrapartida, em pouco tempo, tudo foi destruído, inclusive seus habitantes humanos.

Desde o início, os europeus buscaram conhecer a natureza e principalmente as fraquezas dos habitantes dos territórios invadidos.

Com relação ao Brasil, as crônicas são inúmeras e visam a mostrar quais os reais interesses lusos sobre a terra recém “descoberta” e seus milenares habitantes: “

Andam nus, nem cobertura alguma. Não fazem o menor caso em encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como um mostrar o rosto...” (CAMINHA, 1985).

Gândavo (1995: 39) interessa-se em mostrar como viviam e de que viviam: mantimentos, como plantavam e quais poderiam ser utilizados para abastecimento dos colonos e tropas de ocupação:

Os mantimentos que plantam em suas roças, com que se sustentam... são mandioca e milho. Além deste, ajudam-se da carne de muitos animais que matam... também se sustentam de muito marisco e peixes que vão pescar pela costa em jangadas...

Obvio que Gândavo referia-se aos índios do Litoral, provavelmente Tupis, mas dá para se ter uma ideia de uma vida no mínimo semissedentária desses grupos, pois necessitavam de tempo para o plantio e colheita da mandioca e milho, portanto, sem dúvida, podemos afirmar tratar-se de povos horticultores, mas sem dispensar a caça e a coleta.

Jean de Lery (1990) continua a fornecer informações sobre os costumes dos índios observados por ele quando esteve no Brasil, notadamente acerca dos usos e costumes do cotidiano indígena. Sobre a suposta antropofagia, os relatos dos cronistas são muitos.

Em carta do Padre Jesuíta Antônio Navarro, datada de 1553, este relata que “para o ano, se não nos comerem os índios, vos escreverei mais...” (AMADO e GARCIA, 1989: 47). Na verdade, a antropofagia não passava de um costume de certos grupos étnicos que praticavam rituais mágicos/religiosos em que se matavam e comiam, via sacrifícios ritualísticos, aqueles pertencentes a tribos inimigas.

Alguns cronistas, a exemplo de Frei Vicente Salvador (1937), acabaram por dar uma conotação pejorativa sobre a antropofagia: “Morrendo este preso, logo as velhas o despedaçam e lhe tiram as tripas, que mal lavadas cozem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas e pelos hóspedes e dela comem logo assada e cozida...”

Tais colocações foram essenciais para a grande missão europeia no Novo Mundo: o massacre dos índios, a expropriação de suas terras, a servidão e a

imposição dos traços culturais europeus, especialmente a fé cristã. Relatos como este serviam de justificativa para as guerras justas e descimentos forçados.

Já outros relatos sobre a antropofagia são menos exploratório, como o de Antônio Pigafetto (SANTOS, 2000: 24), do Diário da Expedição de Fernão de Magalhães, datado de 1519-1522. Nele, coloca-se que:

... os homens e as mulheres (de uma tribo do Brasil) são fortes e bem conformados como nós. Comem algumas vezes carne humana, porém somente a de seus inimigos. Mas não é por gosto ou apetite que a comem... Não os comem nos campos de batalhas, nem tampouco vivos.

Temos um processo de amenização de uma das questões mais polêmicas do Brasil Colonial com relação aos índios. Se alguns grupos étnicos, no pós-contato, praticaram a antropofagia com o homem branco é porque o viram como bravo, de grande valentia nas batalhas, honrado, daí o privilégio, na visão desses índios, em consumi-los para absorver sua força e coragem, ou então como já se conhece atualmente, comê-lo para depois excretá-lo, como forma de repugnância e ódio pelo mal que lhes causava.

A visão que os europeus tiveram dos povos recém-contactados apresentou uma dicotomia: de um lado, povos que viviam na Idade da Pedra; de outro, povos com cultura tecnológica avançada, mas incapazes de fazer frente ao poderio bélico dos invasores. Hans Staden (s.d.) em sua viagem ao Brasil, 1557, assim os via: "... não há divisão de bens entre eles (os índios brasileiros). Nada sabem de dinheiro. Suas riquezas são apenas de pássaros; e quem tem muitos é que é rico. Quem traz pedras nos lábios, entre eles, é dos mais ricos..."

João de Scantimburgo (1971: 17) diz que a 'raça' portuguesa "se impôs hegemonicamente" sobre as outras raças formadoras do Brasil. O Brasil, a partir dessa visão demagoga, procede da raça forte, a portuguesa, num total esquecimento dos outros: "incalculável é a herança que Portugal nos legou. Pode-se mesmo afirmar que nossa cultura nada mais é que a cultura portuguesa..." (SCANTIMBURGO, 1971: 20).

Os índios num primeiro momento ficaram maravilhados com os europeus. As armas de fogo e o estrago que faziam chamavam a atenção. Cristóvão Colombo (1986: 33) em seu Diário de Viagem de 1492, assim relata um contato que teve com índios da América Central: "... fez disparos uma bombardarda e uma espingarda e (o Cacique),

vendo o efeito causado pelo estrondo, ficou maravilhado. E quando a população ouviu os tiros, caiu toda no chão.”

Era o som da artilharia, dos canhões e seu estrago, que chamavam a atenção dos índios em toda a América. O canhão era visto como algo diabólico pelo seu elevado poder de matar. De forma muito rápida, os índios das Américas foram persuadidos a ceder frente a invasão capitalista que se iniciava no Novo Mundo.

O sodomismo não passou despercebido pelos cronistas que escreveram sobre a terra e a gente do Brasil, a beleza física das índias. Os relatos, quase sempre extravagante, como observou o cronista Pigafetta (SANTOS, 2000: 26): “uma delas apanhou um prego de ferro da dimensão de um dedo e o introduziu (tranquilamente) na vagina. Pigafetta confessa não ter entendido o propósito: roubo ou enfeite? Mas observou “de qualquer forma extravagante...”

Kunz Dittmer (1960: 17) afirma que não foi difícil os europeus adquirem uma visão pejorativa dos indígenas das Américas, levando-se em consideração parâmetros de povos mais desenvolvidos, como os maometanos e os cristãos europeus:

No fue difícil exagerar el estado “selvaje” y “animal” (canibalismo) de índios y negros, y aprovecharlo como justificación moral para efectuar, incluso hasta el siglo XX, la más cruel apresión y explotación, y em algunos casos hasta el exterminio, de estos pueblos.

O estereótipo criado pelos colonizadores sobre os índios fora deveras extravagante. Presos ao rigor religioso do medievo europeu, ao se depararam com o nu feminino, os conquistadores trataram em (re)adotar seus antigos costumes, deixar extravasar a libido, os sonhos, o furor visto no Velho Mundo como pecaminoso. Talvez num primeiro momento, a visão do nu, do selvagem, fosse visto e tido como o paraíso bíblico, depois, com o contato, o pecado e o sodomismo, fizeram dos colonizadores seres bestiais, que estupravam e matavam.

O europeu estereotipava o índio do Brasil antes mesmo de conhecê-lo. O próprio von Martius (1938) critica tal posição e afirma que só depois de longa convivência com os índios é que passou a ter outra concepção cultural sobre os mesmos. Temos uma antítese de modelos: de um lado, o Novo Mundo com suas belezas naturais e toda a nudez e falta de pudor dos índios; do outro, o mundo civilizado ou o Velho Mundo. A visão do europeu sobre o Novo Mundo mudava de acordo com o modelo vigente de

concepção de mundo europeu. No século XVI, por exemplo, o índio passou a ser visto como um ser que estava ligado diretamente ao paraíso, com traços fortes do pitoresco e do romântico. Nesse período, bem como nos séculos anteriores, o retrato do negro e do índio, mesmo que retratados de forma estereotipada, prevaleceu, talvez como forma de mostrar o exótico, necessariamente sem ser o belo.

O índio do Brasil, seja nas xilogravuras ou em textos, fora passado como sendo o bom selvagem. Átala de Chateaubriand tenta passar, especialmente nas xilogravuras, a visão de um índio passivo, face angelical, incapaz de esboçar reação. Esse estereótipo descrevia, na verdade, o irreal, pois o índio sempre reagiu, de várias formas às tentativas de imposições do branco conquistador.

Na visão do branco europeu, o índio das Américas, fosse nas regiões tropicais ou nas áreas temperadas, fora pintado genericamente nu e reconhecido como tal. Sinal de selvageria, de povos sem pudor. As pinturas de artistas que visitaram o Brasil, nos séculos passados, abordaram com frequência o nu índio: de Eckout a Pedro Américo, a nudez sempre esteve presente com intensa força plástica, chamando a atenção da falta de pudor do índio.

O nu indígena foi fruto de cobiça e proibição da Igreja. Nas missões religiosas, proibia-se a qualquer custo o nu como forma de conter os pensamentos e atitudes pouco cristãos dos que ali viviam.

O índio quando retratado com o objetivo de mostrar-lhe a raça, sua ignorância e selvageria, aparecia em bandos ou isolados. Nos grandes acontecimentos de nossa história (Independência e Guerra do Paraguai, por exemplo), os artistas que pintaram as grandes batalhas (Havaí, Riachuelo, etc.), não retrataram o índio, como se esse não existisse, não fizesse parte desses momentos cruciais do Brasil. No quadro de Vitor Meirelles, A Primeira Missa, o índio apareceu como mero coadjuvante, passivo, alheio ao que se passava no momento, imitando o que se via.

Berta Ribeiro (1987), de forma enfática, afirma que fora o índio que deu o grande contributo para a formação da “proto célula” da nação brasileira que surgia, pois o negro da África só começa a aparecer, esporadicamente, a partir de 1538. Foi o branco que dominou, mesmo necessitando de todo o aparato “tecnológico” o índio, foi o branco que instalou a monocultura, a escravidão e um novo sistema agrário que desnordeou o

sistema de equilíbrio natural que, há milhares de anos, funcionava sem grandes impactos nas terras do Brasil.

Ideologicamente, reinou a Igreja Católica, mas não antes de incorporar traços místicos indígena e negros, o que faz do catolicismo do Brasil *sui generis*, único no mundo.

O modelo econômico implantado pela Coroa lusa e espanhola em toda a América voltava-se a exploração desumana dos recursos naturais da terra ou aquilo que ela pudesse oferecer e foi a partir do que cada região poderia oferecer em termos de bens de valor para o europeu, que determinou o modo de vida dos recantos do Brasil, estabelecendo variantes culturais, hábitos e costumes que, até certo ponto, diferenciam o povo brasileiro. São as várias culturas advindas principalmente com o contato indígena (crioula, caipira, sertanejas, cabocla e gaúcha), que Darcy Ribeiro (1984) atribui ao resultado do contato branco/índio de cada parte do Brasil. A resultante dessas culturas é que temos atualmente no Brasil, especialmente no meio rural.

A formação mística do Brasil deveu-se ao próprio sistema imperialista da época. As mulheres brancas praticamente não vinham para o Brasil e isso contribuiu para os amancebos entre colonos e índios, tão criticados pelos Jesuítas e outros Padres missionários. Dai, surgem o misticismo e a população acaboclada. As raízes da formulação e criação da sociedade brasileira pós-contato estão no campo. Foram os produtos do campo, inicialmente o açúcar, depois o ouro, o tabaco, o café, o algodão, o couro, que deram os primeiros passos da economia latente do Brasil, mas óbvio, sem perder os vínculos iniciais com a metrópole e, nesse contexto, surge rapidamente o Brasil, enquanto sociedade mista, fornecedora de produtos para a metrópole, na medida em que era intenso o processo de consumir bens manufaturados europeus.

Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1973), atribui ao encantamento da mulher morena (negra, índia ou moura) pelos portugueses, que a procuravam para os relacionamentos extraconjugais. Na verdade, isso irá acontecer mais por dois motivos: primeiro, a falta de mulher branca; segundo, a submissão dessa gente ao colono branco. A partir desse contato, forçado, tem-se início a formação de uma “raça” crioula nas Américas. Este esteriótipo criado por Darcy Ribeiro (1984), o crioulo, irá se

desenvolver mais nas margens litorâneas, no primeiro contato entre índios e brancos, depois acrescido o negro.

Já com relação ao que Darcy Ribeiro chamou de Cultura sertaneja, essa começa nas bordas interioranas do Agreste e se enfurna nos Sertões, domínios da caatinga. Foi nesta região que se desenvolveu, a partir do século XVII, a “Civilização do Couro” (ABREU, 1976: 127). Tal estilo mesclado com a herança indígena, criou um novo sistema de vida baseado na adaptação ao meio. Essa área era de domínio dos Tapuias Cariris e Tarairiús.

A cultura cabocla (do Tupi: *Caá-boc* = tirado ou procedente do mato), desenvolveu-se basicamente no Norte do Brasil, em áreas onde os índios estavam adaptados à floresta tropical.

A cultura caipira ou caiçara conserva as características indígenas e de seus primeiros descendentes na região de São Paulo: são os mamelucos. Paulista, nos primeiros séculos da colonização, era sinônimo de mameluco, bandeirante, preador e escravizador de índios.

Os caiçaras, sinônimo para o caboclo, guarda ainda hoje, segundo Berta G. Ribeiro (1987: 108), “...muito de indígena, algo de português e nada de africanos”... A cultura caiçara preservou alguns dos principais costumes indígenas: a caça, a pesca, a coleta, e a pequena roça.

A cultura gaúcha surge da transfiguração étnica das populações mestiças oriundas dos espanhóis e portugueses, além da figura do índio Guarani. Esse tipo cultural especializou-se na criação de gado, mas não desprezou os ensinamentos indígenas: a boleadeira com o laço, antes utilizada pelos Guaranis para pegar especialmente veados, sobrevive com adaptações para o apresamento de rês.

Montado o sistema de produção de manufaturas no Brasil, todo e qualquer entrave deveria ser removido, extinto. Neste sentido, os índios foram vistos assim, daí a brutal destruição de suas culturas, fazendo desaparecer rapidamente povos adaptados desde muitos séculos, àquele ambiente. Quando necessário se fazia, incorporavam-se técnicas vitais de sobrevivência há muito utilizadas pelos índios no

sistema mercantilista europeu; quando não, o resultado era a invasão de aldeias, missões, a desapropriação das terras e a morte ou escravidão dos gentios.

Para Bartira Ferraz Barbosa (2007), os europeus, especialmente os portugueses, criaram uma infraestrutura militar capaz de conhecer para dominar os índios, tudo isso através da criação de mapas onde se localizavam as aldeias indígenas. Tal conhecimento era importante instrumento de controle para possíveis ofensivas ou alianças com o gentio, à medida em que se estruturava a colonização. Os portugueses sabiam bem o que queriam naquele momento em que deram início a colonização do Brasil, capazes de transformarem o mundo para benefício próprio, mesmo que a história, a cultura, enfim o outro fosse apagado. Bartira Barbosa vê a ação colonizadora como uma atividade predatória, no sentido de que o desenvolvimento da economia portuguesa, no período, dependia do que fosse capaz de se produzir no Brasil. Para tal, era necessário mão-de-obra. A busca pelos índios do Litoral foi intensa a ponto de a partir de 1570, na capitania de Pernambuco, já existir desde muito tempo a necessidade de apresar índios Tapuias, que viviam muitas léguas do Litoral, nos confins do Sertão. Subentende-se que a lavoura inicial, principalmente de cana-de-açúcar, e sua formidável indústria sustentavam-se na servidão indígena, ao ponto que em 1570, já se buscava a mão-de-obra escrava negra devido o elevado grau predatório imposto pelos lusos aos índios, inviabilizando a capacidade de reprodução destes, o que começava a acarretar problemas de falta de mão-de-obra, justamente num momento de extrema necessidade, pois aumentava vertiginosamente a produção de açúcar no Brasil, tendo em vista a forte demanda no mercado europeu.

É impossível, hoje, não destacar o importante papel do índio no processo de conquista e colonização do Brasil. No entanto, existe uma escassez de estudos Ethnohistóricos e arqueológicos que resgatem a história do outro, principalmente realizando um resgate através de sua própria visão. Os índios não foram meros sujeitos passivos no processo de colonização, mas sim foram extremamente ativos.

Pierre Moreau e Roulax Baro (1979) mostram a importância de reconhecer outros povos, aprender e respeitar seus costumes. Lamentável que portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses não levaram isso a sério quando de suas invasões às Américas, África, Ásia e Oceania:

Pela experiência, os costumes dos povos, fornecem-nos mil exemplos e diversas aventuras em que aparecem estados inteiros, famílias e indivíduos e nos possibilitam o julgamento das ações alheias. Assim, só dependerá de nós próprios tornarmo-nos mais sábios e mais bem avisados à sua custa (MOREAU E BARO, 1979: 17).

Fala-se de relacionamento harmônico, de trocas culturais, de respeito. Três coisas que não aconteceram com o contato, ao menos como realmente deveriam acontecer, aceitando o outro (o índio) como ele era, sem interferir demasiado em sua vida, levando-o, inclusive, a extinção.

Os cronistas no momento em que falam da ferocidade dos Tapuias, veem-nos como valentes, aguerridos, corajosos, mas selvagens, capazes de devorarem os colonos que se aventuravam para os Sertões. Assim como os portugueses e espanhóis, os holandeses também viam os Tapuias como tais por falta de Deus, vivendo de acordo com suas “fantasias” e não como homens civilizados.

É interessante de nota a reação dos Tapuias liderados pelo alemão Jacó Rabi, que lhes servia de Capitão quando se dirigiram num domingo para Cunhaú, uma aldeia no Rio Grande, e lá massacraram os portugueses que estavam a ouvir missa. Essa reação dos Tapuias mostra-nos a aversão que estes tinham aos portugueses, pois, tal ataque seguido de massacre ocorreu quando os índios tomaram conhecimento das primeiras tentativas de expulsão dos holandeses do Nordeste. É notório na obra de Moreau e Baro (1979) como os índios Tupis e Tapuias são vistos como brutais e selvagens, sempre capazes de a qualquer momento matarem seus oponentes.

Apesar desses relatos, holandeses e portugueses faziam de tudo para tê-los como aliados. Quando da morte pelos holandeses de Jacó Rabbi, alemão, mas importante amigo de Janduí, um dos principais dos Tarairiús, estes se revoltaram e voltaram a fazer alianças com os portugueses. Os holandeses depois de massacrados, no Ceará, pelos Tapuias, enviam Roulax Baro, que havia convivido durante muito tempo com esses Tapuias, com o objetivo de mantê-los como aliados e incentivando-os a manterem-se inimigos dos portugueses.

O que temos, no Brasil, são os relatos dos cronistas lusos e batavos e praticamente nada acerca das reações indígenas, vistas a partir de seu ponto de vista. Quando o índio do Brasil fala, é pela boca do europeu, geralmente Padres que os

defenderam dos bandeirantes e colonos, mas, por outro lado, tinham objetivos no controle dos índios.

Com relação aos Astecas, Maias e Incas, os dois lados falaram e escreveram suas versões sobre a conquista.

Inicialmente os conquistadores do Novo Mundo foram vistos como deuses, depois, com a matança, escravidão e desapropriação injusta, os Astecas chamavam seus algozes de “popolocas” que quer dizer bárbaros (LEÓN-PORTILLA, 1984: 13).

O índio do Brasil se comparado aos Astecas, Maias e Incas como inferiores, não nos deixaram relatos escritos, nem pinturas ou outras fontes documentais que sirvam de demonstrativo de atividades de reação frente a invasão lusa.

Interessante é que muitos dos textos existentes que mostram a visão do outro foram escritos por Padres missioneiros, mas a partir da visão e das ações dos índios. Caso digno de nota são relatos de Frei Bernardino de Sahagún, que se aproveitava, também, de textos escritos pelos próprios índios.

Citamos então textos representativos da visão do outro, ao menos na América Central e Andina: os textos em língua Náhuatl do Códice Aubin, o Séptima Relacion de Chimalpain Cuatlehuanitzin, os Anales de Azcapotzoldo, a Crônica Mexicana de Tezozómoc, dentre outros. Existem, para as áreas mencionadas anteriormente, os relatos dos mestiços que aferem qualidade ao ocorrido a partir da visão indígena do processo.

Em toda a América a invasão branca resultou na morte dos deuses cultuados pelos índios e na destruição de antigas culturas.

A primeira imagem que os ameríndios tiveram dos europeus era que estes eram deuses. Sublimemente, Miguel León-Portilla (1984: 17) descreve esta visão alucinante que os índios tinham durante e após o contato dos seus conquistadores:

O povo em geral acreditava que os estrangeiros eram deuses. Mas quando viram seu modo de comportar-se, sua cobiça e sua fúria, forçados por esta realidade, mudaram sua maneira de pensar: os estrangeiros não eram deuses, mas popolocas, ou bárbaros, que tinham vindo destruir sua cidade e seu antigo modo de vida.

Os indígenas das Américas ofereceram aos europeus toda espécie de dons, de gentilezas e de boas-vindas possíveis, em retribuição foram usurpados os seus bens e extintos muitos dos seus componentes.

Não dá para afirmar onde o massacre fora mais intenso, se no Brasil ou nos Andes e América Central e Norte. É certo que ele aconteceu e talvez por existirem relatos escritos sobre o contato entre espanhóis e Maias, Astecas e Incas, tem-se, talvez erroneamente, a ideia de o massacre ter sido mais intenso nessas regiões do que no Brasil. Os relatos dos cronistas europeus sobre o contato, no Brasil, são claros em dois pontos: primeiro, o contato aconteceu com imensa vantagem para os europeus; segundo, a reação indígena existiu em todo o Brasil, e foi intensa, prova da não-aceitação do outro em ser conquistado.

Um importante documento, tido como oficial mas que dá voz ao outro, é a Carta de Caminha. A estrutura da Carta de Caminha demonstra posicionamento do produtor, ou seja, do representante de El-Rei Dom Manuel, o Venturoso. Então, se o outro não fala, mas falam por ele, até que ponto pode-se garantir sua fidelidade? Questiona Maria de Lourdes Netto Simões (1996: 61).

Caminha não relata apenas o que viu, mas o que outros viram, e lhe contaram, a sua maneira de ver. Até que ponto as ações de um terceiro merecem confiança? Até que ponto o narrador, Caminha, pode afirmar, por exemplo, os sentimentos dos índios que ouviam a missa?

A Carta de Caminha, sem dúvida, é um excelente documento que relata uma mínima fração dos costumes dos índios do Brasil no exato momento do contato. Caminha deixa claro o não reconhecimento do outro na medida em que mostra as intenções dos lusos: a de conhecê-los para dominá-los. O relato acerca dos dois degradados que ficam entre os índios para aprender sua língua e costume para servir no futuro ao rei, é uma prova cabal dos objetivos portugueses. A Carta de Caminha carrega toda a ideologia do branco que chega para conquistar e não a do índio. A Carta não passa de um texto ficcional pejorativo, excludente, a partir do momento que não dá voz ao outro, mas fala pelo outro, usa o imaginário do outro para relatar sua visão. As consequências desse primeiro contato e do exposto até aqui nos provarão isso. Mas,

sem dúvida, como muito bem colocou Costa (1996: 67). A Carta de Caminha "... é um texto etnográfico, o primeiro escrito sobre a cultura indígena brasileira".

3.4. O Brasil descoberto?

Afirma Pedro Calmon (1958: 13) que "a terra do Brasil já era conhecida dos europeus antes da armada de Pedro Álvares que a descobriu para Portugal."

Entretanto, não existe em Portugal nenhum documento que não afirme ter sido a esquadra de Cabral a primeira a chegar ao Brasil, mesmo que o seu destino fosse as índias com o objetivo de conquistar o comércio das especiarias.

Cabral já conhecia a existência de terras ao ocidente de sua rota, provavelmente por levar consigo experientes navegadores de expedições passadas, principalmente na de Vasco da Gama.

O século XV foi o século das grandes descobertas. A cada ano, novas possessões além mar eram incorporadas ao império luso. O Brasil, nesse contexto, foi mais uma conquista e ampliação dos domínios de Portugal.

As novas descobertas e experiências náuticas desbarataram as velhas teorias sobre os trópicos, de Virgílio e Platão, que acusavam ser a área imprópria para o desenvolvimento da vida, graças as elevadas temperaturas causadas pela forte insolação no Equador da Terra. Aos poucos, inicialmente os lusos descobriram as benecis dos trópicos. Em Sagres, por exemplo, a cartografia latina e os relatos gregos eram dispensados, dando-se ênfase a cosmografia árabe, mais organizada e detentora de excelentes mapas, principalmente do Oriente.

Pedro Calmon (1958) coloca que D. Manuel, inicialmente, não se contentou com as novas terras, preferindo as incursões às índias, mandando em 1501 mais navios para ver o que poderia extrair da terra. Esta estratégia inicial se mostrará frutífera no futuro, quando do início da colonização, pois os principais acidentes geográficos do Litoral já estavam mapeados e conhecidos, bem como quais produtos poderiam e seriam explorados inicialmente.

A expedição de Vespucci (Vespúcio), um misto de astrônomo, piloto e aventureiro, que já estivera, no Brasil, um ano antes de Cabral, com Alonso de Ojeda

(CALMON, 1958: 15) foi uma das mais significativas no processo de conhecer o Brasil. Coube a Américo Vespúcio, juntamente com André Gonçalves, batizar os principais acidentes geográficos do Litoral. A grande contribuição de Vespúcio foi a de ter delineado as configurações do Brasil e mudado, em apenas dois anos, a designação de ilha para Terra de Santa Cruz, segundo o mapa de Cantino de 1502 (MAPA DE CANTINO, s.d.). No mesmo ano aparece o mapa de Caneiro. Ambos foram confeccionados a partir de informações de viajantes que estiveram nas Américas.

De 1503 a 1531, delimitou-se a Zona da Madeira, entre o Cabo Frio e o de São Roque; explorada intensamente por portugueses e espanhóis, todos acamaradados dos gentios: trata-se da época da extração que precedeu a do cultivo de produtos voltados para exportação, a do comércio, que antecedeu a lavoura. Afirmar que o início do Brasil deu-se a partir da agricultura extensiva, é prematuro, pois o comércio de especiarias sempre existiu e foi forte, mesmo que entregue a poucos comerciantes, a exemplo do cristão-novo, Fernão de Noronha, que em 1503 arrenda o comércio do Pau-brasil para Portugal.

É provável que a primeira divisão da América do Sul date de 1520, sendo Schoener o autor dessa divisão em duas partes: “Brasília sine Papagalli” e “Brasília inferior” (CALMON, 1958: 19).

Desde o princípio das primeiras atividades de reconhecimento topográfico das terras do Brasil, que os portugueses deram início às atividades de experimentos de plantas que poderiam ou não florescer nas terras da colônia. O capitão Pero Capico experimentou plantar cana-de-açúcar em Pernambuco no ano de 1521, sendo considerado o primeiro açúcar feito nas Américas e enviado pães para a Europa. Entretanto, entre os anos de 1521 e 1530, decaiu a produção, sendo o engenho destruído por um galeão francês. É provável que, nesse período, a mão-de-obra empregada era a indígena, pois não se tem notícias da vinda de escravos negros para o Brasil, pelo menos em quantidade suficiente para tocar um engenho. Só a partir de 1532, Martim Afonso de Souza caça os franceses e dar início a construção de uma nova estrutura econômica no Brasil. Sem dúvida que Martim Afonso de Souza dar início a configuração política do Brasil, na medida em que, mesmo o território sendo dividido em capitanias, centraliza o poder.

Frei Vicente do Salvador (1937: 13) parte do princípio de que as terras do Brasil

não se descobriu de propósito e de principal intento, mas acaso, indo Pedro Álvares Cabral, por mandado de El-rei Dom Manuel no anno de 1.500 para a Índia por capitão-mor de doze naus. Afastando-se da costa de Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou est'outra ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma.

Ao atracar seus navios num local que ficaria conhecido pelo nome de Porto Seguro, na atual Bahia, Cabral manda alguns homens para pelejarem com os índios; tem-se, portanto, o primeiro contato do colonizador com o gentio da terra.

Frei Vicente informa-nos que esse primeiro contato índio/colonizador deixou os primeiros pasmos, mansos, sem que fosse necessário o uso de armas pelos portugueses, pois os índios os viram como divinos, chamando-os de caraibas (divinos).

Uma anotação que mostra a posição clara de Frei Vicente do Salvador e o início de um processo de aculturação sem precedência na história da humanidade é quando da primeira Missa Católica celebrada em terras de Vera Cruz. Assim a descreve Frei Vicente do Salvador (1937: 14), mostrando que os índios que assistiram à celebração cristã teriam uma espécie de primeiro entendimento do cristianismo. Provavelmente foi a partir dessa visão que deve ter se criado o mito de São Tomé, apóstolo dos índios e que teria supostamente preparado o terreno anteriormente para a vinda de novos pastores:

... Frei Henrique (...) o qual disse alli missa e pregou, onde os gentios ao levantar a hóstia e calix se ajoelharam e batiam nos peitos como faziam os christãos, deixando-se bem nisto ver como christo senhor (sic) os gentios, que é o que a igreja canta em a invitataria de suas matinas, dizendo: christum regem dominantem gentibus, qui se manducantibus dat spiritus pinguedinem, venite, adoremus.

Percebe-se na citação de Frei Vicente já uma intenção de dominação clara; no caso da Igreja, atrelada ao Estado pelo padroado, através da imposição da fé cristã e a proibição dos rituais mágicos, de passagens dos gentios. Muito provavelmente os gentios repetiam os gestos e assistiram a tudo “bestializados”, no dizer de José Murilo de Carvalho (2000), justamente por presenciarem algo novo, não saberem explicar e por aceitarem a presença do outro pacificamente em suas terras.

O deus Pan, visto pelos cristãos como o Diabo estava com os dias contados em Terra de Vera Cruz. Na concepção dos Padres que acompanharam a esquadra, relata

Frei Vicente, não seria tão difícil a conversão dos dóceis gentios como veremos adiante, mesmo que para isso se fizesse uso da força através das armas e das reduções. A força ideológica do colonizador é visível em todos os momentos: em 03 de maio de 1.500, levantou-se uma cruz de madeira, dia em que se celebra a invenção pela Igreja Católica da Santa Cruz em que “Christo Nosso Redemptor morreu por nós, e por esta causa faz nome a terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos annos” (SALVADOR, 1937: 15).

Frei Vicente do Salvador assim como Gândavo e outros cronistas que teceram comentários acerca do nome Brasil, fazem críticas à mudança do nome de Santa Cruz para Brasil, um nome vulgar que se estabeleceu o referido nome por causa de uma madeira de cerne vermelho, abrasada com que tingiam tecidos. Frei Vicente lança a culpa pela mudança do devino nome da colônia ao rei de Portugal e aos colonos da terra:

Aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título quizeram delle, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo do Brasil não se quizeram intitular; nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimar-o, houve outro que delle curasse, sinão para colher as suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quaes, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos sejam, tudo pretendem levar a Portugal... (SALVADOR, 1937: 16).

Frei Vicente assegura que o não apego dos primeiros colonos pela terra, mas sim pelo lucro imediato e particular teria sido os motivos básicos pelos quais o estado do Brasil foi abandonado nos seus cem primeiros anos de conquista. A exploração das riquezas naturais era gritante, tudo deveria ir para o reino ou ser convertido em fonte de divisas para o reino. Em suma, a troca de nome, Santa Cruz, o local do martírio de Cristo, para o nome de uma madeira que se extraía tinta de tingir, aconteceu pelo pouco ou quase nenhum valor que se dava as terras do Brasil, pois essa mudança de nome que deve ter se processado de forma gradativa acabou por passar despercebida das autoridades eclesiásticas do período.

O poder temporal exercido pelos europeus, nas Américas, fazia parte de um jogo (Papa-Imperador), baseado na mentalidade do *Orbis Christianus*, que segundo a qual o paganismo era visto como sinônimo de barbérie e selvageria. Nesse sentido, as fontes historiográficas apontam para alianças igreja/império frente aos índios indolentes de todas as Américas. Isso corrobora com a ideia de um poder papal extremo no período

do contato, graças a união do poder temporal e secular. De forma geral, as fontes historiográficas, sejam elas lusas ou espanholas mostram o papel da Igreja e do Imperador, que quase sempre comungavam interesses comuns na conquista do Novo Mundo.

Dignos de nota são os princípios de Santo Tomás de Aquino, o direito dos povos, desenvolvidos pelos escolásticos no século XVI, mas que, de forma geral, não foram respeitados pelos conquistados, especialmente os espanhóis que fizeram calar-se rapidamente aqueles de culturas e ideologias diferentes das suas. No Brasil, a voz do índio também foi silenciada, pondo por terra a própria filosofia criada por um Santo da Igreja.

3.4.1. A conquista do Brasil e o Nordeste colonial

A divisão e distribuição das terras do Nordeste desde o início da colonização da região estão longe de serem homogêneas. Ao contrário, as formas de rateio do recém-ocupado território deram-se de várias formas: fidalgos ou não recebiam terras com missões diferentes a cumprirem. O importante é que todos tinham em objetivo comum: fazerem-nas dar lucro:

Variavam os privilégios segundo o caso e a pessoa beneficiada: uns recebiam as terras como capitanias para uso de uma vida, ou de determinado tempo; outros ficavam favorecidos com extensões hereditárias; uns apenas podiam usar pequenas e relativas cessões de direito, enquanto outros ficavam ajudados com poderes discricionários. Umas eram chamadas capitanias da coroa, e as outras capitanias hereditárias (GUERRA, 1963: 11).

Assim nascia a primeira e importante forma de divisão e administração territorial da jovem colônia portuguesa. Nascia, também, a primeira forma de expropriação e domínios daqueles que aqui viviam, há milhares de anos, em bom convívio com o meio ambiente¹⁸.

A colonização portuguesa de suas possessões, no Novo Mundo, foi um processo que fez parte da estrutura capitalista do período. Foi a pressão francesa (Gommeville, Honfleur e Dieppe) dentre outros corsários, que já frequentavam o Litoral, inclusive a região do rio Paraíba colocavam em perigo o domínio luso na região.

¹⁸ O sistema de Donataria surge em 1504, quando D. Manuel doa a ilha de São João a um certo Fernão de Noronha, Cristão Novo de Lisboa, sogro de Pedro Álvares Cabral. A partir de então inúmeras outras capitanias são criadas, inclusive paralelo a instalação do sistema de governancia geral.

Paralelo a esses acontecimentos, o comércio com o Oriente entra em declínio. Vê-se a necessidade em tomar posse, em definitivo, das terras do Brasil ou correr o risco de perdê-las para os Mair (franceses).

Por volta de 1530, os próprios Perós (portugueses) ainda tinham dúvidas se o Brasil lhes pertenceria ou se seria dos franceses, tal eram as incursões que estes faziam constantemente, na região, em busca de madeiras, drogas e outras coisas da terra.

O ano de 1527 pode ser visto como sendo o início da decisão definitiva dos portugueses em tomar realmente posse do Litoral leste do Brasil. Cristovão Jacques, que já estivera antes em Itamaracá e deixara alguns poucos colonos, talvez numa feitoria, foi o grande encarregado de organizar o início do processo de ocupação, limpando a costa do Brasil dos corsários franceses, especialmente a região que hoje se estende de Pernambuco, passando pela Paraíba até o Rio Grande do Norte.

A Capitania de Pernambuco doada em Carta Régia de 10 de março de 1534, em regime de Capitania hereditária, ao fidalgo português Duarte Coelho, filho de Gonçalo Pires Coelho, neto de Martim Coelho, duque de Coimbra e de grande prestígio entre os nobres da corte do infante D. Pedro, passou a ser o centro de “irradiação colonizadora e historiografia da região” (GUERRA, 1963: 15).

A colonização, em definitivo, da região tem início por Igarassú (*Igara – Açu - barco grande, segundo o Tupi*); depois fundou-se Olinda que durante várias décadas foi a capital da capitania da Nova Lusitânia, depois Pernambuco.

Duarte Coelho pode ser visto como o primeiro grande conquistador de terras no recém criado Brasil. Foi este fidalgo que estabeleceu contatos e acordos com alguns índios e fez guerra brutal contra aqueles que não se dobraram ao seu mandonismo. Para o outro (o índio) as opções eram poucas: o aliar-se para sobreviver ou negar-se a ser súdito do rei emissário, fazer-lhe guerra e sucumbir. Em ambas as escolhas via-se o fim de muitos grupos indígenas, fosse pelo extermínio, fosse pelo aniquilamento de suas culturas.

Flávio Guerra (1963) vê como normal as ações dos colonos sobre os índios, pois era preciso aniquilar as hordas hostis de índios selvagens, tangê-los para longe; agora

era preciso organizar a ordem civil/religiosa. Os índios foram “ um adversário terrível e persistente, defendendo bravamente a terra e seus costumes” (GUERRA, 1963: 17). Aqueles que defendiam suas terras bravamente foram vistos como ferozes, antropófagos e selvagens ao extremo, como os Caetés, influenciados “negativamente” pelos franceses. Nem os Peró nem os Mair tinham objetivos práticos de não alienação, extermínio dos índios e domínios de suas terras. Todos, sem exceção, tinham um único objetivo: o lucro.

Foi, portanto, a partir de Pernambuco que teve início um primeiro e grande processo de consolidação da área conquistada. É possível, também, que já em 1501, tenha havido os primeiros contatos e combates entre portugueses e Tarairiús, na praia dos Marcos (PEREIRA, 1984). A partir de 1549, quando a Bahia foi elevada a categoria de sede do governo, partem outras frentes de conquista do território. A essa altura, já estava praticamente mantido o domínio luso no Brasil. Eliminar os índios hostis, “selvagens”, era agora uma questão de tempo, mesmo com uma forte reação daqueles que por uma questão histórica eram os verdadeiros donos das terras: os índios.

Na primeira e grande divisão do território brasileiro em Capitanias não existia uma denominada de Paraíba. João de Barros, feitor da costa da Índia, recebeu o quinhão de D. João III, de cem léguas de comprimento no Litoral leste do Brasil, de acordo com carta de doação e foral de 11 de março de 1535, que tinha começo na Baía da Traição (limite Norte) indo até Igarassú: tratava-se da Capitania de Itamaracá.

A partir de Itamaracá até o Maranhão, nesse início de colonização, tudo era desconhecido, e só alguns poucos navios se aventuraram nessas plagas, ora para coletar drogas e madeiras nas poucas feitorias instaladas, ora para dar combate aos contrabandistas franceses e ingleses especialmente.

Fosse por falta de recursos, desleixos de seus donatários ou hostilidades dos índios, a Capitania de Itamaracá não obteve sucesso em sua tentativa de dar lucros aos seus proprietários, o abandono colocava em risco o já tão duramente consolidado território pernambucano. As coroas portuguesa e espanhola veem-se obrigadas a juntar esforços com o objetivo de darem início a colonização da parte mais a Norte do Nordeste, começando com a foz do rio São Domingos (ou Paraíba). Esta área estava, há muito, praticamente sob domínio dos franceses, aliados dos índios Potiguaras que

tinham sido expulsos da região mais a Sul do Nordeste. Ou Portugal colonizava a região ou haveria fortes indícios desta cair, em definitivo, nas mãos dos franceses.

A conquista das terras do Norte de Pernambuco não parou com a consolidação do Litoral da Paraíba pelos luso e espanhóis. Entre 1583 e 1588, D. Felipe de Moura, lugar-tenente do donatário de Pernambuco, Jorge de Albuquerque, iniciou uma fase aguda de expansão territorial rumo ao Norte. A conquista dessa parte do Brasil, especialmente da Paraíba, foi vista por alguns cronistas como “a mais formosa força que nunca Pernambuco viu, nem sei se verá” (GUERRA, 1963 :29). Sobre a marca definitiva dos “aguerridos colonos” rumo a conquista das terras hostis do Norte, mais uma vez fazemos uso do discurso assustador de Flávio Guerra para percebermos como a crônica oficial via a conquista do território:

A marcha foi trabalhosa, árdua, interior a dentro, mas de absoluto sucesso: erraram pelos matos, abrindo picadas, incendiando aldeias indígenas que iam buscando, destruindo plantações, e assolando todo o país indígena até o Norte. De modo que só a presença de tão forte exército bastou para afugentar o gentio e os traficantes do litoral (GUERRA, 1963 : 29).

Como vê, a conquista da Paraíba foi realmente de absoluto sucesso, para os brancos. Para o gentio, o outro, só restou a expropriação de suas terras, a morte, a servidão e a aliança forçada com os conquistadores que não deixou de ser uma forma de resistência/sobrevivência a um preço muito elevado, pois a partir de então, pelo menos entre os índios do Litoral, estava quebrada qualquer forma de resistência, restando-lhes a aculturação. Com isso, Pernambuco consegue a paz na sua fronteira Norte e a coroa luso/espanhola conquista a segunda capitania real no Nordeste brasileiro.

O Rio Grande do Norte surge em decorrência do processo de conquista e consolidação do litoral Norte da região.

Flávio Guerra mais uma vez assumindo uma postura de relator oficial da história do processo de conquista do Norte, assim, descreve a situação em que se encontrava a região:

O gentio não se aquietara, porém, com as rudes lições recebidas das lutas com as forças de penetração partidas de Pernambuco, voltaram teimosamente a pressionar em outros trechos da colônia, conluiados, como sempre, com os franceses, que não perdiam esperanças de ainda se afirmar no Nordeste brasileiro e agora fazendo, próximo à foz do rio Potenji, seu quartel e asilo,

núcleo irradiante, ameaçando novamente o forte Cabedelo¹⁹ e outras povoações nascentes da Paraíba (GUERRA, 1963: 30).

Vê-se uma tomada radical na postura pró-português por parte do autor analisado. Em momento algum, o autor percebe que a reação indígena e a aliança com os franceses seriam uma forma de reação frente ao processo expansionista luso/espanhol. A visão do outro é totalmente apagada, cabendo-nos observar que o gentio em momento algum aceitou pacificamente a colonização branca e a expropriação de suas terras.

E continua o autor: “os índios teimavam em expulsar os portugueses. Vibravam de feracidade, em contínuos ataques”. Finalmente, o autor na sua saga demagoga sobre a boa índole do branco colonizador e a má índole do índio selvagem, quando aparece “Francisco Dias de Paiva, vindo em auxílio com um barco cheio de boa artilharia, muita munição e provimento...”, dando, portanto, prosseguimento a destruição dos índios e expropriação de suas terras, realizando a limpa do terreno para o processo “civilizatório” (GUERRA, 1963: 32).

Interessante notar que alguns relatos mostram que alguns dos comandantes dessas empreitadas para consolidar o terreno tinham “sangue” indígena, sendo o caso de Jerônimo de Albuquerque, que tinha sua genitora como índia; eram esses indivíduos acabocladados, conhecedores quase sempre das táticas de guerra dos gentios, bem como do terreno, contratados para combaterem seus parênteses indígenas. Em meados de 1599, surge a terceira capitania da coroa, a do Rio Grande, assegurando cada vez mais o domínio ibérico sobre a região.

Em 1603, um certo Pedro Coelho de Souza, inovador da Paraíba, leva a proposta ao governador geral D. Diogo Botelho para explorar além Rio Grande. Em junho daquele ano, parte de Cabedelo com cerca de oitenta homens brancos e o mesmo número de índios “domesticados”. Pedro Coelho além de buscar ajuda junto a tribos de índios mansos/domesticados, prática bastante comum entre aqueles que lideravam entradas e/ou bandeiras, buscou auxílio junto a um francês que conhecia bem aquelas plagas.

¹⁹ Ponta de areia que se lança ao mar.

Em janeiro de 1604, depois de penetrar no Ceará pelos Sertões do Rio Grande, chega a serra da Ibiapaba às custas de inúmeros combates com os Tapuias da região, provavelmente pertencentes a nação dos Cariris, que na região tinha como principal chefe Mel Redondo. Além dos índios, franceses que se encontravam instalados no Ceará ofereceram, juntamente com aliados indígenas, tenaz resistência a penetração de Pedro Coelho de Souza.

Mel Redondo e os franceses, depois dessa primeira grande derrota, firmam acordo com o chefe Tapuia Juripariguassú (Grande demônio) até que conseguiram expulsar as tropas de Pedro Coelho da região. Outra tentativa de conquista do Ceará deu-se através dos Padres Jesuítas Francisco Pinto (que foi morto pelos Tapuias da Ibiapaba) e Luís Figueira, que conseguiu fugir e relatar o ocorrido ao sargento-mor Diego Campos Moreno, no Rio Grande.

Em 1608, Martim Soares Moreno recebe ordens reais para conquistar a qualquer preço o restante do litoral Norte/Leste do Brasil e expulsar definitivamente os franceses da região. Martim Soares recebe o título de Capitão-mor do Ceará. Existem relatos que este partiu para o Ceará com poucos homens em armas, alguns religiosos e índios, a frente o Cacique Jacaúna, intermediador de acordo entre estes e os índios hostis do Ceará. Só em 1609, com a chegada de um contingente militar é que se consolida o poder luso/espanhol na região e tem-se fim a conquista do que poderia se considerar o último redutor do Nordeste do Brasil, já que Piauí e principalmente Maranhão tornam-se regiões completamente independentes do restante do Brasil.

3.4.2. Os cronistas falam sobre o Brasil, os Sertões e sua gente

A primeira grande viagem exploratória das costas do Brasil foi a do próprio navio enviado a Portugal para com a nova do descobrimento da Ilha de Vera Cruz. Seu comandante recebeu ordens de Cabral para costear o Brasil (conhecê-lo), e de lá voltar a Portugal, dando a notícia da posse a D. Manuel.

As reações da partilha do mundo ordenada por Alexandre VI impulsionaram outros países, a exemplo da França, a também realizar suas atividades exploratórias e principalmente de corso²⁰. Desde o início da colonização que navios de várias

²⁰ Navios que realizavam ataques aos navios de comércio inimigo.

bandeiras realizavam a rapina nos passos²¹, levando os governos Luso/Espanhol a criar uma forte linha de defesa na região (ALBUQUERQUE, 1999).

O Cabo de Santo Agostinho era tido como um marco importante na cartografia do Litoral brasileiro, pois é a partir dele que a terra muda de rumo. O Cabo de Santo Agostinho pode ter sido aquele assinalado por muitos que aqui estiveram antes de Cabral e lhe deram nomes diferentes, como: Santa Maria da Rabida, Santa Maria de la Consolación, Rostro Hermoso, Cabo de São Jorge, Cabo de São Croce de Canerio, são, portanto, o Cabo de Consolación e Cabo de Santo Agostinho.

Após a vinda de Cabral ao Brasil, a Coroa Portuguesa apóia inúmeras outras expedições e não apenas a de Vespucci (Vespúcio): João Coelho, João de Lisboa, Diogo Ribeiro, Fernam Froes, Francisco Corso e Pedro Corso que estiveram no Brasil entre 1502 e 1503. Tanto Portugal quanto a Espanha guardavam segredos de suas descobertas, daí as poucas informações disponíveis acerca desses anos iniciais do Brasil. Portugal e Espanha passaram a proibir a divulgação de mapas, criando para tanto, instituições que mantiveram o monopólio da cartografia em ambos os reinos. Em 1503, “Isabel la Catholica, para evitar a confusão que as notícias avulsas de descobrimentos forçosamente haviam de produzir...” fundara, em 14 de janeiro daquele ano, a “Casa de la Contratación de Sevilla, cuja tarefa principal seria verificar e registrar as descobertas” (HAFKEMEYER, s. d. : 16). Em 1504, foi a vez de Portugal criar instituição idêntica.

J. B. Hafkemeyer descreve, por exemplo, os pormenores da conquista do Maranhão e do Amazonas. Não só a hostilidade dos índios era um freio a conquista, mas a fome, a fadiga e o não conhecimento do terreno dificultaram a penetração dos colonizadores nos primeiros tempos e facilitaram, até certo ponto, a reação dos índios.

Em 1605 La Ravardière, lugar-tenente do rei da França nas terras das Américas, sai do mero corso e escambo para tentar uma empreitada de conquista e assentamento no Brasil. Para isso, o apoio dos índios foi praticamente irrestrito.

Entre os anos de 1605 e 1610, os holandeses se estabeleceram na região do Amazonas, na foz do rio Xingú, construíram três fortes: Nassau e Orange e depois o

²¹ Área onde se localizavam os armazéns com açúcar e produtos da terra que seriam comercializados.

Guarupá, com colonos que deram início a plantação de tabaco paralela às atividades de escambo.

Em 1612, novamente Ravardière se estabelece com 500 colonos e soldados no Maranhão, criando a França Equinocial e dando início a concretização de um grande sonho que era expandir os domínios territoriais franceses para o Novo Mundo. A grande diferença entre a conquista francesa e a lusa estava na aplicação de leis severas (do Talião) contra aqueles que cativassem e maltratassem os índios. Para os franceses, era mais significativo tê-los como aliados, pois isso facilitaria a defesa do território bem como o comércio. Gabriel Soares de Sousa (1971) questionava, nos primórdios da colonização, os porquês dos índios das capitanias que hoje formam o Nordeste apoiarem os franceses na prática da pirataria²² e corso e serem contra os portugueses na região, inclusive na Paraíba. A não aceitação da forma imposta pelos portugueses aos índios, a conquista de suas terras, a servidão, e o extermínio teriam sido alguns dos motivos pelos quais os gentios não viam com bons olhos o avanço luso em suas terras.

As atrocidades que os lusos/espanhóis cometiam contra os índios que lhes fossem hostis já foram mencionadas por diversos cronistas. O Padre Hafkemeyer (s. d. : 34) cita uma passagem por muitos já mencionada, mas que apontamos, neste trabalho, para que possamos ter uma vaga ideia do porque os gentios, especialmente os Tapuias serem contrários a esses colonizadores.

A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco, 15, (sic) e sem a averiguação que requeria a resolução que tomou, prendeu os mais principaes... e os mandou matar tyrannicamente; e, imitando Tullo Hostilio, os fez partir e juntamente afogar, atados as pernas a duas canoas, por lhe faltarem os cavallos, correndo á força de remos contrários rumos.

A prática de castigar os índios “traidores” amarrando-os a cavalos ou a canoas que eram colocadas em sentido oposto foi comum entre os lusos/espanhóis, como forma de demonstrar seu poderio e, talvez, pelo pavor em que ficavam os índios, pudessem apaziaguá-los e trazê-los para o seu lado. Na maioria das vezes, essas atrocidades acabavam levando os índios a se unirem e rebelarem-se contra os invasores, como foi o caso da Guerra dos Bárbaros.

²² Ação realizada por navios de bandeiras neutras ou inimigas para roubar outros navios e/ou vilas, cidades e feitorias.

As sublevações dos índios contra as entradas e bandeiras de colonização se deram em todo o território português do período. O Padre jesuíta J. B. Hafkemeyer (s. d. : 36) aponta que:

Os índios levantados contra os invasores estavam destruídos; milhares reduzidos a escravidão; os poucos que continuavam livres se agachavam transidos de medo da mão pesada dos conquistadores que mettiã mãos á obra para recolher as imensas riquezas do Paiz. Os sonhos do El Dorado começaram a realizar-se.

A título de explicação, o relato exposto acima não menciona a tão famosa, pesquisada e relatada guerra dos povos bárbaros, dos Tapuias dos Sertões do Nordeste, mas tão somente, as guerras de extermínio que foram levadas a cabo no Maranhão, Pará e Amazonas para a conquista da terra. Os europeus viam essas atividades primeiras da conquista definitiva da região do Pernambuco até o Amazonas como uma verdadeira epopeia ou uma cruzada santa contra os índios infiéis, adoradores do diabo e consumidores de carne humana.

Pela rusticidade, foram os caboclos paulistas os responsáveis para dar cabo aos índios arredios. Caçando inicialmente cativos (índios) para vendê-los, depois destruindo os quilombos e as aldeias no processo de limpa do terreno e introdução do gado nos Sertões, eram as missões dos terços paulistas. Na Paraíba ficaram conhecidas algumas bandeiras de paulistas no processo de limpa do terreno, bem como a repartição das terras conquistadas pelos troços e terços paulistas, entre eles, Domingos Jorge Velho é um dos mais conhecidos nesse processo.

No Sul, os paulistas foram destroçados pelos índios Guaranis aldeados nas missões. No Norte, a introdução decisiva dos bandeirantes, nos Sertões, foi decisiva para o controle total do território.

O Padre faz referências ao papel dos bandeirantes no processo de extinção dos índios da Paraíba no século XVII: “Pelo anno de 1680 estava no Rio Piranhas, partindo dahi a exterminar os índios bravios da zona ocidental e meridional da Parahiba” (HAFKMEYER, s.d.: 41).

Por volta de 1671, ainda era comum os terços dos bandeirantes na Paraíba. Há notícias de que um dos maiores conquistadores dos Sertões nordestino, Francisco Dias d’Ávila, o terceiro senhor do morgado, explorou o interior e obteve sesmarias do Piauí,

passando pelos Sertões do Ceará e Pernambuco até a Paraíba, criando e ampliando o imenso território pecuarista que coube a sua família.

O final do século XVII pode ser considerado o período áureo da conquista dos Sertões e do extermínio dos Tapuias. Tudo isso com autorização real, a exemplo da Carta Régia de 2 de dezembro de 1698, mandando dar cabo a índios hostis nos Sertões do São Francisco²³.

Os caminhos tomados por estes primeiros conquistadores dos Sertões era o das águas, adentrava-se geralmente o interior, chamado de fim de mundo, pelas áreas já conquistadas em outras Capitanias que, a partir daí subiam os rios, iam destroçando os índios e introduzindo o gado. Para isso contribuiu imensamente a facilidade com que a Coroa Lusa concedia sesmarias. Em meados do século XVIII, quase todo o interior da Paraíba e do próprio Sertão nordestino encontrava-se já povoado e tomado pelas imensas fazendas de gado e culturas de subsistência, principalmente nas proximidades dos rios e riachos, nas melhores terras.

Faz-se mister apontar que, de forma geral, os cronistas mencionaram que um dos problemas que levava a sublevação dos índios era a falta de Padre nas aldeias para catequizá-los, como se estivessem todos possessos pelo demônio e esta fosse a saída encontrada para reverter o processo.

Os castigos que eram submetidos os índios hostis a colonização lusa, bem como aqueles que eram aliados de seus inimigos têm sido observados na literatura por cronistas que trataram o assunto. Os índios foram vistos pelo Padre Hafkemeyer como de todas as espécies e índoles: havia os indolentes, os mansos, os que viviam a busca dos colonos para que aprendessem bons modos e se tornarem civilizados e simplesmente os que não aceitavam o contato e fugiam, se internavam-se nos Sertões para fugir e assim darem continuidade ao seu rústico modo de vida.

Oficialmente coube a Tomé de Souza, em seu regimento de governança, o poder de segurar ou não a liberdade dos índios. Este deu início ao processo de escravidão dos silvícolas ao consentir que os colonos tivessem alguns escravos

²³ As autorizações reais se sucederam no final do século XVII, ordenando aos bandeirantes especialmente, a limpa do terreno. As Cartas Régias de 10 de outubro de 1698 e a de 12 de fevereiro de 1699, são partes dessas leis que tinham tal objetivo, ou seja, tornar legal o processo de limpa e como conseqüência a extinção dos grupos índios.

indígenas. Inicialmente, a Igreja Católica era contrária a escravidão indígena, mas a pobreza dos primeiros colonos e a dificuldade em obterem-se escravos da África contribuíram sensivelmente para que as leis não fossem cumpridas na colônia.

Para os europeus, os índios nada valiam, assegura o Padre Hafkemeyer (s.d. : 49):

A guerra de extermínio fora praticada em grande escala; a guerra de defeza continuara por muito tempo. O índio não valia nada aos olhos do europeu, pois o numero dos que restavam no sertão não tinha limites. Era desel-os e, aproveitar no plantio do fumo e da canna ou em buscar o cravo nas margens do grande rio.

Houve casos, no Norte do Brasil, em que os próprios Padres representantes da Igreja Católica praticavam a escravidão do índio, utilizando-os para a coleta de drogas ou em plantações diversas. Mas houve Padres que denunciavam as aberrações cometidas contra os índios, como muito bem relata Hafkemeyer (op. cit. : 50):

Nas entradas que se fizeram pelos rios e sertões desta costa, ou fossem de paz ou de guerra, se exercitarão sempre grandes injustiças, e crueldades extraordinárias contra os índios; queimando-se-lhes suas povoações, matando-se muitos milhares delles sem piedade em causa, e trazendo muito capitivos, sem mais razão nem justiça que ser maior o nosso poder, tirando-os de suas terras com enganos, e não se guardando fé nem palavra aos que se sujeitarão e fazião vassallos de Sua Magestade.

Os trabalhos forçados dizimaram em todo o Brasil nações inteiras, apagando a memória de muitos grupos, extinguindo-os sem que se tivesse o mínimo de conhecimento de sua língua e costumes.

A diminuição do número de aldeias e índios, no Brasil, aconteceu assustadoramente no século XVII. Um exemplo que o Padre J. B. Hafkemeyer (s.d. : 53) cita e aqui reproduzimos como forma ilustrativa, é o que se deu na ilha do Maranhão na época dos franceses:

A ilha em que está a capital, tinha no tempo dos francezes, 27 aldeias de índios com 12.000 habitantes. Pelos fins do século não restarão se não três aldeotas “que todos não chegão a dar senão um tão limitado número de índios habitadores seus que é para pasmar.

Mesmo com essa diminuição trágica especialmente dos índios do Litoral, o Padre reafirma que os ataques Tapuias continuavam sempre ameaçando a colonização e o domínio portugueses em toda a região. O índio era visto pelos colonos

portuguêses, mesmo aqueles menos afortunados, como sendo de uma “raça- inferior”. Portanto, passivos de serem levados ao cativeiro.

Frei Vicente do Salvador entre o final do século XVI e início do século XVII tecia severas críticas aos portugueses colonizadores do Brasil, pois, para o Frei, os portugueses eram como caranguejos, contentando-se “de as andar arranhando ao longo do mar” (SALVADOR, 1937: 19) sem se aprofundar Sertão adentro, fosse por motivos de demarcações ainda incertas, fosse pela pouca possibilidade de riquezas fáceis que os Sertões naqueles primórdios da colonização não ofereciam.

Durante todo o século XVI e início do XVII, o Nordeste “havia se tornado a região mais rica da América” (CAMPOS,1996: 16). Nela, desenvolviam-se duas importantes culturas, que segundo Antonil, com o declínio da produção açucareira no pós-domínio holandês, o açúcar continuava a ser o produto mais importante da balança comercial brasileira (portuguesa).

Desde o início da colonização que o gado não era bem visto pelos senhores de engenhos, mesmo que essencial para manter em atividade um bom engenho. Entretanto, o gado criado inicialmente nas áreas dos engenhos era motivo de queixas, inimizades e até mortes entre vizinhos, pois o gado (leia-se vacum, porco, cavalari, etc.), criado solto, devorava principalmente os brotos da cana, causando graves prejuízos aos seus proprietários. As terras do interior, ou Sertões, não apresentavam as condições mínimas para a exigente cana-de-açúcar, daí, desde o início, serem utilizadas para as culturas de subsistência, a criação de gado e a produção de tabaco.

Um fato interessante é com relação à produção de tabaco. Inicialmente esta cultura era plantada no Litoral, mas como se trata de uma planta exigente no tocante a adubo, à medida que o gado adentrava os Sertões, as plantações de fumo o seguiam, até porque a Coroa portuguesa proibiu que o tabaco fosse plantado no Litoral, por dois motivos: primeiro, os agricultores passaram a substituir a produção de alimentos de subsistência, menos lucrativa, pelo tabaco, mais lucrativo; segundo, o espaço do Litoral deveria agora ser ocupado pela cana. Na produção de tabaco foi utilizada largamente a mão-de-obra indígena, escrava e não-escrava, até porque eram os índios que conheciam seu manejo, preparo e uso.

Fazendas de gado, nos Sertões, surgiram em decorrências das atividades açucareiras do Litoral e as grandes plantações de fumo. Com a proibição pelo governo português de criar gado no Litoral, esse foi para o interior ainda no final do século XVI. As terras doadas em sesmarias àqueles que pudessem deitar gado dentro de seis meses, aumentaram vertiginosamente nos séculos XVII e XVIII.

A figura do índio aparece em inúmeras obras de cronistas como sendo, juntamente com os mestiços, essenciais para tocar as fazendas de gado. Assim, o gado pode ser visto como um dos grandes motivos para fazer desaparecer os Tapuias, por vários motivos: primeiramente, o processo de limpeza da terra (retirar os índios para introduzir o gado); e, em segundo lugar, a utilização do próprio índio como mão-de-obra escrava ou barata na lida com o gado, contribuição para o seu processo de caboclicização e aculturação.

André João Antonil em sua obra *Cultura e Opulência* (1976), não se aprofunda em questões sociais, como a escravidão negra e indígena bem como sua situação de miséria, em meio a imensa riqueza que esses grupos produziam no Brasil. Na verdade, para Antonil, a escravidão era um mal necessário para o enriquecimento de poucos do Brasil.

Como o gado exigia geralmente áreas com água e solos mais férteis para pastagens, os índios que viviam nesses locais foram sendo ora expulsos ora descidos, ora absorvidos como mão-de-obra barata para a nova atividade mercantilista que se assegurava na região. Foi-se criando um novo tipo de colono na região sertaneja, próprio do Nordeste: o vaqueiro, ou sertanejo, geralmente mameluco acatando quase sempre os costumes indígenas da região, no seu *modus* de viver grosseiro, arredo, agreste, pois a própria situação árdua da região exigia-lhe dureza no trato com o gado e com a própria região das caatingas.

A partir do desenvolvimento das atividades pastoris dos Sertões, tem-se início um intercâmbio entre a população litorânea e a sertaneja, com as trocas essenciais de mercadorias, o que dará início, nos séculos seguintes, a figura dos tropeiros²⁴,

²⁴ Essa terminologia mudou com o tempo. No geral, o tropeiro era o indivíduo que organizava uma “tropa cargueira” levando além de cargas a serem comercializadas, cartas, recados e receitas de remédios, ganhando, as vezes, uma porcentagem sobre as mercadorias comercializadas ou alguns trocados pelos favores prestados (FLORES, 2006: 96).

tangerinos e almocreves que tocavam o gado do Sertão para as feiras próximas do Litoral e de lá levavam mercadorias que o Sertão não produzia, mas essenciais à sobrevivência destes negros libertos e/ou escravos e a grande maioria de índios e mamelucos mansos, que já desde muito tinham sido adaptados a esta nova atividade econômica.

Falar em conquista dos Sertões, tangerinos, almocreves e tropeiros sem mencionar a importância que índios e negros tiveram nesse processo é simplesmente repetir a história dita oficial em que perdura até nossos dias, história essa excludente, pois não menciona a importância desses dois grupos (negros e índios) na desastrosa atividade de conquista dos Sertões, mesmo que ambos tenham servido para estes fins coloniais, mas podemos ver, também, uma forma de resistência e sobrevivência. Nos dias atuais, esses mamelucos, no dizer de Pedro Calmon (1958), são as mesmas figuras que lidam com o gado nas imensas pastagens artificiais e no que ainda resta das caatingas nos confins do Sertões da Paraíba.

Antonil (1976) foi um dos primeiros intelectuais a percorrer o interior dos Sertões nordestinos, obtendo informações precisas sobre o *modus* de vida dos habitantes da terra, suas economias e o meio ambiente. Antonil pode ser considerado o primeiro economista brasileiro e, segundo seus principais críticos, a exemplo de Capistrano de Abreu, um dos melhores escritores sobre o período que o Brasil foi colônia de Portugal.

Já o mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju (2002) tem sido considerado por muitos, como um dos grandes trabalhos do século XX em localizar grupos étnicos do Brasil do pré e pós-contato.

L. de Castro Faria (2002), que escreveu importante resenha sobre Curt, afirma que ele se dedicou as atividades de exploração, as quais faziam parte as missões europeias por todo o mundo, desde o século XIX, para ampliar suas coleções, com o objetivo de encher os museus de bens simbólicos de materiais etnográficos e arqueológicos dos grupos culturais ainda vivos. Curt, ao contrário do que se pensa, não trabalhou sozinho, um dos grandes contribuidores em suas atividades de pesquisa (mas também rapinagem), foi Erlanda Nordenskiöld. Juntos, a partir de 1922, realizaram coletas de materiais etnográficos e as enviaram principalmente para o museu de Gotemburgo. Curt, inclusive, fornece o preço de uma coleção: “10.000\$000

(dez contos de réis)”, uma grande fortuna para a época. Curt publica vários trabalhos sobre etnologia do Brasil, de 1913 até sua morte em 1945. “No seu Mapa EtnoHistórico, trabalho final, de coroamento, estão reunidos o artesão e o etnólogo... O trabalho que ninguém mais poderia realizar” (FARIA, 2002). Para a confecção do mapa Etnohistórico, fez uso de 580 autores-fontes. No ano de 1934, Curt esteve em Pernambuco e estudou as tribos Fulniô, Xucurú (Jê). Nunca esteve na Paraíba. As informações sobre os antigos índios da nossa região são duvidosas e não merecem confiança por falta de subsídios científicos.

Para Rodolfo Pinto Barbosa (2002), cartógrafo do IBGE, o mapa de Curt que está no Museu Nacional (1943), foi o 3º feito por ele. O 2º para o Museu Goldi (1943) e 1º para o Smithsonian Institution (1942), instituição que financiou parte de suas pesquisas.

Ele localizou cerca de 1,5 mil tribos indígenas: classificou suas línguas, anotou seus hábitos e utensílios. Os três mapas não são idênticos, apresentam características próprias. Uma característica do mapa de Curt é o uso de letras para identificar as tribos extintas. Para identificar as famílias linguísticas foi feito grifando em traços coloridos os nomes das tribos. O principal elemento que ele utilizou para identificar as tribos foi à hidrografia. Partindo do princípio que esses povos, desde a Pré-História, habitavam regiões próximas a rios ou ao Litoral. Conseguiu identificar, catalogar e “datar o ano ou o século no mapa, em que foi documentada cada tribo, cerca de 1.400 e, ainda, indicou através de setas o sentido das migrações de muitas dessas tribos” (BARBOSA, 2002: 33). Alguns erros se percebem no mapa de Curt, como por exemplo, mostra que as tribos Tupis estavam extintas, na época da elaboração do mapa, por outro lado, também as mostra em seus locais atuais, o que é, no mínimo, contraditório.

Para Charlotte Emmerch e Yomme Leite, do Museu Nacional (2002: 41), que estudaram a ortografia dos nomes tribais no mapa de Curt, o mesmo é considerado, pelas autoras, “O mais significativo e abrangente documento e testemunho do Brasil Indígena”. Curt considerava seu trabalho, pela relevância e quantidade de informações contidas, como único.

Curt teve a preocupação em fazer uso de elementos técnicos/científicos para classificar os índios. Os “Canindés do Ceará e da Paraíba estão registrados com a

ortografia portuguesa”, para mostrar que eram grupos extintos, pertencentes a uma grande nação. Há falhas no mapa de Curt, por exemplo: grupos como Kamakã, Koropó, Kumanosos, etc., que aparecem como extintos, mas não estavam quando da confecção dos mapas. De acordo com as autoras revisionistas do mapa de Curt, “As informações etnográficas, históricas e linguísticas se inter-relacionaram de forma harmoniosa e precisa”, o que em parte, discordamos.

Já para George de Cerqueira Leite Zarur (2002), Curt buscou subsídios na literatura dos cronistas para localizar, em seu mapa, as tribos indígenas até o ano de 1944. Para o autor, o mapa de Curt: “É um trabalho que funciona como aglutinador de todo um conhecimento antes fragmentário e disperso”. As informações fornecidas por Zarur da leitura que este faz do mapa sobre os índios do grupo Jê merecem destaque: possuem complicados sistemas de metades, classes de idade e, em alguns casos, grupos de descendência; os grupos conhecidos como os de “florestas tropicais” possuem uma estrutura de maior simplicidade, com as diferenças entre os sexos como o principal critério de organização social; baseiam sua economia na agricultura, caça e coleta; já os grupos das florestas, baseiam sua economia na agricultura e na pesca. Para Zarur, um grupo tem cultura diferente do outro por que habitam locais diferentes, pois cada lugar precisa de formas diferentes para ser explorado.

Sobre a questão do contato, o autor vê que: a. com o contato, dependendo do grupo étnico, pode ter acontecido a extinção total ou parcial do grupo; b. bloqueio do avanço dos conquistadores por certo tempo, devido a sua capacidade de resistência, talvez por parte de grupos caçadores, mais eficientes no campo militar; c. a medida que começa as frentes exploradoras dos colonizadores, começa também os deslocamentos forçados dos grupos indígenas, percebendo-se isso no mapa de Curt.

Para Curt Nimuendaju (2002), seu mapa é resultado de dezenas de anos de pesquisa bibliográfica e atividades de campo. Ele representou, no mapa, 40 famílias linguísticas, não é definitivo, mas apenas uma tentativa que possa servir para trabalhos futuros. No índice das tribos, aparece o que podemos considerar um erro gravíssimo de Curt: apresenta o grupo Cariri ou Karirí, como pertencendo ao tronco linguístico Tupi. Outros erros grosseiros podem-se perceber através de uma leitura minuciosa do mapa e da literatura de época sobre os grupos dos Sertões do Nordeste: os Coremas, pertencentes ao tronco GUATIBO; os Fulniôs como grupo isolado; Icó ao tronco

Guaykuiú; KAMURÚ-KARIRÍ ao tronco lingüístico Karirí; num momento ele vê os karirí como sendo do tronco lingüístico e noutro momento vê o grupo Kariri como pertencente ao tronco Kariri-Tupi, Gê ou Kariri? Kariri ao tronco linguístico Kariri; Kipéa-Kariri ao tronco linguístico Kariri; Kiriri ao tronco linguístico KONIB?

De acordo com a localização espacial dos grupos, ele, Curt, os enquadrava-os em tronco linguístico diferente: os Panatis ao KARIB (seriam os Panatis do interior da Paraíba?); Parahyba ao tronco linguístico CHIBCHA; Sukuru (Cimbres) os considerava como um grupo étnico, bem como os Tabajaras.

Uma observação importante é que ele não cita, em momento algum, o grupo dos índios Tarairiús, o que nos leva a concluir forem sido, até certo ponto, limitadas as suas leituras dos cronistas das épocas da Colônia e Império do Brasil, pelo menos em áreas que hoje são o Nordeste brasileiro. Ele consegue dividir os inúmeros grupos citados (as tribos) em 48 troncos linguísticos, a saber:

Guaykuru – Capakura – Anuak – Otuké – Zamuko – Tupi – Sirianá – Karib – Gê - Pano-
Katukina – Moskoy – Botocudo – Nambikwára – Takana –Tukana -Otuké-Isolada -
Chibcha-Zamuko – Waraú – Chamá – Chibcha – Chiquito – Guahibo – Vilela – Purí –
Motako – Kariri –Enimagá – Huorpe – Guaykuiá – Záporo – Kahuapona – Kamakã –
Masakari – Karayá - Sirianá – Witotó – Otuké – Timote – Soliva – Puimave – Mura –
Chamá – Peba - Araucano.

As falhas, no mapa de Curt, devem-se a não leitura de obras de importantes cronistas que registraram a presença indígena pelo Brasil.

Em se tratando dos cronistas que referendaram os índios do pós-contato, a Carta de Caminha pode ser considerada o primeiro documentos de registro do contato. O primeiro contato do índio com o branco coube a Nicolau Coelho, enviado a terra com alguns de seus homens para observar a serventia da água de um rio avistado e ver se serviria ou não para aguada.

Relata Henrique Campos Simões (1996: 7) extraindo uma passagem de Caminha que:

E assim que ele começou a ir para lá acudiram pela praia homens, aos dois ou três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já havia ali 18 ou

20 homens... pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas, traziam arcos nas mãos e suas setas.

Sem dúvida que estes primeiros relatos de Caminha acabaram generalizando, criando um esteriótipo dos índios do Brasil.

Na sequência do relato, em que Nicolau Coelho acena para os índios depuserem suas armas, enquanto os portugueses continuavam com as suas, perceberam-se as primeiras intenções dos lusos e seus objetivos.

O primeiro contato de Nicolau com os índios foi o batismo das primeiras trocas comerciais. Nicolau dar-lhes um barrete e uma carapuça de linho e os índios dão-lhe um sobreiro de penas de aves multicoloridas, colar de contas.

No dia 24 de abril, depois de encontrarem um porto seguro para os navios da esquadra, Afonso Lopes entra num esquife a sondar o porto tomando em almadia dois índios. Em terra, os lusos nesse primeiro contato foram recebidos com muito prazer e festa, prova incontestável dos objetivos dos índios e da infidelidade dos conquistadores que se seguiria.

Caminha distingue os índios do Litoral da Bahia com quem teve os primeiros contatos:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus sem nenhuma cobertura. Não fazem caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas. E o fazem com tanta inocência como mostram o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos por ele ossos brancos verdadeiros com comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador (SIMÕES, 1996:7-8).

Esta outra característica apresentada por Caminha acabou, também, por ser generalizada para o restante dos índios do Brasil.

Mas, talvez, o momento que mais desperta a cobiça, do lado português, dá-se quando um índio aponta para o colar de ouro do capitão e para a terra. Pero Vaz de Caminha interpreta o momento como que dizendo que havia ouro ali, da mesma forma com relação ao castiçal de prata, um papagaio que o capitão trazia. Nossa interpretação pode ter sentido, na visão portuguesa, pois quando esses lhes mostram um carneiro nada fizeram, talvez indicando que ali não existiam tais animais, bem como a galinha.

A docilidade, passividade e cordialidade do índio podem ser percebidas no relato de Caminha, quando juntamente com o capitão Nicolau Coelho, cerca de 200 índios nus e com seus arcos e setas se aproximam deles na praia, que prontamente recebem acenos dos que com eles estavam e depositaram suas armas na areia como forma de demonstrarem passividade. Os atos dos índios de encherem os barris de água doce, levá-los aos batéis demonstram sua passividade e cordialidade frente aos futuros conquistadores.

A devolução do degredado Afonso Ribeiro, sem que nada dele fosse tirado, era uma espécie de prenúncio. Nesse momento, o outro fala.

A primeira missa celebrada por Frei Henrique, ao contrário do que os nossos livros têm registrado, fora dita numa pequena ilhota próxima ao continente e dela tendo a participação apenas dos “civilizados”, os índios, pelo que consta na Carta de Caminha, estavam na praia: “Enquanto estávamos à missa e à pregação, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, e andavam folgando” (SIMÕES, 1996: 10).

O primeiro ato de violência contra os índios do Brasil, que tão bem receberam os lusos, dá-se quando se questiona sobre o envio de um navio ao reino português para noticiar o achamento. Neste momento, “perguntou mais se seria bom tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados” (SIMÕES, 1996: 11). Ficou decidido, na reunião que não iriam tomar ninguém por força, mas sim, demonstrar passividade e tentar amansá-los e assim conquistá-los.

A Carta de Caminha relata, sempre, a inocência dos índios. Num momento em que Caminha observava os índios, menciona: “E suas vergonhas tão nuas e com tanta *inocência* descobertas que não havia nisso nenhuma vergonha” (SIMÕES, 1996:12).

Não é à toa que os Padres missioneiros, especialmente os Jesuítas, faziam uso de músicas e instrumentos musicais para a conquista dos índios. Caminha na primeira oportunidade em que verificou o resultado de um gaiteiro tocar sua gaita, fazia, levando os índios à dança ao contentamento.

Caminha viu os índios, pelas suas atitudes, como sendo seres bestiais e de pouco saber. Observou Caminha que os índios, depois de alguns dias de contatos andavam mais mansos entre os lusos do que estes entre eles. Os índios demonstraram ser muito mais amigos dos portugueses que estes deles.

A Carta de Caminha deixa claro, de início, alguns dos principais objetivos lusos para a futura conquista: como a de salvar essa gente. Na medida em que tal projeto ia sendo colocado em prática, os resultados seriam os mais permissíveis para os índios passíveis.

Os colonizadores criaram, seja através da literatura, seja através da iconografia, uma imagem distorcida dos índios do Brasil, especialmente aqueles não-aliados. Esta forma de governar era conhecida pelos portugueses e espanhóis que já haviam divulgado que africanos e americanos, do Peru, por exemplo, eram selvagens, praticantes da antropofagia e servidores do “Diabo”, tudo isso servia como prova da necessidade de “domesticá-los”, salvá-los do inferno. A criação dessa visão tinha ainda por objetivo justificar a servidão vermelha, a desapropriação das terras e, se fosse o caso, a morte e a extinção dos índios.

O índio em momento algum foi questionado se aceitava ou não ser enquadrado no sistema mercantil português. Prevaleceu a visão do colonizador. Ao índio, visto como ser brutal, indolente, incapaz de um raciocínio lógico, foi-lhe negado o direito de opinar sobre seu próprio destino.

O índio, para Pedro Calmon (1958: 28), era visto como um mero espectador, utilizado como mero instrumento de trabalho ou mão-de-obra escrava e barata. O autor vê, como forma de apaziguar os ânimos dos índios rebelados, a vinda dos missionários Jesuítas e a criação de um Governo Geral, que poriam ordem no caos instalado pelos selvagens. Nesse sentido, o branco conquistador passa a ser visto como o capaz de trazer a civilização, não aceitando a cultura do outro. A colonização visava a ser associativa, na medida em que tentava introduzir um modelo estereotipado do índio.

Calmon (1958: 30) afirma que as procedências dos índios do Brasil eram as mais diversificadas possíveis, bem como sua cor: “(havia “abajus” e “abaúnas”, claros e escuros)”, bem como sendo bastante peculiares os seus costumes e o idioma.

Pedro Calmon (1958: 31) assevera que “o Tupi era mais assimilável e inteligente”, numa visão eurocêntrica, oficial e pejorativa, bem como numa total falta de conhecimento acerca da cultura tapuia.

Os indígenas do Nordeste, na época do contato, encontravam-se em grau ou estágio de desenvolvimento diversos. W. Schmidt, citado por Estêvão Pinto (1938: 19) afirma que havia índios em estágio primitivo e havia ainda grupos místicos. Tristão de Alencar Ararape (1958) vai mais além e enquadra os grupos indígenas do Brasil nessa qualificação: os Jês, por exemplo, estariam num estado de civilização primitiva (economia primitiva). Tais povos apresentam-se exógomo-monógomo: crença em um ser superior aos demais espíritos, igualdade entre os sexos, importância da criança, ausência de um estado centralizador e organizado, porém organização grupal/familiar, mas com um líder que passava a ter poder em certas ocasiões; a caça, a pesca e a colheita num contínuo processo de apropriação da natureza, mas sem modificá-la; presença clara de uma divisão sexual do trabalho; existência da propriedade: 1. Individual, armas, utensílios e adornos; 2. familiares, a caça a cabana ou seu espaço dentro dela; 3. o comum a terra; preparo do fogo pelo processo de fricção; início de um processo primitivo de trocas; desconhecimento do barro modelado; uso da cestaria; habitações ligeiras, frágeis e rapidamente desmontáveis; procura pelas grutas naturais como abrigo mais demorado; vestiam tanga ou avental curto feito de casca de árvores ou de cordas trançadas; as armas básicas apresentam finalidade econômica e só esporadicamente as usavam para guerras (arco, flecha, maço, espada, lança). Do exposto por Tristão de Ararape, percebem-se alguns erros grosseiros que os estudos etnográficos e arqueológicos contradizem. A título de ilustração podemos citar: o uso de cerâmica entre os Jês já está comprovado, bem como atividades de agricultura. Estas falhas ou omissões não invalidam os excelentes trabalhos de Alencar Ararape.

Um segundo estágio em que possivelmente estariam os índios do Brasil do contato, para Tristão de Alencar Ararape (1958), seria o de civilização primária, ou de economia operativa. No Brasil, Tristão de Alencar enquadra alguns povos da Amazônia; a economia é baseada na transformação, ou seja, passagem de pequenas para grandes caçadas; passagem da coleta para atividades agricultáveis; posição do homem frente a do animal, surgindo o princípio de uma religião totêmica; diminuição da importância econômica e política da família; início do processo de divisão tribal em clã,

com seu chefe que já passa a exercer certo poder sobre as demais atividades de passagens mais complexas; condição inferior da mulher frente a uma sociedade patriarcal que surge; desenvolvimento da vida política; cooperativismo e regras de produção; aparecimento do profissionalismo, com indivíduos especializados em certas atividades; intensificação comercial; determinação de um produto exclusivo para troca, numa espécie de moeda rudimentar; sedentarização; melhorias no sistema de defesa, habitação, armas, vestuários, adornos; nascimentos de atividades ritualísticas secretas, fazendo aparecer a figura de um Pajé; predomínio social da mulher, graças ao domínio de fabrico de utensílios indispensáveis ao novo modelo, a exemplo da cerâmica, atividades criatórias, domesticação, etc.

O terceiro estágio seria o de economia secundária ou mista, que Tristão de Araripe denomina de economia transformativa; trata-se do modelo das grandes famílias patriarcais; os filhos casados, por exemplo, continuam ligados à família do pai, à família e ao Estado; há um início de domesticação de animais; a economia se baseia pela diversificação dos produtos oferecidos; novas armas (laço) e novas indumentárias (calças) aparecem como prova das constantes mudanças que se processam na sociedade.

Em decorrência dessas mudanças, aparece o carro; mesmo assim, são culturas mistas, em processo de transformação para a civilização propriamente dita. No Brasil, segundo este modelo, não fora, quando do contato, identificado nenhum grupo cultural capaz de ser enquadrado neste paradigma ou estágio de desenvolvimento.

Já na visão de F. Muller-lyer, que traça importante quadro classificatório do processo involutório dos povos no planeta, os ameríndios do Brasil estariam enquadrados no que ele denomina de estações econômicas (estação inferior: agricultores inferiores), vivendo na época da barbárie. Tal autor estabelece como processo de evolução dos grupos humanos do planeta, três estágios: selvagem, barbárie e civilização. Os índios do Nordeste do Brasil estariam na primeira e na segunda fase (PINTO, 1938: 28-29).

Em se tratando de nível tecnológico entre os indígenas do Brasil, Lux Vidal (1983: 79) assegura que não existiam distâncias tecnológicas entre os índios do Litoral e os grupos dos sertões; isso foi uma mera criação estereotipada do Europeu. Para este

autor, os grupos humanos que viviam nas terras baixa da América do Sul, tendo como semelhança o meioambiente, faz com que o nível tecnológico apresente-se num mesmo patamar; entretanto, a heterogeneidade vem mais dos usos e costumes, de alguns hábitos sociais e religiosos que serve para distinguir um grupo do outro.

3.4.3. As invasões no Nordeste colonial, o uso indígena e a expansão para os Sertões

Desde os primórdios do “descobrimento” ou posse das terras do Brasil pelos portugueses, que o Litoral do Nordeste recebia navios de corso, principalmente francês, especialmente nas costa da Paraíba, Rio Grande e Ceará, devido a grande extensão do Litoral e a precária linha de defesa de costa motivando a criação de uma linha de defesa em Pernambuco que contribuiu para dificultar a pirataria na área (ALBUQUERQUE, 1999).

Na Paraíba, a presença francesa já foi mencionada por inúmeros cronistas, principalmente na região da Baía da Traição, onde estes eram aliados dos índios Potiguaras.

Após a tentativa fracassada da invasão em Pernambuco pelos franceses, foi a vez dos ingleses. Thomas Cavendish investiu e fracassou contra as capitanias de São Vicente, Santos e Espírito Santo no ano de 1591. As tentativas de invasores ingleses no Brasil, recebiam o beneplácito da Coroa Inglesa, de tal modo que John Watts, Paul Banning (vereadores do conselho da capital inglesa) e Thorne, médico, e outros importantes comerciantes de Londres passaram a orientar e até organizar uma expedição para Pernambuco, a mais rica Capitania da região. James Lancaster, fidalgo inglês, mas educado entre os portugueses, portanto profundo conhecedor da política econômica e militar portuguesa, foi o encarregado de chefiar a invasão a Pernambuco. Capitaneando três navios artilhados e outras embarcações menores, consegue, em 30 de março de 1595, invadir o povoado do Recife e lá permanecendo por cerca de trinta dias, executando a rapina nos passos e saques na pequena povoação e adjacências.

A reação veio a partir de Olinda, sede da Capitania de Pernambuco, e dos Sertões. Os principais combates aconteceram em Tacarunas, local pantanoso entre Olinda e Recife, levando-os a abandonar Pernambuco. Existem relatos de que durante

muito tempo os navios piratas e corsos ingleses, a mando da rainha Isabel, teriam frequentado as praias da Paraíba exercendo a pirataria e o corso.

Das invasões que o Nordeste sofreu nos primórdios da colonização, a flamenga foi a mais demorada, a mais destruidora, mas a que transformou ao menos a cidade do Recife, sede do governo holandês do Brasil.

No período que antecede as invasões holandesas no Nordeste, o Sul do Brasil não era inativo: Capitânicas como as de São Vicente e São Sebastião do Rio de Janeiro, dentre outras, desempenhavam papel importante para a economia da Coroa lusa. Mas era do Nordeste, especialmente de Pernambuco, que a colônia brasileira fazia refletir no exterior toda a sua riqueza e opulência.

Da capitania Real do Ceará para cima (Piauí, Maranhão e Amazonas), praticamente não eram mencionadas enquanto importantes fontes de riquezas para a Coroa lusa. O Maranhão, por exemplo, só passa a ser comentado quando da rápida invasão francesa do aventureiro Daniel de La Torche, senhor de La Ravardiére, lugartenente das forças invasoras francesas que ocuparam as despovoadas terras (de homem branco) de Maragnou (Maranhão) e expulso por forças oriundas de Pernambuco comandadas por Alexandre de Moura, nomeado por El-Rei como capitão-mor daquela capitania, devido a ausência do capitão donatário da mesma.

Flávio Guerra (1963: 41) explica que o Brasil, até o período doloroso da invasão e domínio holandês, era, na realidade, apenas a Bahia, como sede do Governo Geral e o Nordeste, com Pernambuco na liderança. Marginais a Pernambuco gravitavam as Capitânicas consideradas anexas, como a da Paraíba.

As relações entre portugueses e holandeses sempre foram boas, mas arrefecendo quando Felipe II da Espanha assume os destinos da Coroa lusa e suas possessões além mar. Felipe II torna-se o grande sustentáculo da fé católica já tão abalada, na Europa pelo liberalismo religioso, especialmente os do movimento reformista dos Países Baixos. Com Felipe II assumindo os destinos de Portugal (Felipe I), todo e qualquer inimigo espanhol, como eram os holandeses, passa a ser também de Portugal. É nesse jogo de intriga que o Brasil sucumbiu frente ao poder econômico e militar dos holandeses protestantes.

Uma das primeiras decisões de Felipe II foi a de fechar os portos Ibéricos e de suas colônias aos navios holandeses, confiscando navios e mercadorias, trazendo prejuízos aos comerciantes holandeses, em parte credores da indústria açucareira do Brasil.

A partir de 1595 já se tem notícias das primeiras reações holandeses frente a posição da Coroa ibérica: corsários custeados por mercadores holandês atacam e contrabandeam em todas as áreas de domínio de Felipe: Ásia, África e o Novo Mundo.

Em 1609, a Coroa ibérica propôs um tratado de paz com duração de doze anos com a Holanda. Quando faz essa trégua, os holandeses dão início a um longo processo de espionagem no Nordeste do Brasil, visando uma futura e possível invasão da região.

Mas, foi em 1621, que se definiu os destinos da região mais rica do Brasil, quando foi criada a Companhia das Índias Ocidentais; como um dos principais objetivos era o de “explorar a qualquer preço os lucros que se pudessem obter do Brasil” (GUERRA, 1963: 42). A Companhia era de comércio apenas no nome, mas sim, uma corporação armada e quase independente da Coroa Holandesa. O lucro, se necessário, fosse obtê-lo através da guerra, era uma das metas do grupo.

O primeiro grande ataque da armada da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) deu-se em 1624, na Bahia. A empresa foi bem sucedida, permanecendo os holandeses por quase um ano, expulsos graças a empresa de uma poderosa armada comandada por D. Fradique Toledo, composta por 52 naus e cerca de 12.500 homens de desembarque em armas. Como de costume, no processo de expulsão dos holandeses da Bahia foram utilizados, em larga, escala índios flecheiros e negros que, por terra, participaram de todo o processo. A expulsão dos holandeses ou da WIC apenas serviu para convencê-los da importância econômica na conquista da região.

A montagem da empresa contra Pernambuco e suas anexas começou logo após a saída flamenga da Bahia. O envio de espiões disfarçados de comerciantes para Pernambuco e outras Capitâneas tinha o objetivo de conhecer os pontos fracos do sistema de defesa da colônia.

Já em 1629, tem uma primeira e importante surtida holandesa no Brasil: conseguem fixar na ilha de Fernando de Noronha um tal Corneliszoon Jol (pé de pau), encarregado de preparar um processo de abastecimento (aguada) para os navios da Companhia que seguiram para a futura batalha.

Em fevereiro de 1630, surgia frente a Olinda e Recife, a armada holandesa comandada por Hendrick Corneliszoon Lonck e Van Waerdenburch a frente de 70 navios e cerca de 8.000 mil homens em armas. As lutas pelas praias e arredores do Recife persistiram até o dia 2 de março, quinze dias depois do início da invasão.

A invasão holandesa inicialmente a Pernambuco só fora consolidada quase cinco anos depois, quando tem início o processo de consolidação da região pernambucana e estende os seus domínios para outras Capitânicas. A margem esquerda do rio Capibaribe, os lusos/espanhóis/brasileiros montaram suas defesas que ficaram conhecidas como o “Arraial do Bom Jesus”, de lá partiam as principais ofensivas contra os holandeses que permaneceram por cerca de 24 anos, principalmente em Pernambuco.

Foi a ajuda de Domingos Fernandes Calabar, traidor dos lusos/espanhóis/brasileiros que levou os holandeses a consolidarem o território, investirem contra outras capitânicas e tomarem os destinos dos Sertões.

A sequência de ocupação do Nordeste, na pós-derrocada de Pernambuco, deu-se por Alagoas, depois o Rio Grande sendo a Paraíba um dos últimos redutos a cair nas mãos flamengas em princípios de 1635. O Ceará caiu dois anos depois com extrema facilidade, devido a pouca resistência militar que ofereceram aos holandeses bem como as precárias situações daquela Capitania e a existência de tribos hostis a qualquer colonizador. A pouca importância do Ceará pode ser observada quando os holandeses abandonaram à Capitania em 1644.

Durante o longo período de domínio holandês, na região, a economia estagnou, os engenhos foram destruídos e, no pós-holandês, algumas Capitânicas, a exemplo da Paraíba, caíram em total ruína, entrando num processo de estagnação e letargia, que motivará no século seguinte a sua anexação à Capitania de Pernambuco.

Os conquistadores holandeses, como os outros colonizadores, trataram de buscar alianças com os índios da região, de preferência aqueles que eram inimigos dos lusos/espanhóis, a exemplo dos Tarairiús²⁵.

Maurício de Nassau, encarregado pela WIC e o governo holandês em administrar os novos domínios, arregimentam nos combates contra Porto Calvo, nas Alagoas, pelo menos mil índios flecheiros com mais cerca de três mil soldados brancos e uma frota de 24 navios artilhados. Em 17 de fevereiro de 1637, Nassau alcança seu objetivo. A partir daí, estava extinta, por enquanto, a resistência dos primeiros colonizadores e consolidava o domínio batavo na região, fazendo elevar-se o nome do conde como grande estrategista e administrador.

O grande objetivo do conde Alemão era o de instalar um grande império holandês no Brasil. Para isso, tratou de reestruturar suas forças militares, soerguer a economia, conceder liberdade de culto, e embelezar e fortificar a capital do novo Império, a cidade do Recife. Fez acordos de paz com alguns grupos Tapuias, mas por outro, levou a guerra a outros grupos que lhe eram hostis. Mesmo com uma certa transformação visível que se viu especialmente em Pernambuco, a WIC era uma Companhia Comercial que, assim como portugueses, espanhóis, ingleses e franceses estavam hávidos por lucro. Em outras palavras, a exploração da região iria continuar.

Até 1640, os ânimos dos lusos/brasileiros do Nordeste ficaram calmos. Com a restauração da coroa portuguesa subindo ao trono o duque de Bragança e a assinatura de um tratado de paz entre Portugal e Holanda por um período de dez anos, não arrefeceram os ânimos dos brasileiros, despontando um princípio de sentimento nativista. Em 1643, Maurício de Nassau, o elo de ligação entre a WIC e os colonos, deixa o Brasil, recomeçando as escaramuças entre lusos/brasileiros e holandeses numa tentativa de expulsá-los em definitivo do Brasil. Seguiram-se pelo menos dez anos de grandes agitações nas Capitânicas do Nordeste holandês.

O Governo Geral sediado na Bahia, liderado na época por Antônio Teles da Silva, católico ortodoxo, passa a ver o domínio holandês como uma ofensa religiosa ao

²⁵ Em todos os momentos de conquistas europeia no Novo Mundo, buscou-se auxílio índio, fosse para utilizá-los como soldados ou nas plantações. O índio não foi de tudo rejeitado, usado porém. O outro, nessa concepção fala, mostra sua importância para o processo de colonização (MULLO, 1979).

catolicismo, motivando-se a luta contra os batavos. Nas outras Capitâneas, como em Pernambuco, figuras como João Fernandes Vieira, infiltram-se entre os holandeses com o objetivo de conhecer suas estratégias de guerra, minando suas forças.

Na Paraíba, destaca-se Vidal de Negreiros, na época oficial da guarnição da Bahia. Ambos organizaram os primeiros contingentes militares para dirigirem-se a Pernambuco e lá aderirem aos guerrilheiros já inflamados contra o domínio batavo. Com isso, tem-se início a guerra da restauração. A partir de 1645, as forças de Martim Soares e Vidal de Negreiros começam a impor severas baixas aos holandeses, com a rendição de várias fortalezas que estavam sob o comando da WIC principalmente em Pernambuco.

A partir de 1645, os holandeses ficaram confinados à ilha do Recife, área em que estiveram confinados até 1635, antes do processo expansionista.

Na Europa, o governo português realizava inúmeras manobras na tentativa de evitar uma guerra com os holandeses, tentando levar a cabo o tratado de paz de 1641. Sem grandes efeitos. Tanto os holandeses quanto os portugueses se empenhavam agora em auxiliar suas tropas. Os espanhóis haviam selado acordo de paz com os batavos, ilhando assim os portugueses.

As batalhas dos Guararapes, um monte que fica na parte Sul do Recife, selaram definitivamente os destinos dos holandeses na região. Em 19 de abril de 1648 e em 10 de fevereiro de 1649, os holandeses foram mortalmente feridos com essas duas importantes derrotas. A partir de então não aconteceram mais combates expressivos nem por terra nem por mar entre portugueses e holandeses.

Em oposição a WIC, o governo português criou a Companhia de Comércio Portuguesa que passou a despejar recursos nas áreas a libertar dos holandeses. Óbvio que os objetivos dessa companhia seriam praticamente os mesmos da WIC : comércio, exploração e lucro num curto espaço de tempo (1653).

Em 1653, a companhia portuguesa organiza uma poderosa esquadra composta de 60 navios comandados por Pedro Jaques de Magalhães e o almirante Francisco de Brito Freire, rompendo o acordo de paz de 1641 com a Holanda.

Em 26 de janeiro de 1654, na Campina da Taborda, deu-se a rendição batava.

Guerra (1963: 59) assegura que com a rendição entregaram-se os invasores, sem direito a nenhuma indenização presente ou futura, a cidade do Recife e todas as fortalezas por eles levantadas no Brasil. Os mil e duzentos homens da guarnição, suas peças, munições e oficiais, saíram porém com honras de guerra e embarcariam livremente para a Europa, dispondo igualmente dos seus bens móveis, levando provisões para a viagem.

Além das honrarias militares que os holandês conseguiram na capitulação, a WIC ainda conseguiu arrancar do governo luso uma suntuosa indenização contradizendo o que teria sido acordado quando da rendição.

O governo luso concedeu anistia a todos que teriam colaborado com os holandeses. Na verdade, após a saída dos batavos do Brasil a perseguição aos “traidores”, principalmente os índios Tapuias (Tarairiús) foi intensa e letal, levando-os a uma quase extinção imediata no pós-governo holandês.

O Nordeste começa a viver uma grave crise econômica, porque as guerras travadas contra os batavos desorganizaram por completo sua economia. Só no final do século XVIII, é que a região voltaria a ter um breve renascimento econômico. A partir de então, a hegemonia da economia da colônia passa pouco a pouco para o Centro-Sul, graças as recém-descobertas de ouro e pedras preciosas nas regiões das Gerais.

A decadência do Nordeste se deveu ao desmoronamento do grande clã do açúcar e de outros produtos que tinham ótima aceitação, no mercado europeu, antes do domínio batavo. Pernambuco, a principal Capitania do Nordeste, na época, cai em total aniquilamento. A Coroa lusa toma para si aquele território, na tentativa desesperada de fazê-la voltar a dar os lucros de antes.

O século XVII, para o Nordeste, vivenciou pelo menos três grandes cataclismas que abalaram sensivelmente a estabilidade sócio/político/econômica: a ocupação, guerra e expulsão flamenga, os graves conflitos com os negros dos quilombos, inicialmente com os de Palmares, mas se estendendo durante os séculos seguintes; e, as guerras contra o gentio, que se prolongam durante a segunda metade do século XVII e se estendem por parte do XVIII, quando inúmeros grupos foram exterminados a bem da vingança ou da limpeza da terra para a penetração do gado.

Nesse período, o Sertão, área produtora principalmente de gado para o Litoral e exportação, também sofria as consequências da desestrutura econômica e política da região. No dizer de Flávio Guerra (1963: 71), “o Sertão nordestino não se refaria mais totalmente até o término da fase colonial. Passou a vaquear, num estado quase crônico de debilidade”. Pois sua economia estava totalmente entrelaçada ao sistema mercantilista do período, surgindo como forma de apoio secundário às culturas da cana e do tabaco. Essas, entrando em crise, automaticamente repercutiriam nos Sertões. A luta contra a decadência da região continuou durante o restante do século XVII e início do século XVIII, levando a uma redução sensível na marcha progressional; por outro lado, o Centro-Sul começava a dar seus primeiros sinais de tirar a colônia do Brasil da crise imersa.

A necessidade da expansão da cultura da cana-de-açúcar empurrou para os Sertões os colonizadores que passavam a viver da criação de gado e das culturas de subsistências, essenciais para a produção açucareira na Zona da Mata. Além desses fatores preponderantes expostos, não podemos deixar de fora um outro também importante: a segurança da conquista e da colonização das terras.

Foi a partir desses motivos e das alianças ou guerras, quando necessários, com os nativos ou entre os nativos, que os Sertões foram sendo limpos e conquistados. A conquista dos Sertões tinha como principal objetivo a consolidação das terras do Litoral que eram constantemente varridas pelos índios hostis à colonização.

As doações de sesmarias, nos Sertões da Paraíba, acontecem basicamente no século XVII. Pessoas de posse e várias ordens religiosas receberam possessões, essas últimas, com intuito de erigirem aldeamentos para catequizar os índios Tapuias. Na verdade, uma forma de mantê-los sobre controle ao mesmo tempo em que limpavam o terreno, deixando livre principalmente as várzeas dos rios para a penetração do gado.

A história regional tem supervalorizado a economia e a vida sócio/política da área canavieira (litorânea) e aferido pouco valor a economia nos Sertões. A penetração e ocupação dos Sertões da Paraíba vão se dar de forma tardia. Enquanto existem relatos documentais da presença do homem branco e doações de extensas sesmarias

nos Sertões baiano e pernambucano, em que, devido a hostilidade dos índios e a ocupação tardia do território (1585), vai se refletir no processo de povoamento.

Em Carta Régia de 28 de março de 1692, a Coroa Lusa determinava que os índios fossem reduzidos e que se restabelecessem aldeias com 2 ou 3 léguas de terra, onde os índios pudessem viver em paz. Tal medida foi de encontro aos interesses das principais famílias proprietárias de sesmarias nos Sertões, como os Garcia d'Ávila, da Casa da Torre da Bahia. Os conflitos foram muitos até que, em 1700, a Coroa Portuguesa determina que seja demarcada 1 x 1 légua de terra para cada aldeia, reduzindo drasticamente as áreas de caça, pesca, coleta e agrícolas dos índios, submetendo-os em definitivo ao poder real e das grandes famílias proprietárias de sesmarias.

No final do século XVII, praticamente estava concluído o domínio do colonizador europeu nos Sertões do Nordeste, especialmente com o fim da Guerra dos Bárbaros, o extermínio de dezenas de tribos e a “substituição do gentio pelo gado” (BARBOSA, 2007: 117).

A expansão lusa no Brasil, no primeiro século de conquista, foi uma atividade extremamente militar para a conquista econômica. Essa atividade valeu a Portugal a união territorial do Brasil. Não fosse esta característica, possivelmente o território teria sido esfacelado, como aconteceu, por exemplo, na África.

As arremetidas contra as terras dos índios têm início quando estes não mais compactuaram com a visão portuguesa de expansão territorial. As arremetidas para a limpeza do terreno eram feitas com grande energia e mortifício, em ambos os lados, claro que com perda maior para os índios, mas sempre existindo reações por parte dos gentios. Os índios pegos nessas arremetidas, como assevera Andrade (1963: 67), eram transformados automaticamente em escravos. Destruía-se suas aldeias, fazendo-os descer para os novos aldeamentos e desapropriando suas terras e roças. Às vezes, voltando a plantar nas terras anteriormente limpas pelos índios. Desenvolve-se a atividade de preação de índios, mão-de-obra farta e barata para as décadas iniciais da colonização do Brasil, essencial para a empresa principalmente açucareira que começava a se instalar na região. Os índios apreendidos nos Sertões eram comercializados, nas áreas do Litoral, para as atividades dos engenhos que nasciam

nos primórdios da colonização, a preço de um carneiro, ou igual a dois cruzados ou a mil-réis cada índio são. As descidas dos índios e a consequente povoação de suas antigas possessões foram parte do modelo instituído pelos colonizadores, como forma de manter os lucros a coroa.

3.5. A visão contemporânea do índio

Luis Donisete Grupioni (1999) afirma que a nacionalidade surge da diversidade e da união que deveria ser pacífica entre os grupos humanos que vivem num mesmo território. O índio é visto, na história do Brasil atual, como algo do passado, um fóssil vivo. Falar de índio é remeter a história do Brasil pós-contato, ao passado horrendo, aparecendo como meros espectadores, ou na condição de coadjuvante na formação do Brasil moderno (ALMEIDA, 1987). O índio passa a ser algo estático, que não se transforma nem transforma a sociedade a qual está inserido, é algo estanque, visto assim pela historiografia eurocêntrica.

A ideia de um “descobrimento do Brasil” ainda existe e persiste. Se houve uma descoberta pelo branco, houve também uma descoberta indígena. Por que, então, os livros não tratam de uma troca cultural? Essa visão e versão de descobrir é puramente eurocêntrica, para justificar uma superioridade (bélica) do europeu sobre o outro, e assim, impor sua cultura (TELLES, 1987).

Segundo Demarquet (1988: 7), o que somos hoje é o somatório de quinhentos anos de contato. A história de hoje é factual e política, conta os fatos pela ótica dos vencedores; os vencidos foram submetidos “a ordem colonial imposta pela cruz e pela espada”.

A história do índio foi omitida, reduzida e simplificada ao mais elementar. Foi uma forma, também, de conquista do outro.

Quais os testemunhos literários que temos sobre o passado dos Tapuias? Só os relatos europeus, mesmo assim com recortes, fragmentos pejorativos e inaceitáveis no mundo atual. Toda essa documentação racista e discriminatória foi gerada dentro de um contexto alienante, que visava à dominação da terra.

Desde o contato que os índios foram vistos como uma espécie de gênese do Evolucionismo: os europeus estariam no ápice do desenvolvimentismo, os índios do

Brasil, os aborígenes da Austrália, etc., era o testemunho desse desenvolvimento, encontravam-se, digamos, na primeira etapa de crescimento linear.

Rocha (1984: 27) interpele a visão que se tem dos índios hoje, especialmente nos livros didáticos. Os índios, sem especificar o grupo étnico ou o lugar que habitavam, vestem (ou não vestem) as mesmas coisas, todos vivem a tomar banho de rios, comem basicamente de mandioca, vivem da caça, pesca e coleta... Mas não mostram sua diversidade multicultural, suas lutas de resistência, do “descobrimento” aos nossos dias. O índio é visto como um ser genérico. Mas é óbvio que os índios apresentam características comuns, justamente estas que os diferenciam das sociedades brancas.

Carl von Koseritz (1941: 92-93) afirma que sempre se pintou um índio genérico, coberto de penas e com feições feroz, canibal, hostil. Foi essa imagem esteriotipada que ficou dos índios do Brasil, do contato ao século XX.

Cada grupo indígena é único, específico, detentor de traços étnicos que os identificam como grupo étnico cultural, com um perfil e uma identidade própria. Isso tem sido negado nos manuais e compêndios de história contemporânea.

Os grupos humanos heterogêneos que habitaram ou ainda habitam o planeta, sempre se organizaram de diferentes formas para prover suas necessidades básicas. Existe, de fato, uma grande diversidade sócio/cultural entre os grupos humanos e se funda na flexibilidade do comportamento.

O homem pode viver em grupo, mesmo que obedeça a princípios diferentes. Tais princípios podem decorrer do ambiente e da própria forma estrutural do grupo. Desde tempos imemoriais que os grupos humanos se organizam de formas diversas: reinado, cacicado, chefia e outros grupos sem nenhum tipo de chefia que exerça o poder e controle sobre os membros do grupo. Da mesma forma os grupos familiares, suas organizações, formas de domínios, sempre variaram no tempo e espaço.

Apesar dessa pseudo-liberdade de comportamento, o ser humano segue regras, ontem e hoje obedecemos a códigos que são criados como forma de frear atos de membros do grupo que não se enquadram aos demais: “Cada ser humano nasce e cresce em uma determinada sociedade, que já possui uma determinada organização e

um conjunto de ideias e princípios que conferem sentido à vida nessa sociedade” (GRUPIONI, 1999: 38).

É o meio que nos leva a pensar de acordo com ideias e valores desse meio, sem que sejamos produto do meio. As normas sociais de um grupo criadas mediante a justificativa da maioria levam-nos a agir de forma comum. Quando somos obrigados a aceitar o outro de forma pacífica ou imposta, como ocorreu com os índios Tapuias da Paraíba (Cariri e Tarairiú), torna-se penoso, quando não doloroso, reacionário, principalmente para o grupo considerado mais fraco.

Essa dificuldade de compreensão e aceitação do outro acompanha as relações entre índios e não-índios no Brasil, o que favorece para que a população atual (mestiça), não reconheça seu passado indígena (GRUPIONI, 1999). Por outro lado, Lorandi e Wilde (2000) reconhecem que a própria etnografia é mero objeto de ficção, em outras palavras, não merecendo credibilidade para o resgate das ações sociais cotidianas de grupos humanos do passado, o que torna difícil a aceitação de interlocução para a aceitação do outro.

O choque étnico entre índio e colonizador foi gigantesco. Eram costumes, aspectos físicos, modos de vida diferentes, daí terem sido vistos como seres bestiais, vivendo desordenadamente. A visão europeia sobre os índios, comparativamente falando, foi definida “por aquilo que não têm” (GRUPIONI, 1999: 39), partindo do modelo europeu de desenvolvimento da época. Gândavo (1995) os via (os índios do pós-contato), sem fé, sem lei e sem rei. Sem organização, mas baseado num modelo esteriotipado do conquistador.

Não existe sociedade humana sem organização social. Por mais simples e elementar que esta seja, ela existe. Nesse sentido, como aceitar que as sociedades indígenas da época do contato viviam, segundo muitos cronistas, numa total selvageria? Como explicar, então, suas inúmeras formas de reações, especialmente as guerras? Pedro Pontuni (2002) mostra que as guerras de reação Tapuia dos séculos XVII e XVIII eram de uma extrema organização, ao ponto de seus líderes serem chamados de reis.

O que aconteceu e ainda acontece são as dificuldades que se têm em aceitar os índios enquanto formadores de grupos sociais organizados, a seu modo, porém

organizados. Isso tem levado a indagações recorrentes nos quinhentos anos de conquista: por que grupos humanos de um mesmo continente apresentavam-se tão díspares?

O que se sabe é que, no Brasil, no período do contato, a chefia exercida por um Cacique, não tinha, como nos Andes ou na Europa, poder sobre a vida e a morte de seus súditos. A autoridade, nesse caso, era mais moral do que a coerção física (FAUSTO, 1999).

A união desses grupos se dava apenas em ocasiões especiais: casamento, morte, guerra, reação ante o colonizador. Nessas comunidades, de forma meio genérica, prevalecia os casamentos consanguíneos, pois ninguém queria ir morar distante de seus parentes próximos, entre estranhos. Vários grupos humanos do Brasil pós-contato podem muito bem ser enquadrados nesse sistema, ao ponto de serem vistos, graças às recorrências, como a forma típica de união em quase toda a América do Sul, especialmente na área de domínio da Floresta Tropical.

Por que, então, os grupos humanos do Brasil, ao menos em sua maioria, não se desenvolveram baseados num modelo andino ou europeu, com sociedades tipicamente especializadas? As respostas para tal questionamento são muitas, mas sem uma definição aceitável. Por exemplo, a ideia de pouco alimento (caça, coleta e peixe), numa visão meramente ecológica, pois em algumas regiões havia, sim, fartura de alimentos e matérias-primas de que necessitavam para a subsistência, já há muito caiu por terra. O grupo conseguia sobreviver até nos ambientes mais hostis, como nas caatingas dos Sertões da Paraíba.

Está clara, pelos estudos Etnohistóricos contemporâneos em grupos indígenas remanescentes, como os Kayapós, os Xavantes, etc., a complexibilidade em que estão inseridos os membros de um grupo, desde tempos imemoriais. Houve grupos extremamente complexos, socialmente falando, como alguns grupos humanos Jês, mas, por outro lado, apresentavam uma enorme simplicidade tecnológica.

Confundiram-se, durante muito tempo, uma pseudo-relação econômica e a complexidade social do grupo Jê. Necessariamente, as duas questões não têm que estar associadas, mas interdependentes.

Não seria correto afirmar que todas as sociedades indígenas do Brasil pré e pós-contato eram igualitárias. Não podemos descartar a existência de certa hierarquia em muitos grupos indígenas, ontem e hoje. Talvez mais no passado do que atualmente, graças ao grande número de índios que existiam, no Brasil, no início da colonização, daí questionamos até que ponto os princípios de organização das sociedades indígenas atuais são iguais aos do passado, já que, além do próprio desenvolvimento social do grupo (pois não existem culturas estáticas), esse teve contato com novas formas organizacionais dos vários povos europeus que mantiveram contatos, amistosos ou não com esse grupo.

Por outro lado, torna-se complicado o entendimento do complexo social indígena do passado, via relatos dos cronistas (pelos motivos explicitados no início deste artigo), já que muitos destes não vieram com o único objetivo de estudá-los, mas sim explorá-los, daí relataram apenas aquilo que fosse do interesse do conquistador.

Como o contato foi maior e talvez menos violento com os índios do Litoral, isso favoreceu uma quantidade de dados maiores e melhores do que sobre a organização sócio/política dos Tapuias dos Sertões. Como os relatos dos cronistas, de antropólogos, historiadores, etc., quase sempre são efêmeros e truncados, graças à escassez de pesquisas, não dá para afirmar, portanto, como viviam e ainda vivem os índios contemporâneos. De forma geral, as lacunas sobre as questões aqui abordadas merecem atenção de cientistas de vários campos científicos, para que possamos aferir melhores informações sobre o passado e presente desses povos que construíram a história do Brasil. Pensar num Brasil indígena uniforme no passado ou hoje em sociedades complexas hierarquizadas ou simples, entre aquelas que apresentavam ou não um sistema de governo mais ou menos complexo, já está ultrapassado. É preciso ver os índios de ontem e de hoje como grupos culturais extremamente heterogêneos, com uma diversidade cultural e linguística gigantesca. Entender este ponto é valorizar as culturas indígenas do Brasil, é dar-lhes o direito de terem um perfil cultural próprio, enfim identidades.

CAPÍTULO IV

4. OS ÍNDIOS DO BRASIL DO PRÉ E PÓS-CONTATO

4.1. Métodos classificatórios dos índios do Brasil

Do século XVI aos nossos dias, inúmeras tentativas em classificar os índios do Brasil contactados pelos europeus foram feitas, mas sem que surtisse grandes efeitos. Qualquer classificação é excludente e seletiva. No entanto, visa enquadrar os grupos humanos em troncos com traços comuns. São essas características que distinguem os grupos.

Martius esboçaram uma classificação partindo do princípio que os lusos primeiramente os classificaram agruparam-nos em nações aqueles que podiam compreender-se reciprocamente, mesmo que de tribos diferentes, geralmente sendo agrupados por falantes de uma mesma língua ou dialetos aparentados. Alertaram os naturalistas que tal classificação não pode e não deve ser admitida como uma verdade geral, pois eram comuns as misturas étnicas e os deslocamentos, motivados por guerra e/ou acordos de paz (MARTIUS, 1938: 22).

Em documento português do século XVI, escrito por Gaspar Soares, enumeravam-se apenas três povos no Brasil: os Tupis divididos em nove tribos (SOARES, 1825).

No ano de 1633 “Lactéus já enumerava 76 nomes de diversas nações e século e meio depois, Hervas acredita poder admitir pelo menos 150 línguas e dialetos e, portanto, igual número de povos e tribos” (MARTIUS, 1938: 22).

A terra de Pindorama, se comparado com o reino português, era bastante povoada. Coube aos Tupis, habitantes de parte do Litoral e estendendo-se também para os Sertões, transmitir aos colonizadores de que o mundo dos índios, a Pindorama, estava dividido em dois grandes grupos: os do Litoral, “falavam o abanheén, ou língua de gente, e os que viviam no interior e eram selvagens” (AQUINO, 2000: 39). Aos primeiros designaram-se de Tupis e aqueles dos Sertões ou do interior foram chamados de Tapuias, ou inimigos.

Aquino (2000) recorre a três critérios básicos para classificar os índios do Brasil:

A – Critério Linguístico → Baseado em Berta Ribeiro (1984: 25-26) três grandes grupos linguísticos foram identificados no Brasil, que sintetizaremos a seguir:

a-1. Tronco Linguístico Tupi → Compreende sete famílias, dentre as quais a Tupi-Guarani pode ser considerada como principal, Jurema, Tupari, Arikem, Puruborá, Mondé e Ramorana;

a-2. Tronco Aruaque → Incluem-se quatorze povos que falam a língua Aruaque mais os Arauás;

a-3. Tronco Macrojê → Pertence à família Jê, sobressaindo-se os Caiapós, os Timbiras e os Acuéns (Xavantes e Xerentes). Fazem parte ainda os Bororos, Maxacalés, Fulniôs e Carajás.

O autor não inclui neste tronco alguns grupos denominados de Tapuias, a exemplo dos índios Cariris e Tarairiús.

Além desses troncos linguísticos, Aquino nos noticia de que numerosas tribos não tiveram ainda suas línguas classificadas em troncos e/ou famílias: Caribes, Tucanos, Panos, Guaicurus, Nhambiquaras e outros grupos que não foram contactados, devido, provavelmente, a extinção rápida.

B. O Tipo Físico → Este critério foi divulgado em vários países, especialmente em se tratando de atividades comparativas. Chegou-se a um tipo físico da população pré-histórica e histórica brasileira, enquadrando-se no tipo mongol, ou seja, grupos humanos procedentes da Mongólia, mas isso não quer dizer que inexistiram outros tipos. O autor, nesse sentido, limita suas observações praticamente a uma única onda migratória de povos oriundos daquela região da Ásia.

C. As Diferenças Culturais → Foi Eduardo Galvão, citado por Ribeiro (1984) e Aquino (2000), quem melhor apontou essas características que distinguem os aspectos culturais dos inúmeros povos do Brasil no pré e pós-contato, devido a vários fatores: 1. não apresentam um modo de vida uniforme, ao contrário, quando do contato existiam grupos vivendo em pleno Paleolítico e outros no Neolítico; mesmo as tribos de uma mesma família linguística se diferenciavam em inúmeros aspectos sócio/culturais e tribos que falavam língua ou dialetos diferentes se aproximavam muito mais no tocante aos usos e costumes, por viverem, segundo Ribeiro (1984: 26), em regiões contíguas,

criando a noção de área cultural que, segundo a Antropologia, seriam as unidades geográficas de cultura²⁶. O conceito de área cultural acaba por dar ênfase a difusão como veículo cultural, sem que essa característica seja única ou superior em importância as outras demais características capazes de traçarem o perfil cultural de um grupo. De certa forma, não está incorreto afirmar que regiões homogêneas, pelo menos ecologicamente falando, abrigaram grupos humanos com características comuns capazes de serem identificadas e utilizadas como parâmetros classificatórios de um perfil cultural do grupo. Quase sempre, os grupos apresentavam certos traços culturais de apresentação que os distinguiam dos demais, mesmo vivendo numa certa área ecológica.

Mas não se pode esquecer de que, assim como as classificações linguísticas, as culturais tropeçam em grandes dificuldades devido, justamente, às variações que se apresentam os grupos humanos.

Barral (1971: 5) afirma que:

Uma classificação é mais sólida quanto mais caracteres ela possa dispor, porém acrescenta simultaneamente que muitos caracteres variáveis obtidos com as únicas disponibilidades de apreciação individual, trariam confusão...

Em suma, é necessário ter dados e/ou materiais suficientes para a elaboração de qualquer classificação tipológica ou de grupos culturais. Corremos esse risco ao fazermos uso de tão poucos materiais, indícios arqueológicos para traçar o perfil cultural de um grupo. Nenhuma classificação pode, nesse sentido, ser identificada como definitiva, podendo ser ampliada e/ou alterada à medida que novos dados aparecem.

Estevão Pinto (1935) classifica os índios do Nordeste em Tupi (ocupantes do Litoral) e no interior ou Sertões (pelos Cariris e Jês), existindo tribos Cariri no Litoral.

Thomaz Pompeu Sobrinho (1935) definiu três áreas culturais distintas no Nordeste do Brasil no pós-contato: 1. o Litoral, com predominância dos Tupis; 2. a região sublitorânea, que em algumas áreas predominava os Tupis e em outras áreas os Tapuias Tarairiús; 3. e os sertões, era de domínio dos Cariris. Tal classificação é de âmbito geral e não pontual, o que deixa brecha para críticas, pois essas áreas

²⁶ Pode-se, nesse sentido, falar em áreas culturais dos índios Cariris e Tarairiús na Paraíba, pois os dados arqueológicos, etnográficos e históricos são coincidentes nesse ponto (SOUZA, 1997: 18).

territoriais são gigantescas. Para essas classificações faz-se uso da historiografia colonial, especialmente a portuguesa e a holandesa, e de fontes secundárias mais recentes obtidas da linguística e da etnologia. Ao se utilizar tais informações, esses autores correm sérios riscos de caírem no discurso oficial europeu, desprezando a visão e os interesses dos outros.

Debret (1834) classifica os índios do Brasil em dois grandes grupos: Tupis, do Litoral, os que mantiveram contato imediato com os colonizadores e os Tapuias, os indígenas do interior, povo aguerrido que anteriormente teriam vivido no Litoral. Essa classificação é baseada na preocupação de classificação lingüística dos Padres Jesuítas.

Van Den Steinen baseia sua classificação na de von Martius (1938). Steinen propôs uma revisão e uma reclassificação dos indígenas do Brasil, em: Tupi, Guarani, Ge (Jê), Carige e Nu-Aruaque.

Ehrenreich foi mais além e propôs uma classificação também baseada na proposta de Martius, que transpassasse as fronteiras territoriais do Brasil, englobando a Venezuela, Guianas e Antilhas, enquadrando os indígenas em três grandes grupos: Tupi-Guarani, Caribe e Nu-Aruaque. Os Jês estariam inseridos dentro das três famílias lingüísticas.

Para d'Orbigny, os indígenas das Américas estariam divididos em três 'raças': 1. Ando-Peruana; 2. Índio-Pampa; 3. Brasília-Guarani (MARTIUS, 1938: 15-16).

Berta Gleiza Ribeiro em sua obra *O índio na história do Brasil* (1984), aponta três critérios classificatórias para estudar os índios extintos, baseado nos relatos literários, na Arqueologia e os remanescentes destes:

1. o tipo físico do índio (seus caracteres raciais) - Enquadram-se os primitivos habitantes das Américas na "raça" mongolóide, tendo a mesma origem de inúmeros povos asiáticos como: japoneses, chineses e outros;
2. o critério linguístico – reconhece-se três grandes troncos linguísticos (línguas mãe das quais se originaram outras línguas e dialéticas) no Brasil, sendo:
 - a. tronco Tupi – divide-se em sete famílias, sendo o tronco Tupi-Guarani o mais importante, principalmente em termos de quantidade de indivíduos que falavam ou ainda falam a língua no Brasil e adjacências;

- b. tronco Macrojê – inclui-se a família linguística Jê, aparecendo outras línguas: Kayapó, Timbira e Akuen (Xavante e Xerente), mas quatro famílias menores;
- c. tronco Aruak – faz parte a família linguística Aruak, sendo esta a que apresenta uma maior diversificação de línguas. A família Arawá também faz parte deste tronco.

Existem ainda as línguas pouco estudadas e não enquadradas em nenhum tronco linguístico dos citados anteriormente. São elas: Karib, Tukâno, Pano, Xirianá, Txapakura, Mura, Maku, Nambikwáro e Guaikuru.

As línguas consideradas isoladas, de acordo com o linguista Arion Dall'Igna Rodrigues (CABRAL e RODRIGUES, 2005), em número de cinco, não existem informações suficientes para que se possa classificá-las e treze que não mais existem indivíduos falantes, sendo que a grande maioria está no Nordeste do Brasil. Esta classificação data do ano de 1972 e fora feita baseada em estudo de remanescentes indígenas.

O Critério classificatório baseado nas diferenças culturais – não existe uma unidade cultural entre os índios do Brasil, o que geralmente acontece é que povos de etnias diferentes, mas que vivem numa região contígua, podem apresentar alguns traços culturais parecidos, como os Cariris e Tarairiús da Paraíba, criando certa unidade geográfica cultural, de acordo com a Antropologia.

H. Steward (RIBEIRO, 1984), classifica os povos do continente Americano em quatro grandes grupos culturais: 1. caçadores e coletores tornados agricultores; 2. aldeias agrícolas da floresta tropical; 3. povos circum-caribe; 4. civilizações dos Andes. Os grupos culturais do Brasil, segundo esse autor, seriam os dois primeiros.

Com relação às tribos de coletores-caçadores (agricultores), Ribeiro (1984: 26) afirma que estas habitavam a região do cerrado. Entende-se que muitos autores chamam as caatingas de cerrado; os grupos Tapuias Cariris e Tarairiús se enquadram nesta classificação, tais povos praticavam uma agricultura ainda incipiente, mas sem se desprenderem das atividades de caça, coleta e pesca.

Afirma Ribeiro (1984) que tais povos apresentavam equipamentos culturais mais simples, como a ausência de cerâmica, tecelagem, redes, canoas, etc; ao contrário,

estes povos apresentavam características culturais complexas, pois consta-nos que ao menos os Cariris e os Tarairiús dominavam os elementos mais simples da cultura material: cerâmica, construções de canoas, redes, etc.

Hélio Vianna (1945: 57) afirma que a primeira distinção dos índios do Brasil advém da observação lingüística: havia, portanto, a língua geral (nheengatu) característica dos Tupis e as falantes dos Tapuias, os povos das línguas trabadas (nheengaíba).

Segundo Rugendas (1959: 62), três 'raças' de índios existiram na América Meridional: na parte mais a Norte, os Caraíbas; ao Sul, as tribos da região polarizada pelo Chile; no Brasil, numerosas tribos que se assemelham com os mongóis.

Data de 1959 a classificação por áreas culturais dos remanescentes indígenas do Brasil do século XX, de Eduardo Galvão, visto por Ribeiro (1984) como uma das mais importantes classificações do Brasil. A classificação de Eduardo Galvão levou em consideração o fator aculturação. Ele divide o Brasil em onze áreas culturais diferentes, com suas respectivas sub-áreas: 1. Norte-amazônica; 2. Juruá-purus; 3. Guapé; 4. Tapajós-Madeira; 5. Alto-Xingu; 6. Tocantins-Xingu; 7. Pindaré-Gurupi; 8. Paraguai (chaco); 9. Centro-oeste; 10. Tietê-Uruguaí; 11. Nordeste.

Como sua classificação é feita em cima de grupos remanescentes, no Nordeste, aparece, no caso da Paraíba, apenas o grupo étnico Potiguara, do tronco-lingüístico Tupi-Guarani.

Data de 1957 a classificação proposta por Darcy Ribeiro, que tomou por base a situação de contato "com a sociedade nacional das tribos que sobreviveram até nossos dias" (RIBEIRO, 1984: 27). Darcy Ribeiro classifica os índios do Brasil em: 1. grupos isolados – são aqueles denominados de hostis, que os sertanistas ainda não conseguiram o contato; 2. grupo em contato intermitente – tribos contactadas em áreas isoladas e que, na época da classificação, encontravam-se a salvo das incursões dos desbravadores, graças, segundo Darcy Ribeiro, a ação dos órgãos do governo e dos sertanistas; 3. grupos em contato permanente – são as tribos que mantêm contato com os colonizadores, mesmo mantendo alguns traços de sua cultura material; 4. grupos integrados – são os grupos que já perderam totalmente suas características naturais, mas mantêm alguns laços com suas tradições indígenas. São grupos que dependem

totalmente do contato com o branco para sua sobrevivência econômica. Enquadramos, aqui, os remanescentes Potiguaras da Paraíba.

Rondon (1953) trabalhou com a hipótese da existência de vários grupos-linguísticos existentes no Brasil no pós-contato, principalmente aqueles grupos do final do século XIX e primeiras décadas do século XX (Quadro 5):

GRUPO LINGUISTICO	EXEMPLO DE TRIBO
Jê (GÊ)	Animoré
Caraíba	Anauquá
Tupi	Anêti
Alófilo	Umutina
Arauáque	Caripuna
Nhambiquara	Nhambiquara

Quadro 5 - Grupos linguísticos e tribos, segundo Rondon.

Fonte: Rondon (1953: 340- 343)

Rondon limitou suas atividades de pesquisas nas áreas Centrais e Norte do Brasil. Portanto, as tribos expostas, no quadro 5, ligadas aos seus respectivos grupos linguísticos, limitam-se a essas regiões dos Sertões do Brasil.

O Marechal Cândido Rondon (1953: 30) acreditava serem os índios filiados ao grupo Tupi mais adiantado, tecnicamente falando, do que os índios pertencentes ao tronco linguístico Gê (Jê), que seriam dos Sertões do Centro/Norte do Brasil, os antepassados dos Nhambiquaras, vistos ainda na época de Rondon, século XX, como índios hostis.

Cândido Rondon (1953: 195) dividiu os índios do Brasil existentes em sua época em três grupos gerais, a saber:

1º OS SILVÍCOLAS – São os índios que vivem nas selvas, quer nos campos, quer nas matas;

2º OS ORÍCOLAS – aqueles que habitavam as margens dos rios, navegáveis ou não;

3º OS FLUMINÍCOLAS – Aqueles que residem diretamente nas praias e em ilhas nos meios dos rios.

Frei Vicente do Salvador (1937) vê os índios pertencentes ao tronco linguístico (Jês) como independentes dos Cariris. Segundo Frei Vicente, teria sido Martius o identificador desse grupo linguístico, que teria tirado a denominação Gê ou Gué de muitas tribos, praticamente restritas ao Brasil. Grupos tribais como os Apinagés, Craós, Acuens de Goyaz, Suyás do Xingú, Cãigãgs, os Coroados do Rio Grande do Sul, os Botocudos do Espírito Santo e Minas, Cayapós, Ibirajaras, Bilreiros ou Caceteiros fariam parte desse imenso tronco linguístico, mas deixando de fora vários grupos Tapuias que serão enquadrados, a posteriori, por etnólogos e historiadores nesse tronco linguístico, como os Cariris e os Tarairiús.

Para Frei Vicente do Salvador os grupos linguísticos do Brasil teria sido apurado, até o momento da sua corografia, oito grupos linguísticos: Tupis-Guaranis, Guaycurús, Maipures ou Nu-aruaqs, Cariris, Gês, Carahibas, Pano e os Betoyas.

Frei Vicente do Salvador vê os Cariris como um grupo étnico adverso dos Gês, com características próprias. Segundo ele, os Cariris seriam

Primeiros habitantes de grande extensão do litoral, onde ainda os Portugueses os encontravam em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo São Francisco, alhures já repelhidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos no Paraguaçu e chegaram talvez ao Itapucurú no Maranhão. Parecem de todo extintos e não ter tido representantes fora do Brasil. Lucien Adam publicou um estudo comparativo da língua, Paris, 1897 (SALVADOR, 1937: 10).

É interessante perceber que Frei Vicente de Salvador escreveu este relato entre os séculos XVI e XVII e, naquele período já via os Cariris como um grupo étnico praticamente extinto, sem que, no entanto, aponte os motivos, mas provavelmente seriam os mesmos já relatados por inúmeros cronistas do período: os descimentos, apresamento, limpa do terreno, escravidão e aculturação.

Julio César Melatti (1989: 33), levando em consideração o critério de classificação através da questão linguística, afirma que vem dos primeiros colonizadores, especialmente dos padres missionários, adotando-se os preconceitos dos índios Tupis do Litoral contra aqueles grupos internados nos Sertões, denominavam-nos de Tapúyas, ou seja, os grupos humanos que apresentavam uma grande diversidade de línguas.

Outra importante forma de classificar os índios do Brasil, segundo Melatti, é através do tipo genético. Essa classificação reúne as línguas aparentadas, de origem comum e reunidas numa mesma família. Nesse caminho, o principal trabalho parece ser o de Greenberg.

Denise Monteiro (2000: 20) afirma que na época do contato, os indígenas do Brasil se dividiam em quatro grandes troncos lingüístico: Tupi, Macro-Jê, Aruaque e um quarto tronco sendo formado pela gama de grupos humanos denominados de indivíduos pertencentes a línguas independentes, não classificadas ou pouco conhecidas e estudadas.

Pedro Puntoni (1997: 49), afirma que existiu no Brasil quatro grandes grupos lingüísticos: Arawaq, Karib, Tupi e Jê. Nesse sentido, Tupi e Tapuia se inserem numa nova e mais dinâmica divisão: Macro-Tupi e Macro-Jê, existindo as outras famílias lingüísticas menores: Mura, Tukano, Pano, etc.

Ricardo Pinto de Medeiros (2000) aponta que houveram inúmeras tentativas em classificar os índios do Brasil no pós-contato. Basicamente utilizou-se critérios, como: o lingüístico, o de reação ao contato, o de grupos ou 'raças' e as mais modernas e utilizadas atualmente a classificação genética das línguas do Brasil, de Aron Dall'Igna Rodrigues, a classificação de darcy Ribeiro, levando em consideração as semelhanças dos índios no pós-contato e a classificação por área culturais de Eduardo Galvão.

O autor ainda coloca dos riscos em trabalhar com parâmetros classificatórios, pois ao classificar, define-se o perfil cultural do grupo. Desta feita, trabalharemos com a hipótese que os índios Cariris e Tarairiús pertenciam ao tronco-lingüístico-cultural Macro-Jê.

Ricardo Pinto (2000) aceita que existiu no Brasil quatro grupos lingüísticos: Arawak, Karib, Tupi e Jê, além de vários grupos menores, além dos misolados e os desligados de famílias. Alerta o autor que vários grupos podem falar a mesma língua ou dialéticos próximos e apresentarem costumes diferentes.

De forma geral, percebe-se, portanto, ter havido em data e local ainda incerto, um certo processo de dispersão lingüístico em todo o Brasil, pois o próprio grupo Jê

seria uma ramificação do Macro-Jê, talvez dispersado a mais ou menos três mil anos atrás, bem como de outros grupos.

O enquadramento de grupos índios, como os Cariris e Tarairiús no tronco-linguístico-cultural como o Macro-Jê, mas com características e línguas diferentes, talvez esteja ligado a um passado comum, bem como algumas semelhanças culturais existentes entre eles, que apresentamos no final deste trabalho. Acreditamos, enfim, ter havido uma certa homogenização cultural entre vários grupos Tapuias dos Sertões do Nordeste, havendo uma certa influência mútua via contato esporádico e contínuo, desenvolvendo semelhanças, mas se reconhecendo como povos diferentes, mas cada grupo vivendo numa dada área cultural, como bem classifica Elias Borges (1993) ao elaborar seu cartograma.

4.2. Costumes indígenas em terras do Brasil

4.2.1. Traços culturais e sua identificação num grupo

Talvez uma das formas mais fáceis de identificar um grupo étnico seja através da identificação de seus traços culturais, principalmente os que divergem de outros grupos. A cultura arqueológica ou material pode nos fornecer, através do contraste entre utensílios de grupos diferentes, as informações necessárias que sirvam como identificador de um grupo, em suma, traçar seu perfil cultural. Gordon Childe (1949) talvez tenha sido quem melhor apresentou essa tese, ao afirmar que

... características culturais como traços resistentes às mudanças, sendo o fator da resistência aquilo que permitirá identificar as diferentes culturas. Assim, identificados os traços culturais de um determinado grupo, era possível persegui-los nas diversas regiões e obter um mapa de sua área de domínio ou influência. Dentre as características às mudanças estão as práticas de enterramento (RIBEIRO, 2007: 51-52).

Assim, as práticas culturais não seriam estáveis. Gabriela Martin (2005) afirma que um dos traços identificador da cultura de um grupo que menos muda são justamente suas atividades ritualísticas fúnebres, perpassando décadas sem que se veja alterações significativas capazes de nos fornecerem informações precisas acerca de trocas culturais.

Rondon (1953) em suas expedições logrou efeitos satisfatórios ao identificar determinados símbolos tribais, exclusivos de um grupo, capazes de servirem como identificador étnico.

Entre os índios Craô, de Pedra Branca, na região do Tocantins, a equipe de Rondon identificou a corrida de tora, idêntica a que já fora amplamente explicitada pelos cronistas sobre os Tapuias que habitaram a Paraíba, especialmente entre os Tarairiús. Talvez herança de um passado comum. Ambos são enquadrados no tronco-linguístico Macro-Jê.

Cada grupo étnico indígena tem um modo próprio de ser, bem como uma visão de mundo específico. Tribos de um mesmo grupo, às vezes, apresentavam características materiais diferentes. Como, então, falar em tradição cultural, ou em homogeneização, num só povo? A diversidade cultural se manifesta justamente na heterogeneidade material e imaterial desses grupos (mitos, artes, línguas, tradições, armas, tralhas, economia, história, cantos, pinturas, nos rituais da morte, de passagem, etc.): “Apesar de suas diferenças culturais, os grupos étnicos atuais têm se dado conta de que compartilharam uma mesma história de exploração e de violação de seus direitos mais elementares” (GRUPIONI, 1999: 9).

Mesmo nos dias atuais, a tentativa em se reconhecer como índio ainda é vista de forma preconceituosa e carregada de intolerância. Como no início da colonização, o índio ainda é visto como um entrave, como os fósseis que emperram o desenvolvimento do país.

O conhecimento que temos é fragmentado, eurocêntrico e parcial sobre esses grupos humanos. São os relatos oficiais que mostram suas versões, quase sempre distorcidas.

Foi a literatura dos cronistas que criou um estereótipo indígena, um modelo de selvagem, indolente, animal de carga, antropófago, inculto, adorador do diabo, comedor das imundícies da terra, que viviam nus, andavam descalços, adoravam Tupã e Jaci, eram nômades, preguiçosos, harmonia perpétua com a natureza. Ao pensarmos dessa forma, caímos no discurso da homogeneização indígena do Brasil. Nunca existiu um índio genérico, um modelo pré-estabelecido, mas sim, povos distintos de uma riqueza cultural gigantesca, com identidades próprias, ou seja, com perfis culturais

próprios, com elementos de sua cultura material capazes de identificarem-nos enquanto povos diferentes.

Cada grupo indígena era diferente do outro, na forma de ver o mundo, no modo de ser e de viver (GRUPIONI, 1999). A ideia de um índio (leia-se grupo) fóssil nunca existiu de fato. Os índios sempre se transformaram e se adaptaram em função de novos conhecimentos, fosse um contato com outros grupos ou em contato com os colonizadores. Sempre aconteceram trocas. Sempre aconteceram reações.

Pessis (2005: 1), analisando a importância de objetos diferentes produzidos por uma comunidade, afirma poder servir como formas de apresentações da identidade de um grupo. Esses objetos seriam “possível associar lembranças coletivas e histórias sobre acontecimentos, construindo assim, um acervo de explicações que representava a memória social”. Enquadram-se no exposto, além dos ritos diversos de um grupo (danças, rituais de passagem, etc.), a própria cultura material (vestígios líticos, cerâmicos, madeira, etc.), e as imagens produzidas por estes grupos (figuras rupestres, pintura corporal, pintura nos utensílios, etc.), são definidores de um grupo. Cada grupo humano cria suas tecnologias de sobrevivência, que adaptam os homens aos rigores que o meio pode lhes proporcionar.

Martius (1938) faz um alerta interessante: mesmo os índios do Brasil serem vistos como selvagens, mas não existiam, ou pelo menos não foram identificados, na literatura, relatos que os índios tivessem direitos sobre a propriedade alheia.

Para muitos índios, alguns materiais que lhes serviam de ornamentação, tinham um grande valor simbólico, ao ponto que entre numerosos grupos, os indivíduos eram sepultados com eles. Tais ornamentos fossem eles de plumagem, ossos, pedras, etc., eram para o índio símbolo de sua destreza e coragem, sendo assim, comum entre muitos grupos penhorar seu objeto de simbologia pessoal em cumprimento a uma promessa não paga.

Martius (1938) coloca que provavelmente antes do contato, os bens pessoais mais preciosos para os índios seriam possivelmente a canoa, arduamente confeccionada com machado de pedra e fogo e o veneno utilizado em suas flechas, já que a planta para se obtê-lo era difícil de ser encontrada. Com o contato, os materiais de metal tomaram esse espaço de bem simbólico mais valioso entre eles. No sentido

lato da palavra, propriedade privada pode ser vista como tudo aquilo que pertence a um indivíduo. Martius (1938: 76) considera propriedade dos índios: as armas e os ornatos dos homens; os ornatos e as roupas (quando usavam), das mulheres. As redes, instrumentos de caça e coleta e o fabrico da comida era propriedade da família. Mesmo numa cabana onde habitavam várias famílias, cada um tem seus instrumentos ou tralhas de cozinha que ficam sob o Jirau. O porquê dos objetos não serem furtados entre os índios, como faziam os europeus, talvez esteja no pouco valor que era dado a eles. Eram objetos que tinham a única serventia como utilidade no seu cotidiano.

Entre alguns grupos indígenas, havia a produção em excesso de alguns produtos que eram trocados com outros grupos tribais, geralmente produtos não produzidos na aldeia. Não existem notícias do uso de dinheiro para troca (compra ou venda de objetos) entre os índios do Brasil. Um dos motivos pelos quais os índios eram tidos como selvagens era o não conhecimento do dinheiro ou do valor monetários dos objetos que produziam. Realizavam apenas a permuta, troca dos bens produzidos em excesso. Quando de uma permuta, há a quebra do contrato por uma das partes, muitas vezes dá lugar a queixa perante o chefe da aldeia que fazia papel de juiz, ouvindo as duas partes e dando o veredito final, que prontamente era aceito por todos.

As confissões de Frei Vicente do Salvador *acerca das cousas da terra e mar do Brasil* (1937: 26-51), dizem respeito aos conhecimentos e usos que os primeiros habitantes da terra (o índio) tinham e que foram aproveitados pelos colonizadores, desde as plantas comestíveis, medicinais e madeiramento, aos recursos animais e minerais. Eram os índios do Brasil grandes conhecedores dessas coisas, das quais se aproveitaram os colonizadores.

Von Martius (1938) afirma que os índios do Brasil tinham conhecimento de algumas práticas de agricultura. Com exceção do que ele denomina de “os vagabundos Murás”, os demais grupos praticavam algum tipo de atividades agrícolas. Martius ao analisar essa característica entre eles, afirma, portanto, que os índios possuíam propriedades, sendo muitas delas demarcadas por árvores, marcos de pedra e rios. Cada grupo tribal obedecia seus limites territoriais sob pena de provocar uma guerra intertribal. Este pedaço de terra que extrapolava os limites da tribo, enquanto sítio geográfico e os limites das roças, servia como local de coleta de vegetais, mel, lenha, pesca e caça, essenciais no processo de complementação alimentar do grupo tribal.

Os índios obtinham seus limites territoriais de duas maneiras: 1. através de tratados via muitas das vezes guerras; e, 2. através das tradições. Quando das demarcações, era comum o Pajé da tribo realizar determinadas atividades ritualísticas, especialmente nos monumentos que serviam de marco divisor do território. As incursões em território demarcado podiam ser motivo de uma guerra, a não ser quando se tratava de um grupo mais forte que invadia o território do mais fraco. Este último abandonava o local.

A produção de alimentos entre os índios do Brasil era coletiva. Martius (1938: 67) aponta que “uma ou mais famílias reunidas desbravam um pedaço que cultivam com mandioca, milho, bananas, algodão, etc.”.

São os homens que fazem a derrubada da mata, geralmente áreas muito pequenas e cabe às mulheres, o trabalho com a lavoura. Como são sempre as mesmas famílias que trabalham no mesmo terreno e habitam a mesma cabana, terra e casa tornam-se uma espécie de propriedade privada daquele conjunto. Há, na concepção de Von Martius (1938), um reconhecimento por parte dos vizinhos do uso da terra e da cabana por partes de certas famílias e tais limites são respeitados. As roças eram cercadas com um tênue fio de algodão amarrado em pequenas estacas, sendo respeitado por todos.

Com a morte do chefe da família, por costume do direito tácito, o local da roça e a cabana ficavam para os seus familiares darem continuidade as tarefas de subsistência.

Nem todos os povos que habitavam o Brasil no pré e pós-contato eram nômades. Martius em seu *Direito entre os indígenas do Brasil* (1938), afirma que, na maioria das tribos, as casas eram sólidas, muitas delas de barro ou pedra que duravam vários anos. Cita o autor apenas alguns poucos grupos, como os Murá e os Patachó que se contentavam em viver em míseras choupanas, quase sempre ao relento.

Os utensílios domésticos para a caça, coleta e pesca eram os mais diversificados possíveis que se possa imaginar e variava de grupo para grupo, bem como o nicho ecológico em que vivam. Aquino (2000: 42) destaca o arco, a flecha, os anzóis, as linhas, as redes, como: o puçá, o jererê e o tracajá, além do timbó, espécie

de veneno muito comum entre os índios que paralisava os peixes quando as folhas esmagadas eram jogadas na água, facilitando a pesca.

As armadilhas variavam, também, de acordo com o grupo e o habitat: o pari, que era uma barragem artificial para bloquear os pequenos córregos, prendendo-se os peixes; o cacui, que era uma espécie de curral para prender tartarugas e peixes, ainda comum na região Norte do Brasil. As armadilhas para a caça eram as arapucas para aprisionar pássaros e o alçapão, para outros tipos de animais. As fossas (buracos), também eram utilizadas para este fim.

No geral, as tarefas cotidianas eram coletivas, com a participação de mulheres e homens, o que conhecemos atualmente como mutirão.

Era pela terra que os índios sempre travaram guerras. Antes dos colonizadores, as guerras eram entre eles, pelo controle das melhores fontes de alimentos e água; com os europeus, a guerra se dava para salvaguardar a terra da expropriação capitalista dos europeus. A terra era sagrada para os índios.

Era a guerra interétnica que proporcionou a antropofagia, se é que existiu de fato. Na natureza, dependendo da situação em que se encontra um ecossistema, indivíduos de uma mesma espécie podem se alimentar da carne de seus congêneres. Entre os homens, isso se dava mais por uma questão ritualística, demonstrar superioridade frente ao inimigo: no primeiro momento, haviam-no vencido na batalha, agora iriam consumi-lo, alimentar-se de sua carne e depois excretá-lo, reforçando o poder sobre o outro. Os índios que praticavam estas atividades ritualísticas acreditavam, também, que ao comer a carne de um prisioneiro podiam obter suas melhores qualidades, especialmente a bravura.

Os índios viviam como verdadeiros personagens de suas próprias lendas. Eram míticos por natureza. Afirmavam ou negavam o que e como lhes perguntassem. As imagens introduzidas em sua consciência, observou Carneiro (1946: 14), “tinham força de realidade”. A antropofagia, nesse sentido, poderia muito bem fazer parte da mitologia do índio, aguçada e explorada pelo colonizador, vista como uma das justificativas para a dominação de um grupo e o extermínio de outros. Os relatos de antropofagia poderiam, muito bem, fazer parte da história oral dos índios e o branco os

ouvindo ou mesmo assistindo a um ritual, ter deturpado e feito outros usos do que para muitos grupos era o normal.

Sem dúvida, os europeus que tiveram contato direto com os índios assimilaram suas histórias, deturparam seus costumes e os utilizaram como arma psicológica em sua própria destruição. A obra de Jean de Lery (1990), por exemplo, trata do real mas também do irreal, do mítico, das lendas dos índios e de suas coisas e de seus aspectos culturais, mas faltando, ainda, de forma geral, testemunhas oculares idôneas sobre os índios. A deturpação e o continuísmo dessa deturpação foi tamanha que, nos dias de hoje os erros se repetem, como há quinhentos, quatrocentos, trezentos anos ou mais com relação aos índios, seus costumes, enfim, suas vidas.

Um relato interessante sobre “canibalismo” e não antropofagia vem do padre jesuíta João de Aspicuelta Navarro, que teria presenciado uma guerra entre gentios e assistido a um verdadeiro banquete de carne humana. O padre relata que a carne era cozinhada num grande caldeirão, só faltou mencionar se era de ferro, bronze ou cobre. O padre, porém, esqueceu que, de forma geral, os índios não cozinhavam carne, fosse ela de qualquer animal, nem de peixe ou qualquer outra vienda. Os índios, segundo Jean de Lery (1990), apenas moqueavam a carne. Por que os padres teciam certos comentários? Justificativa cabal para impor-lhes a religião “única e verdadeira”, cristã, enfim, torná-los dóceis, amáveis, aliados para o trabalho e para a guerra.

A antropofagia remonta a Pré-História do Brasil. Talvez pelo erro que perdurou durante cerca de cinquenta ou mais anos onde os grandes navegantes da época (Colombo, Vesúcio, Pinzon, dentre outros) morreram, alguns deles, acreditando terem chegado à Ásia, durante todo esse tempo achavam que o Novo Mundo era a parte da Índia Superior. Isso só corrobora para que as lendas existentes na Europa sobre a Ásia fossem adotados rapidamente no Brasil: terras de gigantes, de dragões, das Amazonas, de antropófagos, de pagões da linha do Equador. Os primeiros colonizadores que vieram para o Brasil já tinham a ideia pré-concebida que aqui era terra de canibais, daí já estarem preparados psicologicamente e em termos de armamentos e de fé para enfrentar tão bárbaro costume.

J. Fernando Carneiro (1946: 30) atribui a Cristóvão Colombo a divulgação desse terrível costume” dos índios das Américas. Nos primeiros contatos de Colombo com os

índios, havia a queixa de que Colombo e sua equipe não entendiam a língua dos índios, isso no dia 18 de dezembro de 1492. Oito dias depois, em 26 do mesmo mês e ano, Colombo já mencionava que o “rei” Guanacani lhe queixava que os Caraíbas comiam os prisioneiros de guerra. Como, em oito dias, Colombo e seu grupo obtiveram um amplo conhecimento da língua e dos costumes de seus primeiros aliados? Talvez Colombo tenha lido as sagas de Marco Pólo ao Oriente e extraído dela, quando Marco Pólo cita que, por exemplo, o povo do reino de Dragoian comia a carne dos parentes mortos.

Em 1494, Colombo inaugura o tráfico de índios, talvez justificando sua atitude em dois pontos: primeiro, não encontrara ouro na região; segundo, partia do princípio que eram povos pagões, canibais, anticristãos, portanto, a servidão seria uma forma suave de purgar os pecados. Colombo alegou, para conduzir índios escravizados a Europa, que eles se alimentavam de carne humana.

Nas Américas, os “comedores de carne humana”, vistos como selvagens, se transformavam em ótimos escravos quando perdiam o costume de comerem carne humana. Assim, a antropofagia e/ou o canibalismo passou a servir de justificativa para o tráfico de escravo. Pesquisas recentes dão conta de que os índios enviados por Colombo para servir de escravo na Europa não eram Caraíbas, mas como estes eram tidos como canibais ficava mais fácil justificar a servidão.

Américo Vespúcio, em 1497, sem ter visto uma única vez uma atividade de antropofagia, afirmava em uma de suas cartas ser comum esse costume entre os índios do Novo Mundo. Frei Bartolomeu de Las Casas (1985) não entendia como em tão pouco tempo os colonizadores conseguiam aprender tão rapidamente a cultura do outro, especialmente sua língua e ter contato direto com seus mais tradicionais costumes.

Foram poucos os relatos de uma antropofagia ritual ou litúrgica. O comum é apresentar a antropofagia no sentido bestial, coisa do demônio. Nesses relatos, existe prazer no se alimentar do outro. Giovanni falava que a carne humana era defumada, ao estilo europeu; Frei Vicente Salvador e Gabriel Soares afirmavam que os índios moqueavam a carne; Aspiclelta Navarro já fala em carne humana cozida em grandes

caldeirões. O que se sabe é que não existem confirmações, por exemplo, arqueológicas, do canibalismo.

Hoje, há várias versões acerca do tema antropofagia. Aceita-se, por exemplo, que alguns grupos humanos, a exemplo dos Tarairiús, praticavam o endocanibalismo; em suma, seriam necrófilos. Já outros estudiosos acreditam que alguns grupos de índios comiam certas partes do corpo do inimigo, por apresentarem certas virtudes e poder mágico. Existem aqueles que aceitam ser a antropofagia de origem econômica. Os relatos mais aceitos, talvez sejam aqueles que dão conta de se tratar de meros rituais, sejam eles de passagem, mágicos/religiosos ou de vingança contra os inimigos que teriam mortos muitos dos seus (CARNEIRO, 1946: 35-36).

A tese levantada por J. Fernando Carneiro é a de que a antropofagia causava repugnância aos índios. Para isso, o autor cita vários estudiosos da temática: Alfredo Olímpio de Oliveira, sertanista que conviveu com inúmeros grupos indígenas (Caiapós, Carajás, jacundos, só para citar alguns), não comiam o peixe piranha por esse animal se alimentar, quando era o caso, de carne humana. Alguns índios ao verem os cristãos, por exemplo, chuparem um dedo que está sangrando devido um corte, cospem em repugnância ao ato.

Bernal Dias de Castilho ao relatar as conquistas espanholas no México, mostra que mesmo com a fome que passaram os índios sobre o cerco espanhol, não comiam os cadáveres de seus compatriotas, deixando-os amontoados num canto para, se fosse o caso, enterrarem-nos depois.

Houve casos sim de canibalismo em momentos de intensos combates seguidos de fome, mas por parte dos conquistadores espanhóis e italianos (a serviço da Espanha). Carneiro (1946: 38-49) cita os casos da Flórida no ano de 1528 e o caso de Buenos Aires, em que os soldados mercenários europeus comeram carne de seus semelhantes, ao passo que os índios “passavam fome, morriam de fome, mas não comiam los cuerpos muertos de SUS compatriotas”. Nesse sentido, eram os índios que supunham ser os invasores europeus canibais.

Variavam as informações sobre o canibalismo dos índios. O Padre Serafim Leite (Apud VIOTTI, 1999) amenizava dizendo que o regime não era de certo alimentar, usual, costumeiro, mas sim, apresentava caráter religioso e guerreiro, além do

econômico. Sabe-se que as áreas de coleta e caça eram defendidas pelos índios, ao passo que isso criava inimizades e constantes conflitos entre eles. Em outros casos, como na prática do endocanibalismo, parece-nos mais uma situação ritualística que culmina com a comunhão do falecido, carne e ossos, entre os seus próximos. Aos Caraíbas, ferozes, de onde veio a palavra canibal, era-lhes atribuído cortar partes de seus inimigos aprisionados, ainda vivos, e comer-lhe a carne *in natura*. Carlos Estêvão (Apud LEVY, 1961) acreditava que os índios só comiam as partes do inimigo onde se acreditava passar-lhe alguma virtude, como sabedoria, força, coragem. Comer então quais partes do inimigo? Cérebro, braço, língua, pênis. Para absorver o que finalmente? Sua virilidade? Seu vigor físico? Destreza?

O Padre Luís Figueira, em 1607, talvez fazendo menção aos índios Tarairiús, da serra do Ibiapaba, mostrava a prática ritualística do endocanibalismo, comum entre esse grupo humano. Via o ritual como a culminância de um fato que iria minimizar a saudade pela falta do falecido. Casos em que religiosos eram mortos pelos índios e depois comidos são comuns na literatura. Muitos deles hoje desmistificados por relatos dos próprios religiosos. O caso, por exemplo, do padre Francisco Pinto, que teria sido devorado pelos Tapuias é um dos mais conhecidos, como também o relato de seu enterramento, feito pelo padre Luís Figueira na *Relação do Maranhão*, de 1608, que teria enterrado o Padre Pinto, contradizendo totalmente os relatos do capitão Simão Estácio da Silveira, grande perseguidor e exterminador dos Tapuias dos Sertões do Nordeste, no século XVII, época da conquista do interior e da introdução do gado nos Sertões.

José Maria Monzan, citado por J. Fernando Carneiro (1946: 47) questiona se os índios comedores de carne humana perdiam total e rapidamente o ato quando eram reduzidos pelos Padres.

J. Fernando Carneiro (1946: 48) afirma ser impreciso se em tempos pré-históricos, no Brasil, aconteceram atos de canibalismo, tendo em vista o pouco resgate da memória dos grupos que aqui viviam na época do contato, sobre seus ancestrais. As nossas populações indígenas eram populações degradadas, que tinham perdido a memória de todas as suas grandes instituições ancestrais. Em outras palavras, os registros do passado foram perdidos, o código de decifrá-los perdeu-se com seus

ancestrais. O que se sabe é que nenhuma tribo praticante de canibalismo sobreviveu, chegaram seus remanescentes aos nossos dias, o que é no mínimo estranho.

Outro tema recorrente na historiografia brasileira, nos últimos séculos, diz respeito às práticas de se dar destino ao corpo do morto.

Segundo a xilogravura de Thevet em que aparece a inumação de um índio Tupinambá, temos uma ideia de como o processo ocorria, ao menos entre os Tupis e alguns grupos Tapuias: abertura de cova, atividades ritualísticas diversas e se o indivíduo era um Cacique, por exemplo, o cadáver era lavado, unguido de mel, pintado, recoberto de fios de algodão, vestido de plumas e outros adornos, além do enxoval que nada mais era do que os seus pertencentes. Em quase todos os sepultamentos escavados até o momento, bem como na literatura, há evidências de que algo era feito para que a terra não tocasse o corpo.

A inumação em igaçabas ou camucium, com o indivíduo em posição fetal, os braços como que amarrado as pernas, também foi verificada entre inúmeros grupos índios do Brasil. Geralmente a cova onde ia ser depositado o defunto era aberta pelo parente mais próximo do morto e o enterro era acompanhado por todos da aldeia. Não era rara a colocação de oferendas sobre a cova, a comida fúnebre.

Acreditava-se que atar o indivíduo, especialmente na posição fetal, tinha o objetivo de prendê-lo a cova e não deixá-lo vagar para assustar os vivos. O hábito de “tirar o dó” é percebido ainda hoje entre parentes que têm alguém morto, seria, então, o que chamamos atualmente de luto. Da mesma forma que aconteciam danças e bebedeiras para homenagear o defunto, atualmente nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos, existe ou persiste o costume de “beber” o defunto.

A cremação existia e foi verificada por inúmeros cronistas: os Caingangues de Santa Catarina faziam grandes fogueiras e colocavam em cima os cadáveres, encolhidos, numa quase posição fetal. Entre os Aveicomas, que também cremavam seus falecidos, as cinzas eram colocadas em covazinhas. Entre os Cariris (Jê) percebemos o costume de sepultamento primário em que o cadáver era enrolado em trançado de caroá e depositado na cova, juntamente com seus adornos.

Com relação as áreas de moradias dos grupos indígenas do Brasil, verificou-se que, desde tempos imemoriais, buscaram os locais mais férteis e a proximidade dos corpos d'água para se estabelecerem e desenvolverem atividades diversas. No Nordeste, especialmente no semiárido, não poderia ser diferente. A água ou sua escassez motivavam deslocamentos, desmontes de acampamentos, morte. A água motivou as guerras coloniais, pois os colonos buscavam os ambientes mais úmidos para ali instalarem suas fazendas de gado e plantações, justamente nas áreas de domínio prévio dos antigos habitantes, os índios Tapuias.

Igor Chmyz (2006) acredita que eram pequenos grupos que dependiam mais da caça, coleta e pesca que viviam nas áreas próximas aos rios, enquanto que, grupos maiores, geralmente horticultores, mas também caçadores coletores e pescadores preferiam mais as áreas dos platôs, talvez por questão de defesas, mas sempre próximos a corpos d'água. As tipologias dos sítios são as mais diversificadas possíveis: desde sítios acampamentos, a sítios com sinalizações rupestres, sítios líticos, cemitérios, neobrasileiro, etc., a frequência desses sítios próximos a corpos d'água é espantosa.

Tudo leva a crer que os grupos humanos pré-históricos e históricos pouco viviam nas cavernas e/ou outros tipos de cavidades naturais. A escuridão impedia o trabalho na parte interna. É provável que os homens que os europeus denominaram de Tapuias Cariris e Tarairiús preferissem os terraços, ambientes mais abertos, terrenos mais altos que lhes proporcionassem visão do entorno e que, de preferência, estivessem próximos às fontes de matérias-primas indispensáveis. Nas cavidades naturais, certamente a fumaça os asfixiaria; as ferramentas líticas, as pequenas contas de colar, a cerâmica, a comida, tudo era trabalhado em lugares com luz e visibilidade. Os abrigos rochosos, provavelmente foram mais utilizados para atividades ritualísticas de sepultamentos, como podemos comprovar em nossas escavações.

Muito tem se discutido acerca dos tipos de construções dos indígenas do Brasil no pré e pós-contato, mas pouco tem sido estudado e levantado até o momento. Sabe-se que os índios não edificaram grandes construções de pedra e/ou adobe, como fizeram os Astecas, Maias e Incas. Os aldeamentos não passavam de toscas moradias feitas de madeira e cobertas com ramos ou folhas de algumas palmeiras.

Os Aruaks, povos indígenas pouco estudados no Brasil, levantavam os taperi, com cumieiras, abertas nos lados, talvez sofrendo influência Inca.

Já as tribos do Amazonas procuravam as áreas mais altas das elevações para levantarem suas malocas, de forma circular, evitando, assim, as cheias periódicas dos rios. Outra forma comum era a construção das palafitas de madeira às margens dos rios, já identificadas em áreas do Maranhão. São os estiários.

Os índios Paumarís, que têm origem provável no lago Titicaca, construía suas habitações sobre balsas flutuantes, com cerca de dez moradores por cabana, geralmente um núcleo familiar.

Entre os Tupis do Litoral, geralmente suas choupanas eram construídas de madeira, numa área circular ou semicircular com uma praça central e arrodada por fossa ou paliçada para facilitar a defesa.

Entre os Tapuias dos Sertões, os dados são poucos, devido o pouco contato que estes tiveram com o colonizador. É possível que a grande maioria vivessem em pequenas elevações nas planícies, mas sempre próximas a corpos d'água.

Devido à acidez dos solos que esses grupos viviam principalmente no semiárido, inexitem, ao menos na Paraíba, dados que mostrem o tipo e dimensões de suas aldeias, pois as prováveis estacas utilizadas por eles para demarcarem prováveis cabanas não resistiram à acidez e salinidade do solo, desaparecendo os vestígios orgânicos da madeira.

Muito tem se questionado o processo de funcionamento das relações sociais dos índios. Pouco se sabe sobre o assunto. Os indígenas fundamentavam-se num sistema tribal, sendo que as tribos estavam, por sua vez, subdivididas em grupos menores, que eram as aldeias. A quantidade de malocas de uma aldeia variava de acordo com a própria estrutura do grupo e seu tamanho. Acaba-se, quase sempre, por adotar-se um modelo de maloca do tipo coletiva, retangular, com duas entradas laterais e uma central, como se todos os grupos indígenas tivessem o mesmo hábito de construir suas choupanas no mesmo estilo. Ao aceitar tal característica, acaba-se por cair no erro da homogenização dos índios do Brasil; traços culturais únicos, falantes de uma única língua, etc.

Apesar do trabalho de uma aldeia ser coletivo, contudo, “havia obediência a prescrições baseadas nas diferenças de sexo e de idade” (AQUINO, 2000: 46). Aos homens ficavam as atividades mais arriscadas, nem sempre as mais duras, penosas: caça, pesca, produção de armas (arcos, flechas, tacape) derrubada da mata e queima para o plantio e principalmente a atividade de guerrear; às mulheres cabiam a colheita, às vezes, ajudar os homens na pesca, coleta de vegetais, cuidar dos filhos e das refeições, fiar e tecer, fabricar as tralhas da cozinha que, claro, recebiam ajuda dos homens, especialmente no momento da queima, atividade de tapeçaria, cestaria, confecções de redes, etc.

Com relação à educação das crianças, era relativo e diferenciava-se de grupo para grupo. As meninas, como sempre, ficavam com os cuidados das mulheres, que lhes ensinavam como se tornar uma boa esposa, aos meninos, cabia-lhes desde cedo seguir os pais ou os mais velhos da tribo e aprender o que lhes cabia dentro da comunidade. Aquino fala que não havia punições para os filhos que cometessem algum deslize. É arriscado certas colocações por faltarem relatos mais consubstanciais que venham aferir ou não esta prática não-punitiva.

A família era a base das sociedades indígenas, com predominância do modelo de família nuclear. Mas a poligamia era praticada, especialmente entre os chefes, que possuíam várias esposas ou tomavam-se outra enquanto a esposa estivesse de resguardo. Pouco se sabe se haviam crimes passionais entre os Cariris e os Tarairiús, pois a literatura dita oficial praticamente não aborda tal questão, apenas alguns relatos históricos que trabalham a temática, aparecem relatos em que demonstram serem os índios poucos propícios a cometerem delitos (morte) quando sua esposa se envolvia com um outro índio, quando acontecia o oposto. Enfim, percebe-se que prevalecia um tipo de sociedade mais libertina, nesse ponto, comparando-se, grosso modo, ao tipo de sociedade européia daqueles momentos iniciais do contato.

Os casamentos entre os índios, segundo Aquino (2000: 47), não obedecem a grande diversidade cultural que o autor aponta no início de seu trabalho, dando a ideia de que o modelo cerimonial era geral para o Brasil. Ele extrai tal modelo de Hans Staden, talvez baseado no casamento Tupinambá. As filhas eram prometidas em casamento ainda muito novas. Quando chegava a idade certa para a cerimônia, cortavam-lhes os cabelos e realizavam incisões nas costas, amarravam-se alguns

dentos de animais no pescoço, uma espécie de colar primitivo. Assim que o cabelo voltasse a crescer e as feridas cicatrizassem, depois que colocavam nelas uma tinta feita a base de jenipapo, que as tornavam pretas, realizavam a cerimônia, entregando-lhes aqueles que seriam seus esposos.

Abreu (1987: 55) acaba por generalizar que os relacionamentos matrimoniais entre gêneros dos índios do Brasil eram, na sua maioria, monógamos, mas alguns caciques tinham seus pequenos haréns.

Com relação a ciúme, os crimes passionais praticamente não aparecem nos relatos dos cronistas, pois havia entre eles uma espécie de divórcio sumário, existindo certa facilidade no casar e descasar, sem grandes atropelos.

Na sociedade indígena, mitos existiam para justificar casamentos e separações: os Timbiras, do grupo Gê (Jê) têm uma lenda em que Kacitiweí, uma estrela, que se compadeceu com o índio Tuki, muito feio e, portanto, não conseguia nenhuma companheira, ela tornou a forma humana e se casou com Tukki. Este exigiu-lhe seus direitos de marido. Por não aceitar Kacitiwei voltar aos céus como corpo celeste, consentindo que seu esposo a seguisse, como um outro corpo celeste – teria sido Kacitiweí que ensinara aos membros do clã do seu esposo a plantar o milho.

Já para os Tupinambás, as mulheres eram excluídas de rituais mágicos religiosos bem como de outras limitações sexuais.

Em outras tribos, existia a figura de “um esposo de viúvas” (ABREU, 1987: 56), como forma de manter o equilíbrio, a harmonia e a tranquilidade daquelas que teriam perdido seus maridos. Os indivíduos encarregados do “pesado fardo” estavam isentos de outros trabalhos, mas não podiam deixar de prestar assistência às mulheres viúvas, fossem essas velhas ou novas, feias ou bonitas.

Quando uma mulher de certa tribo engravidava de um indivíduo de uma tribo hostil, cabia a ela eliminar a criança ao nascer, pois os seus não a consideravam como parente, e sim, um estranho e talvez um futuro inimigo que pudesse lhes ferir ou matar.

As formas para se obter um cônjuge entre os índios do Brasil eram as mais diversificadas possíveis: o rapto era frequente entre grupos étnicos diferentes ou não. Mas o comum era adquirir a companheira via consentimento do pai, através de duas

maneiras: primeiro, por serviços prestados na cabana da enamorada; assume as atividades que caberiam ao futuro sogro: roça do mato, pesca e caça, como forma de demonstrar interesse e capacidade de manter a futura esposa; outra forma, menos comum é através da compra ou troca da mulher por certos objetos. Quando o pai liberava ou consentia o casamento, os noivos passavam a ter um lugar na fogueira ou construía seu próprio lugar e fogueira, numa forma de já demonstrar uma futura independência. Sobre quem permanecia na casa de quem, a literatura acaba por relativizar a questão, havia casos em que os noivos depois de casados se mudavam para outra aldeia. Martius (1938) vê isso como uma das formas de se ter tantas línguas faladas, no Brasil, no período do contato. No caso em que a noiva era vendida ou trocada, não havia uma lei que regulamentasse isso: entre os Coroados e Carapós, a troca constava em o pretendente oferecer ao pai da noiva alimentos, constituídos geralmente de caças e frutas. De forma geral, a vontade da mulher não era sondada, passando a ser senhora absoluta de seu marido.

Entre os Chavantes, havia duelo pela posse de uma mulher, necessariamente não eram atividades com armas, mas quase sempre atividades que podemos considerar como esportivas, como carregar pesado bloco de madeira ou levantá-lo e jogá-lo em corridas. Entre os desse grupo, vigiava-se os homens e não as mulheres, preservando-as virgens para o casamento.

A condição para a mulher poder se casar é ter menstruado, ou seja, ter entrado na puberdade o que geralmente acontecia aos 11 ou 12 anos de idade. Entre os índios do Brasil quase sempre essa passagem era acompanhada de atividades ritualísticas ou de passagens, que podiam ser de festas, a sangria, emulação e escoriação do corpo, isolamento, fumigação, etc.

Quanto aos Tupis, Juris, Corretús e Coerunas, as donzelas usavam cordões de algodão nas coxas e braços para simbolizar a virgindade que, depois de perdida, arrancavam fora tais adornos.

A virgindade entre os índios do Brasil era pouco valorizada, mas o estupro era reprimido e considerado uma grande ofensa à família da mulher.

Em alguns grupos, como os de Cumaná, era comum na noite de núpcias ficar à índia recém-casada pertencer ao Pajé, como forma de demonstrar, talvez, a impureza da mulher.

O período de casamento também pode ser visto de forma eclética entre os muitos grupos indígenas do Brasil. Havia povos que o pedido era feito diretamente pelo homem ao pai da pretendente; já outros grupos, era os parentes mais próximos do noivo que realizavam tal atividade, levando presentes ao sogro que, aceitando, liberava ou não de imediato a noiva para as festividades do casamento.

Os parentes nunca dão presentes de núpcias, nem amigos. A mulher vai morar na cabana ou aldeia do noivo, leva apenas seus poucos pertences: colar de contas, adornos de pena, etc., também é comum mudar de nome ao casar.

Casamento entre parentes de primeiro grau, relata-nos Martius (1938), só acontecia em grupos muito pequenos ou isolados, irmão viver com a irmã. Entre os Coerunas e os Uainumás, que tinham princípios de parentescos considerados relaxados, era consentido este tipo de união.

Entre parte significativa dos índios do Brasil, quando a mulher ficava viúva, era praticamente forçada a se unir com o irmão do marido ou com um parente mais próximo. Von Martius (1938: 113) verificou que as uniões forçadas entre parentes era a causa principal da degeneração física e moral dos “desta raça vermelha”. É ainda o próprio Martius quem relata o que ele classifica como um “costume que tanto repugna aos nossos sentimentos” (MARTIUS, 1938: 114), fala isso com relação ao hábito que alguns povos tinham em oferecer suas filhas e esposas aos visitantes, como forma de demonstrarem cordialidade.

Na região do Amazonas e Yapurá, era comum o marido oferecer a mulher a outro homem para, por um tempo com ele, pagar-lhe uma dívida qualquer contraída.

Como a mulher indígena era um ser passivo, segundo a literatura analisada, podia o marido expulsá-la a qualquer momento sem que houvesse reclamação ao chefe. Em alguns casos, apenas a família da mulher poderia reclamar e conseguir algo do ex-marido. A venda da mulher era rara no Brasil, mas foi verificada por Martius (1938) entre os índios Miranhas.

A fidelidade era cobrada pelo homem, que considerava a violação do leito como uma ofensa pessoal, vingando-se dos dois. Geralmente, era a mulher que mais atrocidades recebia não sendo raro o caso em que o desfecho final era a morte. Já entre outros grupos indígenas, que consideramos mais abertos, não se levava tão a sério a questão da traição. Entre os índios Aimorés, era permitido, na ausência do marido por longa temporada, unir-se temporariamente a outro homem, principalmente aquele que tivesse realizado uma grande caçada. Tudo isso acontecia na ausência do marido que se os pegasse, em flagrante, castigava-os. O mais comum é vingar-se da traição através do efeito de bruxaria, recorrendo-se comumente ao Pajé. Mas há casos, sendo o mais comum, em que a adúltera era expulsa, levando geralmente as filhas e se dirigindo às casas dos parentes. O divórcio formal, moldado num conceito europeu de separação, não existia entre os índios do Brasil, no máximo, um acordo entre as partes em separarem-se.

Com relação à poliandria, Von Martius (1938) afirma não ter conhecimento de ter havido entre os índios do Brasil, no entanto, há relatos deste ato entre as mulheres de alguns grupos étnicos.

O aborto sempre existiu nos grupos indígenas do Brasil, quase sempre como forma reguladora do número de indivíduos do grupo.

A prática da Couvade²⁷, em que o marido ficava de resguardo durante alguns dias quando sua esposa tinha parido, foi observada por inúmeros cronistas e em vários grupos étnicos, inclusive entre os Tapuias.

A sociedade indígena, de forma geral, era chefiada pelo Cacique, conhecido também por Tuxanas, Morubixabas ou Curacas, que tinha, sobretudo, funções guerreiras e exercia as atividades normais dentro da tribo, assim como todos.

A religiosidade dos índios não é mais questionada. Ao contrário dos europeus, monoteístas, acreditavam em vários deuses: Sumé, para os Tupi, foi o Deus que lhes ensinou a cultivar a terra; Maré, ensinou a coleta e a vida coletiva, ao grupo Jês; o Sol e a Lua, segundo os Aruaques, eram os transmissores de sabedoria e de vida. A ideia

²⁷ Aníbal Mattos (1941: 27) afirmou que essa prática foi comum entre vários povos do mundo. Em todos os continentes existiu grupos humanos que cabia ao homem o resguardo pelo nascimento do filho.

de um dilúvio existia entre vários grupos indígenas do Brasil. Eram histórias repassadas de pai para filho, talvez demonstrando um passado comum, antiquíssimo, que remontasse ao final do Pleistoceno e o aquecimento global que fez com que as águas antes congeladas voltassem ao estado líquido e retomassem seus locais de origem, elevando-se os níveis dos rios, lagos, lagoas e o mar, certamente mudanças climáticas profundas.

Os rituais de passagens eram os mais diversificados e imagináveis possíveis, variando entre os grupos. Geralmente, esses ritos serviam para marcar etapas de “transição de um indivíduo ou de um grupo nas diferentes situações existenciais, do nascimento à morte” (AQUINO, 2000: 50). Desde o nascimento de uma criança que se realizavam rituais, como o de introduzir o recém-nascido na sociedade tribal; havia atos de iniciação para a puberdade, festas de casamentos e os rituais fúnebres.

Nas atividades econômicas cotidianas, fosse para saída do grupo para a coleta, caça, pesca, plantio ou colheita, a vida religiosa estava sempre presente, na maioria das vezes, ligada estreitamente aos fenômenos naturais aos quais estavam inseridos o índio.

O culto ao sobrenatural acontecia mais por temor ao desconhecido, para evitar que o mesmo ficasse descontente e os molestasse nas suas vidas e atividades cotidianas. Na maioria das tribos do Brasil, cultuavam-se os ancestrais da tribo, os espíritos maléficos representados por formas bizarras de animais (curupira, caipora, considerado o mestre dos animais, brutal, assustador que possuía os pés voltados para trás, o corpo coberto de pelos e um único olho). A este ser mitológico faziam-lhes oferendas em fumo, como ainda hoje se procede nos Sertões, entre os caçadores que ainda temem a lenda; o ipupiara era um ser mitológico que apresentava características meio homem, meio animal, vivia n'água e atacava as mulheres e homens no mar, rios, lagos e lagoas, matando-os afogados. O boitatá era uma cobra de fogo que costumava atacar os índios nas matas quando de suas caçadas, matando-os de forma muito rápida²⁸.

²⁸ Essa característica está marcada nas histórias e folclore local. É comum os caçadores ao irem a caça, geralmente a noite, levarem certos ‘presentes’, como fumo e cachaça para certos seres míticos, ou realizarem certas rezas e mandigas para evitar o contato direto com assombrações ou seres indesejáveis.

No geral, cultuavam as forças da natureza, geralmente aquilo que não sabiam explicar como e por que acontecia: o relâmpago, o trovão, a ventania, a folhagem natural dos bosques, as estrelas, a lua, os animais, vegetais. Rudá era, talvez, o mais querido e ao mesmo tempo temido dos deuses dos gentios; deus do amor, viajando pelo vento e através das noites de luar, que geralmente surpreendia corações dos índios solitários de uma aldeia. Anhangá, para alguns grupos, era visto como principal divindade maléfica, atormentador de vivos e de mortos.

Alguns povos conheciam ou tinham um incipiente conhecimento astronômico. A representatividade de corpos celestes em sítios rupestres pode ser uma prova cabal desse conhecimento ainda incipiente quando da chegada dos europeus.

Para os Tupinambás, o céu era Eivac, o Sol Coaraci ou Guaraci, a Lua era Jaci; estrela da manhã chamavam-na de Jacei-tatá-uaçu ou a grande estrela. A primeira estrela que aparecia no céu, ao cair da noite, chamavam-na de Pirapaném, a que guia a Lua para a noite que vem. No período das chuvas, com o céu nublado, poucas estrelas são observadas. Conheciam, provavelmente, a Constelação do Cruzeiro do Sul, que lhe davam o nome de Criça, que do Tupi significa Cruz (CASCUDO, 1955: 40-41).

Associavam o céu a criação do mundo, segundo grupos indígenas do Norte do Brasil. O trágico sempre fez parte da mitologia indígena. O próprio surgimento do mundo estava associado a tragédia ou desobediência dos seus ancestrais ao ciclo natural das coisas.

O povo Tucumã acreditava existir duas Luas: a cheia, sinônimo de sabedoria, beleza e bondade; e a Lua em eclipse, representando a feiura e a maldade.

Os cronistas europeus sempre mencionaram as inúmeras festas realizadas pelos índios, sobre qualquer pretexto. O Maraqué era uma festa ritualística entre alguns grupos do Amazonas, a exemplo dos Caraíbas. Nas festas, os cânticos, comilanças e o uso excessivo de bebidas com elevado teor alcoólico eram comuns. As festas associadas aos ritos de passagens também era comum. Os Carajás, realizavam o anarcan, festa em que os homens mediam força para derrubar o maior número possível de adversários. Para os Jês eram comuns a corrida com toras, como forma de demonstrar agilidade e força. Entre os índios do Alto Xingu, era realizada a festa do

Javari ou lawari, com a participação de tribos vizinhas geralmente homenageando um cacique que fizera história entre o grupo e que já havia morrido: danças, cânticos, bebidas e arremessos de dardos eram as práticas mais comuns. Geralmente faziam uso de músicas que eram extraídas de longas flautas com até dois metros de comprimento. A música era monótona e as danças um simples processo de repetição de bater os pés na terra batida.

A cultura material indígena era riquíssima: grande diversidade de máscaras, seja nas caçadas como forma de disfarce do caçador, seja nos rituais religiosos protegendo-se contra os espíritos maléficos. Segundo relatos Etnohistóricos, essas máscaras eram feitas da casca ou entrecascas de árvores que, depois de secas ao Sol, eram pintadas com cores vivas. A arte plumária, a tapeçaria e a arte cultural, além das pinturas em utensílios, só corroboram com a hipótese de terem sido, os indígenas, excelentes artistas e artesãos. Os enfeites, adornos e adereços utilizados no corpo eram uma forma do índio se destacar na sua tribo e de expressar alegria e coragem. O uso de penas levava em conta o tipo de ave, o tamanho e as cores das penas, além do ritual para se utilizar certos adornos feitos com esse material. Alguns grupos conheciam a técnica de coloração de penas. As penas de certas aves serviam, também, para enfeitar pulseiras, tangas, diademas, etc., dando-se um colorido mais vivo aos adornos corporais.

A cerâmica é outro traço importante da cultura material de um grupo: vasos, potes, tigelas, pratos, copos, contas, etc., eram fabricados para o uso doméstico e/ou ritualístico. Com exceção dos Urubus grupo indígena da região do Maranhão, geralmente eram as mulheres que preparavam a cerâmica, mas a presença e a ajuda de todos no processo eram imprescindíveis. Era preciso o barro certo, a madeira certa para a queima e a forma correta de colocar os utensílios no fogo. Portanto, algumas dessas atividades eram desempenhadas pelos homens e crianças da tribo; provavelmente cabiam às mulheres o preparo do barro e a confecção dos utensílios, bem como, numa tribo, eram poucas as que detinham o conhecimento técnico e a destreza do fabrico dos utensílios. Não se pode, devido às necessidades de cada grupo, às fontes de matérias-primas, bem como os conhecimentos técnicos, falar de uma única cerâmica no Brasil. É provável que cada grupo tivesse cerâmica diferente de outros grupos, até dentro de um mesmo nicho ecológico.

Com relação a escultura em madeira, barro ou pedra, tem-se conhecimento através da literatura e de achados arqueológicos sobre essa prática: pentes, pilões, mós, bonecos, bastões, bancos, botoques, etc., são apenas uma pequena mostra da arte escultural dos grupos indígenas do Brasil.

O uso de fibras para a confecção de abanos, cestos, balaios, peneiras, etc., mostravam-se como verdadeiras obras de arte dos indígenas do Brasil.

A música era outro importante indicador cultural dos índios. Aquino (2000: 57) afirma que existiam de 15 a 20 instrumentos musicais diferentes, sem que fossem identificados até o momento instrumentos de corda, tocavam: canzá ou ganzá (reco-reco), maracá (chocalho), os assobios, as trombetas, flautas de osso ou de taquara, pífanos e os trocanos (grande tambores utilizados, também, para a transmissão de mensagens entre tribos próximas). Alguns desses instrumentos como o chocalho feito de crânio humano e flautas de ossos longos do esqueleto humano aterrizaram os colonizadores, que por isso os via como bizarros. Através dos padres, os europeus cuidaram rapidamente em pôr fim a tão “cruéis” ritos demoníacos e profanos. As músicas e danças associavam-se às guerras ou aos momentos das iniciações.

Com relação às armas, eram amplas e variadas, dependendo do ambiente, da matéria-prima e do objetivo. A sarabatana ou zarabatana era uma das armas mais letais utilizadas por alguns grupos. Geralmente, havia grupos que conheciam a zarabatana, mas desconheciam o arco e a flecha. Na zarabatana, colocavam-se pequenas setas envenenadas com o curaré ou outro veneno. O chuço (grande pedaço de pau com uma ponta de osso em forma de agulha em uma de suas extremidades, a clava, o tacape, as lanças e a borduna eram as mais comuns entre os índios de todo o Brasil.

Quando em combate, faziam uso de todo e qualquer tipo de objeto que pudesse vir a causar dano ao inimigo, como o arremesso de pedras e flechas incendiárias, ou ainda o uso de fogo para incendiar a mata onde estava o inimigo. Há relatos de que os Tapuias dos Sertões do Nordeste preparavam feixes de bromélias (caroá e macambira) para utilizar como armas de guerra, em combate corpo a corpo, fazendo uso dos espinhos cortantes e perfurantes desses vegetais.

Canoas e balsas, navegáveis em pequenos e rasos córregos, essenciais para o deslocamento de cargas e homens eram outra importante atividade indígena. As ubás, feitas com casca inteira de árvores e as pirogas, troncos escavados a fogo, foram rapidamente apreendidas pelos conquistadores.

Quase todos os grupos indígenas do Brasil utilizavam o bastão pontudo, que deve ter sido a principal ferramenta agrícola entre os índios, que consistia numa vara pontiaguda que perfurava o solo molhado e ali era depositada a semente.

As controvérsias quanto a agricultura entre os índios do Brasil são gritantes.

Para Estevão Pinto (1938), os Jês só praticaram a agricultura com a colonização, quando tomaram conhecimento e aprenderam as técnicas de plantio.

Gabriel Soares de Souza (1971) afirma que os Tapuias plantavam o milho e alguns legumes.

Manule Aires de Casal (1976) chegou a afirmar que alguns grupos de índios pertencentes à nação Cariri, nas regiões de Moxotó e Pajeú, desconheciam a agricultura e viviam da caça e coleta. Já Von Martius (1938) atribuía aos Cariris adiantada agricultura.

Taunay (1948) afirma que os Cariris eram excelentes agricultores, plantavam especialmente o algodão, que faziam as redes, e o fumo utilizado na vida cotidiana.

Importante observação faz Roquette Pinto com relação a situação de fixação do índio do Brasil na época do contato, provavelmente já “havia desaparecido a atividade nômade dos silvícolas brasileiros”(PINTO, 1938: 63).

Zacarias Wagner²⁹ (CAVANI, 2003) afirma que, na época dos holandeses, os Tapuias viviam de um para outro lugar, viviam de cima para baixo em busca de raízes, animais, mel e tudo mais que lhe servisse de alimentos. Não seria, enfim, um nomadismo local, segundo M. Alejo Vignati (1934: 78), ou seja, teriam acampamentos fixos, mas se deslocavam, talvez pequenos grupos dentro de uma área limitada em

²⁹ Zacarias Wagner foi desenhista que cumpunha a equipe do |Conde Maurício de Nassau; juntamente com Albert Eckhout, George Marcgraff e Peter Post, chegaram ao Brasil em 1637 (CAVANI, 2003).

busca do complemento alimentar, senão, como explicar os cerca de 5 mil homens em armados e comandados por Janduí na época da Guerra dos Bárbaros?

Entre os índios de todo o Brasil, não existem indícios literários e arqueológicos que indiquem a atividade de domesticação de animais. Primeiro, o misticismo com relação a aves e certos tipos de porcos criados em casa mais como tabu ou animais de estimação. Enquadra-se neste sistema a criação de macacos e saguis. Por outro lado, um segundo ponto pode ser apontado para o não favorecimento da atividade criatória no Brasil: a inexistência de animais “fáceis” de serem domesticados, para carga, extração de alimentos e matérias-primas; um terceiro ponto seria a abundância de caça em boa parte do território do Brasil. Entretanto, existem relatos historiográficos do processo de criação de tartarugas e peixes em rios da Amazônia, mas é possível que não foram domesticados (índios Ómáguas).

O cão, enquanto animal doméstico, só fora introduzido entre os índios, no século XVI, pelos colonizadores; os índios passaram a usá-lo como arma de guerra, caça e guarda, sendo rapidamente incorporado ao seu cotidiano.

Observou Loreto Coutto (1981: 61) que o enxoval do índio, ou aquilo que ele conduzia no seu dia-a-dia no pós-contato, era constituído de “ua rede, um potigua, um cabaço, ua cuya, um cão.”

Os Tapuias, especialmente os Tarairiús, possuíam cães, geralmente provenientes de troca ou presentes dos holandeses. Os cães que os índios possuíam serviam basicamente para a caça. Os Botocudos de Santa Catarina, por exemplo, negavam-lhes alimentos para forçá-los a caça.

Animais como canindé, papagaios, araras, etc., eram criados para tirar-lhes as penas que serviriam de adornos. Já outros, no dizer de Estêvão Pinto (1938: 66), eram criados como “xerimbabos”, enquadram-se: cães, rolas, sagui, tatu, jacaré, tapis, etc.

Os animais de estimação (xerimbabos) serviam quase sempre para o entretenimento das crianças e eram bem tratados por seus donos.

Entre muitos grupos indígenas que viviam em grandes tabas (aldeias), os alimentos eram preparados dentro das cabanas, pois não existiam compartimentos especiais para o preparo das refeições. A fuligem enegrecia quase tudo dentro das

cabanas, inclusive as redes que tinham debaixo pequenas fogueiras, mas havia casos em que o fogo era acesso nas ocaras ou pátios externos, para moquear a caça e preparar as bebidas fermentadas.

As tralhas da cozinha eram muitas e complexas: o bastão de ignígeno ou de remoer, a bacia de torrar milho (tapiúpe); cuba de cozer cauim; prato de cozer mandioca; cabaças, marmita (iapepó), porrete de moer o cauim, as igaçabas para diversas atividades, os pratos, pilões de moer, materiais de tecidos para coar, espremer, cestos de palhas, balaios etc. (Figura 6). Como imaginar serem tais povos nômades? Pelo porte da urna de cozer o cauim, acreditamos que essa era utilizada para certos rituais fúnebres.



Figura 6 – Tralhas de cozinha dos índios do Nordeste do Brasil.

Fonte: Museu do índio (Ipuarana/Lagoa Seca – PB).

Citamos no Quadro 6 (Anexo D) alguns dos apetrechos de cozinha e suas utilidades básicas entre os índios do Brasil.

Geralmente cabiam às índias mais velhas o preparo dos derivados da mandioca, a mansa e a brava, bem como o próprio fabrico da farinha.

Do milho, também, faziam a farinha e os bolos (pamonhas). Comiam-nos assados, cozidos ou em forma de pipocas.

Faziam farinha de peixe, extraindo as espinhas e torrando a carne ao fogo (piracuí).

Dos caroços de algodão, pisados ou cozidos, faziam mingau.

O moquém era feito através do processo de defumação lenta e compassada da carne.

O sal era pouco usado entre os índios do Nordeste. Geralmente obtinha-se o sal da queima do tronco de certa palmeira; da cinza, depois de coada e fervida, obtinham-se os cristais de sal. Havia, também, o processo de represar a água do mar ou fervê-la em recipientes próprios. O sal era misturado com pimenta (juquirai), comidos juntamente com os alimentos, em forma de pitadas.

A pimenta cumarim (*Caps baccatum*) e a malagueta (*Capsicum frutescens* Willd), era utilizada como principal tempero entre quase todos os grupos indígenas do Brasil. Utilizavam também o *nambi* (erva ardente), o mastruz ou mastruço.

Cabia a cunhã, ou mulher, o preparo dos alimentos: assar a abóbora, o cará, a batata. Partir os cocos, colher o amendoim e outras culturas, apanhar ovos, moquear a veação (pacas, onças, veados, macacos, etc.), cobras, sapos (jia), ratos, lagartos (taquara – *Myelobia smerintha*) tanajuras, iças, etc., eram apreciados pelos índios de todo o Brasil.

Cabia, ainda, às mulheres indígenas o fabrico das bebidas. As feitas de rodela de mandiocas cozidas eram mastigadas e a salivação era cuspidada numa tigela, que seguia uma nova fervura, mexendo sempre com um pau até apurar. A bebida depois de cozida era depositada em tigelas subterrâneas no solo para fermentar durante dois ou mais dias. A mandioca própria para o cauim não era a brava, a da farinha, mas o aipim ou a mandioca mansa. Havia o fabrico de vinhos de ananás, mangaba, pacova, jabuticaba, caju, batata, jenipapo, milho, etc.

Entre os Tupis, o cauim era preparado pelas virgens e, caso alguma mulher casada fizesse parte do fabrico da bebida, tinha que abster-se das atividades sexuais por dias. A beberagem era vista como algo mágico, prenúncia de alegria, fartura na caça, colheita, pesca.

Cardim (1978) observou que entre os Tupis, o ato de comer era cotidiano. Da mesma forma observou Elias Herckmans (1985) com relação aos Tapuias Tarairiús, vendo-os como devoradores de tudo que fosse comestível em um lugar.

Geralmente, só os principais da aldeia que comiam em suas redes, enquanto os outros sentavam-se em pequenos bancos de madeira ou pedra ou sentados ao chão. A forma de comer, sem o uso de colher ou outro utensílio qualquer, inojava os europeus.

A comida era comum ao grupo familiar; quando havia pouco alimento, era o chefe ou o pai da família que a repartia. Peixes, aves e outros animais eram limpos através da raspagem, chamuscando o pelo ao fogo ou com água quente, como se processa atualmente.

A farinha, alimento principal da base alimentar indígena, era pegada aos puhados, feito o canção (bolo) e arremessado a boca, de tal forma que os dedos não tocavam os lábios, como observou Jean de Léry (1990).

Segundo Cardim (1978), os Tapuias eram mais predatórios do que os Tupis. Afirma que comiam a mandioca crua, por não conhecerem o fogo e o processo de fabrico da farinha? Não. Frei Vicente do Salvador (1937) afirma que os Cariris, com quem teve contato, sabiam, por exemplo, fazer fogo através do processo de fricção da madeira.

Estêvão Pinto (1938: 88) vê os índios do Nordeste, especialmente os que classifica de (Jê) e Cariri como: "...nômades, que não lavraram nem se preocupavam com o dia seguinte: à falta de alimento, jejuavam, apertando o ventre com cascas de árvores". Na verdade, tal descrição diz respeito aos índios Tarairiús, transcritos no relatório de Elias Herckmans (1985).

É certo que os Tapuias sabiam aproveitar brilhantemente os recursos naturais disponíveis no semiárido, prova incontestada de sua antiguidade na região. Um exemplo interessante é o fabrico de farinha de uma raiz denominada de attouh, que era esmagada por pedras pelas velhas índias, depois a coziam e faziam pão, cozido em cinzas. Da fécula (suco) que extraíam dessa raiz e faziam o mingau.

O cozimento de carne entre os grupos Tapuias era através de fornos subterrâneos, que consistia em cavar uma cova, forrar-lhe o leito com sucessivas camadas de madeira e pedra. Queima-se a madeira e na pedra aquecida é deitada a carne em manta, protegendo-a por folhas, podendo ou não envolver a carne em pasta de mandioca (paparuto), e, em seguida, cobrem tudo com terra, abafa-se o alimento e

em poucas horas está cozida. Batata e milho são assados no forno ou em cinzas com brasas acesas, como se processa nos dias atuais.

Estevão Pinto (1938) menciona que entre alguns grupos Tapuias cabia aos homens e não às mulheres o preparo das carnes e o fabrico do fogo, às mulheres. As técnicas de obtenção do fogo entre os Tapuias eram as mesmas observadas pelos cronistas entre os Tupis do Litoral.

O uso de espeto para assar a carne era comum entre os Tapuias. As tripas e outras partes internas do animal eram postas a secar.

O uso de cabaças foi densamente utilizado para o armazenamento de bebidas e alimentos.

Entre alguns grupos Tapuias era comum o transporte de tições acesos, para evitar o labor de acender o fogo onde quer que o grupo chegasse. Esses tições eram colocados em pequenas panelas de barro ou em gomos de taquara (PINTO, 1938: 91).

Cerca de 5 milhões de índios do Brasil, no pós-contato, conseguiram retirar do meio em que viviam, bem como das suas incipientes culturas agrícolas, sem grandes problemas, os meios de subsistência de sua prole.

Muito tem se explorado sobre a alimentação dos índios do Brasil no pré e pós-contato, pouco se conhece sobre o assunto, pelo menos com relação aos grupos dos Sertões semiárido. Não existe, de fato, uma reconstrução dos hábitos alimentares dos povos pré-cabralinos dos Sertões. A literatura de época (do século XVI ao XIX) cita com freqüência, o elevado consumo de mandioca, através de seus subprodutos como a farinha, os frutos de época, tubérculos e alguns animais.

Existem apenas conjeturas com relação ao equilíbrio da dieta alimentar dos grupos. O que se sabe é que o tamanho da população pode alterar o equilíbrio de uma dieta (BARGHINI, 2004:12). Ninguém sabe ao certo o tamanho dos grupos étnicos (as aldeias) dos Sertões nordestinos. Elias Herckmans (1985) afirma, por exemplo, que entre os Tapuias Tarairiús existiam grandes aldeias, talvez com centenas de indivíduos, o que nos leva a conjeturar que a dieta desse grupo deveria ser diversificada e não vivendo apenas de coleta e caça, mas sim, eram praticantes de uma agricultura incipiente. Concluimos com isso que esses grupos tinham um grande

conhecimento de toda a cadeia operatória de obtenção desses alimentos, bem como conhecedores das características ambientais para produção em massa dos mesmos.

Geralmente os grupos étnicos com baixa densidade demográfica e fácil acesso a recursos alimentares diversos e sem fortes variações sazonais, com relação a disponibilidade de alimentos, não trabalhavam intensivamente a agricultura.

Os grupos coletores-caçadores não desconheciam totalmente a agricultura. Alessandro Barghini (2004) afirma que grupos nômades praticavam agricultura, especialmente de milho, através da técnica da coivara, servindo como complemento alimentar principalmente em épocas de escassez de caça e coleta. Há casos registrados pelo autor de grupos humanos, provavelmente no pós-contato, que regressaram à condição de nômades, graças a ação avassaladora dos colonizadores, o que deve ter contribuído para que estes grupos e seus descendentes perdessem o domínio e conhecimento da produção e armazenagem desses produtos alimentícios.

Dos vários produtos alimentícios que estes grupos humanos faziam uso, especialmente aqueles por nós estudados, poucos alimentos chegaram aos dias atuais, prova do intenso contato e do poder de persuasão europeia sobre os índios domesticados. Porém, a mandioca³⁰, o milho, e algumas favas continuam a fazer parte da dieta alimentar do homem sertanejo, outros citados através da história oral e literatura deixaram de ser produzidos ou simplesmente se perderam tendo em vista as imposições culturais europeias na região.

O que se sabe é que os europeus encontraram o milho e a mandioca sendo produzidos em quase toda as Américas, espalhando-se rapidamente pelo mundo. É fato que esses dois alimentos (milho e mandioca) foram predominantes como principais componentes da dieta alimentar, em áreas onde os grupos humanos aprenderam a processá-lo. No caso do milho, foi a região da Mesoamérica que conseguiu os meios técnicos para produzi-lo em larga escala e introduzi-lo como principal alimento da dieta alimentar. Nas outras áreas, o milho era um complemento. Com relação à mandioca, inúmeros grupos étnicos distintos do Brasil tinham o domínio completo da cadeia de

³⁰ Agassis e Agassis (1938: 90-102) em excelente relato acerca dos alimentos dos indígenas, tecem comentários sobre a mandioca: era o pão do índio, dela se fazia diversas bebidas: cauim, manipuera, peichirum, etc. A farinha foi densamente utilizada pelos colonizadores que, rapidamente, substituiu o trigo importado da Europa. A palavra mandioca é uma corruptela de mani-oga. Os índios também a utilizavam na cura de várias doenças.

produção e o fabrico dos subprodutos. Os índios dos Sertões da Paraíba sabiam extrair da mandioca o tóxico que causava a morte do indivíduo que a ingerisse. Para esses grupos, a mandioca é vista como importante fonte protéica, mas não como único produto da dieta alimentar. A mandioca foi tão importante graças a adaptação desta planta ao meio hostil do semiárido, que os colonizadores de forma muito rápida a substituíram pela farinha de trigo, produto que vinha da Europa a elevados custos.

Da forma que o milho proporcionou na Mesoamérica e região Andina a sustentação das grandes civilizações, sendo considerada por Eubanks (1999) como verdadeiros pães dos deuses, pois este grão fora intensamente produzido e consumido por estes povos, no Brasil, sem dúvida que o pão dos deuses deve ser atribuído a mandioca e seus subprodutos. Os estudos com relação à disseminação dessas culturas pelas Américas podem ser vistos, atualmente, como um fenômeno de transmissão, prova de um intenso contato interétnico entre os grupos humanos do continente em períodos anteriores ao contato.

Um importante produto disseminado pela América e que rapidamente ganhou o mundo, foi o tabaco.

O tabaco (fumo) era utilizado intensamente pelos indígenas do Brasil. A planta (folha) era colhida, secada e enrolada em varais nas ocas, metida em canudos ou cachimbos ou cangueiras³¹ de folhas, pondo-lhe fogo numa das pontas e na outra servindo-se do fumo.

O fumo era utilizado praticamente em tudo na vida cotidiana dos índios: quando estavam com fome faziam uso do fumo e assim conseguiam matar a fome e sede; nos rituais de passagens; nas festas que antecediam o plantio e a colheita; para cura de doenças; retirar mal olhado; pulverizar as sementes a serem plantadas; matar os pequenos animais que comiam as plantas. Acredita-se que o nome Potiguara, grupo humano ligado ao tronco Tupi advém justamente destes índios consumirem em demasia o *petim*, ou *petume* ou ainda *pitima*.

O tabaco (fumo) era sagrado entre os índios, graças as suas inúmeras propriedades: medicinais, místicas e afrodisíacas.

³¹ Enrolamento de várias folhas de fumo seco, fazendo uma espécie de cigarro primitivo.

Cardim (1980) afirma que os colonizadores rapidamente aprenderam o vício de fumar e se embebedavam constantemente. Achavam o fumo um dos mimos desta terra. Ao fumo os colonizadores atribuíram-lhes virtudes extraordinárias, chamado na Europa até o século XVIII de “Erva Santa” (DORNAS FILHO, 1958: 230).³²

Entre os Tapuias Cariris e Tarairiús, vários cronistas, principalmente Elias Herckmans (1985) falam do uso do fumo por eles e descrevem suas serventias.

A igreja condenava o beber fumo, pois o demônio deste hábito, bem como o uso dele para atividades demoníacas, na aldeia, cabiam aos Pajés, totalmente contrários aos dogmas da igreja. Os índios aldeados teimavam em fumar e resistiam bravamente, fumando às escondidas nos centros missionários, como observou Tochetto (1998) em atividades arqueológicas em que foram encontrados cachimbos nas missões guaranícas no Sul do Brasil.

Além dos apetrechos citados anteriormente para a inalação do fumo, Estêvão Pinto (1938) afirma que o uso de cachimbos entre os Tapuias era comum, de barro ou de troncos ocos de algumas árvores, utilizados hoje em dia (Figura 7).



Figura 7 - Cachimbo indígena.

Fonte: Sociedade Paraibana de Arqueologia – SPA.

Narcóticos como o paricá, o guaraná, o bicho de taquara, a jurema preta, a coroa-de-frade, são apenas alguns de uma infinidade que acreditamos terem os índios dos Sertões utilizados, já que muitos dessas plantas são fáceis de obtenção.

³² Na Europa o vício de fumar era tamanho que se fumava até dentro das igrejas em plena missa. A proibição por parte da Igreja Católica deveu-se por que era usado pelos índios em seus rituais, vistos como satânicos (DORNAS FILHO, 1958: 282).

Entre Tupis e Tapuias, haviam diferenças de deuses e rituais mágicos/religiosos. O frade André Thevet assim relata a vida religiosa dos Tupis:

Munhã (Thevet escreve “Monan” criou o céu, a terra, os pássaros, os bichos e demais coisas, exceção do mar e das nuvens de água (“sans toutefois faire mention de la mer, NE d’Amon Atouppane, que sont lês nules d’ecau em leur langue”). Como os homens se tornassem ingratos, o seu criador enviou ao mundo toda, o fogo celeste, que destruiu os seres vivos e revolucionou a crosta terrestre (daí os vales e montes). Salvou-se apenas Irin-Magí, o qual, transportado ao céu, conseguiu abrandar a cólera de Munhã: este, já compadecido, enviou copiosa chuva a terra, que de novo refluíu (THEVET, Apud, PINTO, 1938: 186).

A lenda dos Tupis sobre as suas origens são parecidas com o que é contado por outros grupos humanos do planeta e, em última instância, os relatos bíblicos, pelo que acreditamos que tais relatos estão ligados, provavelmente, às mudanças ambientais do final do Pleistoceno e início do Holoceno.

Outros mitos eram contados pelos Tupis, mas o interessante é que essas histórias eram de cunho coletivo e se perpetuaram de geração a geração. De forma geral, nosso índio do contato, fosse ele Tupi ou Tapuia, encontrava-se num estado ou estágio evolutivo em atribuir ao sobrenatural os acontecimentos insólitos, que não havia uma explicação lógica.

O mito é um sonho, uma válvula que permite a liberação dos impulsos mal contidos ou mal compreendidos. O mito e o sonho eram constantes nas vidas dos índios do Nordeste do Brasil. Seria uma forma de tentar explicar, via mágica, a crença no sobrenatural, algo que não sabia como e por que acontecia, mas que acontecia, daí nada mais normal do que atribuir o inexplicável aos deuses.

Entre os Tupis, tivemos assinalado os principais deuses ou seres mitológicos: Munhã/lavé (criador), sendo o pai, o velho, o antigo; Tamoia, entre os Guaranis, e nosso avô, é a divindade inventora da mandioca, do milho, bananas e outros alimentos; para os Moinas, Yñerre significa nosso pai; entre muitos grupos indígenas, o fogo era visto como sagrado e fecundo, daí a ideia de muitos povos, a exemplo dos Incas, verem os primeiros colonizadores como personagens solares ou lunares; Irin-Magé foi substituto do pai. Mair-Munhã, trono celeste. O termo Magé é uma corruptela de Pajé e irin, uma corruptela de eri (o velho, o antigo); na língua Bacairí, por exemplo, tiuerí equivale a seus netos; Tupã, segundo Estêvão Pinto (1938: 196), tem sido de inúmeras contradições. Significa para uns “excelência superior”, para outros “raios e

relâmpagos”; seria, também, o pai, o ancestral, o antepassado: (tup: pai e ang: alma). Para os Apapocuva-Guaranis, Tupã é o filho mais jovem de nhanreruvuçãu e nhandecí. Entre os Tupis, Tupã era o deus pai, aquele que ensinou-lhe tudo e deu-lhe as ferramentas necessárias para plantar. Entre os índios Ornaguas, Tupã seria Zumé ou Sumé.

Sumé, filho de Mair-Munhã, de caráter paterno, é outro importante símbolo do imaginário indígena. Foi esse deus que forneceu e ensinou aos Tupis as primeiras atividades agrícolas. Segundo a lenda, Sumé vivia em um lugar ermo, jejuando e entregue ao ascetismo. Sumé, nesse sentido e sendo filho de Mair que significa solitário, passou a crença indígena como um ser que queria tornar-se inacessível. Sumé é visto como a resultante de um processo evolutivo dos deuses indígenas anteriores, este, Sumé, sintetiza características dos outros deuses.

Mair-Puxi, para seus descendentes significa feio e, para os índios, tem sentido e significado de “mau”. Mair-Puxi seria a dupla personalidade, visto então como um ser místico causador das mazelas e ofensas.

Com relação às primeiras atividades religiosas dos Proto-Jês, incluindo os Cariris, ressalta Estêvão Pinto que pouco se sabe.

Entre os Botocudos, o Deus Maré, o antigo, apresenta-se com cabeleira ruiva e elevada estatura, anda sobre as águas ou sobre as nuvens. Usa flechas invisíveis que ferem a seus inimigos. É ele que envia os raios do sol, as chuvas e tormentas e determina as fases da lua. A ele são atribuídos a invenção e o uso do botoque, bem como a invenção das danças (PINTO, 1938: 206).

Entre os Camacãs, sabe-se através de Metraux (1979), que eles adoravam e temiam o Sol. A Lua, para estes índios, ao contrário do que viam o Sol como uma entidade má, a lua trazia coisas boas, pois seria este astro, (as suas fases,) o indicador da época das plantações e o retorno das chuvas, bem como clarear a noite para suas andanças nas matas em busca das caças.

Para os Cutaxós, o Sol e a Lua eram seres superiores: o sol aquece e amadurece os frutos, alumia, e a lua regulava suas atividades. Para estes índios, a Lua

cheia era grávida, que geraria uma estrela, sendo essa a prole ou filha da Lua e do Sol. Assim, Sol e Lua formavam um casal.

Para os Caingangues, seus deuses civilizadores eram Caiurucré e Camé: o primeiro criou os animais úteis e as danças e o segundo, os animais perigosos.

Entre os Tapuias do Nordeste, segundo Barlaeus, citado por Pinto (1938: 209), acreditava-se que havia algum tipo de relação com a constelação Ursa-Maior, bem como acreditavam ter havido um dilúvio³³, talvez em decorrência de um passado quando seus ancestrais vivenciaram a era do gelo. Interessante é que esta lenda culmina com imenso desfecho do ocorrido bíblico, ou seja, com indivíduos se salvando no cume das montanhas mais altas.

Os mitos hidrolátricos, ou ciclo da mãe defendida por Artur Ramos, de que os Tupis, por exemplo, acreditavam que todas as coisas criadas tinham mãe: o Sol a mãe dos viventes; a Lua a mãe dos vegetais; Sol, no Tupi, é Guaraci que vem de *Guara* = vivente e *ci* = mãe; Lua é Jaci, de *Já* = vegetal e *ci* = mãe.

A água era tão-somente adorada como divindade desde a Pré-História. Não se sabe, ao certo, porque os antigos habitantes antecessores dos nossos índios pintavam ou gravavam nas pedras, figuras onduladas que pareciam com rios, ondas, enfim com a água.

Iara ou mãe-da-água, que vive no fundo dos rios, era considerada a figura primordial dos mitos aquáticos. Seu oposto era o Igpupiara, ou o demônio das águas.

Percebe-se que a existência da dubiedade (sempre um deus pai outro mãe, um bom outro mau) foi comum entre os índios do Brasil. Praticamente esta característica pode ser notada em vários povos do planeta, desde os seus primeiros estágios de evolução até nos dias atuais.

A mitologia do índio do Brasil é rica em quantidade de seres místicos: são demônios, duendes, seres míticos diversos.

³³ Fernão Cardim (1980) acreditava que os índios do Brasil haviam vivenciados um dilúvio. Tal pensamento fora assimilado pelos religiosos, dando-lhes uma espécie de passado comum, só que os índios teriam perdido esse contato com os seus ancestrais que lhes contavam essa história. A Igreja Católica aparece para recontar tal mito e aferir uma similaridade entre as histórias dos índios e a dos europeus.

Juruparí – entre os Tupis do Nordeste, era uma entidade demoníaca; criada por deuses, era acusada de retardar as chuvas, incentivar a guerra. Era habitante das aldeias abandonadas e lugares próximos a sepulturas. Atualmente, acreditam os sertanejos que os cemitérios indígenas e suas proximidades são assombrados por seres (visagens) que aparecem ou sons ouvidos pelos afortunados que temiam em frequentar esses ambientes (PINTO, 1938: 220). Já Raimundo Lopes, analisado por Estêvão Pinto, afirma que Juruparí era o gênio da fertilidade, estando associado à bonança. Juruparí pode ser visto como uma espécie de deus ligado fortemente ao culto do sexo, pois atribui-lhe, também, as festas de iniciação.

Curupira – chamado de mãe-do-mato, gênio guardião das florestas. Suas características, segundo os índios que o “viram”, eram a de um menino veludo, cabelos vermelhos, sem órgãos sexuais, pés às avessas, protegendo principalmente as fêmeas dos animais que estivessem prenhas ou pejudadas. Seu nome, dependendo do grupo humano, podia ser o de Caapora, o morador do mato.

A Nhangá – era um mito comum entre os Tupis do Nordeste. Tem a mesma conotação duvidosa de Juruparí, ou seja, ora visto como mau, ora como bom. É o espírito dos mortos, errante, maléfico, pesadelo. Entre os Tupinambás, acreditava-se que se Anhangá não encontrasse comida nas covas do defunto, devoraria este, o que levava os índios a colocarem “... na primeira noite depois de sepultado põem sobre a cova grandes alguidares de barro cheios de farinha, aves, peixes e outras viandas bem assadas, com a bebida chamada cauim...” (PINTO, 1938: 227). Entre os Tupis, acreditava-se que a alma do guerreiro ia para as montanhas e a dos que teriam morrido naturalmente ou de acidente iria para a companhia de Anhangá, para ser atormentado eternamente. Geralmente, segundo a mitologia indígena, Anhangá aparecia sempre sob a forma de um veado avermelhado, de cornos de veludo, olhos de fogo, cruz na testa, conhecido, também, pelo nome de Suaçu - Anhangá ou Suaçu – caatinga ou ainda veado catingueiro. Anhangá é a visagem do animal morto pelo caçador. Anhangá se transformava num animal fêmea que amamentava, o que nos leva a conjectura que o mito em si esteja ligado ao ciclo da mãe ou o ciclo da reprodução. Vários grupos humanos não matavam animais fêmeas que estivessem amamentando, acreditando que isso traria azar e escassez de alimentos.

Entre os Tapuias, um dos cronistas que menciona a existência de seres místicos é Elias Herckmans (1985). Este cronista fala em diabinho pernetá que teria aparecido aos soldados holandeses em expedição ao Rio Grande do Norte.

Os índios Caingangues temiam as almas dos índios mortos, especialmente seus inimigos e para acalmá-los, colocavam como dádiva pedaços de fumo. Entre os Camaçãs, acreditava-se na reencarnação da alma e eram as almas que produziam as manifestações da natureza quando irritadas (trovão e relâmpago). Para o grupo humano Pataxó, o trovão era oriundo de um espírito maligno. Entre os Caiapós, os animais ferozes nada mais eram do que a alma dos maus (PINTO, 1938: 233). Em comparação com o folclore mítico Tupi, a cultura Jê tem pouco a oferecer, talvez pelo contato sempre hostil entre estes e os colonizadores.

Sem dúvida que entre os ameríndios, havia uma relação mística e fraterna com os animais, ao ponto de se verem como animais ou como amigos dos animais. Acredita-se, enfim, na existência do totemismo entre os índios do Brasil, devido o elevado grau de interdependência e até respeito existente entre índio e animal. As pinturas corporais e parietais imitando-se animais podem ser vistas como vestígios totêmicos. A verdadeira adoração ou devoção a certos animais, como no caso dos Tupinambás que acreditavam ser a coruja mensageira dos finados, pode ser vista como uma prática que ligue a atividade humana a um pseudo-totemismo.

Entre os Caingangues (Jês), acreditava-se, por exemplo, que teria sido um tamanduá que os ensinara a dançar. Os Carnijós de Águas-Belas, verificam-se ainda hoje no Toré, passos que representam o “jingado” de certos bichos.

Os rituais mágicos/religiosos partem do princípio de poder influenciar o mundo ambiente em que vive o índio apenas com pensamento, o que gerou a criação de toda uma mitologia e atos ritualísticos/cerimoniais. O parto, por exemplo, entre os Tapuias, consistia em atividades físicas e biológicas da mulher, mas também ritualística: era feito sozinho, nas matas.

Entre quase todos os grupos indígenas do Brasil, havia ritos de crescimento e puberdade. Por exemplo, era comum por sobre a cabeça do pequeno índio ou roçar pôr penas de pássaros e paus nas palmas das mãos, acreditando-se que isso ajudaria no crescimento.

A menstruação era acompanhada de numerosos rituais mágicos que iam desde o corte do cabelo da moça até a prática de incisões e tatuagens, recolhimento, jejum, etc.

Entre os Maués e os Amanajés, era comum quando chegava à idade de casarem-se, os iniciados colocarem as mãos em uma cumbuca cheia de tocandeiras. Acredita-se que alguns ritos de iniciação, como o citado anteriormente, contribuíam para a mulher se acostumar desde cedo com a dor do parto.

A festa dos toros era realizada em certas épocas do ano entre os rapazes que atingiam a puberdade. Entre as mulheres Tapuias, quando atingiam a puberdade, pintava-as de urucu e as fumigava de fumo o Cacique, tentando retirar de sua cabeça, com uma lança, uma coroa posta ali. Da mesma forma, as cerimônias, também, aconteciam entre os rapazes, como: perfurar-lhes os lábios e as orelhas, introduzindo ossinhos, paus e pedras. Entre os Cherentes, os meninos eram depilados na puberdade por ocasião da Lua minguante. A introdução do botoque de madeira entre alguns grupos Tapuias dava-se quando a criança atingia os seis ou sete anos. O pauzinho servia para dar sorte a quem o usava, principalmente na caça.

As cerimônias de casamentos entre os Tupis eram simples, partia (o marido) as tapaduras de algodão, o emblema da virgindade, e estavam assim consumados, mas quase sempre acompanhados de algum esforço por conta do homem em relação ao pai da noiva.

Entre os Tapuias Tarairiús, a festividade era feita em meios aos prantos e danças.

Os ritos da agricultura variavam entre os índios do Brasil: os Apinagês, por exemplo, quando do início da plantação, jejuavam e levantavam as sementes ao Sol, e, no desenvolver das plantas, dançavam e cantavam pedindo chuva; entre os Tapuias, era comum a fumigação, geralmente realizada pelo Pajé, mas havia outros rituais com penas, flores e milho.

Os ritos de guerra, também, eram diversificados. Caça e guerra se confundiam. Para ambas, eram comuns a dança, o jejum, abstinência, purificações, amuletos, encantamentos, preces, adivinhações, conciliações, etc.

O sonho, no dizer de Estêvão Pinto (1938: 255), “é uma realidade”, assim, acreditavam muitos índios que a alma deixava momentaneamente o corpo para vislumbrar o que poderia acontecer e/ou aconselhar-se com os mortos. Um sonho mau poderia, por exemplo, desmarcar a partida para uma guerra e outras atividades. Os presságios eram comuns entre os índios: o cantar de um pássaro, a aparição de uma cobra, o encontro com um jaguar, etc., poderiam mudar os rumos de uma batalha.

Sem dúvida que o Pajé, mago, sacerdote, curandeiro, etc., era uma das figuras mais importantes de uma tribo. Suas origens remontam ao velho, ou seja, aos indivíduos que obtinham certos conhecimentos sobre a arte de curar através de ritos mágicos, plantas e animais.

O Pajé pode ser considerado uma figura comum a todos os grupos indígenas das Américas. O Pajé era predestinado a assumir a função e preparado desde cedo para isso. Ao Pajé cabia: curar as pessoas a distância; invocar espíritos; curar picadas de cobras mediante sua saliva; se transportava-se no animal que quisesse; tornava-se invisível, etc. tais características faziam do Pajé um ser mítico, visto pelos padres católicos como possuidores do demônio, invocadores de coisas maléficas. As primeiras providências dos Padres, ao dar início a catequização dos índios de um aldeia, eram afastar a figura do Pajé, concorrência desleal no campo do convencimento e submissão dos índios.

Digno de nota e como forma de desmistificar que o Pajé só poderia ser homem, é o caso de uma feiticeira entre os Tupinambás do Maranhão, referendado por E'vreux, Jean de Lery e outros cronistas (PINTO, 1938).

Era o Pajé que presidia as danças, cerimônias de iniciação e outras importantes atividades da aldeia: burrifava de fumo as sementes que iriam ao solo, abençoava a colheita, os instrumentos de caça e pesca. Por onde passava era seguido e venerado, não lhe deixando que nada lhe faltasse. Dessa forma, o Pajé pelos poderes embusteiros ou não que possuía, era visto como homem-deus, o sabedor de todas as coisas, o curandeiro, aquele capaz de predizer o futuro.

O Pajé, no geral, fazia uso de artimanhas para ser visto como um ser mítico e cultuado como o todo-poderoso. Habitava geralmente locais isolados e só raramente aparecia entre os seus, o que deixava transplantar a ideia de um ser invisível. Tinha o

poder de lançar a morte a qualquer um que o desagradava; eis o porquê, talvez, de tanto poder. Dessa forma, o Pajé era visto como onisciente, pois que tudo podia.

Entre os Tapuias, havia grande veneração pelos Pajés, mas caso suas predições falhassem, estes eram castigados pelos índios. Até certo ponto era comum entre alguns grupos Tapuias, o Cacique fazer uso de algumas artimanhas do Pajé, usurpando para si as funções políticas e religiosas, a exemplo do processo de defumar a nubente.

Raro não era existir mais de um Pajé numa aldeia, como também, era comum os mais velhos da tribo servirem de conselheiros e até de curandeiros, provavelmente pela experiência adquirida com a vida. O Pajé era o maior possuidor das formas e controle místicos dos índios de uma aldeia. Seus ensinamentos eram seguidos rigorosamente. Suas palavras ouvidas e temidas por todos.

Para von Martius (1938), os Pajés das tribos de um determinado grupo étnico formavam uma espécie de confraria, conservando o seu povo sobre sua égide, acreditando em superstições e os colocaria (os índios) numa situação de inferioridade e dependência quase que total do seu curandeiro, o Pajé, conhecedor das ervas e mandingas capazes de curarem os males que assolavam os índios.

Os discípulos dos Pajés eram educados numa total reclusão, geralmente viviam afastados dos seus da aldeia. O Pajé, pelo muito conhecimento de cura que exercia sobre os demais, era visto como um misto de medo e de admiração. Não era incomum a aliança entre o cacique e o Pajé, com o objetivo de melhor ordenar a vida na aldeia. Ao Pajé não era dado apenas o direito de cura, mas sim, atribuía-se a esse indivíduo toda uma sorte de atividades que iam desde a tomada de decisões políticas sobre guerra e paz até o aconselhamento em caso de desavenças entre os seus. A ele, era atribuído o poder de contactar-se com seres sobrenaturais, o que levou os padres missionários a persegui-los e enxotá-los das aldeias. O Pajé, durante muito tempo, era visto pelos índios e pelos colonizadores como um eremita, conselheiro e curandeiro. Um dos mais conhecido caboclo que viveu refugiado em um abrigo rochoso na área do Pai Mateus, em Cabaceiras-PB, foi um velho curandeiro, procurado por muitos e tido como uma espécie de santo, que deu seu nome ao lugar, ainda hoje visitado por turistas (Figura 8).



Figura 8 - Abrigo rochoso que viveu o caboclo Pai Mateus, Cabaceiras - PB.

Entre os Pajés, assevera Martius, eram comuns formas de se livrar de um inimigo como indicar ao parente do moribundo quem teria sido o causador da mandinga que afetava o moribundo. Como forma de vingar-se, era normal a morte daquele apontado pelo Pajé como o causador da feitiçaria. Conseguia-se ao mesmo tempo livrar-se do inimigo e consolidar seu poder enquanto adivinho e curandeiro.

As normas de tratamentos de doentes foram tão importantes entre os índios do Brasil, que maciçamente foram incorporadas como um verdadeiro legado, desde os primeiros colonizadores até o caboclo contemporâneo, fossem através do Pajé ou pelo alto conhecimento que se tinha dos recursos oferecidos pelo meio.

As doenças eram concebidas como produto final de encantação, feitiço ou mau-olhado, consistindo sempre num fenômeno sobrenatural, por isso, mesmo fazendo-se uso de ervas e animais para a cura, não se dispensavam as rezas do Pajé, único que poderia anular o suposto feitiço.

Estêvão Pinto (1938) ao analisar vários cronistas, cita as principais formas de cura entre os índios, em detrimento de serem Tupi ou Tapuia:

- 1- a sucção → consistia em o local do corpo acometido pela doença ser “chupado” com a boca por algum amigo ou, como era mais comum, pelo Pajé;
- 2- o sopro → consistia em assoprar, antes dos outros processos a parte do corpo doente, com o objetivo de expelir o mal;

- 3- fumigação → consistia em usar o tabaco de diversas formas, ou soprando o fumo sobre o doente ou colocando-o na ferida por cima do local em que o queixoso afirmava estar doente;
- 4- jejum → consistia em abster-se do consumo de certos alimentos, vegetais e animais. Tal crendice é muito comum atualmente entre a população acaboclada do Sertão, que evita comer algo porque o corpo/organismo está “reimoso”;
- 5- escarificações (escaras) → consistia em escarificar com dentes de certos animais (cutia, ratos, etc.) as bexigas e apostemas, colocando nas escarificações abertas algum sumo de vegetais ditos medicinais;
- 6- pinturas → consistiam em pintar a parte do corpo do indivíduo que se encontrava doente, acometida de algum mal. Geralmente, usava-se a tinta do jenipapo.

Entre muitos grupos indígenas do Brasil, era comum o abandono do doente considerado incurável, que passava a ser visto pelos seus como impuro.

Entre os Tapuias (Cariris e Tarairiús), além das atividades de curas citadas anteriormente, o uso de atividades místicas como danças, rezas e palavras era comum, bem como pintar o doente com tinta preta, de jenipapo, para que o diabo não o reconhecesse e não o levasse para si. Ao transportar o doente de um para outro local, os Cariris espalhavam cinzas pelo caminho para iludir os maus espíritos.

As guerras sempre foram importantes atividades realizadas entre todos os grupos indígenas do Brasil. Arregimentava-se todos da aldeia em prol da causa.

Para as guerras, eram os anciãos que tomavam a decisão de fazê-la ou não, pelo menos com relação aos Tupis, que determinavam o tempo da partida, preparavam tudo para o embote e consultavam definitivamente o Pajé. As guerras eram feitas, quase sempre, de forma planejada, pois o preparo dos mantimentos e a sondagem do terreno inimigo foram comuns entre Tupis e Tapuias. O costume de as mulheres acompanharem seus pares para lhes servirem e ajudarem no combate foi até certo ponto comum entre grupos indígenas do Brasil. Geralmente era comum o costume de quebrar a cabeça do inimigo, e assim, conquistar novo nome, sem que necessariamente fosse o do guerreiro abatido, como colocam vários cronistas.

Quando a aldeia que ia ser atacada estava bem guarnecida de paliçada, era costume, por exemplo, o inimigo construir nas proximidades obstáculos com certos

ramos de espinhos, aproximando-a sempre da aldeia que iria atacá-la, sitiando-a, abrindo-se buracos no chão e construindo estrepes, num misto de ataque e defesa simultâneos.

Os motivos das guerras interétnicas eram vários: captura de inimigos para vendê-los aos brancos ou trocá-los; obtenção de servos, obtenção de mulheres; vingança; tomada de territórios. A prova está no uso de cordas entre os guerreiros que iam atacar seus contrários, levavam-nas atadas ao abdômen com o objetivo de usá-las para os possíveis prisioneiros.

De acordo com Aurélio Abreu (1987: 37), foram os espanhóis quem primeiramente fizeram menção a setas envenenadas usadas pelos índios do Brasil, possivelmente quando da expedição de Gonzalo Pizarro no Amazonas, no século XVI (CARVAJAL, 1955).

Em inúmeros grupos indígenas do Brasil, os cronistas têm relatado os usos de armas diversas e determinadas substâncias utilizadas nelas para matarem o inimigo ou causarem-lhe algum dano. Schmidt (1942: 29) afirma que a principal arma comum a quase todos os grupos indígenas das Américas era o arco e a flecha.

O costume da saudação lacrimosa fora tão comum entre os Tapuias quanto entre os Tupis de todo o Nordeste do Brasil, verificado e citado por muitos cronistas: Fernão Cardim, Elias Heckmans, Jean de Léry. Esse ritual fora encontrado em quase toda a América e entre grupos humanos de outros continentes.

Estêvão Pinto (1938: 268) atribui esta característica a povos atrasados, selvagens, em processo de evolução:

Daí o motivo porque, entre as raças atrasadas, os gestos, a mímica, tão exuberantes, completam a expressão verbal. São as componentes da libido oral, que se exteriorizam, assim, nesta riqueza de gesticulação.

Nesse sentido, o gesto, a mímica torna-se, também, palavras, incorpora-se a linguagem grupal e serve como marca de expressão cultural de um povo.

As danças entre os índios eram um misto de atividades mágicas/ritualísticas e diversão. A dança possui características peculiares: a. associava-se às danças e beberagens, que duravam até três dias; b. geralmente as dançarinas se pintavam; c.

havia um compasso (tamboril ou muracá) para marcar a dança; d. era comum dois dançarinos se destacarem dos demais; e. a diferença de vozes no cantar era notório nestas atividades; f. comum era um índio dar início e os outros darem prosseguimento a cantiga; g. as cantigas e as danças visavam alguma atividade ligada ao cotidiano grupal; h. a dança era tão importante que se um prisioneiro de guerra tivesse tal dom, sua vida era poupada.

Nas festas, sempre acompanhadas da beberagem, geralmente o cauim, havia um entrelaçamento de atividades mágicas/ritualísticas. Imprescindíveis neste tipo de atividade eram os enfeites. As festas eram feitas por motivos diversos, mas considerados superiores, como guerra, morte e iniciação.

Entre os Tapuias, as danças, festas e bebedeiras aconteciam, basicamente, pelos mesmos motivos que nas tribos Tupis. Inclusive, afirma Pinto (1938: 279), teriam sido os Tapuias influenciadores das danças dos Tupis. Entre os Tapuias Carijós e Fulniôs, de Águas-Belas, Pernambuco, Mário Melo identificou que havia dois marcadores, compassistas da dança, que os demais seguiam. Da mesma forma, os tocadores de instrumentos. Entre estes índios, eram as mulheres que davam o compasso dos cantos, seguidos pelos Maracás e os eaquixás (davam a nota da marcação). A música monótona era uma característica de quase todos os grupos indígenas do Brasil, observaram inúmeros cronistas.

Muitos cronistas têm relatado as numerosas atividades festivas desenvolvidas pelos índios do Brasil.

Gabriel Soares de Souza (1971) informou que era comum existirem índios Tupis poetas que prestavam tais serviços, inclusive entre os inimigos sem que fossem molestados, graças ao dom que tinham.

Jean de Lery (1990) também faz menção às melodias dos índios, de som agradável e festivo.

As atividades de lutas corporais com o objetivo de mostrar destreza e coragem entre os de um mesmo grupo eram comuns, servindo inclusive como forma de demonstrar bravura para uma suposta escolha pelas moças das tribos para futuros maridos.

As mulheres faziam parte de algumas poucas danças e impedidas de assistirem a diversos rituais de passagem masculino. Na casa das flautas, local onde se realizava cerimônias mágicas, era proibida a entrada de mulheres; na ocasião em que era realizada entre alguns grupos étnicos a festa do Jurupoi, as mulheres eram trancadas nas malocas, não sendo permitido ao menos ouvir os sons dos instrumentos tocados quando das festividades. Caso isso ocorresse, a mulher, em algumas tribos, seria punida com a morte. Talvez prova de uma sociedade patriarcal.

Ao pai, cabia também total autoridade sobre os filhos, ao menos até a maioridade dos mesmos, que variava de grupo para grupo. O nome do filho geralmente era dado pelo pai que, na maioria das vezes, era o nome de um parente morto, de uma planta, animal ou de algo representativo da natureza, como forma de expressar respeito e precisão para como o meio. Havia também grupos que davam outro nome ao filho quando este passava a puberdade; nos homens se dava entre os 12 ou 14 anos, nas mulheres, como já exposto, com a primeira menstruação.

A violência dos pais para com os filhos, ao contrário do que tem se colocado, era forte e existiu entre quase todos os grupos do Brasil. No homem, minimizava-se quando este alcançava a fase adulta, nas mulheres, quando se casavam.

Para que as crianças fossem bem comportadas, entre os Tupinambás, era costume o chefe passar nas cabanas todas as manhãs e arranhar as pernas das crianças e, caso não se comportassem durante o dia, o homem voltaria a fazer o mesmo. Isso metia medo nas crianças e as tornavam dóceis e obedientes.

No pós-contato, foi detectado que os índios vendiam ou trocavam os próprios filhos com os brancos, para servirem-lhe de escravo.

Não existe relato, na historiografia, da existência de um único grupo indígena que não fizesse uso de algum adorno corporal.

O uso de tatuagens entre o silvícola brasileiro, especialmente entre as mulheres para distinguir solteiras de casadas foi comum entre os Tupis. Eram chamadas de Tapirapé.

Os adornos de paus, ossos ou pedras foram verificados pelos cronistas. Os Tarairiús, por exemplo, furavam as orelhas e os lábios em rituais de passagens.

A pintura corporal utilizada por diversos grupos indígenas, ainda hoje, era feita com o suco do jenipapo (*Genipa americana L.*) e a polpa do urucu (*Bixa orellana L.*), conseguindo a cor preta e vermelha respectivamente.

Os Kadiués ainda hoje fazem uso de tatuagens; da mesma forma que os Munducurus tatuavam seus guerreiros com suco de jenipapo, deixando-os com tatuagens negras que serviam para amedrontar os inimigos.

Os Tupinambás do Maranhão, no período do pós-contato, também, realizavam a tatuagem, especialmente as mulheres.

Já os adornos de penas eram utilizados pelos gentios do Brasil de forma multicolorida, tornando suas plumagens cobiçadas pelos europeus que as levavam para a Europa para serem comercializadas. Colares, pulseiras e mantos eram os principais adornos; as penas de diversos pássaros, de acordo com cada região, eram utilizadas.

No Nordeste, já identificou-se que a acauã (*Herpetotheres cachinnans*), gavião-real (*Harpia harpyja*), mutum (*Crax migratoria*) e vários tipos de papagaios, maracanãs e principalmente araras (*Anodorhynchus*) eram os preferíveis por apresentarem bonitas plumagens multicores.

Este tipo de adorno muito raramente é encontrado em atividades arqueológicas, pois se decompõe com facilidade. A literatura e a iconografia nos fornecem excelentes exemplos dessas indumentárias utilizadas pelos índios que, provavelmente, já seriam uma herança dos povos que os antecederam na região.

O coritá era um adorno de penas colocado na cabeça e servia como símbolo de autoridade usado pelos homens de alguns grupos do Amazonas.

O uso de botoques ou os tambetás surgem com os relatos dos primeiros cronistas que visitaram o Brasil. Eram considerados objetos feitos pelos brancos; entre os índios eram sinônimo de valentia e usá-los fazia parte de rituais de passagens. Aurélio Abreu (1987: 43) aponta os tipos de botoques utilizados, no Brasil, entre os principais grupos étnicos, que transcrevemos a seguir: tipos circulares – feitos de madeira ou de jadeíta eram bastante utilizados pelos Tupis. Tipos cilíndricos – feitos de ossos ou paus, toscos, foram utilizados por inúmeros grupos Tapuias. Provavelmente,

pela análise literária e as pinturas, era esse tipo que os Tarairiú faziam uso; tipo tabular – geralmente feito de taquara, ponta aguda para facilitar a penetração labial e fixado com cera. Os Borôro são exemplos de grupo étnico que fazia uso desse tipo de adorno.

Geralmente o uso de adornos labiais seguia todo um ritual de passagem. Aos 5 ou 6 anos, as crianças do sexo masculino usavam um tambetá. A perfuração acontecia com um pequeno osso que em seguida era colocado um pedaço de madeira. O diâmetro do orifício era aumentado a cada ano até que se colocasse a peça final como forma de definir o sexo masculino.

O tambetá era proibido de ser usado por mulheres, além de servir, segundo Abreu (1987: 43), para distinguir a tribo ou a nação (o grupo étnico) que o indivíduo fazia parte. Isso leva-nos a pensar existirem várias formas e modelos de tambetá diferentes em todo o Brasil.

O cotidiano indígena do Brasil era regado por inúmeras atividades, nestas, o uso de ferramentas, como armas, serve de demonstrativo da sua elevada capacidade de pensar formas de sobreviver. Por exemplo, o uso de arco e flecha permitiu-lhe não mais a aproximação fatal de certos animais, bem como, tais ferramentas transformadas em apetrechos bélicos se aperfeiçoam na medida em que as transformações ambientais acontecem. Com a extinção da megafauna, foi preciso desenvolver armas menores capazes de abaterem animais cada vez menos. Estes apetrechos, num dado momento, transformam-se em armas letais de ataque e defesa.

Da mesma forma em que as sociedades tornam-se mais complexas, existe agora a necessidade em armazenar água e alimentos para as longas jornadas em busca de novas áreas para pouso ou mesmo, quando dos grupos sedentários, alimentarem uma população sempre crescente. A cerâmica cozida, o não e o uso de recipientes de couro, palha, casca de árvores e cabaças são fortes indícios de um processo evolucionista, transformacional e adaptação ao meio ambiente. Nossos grupos humanos dos Sertões da Paraíba teriam alcançado este estágio de desenvolvimento quando do contato com os europeus. O rompimento brusco do seu processo desenvolvimentista teria gessado um processo que já durou milhares de anos, mas que, mesmo lentamente, se desenvolvia adaptando a hostilidade do ambiente.

A fiação e a tecelagem são inovações que os Tapuias já conheciam, um exemplo são suas redes que, mesmo que toscas, eram tecidas a partir de fios de algodão trançados em grosseiros instrumentos de fiar, o que só corrobora com a ideia de tais povos serem sedentários ou semisedentários, bem como horticultores.

Se eram povos horticultores, acreditamos, portanto, terem um certo conhecimento de astronomia, sendo capazes de ao menos identificarem um período de chuvas onde deviam plantar o milho, os feijões, as mandiocas e outras plantas, bem como o período de os colherem e acomodá-los para os consumirem nos períodos em que as chuvas ficavam escassas. A existência de sinalações com características astronômicas em sítios arqueológicos de arte rupestre, não seria uma prova cabal do conhecimento, mesmo que incipiente, desses grupos humanos de astronomia? Acreditamos que sim. Não se pintariam ou gravariam rochas suportes sem que aquilo apresentasse um objetivo prático em suas vidas, assim, como saber as épocas certas de plantar e colher senão por poucos conhecimentos de astronomia? Esses poucos conhecimentos de astronomia não proporcionaram aos indígenas do Brasil descobrirem as estações do ano, nem provavelmente organizarem um calendário regular, talvez moldado num calendário europeu. Não seria de tudo errado afirmar, também, que não existia entre os indígenas, especialmente, os Tapuias. O surgimento da generalização científica, a análise do total, formada por parcelas, daí acreditamos que seu comércio era mera troca não-numerária, mas simbólica, indireta e sem cunho de obtenção de lucro, pois suas necessidades não eram as mesmas dos colonizadores europeus.

4.3. Os índios Tapuias do pós-contato: Cariris e Tarairiús, usos e costumes

4.3.1. O termo Tapuia

Para Moreira Neto (1971), que estudou os índios chamados por ele de destabilizados da Amazônia, ou aqueles que sofreram intensas baixas graças ao contato, nada mais é do que os trabalhadores dos brancos em fins do século XIX; geralmente eram índios já domesticados e entregues ao trabalho agrícola, a coleta de drogas, a caça e pesca, as construções públicas, a navegação e aos trabalhos domésticos. Em suma, Tapuia, nesse sentido, era a massa humana indígena de baixa

renda e pouca qualificação, geralmente os que se envolviam em beberagens e badernas, a exemplo dos que participaram da cabanagem.

Para Câmara Cascudo (1953: 856), o termo Tapuia designava os índios do interior, o selvagem porque a divisão era sumária: no Litoral, os Tupis e nos Sertões, os Tapuias.

Tapuia para Rugendas (1949: 69), seriam os indígenas independentes, em oposição aqueles domesticados pelos brancos.

Nieuhof (1942: 310) chama os Tapuias de Tapuyers e Tapoeyers. Afirma o autor que os Tapuias se distanciam pela língua e costumes.

Estevão Pinto (1956: 39-40) diz que Tapuias eram todos os grupos que viviam no interior e aqueles considerados de línguas isoladas.

Já para Azpilcueta, os chamava de Tapuza (Pinto, 1956: 207). Cardim (1925) chama de Tapuya. Frei Vicente do Salvador (1937) chamava os índios dos Sertões de Tapuhia; Figueira (1915) os chamava de Tapyya; Brinton (1891) de Tapuyo; Varnhagen (2002) de Tapuhy.

Cardim (1925) via os Cariris e os Tarairiús como os verdadeiros Tapuias do Nordeste e mais um cem número de tribos ionternadas nos Sertões, com línguas e costumes distintos.

Pompeu Sobrinho (1935: 367) considerou os Cariris como os verdadeiros Tapuias da região. Já Estêvão Pinto (1956: 208) via os Tarairiús como tais.

Com o tempo, percebeu-se que o Litoral não era habitado apenas pelos Tupis, mas também por Tapuias, bem como, o interior não era habitado apenas por Tapuias, mas também por tribos Tupis.

Tapuia, Tapuio, Tapyía são topônimos de indígenas para Theodósio Sampaio (PINTO, 1938), a terminologia Tapyía é a “contração de *táua*, *taba*, *epy*, origem, princípio e *ia*, fruta, e por via disso mesmo tem o sentido de “fruto de origem da *taba*” (CASCUDO, 1953: 856).

O Padre João de Azpilcueta Navarro chamava os Tapuias de Tapuzas, que são uns

índios bestial e feroz, porque andam pelos bosques como manadas de veados, desnudos e com cabelos mui longos como de mulheres; sua fala é mui bárbara, e eles mui carniceiros, e trazem flechas ervadas, e despedaçam um homem em um momento (HUE, 2006: 135).

Santos Júnior (2008: 10) apresenta-nos os inúmeros sinônimos do termo Tapuia, bem como seu suposto significado: Tapuyos, Tapuhias, Tapuzas, Tapyyia, Tapuya e Tapoyer. O termo Tapuia fora historicamente construído graças a noção de barbárie a que foram submetidos pelos outros.

Para os grupos Tupis habitantes das costas do Brasil, Tapuias eram todas as tribos de indígenas que não eram do tronco Tupi-Guarani e eram traduzidas como inimigos (CASCUDO, 1953: 856-857).

Elias Herckmans (1985), governador holandês da Capitania da Paraíba, assim define a terminologia Tapuia:

Os Tapuias formam um povo que habita no interior, para o lado do Ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites, os mais afastados da capitania, ora ocupados pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses. Dividem-se em várias nações (HERCKMANS, 1985: 44).

Em suma, segundo o pensamento do neerlandês Elias Herckmans, Tapuia seriam todos aqueles grupos humanos de ameríndios que habitavam os Sertões da capitania, entendendo, por Sertões a zona pouco povoada do interior do país. Sertões, neste sentido, seriam as terras povoadas por aqueles que falavam a língua travada, difícil de ser compreendida pelos colonizadores e que, em alguns momentos não aceitaram o processo de dominação do colonizador, reagindo com guerras, assassinatos, fugas, se interiorizando-se, sertão adentro.

O termo Tapuia foi homogeneizado, no século XVI, devido à percepção de assimilação das diferentes línguas faladas nos Sertões; em outras palavras, designaram-se de Tapuia os grupos não falantes da língua geral.

É interessante que os grupos Tapuias só aparecem na cartografia portuguesa a partir do século XVII, quando os Tupis migram maciçamente para o Litoral, provavelmente expulsando em definitivo os Tapuias para os Sertões. Os erros se

sucedem tanto com relação aos Tapuias quanto aos Tupi, no tocante a esse processo migratório.

Os Tarairiúsw, por exemplo, eram um grupo que habitava do Litoral ao Sertão, pelo menos na Capitania do Rio Grande.

Para Greg Urban (1992: 99), havia no Nordeste pré-histórico e pós-contato uma diversidade de línguas Tapuias muito grande, algumas delas isoladas, outras faladas por um número significativo de aldeias que teriam dado origem ao tronco linguístico Macro-jê. A grande confusão existe, nos dias atuais, em classificar determinadas línguas nesse grupo, é que os povos foram extintos, a exemplo dos Tarairiús, sem que tivessem sido estudados de forma sistemática e de existirem poucos registros escritos sobre eles. Atualmente, nos lembra Barbosa (2007:75), no Nordeste do Brasil, apenas os Fulniôs, de Águas Belas (PE) falam o ya-thê, do tronco linguístico Macro-jê. As demais foram perdidas com o tempo.

Para Jan de Laet (Apud WAGNER, 2002: 109), um dos 19 diretores da Companhia das Índias Ocidentais, reconhecia e distinguia dois grupos de índios no Brasil: os Tupis, que viviam arranhando o Litoral, o povo da costa do Brasil e os Tapuias. Sobre este último, ele coloca que viviam no interior, tinham uma língua híbrida, ou seja, falavam um *misto* de línguas, ao contrário dos Tupis que falavam uma língua comum e, coloca que os Tapuias estavam distribuídos em 76 tribos.

Mas talvez a importante contribuição de Laet sobre as tribos Tapuias seja com relação a sua heterogeneidade. Entre os Tapuias, ele nomeia duas tribos que viviam em cabanas, uma em cavernas, tribos que viviam como nômades e três tribos agrícolas. Algumas delas chegavam mesmo a aprender a língua comum e assim começam a entender a fé cristã, pois os Jesuítas podiam ensinar nessa língua (WAGNER, 2002: 109).

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro (1980: 27) apresenta um conceito de Tapuia que foge a todo e qualquer conceito baseado na etnografia. Ela baseia seu conceito numa suposta “agressividade” dos pertencentes a “tribo Cariri” e, graças a essa característica que seria “peculiar” nesses índios, Tapuias, então, “significa inimigos”.

O termo Tapuia usado por Gândavo fazia referência inicialmente a uma tribo específica de índios que habitavam o Maranhão na sua parte Oriental, sendo considerados da mesma nação dos índios Aimorés. Mais tarde, o termo Tapuia passa a designar um conjunto de tribos reconhecido pelos outros com traços e identidade diferentes daqueles grupos do Litoral, os de língua geral (GÂNDAVO, 1995).

Para o venerável Padre Anchieta, a terminologia Tapuia queria dizer escravo, pois todos os outros grupos humanos que não são de sua nação, ou seja, não pertencem a essas hordas de índios selvagens, têm por tais como escravo e com eles fazem guerras (ANCHIETA, 1584: 310).

Para Simão de Vasconcelos (1977), os Tapuias falavam mais de cem línguas e eram vistos como povos selvagens, aguerridos e fazedores de guerra, inimigos conhecidos de todas as outras nações indígenas e de algumas das suas próprias, daí serem conhecidos pela alcunha de contrários ou inimigos.

Frei Antônio Maria de Santa Jaboatão definia os índios Tapuias através da sua grande heterogeneidade de línguas faladas e por habitarem os Sertões. Eram, para ele, os naturais da terra que viviam nos confins e vastidões dos Sertões e não falantes da língua boa ou geral, tendo cada nação a sua língua particular (LINDOSO, 2007).

Pedro Pontuni (2002: 68), de forma contundente, coloca que o termo Tapuia não pode ser compreendido apenas como um simples etnônimo, mas sim, uma terminologia histórica construída desde tempos remotos pelos que habitavam o Litoral na época do contato, os Tupis, que possivelmente expulsaram em tempos incertos; servem, também, como uma espécie de divisor territorial entre os do Litoral (Tupi) e os dos Sertões, no caso específico da Paraíba os Cariris e Tarairiús.

Eram os bárbaros, na visão dos Tupis e depois dos próprios colonizadores por serem indolentes, hostis e não aceitarem pacificamente a colonização, escravidão, quebra de sua cultura e expropriação das terras.

Para Robert H. Lowie (1963), o termo Tapuia sempre foi confuso de definir. Tapuia seria um termo vazio e geral para designar um bando de aldeias com uma realidade etnográfica confusa, pouco estudada e conhecida, indicando uma realidade

difícil de ser explicada e de difícil classificação, tanto para os colonos quanto para os etnógrafos que se dedicaram a estudar os Tapuias.

Tapuia, para William Hohenthal, seria um etnônimo limitado e utilizado para designar determinados índios “de ergologia específica, que se caracterizam pela ausência de aldeias fortificadas, pelo desconhecimento de jirau e esteiras de dormir, e que cozinhavam em fornos subterrâneos” (LINDOSO, 2007: 30). Dirceu Lindoso vê a citação desses traços como pouco para classificar um grupo étnico.

Para Estêvão Pinto (1938), Tapuia seria a designação para grupos humanos “sem unidade cultural ou linguística autônoma”, seriam, enfim, hordas humanas marginais, portanto, assim como Lowie, Pinto via a terminologia como vazia, geral. Pompeu Sobrinho acabou por limitar e generalizar o termo Tapuia “a qualquer realidade etnográfica que não fosse Tupi”. Tal colocação assenta-se no que fora divulgado pelos cronistas desde o início da colonização: quem não pertencesse ao grupo Tupi automaticamente era Tapuia.

Pompeu Sobrinho (1935) via como representantes desse grupo apenas os índios Cariris e Tarairiús. O que parece é que Th. Pompeu Sobrinho os cita mais por perceber que estes dois grupos étnicos foram os que conseguiram, em parte, sobreviver ao genocídio imposto pelos colonizadores com o início da colonização, sendo, portanto, os sobreviventes conhecidos. Os demais grupos Tapuias, nessa visão, foram extintos antes que a ciência os descrevesse. Isso leva-nos a conjecturar, portanto, terem existido outros grupos Tapuias na Capitania da Paraíba.

O Padre José de Anchieta (Apud BARBOSA, 2007: 69) diz que as “diversas nações de outros bárbaros de diversas línguas a que estes índios (os Tupis, Carijós) chamam de Tapuya”, que teria o significado de “escravo, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra”. Assim percebe-se que para o Pe. Anchieta, os Tapuias, ou os povos que não falavam a língua geral eram aqueles selvagens que viviam em constantes guerras contra outros dos Sertões ou contra aqueles do Litoral.

Na visão de Simão de Vasconcelos (1977: 109), Tapuias eram considerados os inimigos conhecidos “... de todas as mais nações de índios: com esta (os Tupis) e

algumas das suas, trazem guerras contínuas. E destas tão conhecidas inimizades lhe veio o nome de Tapuia que vale o mesmo que de contrário, ou inimigos”.

Já para Batista Caetano (1980), Tapuia seria o composto de *Tapy-ei*, significando comprados, aprisionados, cativos ou recuo e/ou chusma; *taba-eyi*, o recuo ou a plebe do povo. Nesse sentido, ler-se de forma pejorativa como povo que deve ser escravizado por se apresentar inferior. Outro termo seria *Tapyi*, significando choça, cabana, talvez essa terminologia seja uma corruptela de *tog-péi* ou *to-pil*, significando pequena; *top*, significando folha, sufixo de *Tapuol*, folha em Chilidúque, língua dos nativos chilenos.

Martius (1938) afirma que existiram várias línguas Tapuias, destacando três, mas dando ênfase a língua Jê. Depois, com os estudos, verificou-se que uma delas pertencia ao tronco linguístico Macro-jê.

No geral, as várias formas utilizadas por cronistas dos séculos passados para se referirem aos povos não Tupis, habitantes ou não dos Sertões, foram as mais diversas possíveis: Tapuia, Tapuzas, Tapiea, são apenas algumas, mas que servem de demonstrativo da grande heterogeneidade dos grupos humanos do interior.

Tapuias ainda foram vistos como os povos contrários aos Tupis. Todo e qualquer inimigo dessas, na visão de Cardim (1978). Nesse sentido surge uma espécie de bipolaridade indígena do Brasil: de um lado os Tupis do Litoral, do outro, os Tapuias dos Sertões, diversificados em língua e costumes, sem catequese, sendo assim, como se fazer uma gramática para cada povo Tapuia, se existiram tantos?

Bartira Ferraz Barbosa (2007) afirma que as línguas Tapuias foram desprezadas pelos colonizadores, com exceção da língua Cariri, estes formavam numerosas tribos que habitavam os Sertões. A língua Cariri apresentava dialéticos parecidos com os da língua geral, provando, talvez sua antiguidade na região. Menos belicosos que outros grupos, como os Tarairiús, sua língua foi estudada por Mamiani. Ao contrário dos Tarairiús, que só chegaram, aos nossos dias, alguns poucos verbetes, geralmente apreendidos pelos holandeses, seus aliados. O exposto até o momento reforça a tese, portanto, da existência de pelo menos dois grupos humanos constituídos por Tapuias na Paraíba.

Em documento escrito em Lisboa e datado de 24 de abril de 1683, um fato memorável merece aqui ser destacado. Ao tratar o documento de como os índios deveriam ser tratados, fossem pelos missionários ou por agentes civis, o documento faz menção e distinção entre os índios: “...Proibir-se que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse, nem induzisse índios, nem Tapuias sem licença dos padres...” (BARBOSA, 2007: 148).

Fica claro que, em pleno final do século XVII, os Tapuias dos Sertões ainda eram vistos como os selvagens, indolentes, hostis, incapazes de não receberem a fé Cristã, portanto, adoradores do diabo e assim deveriam ser vistos diferentes dos índios Tupis catequizados, mansos e aldeados. Cabia aos Padres o mando sobre os índios, pois foi lhes dado a incumbência de transformá-los em homens.

Joan Nieuhof (1942) via os Tapuias como verdadeiros assassinos, piores do que todos os outros brasileiros, ou seja, mais sanguinários do que os Tupis do litoral. Selvagens.

Ambrósio Brandão (1966: 216) assim via os índios Tapuias:

Trazem os cabelo crescidos como o de mulheres, com serem geralmente tão temidos que é bastante um só Tapuia para fazer fugir muitos, e assim entram mui poucos por grandes aldeias mui confiadas, e delas tomavam tudo o que querem, sem ninguém lhe ir mão, e ainda as próprias mulheres lhes deixam levar, tão grandíssimo mudo lhes tem cobrado.

Gabriel Soares de Souza (1971: 205) os via como gente brava, silvestre, indômita, habitantes dos Sertões.

Guilherme Piso (1957) dizia que os Tapuias eram ferozes, truculentos, indomesticáveis, verdadeiros felinos.

A literatura e os documentos da época colonial do Brasil, bem como as representações pictóricas dos pintores da época, em telas que mostram os índios, quase sempre europeus que buscavam criar um estereótipo sobre os índios para justificar a conquista, fossem através das guerras ou pela imposição da fé cristã, viam esses índios como bárbaros. Para isso sempre mostraram seus aspectos belicosos e seus rituais vistos como cruéis e ligados ao demônio, sendo comum a representação do canibalismo, símbolo maior da selvageria do índio brasileiro.

Levasseur (2001: 47) chama os Tapuias de Taĩĩ, ou Tapayĩ; povo selvagem, ou aqueles que conseguiram manter sua independência no meio dos Tupis.

Tzvetan Todorov (1993: 25) de forma clara conceitua o termo bárbaro e o porquê dos europeus verem os índios como tais: são os que creem que os outros, a sua volta, são bárbaros. Todos os homens são iguais, mas nem todos o sabem; alguns se creem superiores aos outros e é preciosamente nisso que são inferiores.

Os europeus, quando aqui chegaram, encontraram grupos humanos vivendo num sistema quase comunal, totalmente diferente do que se via na Europa renascentista. Os europeus se viam como modernos e desenvolvidos e viam os índios como bárbaros, selvagens, justamente por não conhecerem nem viverem a moda europeia, os índios. Foi a partir dessa constatação que os europeus perceberam o poder que poderiam exercer sobre os outros, principalmente pelo uso da persuasão através das armas.

Desde o início da colonização que houve, nas palavras de Maria Idalina da Cruz Pires (2002: 17), um desprezo generalizado por estes povos dos Sertões, os Tapuias, falantes de inúmeras línguas e que em muitas das capitâneas impediam o processo de ocidentalização dos portugueses, enfim, de interiorização da conquista do interior. O desprezo pelas línguas e costumes foi uma constante entre os colonizadores, especialmente para com os povos considerados bárbaros. A dizimação foi tamanha que inúmeros grupos vistos como bárbaros foram extintos antes mesmo de serem descritos pelos cronistas. Muitos povos bárbaros não foram, linguisticamente falando, classificados e pouco foram conhecidos seus costumes. A historiografia, de forma geral, transmitiu uma ideia etnocêntrica, distorcida do real, daí ter se perpetuado a ideia de selvageria e barbárie desses grupos humanos. Idalina Pires chama esses índios do interior, a partir da visão eurocêntrica, de “índios problemas” em contraposição aqueles do litoral, considerados índios-bons” (PIRES, 2002: 18). A não aceitação do mundo dito civilizado por parte de muitos grupos Tapuias e suas reações, levaram-nos a ser vistos como traiçoeiros, selvagens e bárbaros.

Ao contrário do que afirma Idalina Pires, o extermínio dos Tapuias era esquecido pelos colonizadores, fazia-se questão de mostrar, inclusive com ordens expressas de El-Rei, dos Governadores-Gerais ou dos capitães donatários, as atrocidades

cometidas, como bem mostrou Pedro Puntoni (2002) em vários documentos em sua obra *A Guerra dos Bárbaros*.

Frei Vicente do Salvador (1937: 9) afirma que vários escritores da época colonial “chamam línguas travadas os numerosos falares Tapuyas, diversos da língua geral. Os que falavam esta chamavam Nheengahibas, Tapuyas, Guayanases etc. aos de línguas travadas.

Para Berta Ribeiro e Lucia Velthem (2002), Tapuias eram aqueles grupos filiados ao tronco-linguístico Jê e grupos de índios considerados isolados.

Atribui-se aos Jê uma pseudo-nacionalidade territorial brasileira, pois não fora detectada a existência de outros grupos falantes das línguas do tronco em outras partes do imenso continente.

Berta Ribeiro cai na mesma armadilha que tantos cronistas caíram, numa quase visão eurocêntrica, demonstrando um total descaso ou desconhecimento da cultura material dos Tapuias, afirmando que, tais povos, apresentam “cultura material mais simples” (RIBEIRO e VELTEM, 2002: 23). Mas o que é mesmo ter uma cultura material simples? Por outro lado, afirma a autora que a organização social desses grupos era mais complexa do que aquelas sociedades representantes dos Tupis, dos Aruaks e Karibs. Mas, o que é possuir uma organização social mais complexa? A cultura material não seria uma consequência da complexidade social de um grupo? De forma pejorativa, afirma que os Tapuias eram bestiais, selvagens, etc., e insere, por exemplo, os Tarairiús, como pertencentes ao tronco-linguístico Macro-jê, falante da família linguística jê. Da mesma forma, faz tal inserção aos índios kariris (Cariri) do Nordeste.

Nieuhof (1942) escreve a *Memorável Viagem Marítima Terrestre ao Brasil*, impressa em 1682, informando serem os Tapuias habitantes do interior. Descreve, ainda, os Cariris, mas sempre baseado no relatório guia de Herckmans (1985).

4.3.2. O que era Cariri e Tarairiú na visão dos cronistas e pesquisadores?

É Olavo de Medeiros Filho (1984: 25-26) quem cita as diferenças principais “étnico-culturais, entre os Tapuias TARAIRIÚS e CARIRIS”, que resumiremos nos Quadros 7 e 8 a seguir:

GRUPO ÉTNICO – CULTURAL TARAIRIU
1. Tem origem da 1ª corrente migratória, proveniente do Nordeste da Sibéria, de onde transmudara-se, há 20 ou 28 mil anos A.P., via estreito de Bering. Segundo Thomaz Pompeu, esse grupo teria, inicialmente, se fixado no rio Yukon, no que hoje é o Alasca, espalhando-se pelas Grandes Planícies do que hoje corresponde, em parte, ao centro dos Estados Unidos e, posteriormente atingiu o Nordeste do Brasil;
2. possuía características físicas de elevada estatura física, dolicocefalia, hipsicrania, tipo australóide;
3. encontrava-se no estágio do paleolítico superior, o que ele chama de grau primário;
4. possuía uma organização econômica coletora;
5. como arma usavam a lança de arremesso em que era colocada uma pedra pontiaguda;
6. fazia uso de machado tosco;
7. formou, em outras partes do continente Americano, como na América do Norte, os Sílvio e, na América do Sul, os háguido, hu´sopido e polagônio;

Quadro 7 - Características dos Tarairiús, de acordo com Thomaz Pompeu Sobrinho (1935)

Fonte: Medeiros Filho (1984: 25-26)

Sobre os Tarairiús, analisaremos os pontos citados no quadro 7.

O primeiro ponto abordado por Thomaz Pompeu Sobrinho (1935), não deixa claras duas coisas: primeiro, qual o caminho percorrido pelos antecedentes dos Tarairiús quando adentram, via Bering, chegando ao Alasca, grandes planícies e ao Nordeste do Brasil. Teriam seguido os Andes e de lá os grandes rios até chegar ao Nordeste, ou margeando o litoral? O segundo ponto diz respeito a quando teriam alcançado o Nordeste do Brasil? O texto, portanto, fica vago com relação aos pontos expostos.

Com relação ao segundo ponto, mais uma vez Thomaz Pompeu Sobrinho (1935) não cita as fontes pare se chegar às conclusões apresentados por Medeiros Filho (1984), o que torna seu discurso meramente descritivo.

No terceiro ponto, o autor os enquadra como num estágio do Paleolítico Superior; entretanto, os vários cronistas analisados aqui demonstram o contrário: a existência de “reis” comandando milhares de homens, aldeias fixas com centenas de homens, mulheres e crianças, pressupõem a existência de certa organização sócio-cultural, sem contar as várias guerras que estes povos organizaram contra os colonizadores.

O quarto ponto trata dos Tarairiús serem meramente coletores, o que até certo ponto só reafirma o exposto por Elias Herckmans (1985). No entanto, questionaremos como uma sociedade de 1,5 mil homens poderia viver apenas da coleta, da caça e da pesca numa região considerada ainda hoje inóspita.

O quinto ponto, que trata de uma das armas utilizadas pelos Tarairiús, bate com o material coletado por nós nas escavações realizadas em áreas dos Tarairiús.

O sexto ponto, que trata do uso de armas líticas, apenas menciona o uso de machados toscos. Ora, como o autor anteriormente os enquadra no Paleolítico Superior, o material lítico desse grupo étnico-cultural seria, portanto, de edra lascada, o que não bate com o material lítico já recuperado em superfície no sítio Cabaças I, em Cuité-PB, onde se verificaram materiais como pontas-de-lança e machados polidos, de rara beleza e perfeição técnica.

O sétimo ponto merece atenção: o autor não menciona qual a metodologia utilizada para comparar o tipo físico dos Tarairiús do Nordeste do Brasil com os outros grupos humanos citados anteriormente.

Vejamos o que nos diz Thomaz Pompeu Sobrinho (1935) acerca das características étnico-culturais dos Cariris, conforme o Quadro 8:

GRUPO ÉTNICO – CULTURAL CARIRI
1. os Cariris descendiam da IV entrada migratória proveniente da Indonésia e da Polinésia, entre 9 ou 10 milênios;
2. via marítima ou marítima-costeira, chegando inicialmente no Pacífico;
3. estabeleceu-se a IV corrente migratória no Istmo do Panamá e adjacência, espalhando-se em seguida por toda a América;
4. apresentava baixa estatura, branquicefalia, mesorrinia tipo mongolóide;
5. estava na fase Neolítica média;
6. praticava a agricultura, conheciam a cerâmica e a confecção de tecidos;
7. seguia o direito Matrimonear o avunculato;
8. praticava a navegação com canoas monóxilas;
9. usava o arco e a flecha e a zarabatana, como armas principais;
10. fazia uso de cabeça-troféu, o animismo, o shamanismo e o canibalismo ritual;
11. era construtores de Mondos;
12. na América do Norte, produzira o tipo étnico Sudístico e na América do Sul, o tipo étnico Brasilido;

Quadro 8 - Características Cariris, segundo Thomaz Pompeu Sobrinho (1935).

Fonte: Medeiros Filho (1984: 26).

Segundo os Cariris, alguns comentários necessitam serem feitos, de acordo com o exposto no quadro 8:

O primeiro ponto trata da ancestralidade do grupo étnico Cariri, descendeu o mesmo de uma provável IV leva migratória para as Américas entre 9 ou 10 mil anos AP. Ora, quais as provas materiais (arqueológicas), para tais afirmações? Em contradição, o segundo ponto lança a hipótese da via costeira ou cabotagem até a chegada no continente, como buscar provas materiais para tal hipótese, já que, há 10 mil anos, vivenciávamos uma verdadeira revolução ambiental no planeta, com o “término” da última glaciação, com idas e recuos do mar, apagando os vestígios que possivelmente poderiam provar tal possibilidade?

O décimo ponto, que trata do uso da cabeça-troféu, não tem nenhum sustentáculo na literatura dos cronistas, que não mencionam terem sido os Cariris detentores desta prática, a de arrancarem as cabeças de seus inimigos e a usarem como troféus de guerra.

Afirmar que os Cariris eram construtores de *Monds*, sem pesquisas arqueológicas que comprovem essa características, é no mínimo precipitado; não existem provas reais destas características por parte dos Cariris, ao menos na Paraíba.

Foi o judeu alemão, de Waldeck, Jaco Rabbi, acompanhante da comitiva de Maurício de Nassau em 1637, que escreveu, talvez, a principal crônica seiscentista sobre os Tapuias Tarairiús, ligados a Janduí.

Medeiros Filho (1984) descreve todas as atividades desenvolvidas por Jacó com relação aos Tapuias Tarairiús. Ele teve a permissão do Conde para permanecer com os índios durante cerca de quatro anos, aprendendo e servindo de intérprete entre estes (os Tarairiús) e os holandeses. Sempre seguindo os costumes dos índios, sem ofendê-los, agradando sempre ao “rei”, como forma de mantê-los unidos aos holandeses; fortes aliados para manterem o controle sobre o território.

Um cronista no ano de 1607, anônimo, já se referia a existência de duas nações Tapuias na Capitania do Rio Grande, com grande números de homens. Inicialmente, os Tapuias acabaram por se rebelarem contra os primeiros conquistadores, os

portugueses. Já com relação aos holandeses, seus cronistas confirmam o bom relacionamento entre os índios e estes colonizadores.

Barleu (1940) mostrou o bom relacionamento entre estes pares. O mesmo cronista ainda coloca que a moradia dos Tapuias dava-se nos Sertões, no interior do Brasil, distante do Litoral, com várias línguas falantes e costumes adversos dos índios do Litoral.

Já o cronista Nieuhof (1942) também dava informes sobre os Tapuias viverem no interior, a Oeste das regiões dominadas tanto pelos luso-espanhóis quanto pelos holandeses.

A divisão dos Tapuias se dava em diversas nações distintas pela língua e pela denominação cultural.

Os grupos apontados por Elias Herckmans (1985), os Cariris, os Caririways e os Caririjouws, três grandes grupos que habitavam transversalmente Paraíba e Pernambuco, podem ter sido o que Medeiros Filho (1984) chama de grupo étnico-linguístico Cariris Velhos, habitantes da serra da Borborema, daí derivando a região dos Cariris Velhos da Paraíba.

Já os Tapuias que viviam nos “limites extremos da Capitania de Pernambuco, chamavam-se Kariris, governados pelo rei Ceriou Keiou; seus vizinhos eram os CARRIVASU, liderados por Carapotó, seguindo os CARIRJOU” (MEDEIROS FILHO, 1984: 22).

Para Irineu Pinto (1953: 5-32) analisando os *Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa*, diz que o gentio Cariri era denominado de “cabelo corrido”, vulgarmente assim chamado por apresentar os cabelos lisos e sem cachos.

Herckmans (1985) menciona que os principais Tapuias aliados dos holandeses eram os comandados pelo rei Janduí e Caracará, denominados de Tarairiús, vivendo a Oeste do Rio Grande e Cunhaú. Esses homens eram chamados pelos seus vizinhos de Tarariprek.

Nieuhof (1942) subdividiu os Cariris em três grupos e descreveu pormenores dos Tarairiús, afirmando serem conhecidos dos holandeses, como também menciona o “rei”

Karakará, irmão de Janduí. Talvez o principal ponto da obra de Nieuhof seja o de mencionar a existência de outros grupos Tapuias que tinham como reis, ao qual geralmente era atribuído seu nome ao grupo que governava: Prityaba, Arigpaygh, Wanasewajug, Tsering e Dremenge. No entanto, não são citadas quais etnias estes “reis” governavam, mas servem para desmistificar a tese da existência de apenas dois grupos Tapuias nos Sertões da Paraíba.

Já Gerritz (1907) referindo-se aos Tapuias informava que estes povos eram habitantes da região do rio Guararug (hoje, rio Açú), do rio Uguasú (hoje, rio Jiqui), considerados inimigos dos portugueses, portanto um provável aliado dos holandeses. O mesmo autor menciona outros povos dos Sertões, principalmente no Rio Grande, mas como na época do contato não havia as fronteiras territoriais atuais, podem-se e devem-se estender para a Paraíba. Seriam eles: os Karakaras, na região de Cuatingutas, Cranaywipugs e Tatinguta. Ainda numa região mais inóspita, interiorana, habitavam os Jacareguesus, os Simberarous, que habitavam a região de Biratingeta, Uboso, considerada a uma distância de “10 jornadas de marcha da Baía da Traição” (MEDEIROS FILHO, 1984: 23).

Marcgrave (1942) informa que existiam inúmeros grupos Tapuias nos Sertões, falando diversas línguas diferentes com diversos “reis”. Um dos mais importantes seria Janduí, da nação Tarairiú, que exercia seu poder nas regiões de Otschunogh, Otschuayauch e Drenirag. Cita, também, outro “rei”, Pretiyaba, e outros: Arigpoygh, Wanasewasug, Tschering e Dremengue, estes inimigos de Janduí e Prityaba, sem, no entanto, relatar quais povos eram estes, se os Cariris ou outros grupos Tapuias que habitavam os Sertões (MEDEIROS FILHO, 1984: 23).

O cronista Laet (1925), sobre os Tarayucks, mostra o elevado número de indivíduos existentes, subdivididos em duas grandes tribos: uma sob o comando de Jandovi e a outra tinha por “rei”, que Medeiros Filho (1984:23) chama, agora, de Cacique, Wesetyawa, Beretyawa ou Weletyawa, sobrinho do “rei” Janduí. Laet ainda cita as grandes nações aliadas de Janduí: os Arykeumas (do Tupi), mas chamados na língua Tapuia, sem explicar qual, Aciki, chefiados por Coetauly; os Juckryyous, comandados por Marakarou; os Kereyjou (do Tupi), e no idioma Tapuia sem mencionar qual, Ocioneiou, cujo rei era Nonhu; os Pajokes, cujo “rei” (Cacique) era Kidaa; e, Apoke, cujo “rei” (Cacique) era Jarepo. Os Pajokes e os Aponoryjous eram tão

poderosos, em números de homens para a luta, como os chefiados pelo famoso “rei” Janduí. Ainda descreve as tribos inimigas do “rei” Janduí: os jenhos, cujo “rei” era Kishoman; os Waianas, que tinha por “rei” Waracapa Açu; os Carirys, cujo Cacique era Kimionkoiou, sendo estes últimos amigos dos portugueses; os Cariris Açu, chefiados por Carapató, que viviam juntos aos Cariris; quase todos estes grupos viviam em locais fixos, em aldeias, o que já se tira a hipótese de não serem nômades, como assim relata vários cronistas que analisaremos neste trabalho. Isso demonstra que em certos momentos, Cariris e Tarairiús eram inimigos. É possível que as guerras acontecessem por busca de terras férteis.

Um ponto interessante quanto ao elevado poder de um Cacique é o exemplo de Janduí, que estendia o seu domínio sobre áreas territoriais gigantescas, que iam do Ceará, Rio Grande e Paraíba, Pernambuco e Itamaracá.

É bom salientar que Medeiros Filhos (1984: 24) faz um alerta interessante: as obras dos cronistas Barleu, Piso, Marcgrave, Nieuhof, Morisol e Herckmans se referem basicamente aos Tarairiús, fortes aliados dos holandeses quando estes dominaram a região. Portanto, são cronistas que escreveram sobre a grande nação Tarairiú.

Thomaz Pompeu Sobrinho (1935), citado por Medeiros Filho (1984: 25), não trabalha com a ideia de que os Cariris e os Tarairiús faziam parte do grande tronco linguístico Gê (Jê), pois eles os viam como “grupo linguo-cultural”, subdivididos em tribos, e citam: no Litoral, era o domínio dos Tupis, mas com excursões frequentes dos Tapuias; no interior (Sertões), os Tarairiús, sendo representados por Jandoim, Javó, Canindé, Genipapo e Chucuru ou Zucuru.

Os nomes dos grupos e aldeias mudavam de acordo com o “rei” ou chefe do momento, pois era comum ceder ao grupo o nome de seu Cacique. Já com relação ao grupo linguístico-cultural Kariri (Cariri), Thomaz Pompeu Sobrinho (1935) coloca que eles seriam, talvez, em menor número que os Tarairiús e que habitavam as possíveis áreas limítrofes entre Paraíba e Ceará. Para o autor, o grupo linguo-cultural Jê inexistia, pelo menos no Rio Grande do Norte.

Medeiros Filho (1984: 26) é categórico ao afirmar que sempre houve um “emaranhado de contradições publicadas” sobre os Tapuias dos Sertões nordestinos. O ilustre pesquisador tentando fazer a correção menciona algumas delas acreditando

ser, portanto, uma distribuição mais correta. Assim sintetizamos as aldeias, localizações e características no Quadro 9 a seguir:

TRIBOS	LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Canindés	Habitavam uma faixa territorial entre os Jenipapos (Rio Grande e Ceará), ao norte e os Sucurus e Icós, ao sul.;	Em 1746, os Canindés já estavam aldeados na missão da Boa Vista, na região de Bananeiras. Pertenciam a nação Tarairiú;
Sucurus (Xucurus ou Zucurus)	viviam entre os rios Curimataú e Araçaji;	pertenciam à nação Tarairiú; foram aldeados na Missão da Boa Vista;
Ariás, Arius, Uriús ou Pegas	há relatos de que o capitão-mor dos Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, trouxe uma “nação” (tribo) de Tapuias Ariús e os aldeou juntos aos Cararys, em Campina Grande;	pertenciam a nação Tarairiú; Teodósio os deslocou, depois, para a região do Piranhas, para dar início ao povoamento da área e assegurar seus domínios Os Pegas (da nação Tarairiú) foram aldeados na região onde hoje é a cidade de Pombal;
Panatis	viviam na região do Piancó, sertão da Paraíba;	pertenciam a nação Tarairiú;
Caratiús (Acarisus ou Caratiús)	habitavam a região de Catolé do Rocha até o Piranhas;	pertenciam aos Tarairiús; este grupo Tarairiú praticamente não fora referendado pelos cronistas como habitantes dos Sertões paraibano, inclusive não consta na cartografia de Elias Borges.

Quadro 9 - Distribuição de algumas aldeias Tarairiús da Paraíba, segundo Olavo de Medeiros Filho.

Fonte: Adaptado de Medeiros Filho (1984: 26-28)

As tribos Paiacus (Pacajus ou Baiacus) e os Jenipapos, ambas da nação Tarairiú, não constam como tendo habitado o território da Paraíba nos primeiros séculos da colonização. Já Elias Borges (1993) os menciona em seu cartograma como sendo moradores das plagas da Paraíba.

Vejamos quais as principais tribos da nação Cariri que habitavam a Paraíba, na visão de Medeiros Filho (1984), ao analisar vários cronistas (Quadro 10):

TRIBOS	LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Cariris	Habitavam as cercanias de Campina Grande e a área da Serra de Bodopitá, estendendo-se até a região dos Cariris Velhos;	Segundo o autor, os Cariris eram conhecidos também por Bultrins. Não seriam os Bultrins uma tribo da grande nação Cariri, como mostra Elias Borges? Medeiros Filho (1984:29) menciona os índios Fagundes, como sendo uma subdivisão, que aqui chamamos de tribo, pertencentes a Nação Cariri. Estes últimos permaneciam na Aldeia do Brejo, hoje Fagundes, em 1746;
Coremas ou Curemas	habitavam a região de Boqueirão de Coremas;	em 1746, estavam aldeados na Aldeia dos Coremas, no alto sertão da Paraíba; Pertenciam a grande nação Cariri; em 1776 há notícias que eles não mais habitavam a região;
Icós – pequenos ou Quincus – pequenos	habitavam a região do rio do Peixe, hoje pertencente especialmente a área do município de Sousa.	em 1724, há relatos de que esta tribo Cariri estava aldeada na área do rio do Peixe e, ainda existem relatos de que, em 1746, os mesmos ainda viviam na região.

Quadro 10 - Distribuição de algumas aldeias Cariris da Paraíba, segundo Olavo de Medeiros Filho.

Fonte: Adaptado de Medeiros Filho (1984: 29-30).

Como se vê nos Quadros 9 e 10 se comparados a outros autores/cronistas que mencionaremos neste trabalho, existe uma grande discrepância e informações confusas, o que tem gerado desconfiança e falta de credibilidade com relação aos povos que habitavam os Sertões da Paraíba no período do contato.

Atribui-se a Pompeu Sobrinho (1935) a inclusão das etnias Cariri e Tarairiú na família Tapuia, incluindo-as no grupo Jê, isso nos idos de 1928.

Vários etnólogos e etnógrafos que se dedicaram a estudar os remanescentes dos últimos Tapuias espalhados em poucas regiões dos Sertões nordestinos basearam seus estudos, principalmente na *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, de Elias Herckmans (1985).

Afora os poucos relatos escritos, especialmente sobre os holandeses, o início do século XX vê surgirem alguns estudos principalmente através de observações feitas, *in loco*, por estudiosos do quilate de Mário Melo, Pompeu Sobrinho, Hildebrando Menezes, dentre outros. Esses estudos servem atualmente de subsídios importantes para aqueles que se dedicam a estudar a cultura material e imaterial dos Tapuias, especialmente daqueles grupos já extintos, como é o caso dos Cariris e Tarairiús da Paraíba. Foram esses estudos que conseguiram indicar diferenças, principalmente no campo linguístico, entre os vários grupos étnicos Tapuias do Nordeste.

Para Pompeu Sobrinho (1935), os Tapuias são vistos como um grupo autônomo, com diferenças marcantes dos Tupis.

Pompeu Sobrinho (1935) fez uma importante descrição etnográfica do que ele classificou como sendo as três áreas culturais dos proto-índios do Nordeste do Brasil: 1. A região do Litoral, povoada pelos Tupis da costa, mas projetando-se até a chapada do Ibiapaba, no atual Ceará e na região dos Sertões do vale do rio São Francisco, especialmente na área que hoje encontra-se o estado da Bahia. 2. A região sublitorânea, povoada pelos Tarairiús, sendo subdivididos em duas subnações: os Janduis e os Canindés. 3. A área do interior que abrangia os Sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí e Maranhão, povoada pelos índios Kariris. Essa divisão territorial de Pompeu Sobrinho não leva em consideração que áreas, por exemplo, sublitorâneas da Paraíba, como a área do Pilar, eram povoadas por índios Cariris, acabando por generalizar e cometer erros em definir prematuramente grandes extensões de terra para, apenas, uma nação.

Na área de predominância dos Tapuias Cariris e Tarairiús, Pompeu Sobrinho assegurava que os outros povos pertencentes a grupos étnicos/linguísticos diferentes eram habitantes dessas regiões, em menor número: Jê, Fulniô, Karaiba. Atualmente são inseridos, segundo pesquisadores, como fazendo parte do tronco linguístico Jê.

Mas, talvez o ponto principal das pesquisas de Pompeu Sobrinho tenha sido o de mostrar que existiram diferenças marcantes dos traços culturais entre estes dois grupos, em síntese, Cariris e Tarairiús apresentavam-se e se viam como povos diferentes, principalmente com relação aos elementos linguísticos. O Quadro 11

sintetiza o pensamento e estudo de Pompeu Sobrinho com relação às principais diferenças que separam um grupo étnico de outro:

CARACTERÍSTICAS	
TARAIÍUS	CARIRIS
<ul style="list-style-type: none"> - Praticante do endocanibalismo; - fabricação da rede de dormir; - ausência da agricultura; - práticas de atividades natatórias; - arte oleira; - uso de botoques nas orelhas e de tambetás nos lábios; - uso e fabricação de alpercatas de palha trançada; - uso e fabricação de propulsor de dardos; - ocultação do pênis com a dobra da pele dos testículos, levantada e presa com atilho ao corpo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência dos traços expostos sobre os Taraiíus.

Quadro 11 - Características dos Tapuias Cariris e Taraiíus, segundo Pompeu Sobrinho.

Fonte: Adaptado de LINDOSO (2007: 29)

O que caracteriza a cultura material e imaterial de um para outro grupo é a presença ou ausência de traços culturais inexistentes ou existentes no outro. No Quadro 11, não expusemos traços dos Cariris por se apresentarem, na visão de Pompeu Sobrinho (1935), o contrário ou ausente no exposto sobre nação Taraiíu.

Mais uma vez recorremos a Pompeu Sobrinho (1935), desta vez para mostrarmos o que ele chama de grupos que formam as nações Taraiíu e Cariri (LINDOSO: 2007:29), que na verdade são as aldeias, ou conjuntos de aldeias, independentes que se uniam ou não em determinados momentos (Quadro 12).

GRUPOS FORMADORES DAS NAÇÕES TARAIÍUS E CARIRIS	
TARAIÍUS	CARIRIS
Jandoins, kanindé, paiaku, jenipapo, jenipabuçu, javó, kamaçu, tukuriju, arariu, xukuru (xacó)	Kipéas (Bahia), dzubukuas (Bahia e Pernambuco), Bultrins (Paraíba), Sabujas (Bahia), Kaririaçu e Kariu (Ceará).

Quadro 12 - Grupos formadores das nações Taraiíu e Cariri, segundo Pompeu Sobrinho.

Fonte: adaptado de Lindoso (2007: 29).

Vê-se, no quadro, que inúmeros grupos Cariris e Taraiíus, habitantes da Paraíba desde o período do contato e explicitados largamente pela documentação e literatura do período, não foram citados por Pompeu Sobrinho.

Entre 1947 e 1950, Pompeu Sobrinho dedicou-se a escrever tratados sobre a primitiva área de dispersão dos Cariris e constrói a hipótese de “uma língua originária, já desaparecida” (LINDOSO, op.cit: 29).

Dirceu Lindoso apesar de discordar de alguns pontos levantados por Pompeu Sobrinho, afirma que este pesquisador foi o que tentou colocar ordem na desordem que é a história cultural dos Tapuias do Nordeste. Foi, talvez, o primeiro a pensar a partir de uma análise documental e literária da existência de grupos Tapuias distintos no Nordeste do Brasil.

Lowie (1963) coloca que os Tapuias faziam parte das chamadas tribos marginais, na verdade, essa confusão vem do período inicial da colonização, quando desde Gabriel Soares de Souza (1971) atribui-se a esses grupos funções marginais por não se adequarem ao modelo de civilização imposto pelos europeus.

Pode-se, depois de quatro séculos de destruição desses grupos, falar em pureza etnográfica dos Cariris e Tarairiús ou mesmo de outros grupos Tapuias dos Sertões do Nordeste? A resposta para Dirceu Lindoso (2007) é não. O processo de violência que sobreveio a esses grupos foi tão intenso que, desde o início da colonização, aconteceu um processo de miscigenação, quando não se dava o extermínio completo de aldeias, aculturando-os, transformando-os em cervos de sua majestade.

Em 1935, Carlos Estevão de Oliveira visitando os últimos remanescentes Tapuias, as aldeias dos Pancarus de Itaparica e Tacaratu e, mais tarde, William Hohenthal em visita, no ano de 1954, aos Xucurus de Ararobá, registram o elevado grau de aculturação bastante adiantado, inclusive com aglutinações de diferentes grupos entre si.

Lindoso (2007), analisando a questão da aglutinação cultural, afirma ser um fato histórico, ele próprio percebendo que esse processo teve início com os aldeamentos forçados dos padres missionários, especialmente os Jesuítas, Franciscanos e Capuchinhos, que colocavam num mesmo reduto grupos étnicos com traços culturais diferentes, criando o que ele chama de sincretismo de caráter religioso e cultural, quebrando-se a identidade dos grupos. Sem dúvida que o processo de catequização dos Tapuias foi desastroso no sentido de impor uma nova cultura a grupos provavelmente adaptados a certos costumes. A recusa dessas imposições, que pode

ser vista como reação, a exemplo das guerras, só contribuiu para, de forma mais rápida, levar tais grupo a extinção ou acelerar o processo de aculturação.

Desde o início dos tempos coloniais que se criaram grandes confusões para distinguir os vários grupos ou nações Tapuias existentes. Foi com Pompeu Sobrinho (1935) que teve início as primeiras tentativas de separá-los, mas em pleno século XX, antropólogos do quilate de Arthur Ramos, que ainda conseguia ver a união entre, por exemplo, Fulniô e Cariri, e não como grupos distintos, inclusive com relação a língua. Muitos dos que se dedicaram a estudar os grupos indígenas do Brasil, a exemplo de Pompeu Sobrinho, Estêvão Pinto e Bondim asseguram ser de extrema importância o estudo da língua dos grupos como forma de separá-los e enquadrá-los em grupos diferentes. Nessa linha, Edward Sapir (1949) via como essencial o estudo da linguagem de um novo grupo, pois a língua é o espelho da cultura, as expressões das experiências sociais dos indivíduos dentro do grupo, mas claro, sem que se descarte outros estudos, como os de cunho geográfico, como forma de complementar os estudos da cultura de um grupo/nação/povo. Só para se ter uma ideia do caos que são os estudos dos Tapuias, nem todo grupo étnico ligado a uma nação, a exemplo dos Fulniôs, grupo ligado a grande nação Cariri, realizavam as mesmas atividades ritualísticas e práticas cotidianas de seus co-irmãos, por exemplo, os Fulniôs não praticavam ou rejeitaram a agricultura avançada, a manjedoura, a tecelagem, a inumação em igaçabas, a escarificação, a tatuagem e os cordões nodados, que eram características marcantes dos grupos Kariris (Cariris) propriamente ditos. Por outro lado, adotaram os sistemas de parentescos, similaridades e afinidades, talvez respostas de tempo muito remoto. Um exemplo interessante dessa troca de costumes foi verificado por Estevão Pinto (1938) ao perceber que os Fulniôs adquiriram elementos religiosos dos Cariris, como a disseminação do fumo, o uso da jurema e as máscaras de danças, só para citar alguns. Outros traços culturais do tronco Jê foram percebidos em vários grupos étnicos, como: a caça com o fogo, o catre, corrida dos toros, assarem a carne em fornos subterrâneos, fabricação de utensílios de palha, uso de espeto, gosto por mel silvestre³⁴, o hábito das mulheres encostarem a mão esquerda ao rosto, em determinadas situações, o endocanibalismo dos Tarairiús,

³⁴ O uso do mel silvestre foi intenso por parte de todos os grupos índios do Brasil. Tal costume também comum entre os colonizadores, vai se estender e chegar ao Brasil contemporâneo, sendo ainda hoje importante fonte protéica do caboclo do Sertão.

superstições mágicas-religiosas referidas a pedras e penedos, matrimônios mistos, etc., foram traços comuns a vários grupos, o que contribuiu para os estudos antropológicos classificarem esses povos no tronco-linguístico Jê (LINDOSO, 2007:36-37).

Um exemplo de costumes dos índios Tapuias, ou seus remanescentes, estudados por Estêvão Pinto na década de 1930, mostrou o que restou da cultura material dos Pancararus de Tacaratu. Assim descreve esta sociedade Estêvão Pinto (1938: 44):

Habitação rústica, que lembra os jês, dormem diretamente no chão (modelo Coroadó) ou sobre palha (modelo Camacã, Penhames, Capoxó, Macaxali e Sherente), ausência de tecelagem (embora Carlos Estêvão de Oliveira tenha encontrado evidência, de ordem arqueológica, de tecidos de Caroá em Brejos dos Padres), traçado de uricuri e Caroá (com o uso de *Spiraltechmi* ou *Coiled*, a técnica “em espiral”), cerâmica reduzidíssima ou quase ausente, à maneira tapuia; caça de arco e flecha (arco brasileiro setentrional, na classificação de H. Meyer), tuxaua como cargo não-hereditário, emprego do fumo ou tabaco nas técnicas exocistas, isqueiro de pedra, festas e danças (pontos mais altos dos seus componentes culturais), flagelação mútua, sociedade secreta mágico-religiosa (de provável procedência Jê), máscaras de dança.

Sem dúvida que os relatos sobre os Pancararus são de elevada importância para que possamos melhor entender a cultura material e imaterial dos Tapuias, através da observação *in loco* de costumes em povos indígenas remanescentes. Mas é o próprio Estêvão Pinto que afirma serem esses traços culturais considerados pouco para traçar o perfil do grupo, bem como, alerta para o processo de mestiçagem com o branco, que fora intenso o que pode ter causado profundas alterações na cultura como um todo nestes remanescentes Tapuias.

Mesmo Estêvão Pinto tendo convivido com os Pancararus, sentiu dificuldades em enquadrá-los num modelo ou tronco linguístico, justamente por ter observado nesse grupo traços culturais que ele julgava pertencer a mais de um tronco linguístico. Teria sido, portanto, consequência da mistura étnica durante cerca de quatro séculos a que o grupo se submetera? Acreditamos que sim. Em 1958, ao reescrever seu artigo sobre os Pancararus, Estêvão Pinto confessa as dificuldades encontradas em traçar o perfil cultural desses grupos, aproximando-os dos grupos Jês e dos Tarairiús, já que no período observado, Jês e Tarairiús eram vistos como grupos étnicos distintos. Pinto chegou, inclusive, a cogitar a introdução dos Pancararus no grupo étnico Cariri, dado a confusão das informações colhidas em seus estudos e o elevado grau de destruição

cultural a que foram submetidos os grupos Tapuias do Nordeste do Brasil desde a colonização.

O estudo dos Fulniôs, de Estêvão Pinto (1956), pode ser considerado, também, um excelente material para comparação com a cultura material de outros grupos Tapuias do interior do Nordeste, em parte porque em pleno século XX, esses rejeitavam entre os seus a introdução de certos meios técnicos do branco, como a rede, mesmo a aldeia estando localizada numa área onde se produzia este material em grande quantidade, preferindo dormir no chão; a arma de fogo, preferindo a caça com o arco (*makhai*) feito de angico ou mororó para caçar inhambus, principalmente; e a flecha (*ê-ka* ou *makhaika*) e armadilhas que, acreditamos terem sido utilizadas por vários outros grupos Tapuias, talvez os Tarairiús e os Cariris: a arapuca, o laço, quixô, arataca e quebra-cabeça. Tais armadilhas ainda são utilizadas em larga escala nas comunidades rurais dos Sertões da Paraíba.

A diversidade das flechas dos grupos Tapuias da época do contato também foi descrita por cronistas. Estêvão Pinto (1938) identificou em contato com os Fulni-ô, pelo menos três tipos de flechas: a preaca, feita de aroeira e utilizada para a caça de animais maiores; a flecha rombuda, utilizada na caça para abater o animal sem machucá-lo em demasia, essa flecha de nó, feito de alecrim-bravo (*Rosmarinus officinalis*), empregada para ferir levemente a presa. O arco tinha formato elíptico e semicircular ou plano-convexo; as flechas geralmente de emplumação, da Guiana.

Foi verificado que os Fulniô faziam o fogo através do atrito, o isqueiro de pedra, ou por rotação através do uso de paus ígneos. A pescaria se dava a mão, em barragem, com o jequi (e jerirí, balaio e tarrafa) e não dispensavam o uso do veneno ou estupefacientes (tingui e mel de abelha arapuá) (LINDOSO: 2007: 41).

O ouricuri era visto por Estêvão Pinto (1938) como a “ampla técnica de trançado usado pelos Fulni-ôs para a confecção de: bolsas, esteiras, tapetes, coberturas de cabanas e sandálias” (op.cit.: 41). É o que Estevão Pinto chamou de a civilização da palha, dado a importância desse material para a confecção de utensílios domésticos, práticos para o cotidiano do povo Tapuia.

As cabanas Fulni-ôs são de modelo Bakairi, do rio Paranatinga. No campo da medicina, faziam uso da defumação, comum entre quase todos os grupos Tapuias e

não-Tapuias do Brasil, talvez oriundo de uma ancestralidade comum? Faziam uso de várias plantas medicinais obtidas nos campos das caatingas. Na música, seus instrumentos eram a trombeta, o maracá e o zabumba feitos de tamboril-bravo (*Enterolo bium mascimum*), mas pouco utilizado.

O sistema tribal e o familiar eram formados por três grupos (*sipe*): Sedaytô, ou o grupo do Fumo, sendo o topo da hierarquia da aldeia; Faledaktoá, ou o grupo de Periquito; e por fim o Txokôtkwa, ou o grupo do Peixe. Havia uma certa relação da organização tribal e familiar com animais e plantas, mas não constituindo, de acordo com Estêvão Pinto (1938), uma sociedade que cultuaria o totemismo. Os grupos eram patrilineares e matrilocais, existindo, também, na época de Estêvão Pinto, a inflação das regras interclânicas, em outras palavras, o casamento com indivíduos de outros grupos étnicos e com brancos, mestiços e negros. Sobre o sistema de parentesco dos Fulni-ô, não nos deixou nenhum registro Estêvão Pinto.

Foi José Elias Borges (1993) um dos primeiros a tentar dar uma classificação etno-territorial aos índios que habitaram o território que hoje compreendemos como o estado da Paraíba.

Elias Borges (1993), também, foi um dos primeiros estudiosos contemporâneos a estudar as etnias Tapuias da Paraíba (extintas) baseado em documentos e na literatura. No entanto, o mesmo não se preocupou em realizar o contraponto dos dados Ethnohistóricos com vestígios arqueológicos das culturas materiais dos Tapuias Cariris e Tarairiús.

É Elias Borges (1993) quem menciona alguns dos graves problemas que têm contribuído para prejudicar as pesquisas sobre os indígenas, na Paraíba, e especialmente sobre os Tapuias, são: a. poucas referências bibliográficas sobre o período; b . destruição dos arquivos e bibliotecas mantenedoras de material sobre os Tapuias; c. isolacionismo dos estudos. Elias Borges coloca que os poucos estudiosos da temática indígena, na Paraíba, acabam se isolando, não conseguindo enxergar que entre os índios não havia fronteiras territoriais que existem hoje. Portanto, como estudar os Tapuias sem que os analise num contexto macro? d. confiança demasiadamente exagerada nos primeiros historiadores sobre o nosso território.

Elias Borges em *Índios Paraibanos - Classificação Preliminar* (1993) visa, especialmente, na primeira grande tentativa, a quebrar com modelos pré-estabelecidos sobre os Tapuias da Paraíba. Citaremos alguns: inicialmente, Borges tem o objetivo de desmistificar terem sido os Cariris grandes inimigos dos portugueses, quando na verdade foi o contrário, em vários momentos do processo de consolidação do território da Capitania da Paraíba, os cronistas da época citam a participação dos terços de índios Cariris aliados aos portugueses contra os do grupo Tupi, os Tarairiús e principalmente contra os holandeses. Mas sim, o grupo Tapuia hostil à colonização Lusa do interior da Capitania da Paraíba nos primeiros séculos foram os Tarairiús. Estes sim, como bem observa Elias Borges, sempre se opuseram a penetração Lusa, no entanto, foram excelentes aliados dos holandeses, o que teria motivado as guerras luso-espanholas contra esses no pós-domínio holandês, levando-os a extinção rápida, em especial com a Guerra dos Bárbaros e o início do processo de ocupação dos Sertões pelos grandes fazendeiros oriundos de Pernambuco e da Bahia.

Borges (1993: 23), citando Herckemans (1985), assim descreve os Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba:

A. OS CARIRIS

Dividiam-se em várias nações; habitavam transversalmente a Pernambuco; uma das nações (dos Cariris) tinha por "rei" Kerioukeiou; outra nação, reside um pouco mais longe, (de que, de onde e de quem?), sendo a dos (Caririwasys) e o seu "rei" é Karupotó; uma terceira nação, cujos índios se chamam Carerijouws (Carijós). Com relação a esta terceira "nação", Borges não apresenta quem supostamente seria seu "rei".

O exposto inspira algumas dúvidas, tais como: se constituía nações, qual o território limite de cada uma, já que o próprio Borges chega a colocar que algumas delas habitavam transversalmente até o Rio Grande do Norte? Quando tais "reis" governaram?³⁵ Apenas durante a invasão holandesa na Capitania da Paraíba, que se

³⁵ A historiografia tem mostrado que era, até certo ponto comum, a união de várias tribos em momentos de guerras, principalmente contra o invasor europeu. Quando isso ocorria, geralmente nomeava-se um chefe para governá-los e guiá-los nas guerras. É possível que os Tapuias da Paraíba, principalmente os Tarairiús, adotassem esse sistema, até porque são os holandeses que mencionaram a presença de reis entre esse grupo humano justamente no período em que estavam em guerra com os Lusos/Espanhos.

deu entre 1634 e 1650? O antes e depois, como estavam organizados tais povos? Quais suas características materiais capazes de apresentarem-nos enquanto uma “nação”?

B. OS TARAIRIÚS

De igual forma, Elias Borges, baseado na literatura da “*Descrição Geral da Capitania da Paraíba*”, aponta algumas características dessa etnia: os Tarairiús estavam divididos em duas nações: uma tendo Janduwy como rei e a outra tendo Caracará como seu rei. As terras deste último “se acham no Ocidente do Rio Grande e Cunhaú ” (BORGES, 1993: 23). Por outro lado, Elias Borges afirma que as aldeias dos Tarairiús não tinham lugares fixos, apresentando, portanto, características seminômades. Isso foge da compreensão do que fora exposto anteriormente, quando o autor citado menciona a existência de fronteiras e de certa estrutura administrativa, incabível para povos nômades e seminômades.

Elias Borges (1993), analisando a obra de Irineo Jofilly “*Notas Sobre a Parhyba 2*”, (1977), aponta erros grosseiros, apesar de considerá-lo considera um dos maiores historiadores da Paraíba em fins do século XIX.

Apontaremos alguns desses erros levantados por Borges sobre Jofilly: o primeiro deles é de fazer desaparecer quase que inteiramente o que ele chama de “raça”, no caso dos Cariris; segundo, Jofilly teria generalizado que nos Sertões da Paraíba, era habitados apenas pelos Cariris; terceiro, vê os Tarairiús como sendo uma quarta nação, pertencente ao que ele chama de “raça numerosa” (BORGES, op. cit.: 24), sendo que a primeira nação seria a dos Cariris propriamente dita, tendo por rei Kereiou, a segunda seria os Caririways e o seu rei era karupotó, a terceira nação era a Caririjous, sem apontar quem seria o rei e a quarta, a já exposta anteriormente (os Tarairiús), tendo como reis Janduwy e Caracará, que governariam partes destes povos.

Em suma, Jofilly teria confundido o exposto por Elias Herckmans quando este, de forma genérica, chamou os povos dos Sertões de Tapuias e não de Cariris.

Tudo leva a crer que o próprio nome Tapuia venha a ser português, já que, de acordo com Elias Borges (1993), tal topônimo não existe na língua Tupi e, talvez, tenha

sido utilizado como referências àqueles grupos que sublevaram-se contra os portugueses.

Elias Borges (1993) mostra os prováveis limites entre as duas grandes “raças” existentes no território da Capitania na época do contato, levando em conta os topônimos dos acidentes geográficos do interior, nomes estes estranhos ao Tupi, ou a língua geral. E dá exemplo: Paó, Cayaré, etc., todos, nomes Cariris. Tais acidentes geográficos distariam, em média, vinte línguas do litoral, área do domínio dos Tupis. Isso bate com o exposto por Elias Herckmans (1985) em seu documento/relatório que iremos trabalhar mais adiante.

Borges (1993) talvez tenha sido o primeiro estudioso paraibano a levantar, através de documentação e dos relatos dos cronistas, provas cabais que mostre a existência de pelo menos três etnias diferentes no território paraibano, enquadradas em pelo menos dois importantes troncos linguísticos: Tupis, representados, na Paraíba, na época do contato, pelos Potiguaras e depois os Tabajaras e, aquelas nações representando o tronco Jê, também chamadas de Tapuias, sendo os Cariris e os Tarairiús, ambas com inúmeras aldeias que, às vezes, recebiam os nomes de seus chefes e que emprestaram seus nomes aos acidentes geográficos do interior, em especial aos locais onde teriam sido contactados ou aldeados.

Elias Borges conseguiu diferenciar, através do que ele chama de oito provas, o que era Cariri e o que era Tarairiú, já que, de acordo com suas palavras, não haveria dúvidas sobre as tribos Tupis e suas características. Portanto, é de suma importância mostrar, na visão de Elias Borges, o que diferenciaria tais etnias.

Para uma melhor compreensão, sintetizaremos as oito provas, no quadro 13, que segue:

PROVAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇAS	
	CARIRIS	TARAIRIÚS
1ª Prova: Monografia de Elias Herckmans	- Com relação aos Cariris, sempre eram chamados de Tapuia Cariri ou simplesmente Cariri.	- A monografia de Elias Herckmans sempre se refere aos Tarairiús como Tapuias.
2ª Prova: Tipo racial	- Segundo Pompeu Sobrinho, os Cariris eram de menor estatura, apresentando características raciais (físicas) totalmente adversas dos Tarairiús; Borges ainda coloca que os Cariris	- Os Tarairiús tinham grande estatura, força e corriam velozmente; - eram dolicocefalos e mesocefalos, que teriam se originado das correntes migratórias via Behring; classificados como sendo do tipo racial Láguido, a

	estavam, fisicamente falando, mais próximos dos Caraíbas, Aruaques e Tupis, mas sem, no entanto, fazer um contraponto entre estes e os Cariris; Pompeu Sobrinho os enquadrava no tipo “racial” Brasilídeo, acreditando que chegaram às Américas por cabotagem, a cerca de 8.000 a.C.	pelo menos 30.000 a.C. chegaram ao continente.
3ª Prova: A antropofagia	- Não eram antropófagos, pelo menos no período pós-contato; enterravam seus mortos em igaçabas como os da etnia Tupi; sendo que era comum o enterramento ou o emparedamento em grutas.	- Já os Tarairiús praticavam o endocanibalismo, comendo de forma ritualística seus próprios parentes; vários cronistas relataram esta característica dos Tarairiús.
4ª Prova: Os costumes	- Não apresentavam as práticas culturais/ritualísticas dos Tarairiús; - usavam cordões nodados para contar os anos; - eram ictiófagos (alimentando-se de peixes e cobras do Sertão).	- De acordo com os relatos holandeses, seus aliados, os Tarairiús praticavam corrida de toros; dividiam-se, nas festas, em duas metades, a MOIETIES, uma prática comum entre os Jê ³⁶ ; - não usavam nenhum mecanismo parecido para contar os anos; - alimentavam-se com mel de abelhas e nos momentos ritualísticos misturavam mel aos ossos triturados dos falecidos e bebiam;
5ª Prova: Os estudos dos etnólogos, antropólogos e historiadores	- Autores nacionais, como Thomas Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Estevão Pinto, Geraldo Lapenda, etc., estudavam estas etnias separadamente, como veremos mais adiante; já entre os estrangeiros, aparecem os estudos de Salvador Canals Frau, da Argentina; Robert Lowie, norte-americano, etc.	- Estudos do norte-americano, Hohenthal, em 1950, estudou os Sucurús da etnia Tarairiú, de Ararobá (Cimbres-PE) e os distinguiu dos Cariris.
6ª Prova: O ambiente ecológico e agricultura	- Os Cariri localizavam-se, geralmente nos rios permanentes, nos vales mais úmidos e nas regiões altas de clima mais ameno; - plantavam milho, feijão, abóboras; - usavam uma espécie de enxada primitiva; - praticavam ritos dedicados à colheita; - viviam em regiões abrejadas, como as de Fagundes, do Paó, do Pilar, etc.;	- Tarairiús viviam nas regiões secas do Curimataú, Seridó e Sertão, geralmente junto aos rios temporários; - agricultura pouco desenvolvida - eram nômades (sic) - não tinham habitações fixas ³⁷ .
7ª Prova: As línguas Cariris e Tarairiús– diferentes ³⁸	- Existem mais informações reais, porém pouco conhecidas na Paraíba;	- Havia apenas topônimos registrados em livros de sesmarias, misturados aos nomes Cariris;

³⁶ Isso corrobora com a tese que os Tarairiús pertenciam ao tronco Jê ou Macro-Jê.

³⁷ Levantamos aqui mais uma dúvida/questionamento: se os Tarairiús eram nômades, como, então, haveria a possibilidade de terem reis?

³⁸ Greg Urban (2002) afirma que o pouco conhecimento das antigas línguas faladas pelos índios do pós-contato, deve-se a pequena fração de línguas documentadas e a quase inexistência de lingüistas que trabalham com o método da reconstrução.

	<ul style="list-style-type: none"> - existem três livros básicos: a gramática e o catecismo de Mamiami e o catecismo de Bernardo de Nantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Kurt Nimundaju e Geraldo Lapenda, nos anos de 1930, foram os primeiros a identificarem características linguísticas dessa etnia verificando-se diferenças entre as duas línguas; - encontram-se algumas semelhanças entre o vocabulário dos Tarairiús e as raízes de palavras dos índios Jês, segundo a análise de Matoso Câmara.
8ª Prova: As declarações dos "reis" dos Tarairiús	<ul style="list-style-type: none"> - Os Cariris, segundo os documentos holandeses e relatos dos "reis", Tarairiús, eram inimigos dos Tarairiús; - os Cariris já eram conhecidos pelos portugueses desde fins do século XVI, sob a denominação de <u>Obacatiara</u> ou <u>Abacatiara</u>, conforme Fernão Cardin; - Carcará os denominava de Wayana, "índio Tapuia" na língua Cariris; - temos como principais representantes dos Cariris na Paraíba e em Pernambuco, que viviam na parte Oriental do planalto da Borborema: os Cariris assus, Cariris propriamente dito e os dzubucuás – Cariris; - provavelmente, o centro de dispersão dos Cariris seria a Bahia e o rio São Francisco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos primeiros cronistas a falar dos Tarairiús foi o holandês Jeannes de Laet, em sua <u>História ou Anais</u>, sendo um dos primeiros a falar dos Tapuias de Janduí (Tarairiús); - existem relatos, dos holandeses, dos contatos com os Tarairiús e a união deles com os neerlandeses na tomada da fortaleza de Santa Catarina; - há relatos de que o comandante polonês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, teriam feito acordo nos combates contra os portugueses; - os índios kereryjous (carijós? Segundo Herckmans?). São os índios Fulniôs, antigos Carijós, aldeados em Águas Belas – PE, falam uma língua YATHÉ, diferentes dos Cariris do tupi e do Tarairiú (foram considerados um grupo isolado³⁹ por volta de 1930); antes eram tidos como Cariris; eram mais próximos, portanto, dos Tarairiús e estavam filiados ao tronco Macro-Jê; - tinham, segundo Carcará, pelo menos quatro tribos inimigas: os Jenhos, tendo como Cacique kischonon; a segunda tribo, os Wayanas, tinha por Cacique Aracapa Assu; a terceira tribo Cariry e seu Cacique era Kimiou Koiou, que mantinham amizade com os portugueses; e, a quarta Cariry Assu, tinha por Cacique Carapotó.

Quadro 13 – Provas cabais, segundo Elias Borges, das diferenças entre Cariris e Tarairiús na Paraíba.

Fonte: Adaptado de Borges (1993: 27-35).

Foram utilizados a documentação e os relatos dos cronistas dos séculos passados que o autor chegou a tais conclusões, inclusive realizando um cartograma onde localizava as três etnias que, segundo ele, viveram na Paraíba (Figura 9).

³⁹ Isso vem corroborar com o exposto por Eduardo Bueno (2006) que levanta a hipótese de outros grupos étnicos, talvez pertencentes a outros troncos linguísticos, terem habitado o território da Capitania da Paraíba.

Ele alerta para um problema grave ao qual já incorreram vários intelectuais que tentaram escrever, classificar e localizar os Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba:⁴⁰ que “muitas tribos tinham nomes diferentes e a grafia em idiomas estrangeiros distintos atrapalharam ainda mais a classificação”... e, “os portugueses, em muitos casos, designavam a tribo ou o grupo, pelo nome do cacique, ou rei” (BORGES, 1993: 35).



Figura 9 – Cartograma de Elias Borges.

De forma ilustrativa, citamos as principais tribos Cariri e Tarairiú com sua localização principal que serviram de base para as escavações arqueológicas e o levantamento do perfil cultural dessas etnias (Quadro14):

TRIBOS CARIRIS⁴¹	LOCALIZAÇÃO
- Chocos e Paratiós	Monteiro e Teixeira (fronteira com Pernambuco);
- Carnoiós (Curinaios)	Cabaceiras e Boqueirão;
- Bodopitás (Fagundes)	na região da Serra de Bodopitá, em Fagundes;
- Bultrins	Cariris de Pilar e Alagoa Nova;
- Icós	rio do Peixe, Sousa e região de Conceição;
- Coremas	rio Piancó;
TRIBOS TARAIRIUS⁴²	LOCALIZAÇÃO
- Janduís	rios Piranhas e Sabugy (Santa Luzia e Patos); Seridó e Curimataú;
- Ariús	nos rios Piranhas, Sabugy e Seridó e região de Patu (Rio Grande do Norte);
- Pegas	rios Piranhas e na região da Serra de João do Vale (Pombal e Catolé do Rocha);

⁴⁰ Os grupos citados eram encontrados não apenas na região da Capitania da Paraíba, mas em vários pontos da imensa região que chamamos de Nordeste, da Bahia ao Piauí.

⁴¹ Sua localização principal se dava no interior (Sertões), ao longo dos rios do Peixe, Paraíba e Piancó.

⁴² Sua localização principal se dava no Sertão, Seridó e Curimataú; ainda em áreas dos Cariris Velhos, nas fronteiras da Paraíba com o Rio Grande e Ceará.

- Panatis	Pombal e outras regiões dos rios Piranhas e Pinharas;
- Sucurus	Bananeiras, Cuité, rios Curimataú e Trairi, depois deslocados para região dos Cariris Velhos (Monteiro) em 1662;
- Paiacus	fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará; região do Apodi e Ribeira do Patu (ambas no Rio Grande do Norte);
- Canindés	fronteira do Rio Grande do Norte e Ceará; região do Curimataú;
- Genipapos	fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará
- Cavalcanti e (Ariús)	em Campina Grande, sendo vistos como uma facção dos Ariús;
- Vidais	fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará.

Quadro 14 – Divisões de tribos Cariris e Tarairiús na Paraíba.

Fonte: Adaptado de Borges (1993: 35-36).

Um último alerta feito por Elias Borges é com relação à área territorial desses grupos, pois elas não era fixa, haja vista o processo de nomadismo ao qual estavam submetidos, como também, ao processo de descimento e aldeamentos forçados, em verdadeiras missões religiosas, misturadas para facilitar a catequização, o que teria contribuído para a destruição, de forma gradativa, dos seus hábitos e costumes. Houve também, principalmente no período pombalino, transferências de remanescentes indígenas de um lugar para outro, com o objetivo primeiro de formar vilas e cidades. No período holandês, foram realizadas transferências com diversos fins.

Elias Borges cita algumas dessas transferências:

Para Alhandra, foram transportados os Paiacus do Apodi (1704); para Bananeiras, foram transportados os Canindés. Ali já estavam os Sucurus. Para Campina Grande, junto dos Cariris, foram transportados os Ariús, posteriormente, denominados Cavalcante (1697). Para Pilar, foram transportados os Bodopitás de Fagundes (1670). Para Limoeiro e Cimbres, foram transportados os sucurus do Rio Grande do Norte. Para Pilar, onde estavam os Bultrins foram transferidos posteriormente, os Coremas de Piancó... (BORGES, 1993: 36-37).

A relação das transferências é grande, inclusive algumas delas internacionais, como:

Herckman levou os Tarairiús e certamente alguns Tupis para combaterem os espanhóis e os índios Mapuches e Araucanos em Valdivia no Chile. Alguns comandantes holandeses levaram os Tarairiús para combaterem os portugueses nas colônias da África. Os holandeses, quando estacionados na Baía da Traição, em 1635 levaram alguns Tupis para a Holanda, entre eles Pedro Poti e Gaspar Paraupaba. João Fernandes Vieira, quando Governador da Paraíba, enviou alguns Tarairiús para Portugal (BORGES, 1993: 36-37).

De forma geral e geograficamente falando, poderíamos localizar os três grandes grupos étnicos existentes, na Paraíba, no período do pré e pós-contato, na visão de Elias Borges que criou o cartograma sobre a localização dos indígenas da Paraíba, nas seguintes mesorregiões:

A. Mesorregião da Mata → estariam basicamente aqueles pertencentes ao grupo linguístico Tupi, aqui representados inicialmente pelos Potiguaras, Caetés e depois os Tabajaras, oriundos da região do rio São Francisco.

B. Mesorregião do Agreste → estaria os Tapuias Cariris e Tarairiús, sendo que os Tarairiús ocupariam a maior parte;

C. Mesorregião da Borborema → estaria ocupada pelos Tapuias Cariris e Tarairiús. Os Tarairiús ocupariam a maior parte;

D. Mesorregião do Sertão → Parte maior ocupada pelos grupos pertencentes a etnia Tarairiús e o restante, em especial, na região fronteira com Pernambuco, pelos Cariris.

4.4. Os Tapuias da Paraíba

A grande maioria do território interiorano da Capitania da Paraíba era ocupada pelos Tarairiús e não pelos Cariris, o que nos leva a conjecturar serem os Tarairiús os verdadeiros índios da Paraíba.

As entradas lusas nos Sertões se chocaram massivamente com as hordas de índios Tarairiús, daí serem vistos, pela intensiva reação, como bárbaros, selvagens.

Após a saída dos holandeses do Brasil, assinado o tratado de paz entre Holanda e Portugal, não estavam incluídos, em nenhuma cláusula, o perdão e a paz com os Tarairiús. Foi Janduí que exigiu que se fizesse acordo de paz Português/Tarairiús, que pouco tempo depois iria ser quebrado na mais sangrenta guerra interna do Brasil: a dos Bárbaros. Durante cerca de cem anos, de 1630 até 1730, os portugueses combateram os Tarairiús, expropriaram suas terras, escravizaram outros tantos e aculturaram os poucos sobreviventes.

Elias Borges (1993) afirma que os únicos remanescentes Tarairiús do Nordeste são os Sucurus que vivem na serra do Ararobá, município de Pesqueira, no estado de

Pernambuco. Mesmo assim, são remanescentes completamente aculturados. O autor é um dos poucos que aproxima os Tarairiús, via seus traços linguísticos, físicos e etnográficos no tronco linguístico Jê, da mesma forma que outros pesquisadores já enquadraram os Cariris no tronco Jê. Cariris e Tarairiús eram aparentados, pertencentes ao tronco linguístico-cultural Macro-Jê.

Os poucos Tarairiús que sobreviveram tinham origem na Paraíba, os Sucurus, e graças ao processo de catequização do Padre Sacramento, primeiro bispo de Pernambuco que os trouxe para a região da serra de Ararabá. Ainda hoje, na Paraíba, existe uma comunidade no município de Serra Branca com o nome Sucuru, outrora fora habitada por índios Sucurus trazidos da região de Bananeiras para a região dos Cariris Velhos.

Os Tarairiús, pelo que indica Elias Borges (1993), estavam fixados nos Sertões da Paraíba há muito tempo. Os Cariris tinham como epicentro a Bahia e Pernambuco, mais precisamente a região de Cabrobró, Paulo Afonso e Petrolina. A “capital”, ou a aldeia principal desses índios ficava naquela região que eles chamavam de Aracapá (do Tupi, escudo redondo ou rodela). Ainda hoje a região que outrora era predominante dos índios Cariris é chamada de Sertão de Rodelas, também em homenagem aos índios Rodelas (da nação Cariri) que ali viviam. A vinda dos Cariris para a Paraíba é recente, afirma Elias Borges e Porto (2000: 128). Segundo os autores, os Cariris da Paraíba teriam vindo do atual estado do Sergipe, e do São Francisco, via o rio Pajeú, cruzaram a serra do Jabitacá, acessaram a nascente do rio Paraíba e chegaram até o Litoral, mas se fixaram na região de Campina Grande e Fagundes⁴³.

Sobre os índios denominados de Fagundes (Cariri) que habitavam a serra de Bodopitá onde está localizado o município de Fagundes, afirma Elias Borges que este nome é português, sendo o nome de uma ilha do São Francisco pertencente a um tal Fagundes, da Casa da Torre. Estes índios teriam migrados de lá e se instalado na serra de Bodopitá. Como, então se espalharam tão rapidamente por vastas áreas do território, como mostra seu próprio cartograma? Como se adaptaram tão rapidamente ao ambiente? Como procriaram tão rapidamente ao ponto de terem gente suficiente

⁴³ Pompeu Sobrinho (1955) afirma que antes dos Cariris realizarem esse processo migratório pelo que hoje é o Nordeste do Brasil, é possível que tenham vindos do Norte, provavelmente da Amazônia.

para povoar cerca de 1/3 da Paraíba? Quais as provas historiográficas e arqueológicas que o autor oferece para provar serem os Cariris novos na região?

Alguns nomes de aldeias Cariris, a exemplo dos Bultrins, na região do Pilar, receberam nomes Franceses, graças a Martim de Nantes que levou índios Cariris ao Recife e os apresentou a certo Francês aficionado por índio de nome Jean Boltrin. Talvez em homenagem a este Francês aliado dos portugueses contra os holandeses, esses índios adotaram seu nome.

Os Cariris eram agricultores, fabricantes da farinha de mandioca, apelidada de farinha de guerra, que abasteceu as tropas de Oliveira Lêdo e outros colonizadores contra os Tarairiús nos Sertões da Paraíba.

Afirmam categoricamente Elias Borges e Porto (2000) que os índios Cariris viviam justamente nas áreas que estamos realizando as atividades arqueológicas com o objetivo de lhes traçar o perfil cultural (na região especialmente dos Cariris Velhos); da mesma forma que os Tarairiús viviam na região do Seridó e Curimataú, onde realizamos as escavações com o mesmo objetivo da área dos Cariris.

Fisicamente falando, Cariris e Tarairiús eram diferentes. Elias Borges e Porto (2000:132) mostram alguns traços característicos dos Cariris: 1. tinham uma aproximação maior, fisicamente falando, com os Tupis; 2. eram de estatura baixa, descendentes dos protopolinésios. Os Tarairiús apresentavam-se, fisicamente falando, mais alto e robustos do que os Cariris. Ainda advoga que os Tarairiús podem ser enquadrados no tronco linguístico Jê, e os Cariris por terem maior semelhança com os Tupis estariam mais próximos do tronco linguístico Tupi, ou do Aruaque e Caraíba, Tucanos. Sendo esses grupos étnicos, segundo Elias Borges (1993), descendentes da última leva dos que atravessaram o Pacífico e conseguiram chegar às Américas. Todas essas informações e afirmações sem provas cabais, num mero discurso ontológico. O Quadro 6 (Anexo D) mostra algumas palavras Cariris e Tarairiús que foram captadas pelos cronistas e chegaram aos nossos dias, servindo de demonstrativo de se tratarem de grupos distintos.

Outro importante cronista acerca dos Tapuias da Paraíba, sem dúvida, foi Elias Herckmans (1985) integrante do grupo de artistas e sábios trazidos por Mauricio de Nassau. Chamado de poeta aventureiro, diretor (governador) da Capitania da Paraíba

no domínio holandês, substituindo *Ippo Eyssens*, que morreu em combate ao ser surpreendido pelas tropas do famoso Capitão Francisco Rabelo; administrou a Paraíba entre 1636 e 1639. Elias Herckmans foi um dos primeiros colonizadores a adentrar ao interior da Paraíba e relatar os pormenores dos índios dos Sertões, sendo um excelente documento para que estudiosos contemporâneos (historiadores, antropólogos e arqueólogos) entendam como viviam os índios Tapuias.

Em 1639, os colonizadores luso-espanhóis não haviam penetrado apenas a Serra da Raiz, acerca de 18 léguas do Litoral para o interior, domínio do grupo Tupi.

A Capitania da Paraíba era vista por Herckmans como sendo uma das mais saudáveis do Brasil, possuindo excelentes fontes de água doce e potável, com belos rios, grandes e piscosos, fornecendo boa água e peixes, ostras, etc, e servem para subir e descer em pequenas embarcações.

Os holandeses se destacaram por localizar as aldeias indígenas não apenas dos Sertões, mas e principalmente aquelas do Litoral. Tal característica era uma forma de estratégia, tê-las por perto, fechar acordos de amizade para usá-las de todas as formas quando necessário se fizesse.

Outra característica dos documentos holandeses são as constantes observações das características geográficas dos lugares, partindo-se da premissa que era interessante primeiro conhecer para, a partir daí, defendê-los. Rios, pequenos regatos, acidentes geográficos do Litoral e dos Sertões, localização dos engenhos, pequenas comunidades, nomes de serras, estradas carroçáveis, etc.

A primeira e importante citação do documento de Elias Herckmans sobre os Tapuias da Paraíba aparece quando este menciona o rio Tibiry e os engenhos de açúcar de sua proximidade. Coloca Herckmans (1985: 18) que:

Esta palavra deriva de *Tibero*, que quer dizer *pecado sodomítico*. Na vizinhança destas águas, os potiguaras, achando-se outrora em guerra com os tapuias (uma outra raça de índios que habita o mais internado sertão) apreenderam um moço tapuia e abusaram dele nesse sítio pelo que chamaram o lugar Tibiry, isto é, água do *pecado sodomítico*.

Herckmans deixa claro que a habitação da capitania se dava apenas (via rio Paraíba), até Tapuá, ou Itapuá, que se lê Itapia (pedra pontuda) onde existia um último

e grande curral e sinalizavam, a partir dele, cerca de 6 ou 7 léguas da capital, os Sertões propriamente ditos ou terras dos Tapuias.

Relações pacíficas e não-pacíficas entre os índios do grupo Tupi e os dos grupos Tapuias, foram observadas por Elias Herckmans (1985): um caso relatado seria aquele que deu origem ao nome de um rio, o Gramame: conta à lenda que um Tapuia chamado de Guará, preso pelos Potiguaras e confiado a uma índia que acabou por se apaixonar por ele. Os seus, desconfiados do amor que surgia entre eles, o levaram-no para sacrificá-lo na margem de um rio, a índia percebendo os objetivos dos Potiguaras, correu ao lugar onde o sacrifício começara, tomou o Tapuia em seus braços e falou: “*ó guará mama*”, o que quer dizer “ *meu guará eles querem te matar*” (HERCKMANS, 1985: 23). A partir de então, reza a lenda que o rio passou a se chamar Gramame.

Na mesma região, conta outra lenda repetida por Herckmans que existiam duas aldeias denominadas de Joacaca e Pindaúna. Joacaca é uma palavra brasílica (leia-se Tupi) que significa abraça-me, sendo que fora neste lugar que os índios Tupis da nação Potiguar “surpreenderam uma mulher brasileira que se achava à sombra com um Tapuia e lhe dizia – *tcheakoka*, abraça-me” (op cit. 1985 :13). Duas questões podem-se extrair das citações (lendas) acima: uma que os neerlandeses buscavam conhecer a fundo as histórias, lendas e por conseguinte, os nomes indígenas dos lugares, coisa que portugueses e espanhóis não fizeram e outra que não haveria grandes distâncias, fossem estas territoriais ou interpessoais entre Tupis e Tapuias (Cariris e Tarairiús), haja vista o envolvimento amoroso que poderia acontecer entre eles, como relata Herckmans. Isso coloca por terra a ideia de total animosidade, distanciamento entre Tapuias e Tupis.

Outro ponto relevante, com relação aos índios Tapuias⁴⁴, era os seus nomes: ou os tiravam da natureza (animais e plantas) ou de objetos que eles usavam no cotidiano. Um exemplo, *Pindaúna* (anzol preto) que era um nome de um índio da nação Potiguar que teria dado início a construção das primeiras choupanas que deram origem a aldeia homônima.

⁴⁴ Essa questão fora observada em inúmeros grupos índios do Brasil, talvez remetendo esses grupos há um passado comum.

A serra da Cupaoba ou Ocupaobas, ingreme e alta dar para um extenso vale que, segundo Herckmans (1985), ainda não fora percorrida e serviria de divisor entre os Sertões (terras dos Tapuias) e o Litoral (área do início do processo de colonização: terra dos colonos e dos índios de língua boa, ou brasílica, constituídos pelos Tupis). O além da Cupaoba, os Sertões, fora visto por Herckmans como uma área de clima bom, solos férteis e excelentes para produtos de subsistência. A partir daí, começa-se a buscar os meios necessários para ocupá-la. Seus primitivos moradores, os Tapuias, passaram a ser vistos como intrusos, empecilhos à colonização. Entretanto, os holandeses não efetivaram seus domínios na região, continuaram a arranhar o Litoral assim como fizeram portugueses, espanhóis e franceses. Mais tarde, os portugueses visando a consolidação do território, começam a expulsão das campinas dos seus primeiros ocupantes, doando as famosas sesmarias.

Elias Herckmans já se preocupava em narrar no seu relatório as guerras travadas entre índios “brasilienses e naturais desta região”, ou os Tupis com seus vizinhos dos Sertões, os índios Tapuias, Herckmans não menciona qual das etnias, se Cariri ou Tarairiú travaram guerra com os Tupis. Em outros relatos históricos, vê-se que as guerras intertribais eram comuns, inclusive essa prática fora incentivada pelos vários colonizadores da região.

Sobre os Tapuias, assim relata Herckmans (1985: 38-39):

Os Tapuias formam um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança; em lugares que são os limites mais afastados das Capitânicas ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses.

Herckmans ainda coloca que os Tapuias eram divididos em várias nações: os Cariris, Caririwasys, Careryjouws e, em particular, os Tapuias Tarairiús, tendo como Janduwy como “rei” de parte da nação e Cararaca “rei” da outra parte.

Duas contradições percebe-se no exposto, primeiramente com relação a localização dos Tapuias: é o próprio Herckmans que faz menção, em vários momentos da existência de Tapuias no Litoral e o segundo ponto contraditório seria a questão de ver aldeias, ou conglomerados de aldeias como nações, com reis como se formassem nações culturais totalmente distintas, principalmente aquelas que estão ligadas aos Tapuias Cariris.

Acerca de suas características físicas, Elias Herckmans (1985) menciona inicialmente as dos Tarairiús: eram robustos, de grande estatura, apresentando ossos grossos e fortes; cabeça de grandes proporções e espessa; cor atrigueirada; cabelos pretos pendentes ao pescoço, cortados acima das orelhas de forma igual; o cabelo também é grosso e áspero; andam nus com exceção das ocasiões de festas ou quando estão em guerra, cobrindo o corpo com penas de araras. É interessante notar esta última característica dos Tapuias Tarairiús relatada por Herckmans, pois dá-nos a ideia da situação ambiental dos Sertões da Paraíba antes do contato entre índio/colonizador. Também eram usadas penas de papagaios, periquitos e maracanãs; puxavam o membro viril e o prendiam com uma fibra, deixando-o colado integralmente ao corpo. Para isso, faziam uso da folha de figueira também para escondê-lo e amarrá-lo; não usam barba; com exceção da cabeça, não apresentavam cabelos no restante do corpo, arrancando-os no momento em que surgiam; os holandeses os consideravam homens incultos e ignorantes, especialmente por não aceitarem sua religião, acreditando que eles serviam ao diabo e aos espíritos maus; consideravam seus. Os Pajés como verdadeiros adivinhos; procurando-os sempre nos momentos em que se encontravam distantes dos seus; seus Pajés usavam alguns tipos de animais, deixando-os andar sobre o seu corpo, para predizer o que estava por vir; as mulheres tinham o costume de gritar (berrar) e demonstrando contentamento ou tristeza; eram submissas aos seus chefes e obedeciam as suas ordens; o “rei” (chefe) sempre ia adiante de seus guerreiros nas guerras, demonstrando bravura, pois, em guerra perante os inimigos, o chefe era considerado honrado e detentor de bravura; quando em casa, não recebia as honrarias que recebia na guerra. Nesse sentido, a bravura era considerada um ato de honraria e o chefe era escolhido, também, por esta característica; não existe distinção social entre o “chefe” (rei) e seus súditos (o povo da aldeia), sendo o cabelo do “rei” cortado como uma coroa e, nos polegares, traz as unhas compridas, proibidas aos demais. Percebe-se uma forma de distinção social dentro dessas sociedades aparentemente vivendo em comunidades comunitárias; amigos e capitães do chefe tinham unhas compridas, menos os polegares, para distingui-los do “rei”; considerados extremamente velozes ao perseguir um inimigo em combate, sendo comparados, no correr, a um cavalo; em caso de vencerem os inimigos, são propensos a matar friamente. A explicação para atos vistos como

bárbaros, talvez esteja ligada a sua condição de seminômade em não poder carregar, como prisioneiro e/ou escravo, um inimigo aprisionado.

Usam armas feitas principalmente de Pau-brasil, plana e aguda em ambos os lados, grossa no meio e levantada, na frente apresenta-se larga servindo para bater no inimigo, nocauteando-o. Isso demonstra comércio ou descimento às áreas do Litoral para a coleta desta madeira; fazem uso de arco e setas (flecha), azagaias, usando-os de formas eficientes; fazem uso de machados de mão com cabos compridos de madeira em luta contra os inimigos (bem como, outros apetrechos líticos – Figura 10); não usam as armas holandesas, em especial as de fogo, acreditando serem obras do demônio; em guerras, não marcham em ordem, sendo desorganizados, correndo em confusão. Mas, fazem excelentes emboscadas, causando grandes perdas aos seus inimigos e aos inimigos dos neerlandeses, como os portugueses e espanhóis; levam uma vida bestial e descuidosa, vivendo basicamente daquilo que o ambiente tem para lhes oferecer, sem se preocuparem com o acúmulo de provisões; vivem da caça e coleta de animais e plantas encontradas nas regiões em que se instalam; comem de forma compulsiva os alimentos do lugar em que o grupo se instala; nos períodos de escassez de alimentos, podem jejuar vários dias, segundo Elias Herckmans (1985: 41), “apertando o ventre com certas cascas de árvores, o que lhes faz esquecer um tanto a fome, até que venham a comer outra vez, e então desatam a ligadura da fome,“. Passam pouco tempo num mesmo local, dois ou três dias comendo tudo que existe comestível no lugar, escasseando-se, levantam o acampamento e partem em busca de novos ambientes; nos seus acampamentos temporários não levantam estruturas (casas), mas sim, estruturas frágeis com alguns ramos para lhes servirem de abrigo temporário contra as intempéries; dormem em rede e fazem uso de costumes de outros índios: acendem fogueiras nas proximidades das redes para se aquecerem; quando deixam um acampamento deitam fogo, servindo para marcar onde estiveram e também de indicativo para os seus de como encontrá-los;



Figura 10 – Machados líticos (procedências diversas)

Sobre as mulheres Tapuias Tarairiús, os relatos de Elias Herckmans (1985) são dos mais precisos. Herckmans conseguiu mostrar minúcias do gênero feminino Tarairiú, pouco comuns na literatura dos cronistas europeus que viveram ou visitaram o Brasil desde o início do processo de colonização. Na obra de Heckmans, o outro fala: são pequenas e de menor estatura do que os homens; apresentam cor atrigueirada; Herckmans as consideravam bonitas de cara; cabelos compridos e negros; andavam nuas, usando como tapa sexo folhas verdes de vegetais não identificados; vistas como submissas aos maridos; estas não suportam o adultério, praticando a fidelidade; as mulheres faziam opção de casamento por homens fortes que mostravam suas virtudes, como a guerra, e as corridas de toras comuns entre eles.

Os homens depois de demonstrarem coragem e habilidade, recebiam uma mulher para casar; para marcarem os indivíduos casados, abriam-se buracos nas faces e colocavam pauzinhos ou ossinhos brancos que podiam medir entre 3, 4 a 5 polegadas; aqueles que atingiam a idade chamada de viril (casar-se) e que não o faziam, eram vistos com desprezo entre os seus; os guerreiros que traziam pelo menos duas cabeças, troféus, de seus inimigos tinham o direito de também furar as faces e colocar os pauzinhos; nos casamentos, o "rei" sempre estava presente sendo um sinal de honra e júbilo, havia gritaria e choros por parte das mulheres e crianças; geralmente, as festas de casamentos duravam de quatro a cinco dias, acompanhadas de rituais que iriam do processo de pintarem os corpos com tinta de urucu e jenipapo, até a colagem de penas de pássaros, usando-se também colares e guizos; os homens depois do primeiro e único casamento, podiam tomar as mulheres que quisessem, mas

sem a cerimônia do primeiro; ter várias mulheres era sinal de prestígio entre os Tarairiús, sendo assim os “reis” (chefes tribais) tinham várias mulheres; no processo de parição, os maridos podiam de forma ordinária, tomar outra mulher para lhes servir, tratando-a como escrava, obedecendo-lhes em tudo, carregando sua bagagem, utensílios, redes. Nos acampamentos, são as mulheres que saem a procurar os ramos e paus necessários para a construção dos abrigos temporários, ficando os homens à espera da concretização do processo. As mulheres para os homens, deveriam realizar todas as atividades domésticas, pois elas teriam nascido para isso. Fazem uso de ritos de iniciação aos sete ou oito anos,

os pais reúnem-se os amigos com a costureira gritaria e o mais velho deles levanta o menino e o mantém suspenso, de modo que os outros lhes abrem um furo no lóbulo ou parte inferior de cada orelha, bem como no lábio inferior acima do queixo, onde introduzem uma pedrinha verde, preta ou colorida, e nos buracos das orelhas pauzinhos ou ossinhos já preparados (HECKMANS, 1985: 43).

Isso serve de sinal de virilidade e perpetuação dos costumes; um dos principais relatos da cultura/material e espiritual dos Tarairiús é com relação ao destino final que era dado aos mortos. Morrendo um deles (homem, mulher, velho, adulto ou criança), não o enterra, acreditando que o guardando em seu próprio corpo, este está bem guardado⁴⁵. Herckmans mostra os pormenores desta prática, vista pelos colonizadores como bizarra, mas já fazia parte do cotidiano desse grupo étnico:

Tomam o cadáver, lavam-no e esfregam-no bem, fazem um grande fogo no chão, acima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem. Logo que esteja bem assado, o comem com grande algazarra e lamúrias. As vezes não o podem todo, então guardam o resto para ocasião oportuna, especialmente os ossos que depois de queimados, pisados e reduzidos a pó misturam com a sua farinha e assim comem. Os amigos (parentes) mais próximos do morto, quer seja homem ou mulher, cortam o cabelo, em sinal de que deploram a morte de seus amigos” (HERCKMANS, 1985: 43).

Para que Elias Herckmans (1985) conseguisse mostrar os pormenores do processo ritualístico pós-morte desses indivíduos foi preciso que tivesse convivido e

⁴⁵ Oliveira Martins (1955: 71-80) informa que a prática do endocanibalismo foi comum entre inúmeros povos do planeta: em Sandwich, o corpo do Príncipe bom que moresse de morte natural era comido pelos seus para que a terra não o consumisse. Na China, alguns povos praticavam o endocanibalismo. Entre os Bangalas, da África, celebrava-se a aclamação de um novo rei com atividades de canibalismo ritualístico: assava-se três pernas, a de um boi, outra de carneiro e a de um homem. Martins (1955) ainda aponta outras atividades de canibalismo, como a prática de canibalismo penal, em que comia o indivíduo para adquerir os principais dotes do morto, fundindo-se as almas dos odis; a prática de canibalismo jurídico, seria o meio de acabar totalmente com o falecido, talvez por vingança. Na Polinésia foi verificado que certos grupos matavam e comiam os assassinos. Entre os Vitis, do Oriente, era comum assarem os cadáveres dos inimigos depois da batalha e comê-los.

observado o processo, ou então, ter tido informações suficientemente fidedignas para relatá-los. O exemplo contribui, sobremaneira, para que possamos entender um pouco dos ritos e costumes desta etnia, tão pouco conhecida no âmbito da Paraíba. Com relação à morte do rei ou o *Comatim* (seu filho) ou quando algum grão-senhor morre, apenas suas mulheres os consomem, sendo que, nenhuma pessoa de baixa condição social recebe o convite para compartilhar a carne do defunto. Quando uma criança nasce morta, eles o consomem, “dizendo que não lhe dar melhor sepultura do que no corpo donde veio” (HECKMANS, 1985: 43-44).

Sobre as crianças e os mais velhos, Elias Herckmans (1985) nos traz excelentes relatos capazes de nos fazerem entender um pouco da vida desses grupos: os meninos começam a andar ainda muito cedo, entre nove e dez semanas. Ora, uma criança com dez semanas de vida está com menos de três meses, sem, portanto, uma estrutura óssea/muscular formada para tal. Entretanto, não se sabe até que ponto as informações de Herckmans podem ser negadas, até porque a maioria de suas informações merece confiabilidade e são atestadas por outros cronistas, em especial os holandeses. As crianças, desde cedo, aprendiam a nadar e todo e qualquer indivíduo desta etnia sabia a prática da natação; sobre a idade, Herckmans afirma que viviam muito, sendo estes mais velhos, carregados em redes. Sabe-se por inúmeros estudos realizados em sepultamentos pré-históricos e históricos de índios que os mesmos tinham uma expectativa de vida em torno dos 40 anos, sendo considerados nesta idade, indivíduos velhos. Portanto, não sabemos explicar tais afirmações contidas na carta/relatório de Elias Herckmans; dava-se grande considerações aos mais velhos prestando-lhes honrarias e tributos, no caso dos homens. As mulheres velhas não recebiam os mesmos préstimos que os homens, sendo algumas utilizadas como escravas.

Sobre a questão territorial, Herckmans (1985) afirma que estes desciam constantemente as fronteiras inferiores e os limites da colônia, em especial, nos graves períodos de secas. Herckmans coloca que em sua região havia abundância de insetos, cobras venenosas de grande tamanho; mais uma vez percebe outra contradição nos relatos de Herckmans, quando anteriormente ele afirmara que o território ocupado pelos Tapuias prestava para a agricultura. Mesmo o indivíduo sendo picado por uma cobra venenosa, os seus fazem uso de sua carne e o comem sem que isso se sintam

mal. Herckmans coloca que os ouvindo sobre sua região, (Tarairiús), afirmam estes existirem grandes rios com grande quantidade de peixe. Vê-se mais uma contradição: anteriormente é colocado que havia falta constante de alimentos e que suas áreas eram desfavoráveis para a habitação. No segundo momento, Herckmans coloca justamente a bonança de água e peixe o que, facilmente, facilitaria a fixação desses grupos étnicos em suas regiões. Alimentam-se de porcos selvagens; andam de dois a três dias para encontrar água. Num ponto anterior, Herckmans afirma que suas regiões eram ricas nesse recurso. Não se entende, portanto, estes deslocamentos; fazem uso de mel espesso e branco, retirando-o das árvores e servindo-se dele como alimento. Fazem uma bebida extraída de uma raiz a qual Herckmans não cita o nome e fabricavam uma bebida através do processo de mastigação feita pelas mulheres. A esta beberagem chamam de *CAUWAU*. Quando descem ao Litoral ou nas áreas fronteiriças entre seus domínios e o dos colonos, no retorno para suas terras, geralmente cometem atrocidades contra os colonos, o que obriga os governadores a prestarem-lhes escolta até a fronteira limítrofe de seus domínios.

Janete Lins Rodriguez (2000: 17), analisando a organização do espaço paraibano desde o período do início da colonização, afirma o que muitos já fizeram sem apontar as fontes das informações que “nas terras da Capitania de Itamaracá, viviam índios de dois grupos: no Litoral, os Tupis formados pelas tribos Tabajaras e Potiguaras; no interior, os Tapuias, formados por tribos de índios Cariris e Tarairiús”.

Talvez a grande contribuição de Janete Lins, seja de mostrar que havia várias tribos de Tapuias nos Sertões, muitas delas ligadas ao grupo Cariri e outras ao grupo Tarairiú.

Na verdade, um dos maiores problemas que percebemos, na literatura específica, é com relação à duplicidade de nomes, especialmente quando se relaciona aos grupos dos Sertões.

Sousa (2006: 33) faz um alerta interessante com relação a taxonomia indígena ser duplamente interpretada com nomes diferentes, às vezes constituindo o mesmo grupo. Tal característica, para o autor, tem sido comum entre animais e plantas e temos percebido a duplicidade e triplicidade de nomes de grupos indígenas nos relatos dos cronistas, muitos deles expostos neste trabalho.

Freire (1978: 43) sobre os índios da Paraíba relata o de sempre: “Habitavam a Paraíba duas raças de índios: Tupis e Cariris ou Tapuias. Os Tupis se dividiam em Tabajaras e Potiguaras, que por sinal eram inimigos...” Talvez o maior absurdo da autora ao se referir aos índios da Paraíba, advenha do breve relato que a mesma faz dos Tabajaras, afirmando serem dóceis e dos Potiguaras, de serem errantes, não se fixando em lugar nenhum.

Já com relação aos Tapuias Cariris, apenas menciona o que já fora imensamente relatado, mas sem comprovação científica: que eram oriundos de um grande lago, do Amazonas, segundo Capistrano de Abreu ou da lagoa Maracaibo, na Venezuela? Tinha este grupo humano número maior que os Tupis; habitavam o Planalto da Borborema, na região dos Cariris Velhos; generaliza todos os Tapuias como sendo Cariris, muitos deles dóceis por estarem aldeados, numa completa descaracterização da cultura do outro, já que vê os índios como meros espectadores, absorvedores da cultura européia, formando, etnologicamente falando, “uma nova raça, a brasileira” (FREIRE, 1978: 45).

Com relação à conquista dos Sertões da Capitania, afirma a autora referendada que a ‘glória’ da conquista e consolidação do interior coube a Theodósio de Oliveira Lêdo, na verdade, a própria autora se contradiz ao colocar que este conquistador de terras foi responsável pelo massacre de inúmeras tribos Tapuias e o apresamento de outras tantas.

Para Aécio Villar de Aquino (1988: 68), três nações de índios Tapuias habitavam o interior da Paraíba no pós-contato: “os Cariris”, os “Caririmasy” e os “Carerijouns”. Cita os Tarairiús como pertencentes aos Tapuias, aliados dos holandeses, mas esquece de mencioná-los enquanto nação dos Sertões. Como de costume, o autor sem apresentar dados concretos, literários e materiais, comete os mesmos erros, limitando-se a mostrar as principais características desses grupos humanos, baseadas nas obras dos primeiros séculos da conquista.

Eudésia Vieira (1950: 22-25) em *Pontos de História do Brasil: Paraíba do Norte*, tece comentários acerca do gentio do Brasil e da Paraíba. A literatura didática do Brasil das primeiras décadas do século XX trata o índio como selvagem e indolente, além claro, de pouco contribuir com pesquisas que venham a quebrar a visão eurocêntrica e

errônea sobre o índio. Dessa forma, Vieira não foge a regra, afirma que, no Brasil do contato, existiam pouco mais de um milhão de índios, divididos por costumes e famílias linguísticas. Dentre eles, a autora destaca os Tupis e os Tapuias: “Os Tupis compreendiam: Potiguaras, Tabajaras, Tupinambás, Tupiniquins, Tamoios, Carijós, etc. Os Tapuias dividiam-se em: Cariris, Goitacases, Guaianases, Aimorés, Mariquitós, etc. (VIEIRA, 1950: 22).

Percebe-se que a autora assim como inúmeros de seus contemporâneos não citam os Tarairiús, numa visão micro de repetição do oficial em que os grupos inimigos dos portugueses, como os Caetés e os Tarairiús foram apagados da história da Paraíba.

Assevera a autora que Tapuias e Tupis se assemelhavam em sua forma cultural, num completo desconhecimento acerca desses grupos humanos, mas sempre atribuída aos Tapuias uma selvageria mais exacerbada do que a dos Tupis.

Com relação aos Tapuias, afirma Eudésia Vieira, que estes grupos humanos eram errantes, mas praticavam a agricultura (acreditamos ser uma agricultura itinerante), mas que também dependiam da caça e da pesca.

A generalização de uma imagem estereotipada para o índio brasileiro também se percebe na obra de Eudésia Vieira: uso de cocares, generalização quanto às armas, uso de metaras (botoques), uso de colares, andar nu, com exceção dos que viviam nas áreas mais frias do Brasil que se vestiam de peles de animais caçados. Da mesma forma, a autora acaba por homogeneizar os métodos de caça, pesca e coleta dos nativos do Brasil.

Ponto interessante em sua obra diz respeito aos nomes que se davam aos filhos: as meninas recebiam nomes de flores, frutos e dos pássaros, enquanto os meninos recebiam nomes de madeiras, rios e animais velozes e ferozes.

Generalizou a autora a forma de sepultamento dos índios, afirmando que eles eram enterrados na própria rede de dormir. Armas e adornos pertencentes ao morto eram sepultados com eles, bem como se depositavam bebida, comida e fumo. Essa generalização comum nos historiadores que não realizaram pesquisas especialmente

arqueológicas, não vem sendo comprovada nas pesquisas arqueológicas nos cemitérios indígenas por nós escavados nos Sertões da Paraíba.

Para o Tupi, Tarariú significa comedor de traíra. De forma genérica, os grupos indígenas que viviam, nos Sertões da Paraíba, no período do contato se organizavam, geralmente, pela hostilidade do bioma caatinga, em grupos pequenos, mas não se excetuando a existência de grandes grupos, especialmente nos períodos de guerra, como relata, por exemplo, a historiografia holandesa do século XVII.

Viviam da caça, coleta de frutos e recursos naturais diversos necessários para a alimentação e produção de artefatos diversos; e uma agricultura que, segundo os informes literários e baseando-se no modelo do colonizador, podemos considerá-la elementar.

A organização das atividades seguia, provavelmente, um calendário anual, ao ponto de Elias Herckmans (1985) mencionar o deslocamento dos Tarairiús para o Litoral numa época em que os cajueiros estão safreando. O ciclo das estações definia as expedições e o que se coletaria, pois acompanhava-se o processo de maturação das frutas e a reprodução de animais (CARELLI, 1999: 78).

Os livros didáticos pecam ao afirmar que o índio do Brasil, ao menos aqueles do contato, viviam no ócio, trabalhavam pouco e passavam parte do dia brincando e tomando banho de rio; ao contrário, assevera Carelli (1999: 79),

Em sua vida tradicional, em seu ambiente, os índios trabalham muito, e desenvolvem atividades bem diversificadas. Coletar alimentos na mata, plantar, caçar, construir casas, viajar com seus pertences nas costas - todas essas tarefas exigem um imenso esforço físico...

Sem contar que atividades como as de fabricar utensílios (cerâmica, armas, etc.) requerem prática, paciência, especialidade, tempo e muito trabalho.

O que, sem dúvida, acontecia numa comparação ao ritmo de vida dos europeus, eram a frequência e o horário das atividades mais flexíveis, livres e variados. Acreditamos que fora justamente este modelo de vida percebido pelo europeu, que estereotipou um índio vagabundo, preguiçoso, ocioso, desregrado.

Diuturnamente os índios trabalhavam nas caatingas, mas só o necessário. Se o estoque de mantimentos existente na casa, por exemplo, fosse suficiente para

alimentar o grupo por uma semana, só vai à roça, a caça, a coleta ou a pesca quando não mais existir a reserva alimentar. Desta forma, as sociedades tradicionais indígenas, especialmente aquelas que estudamos, podem se enquadrar no que os antropólogos chamam de sociedade de afluência, ou seja, os esforços e meios utilizados por um grupo cobrem completamente suas necessidades básicas (CARELLI, 1999: 80). A grande questão do trabalho e lazer indígena está ligada a “Lei do Mínimo Esforço”, ou seja, trabalhar o mínimo para conseguir o básico a subsistência do grupo para aquele período.

Os deslocamentos que os relatos etnográficos fornecem sobre os Tapuias Tarairiús, por exemplo, em que se deslocavam constantemente em busca de alimentos que aos encontrá-los, os consumia-os em grande quantidade, podem-se enquadrar nessa lei; em outras palavras, aproveitar ao máximo os recursos do ambiente, sem, no entanto, exauri-los ao extremo. Dessa forma, o deslocamento do grupo torna-se mais fácil e menos dispendioso do que deslocar-se todos os dias, por grandes jornadas, em busca de alimentos e retornar a aldeia. Não afirmamos com isso que esses grupos eram nômades, ao contrário, tinham aldeias fixas, mas recorriam a essa prática por pura questão de sobrevivência, especialmente nos meses de escassez de água e alimentos nas proximidades da aldeia.

Os antropólogos afirmam a existência de outra lei que nos leva a compreender a qualidade de vida dos índios dos Sertões: trata-se da Lei da Solidariedade que consiste na divisão cotidiana de tarefas entre os sexos e por idade. Dessa forma, o provento dos bens necessários à subsistência da família advêm do esforço do conjunto. Essa forma de divisão de trabalho não pode ser vista como uma lei geral, pois ela varia de grupo para grupo.

A ideia de uma comunidade totalmente comunista das aldeias foi criada a partir de uma visão estereotipada marxista das mesmas. De forma geral, todos os apetrechos têm donos: o arco, o cesto, o balaio, o machado e os potes de cerâmica. O que ocorre é que esses produtos são confeccionados na medida em que se necessitam deles, sem o acúmulo, fazendo-se o suficiente para o uso do grupo. Nesses grupos humanos, todos os índios desde muito cedo aprendem a fabricar seus objetos, daí a inexistência da especialização, segundo o pensamento de Carelli (1999).

A produção familiar de certos bens, como a roça da família e outras atividades são coletivas. A economia de troca deve ter existido entre os nossos grupos do Litoral e dos Sertões. Nas expedições coletivas, os resultados são de todos; na derrubada das matas, a ação é coletiva, mas o plantio da roça é familiar.

Essas duas leis amplamente abordadas, a do Esforço Mínimo e a da Solidariedade, liberam os indivíduos para suas atividades ritualísticas, de extremo valor para o grupo. Os colonizadores ao verem os Tapuias nas beberagens que duravam dias ficavam possessos, não entendendo o porquê de toda aquela vadiagem.

Não estaria errado afirmar que as festividades eram as mais diversificadas e aconteciam por vários motivos: nascimento, casamento, morte, plantio e colheita, etc., nesses momentos, podemos falar na produção de um excedente, mas para o banquete que seguiria a festa repleta de convidados de outras aldeias.

Os excelentes relatos de Pedro Puntoni (2002) demonstram quão diferentes eram os Tapuias dos Sertões. Assim, esse pesquisador via os Cariris como ocupantes dos Sertões de Dentro, em síntese, as partes mais distantes do Litoral, aprofundando-se pelo São Francisco. Já os Tarairiús ocupavam mais o Sertão de Fora, áreas mais próximas do Litoral, o que, inclusive, facilitava suas incursões ao Litoral. Os Tarairiús estavam subdivididos em diversas nações, sempre em guerras intertribais. Suas sub-nações levavam os nomes de seus caciques (ou reis), a exemplo dos Janduis, Icós, etc. Pedro Pontuni afirma que dos vários grupos étnicos Tapuias dos Sertões, são dos Cariris e dos Tarairiús que se tem um maior número de informações culturais de seus costumes e cultura material.

Os Cariris foram descritos por vários cronistas a partir do século XVI. Existiam diferenças linguísticas, pelo menos quatro, entre o grande grupo étnico, ou dialéticos diferentes: Camaru, Sapuia, Dzubucuí e o Quipea. Praticamente, no final do século XIX, os Cariris já estavam extintos em várias capitanias e em vias de extinção em outras.

Os Tarairiús ficaram conhecidos pelos principais representantes, os Janduis, fortes aliados dos holandeses. Puntoni (2002: 84-85) relata que os Janduis foram descritos por Elias Herckmans, Roulox Baro, Jacó Rabbi e nas pinturas de Albert Eckhout. Os Tarairiús pela sua hostilidade eram considerados aliados perigosos, sendo

os seus movimentos seguidos pelos holandeses, evitando-os de se aproximarem do Litoral. Janduí era tratado pelos holandeses como um amigo perigoso e feroz.

A viagem de Roulox Baro (1979) a terra dos Tapuias legou excelentes relatos acerca da vida dos Tarairiús no período do domínio holandês. O principal objetivo de Roulox Baro para os Sertões do Nordeste foi ter com os principais dos Tapuias Tarairiús, vendo-se a possibilidade de buscar-lhe apoio para as empreitadas flamengas no Nordeste do Brasil. Baro conviveu durante exatos três meses e onze dias entre os Tapuias, pois sua viagem teve início em 3/4/1647 e terminada no dia 14/07/1647.

Baro era intérprete e embaixador ordinário da Companhia das Índias Ocidentais e tinha como principal objetivo manter o “bom” relacionamento entre os flamengos e os Tapuias, especialmente os Tarairiús.

Os holandeses viam o interior das regiões por eles conquistado como o “país dos Tapuias” daí advém a ideia de aceitarem seus caciques e chefes como verdadeiros reis.

Piere Moreau e Roulox Baro (1979) dá-nos uma ideia do ambiente natural existente na época em que se deu a conquista holandesa. Trata-se de grandes enchentes, de matas virgens e de animais como veados, onças, macacos, etc. existentes nos Sertões e hoje praticamente não mais existem. Sobre os Tapuias Tarairiús, que os guiavam até o encontro com Janduí, Baro mostra-nos alguns costumes, como o de abater a caça, moqueando e assando-a em seguida, comendo-a semicrua, ainda sangrenta, até se saciarem. Faziam rapidamente a base de mel silvestre e frutas uma bebida chamada de “UVA” que lhes servia para que vomitassem e, em seguida, recomeçarem a comilança. Os holandeses viam isso como algo terrivelmente selvagem.

A alimentação dos Tapuias Tarairiús era variada, dependendo do momento, não dispensavam o mel silvestre, bem como os porcos do mato, avestruz (cic) e serpentes, como as temíveis cascavéis, tatus, pássaros e outras “imundícies”, segundo os holandeses, que a terra pudesse lhes oferecer.

Gritar quando chegavam índios de outras aldeias Tapuias para visitas, chorar, pular era forma comum de contentamento e alegria entre os Tarairiús.

Os Tapuias, relata Baro (1979), faziam uso do milho como alimentação cotidiana e especialmente em seus rituais, pois misturavam o milho, provavelmente moído e transformado em pó, com farinha de mandioca e o pó dos ossos dos seus falecidos, e deles se alimentavam, em práticas ritualísticas chamadas de endocanibalismo.

Outro relato importante verificado nas crônicas de Baro é com relação ao poder que os chefes Tarairiús, chamados por eles de rei, exerciam sobre seu povo. Era Janduí quem distribuía terras e dava permissão aos seus Tapuias para habitarem em certos lugares, plantarem raízes e favas, deixando-os viver em paz, contanto que lhes pagassem tributos em forma de espécies. Da forma que os colonizadores para conquistarem a amizade dos índios os presenteava, os índios repetiam o gesto de cordialidade, por exemplo, mel silvestre como forma de agradar e adquirir a confiança do outro.

Uma forma de dar boas vindas aos estrangeiros que visitavam as aldeias Tarairiús era a de demonstração de lutas entre jovens guerreiros, na areia, e as famosas corridas de troncos. Para tais corridas, havia todo um ritual, desde a preparação da árvore, como tirar-lhe a casca e os nós até o uso de pinturas corporais multicores. A corrida com as árvores dava-se da seguinte forma: alguns guerreiros saíam ao raiar do sol em busca da captura de ratos do mato, enquanto outros, ficavam no preparo das árvores. Após o meio dia com a chegada dos primeiros, os ratos eram soltos nas passagens dos guerreiros com as árvores as costas; quando o cansaço alcançava um deles, era logo substituído por outro guerreiro que dava continuidade a corrida, que geralmente demorava mais de uma hora. Finda a festividade, os guerreiros passavam a contar os feitos da corrida e a morte dos ratos.

Os Tapuias Tarairiús, assim como a grande maioria dos índios do Brasil, eram grandes apreciadores de fumo. Nos vários rituais e sacrifícios que praticavam, o uso do fumo era comum, ao qual Baro afirmou que eles, os Tapuias, usavam o fumo principalmente quando queriam realizar sacrifícios e adorações ao diabo.

Por que holandeses, franceses, portugueses, etc., cristãos fervorosos, católicos ou protestantes aceitavam e até conviviam com esses índios que praticavam adoração ao Diabo? Simples: fazer guerra com os da terra fossem eles os brasileiros (Tupis) ou os Tapuias, mesmo tendo soldados treinados e equipados com cavalos e armas de

fogo, era prejudicial, principalmente num momento em que portugueses e holandeses necessitam de todos os aliados possíveis. Portanto, não se aceitava tais práticas demoníacas dos Tapuias, mas era preciso tolerá-los, como forma de sobrevivência naquele momento.

Quando doentes e impossibilitados de andar, os Tapuias da Paraíba eram transportados em “macas ou leitos de algodão do feitio de redes.

A farinha que estes fabricavam advinha de várias plantas, sendo a mandioca a principal delas. Mas usavam as raízes de suaçu, de mantua e, em períodos de grandes estiagens como ainda hoje acontece, fabricavam a farinha da batata do imbu ou umbu, fruta azeda, porém apreciável até hoje, comum no Cariri, Seridó e Curimataú, mas quase não existe no Sertão propriamente dito.

Baro (1979) em sua viagem ao país dos Tapuias dar-nos notícias de que as índias eram quem realizavam o processo de fabricação de utensílios de cerâmica. Ele observou essa atividade em que as mulheres de um grupo amassavam o barro e dele faziam potes para cozinhar seus alimentos. Baro não menciona se esses potes eram cozidos, apenas menciona que eles eram postos a secar. Isso mostra-nos que tais grupos humanos, ao contrário do que menciona parte da literatura que trata dos Tapuias Tarairiús, possivelmente não eram nômades, pois praticavam atividades de grupos semi ou sedentários, como as expostas até aqui.

Nos rituais mágicos, os Tapuias Tarairiús faziam uso do pó extraído de uma semente de corpamba (*Apis mellifera*), e a torravam, misturava-a com água e engoliam. Pouco tempo depois da beberagem, começavam a vomitar e a expelir pelo nariz a bebida, ficando, segundo Baro, como possessos. Faziam isso para celebrarem uma cerimônia a fim de que o milho, ervilhas, favas, abóboras, etc., amadurecessem depressa. Nesse sentido, seria correto, portanto, afirmar que os Tapuias Tarairiús, além de viverem da caça e coleta, eram também horticultores, praticavam, mesmo que de forma incipiente, uma agricultura rudimentar.

Para receberem o espírito do demônio a quem Baro acreditava que os Tarairiús adoravam, faziam-se uso de alucinógenos, principalmente o fumo, que era introduzido num grande cachimbo feito de noz de coco; os feiticeiros sopravam a fumaça do fumo sobre os que estavam na choça, numa espécie de benção para uma guerra vindoura.

Para as ocasiões mais importantes, como saber sobre um provável resultado de uma guerra, sempre era realizado o ritual citado anteriormente.

Como adorno corporal, Baro verificou que as crianças tinham os lábios inferiores e as orelhas furadas onde eram colocadas cavilhas de madeira nos furos sendo parte de uma atividade ritualística de batismo, a qual dá nome à criança, sempre acompanhada de danças e grandes algazaras. Essa característica foi observada por outros cronistas que escreveram sobre os Tapuias Tarairiús, bem como a xilogravura do período mostra essas características desse grupo humano.

Interessante notar que Baro ao conviver, durante algum tempo na aldeia de Janduí, não menciona o uso de adorno de penas de aves nas cerimônias, mas sim, tanto homens quanto mulheres faziam uso de folhas diferentes de árvores para cobrir o corpo nesses momentos, quando não estavam praticamente nus.

Nos casamentos, grudavam-se ao corpo dos homens e mulheres folhas diversas de plantas multicores, ao invés de pena. Daqueles que queriam casarem-se, homens e mulheres, o feiticeiro com um pau pontiagudo furava-lhes os lábios inferiores e as faces colocando nos furos pequenas pedras brancas pontudas; os casais em seguida entravam para o caramanchel, que era uma pequena choça coberta de folhas, consumando-se o sacrifício com o sangue que escorria dos furos feitos nos rostos dos noivos. Um dos feiticeiros, no final do ritual, aspirava fumaça de um cachimbo perfumando os casados, dando-lhes sua benção nupcial. Após o ritual, iniciavam-se as danças com comidas e bebidas. As danças eram em três filas: uma com Janduí a frente, na outra, os homens e as mulheres da aldeia e na terceira, os recém-casados. As danças pós-rituais, de casamento ou outra cerimônia se perpetuavam por vários dias, mesmo nos momentos que antecederiam as guerras.

Na época dos holandeses, os Tapuias da Paraíba já tinham domínio sobre o processo de domesticação de animais: vacas e cavalos eram criados e utilizados por eles, inclusive nas guerras.

As aldeias Tapuias eram sempre construídas próximas a riachos ou rios para que os seus componentes tivessem facilidade em obter água e peixe. Era comum adotar o nome da aldeia o mesmo nome do rio em que eles vivam.

As cabanas, chamada por Baro de choça, eram cobertas de ramos de palmeiras, talvez babaçu, comum na região onde os Tarairiús habitavam nos Sertões divisórios entre o Rio Grande e a Paraíba. Assim como nas cabanas dos Tupis, a maioria das tralhas do grupo ficavam no jirau dentro das mesmas. Na parte externa, algumas panelas de grande porte e geralmente o imenso pilão de madeira (induá), de uso coletivo, comum nos dias de hoje (Figura 11).



Figura 11 - Pilão de madeira

As malocas dos Tapuias tinham, às vezes, oitenta passos ou mais de comprimento. As portas eram fechadas com ramos de palmeiras ou com folhas de pindoba (uma palmeira). O teto das choupanas era sustentado por troncos de árvores e cobertos com folhas dessas árvores. Só em casos de guerras e para evitar surpresas do inimigo é que se construía uma espécie de paliçada em volta da aldeia.

As malocas abrigavam, às vezes, até 50 famílias, cada uma com sua rede e seu fogo particular, portanto, cada família Tapuia (Tarairiú) tinha um espaço delimitado de ocupação dentro da maloca. Esta importante característica assinalada por Baro (1979) desmistifica, entre outras coisas, serem estes índios nômades, vivendo exclusivamente da caça e da coleta. Para sustentar um número significativo de pessoas só com uma agricultura, mesmo que rudimentar.

Macgrave (1941) faz menção aos Tapuias baseado nos relatos de Jacob Rabbi que viveu alguns anos entre eles. Afirma Macgrave que estes tinham reis ou simplesmente chefes, como Janduí que tinha o poder de arregimentar parte do seu povo para as guerras. A nossa visão é que esses reis que eles os chamavam de Otshicayaymol, tinham apenas este objetivo por ser um grande guerreiro, mas não chegaram a formar reinos, pelo menos de acordo com os reinos europeus, e baseado neles.

Um dos poucos relatos de Macgrave que não consta nos relatos de Rabbi é com relação ao que acontece no momento posterior a partição da mulher, que segundo Macgrave (1941), as parturientes cozinhavam e comiam o umbigo da criança e outras partes da placenta, servindo-lhes de bom alimento.

Ao homem traído pela mulher, entre os Tapuias, era lícito matar o outro. Já entre os Tupis, Aydano Roriz (2003) relata ser comum o liberalismo sexual entre todos.

Ao rei dos Tapuias era-lhe dado a faculdade de curar. Geralmente, as mães levavam os filhos pequenos e os esfregava com cuspe e tabaco (fumo).

Plantam os Tarairiús o milho maior, o Maizium, vários legumes, abóboras. Antes de os plantarem havia rituais em que os advinhos e profetas percorriam as terras exalando fumo. As sementes eram aquecidas com fumo, acreditando ser bom para a fecundidade das plantas. Sobre a fertilidade do ano, eram também consultados os advinhos, tal qual acontece nos dias de hoje.

Na época da colheita, repetiam-se as atividades dos mágicos das tribos. Parte da colheita era guardada para a semeadura do ano vindouro e parte era consumida por todos⁴⁶. Sem dúvida, esses Tapuias eram povos horticultores.

De acordo com Jorge Marcgrave em sua história das *Cousas Naturais do Brasil*, publicado em 1942, que trata dos habitantes das terras do Brasil, especialmente dos índios do Nordeste colonial, na época dos holandeses, eram divididos em quatro

⁴⁶ É possível que o processo para guardar parte da colheita acontecesse em cestos fabricados de fibras vegetais ou em potes de cerâmica. Entre os caboclos sertanejos contemporâneos, essa prática ainda é comum, só que, atualmente, os grãos são guardados em silos metálicos ou em garrafas Pet.

nações: Tapuyarum, Tabajara, Petiguara e Tapuiya. Destes quatro apresentados, interessa-nos neste momento, a visão de Marcgrave sobre os Tapuias.

Os Tapuias viviam em grandes extensões de terras entre o Rio Grande até Pernambuco. Eram possuidores de línguas diversas e de diferentes régulos chefes. Marcgrave cita os principais Caciques desses Tapuias (Tarairiús) e seus domínios: Janduy exercia o seu poder nas áreas denominadas de OTSCHUNOGH, OTSCHUAYAYUCH e DRERINAGH; outro importante Cacique Tapuia era Pritiyaba, que mantinha paz com Janduí; Arigpoygh, Wanasewasug, Tsherig e Drennemge que viviam em total desarmonia com os outros Tapuias. Janduy (Janduí), sempre foi apontado pelos cronistas dos Tarairiús como sendo muito velho, contando mais de cem anos de idade, sendo o chefe que mantinha a paz entre os Tapuias Tarairiús e os holandeses, sendo inimigos desde o início do contato dos portugueses. Marcgrave afirma não merecerem confiança: eram desumanos, selvagens, comedores de carne humana e de todos os bichos da terra, inclusive serpentes, além de causarem grandes devastações por onde passavam. Marcgrave (1942) informa que os holandeses buscaram ajuda e aliança, dos portugueses, mas mandaram contra si outros selvagens Tapuias provavelmente os Cariris.

Os anos, contam-lhes a partir do nascimento (Helia das plêiades) que denominam ceixu ao qual chamavam também o ano por ceixo. Usavam a castanha do caju para contar os anos. A questão é que essas castanhas acabavam por se decomporem com facilidade, partindo disso provavelmente as longas idades que se atribuíam aos anciãos das tribos, principalmente os Tapuias Tarairiús, não correspondiam a uma verdade.

Macgrave (1942) generaliza quando aponta que os índios do Brasil vivem de beberagem; homens e mulheres se entregam com fulgência ao vício, além de passarem as noites cantando e pulando.

Os Tapuias não toleravam o trabalho, sendo, na visão de Macgrave (1941), adeptos a preguiça, pois retiravam da natureza tudo aquilo que necessitam para sobreviver.

Os Tapuias, como forma de demonstrar alegria, especialmente as mulheres, choravam e berravam, de regozijo pelo amigo chegado. Em outras situações, como

morte, agiam da mesma forma. Entre os Tapuias Tarairiús, quando o pai ou a mãe morriam, estes arrancavam todos os cabelos da cabeça. A partir daí, começava o luto e outros costumes comuns entre eles.

Sobre as vestes e ornatos dos homens e das mulheres indígenas que conviviam com os holandeses, Macgrave os aponta que, em contato com os seus, os homens, muitos deles, vestiam saiotos de linho, alguns usavam camisas e barretes, não usavam chapéus e cortavam os cabelos à moda dos lusitanos. Não usavam calçados. Muitos andavam nus. As mulheres vestiam-se de longas camisas feitas de linho ou de algodão. Os cabelos ou os deixavam soltos ou os prendiam com fitas, a moda europeia.

Todos, homens, mulheres e crianças pintavam o corpo de várias cores: preto, vermelho, amarelo, para a cor preta, usavam a fruta ainda verde do lanipaba (jenipapo); de uracou (urucum), obtinham a tinta vermelha e faziam tintas extraídas de outros vegetais.

Arrancavam-lhes os pelos dos corpos. Entre os Tapuias Tarairiús, verificou Macgrave (1942), que os homens contraíam seus órgãos genitais, envolvendo-os e ligando-os ao abdômen com algumas fitas, a isso chamavam de COAYNHOÂ. Só desatavam as fitinhas quando necessitavam urinar. Essa característica de amassar os órgãos genitais masculino, era até certo ponto comum entre os vários grupos humanos indígenas do Brasil.

Os cabelos caídos sobre os ombros eram cortados mais baixo igualmente à moda dos camponeses da Suécia. Cortavam os cabelos na testa, rente, nunca os cortavam acima dos ouvidos. As mulheres cortavam os cabelos iguais aos dos homens. Ao redor da cabeça, os homens traziam coroas, de penas de guará (*Eudocimus ruber*) ou canindé (*Cucúrbita spp.*). Na parte mais posterior da coroa, traziam dependuradas penas diferentes, mais compridas, geralmente da cauda de Arara ou Canindé. As coroas eram atadas com fios e presas a cabeça do indivíduo. Havia índios que amarravam em torno das cabeças tiras de algodão, prendendo, às vezes, algumas penas vermelhas ou azuis que chamavam de Acambuaçada.

As roupas, quando esses Tapuias as usavam, eram feitas de fios grossos de algodão, semelhantes às redes; uniam os fios por nós, que geralmente atavam-lhe

algumas penas, formando uma espécie de malha aparentando as escamas de um peixe. A parte superior desta roupa muito se assemelhava a uma capa que podia cobrir toda a cabeça, ombros e coxas e o anus. As capas eram ornamentadas com vários objetos, dando-lhe preferência a penas que se destacavam das demais: as penas vermelhas eram obtidas da ave guará; as negras, verdes, cor de ouro (amarelo) podiam se obter de aracucarú, carinde (canindé), arara e águias. Chamavam esta capa de guará abucu.

Grudavam à cabeça pena de algumas aves elegantes com cera de mel silvestre; chamavam esses adornos de aguana.

Perfuravam as orelhas, introduzindo pequenos ossos de macacos e chamavam esse adorno de Nambipaya; na escassez dos ossos, utilizavam madeira enrolada com fios de algodão, da grossura e comprimento de um dedo humano.

Os homens furavam os lábio inferiores; introduziam no orifício uma pedra, cristal, esmeralda ou jaspe; chamavam a essa pedra de metara. Se ela fosse das cores verde ou azul a chamavam de metarobi.

Quando perfuravam as bochechas no ângulo da boca (só os homens casados), introduziam no buraco madeira, do tamanho e formato de uma pena de pato. Quando colocavam uma pedra a chamavam de tambe coareta.

Alguns perfuravam o nariz e introduziam madeira, chamada de apiyatê.

Pintam praticamente todo o corpo e, por cima das pinturas, era costume entre os Tapuias Tarairiús, colarem com mel silvestre ou goma ou ainda mingaupomongo, penas de aves delicadas. A esse tipo de adorno corporal chamavam de acamongui.

Os membros superiores eram ornados com grinaldas feitas de penas vermelhas e amarelas, chamando de aguamiranga. Usavam colares de várias cores (contas) que recebiam dos colonizadores e os chamavam de papixoara.

Nos quadris, faziam uma espécie de saiote com penas de avestruz (provavelmente ema (*Rhea americana*)) e de araras (*Anadorhynchus hyacinthinus*), amarradas com fios de algodão grosso; chamavam a esse adorno de aracoaya.

Faziam colares das cascas do fruto aguay (*Mammalia onto*), que tinham aspecto triangular e os atavam com fios, colocando-os abaixo das panturrilhas, logo abaixo das penas. As cascas dessa árvore eram as que eles comiam ao dançar e gritar em alguns rituais.

Da casca de uma árvore chamada pelos Tarairiús de curagua (*Ananás lucidus*), faziam as miapapacaba que os portugueses chamavam de alpargatas, sendo os seus calçados.

As mulheres cobriam apenas as genitálias e o anus com ramalhetes de ervas ou folhas de árvores, untando-as numa corda, numa espécie de cinto, atando em redor de si. Este tipo de cobertura sempre deixava à mostra os órgãos sexuais das mulheres, observou Macgrave (1942: 271). As mulheres, também, pintavam o corpo com cores diversasc

Macgrave (1942) observou que os gentios “aculturados” que se tornavam cristãos passavam a usar roupas e os ornatos dos europeus, absorvendo, portanto, a cultura material do colonizador, ao menos em termos de adornos corporais.

Piso (1957) ao tratar de questões referentes aos costumes dos índios Tapuias, em geral, aponta características dos mesmos. Com relação às doenças, o cronista coloca que quando um dos seus estava doente, os outros do grupo iam visitá-lo para prestar-lhes informações sobre as formas de cura que eles conheciam.

Uma informação precisa diz respeito aos materiais que poderiam ser utilizados para o fabrico de apetrechos bélicos. Usavam, por exemplo, o espinho da carnaíba-carnaúba (*Copernicia prunifera*) e os dentes de certos peixes como ponta de flechas e não apenas material lítico..

O encarne dos membros (inferiores e superiores) era praticado nos doentes, acreditando-se que isso lhes serviria para que não perdessem a força, a agilidade e a habilidade.

Para provocar o vômito nos doentes, enfiavam-lhes na garganta folhas enroladas, formando uma pequena bola, numa espécie de forma de purgar o corpo, fosse provocando o vômito ou o sangramento, talvez por acreditar que isso poria para fora aquilo que supostamente causava o mal aquele indivíduo.

Piso (1957: 53-54) em sua excelente explanação sobre a questão das doenças e dos doentes, afirma que os Tapuias tratavam o enfermo, não abandonando-o, mas quando este estava condenado a morrer, matavam-no com certos golpes de clava, o que retirava do moribundo sofrimento futuros.

Vários cronistas asseveram que as picadas de serpentes venenosas eram o principal fator de mortalidade. Herckmans (1985) menciona que mesmo os silvícolas picados por serpentes tinham o seu corpo comido pelos amigos e parentes. Portanto, tais características mencionadas anteriormente são direcionadas aos índios Tarairiús.

Medeiros Filho (1984: 40) analisando o cronista Marisot, coloca que os índios, também, tinham o costume de comer os ossos de outros Tapuias desconhecidos, que não eram seus parentes. Eles faziam uma papa a base de banha de animais, mel e os cabelos dos mortos, e consumiam com tapioca, antes ou depois. O exposto até o momento, neste ponto, diz respeito aos Tapuias Tarairiús.

Já com relação às doenças dos Tapuias Cariris, Medeiros Filho (1984: 40), analisando o Padre Martinho de Nantes, afirma que eram os seus Pajés quem curavam os doentes das aldeias. Tanto os Pajés dos Cariris quanto dos Tarairiús utilizavam o tabaco (fumo) como um dos principais medicamentos de cura. O uso de raízes e plantas medicinais entre os Cariris foi observado por vários cronistas na arte de curar (MIRANDA, 2004).

Menciona-se, também, que os Cariris e os Tarairiús, seus Pajés, entoavam canções incompreensíveis por todos, o que nos leva a acreditar que estes indivíduos pudessem estar sobre efeito de psicotrópicos (alucinógenos) que eram obtidos através de determinadas ervas, como jurema, cogumelos, peiote, etc., ainda utilizadas nos dias atuais (SANTOS, 2005; LUCÍRIO, 2000; HENRIQUE JÚNIOR, 2004).

Os Cariris acreditavam em feitiçaria, ao ponto de crerem que, quando o enfermo não apresentava melhoras, era devido ao processo de enfeitiçamento. O feiticeiro acusava alguém como suposto feiticeiro, causador do mal em alguém. Como vingança, os parentes do moribundo matavam o indivíduo indicado pelo feiticeiro. Nesse caso, não havia vingança, sob pena de outros serem acusados da mesma prática. Os Cariris só aceitavam a morte natural em idade avançada; quando assim não acontecia, colocavam a culpa em feitiçaria.

A observação feita pelo Padre Mamiani e apontada por Medeiros Filho (1984: 40) é outro importante caracterizador de perfil cultural desse grupo: o uso do sopro da fumaça do tabaco no moribundo, as cantigas, a pintura do corpo do doente com tinta de Genipapeiro para espantar e/ou enganar o diabo, o uso de cinzas no caminho por onde passava o doente, para enganar o diabo, não seguindo o moribundo, eram práticas comuns entre os Pajés.

O que se fazia com o cadáver dos índios Cariris era totalmente diferente daquilo que acontecia com os Tarairiús, o que só corrobora com a hipótese por nós trabalhada: a de existirem povos com culturas distintas nos Sertões da Paraíba.

Medeiros Filho (1984: 40) relata o que acontecia com o morto Cariri: “Quando morria um dos Cariris, era espalhada cinza à roda da choça do defunto, para que o diabo perseguidor ali ficasse retido, evitando-se de o mesmo sair à procura de novas vítimas.”

Enquanto os mortos Tarairiús eram consumidos pelos seus parentes em práticas ritualísticas, os Cariris recebiam outros tratamentos:

... eram encerrados em potes de barro. O viúvo, em seguida ao enterro, cortava os cabelos (costume idêntico ao adotado pelos Tarairiús), escondendo-se dos outros por um certo tempo, no mato; quando regressava ao convívio dos seus, os mesmos, medrosos, fugiam da sua presença (MEDEIROS FILHO, 1984: 40).

Percebe-se que alguns costumes e hábitos eram comuns aos Tapuias Cariris e Tarairiús, o que nos leva a conjecturar existir uma certa aproximação entre estes dois grupos étnicos distintos que ocuparam os Sertões da Paraíba.

Jacó Rabbi (OLIVEIRA, et al 2009) apresenta um importante costume dos Tapuias, como sempre, sem especificar qual etnia. Trata-se do uso de uma espécie de pente feito com dentes de peixe que o usavam para esfregar a pele até que o sangue começasse a minar pelos poros. Os Tapuias afirmavam que isso os deixava dispostos para combater o cansaço das suas longas viagens.

Entre os Cariris, observaram-se dois dos seus importantes cronistas, Mamiani e Bernardo de Nantes (1979), que eles se serviam de certo sistema de numeração que tinha a serventia de lhes contar os anos, que era dado nós nos mesmos de acordo com a quantidade de anos do indivíduo.

Os Tapuias chamam genericamente suas danças de guau. As danças dos Tapuias eram mais atividades de pulos e gritos do que uma dança propriamente dita à moda européia.

De acordo com cada atividade ritualística, havia modas diferentes de saltar: o urucapi. De acordo com cada ritual havia saltos diferentes e canções e vários modos de cantar.

As crianças praticavam inúmeras atividades de jogos, sendo a curupira um dos preferidos, além do guaibipie e o guaibigauibiabucu. Atividades como banho de rio, pequenas caçadas e pescaria, brincadeiras de empurra-empurra que nossas crianças praticam hoje, eram atividades corriqueiras entre os índios Tapuias.

Aos Tapuias dos Sertões, devido a sua forma de pronunciar as palavras, com as mesmas tremendo, às vezes rápida sem que fossem compreendidas por outros povos, ou no cantar, que parecia mais murmúrios desconexos, sem sentido, foram denominados por vários cronistas como os gentios da língua travada. Na verdade, o pouco conhecimento que se tem da língua dos Tapuias devido ao seu rápido processo de extinção, motivou ao pouco conhecimento de suas línguas; em contrapartida, os Tupis eram chamados de povos de língua boa, devido o contato e a rápida assimilação de sua língua e dialeto por parte dos colonizadores.

Os principais relatos existentes sobre o cotidiano dos índios Tarairiús pertencem aos cronistas holandeses, como Baro e Herckmans. Esses cronistas não se preocuparam em estudar o léxico das palavras Tarairiús. O que chegou aos dias atuais são poucos fragmentos perceptíveis em nomes próprios e nomes de alguns acidentes geográficos dos Sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o que serve de testemunho de se tratar de povos Tapuias distintos dos Cariris ou de outro grupo que teria habitado os confins da Paraíba.

De forma ilustrativa, citamos algumas palavras Tarairiús, Cariris e português que foram percebidas por Olavo de Medeiros Filho (1984: 65-66), em leituras diversas realizadas nas obras dos cronistas dos séculos XVI ao XIX, (Quadro 15, Anexo E) e (Quadro 16, Anexo F).

Já com relação aos Tapuias Cariris, várias obras os expuseram, talvez pelo contato mais direto que estes tiveram com os portugueses e pela dedicação dos padres Luiz Vicêncio Mamiano, Bernardo de Nantes e Martinho de Nantes.

Um importante estudioso da língua e costumes Cariris (Kiriris) foi Thomaz Pompeu Sobrinho (1935). Este, conseguiu encontrar relações entre a língua Kiriri e outros idiomas, como os falados pelos Tupis, Aimarás, Ketchuas, Karib e Jês.

Foram conhecidos, segundo Olavo de Medeiros Filho (1984), dois idiomas Cariris: Dzubukua (utilizado pelos Cariris da região do rio São Francisco e o Kippéa, utilizado pelos Cariris que habitaram da Bahia até o Ceará e Litoral do Piauí sendo, muito provavelmente este falado na Paraíba.

A terminologia Kiriri, segundo o Tupi, é silencioso, calado, triste; talvez porque vários cronistas observaram que os Cariris não eram tão tagarelas como os Tarairiús.

No Quadro 17 (Anexo G), citamos algumas palavras Kiriris (Cariris), muitas delas transcritas por diversos cronistas da obra de Mamiani: *Arte da Gramática Kiriri*:

O Padre Martinho de Nantes (1979) dá notícias que os índios Cariris habitavam as ribeiras do rio Paraíba. É interessante e digno de nota o que menciona o referido Padre com relação ao assentamento de fazendas de gado nas terras dos Tapuias, especialmente os Cariris, o que nos leva a concluir terem sido esses índios mais fáceis dos portugueses lidarem do que com os Tarairiús. Geralmente, quando se ia instalar uma fazenda de gado, procurava-se os índios para acordos, dando-lhes alguns mimos e obtendo proteção e serviços dos mesmos.

Os relatos de Martinho de Nantes (1979) dão conta de que o processo de escravização dos índios foi intenso. Segundo o Padre, de uma única vez teria tido a sorte de libertar cerca de quinhentos índios aprisionados injustamente, conduzindo-os ao futuro local de aldeamento pré-estabelecido pelo governo.

O Padre Martinho de Nantes (1979) foi um dos poucos cronistas que relatou minúcias dos aspectos culturais dos índios Cariris, habitantes de várias regiões dos Sertões do Nordeste. O padre fala de dois momentos diferentes dos Cariris: um antes do processo de catequização e o outro depois.

Para o Padre Nantes (1979), os índios Cariris eram vistos como verdadeiros selvagens, sem fé, sem lei, sem rei, sem artes, caídos em todos os tipos de desordens possíveis, embrutecidos, verdadeiras figuras humanas, mais de animais do que homens, especialmente com relação aos deuses que adoravam, vistos pelo Padre como vergonhoso. Nesse sentido, a visão eurocêntrica acerca dos índios Cariris prevalece mais uma vez. Vejamos, então, o que nos relata o Padre Martinho de Nantes sobre essa etnia, que sintetizamos no Quadro 18 a seguir:

CARACTERÍSTICAS DOS CARIRIS, SEGUNDO O PADRE MARTINHO DE NANTES	
Religião	Adoravam vários deuses; um para a agricultura outro para a caça, um para os rios e as pescarias. Realizavam constantes festas para estes deuses provavelmente, já que não fica claro no discurso do Padre, mas acreditamos que festejavam o início da plantação e a colheita, oferecendo-lhes aquilo que plantavam e colhiam. Geralmente estas cerimônias eram acompanhadas de danças. Não fica claro se havia beberagem, como já identificada em outros grupos étnicos não-Cariris. Nas cerimônias, pintavam o corpo;
Forma de Governo	<p>eram as mulheres que dominavam os maridos, ao contrário do que acontecia com outros grupos étnicos; os filhos não obedeciam aos pais e não eram castigados por isso. Nas aldeias que tivessem um capitão e/ou governador (talvez nomeado pelo colonizador, como era costume esse procedimento com os índios aliados), este só era obedecido em momento de guerra;</p> <p>os feiticeiros eram vistos pelo Padre Martinho de Nantes como impostores, geralmente servindo de oráculo para predizer e/ou adivinhar o que pensavam os índios: prediziam o futuro, eram os médicos do lugar, pois curavam doenças, mas também seriam capazes de produzi-las. Tais curandeiros/feiticeiros, comuns, também, em outros grupos étnicos Tapuias e não Tapuias, sempre foram vistos como adoradores e seguidores do demônio. Na verdade, eram eles que rivalizavam com os Padres o poder local, daí serem vistos sempre de forma pejorativa, adoradores do diabo. O uso da fumaça do tabaco é relatado pelo Padre como um meio desses xamãs curarem doenças. É interessante de nota que esse costume era comum a muitos grupos étnicos e relatado largamente pelos cronistas do período, o uso de rezas e cantigas incompreensíveis para os europeus era visto como selvagens, assim como os próprios índios. Essa visão deixa transparecer, claramente a não-valorização dos traços culturais dos índios, em detrimento, mesmo que inbutido, da valorização da cultura branca, da fé cristã sobre o ateísmo dos</p>

	índios ou, na melhor das hipóteses, a adoração do maior inimigo dos cristão: o Diabo e a sua adoração;
Crenças consideradas perniciosas	quando o índio ficava doente e não obtivesse melhoras, atribuía-se a culpa a alguém que teria enfeitado o moribundo e que continuava a fazer-lhe mal, impedindo assim, os efeitos dos remédios. Designado o culpado, os parentes do moribundo iam feri-lo ou matá-lo. Assim, entre os Cariris, acreditava-se que a morte não era natural, mas causada por enfeitamento, mal-olhado de outro. Apenas no caso de se morrer de extrema velhice é que se aceitava como morte natural;
Homicídios	os acusados de enfeitadores, entre os Cariris, eram mortos naturalmente, mas sempre que possível havia a revanche por parte da família do morto, dando início, muitas vezes, a um ciclo internacionável de mortes vingativas;
Hábitos estranhos	conta o padre Martinho de Nantes que ele próprio foi acusado de enfeitar um homem que inclusive morrerá dias depois, segundo o padre, vítima de sua própria imaginação. Por isso, os padres eram vistos como feiticeiros dos brancos e temidos dentre das aldeias, pois acreditava-se que suas rezas poderia trazer a vida ou a morte do índio. Provavelmente, os religiosos se aproveitavam desse temor para tornar os índios dóceis e, portanto, submetê-los ao domínio do colonizador;
Ordem social	para o padre que teria convivido com os Cariris, estes viviam num pudor natural, não havendo nenhum tipo de desregramento contra a pudicícia, enfim, segundo o padre estes índios viviam numa desordem assustadora;
Os presságios	os Cariris acreditavam em presságios. Saindo de suas cabanas e ouvindo o cantar de certos pássaros, principalmente aqueles que traziam mau auguro (funestos), proferiam-lhe injúrias, almadiçavam e, geralmente tornavam a cabana; para realizarem boas caçadas ou pesca, queimavam ossos de animais ou espinhas de peixe; os mestres bebesssem o suco de certas ervas amargas; esfregavam (escariavam) os corpos dos jovens com dentes afiados misturado a cinzas, penetrando a pele dos jovens, com dores sensíveis, criando tatuagens, num período de dez dias de festas; os moços, nessas festas, presenteavam os mais velhos com caça e pesca, sem que eles mesmos se alimentassem. Durante este período que acredito ser de iniciação, talvez da fase da infância para a adolescência, alimentavam-se de uma sopa rala feita a base de farinha de milho ou mandioca, passando a noite cantando e dançando. Na

	madrugada regressavam a caça e a pesca, levando-os ao emagrecimento natural;
Atrocidades	<p>vomo não tinham fé, leis, escrita e arte, eram vistos como praticantes de grandes monstruosidades, sendo comparados aos antepassados dos cristãos antes de se tornarem seguidores de Cristo. Dessa forma, os índios eram vistos como indivíduos que estavam num estágio inferior de desenvolvimento, uma quase selvageria, pois ainda não tinham alcançado, segundo o pensamento europeu da época, tal estágio de desenvolvimento;</p> <p>assim, os índios foram vistos pelo Padre Martinho de Nantes como “arrastados” para este tipo de vida e, portanto, só se tornando cristão alcançariam a salvação e deixariam a selvageria e chegariam, enfim a modernidade. Pelo exposto, percebe-se que em nenhum momento, levou-se em consideração o ponto de vista do índio.</p>

Quadro 18 - Os Cariris, segundo o Padre Martinho de Nantes

Fonte: Adaptado de Nantes (1979: 1-7).

O discurso do Padre Martinho de Nantes é de total desrespeito a cultura dos índios Cariris. Segundo o Padre, reinavam a desordem e a infelicidade dos que viviam sem lei e sem governo, tornando tudo acessível ao seu entendimento, em face de sua própria vontade que os colonizadores tinham para os índios. Fica claro o não discurso do outro. Na obra de Nantes, o eurocentrismo, a vontade do colonizador em impor sua cultura, vista por eles como superior, é uma constante, assim como na maioria dos cronistas do período sejam eles religiosos, militares ou viajantes. Para o Padre, beleza eram as igrejas, os palácios, as casas dos colonizadores. Tal forma que visa destruir o outro, não o aceita como tal, como detentor de uma cultura própria, com suas características, particularidades que merecem respeito.

Martinho de Nantes (1979) não levava em consideração as Histories e Estórias dos Cariris na medida em que desprezava a oralidade desse povo, suas lendas, seu próprio cotidiano, rompendo, talvez, milhares de anos de evolução, enfatizando, sempre, a importância da escrita, de utilizá-la como única forma de conservar a memória inviolável das coisas que já tinham passado. A Bíblia, portanto, era vista como o maior de todos os livros, como afirmava Martinho de Nantes, o “Livro de Deus”, porque era somente ele, que registrava a única e verdadeira (na visão eurocêntrica) história do homem civilizado. Os que não seguissem os ensinamentos bíblicos estariam

à margem dessa história, passivos de toda sorte e tipo de maus-tratos, desde a servidão a morte nas guerras-justas.

As ações de Nantes, analisadas hoje à luz da História, foram extremamente perniciosas para os índios. Pode-se até considerá-las, também, como uma forma de extermínio:

Introduzie entre eles alguns elementos de governo, criando oficinas para a Igreja e para o civil, que eu autorizava da melhor maneira que fosse possível e que eu prendia em mim por meio de pequenos presentes e pelo respeito à obediência que eu exigia, a fim de que me apoiassem no que fosse necessário (NANTES, 1979: 10).

Dois pontos da exposição merecem destaques: primeiramente, a introdução de elementos da cultura, do colonizador, num total desrespeito a cultura indígena, enfim, aos costumes dos índios; segundo, percebem-se o verbo e pronome sempre na primeira pessoa do singular, como forma de demonstrar altivez, poder, domínio e superioridade sobre o outro, sempre inferior.

O temor que os índios tinham pelo batismo, por exemplo, foi relatado pelo padre Martinho de Nantes (1979). Os índios acreditavam que o batismo trazia-lhes a morte, pois, especialmente os adultos que eram batizados no leito de morte, achavam que era o batismo o grande causador do ato letal. Porém, não entendiam que as “pestes” que os dizimavam, levavam à morte, muitas vezes, eram trazidas pelo contato com o branco moribundo. Com o organismo aberto para certas doenças, as epidemias eram comuns não só entre os índios Cariris, mas entre todos que, em contato direto com o branco, numa espécie de guerra biológica primitiva, acometiam e matavam os mais frágeis, no caso os índios, levando ou contribuindo para a extinção de inúmeras aldeias e grupos étnicos. A Igreja Católica tentava convencer os índios dos benefícios que o batismo poderia lhes trazer. Um exemplo dado por Martinho de Nantes é o caso da irmã do capitão de quarenta anos de idade; idosa para a época, viúva, em estado avançado de alguma moléstia que depois de batizada ficou sã, vindo a morrer cinco dias depois. Esses exemplos eram utilizados pelos Padres para convencer os índios da importância do batismo, portanto da conversão do gentio Cariri a fé cristã. Interessante observar que os vários exemplos que o Padre Nantes fornece estão ligados ao demônio, corroborando com o divulgado durante esse período que os gentios eram adoradores do demônio.

O principal objetivo da Igreja era fazer com que o índio se transformasse num bom cristão, capaz de ser induzido aos trabalhos pré-estabelecidos (aluguel) que as ordens estavam encarregadas de realizar junto aos fazendeiros.

Os impactos ambientais já perceptíveis em fins do século XVI e início do XVII, criavam condições sub-humanas ou mesmo inexplicadas para os índios. O caso da proliferação de ratos, o benzimento da aldeia com água benta e o desaparecimento dos animais eram vistos, ou repassados pelos Padres como obras de Deus, usados como doutrinação e domínio do gentio Cariri.

O Padre Martinho de Nantes (1979) afirma que era comum os índios batizados em novos/velhos pecados, prova de que nem sempre seguiam rigorosamente as ordens dos religiosos, reagiam, portanto, as imposições da igreja; segundo, o uso de castigos físicos e religiosos aos que descumpriam as ordens da Igreja. Tais castigos eram aplicados pelos oficiais previamente designados para esta finalidade. Claramente percebe-se a reação constante dos índios frente às imposições dos religiosos.

As festas religiosas cristãs tinham objetivos práticos: como eram pomposas, visavam tornar os índios piedosos e fazer-lhes esquecer suas antigas crenças e superstições como forma de atrair os índios para a igreja, eram lhes dado alguns mimos, como saias para as índias e roupas tidas como descentes aos homens. Nas festas, a exemplo dos casamentos, o Padre Martinho de Nantes deixa claro que já no século XVII, adotava-se o modelo cerimonial luso, levando a um total aniquilamento do padrão ritualístico dos Tapuias Cariris. Logicamente que estes rituais aconteciam nas aldeias missionadas, com gente já domesticada, bem como, recebiam-se índios e brancos de outras regiões, no caso dos índios, já introduzidos na fé católica.

Nas missas celebradas nas capelas das aldeias, a disciplina dos índios ao ouvir a missa era exemplar, silenciosa, graças aos oficiais das aldeias que ficavam com uma vara em suas mãos para baterem nos índios mal comportados. Interessante é que os índios ficavam no adro da igreja, talvez por não serem ainda batizados ou talvez por a parte de dentro da igreja ficar para os homens bons do lugar⁴⁷.

⁴⁷ Denomina-se de 'homem bom' do lugar ao indivíduo branco e de posses. Eram estes os que podiam votar e serem votados para poder assumir certos cargos secular nas cidades e vilas do Brasil.

Os crimes, qualquer que seja ele cometido dentro dos aldeamentos dos Cariris eram reprimidos, fosse homicídio ou beberagem, com chibatas ou prisão. A submissão das mulheres Cariris fora conseguida através do uso de chibatas pelos pais ou maridos.

Assim, como entre outros grupos culturais, os Padres preferiam doutrinar as crianças a partir dos sete anos de idade, por aprenderem mais facilmente a doutrina cristã.

Os índios mansos eram vistos como mais afáveis, dóceis e bonitos. Teriam abandonado seus costumes animais; os alimentos, que antes eram coletados na natureza, agora eram plantados; a higiene prezada, influenciando, na visão do Padre Nantes, na formação e aparência dos índios.

Padre Martinho de Nantes (1979: 18), numa passagem memorável de sua obra, deixa claro que, nas missões, os índios eram induzidos a perder seus mais vis costumes. Com relação aos doentes, a proibição de se procurar o Pajé (feiticeiro) foi colocada em prática, passando-se a adotar costumes dos brancos: “temos por costume, em todas as nossas aldeias, atender às necessidades dos doentes e lhes servir de médicos e de cirurgiões. Há vários índios que já sabem sangrar”.

Trancafiar os índios nas missões, a exemplo da missão de Uracapá que o Padre Martinho de Nantes esteve a frente, era o de através de a ordem religiosa manter os índios em paz, afastá-los dos colonos, evitar que comessem seus gados e abastecer de mão-de-obra barata as fazendas da região, especialmente entre os fazendeiros que não possuíssem condições ou não quisessem comprar mão-de-obra negra da África. Por outro lado, o índio manso era o índio aliado.

Várias ordens religiosas católicas atuaram, na Paraíba, no pós-contato: Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos, Capuchinhos, sacerdotes do hábito de São Pedro, sacerdotes de Santa Teresa, congregados de São Felipe Néri e, especialmente, os jesuítas.

Câmara (2000: 70) menciona que já no final do século XVIII “talvez não mais existissem aldeias”, principalmente nos Sertões da Paraíba, graças aos processos de descimentos e as transformações dos aldeamentos e missões em vilas e cidades. Os

primeiros arruados que surgiram, nos Sertões da capitania, são provenientes dos desdobramentos das aldeias indígenas, pelo menos até meados do século XVIII. A partir do final desse século, os arruados surgiam, agora, ao redor de pequenas capelas católicas. Isso mostra o poder da Igreja Católica e sua contribuição com o processo de aculturação, portanto, destruição da cultura, da língua dos índios. Ao contrário do que coloca Epaminondas Câmara, onde este enaltece sempre o papel da Igreja Católica no processo de catequização e apaziguamento dos índios, foi justamente este processo mais as entradas desenfreiadas dos bandeirantes e colonos que desbarataram as nações indígenas dos Sertões.

Por outro lado, sabe-se que em várias partes do Brasil, inclusive na Paraíba, a Igreja Católica teve um papel decisivo na proteção do índio. Arno Alvarez Kern (2006: 83) observou esta característica entre os Guaranis na região das Missões no Sul do Brasil e Câmara (2000) também fez tal observação na Paraíba.

Assim como no Sul do Brasil, os Guaranis reagiram a tentativa de domínio católico, na Paraíba o processo se repete. Epaminondas Câmara observa, por exemplo, as ações obscenas, desenvoltura da língua falada pelos índios, a embriaguez dos velhos, etc., que eram castigados pelos frades, mas serve de demonstrativo da reação indígena frente à tentativa de subjugar sua cultura.

Barleu (1940/1974) coloca que os selvagens acreditavam na imortalidade da alma, exceto quando o indivíduo morria vítima de picada de serpentes ou de violência praticada pelos inimigos.

Acreditavam que foi o que chamamos aqui de “pecado”, desobediência ao setentrião que os levou a uma vida penosa, dura; pois antes gozavam de uma vida privilegiada, com fartura de água e alimentos. Acreditavam, segundo os cronistas, que as almas dos mortos iam para o reino do demônio e que eram interrogadas sobre o tipo de morte que sofrera o indivíduo. Daí, tinham dois destinos: se a morte fosse natural, iriam para uma espécie de paraíso, onde haveria fartura de mel e peixe; caso contrário, aguardava-as uma espécie de inferno.

Os cronistas colocavam que os Tapuias eram cegos, não conheciam a Deus, nem a Cristo nem os Santos Católicos. Eram incultos, incrédulos. Em muitos

momentos, os cristãos fizeram uso disso para massacrá-los, fosse através de guerras justas ou do aldeamento forçado.

O culto às estrelas, também, foi verificado pelos cronistas por parte dos Tapuias Cariris e Tarairiús. O culto a cabaça, abóbora ou caixa sagrada (um maracá?) que existiam no centro da cabana do rei Janduí só podia ser visualizado por aqueles que estivessem inalando fumo. Dentro da cabaça existiam pequenas pedras que os Tapuias Tarairiús chamavam de cehuterah, kehnturah ou quentura, que a qual era de grande significado para este povo. A cabaça era vista como algo profético, capaz de lhes fornecer informações sobre os resultados das guerras e outros feitos.

Já com relação às práticas religiosas dos Cariris, Martinho de Nantes coloca que eles “acreditavam em um grande deus do céu, chamado pelo mesmo nome por que o chamavam os Tupis, Tupã”.

Medeiros Filho (1984: 73) afirma que os Cariris possuíam outros deuses: um para agricultura, outro para caça, para os rios, pescarias, etc., que eram honrados nas festas, sacrificando caça e comidas, ou seja, o que os deuses lhes presenteavam.

Martinho de Nantes (1979) conseguiu perceber o papel de transformação cultural que os índios Cariris sofriam quando se tornavam cristãos: passavam de seres assustadores para pessoas graciosas, dóceis, afáveis e honestas. Os Cariris acreditavam em presságio. Ao ouvirem o canto de um pássaro específico ou visualizando-o, viam isso como algo de ruim que poderia acontecer naquele dia.

Segundo a lenda cariri, eles provinham de um grande “lago situado ao Norte”. Os Cariris que observavam as velhas crenças eram chamados de Chuminis. Havia lendas entre os Cariris sobre a origem do homem, como a história dos filhos de Badzé, comparadas pelos religiosos cristãos com a história da ascensão de Cristo, de Caim e Abel ou ainda sobre a parábola Bíblica do Filho Pródigo (MEDEIROS FILHO, 1984: 74). A partir daí, surge a ideia levantada pelo Padre Bernardo de Nantes que os Cariris já estavam familiarizados com as histórias dos cristãos, provavelmente pelo apóstolo São Tomé que teria visitado a região em tempos remoto.

Talvez o culto mais importante e um dos mais divulgados ainda hoje seja o culto da Jurema:

O feiticeiro agitando o maracá adornado de plumas, servia aos participantes uma beberagem sagrada, extraída das raízes da jurema, a qual proporcionava aos indígenas visões e sonhos maravilhosos, em que surgiam rochedos enfeitados, pássaros irradiando relâmpagos, de um enorme tufo existente no alto da cabeça (MEDEIROS FILHO, 1984: 74-75).

A chuva e os alimentos eram graças a dois deuses que viviam na constelação de Órion: Variquidzam e seu irmão gêmeo Peditã. Essa festa era muito semelhante ao que acontecia com os Tarairiús com relação a cabaça existente no centro da cabana de Janduí. Os Cariris, também, faziam uso do fumo e aspiravam o fruto, em seguida saíam do local dançando, pulando e cantando, acreditando que aquele ritual iria trazer-lhes saúde, bom tempo e uma boa colheita.

Maria Eliza Borges, analisando os rituais da morte, informa que:

Uma multiplicidade de muitos, positivos e negativos, relacionados com o tema da morte marca a trajetória do homem ao longo da história da humanidade. Em todos os tempos, a passagem definitiva para uns temporários, da vida para a morte é celebrada por diferentes rituais fúnebres (BORGES, 2003: 62).

Desde a Pré-História que as sociedades de todo o planeta estilizaram a morte. Máscaras mortuárias, túmulos suntuosos, estátuas etc. e, recentemente nas sociedades modernas, continuam-se a fazer uso e formas de reverências a morte e, por extensão, a memória daqueles que já partiram.

De forma geral e pela tradição dos antigos, os povos do Brasil contactados pelos europeus acreditavam na imortalidade da alma. Iriam para uma espécie de paraíso os guerreiros; aos covardes, loucos e aqueles que não realizaram nada digno de honraria, eram atormentados pelo Diabo na pós-morte, que chamavam de: anhangá, jurupari, curupari, taguaíba, temoté e taubimama; variando o nome que davam ao Diabo de acordo com o grupo humano.

Macgrave (1941) vê os índios como não conhecedores de nada de sua (dos europeus) religião. Menciona que os índios, vagamente, recordam-se do suposto dilúvio universal bíblico. Seriam histórias passadas de geração para geração, muito antigas, talvez relatos de uma época (final do Pleistoceno) em que se processaram grandes transformações no ambiente.

Na literatura, não encontramos nenhum relato se os Tarairiús faziam uso de locais especiais para as práticas ritualísticas com os defuntos, como o descarne e as

transformações dos ossos em pó. Talvez consigamos comprovar, ou não, o exposto com a escavação arqueológica do sítio Capim, onde já verificamos pequenos pedaços de ossos calcinados e cinza. A área onde está localizado o sítio comprovadamente era uma região frequentada por este grupo humano no pós-contato (Tarairiú).

Macgrave (1941) via os Tapuias como os mais viciados nas coisas do mundo, os mais indolentes e, portanto, os mais difíceis de aceitarem em Deus (dos cristãos), que eles chamam de Tupã ou Tupana. São estes respeitadores dos Diabos, talvez assim vistos por não se dobrarem a religião Católica.

Foi Herckmans (1985) quem melhor tratou, especialmente da longevidade dos Tapuias (Tarairiús) afirmando que eles viviam idade muito avançada, ainda nos dias de hoje, quando a expectativa de vida não chega aos 80 anos nos países mais desenvolvidos. Os Tapuias Tarairiús chegavam a viver de 150 até 200 anos. Não há como comprovar tais colocações, até por que uma das formas seria a análise dos ossos desses indivíduos, mas, como assevera o próprio Herckmans, os Tarairiús praticavam o endocanibalismo, portanto, não guardavam os ossos dos seus falecidos. O interessante na exposição de Herckmans é notar a consideração que os mais velhos recebiam dentro das tribos, em especial se fossem do sexo masculino, sendo reverenciados pelos mais moços.

Barleu (1940) ao descrever fisicamente os índios Tapuias não os define bem, enquadrando-os naquilo que nos interessa, ou seja, dentro de uma nação correspondente, no nosso caso, aos Cariris ou Tarairiús, sendo notório entre muitos cronistas descrever, mas sem apontar a qual grupo se refere.

Barleu (1940) coloca que os Tapuias atingiam uma estrutura física avantajada, se comparada, óbvio, com outros grupos indígenas; apresentavam um desenvolvimento corporal igual ou superior aos dos holandeses. Hoje, já se sabe que eram os Tarairiús que apresentavam tais características, em especial devido aos relatos de Herckmans e Baro.

Tinham uma cor atrigueirada e uma pele “bruna”, em outras palavras, áspera, adaptada ao rigor climático das regiões que viviam. Já as mulheres eram menores em estatura do que os homens. Obedeciam aos maridos e eram serviçais. Apresentam características de serem ferozes. Cabeças grandes e corpos com ossos grossos e

fortes. Tais características também são atribuídas aos Tarairiús, segundo Elias Herckmans.

Os cabelos eram pretos, grossos, ásperos e os homens apresentavam os cabelos compridos, sobre os ombros, como os das mulheres.

Já Piso (1957) descreve que os cabelos dos Tapuias (sem mencionar a qual grupo se refere) eram cortados de acordo com o sexo.

Wagner, citado por Medeiros Filho (1984: 33) descreve as mulheres Tapuias como sendo “grossas e gordas, usavam cabelos curtos.” O mesmo autor citando Nieuhof, afirma que “os cabelos dos Tapuias pendiam sobre as espáduas, aparados na testa até as orelhas, cortando-os alguns deles à moda europeia da época.” Como vê cada cronista, sem mostrar provas concretas, cita de forma aleatória às características desses índios, não os enquadrando a dada nação, mas sim, a uma generalização sobre as características físicas dos Tapuias.

Já Barleu (1940) afirma que os Tapuias deixavam crescer os cabelos apenas no alto da cabeça.

Medeiros Filho (1984: 34) menciona que os “reis” tapuias tinham no cabelo uma forma de se distinguir dos demais do seu grupo: “usavam os cabelos cortados à maneira de uma coroa.”

Sobre a sexualidade dos Tapuias, mais uma vez generalizando, Olavo de Medeiros Filho (1984), provavelmente baseando-se nos relatos de Elias Herckmans (1985) descreve-os apresentando o costume de andarem nus, sem barba, uso de depilação dos pelos do corpo, inclusive as sobrancelhas. O mesmo autor analisando Barleu, sobre o ponto em questão, afirma que os Tapuias eram “imundos”.

Os homens escondiam o sexo (pênis) com uma espécie de anel feito de vegetais, ou cendal, uma espécie de saquinho. Este pequeno acondicionador para o pênis eram “amarrados com um atilho ou amarrilho” (MEDEIROS FILHO, 1984:34). Para urinar, desatavam a peça, fazendo cair a pele dos testículos, que antes era amarrado sobre o membro viril, deixando o pênis escondido no corpo.

Já as mulheres, informa-nos Medeiros Filho (1984), que as mesmas recobriam o sexo com fios. Gerritz (1907) informa que as mulheres usavam apenas uma tira na frente (uma espécie de cordel) que Nieuhof (1942) informa servir para pendurar folhas e esconder o órgão sexual, formando um “belo avental verde”. Também, com as mesmas folhas, cobriam as nádegas.

Ao contrário do termo “imundo” utilizado por Barleu (1940) para descrever os Tapuias, o mesmo cronista, se contradizendo, coloca que o cinto de folhas era trocado a cada dia, com novas folhas verdes e frescas.

No pescoço, os Tarairiús usavam um colar feito de penas presas por fio de algodão. Abaixo dos joelhos, utilizavam o aguay (do Tupi) um fruto que apresenta um formato triangular que produzia barulho e era utilizado nos momentos de festas.

Nos dias de festa, os Tapuias Tarairiús pintavam o corpo inteiro, do cabelo aos pés. Os cabelos com um pó vermelho e o resto do corpo de diversos as cores, sendo as principais cores, a preta que se obtinha do jenipapo ainda verde; a vermelha obtinha-se do urucu.

Geralmente pintavam linhas ordenadas sobre seus corpos, como podemos observar nos quadros de Eckhout (Figuras 13, 14 e 15).

Os cachimbos (*petimuaba*) dos Tapuias Tarairiús eram feitos, quase sempre, de acordo com os relatos etnográficos, do fruto da pindoba (*Duguenta lanceolata*), irucuruíba (*Spec.*) e iocara (*Spec.*); cortam suas extremidades e as esvaziam do miolo mole, fazem-lhe um buraco de lado no qual introduzem um pequeno cano de madeira furada. Está pronto o cachimbo. Não sabemos explicar se os cachimbos de barro encontrados em prospecções e escavações pertencem aos Tarairiús, aos Cariris ou a outro grupo qualquer de Tapuia, ou mesmo de brasileiros (Tupis). Sabe-se que eles também os faziam de barro.

Os Tapuias Tarairiús utilizavam-se de grandes cachimbos com canudos longos na ponta; colocavam uma noz do coco chamado de *inajguaçu*, para os portugueses, eram os coqueiros. Acreditamos que os Tarairiús usavam as quengas do coco e isso, teria sido um costume adquirido no pós-contato, já que essa palmeira só foi introduzida, no Brasil, com a colonização. Várias palmeiras que os Tapuias conheciam e usavam,

foram e continuam sendo utilizadas nos dias de hoje para diversos fins, a exemplo da *caranavue* (caranaíba, palmeira carnaúba (*Copernicia cerifera*)) e a pindoba. O cachimbo de barro (Amrupetimbuaba) tem sido largamente referendado pela historiografia, bem como em achados arqueológicos de todo o país. É possível que Cariris e Tarairiús utilizassem, também, esse tipo de cachimbo.

Sobre os Cariris, Barbosa (2007: 72) assim discorre sobre sua cultura material, mas sem a identificar, pois inexitem até o momento, elementos vestigiais que identifiquem a cultura material (um padrão) não apenas dos Cariris, bem como de outros grupos Tapuias que viviam no interior:

Dominavam as áreas mais férteis dos Sertões nordestinos e utilizavam técnicas agrícolas, cerâmicas e tecidos de algodão, entre outras fibras. Com eles faziam fronteiras outros grupos menores como os Tamaqueus ou Tamaquiús, Trukas, Rodelas, Pankararu e Atikum...

Isso para a Capitania de Pernambuco. Desconsidera ou omite a existência da nação Tarairiú tão intensamente relatada pelos cronistas holandeses do século XVII, na Paraíba.

Entre os principais instrumentos musicais desses grupos Cariris e Tarairiús, os cronistas destacam a canguenca, espécie de flauta feita de ossos humanos, a nhumbu goacu ou nhumbugaky, que era feita de “chifre” e maior do que a canguenca; a membiapora ou meumbrapara era feita de taquara. Medeiros Filho afirma que todos estes nomes são Tupis. Os nomes das línguas Tapuias desses instrumentos, portanto, se perderam. Chamamos atenção para o caso especial do instrumento nhumbugaki feito, segundo Olavo de Medeiros Filho (1984: 44), de chifre. Sabe-se que chifres de tamanho satisfatório que viessem a servir para a confecção de um instrumento musical só de animais caprino ou bovino foram introduzidos no pós-contato. Portanto, conclui-se que tais instrumentos ou eram feitos com outros ossos, talvez humano, ou então só foram percebidos pelos cronistas que tiveram contato com os Cariris muito tempo depois da introdução do gado nos Sertões, talvez a partir da metade do século XVII. Outro ponto primordial é que os cronistas só relatam instrumentos musicais feitos de ossos humanos por parte dos índios Cariris, talvez pelo motivo por que os Tarairiús consumiam os ossos dos seus falecidos, nas práticas ritualísticas de pós-morte, denominadas de endocanibalismo.

Quais plantas faziam uso os indígenas da Paraíba para a alimentação isso ainda é um ponto pouco explorado na região.

Inúmeros autores citam as frutas, verduras e legumes da terra utilizados pelos índios e absorvidos, como de resto, pelos colonizadores: caju, ananás (abacaxi) e mandioca aparecem com mais frequência nos relatos dos cronistas e nos quadros de artistas europeus.

Herckmans (1985) coloca que os Tapuias (Tarairiús) tinham uma vida puramente bestial, não semeavam, não plantavam e nem tampouco se esforçavam para obter provisões de víveres. Eram capazes de devorar todo o alimento de uma região quando lá chegavam. Se tivessem acesso ao gado, os abatiam-no com suas azagaias e o tomavam como alimento. No entanto, apresentavam longevidade, cerca de 150 anos.

Andrade (1909) coloca que os Tapuias se alimentavam de mel, principalmente da urucu (orixu (*Melipona scutellaris*)) e com todas as imundícies da terra, como cobras e lagartos. O cronista ainda coloca que era dessa forma que eles se alimentavam e se mantinham fortes e gordos.

Herckmans (1985) menciona os animais que eram caçados e/ou capturados pelos Tapuias, sendo os porcos selvagens importantes animais de sua base alimentar. Estes animais não são mais encontrados no interior da Paraíba. Menciona ainda o cronista que os Tarairiús podiam passar dois ou mais dias em caminhada sem encontrar água, contentando-se com o que conseguiam captar do orvalho da madrugada.

O uso de armadilhas para a pega de peixes e de animais diversos é mencionado por vários cronistas. Nos dias de hoje, ainda se usam as mesmas armadilhas para a pega de animais vivos ou mortos para o consumo das famílias mais pobres do interior: o uso de visgo para a pega de passarinhos, a arapuca para a pega de mocó e preá, o uso de manzuá para a pega de peixes, dentre outras, são utilizadas nos confins da Paraíba. Os Tapuias, de forma geral, eram exímios caçadores e pescadores.

Barleu (1940) menciona que a alimentação dos Tapuias era tudo aquilo comestível que pudesse ser pego ou coletado nas matas. A cobra de veado, chamada pelos Tapuias de manuah, era uma importante fonte de alimento o que causava

espanto e repugnância entre os cronistas. Comiam cobras venenosas e nem os Pajés escapavam de suas picadas. Para não morrerem quando eram picados por serpentes venenosas, cortavam-lhe de imediato parte do membro que recebera o veneno letal. Sobre as serpentes, existiam histórias fabulosas que foram transmitidas para os cronistas e que hoje fazem parte do folclore do interior, como o da cobra que enroscava um indivíduo numa árvore e sugava-lhe todo o sangue.

Sobre as fogueiras, Barleu (1940) e Morisot (RAMINELLI, 2007) colocam que eles cavavam um grande buraco com pouca profundidade e nele acendiam um fogo que lhes servia para o aquecimento e para assar as carnes das caçadas do dia. A carne, na verdade, era colocada sobre folhas de certas árvores por cima do braseiro e em seguida revestido (recoberto) com terra. Em cima da terra acendia-se uma nova fogueira, servindo, também, para assar melhor a carne. Assada, era devorada rapidamente por todos do grupo, sempre acompanhada de danças e cantos pressagiando uma nova caçada próspera.

Os Cariris preparavam bebidas chamadas acauí e aipii. Parece que a ingestão dessas bebidas dava-se em momentos especiais, pois menciona Barleu (1940) que, quando desejavam bebê-las, era marcado um dia específico e todos eram avisados, inclusive convidando-se índios de outras aldeias. O vinho era totalmente consumido em um local especial da aldeia, sempre acompanhado de danças e cantos. O índio que conseguisse provocar o vômito em maior quantidade por estar repleto de bebida, era elogiado, voltando a ingerir novamente a bebida.

As bebidas dos índios eram feitas de frutos e raízes. O caoi era fabricado do fruto maduro da árvore acaijba. O processo de fabricação dava-se da seguinte forma: esmagavam o

fruto num almofariz de madeira ou então com as mãos; deixam o suco um pouco em repouso; em seguida o filtram. Este vinho, se assim é permitido dizer, fica branco da cor de leite; depois de alguns dias, vai se tornando pálido. É de sabor adstringente, forte, de sorte que embriaga, se for tomado em demasia. Pode ser conservado, mas degenera em vinagre ótimo e de bom sabor, de sorte que pode ser tomado por vinagre de vinho pelos ignorantes (MACGRAVE, 1941: 274).

O aipij, era uma outra espécie de vinho que preparavam de duas maneiras: mastigando (a forma mais comum) ou sacando a raiz e depois apurando-a. Eram as velhas que mastigavam as raízes picadas de aipimacaxera, depois a cospem em uma

panela que denominam de caraçu. Em seguida, colocam em água e aquecem em fogo lento, remexendo sempre a panela. Depois desse processo, espreme-se o caldo para obter-se o licor que chamavam de avicaracu, que a consumiam morna. Outra forma de preparar esta raiz era limpá-la, socada em pilão e fervida, o que a tornava uma bebida branca, sendo também, tomada, morna. Tinha sabor pouco ácido e davam-lhe o nome de cacimacaxera. A essas bebidas chamavam de aipij. Uma terceira bebida era a pacabí, feita dos frutos das árvores pacobete e pacobuçu. O quarto gênero de bebida era o abatiê, ou o vinho de milho para os lusitanos, fabricado com o milho grande (turco e maiz). A quinta bebida era a nanaê. Fabricada da fruta nana. É uma das bebidas mais fortes e a que mais embriaga quem a ingere. Outro tipo de bebida era a leticê, ou vinho de batatas para os lusitanos. Feita de batatas. A sétima bebida era obtida do fruto, quando maduro, da lanipaba. A oitava bebida observada por Macgrave consumida pelos índios era a beeingui. A nona era a tipiacê, era feita da goma da mandioca, do beiu (beiju) e da tepioia (tapioca).

Macgrave (1941: 274) ainda coloca que “esses bárbaros são grandes apreciadores das bebidas europeias ou a cachaça feita nos engenhos de cana do Brasil. Essa característica foi longamente trabalhada por João Azevedo Fernandes (2003) em *De cunhã a mameluca*, quando o autor abordou o alcoolismo entre os índios.

Da época em que estamos tratando neste trabalho, Macgrave (1941) fala da garapa, feita da cana-de-açúcar, que a consomem em larga escala, regojitando-a várias vezes nas longas jornadas de suas festividades.

Os principais frutos silvestres consumidos por estes índios (habitantes dos Sertões da Paraíba) eram: o kuraura, do tamanho de uma maçã que maduro era saboreado por todos (desconhecemos este fruto hoje, ao menos por este nome); a dierada, do tamanho de uma bala de espingarda, de cor preta; o kakara, fruto que se assemelhava a uma noz, sendo comido cozido devido ser muito amarga quando cru; uma espécie de figo silvestre do tamanho de um punho e existente em grande quantidade. Das raízes que lhes serviam de alimento, os cronistas citam as principais: atug, harag, habig, engepul, todas comidas cruas; já a aniapugh só podia ser consumida quando torrada, talvez por ser venenosa; packoda, ingerida crua; hompugh, usada quando havia a escassez de água, talvez um grande tubérculo capaz de

armazenar água em seu interior, como acontece com a batata do umbu, planta nativa dos Sertões nordestinos.

A raiz do attouh (para Barleu) e provavelmente o atug (para Macgrave,) eram “esmagada com um pau, recolhendo-se o suco resultante da espremedura feita com as mãos, em panelas de barro (síc). Depois de pisada e triturada, a raiz era reduzida a uma massa, a que davam o formato de bolas, sendo estas mergulhadas naquele mesmo suco antes espremido. No fundo do líquido ficava assentado o pó do qual faziam bolos, que eram assados nos borralhos e utilizavam como pão (MEDEIROS FILHO, 1984: 61).

A principal raiz consumida pelos Tapuias tanto os Cariris quanto os Tarairiús era o cuguaçuremia, uma importante variedade de mandioca consumida pelos índios do Litoral e por todos dos Sertões. Dela, fabricava-se a farinha, iguaria ainda hoje consumida em larga escala em todo o Brasil.

Cronistas como Morisot (RAMINELLI, 2007), por exemplo, colocam que os Tapuias, nos meses das chuvas, regressavam para suas aldeias e lá plantavam o milho, chamado de moizium, além de vários legumes, em especial a abóbora (*Cucúrbita moschata*), atualmente chamada de jerimum; plantava-se também o amendoim além de mamão, banana (sic) e uma planta que Morisot chama de iampapée.

Dois pontos merecem destaque: primeiro a existência de grandes roças de milho, amendoim e legumes. O milho, por exemplo, é uma planta que tem um ciclo vegetativo de pelo menos três meses, assim como o amendoim e a abóbora, ou jerimum. Isso, portanto, serve-nos de prova do sedentarismo ou do semisedentarismo desses grupos, o que contradiz a grande maioria dos cronistas, quando afirmaram ser estes povos andarilhos, nômades; o outro ponto diz respeito a banana. Por ser uma planta da Ásia, acredita-se, portanto, que ela foi introduzida, na região, pelos europeus e não uma planta nativa do Brasil.

Para o início do plantio, havia festejos e tentativas em se adivinhar se o ano seria bom ou não de chuvas, dependendo do inverno, como ainda hoje se processa, para uma boa ou má colheita. Marcgrave menciona um costume interessante: antes da semente ser depositada, no solo, ela era aquecida com tabaco (fumo), o que

provavelmente dava-lhe um tratamento com um “pesticida” natural. Atualmente ainda se pratica o processo de borrifação das plantas acometidas por pragas, com água de fumo.

Os feiticeiros eram chamados pelos “reis” para adivinharem sobre a colheita. Em certo momento, os feiticeiros todos pintados e cobertos de bonitas penas, sentavam-se e secavam ao fogo frutos de uma árvore, que depois os trituravam, misturavam-se a água, faziam uma bebida que a ingeriam e, em seguida, vomitavam. Levantavam-se um a um, cantarolando, erguiam suas flautas feitas de cana para o céu, e o fitavam, em êxtase total, observando supostas manifestações, no ar, que pudessem lhes indicar o resultado da futura colheita. Em outra ocasião, os feiticeiros traziam pendurados “às costas feixes de plumas de ema, os quais abertos mediam a circunferência de uma roda de carro” (MEDEIROS FILHO, 1984: 62). Outros lançavam ao ar penas leves observando, através delas, o sentido em que soprava o vento. De acordo com o observado, percebia se haveria ou não fartura de alimentos. Estas práticas em se tentar empiricamente “adivinhar” se o ano será ou não bom de inverno são praticadas pelos sertanejos em vários momentos do ano, inclusive ampliando ou não, de acordo com a leitura que se faça, os seus campos de plantio.

Sobre os hábitos de caça dos Tapuias Cariris, recorreremos mais uma vez ao Padre Martinho de Nantes (1979): os Cariris costumavam queimar ossos de animais ou espinhas de peixe antes de irem para a caçada para que tivessem felicidade na atividade. Os jovens índios Cariris, sob orientação dos feiticeiros, ingeriam certas ervas amargas com o objetivo de terem sorte na caçada. Martinho de Nantes ainda menciona que os corpos dos jovens caçadores eram esfregados com os dentes afiados de animais, incrustados de cera e misturados com cinzas, que faziam penetrar a pele, com grandes dores, por um período de dez dias. Era uma espécie de iniciação aos jovens caçadores Cariris. Um costume cariri praticado por estes jovens caçadores era o de presentear os velhos de sua tribo com caça e pesca, no período em que eram iniciados. Assim, se alimentavam-se de uma rala sopa, feita a base de “farinha de milho ou de mandioca, passando eles a noite a cantar e dançar” (MEDEIROS FILHO, 1984: 63), o que os levavam a uma debilitação natural do organismo devido a perda de alimentação e as atividades excessivas de caçadas e pescarias.

As comidas são cozidas, assadas ou tostadas. Usam panelas de barro, redondas que chamam de camu, mas comum era, no caso da carne, apenas assá-la, quando a comiam cozida com Inquitaya e o caldo de caarimaciû, misturava-a com mingau. Misturava, também, com carne o viatâ o qual transforma em minipirô, no lugar do pão consumido pelos colonizadores.

A água para beber, nas regiões mais secas dos Sertões, era conseguida nos rios e riachos no período das chuvas, e no período das estiagens, como ainda hoje se processa, eram cavadas cacimbas, no leito seco dos rios, ou aproveitava-se algum olho d'água existentes nos pés-de-serra. Não raro, aproveitavam a água dos tanques incrustados nos afloramentos graníticos, que conseguiam, dependendo do tamanho e profundidade, reter água por alguns anos (SANTOS e MEDEIROS, 2005).

Ambrósio Fernandes Brandão (1966) em sua obra afirma que os Tapuias eram, dentre os índios que habitavam a região, os mais temidos, principalmente os Tarairiús, fosse pela robustez no porte físico, no semblante, no olhar, nos cabelos, como bem observou Barleu (1940). Os Tapuias, principalmente os Tarairiús eram assemelhados, no correr, às feras ou a um cavalo. Por essas características eram temidos pelos outros grupos de índios e pelos colonizadores que, quase sempre, buscavam fazer alianças de paz, quando havia guerra.

Barleu (1940) ainda coloca que eles, os Tapuias, ou viviam no ócio ou nas guerras intermináveis até com os seus. Piso (1957) alerta para a questão dos Tapuias cultivarem o ódio constante pelo inimigo, o que faz perceber a sede pela vingança e nunca o esquecimento pela ofensa sofrida. O interessante é que tais características ainda são perceptíveis em comunidades interioranas dos nossos Sertões. Herança indígena?

Outros cronistas, como Nieuhof (1942) via os índios Tapuias (principalmente os Tarairiús), como os piores entre todos os índios do Brasil. Mas, este cronista não afirma o que fora posto por Barleu (1940) sobre a valentia dos Tapuias, ao contrário, coloca que estes (os Tapuias) quando em combates ferozes, fugiam e montavam emboscadas ou então, enganavam o inimigo para lutar em campo aberto, provavelmente por serem mais ágeis e velozes.

Talvez um dos melhores relatos da ferocidade dos Tapuias (Tarairiús) venha de Elias Herckmans (1985), que inclusive os “usou” como soldados para enfrentar seus inimigos. Este cronista afirma serem os Tapuias “gente muito própria para perseguir o inimigo em fuga, pois todos sem distinção são muito fortes no correr”. Sempre sendo comparados a um cavalo, na robustez e na corrida.

Os Tapuias foram vistos como sanguinários, sendo propenso a matar de forma feroz o inimigo, o que trazia grande temor entre todos. Com os amigos, a colhida era com alegria e choro, para os inimigos, a morte, assevera Barleu (1940).

Andrade (1909), cronista que também, descreveu os Tapuias do Rio Grande do Norte, faz menção a sua robustez, afirmando que estes transportavam sobre os ombros grandes toras de madeira muito pesadas, fazendo parte das festividades para a conquista de futuras esposas como já descrito em ponto anterior. Ainda segundo o cronista Carrilho de Andrade, os Tapuias eram tão ferozes quanto às feras do mato; alcançavam fama aqueles que praticavam além da caça e outras atividades pesadas, a guerra, e nessa levavam a morte seus inimigos.

Piso (1957), fazendo menção à marcha dos Tapuias para a guerra, coloca que estes índios marchavam em total silêncio e em ordem simples. No campo de batalha, gritavam para meter medo ao inimigo.

Já Herckmans (1985) descreve que os Tapuias não marchavam em ordem, mas sim, em verdadeira confusão, faziam emboscadas. Wagner os via como verdadeiros selvagens nus que não tinham medo nem receio de saltarem nos meios das caatingas espinhentas, lançando gritos e brados sobre os contrários (os inimigos) como forma de persuadi-los. Retornando às aldeias, após os embates, faziam festas com grandes berros e alaridos para comemorarem a vitória, quando essa acontecia.

Os Tapuias, especialmente os Tarairiús, guerreavam realizando emboscadas, atividades essas que eram excelentes prepará-las. Geralmente não faziam prisioneiros, preferiam matá-los. Era um estorvo a menos para ser guarnecido ou carregado.

Barleu (1940) mais uma vez nos empresta algumas outras importantes características dos Tapuias: era comum em suas festividades (os jogos, por exemplo), serem transformados em chacinas. Aos vencedores recebiam como troféus as

mulheres dos mortos, como uma espécie de prêmio de luta. Para os Tapuias, a qualidade de ser um bom guerreiro era perpetuada pelo sangue, sendo assim, as moças virgens preferiam aos guerreiros para se casarem por acreditarem que iam perpetuar aquele ciclo ao ter um filho de um índio valente, caçador, destemido.

Ponto primordial para se entender o perfil da cultura dos povos Tapuias dos Sertões, é compreender o que era a figura do “rei” e como um indivíduo se tornava um.

Primeiramente, o “rei” não era hereditário, ele exercia “a sua autoridade de uma maneira suasória, exceto no caso de que alguém tramasse violência contra o mesmo, o que acarretaria a morte ao autor da ideia (MEDEIROS FILHO, 1984: 51). Entretanto, ao assumir o poder um novo “rei” devido o falecimento do anterior, era ungido “por um grupo de feiticeiros enfeitados de plumas e cores, com um precioso bálsamo; pondo-lhe os feiticeiros na cabeça uma espécie de coroa, tecida das mais lindas plumagens” (MEDEIROS FILHO, 1984: 51).

O rei, na visão principalmente de Elias Herckmans (1985), passava a se distinguir de seus “súditos” pelos cabelos longos e cortados em forma de coroa e as unhas dos polegares, deixavam-na crescer, ficando longas. Assim, quanto maiores fossem as unhas mais prestígio tinha o rei.

Era comum, quando os Tapuias Tarairiús desciam dos Sertões ao Litoral, por ordem de seu “rei” para cumprirem alguma atividade, causarem grandes horrores entre os camponeses assentados, o que levou a serem escoltados nas fronteiras que mediam as áreas de domínio dos brancos com os índios.

As discussões se fariam ou não guerra ao outro, aconteciam, geralmente, no dia seguinte após a reunião. Os guerreiros armavam-se, tomavam suas redes e uma paquevira de farinha e assim iam às lutas. Na maioria das vezes, os principais levavam suas mulheres que carregavam as tralhas do chefe; o Cacique segue sempre a frente dos seus mostrando-lhes o caminho a seguir e a tática a ser usada, demonstrando grande conhecimento do terreno. Era comum mandar batedouros adiante para sondarem o terreno.

A medida que se dava a invasão da aldeia do inimigo, iam matando seus contrários, tomando-lhes novos nomes dos inimigos mortos, largando o nome que o pai

lhes deu no nascimento (geralmente de animais e plantas). Riscam o corpo com dentes muito afiados e lançam, sobre a incisão, pó de carvão e sumo de jenipapeiro para se tatuarem, que servem de numeração pelo nome de mortos. Havia, portanto, conhecimento prévio do índio inimigo que iria abater?

Os embates eram seguidos de grandes gritarias e vaivém de pessoas, fugindo das flechas e armadilhas inimigas.

Com a chegada dos colonizadores brancos e o costume em se obterem escravos índios, as guerras intertribais e entre velhos inimigos eram incentivadas, quase sempre, com o intuito em se obter mão-de-obra escrava barata para ser trocada com os colonizadores.

Entre os Tarairiús, em épocas de guerras, havia o costume de mudar o chefe e por extensão, o nome do grupo. As guerras aconteciam, também, pela busca de terras férteis.

Mais uma vez recorremos a Barleu para notarmos as inúmeras contradições existentes sobre os Tapuias. Este cronista coloca que: “Vagueiam à maneira de nômades e não se detêm sempre em aldeamentos ou territórios fixos, mas, mudam de morada, conforme a quadra do ano e a facilidade de alimentação” (BARLEU, 1940: 260).

Já Macgrave (1941), também, faz as mesmas colocações, tratando, os Tapuias de povos nômades, “por lugarem incertos, porém entre limites determinados, entre os quais mudam os acampamentos segundo as estações do ano” (MEDEIROS FILHO, 1985: 55).

Outros cronistas tratam a questão de forma idêntica a Macgrave (1941), como é o caso de Nieuhof (1942), que os descreve, também como nômades, mas permanecendo sempre numa certa área e mudando de lugar, conforme suas necessidades e as estações do ano. Nieuhof ainda afirma que os Tapuias viviam nas matas, alimentavam-se do que conseguiam caçar, flechando uma ave em pleno voo. Alguns cronistas afirmam, inclusive, que os Tapuias não usavam o arco e a flecha, por não conhecerem nem dominarem o fabrico e uso desses armamentos.

Pedro Carrilho de Andrade (1909) coloca que os Tapuias eram vagabundos, andarilhos, sempre em busca de caça, raízes e frutos para a sua subsistência.

Sobre suas moradias (a dos Tarairiús) Elias Herckmans afirma que eles não levantavam casas e sim faziam uso de ramos e folhas para lhes servirem de abrigo contra as intempéries enquanto estivessem em um determinado lugar. Afirma Herckmans que os mesmos, à noite, faziam grandes fogueiras e estendiam suas redes próximas a elas para se aquecerem. Vê-se, portanto, mais uma importante contradição na obra de Elias Herckman (1985). Para estender redes eram necessários fortes troncos, para sustentá-las. Como fazer isso em pequenas cabanas cobertas de ramos?

Carrilho de Andrade e Marisot chegam a colocar que os Tapuias viviam ao relento, sem nenhum abrigo, deitando-se no chão, acendendo grandes fogueiras e passando a noite cantando.

O mais curioso e contraditório sobre o que fora exposto até o momento, em especial sobre as condições difíceis dos Sertões, principalmente com relação à água, é o que coloca Olavo de Medeiros Filho (1984: 57), que transcreveremos a seguir:

Antes de partirem para a jornada, os Tapuias banhavam-se no rio, esfregando os corpos com claríssima areia grossa; em seguida tornavam a banhar-se. Saindo d'água, espreguiçavam-se, estendendo e torcendo os seus membros, produzindo estalos das articulações todas. Assim procedem, como para afugentar a moleza.

Sabe-se que a região denominada de Polígono das Secas atual corresponde às áreas de ocupações desses grupos humanos (Cariri e Tarairiú) e que, essa região há pelo menos oito mil anos, apresentava as características geoambientais atuais. Portanto, quais rios disporiam, no período do pós-contato, dessa profusão de água? Talvez no período das chuvas, mas seria, também, contraditório, pois raramente tomava-se banho exaustivo em um rio nos períodos chuvosos, mesmo no Sertão da Paraíba.

Mais uma vez, recorreremos a Olavo de Medeiros Filho (1984: 57) para percebermos os grandes “absurdos” que foram escritos sobre os Cariris e Tarairiús:

Quando mudavam de acampamento, carregavam, consigo dois troncos de árvores jazidos no chão, à distância de um tiro de pedra da tenda do rei (sic), separados um do outro pela distância de um passo. Formavam-se dois grupos ou bandos, em frente a cada um desses troncos, sendo escolhidos de cada turma um representante, considerado o mais forte deles.

Trata-se das famosas corridas de tronco, que divertiam os aldeãos. Como realizar determinadas atividades se eram nômades, viviam sempre se deslocando de um lugar para outro, em busca de alimentos para sua fome voraz? O próprio trabalho do tronco que se utilizava para as corridas, também, chamadas por Baro de correr a árvore, só podia acontecer com grupos que fossem no mínimo, seminômades, pois era preciso cortá-la, tirar a casca sob a ação do fogo e poli-la totalmente, o que eliminavam-se todos os nós, deixando-a lisa. Acrescenta ainda Olavo de Medeiros (1984: 57) que eram as crianças e as mulheres que conduziam as armas e todas as tralhas do grupo. Teriam força suficiente para carregar, também, esses pedaços de troncos com peso entre 200 e 300 libras como mencionou Elias Herckmans?

Rabi (PUNTUNI, 1998) ainda coloca que quando os Tapuias (sem mencionar se eram os Cariris ou Tarairiús) chegavam num novo local, esses iam cortar árvores e as cravavam nas margens de um rio, fazendo-se a sombra necessária contra o calor do meio dia; refúgio para os mais velhos e as crianças e guardar as tralhas.

Nos acampamentos (temporários), cabia aos homens sair para a caçada ou pegar peixes e recolher mel. Já as mulheres mais velhas arrancavam as raízes necessárias para o fabrico da farinha e outros derivados. As mulheres mais jovens se dedicavam aos afazeres domésticos, como cuidarem das crianças e prepararem as comidas e bebidas. Percebe-se no exposto extraído da obra de Olavo de Medeiros Filho (1984: 58) uma grande contradição: a colheita de raízes (mandioca?) para o preparo da farinha. Sabe-se por relatos de cronistas que os Tapuias plantavam a mandioca e dela produziam a farinha. A mandioca é uma planta que tem ciclo produtivo relativamente grande, que dependendo da espécie, pode demorar meses, do plantio à colheita. Portanto, só grupos sedentários ou seminômades teriam as reais condições de produzir a farinha e seus derivados. O próprio preparo da farinha é um processo demorado que requer várias etapas: a colheita da raiz, a raspagem da casca, a lavagem da raiz, a raspagem da raiz, o processo de espremer a massa e retirar o líquido venenoso e o seu processo de torração. Esse processo subsiste nos dias atuais nas comunidades do nosso interior, uma herança indígena desses povos que tinham na mandioca uma importante fonte protéica.

Sobre os Cariris dois importantes cronistas nos fornecem informações que vão de encontro a “tese” do nomadismo, ao afirmarem que esses índios fabricavam,

portanto possuíam choças feitas de barro, costume ainda hoje comum nos Sertões esse tipo de construção: são as casas de taipas. Tais cronistas que fizeram tal referência foram Mamiani e Bernardo de Nantes (Figura 12).



Figura 12- Casa de taipa na região do Cariri paraibano

Macgrave (1942) descreveu alguns traços da cultura material dos Tarairiús e Cariris.

Nas longas caminhadas seja pelos Sertões ou desses para o Litoral, eram as mulheres que carregavam as tralhas da família.

Dos utensílios dos gentios tapuias, o principal deles, segundo Macgrave (1942), é a rede (*Ini*). Estas redes (segundo os portugueses) são feitas de fios grossos de algodão, com seis ou sete pés de comprimento e cerca de quatro pés de largura. Já os Tapuias Cariris as faziam com até doze ou quatorze pés de comprimento e seis ou sete pés de largura, servindo para várias pessoas deitarem nas mesmas ao mesmo tempo. A ideia que se tem, portanto, tanto dos Tapuias Tarairiús quanto dos Cariris é que eles já teciam, pois fabricavam desde os cordões fiados de algodão para os arcos, adornos, etc., até o processo final da tecelagem que seria a própria *Ini*.

As panelas que usavam para cozinhar eram feitas de barro. Pilão de mão e corpo de pau chamavam de angua e umbua ou unqua. As facas feitas de pedras chamam-nas de itaquice (do Tupi) e outras mais toscas chamam de itaque. Faziam facas de cana muito resistente que chamavam de taquoaquice.

Guarugua eram os espelhos que ganhavam como bibelôs europeus. Não usavam pratos de barro, mas sim de cabaças que chamavam de *cuyaba*. As *cuyabas*,

eles as obtinham de cuias, cabaças e cuité, planta nativa da região a qual partiam ao meio, as pintavam-na de vermelho, servindo, também, para outras atividades. Chamavam-na de *cuya*.

Usavam um estrado (*pataguê*) como mesa, feito de cana ou madeira de ramos verdes.

As canastras (espécie de cestos ou balaio) com folhas de palmeiras chamavam-se cestos de *pataguã*. As *caramemoas* eram cestos feitos basicamente com canas, tinham formato oblongo, com varas bastante largas que levavam os apetrechos domésticos, cabendo aos homens levarem apenas as armas. As tralhas eram conduzidas pelas mulheres nas costas e cabeça, nos balaio que chamavam de *potigua*, amarrados com uma cinta à testa, na cabeça, outro cesto com os móveis, caso a família tivesse algum e uma cuia carregada de farinha. Ainda levavam cuias nas longas viagens, além da água a ser consumida, além da criança menor que era levada assentada num lençol, geralmente pendente no ombro direito, amossegada sobre os quartos da mulher, pois a criança assentava-se com as pernas abertas.

Numa mão, ainda, levava o animal de estimação da família, geralmente um papagaio ou um sagui. Na outra mão, depois do período de contato com o colonizador, quando estes índios tiveram acesso às coisas do branco e ganhavam, trocavam ou compravam animais, especialmente um cão, os levavam-nos puxados por uma corda presa à mão da mulher.

Essas mudanças aconteciam, às vezes, por vários dias Sertão adentro, sempre em busca de melhores lugares para montagem de uma nova aldeia. Um dos mais graves problemas encontrados por estes grupos humanos era a escassez de água: eles conseguiam nas plantas que chamavam de *caraguatá*.

Nos deslocamentos, quando chegava a hora de dormirem, amarravam suas redes em árvores ou faziam jiraus suspensos da terra. Nas proximidades do local da dormida, faziam o fogo, ali preparavam seus alimentos (comida e, às vezes, bebida). Quando chovia, cortavam folhas de palmeiras, cortavam-se os ramos, prendiam-nos a terra com os dois bastões e obliquamente estendiam as folhas da palmeira da *Arábia* (sic).

Nas aldeias, em choupanas, logo ao amanhecer, os homens pegavam seus arcos e flechas e iam às florestas e campos para a caçada ou iam ao mar ou rios para pescar de acordo com o grupo étnico e sua localização geográfica. Nesse ínterim, as mulheres iam às plantações, outras acompanhavam os maridos nas pescarias ou caçadas para trazer a caça ou o peixe.

Usavam várias formas para aprisionar os animais: flechá-los é a mais comum; usavam de diversos tipos de armadilhas: cavavam pequenos fossos profundos e os cobriam inteiramente com ramos de árvores, que caíam e ficavam presos a terra. A estas armadilhas, chamavam-nas de petacu. Os mande aratacãs para prenderem os animais maiores. O poe e o munde guacu também eram usados para prender grandes animais, principalmente as cabras introduzidas pelos colonizadores. A armadilha chamada de mundeguaya serve para prender os tatus e os agutis.

Para as aves, faziam uso das Incanás, sendo de três tipos diferentes: incanabipiara para prender as aves pelos pés; incanaimpiora, que prendia a ave pela cabeça e o incanapitereba que a prende pelo meio do corpo.

Já os peixes ou eram pegos com setas ou com anzóis e usavam como isca a candaguacu ou ainda o camarão, mariscos e pequenos peixes. Faziam uso também da folha de iapicay ou da timbopotia, ou ainda do tinguy (tanguati) ou o fruto cururu ape, ou ainda as raízes da planta magui, juntamente com a casca da árvore Anda, para entorpecer os peixes. Usavam, também, peneiras que as chamavam de urupema, que as faziam da cana chamada uruguiboandipia. Geralmente os exemplos citados acima eram utilizados para a pesca nos rios e/ou lagoas que se formam logo com as primeiras chuvas.

Era comum a índia ao parir, ou logo depois do ato, retirava-se para o mato ou um esconderijo numa gruta. Lá, a criança nascia sozinha, com a índia de cócoras, cortava-lhe o umbigo com uma lasca, concha ou caco afiado de cerâmica. Como procede a maioria dos animais irracionais (PUNTUNI, 1998) coloca que logo após o nascimento o cordão umbilical e a placenta eram cozidos e comidos, talvez como forma de lhe fornecer mais energia que deveria ser passada para a criança recém-nascida.

Era comum, na fase puerperal, mãe e filho se banharem pelo menos duas vezes ao dia: pela manhã e ao entardecer. Como também, era comum, quando havia

necessidade de mudança de acampamento, a mulher puerperal ter uma espécie de auxiliar que fazia, entre outras tarefas, a de dar o banho no recém-nascido.

Os maridos é que tinham o resguardo. Deitados em redes, permaneciam até oito semanas, comendo doces e manjares e recebendo os cumprimentos dos amigos, bem como tomar outra mulher para si.

Os natimortos tarairiús eram comidos pelos seus; já os Cariris, eram sepultados, geralmente em pequenas igaçabas.

Quando uma criança tarairiú adoecia era levada ao curandeiro (Pajé) da tribo. Era aplicado “fumigação à base de tabaco, além de esfregá-los com cusparadas impregnadas desse produto” (MEDEIROS FILHO, 1984: 46). Existe ainda a descrição deixada pelo padre Mamiane de que os meninos pertencentes as aldeias Cariris “eram banhados com aloá, ou com água em que tinham cozido a caça, com a intenção de, desta maneira, torná-los bons caçadores e bons lutadores quando tornassem-se adultos” (MEDEIROS FILHO, 1984: 46).

Ao realizarmos uma leitura intensiva na obra do Padre Martinho de Nantes, conseguimos extrair dela algumas características próprias dos índios Cariris contactados por ele nas missões em que teria vivido: as mulheres não poderiam assumir o cargo de chefe de uma tribo, quando o Cacique morresse, mesmo que fosse filha ou parente próxima do defunto. Só ao homem cabia esta atividade. Os Cariris contavam o tempo, não o seu tempo de vida individual, mas o tempo em que sucediam as coisas, pelas fases da lua. geralmente, construía suas cabanas de madeira e barro (taipa) cobertas por uma espécie de palha que evitava a entrada de água. Comumente, os índios muito idosos eram desprovidos de dentes, talvez pelo tipo de alimentação abrasiva de que se alimentavam; eram indivíduos fáceis de serem ludibriados, enganados, deixarem-se levar por bibelôs fornecidos especialmente pelos Padres. Eram presas fáceis a submissão e respeito, enganados facilmente pelos Padres que lhes prometiam outra vida mediante o arrependimento, abandono de seus costumes e aceitação incondicional da fé católica; sempre foram vistos, os que reagiram às oposições de doutrinação dos Padres, como seguidores do demônio; viviam em aldeias geralmente com grande número de indivíduos que, forçosamente com a presença do gado pertencente a fazendeiros, eram obrigados a se dividirem e

viverem miseravelmente, desprovidos de suas melhores terras e plantações consumidas pelo gado; de forma geral, aqueles interessados nas terras dos índios Cariris e/ou em fazê-los escravos, viam-no como "... animais com a figura de homens e que tinham experiência dessa situação" (NANTES, 1979: 43). Os índios Cariris eram desprezados, vistos como cães, graças aos costumes bestiais verificados pelos europeus: interesses em obter facilmente objetos dos colonizadores, às vezes, sem que necessariamente existissem trocas; de forma geral, as índias, especialmente as jovens, eram vistas como promíscuas, conduzindo os homens para o mal. Os Cariris eram dedicados as suas cerimônias pagãs e tradições, realizando, com frequências festas com danças e muita comida; eram poligâmicos e os portugueses combatiam e buscavam todas as formas para torná-los monogâmicos. O costume de abandonar sua mulher para tomarem outra era comum entre os Cariris; bem como as mulheres praticavam esta atividade com a mesma frequência que os seus maridos; as mulheres paridas não comiam carne, nem peixe, nem ovos e se alimentavam basicamente de um ralo mingau de farinha de mandioca, milho, feijão e outros legumes, até que saísse os primeiros dentes das crianças. Acreditavam que os filhos morreriam ou ficariam desdentados caso suas mães se alimentassem de outros alimentos durante a amamentação. O resultado eram mães e filhos esqueléticos, morrendo de desnutrição. Praticavam os atos de adivinhações que eram extremamente criticados e perseguidos pelos portugueses. Para isso, usavam de pretextos de irem à caça, à pesca ou a coleta para praticarem seus atos vistos como ilícitos. Prova cabal de reação dos índios Cariris frente às imposições dos colonizadores, especialmente os padres missionários. Para evitar tais atos, os Padres castigavam os índios, forçando-os a entregarem seus materiais ritualísticos para serem queimados em público e servirem de exemplo para outros índios que, por ventura tentassem praticar os mesmos atos tidos pelos Padres como pecaminosos. Tais atividades impostas levaram os índios à renúncia de suas tradições; vingar-se de seus inimigos ou pessoas indesejáveis, praticando atos de violência, quando não a morte. Os índios aprenderam, desde muito cedo, a se livrarem dos tiros de fuzil que eram dados pelos portugueses, mexiam-se o tempo todo no mato, escapando das balas. Talvez aí esteja uma das explicações pela qual os terços de brancos sempre levavam consigo índios flecheiros para combater outros índios; grande adaptabilidade ao rigor geoclimático das caatingas em que viviam, conhecendo profundamente a fauna e a flora local; acreditavam em touppart, o grande deus do céu,

que teria enviado a terra um grande homem que vivia nu, ao qual os Cariris o chamavam de grande pai. Faziam oferendas com fumo em grandes ocasiões; acreditavam que as mulheres teriam sido um presente lhes dado pelo grande Pai que, com uma só mulher, teria repartido-a em pedaços tantos quantos fossem os homens e cada um teve sua mulher.

O Padre Martinho de Nantes (1979: 33) em visita a uma aldeia, na região dos Cariris da Paraíba, aponta que, nessa aldeia, havia abundância de feijão e milho, mas escassez de carne e peixe, com exceção para alguma caça que aparecia na tribo de tempos em tempos⁴⁸. A água que se bebia nessa aldeia era, segundo o Padre, de má qualidade. Isso aconteceu durante a temporada, cerca de 8 meses em que o Padre esteve numa aldeia Cariri da Paraíba, deu-se no período das estiagens o que nos leva a imaginar se tratar de uma água obtida em cacimbas escavadas nos leitos secos dos rios e riachos ou em tanques naturais.

Pelo exposto na obra de Nantes, percebe-se num diálogo entre um índio Cariri que acompanhava o Padre e outro da tribo de Uracapá, de nome Tapicuru, que eles se entendiam e conversaram longamente, o que nos leva a deduzir que havia semelhanças culturais e linguísticas entre os componentes desse grupo étnico espalhados pelos Sertões do Nordeste.

4.5. Os Tapuias, vistos pelos pintores e desenhistas

4.5.1. A imagem iconográfica

As melhores referências dos Tapuias, em imagens (desenhos e pinturas), advêm dos artistas holandeses que estiveram no Brasil, com a conquista destes no que hoje é o Nordeste. Os holandeses ficaram horrorizados com as crueldades cometidas pelos Tapuias, que saqueavam tudo, pilhavam e praticavam atrocidades contra os inimigos, ao ponto de tentarem contê-los em seus territórios originais, nos confins dos Sertões, na periferia das áreas de colonização. E foi justamente durante o governo de Johan Maurits Van Nassau – Siegen (1637-1644), o conde de Nassau, que as relações entre holandeses e seus “aliados” Tapuias Tarairiús se tornaram tensas. Mesmo assim,

⁴⁸ Isso refletirá na arcada dentária desses indígenas, que iremos tecer comentários mais adiante.

quando do regresso do conde para Europa, ele levou 30 Tapuias para Haia, sendo que a aliança entre holandeses e Tarairiús foi novamente renovada.

Com o conde Maurício de Nassau vieram artistas, intelectuais, desenhistas, engenheiros e outros profissionais para observar o modo de vida dos Tapuias e descrevê-los, fosse através da pintura e desenho, fosse através de relatos escritos.

Os relatórios holandeses são os mais completos possíveis. Descreviam a alimentação, moradias, comandantes (Caciques) e até os deuses que eram adorados por estes povos, suas danças, selvageria, suas atividades de caça, pesca e coleta e uma agricultura muito incipiente, mas relataram muito bem suas práticas e costumes ritualísticos, além de seu excelente porte físico e sobrevivência em áreas vistas pelos holandeses como extremamente hostis, como eram os Sertões.

Por essas práticas, muitas delas vistas como satânicas, é que “o Sertão significava a porta do inferno” (BOOGAART, 2002: 34), para os holandeses que também os viam como aliados do inferno e do demônio, era essencial, mantê-los como aliados e usá-los na conquista do território ou não tê-los como inimigos.

Muito tem se questionado se os desenhos de Albert Eckhout seriam fruto do contato direto com os Tapuias em suas aldeias. A resposta é não. Eckhout deve ter observado os Tapuias Tarairiús em uma de suas excursões ao Recife e numa dessas ocasiões, ele deve ter visualizado os Tapuias e assim registrado suas observações nos vários desenhos que nos chegaram.

Em 1640, o príncipe Nassau ordenou-o que fizesse oito pinturas dos “não-brancos no Brasil Holandês, em ordem de civilidade” (BOOGAART, 2002: 34). O Homem e a Mulher Tapuias fazem parte desse primeiro conjunto de telas pintadas em tamanho natural, representando o mais baixo grau de civilidade, vistos, portanto, como verdadeiros selvagens.

Boogaart (2002: 34) faz um excelente comentário dos quadros do Homem e da Mulher Tapuia (Figura 13 e 14).



Figura 13- Homem Tapuia, de Albert Eckhout

Fonte: Bayona (2008).



Figura 14- Mulher Tapuia, de Albert Eckhout

Fonte: Bayona (2008).

Boogaart (2002: 34) destaca a “nudez e as decorações faciais do homem”. As armas a robustez do corpo e sua cor atrigueirada refletem bem as descrições dos cronistas acerca desses indivíduos.

Na figura 14 da Mulher Tapuia, um fato chama atenção, além do corpo carnudo da índia, a presença do cesto, o que configura certa civilidade, demonstrando ser capaz de realizar algumas tarefas e ao mesmo tempo em que mostra o terrível costume da prática do canibalismo, pois aparece dentro do cesto um pé humano.

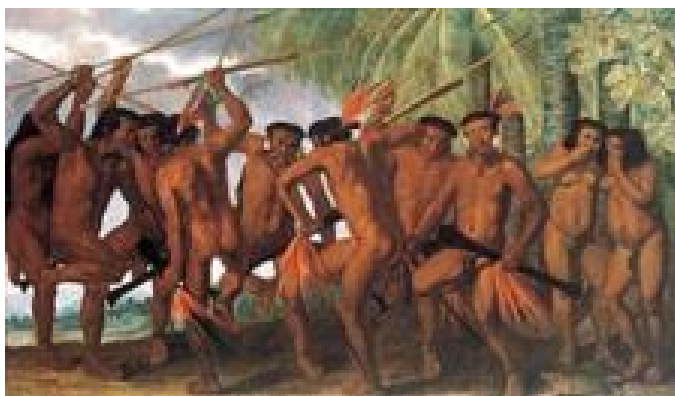


Figura 15- Dança dos Tarairiús – Albert Eckhout.

Fonte: WHITEHEAD (1989).

A figura 15 mostra outro famoso quadro de Albert Eckhout, a Dança dos Tarairiús, com oito homens tapuias dançando, encarando um ao outro, mesma demonstração de animosidade, deixando transparecer a ferocidade que lhes era pertinente. O quadro mostra oito figuras de homens em certa conformidade com o estereótipo pré-estabelecido sobre os índios Tapuias, percebe-se que os dançarinos apresentam o mesmo corte de cabelo, os mesmos ornamentos labiais e o cordão peniano, como no quadro do Homem Tapuia. Apesar das semelhanças entre os oito homens, consegue-se distinguir algumas diferenças:

Apenas um dos dançarinos usa dois ossos brancos nas bochechas, as bochechas dos outros parecem não estar perfuradas. Todos tem alguma espécie de ornato nas orelhas, mas apenas um botoque auricular cilíndrico é visível. Dois dançarinos têm fofos chumaços auriculares brancos, que usavam para fazer fogo, de acordo com uma descrição contemporânea. Na cabeça de todos, aparece uma faixa marrom, com poucas e longas penas atadas; também aparece um colar de sementes marrom e bracelete de sementes, em ambos os punhos e tornozelos (BOOGAART, 2002: 35).

Boogaart (2002: 36) também observou que “cada um deles foi provido com um bastão preto”, no qual estão amarradas, a meia altura, 6 ou 7 penas de arara vermelha”. Observou-se também que sete dançarinos brandam suas armas: lanças e propulsores. Repete-se as características, no caso das armas, na pintura do homem Tapuia. Há gestos fonéticos das mulheres (duas à direita) apresentam o mesmo estereótipo da pintura da mulher tapuia. Apresentam aspectos de quem está cantando ou gritando e suas mãos tapam ou batem a boca.

A natureza (plantas e animais) aparece nestas três importantes obras de Albert Eckhout. Uma natureza exuberante, mas em parte não nativa das áreas de domínio dos Tarairiús. Por exemplo, no quadro Dança dos Tarairiús (Figura15), veem-se por trás dos dançarinos, coqueiros, planta nativa da Ásia introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses. A presença de animais, como o tatu no quadro Dança dos Tarairiús e em desenhos holandeses, esse tema aparece com frequência, talvez com o objetivo de mostrar que esses índios eram selvagens e viviam únicos e exclusivamente da natureza.

A imagem captada por Eckhout, em Dança dos Tarairiús, foge um pouco sobre o que os cronistas preconizaram sobre esses índios: corpos pintados, gritos ao dançar e cantar. No quadro, essas características não são perceptíveis; mesmo assim, as obras de Eckhout apresentam um efeito de realismo e são consideradas fontes importantes para distingui-los como um povo com características adversas de outros Tapuias, a exemplo dos Cariris.

Questiona-se Eckhout fez uso de alguma convenção existente, na época, (modelo) para pintar os índios Tapuias Tarairiús. Hugh Honour que organizou a exposição ‘A visão Européia da América’, de 1976, afirma que poderiam,, na época, existir dois ou três modelos, e cita-os: o desenho de Theodor de Bry, que descreveu a vida dos Tupinambás, os desenhos de Hans Staden e Jean de Léry. É o próprio Hugh que vê na Dança dos Tarairiú como sendo uma dança ritualística de preparo para a guerra, devido às batidas dos pés, no chão, e o uso das armas; enfim, ele afirma ser uma obra única, sem o uso de um modelo pré-estabelecido. Conclui-se, portanto, que Eckhout teve contato direto com esses índios para poder desenhá-los com tão precisão (BOOGAART, 2002).

As colocações de Hugh Honour (1976) ao afirmar tratar-se o quadro Dança dos Tarairiús de uma dança de guerra é contestada por Boogaart, ao afirmar que necessariamente quando os Tapuias dançavam com armas não implicava em ser uma dança de guerra. Havia danças ritualísticas de alguns ritos de passagem e da escolha das noivas em que os jovens dançavam em fila, com armas, e as mulheres ficavam a observá-los, até que chegasse o momento que a dança parava e as mulheres se prostravam atrás dos homens de sua escolha. Outra sugestão levantada é que a dança poderia ser uma dança típica de jovens adolescentes. O dançarino que apresenta as bochechas furadas, com pauzinhos, não se enquadra neste tipo de dança, pois ele seria casado.

Finalmente, que tipo de dança Eckhout tentou mostrar dos Tarairiús? É difícil saber; mas o importante é que ele “queria apenas mostrar que os Tapuias praticavam uma dança comunitária (BOOGAART, 2002: 36). E, a partir dessa afirmação, pode-se ter mais um excelente dado fornecido pela iconografia da época holandesa sobre os Tarairiús, capaz de poder contribuir com o processo de traçar o perfil cultural desse povo.

Pode-se ver as pinturas de Eckhout como uma representação da sociedade europeia da época que estereotipou os índios do Brasil, especialmente os Tapuias, como adoradores e seguidores do Diabo. Nos três importantes quadros de Eckhout aqui abordados, tem-se esta indicação, pois os índios são retratados nus, desprovidos de meios técnicos modernos que os enquadrassem no modelo de sociedade europeia da época; são mostrados com armas, dançando ou parados, mas com características nos semblantes que deixam passar ferocidade, rigidez e acompanhados da natureza, o que lhes confere o estado de selvagem que a literatura dos cronistas ajudou a criar. As pinturas de Eckhout podem servir de linha demarcatória entre o EU (europeu civilizado) e o outro (o índio hostil, selvagem) capaz apenas de servi-los, domesticado, escravizado ou aniquilado.

As iconografias contidas, no livro de Marcgrave (1941), servem de demonstrativo para entendermos um pouco mais vida dos Tarairiús. Numa delas que mostra a corrida de troncos de carnaúba só corrobora com o exposto por vários cronistas que descreveram largamente esta atividade que fazia parte da vida cotidiana dessa etnia.

Já as iconografias de Hans Staden (1942), faz o outro falar na medida em que aparecem inúmeras cenas do cotidiano indígena do Brasil do pós-contato e suas reações.

Uma pintura, uma gravura ou outra forma de representação visual serve para que se “abra uma janela sobre algum aspecto desse passado” (MASON, 2002: 47). No caso das obras de Albert Eckhout, interessa-nos o que as mesmas podem nos mostrar sobre a vida dos índios Tapuias, em suma, sua Etnologia. Esta não despreza a iconografia, pois pode-se e deve-se extrair dos retratos, de um modo geral, subsídios para reforçar o entendimento acerca de um determinado grupo étnico. A iconografia é uma importante fonte documental, por apresentar dados relevantes sobre os grupos étnicos por nós estudados. Entretanto, Peter Mason (2002: 47) faz o alerta de que “é claramente, perfeitamente legítimo e pode ser um exercício extremamente valioso, desde que tomadas às devidas precauções” (grifo nosso), precauções no sentido de não cair em erros grosseiros ao analisar e interpretar uma obra, como o de deixar transparecer, na análise, ponto de vista de ordem pessoal, sem nexos, que desvirtue o mais próximo que, por ventura, venha a ser o “real”.

4.6. Etnohistória dos remanescentes Tapuias

Um dos melhores resgates etnohistóricos acerca dos últimos remanescentes Tapuias do Nordeste do Brasil, fora realizado por Estevão Pinto (1956), apresentado em sua *Etnologia brasileira: Fulniô, os últimos Tapuias*. Nessa obra, Pinto busca minúcias dos Fulniôs, últimos Tarairiús, para entender como estes viviam. Estevão Pinto observou traços surpreendentes dos Fulniôs em pleno século XX, mesmo que estes índios já demonstrassem elevado grau de aculturação. Estevão Pinto (1956: 217) chega a afirmar que desde o século XVI os índios já se encontravam “matamorfoseados”, ou seja, aculturados. No entanto, o resgate etnohistórico tem servido, ora para comprovar o que os relatos historiográficos e arqueológicos mostram da vida cotidiana do índio do contato, ora para negar.

Nas atividades de pesquisas realizadas por Estevão Pinto junto aos Fulniôs, observou que em pleno século XX, estes, por exemplo, faziam uso de costumes como o de fibra de ouricuri (*Syagrus coronata*) e caroá para o fabrico de cestaria, tapeçaria e cordas para usos diversos; uso da cerâmica, utilizando-se dos mesmos processos que

os antigos Tarairiús e outros tantos costumes cotidianos dos seus antepassados (PINTO, 1956: 112-113).

A Etnohistória, no caso específico das observações feitas juntos aos índios Fulniôs, serviu para mostrar que apesar do elevado processo de aculturação, caboclicização e extermínio sofrido, traços permaneceram nos descendentes capazes de fornecerem subsídios valiosos para traçar o perfil de seus ancestrais, bem como, a Etnohistória tem servido, também, para mostrar o perigo de se criar um índio genérico, seja fisicamente falando, seja através de sua cultura material e imaterial, o que Estevão Pinto (1956: 185) chamou de “equipamento cultural”⁴⁹.

⁴⁹ O equipamento cultural de um grupo, constitui-se, certamente, de elementos próprios que caracteriza o grupo, servindo para distingui-los entre si. Esses elementos sofrem interferências diversas, seja por contatos interétnicos, seja por contato com o branco colonizador.

CAPÍTULO V

5. RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL DO PÓS-CONTATO, POLÍTICA INDIGENISTA E A LEGISLAÇÃO DO PERÍODO

5.1. Introdução

Colombo, o “descobridor das Américas”, tratou os nativos que o acolheram e o viu como um Deus saído de suas lendas seculares, como verdadeiros animais: ao respeito que os índios lhe dedicaram receberam como respostas as forças das armas; a curiosidade que os primeiros índios tinham pelas casas flutuantes, responderam-lhes com o aprisionamento e o cativo, trancafiados nos navios e conduzidos a Europa como animais exóticos ou meros escravos.

Frei Bartolomé de Las Casas (1965) fez severas críticas ao modo comportamental dos soldados espanhóis em contato com os índios: invadiam suas cabanas, raptavam suas mulheres, tudo isso sobre o auspício do comandante do navio que deixava que isso acontecesse alegando que o comportamento de seus marujos melhoravam quando tinham mulheres.

Para os invasores, criou-se um modelo de pensamento que se enraizou rapidamente entre eles, onde o que fosse encontrado lhes pertenceria por direito de Corso. Principalmente a vida dos outros.

Desde o início, estava implícito no pensamento e atitudes dos colonizadores quais seus reais objetivos: fazer os índios trabalharem, semeando e executando qualquer atividade que edificasse e consolidasse o poder europeu no Novo Mundo. Foram os índios que construíram as primeiras casas-fortes, os primeiros baluartes e as primeiras fortalezas que iriam servir para dar-lhe combate. Ao índio era visto a possibilidade de aculturá-lo, ensinar-lhe os costumes civilizados dos europeus, mas indiretamente, o processo ocorreu também de forma inversa: desde o início do contato que os europeus tiveram que aprender com os índios os mecanismos necessários à sobrevivência numa terra tão hostil.

Esses índios foram tragados rapidamente pelo capitalismo latente do período, engolidos pela ferocidade de uma civilização em franca expansão territorial, militar e econômica. Como eram os mais fracos nessa relação de poder dominador/dominado,

foram simplesmente massacrados, ao ponto que, em várias regiões do Brasil, como na Paraíba, em pouco tempo, o genocídio, a limpa do terreno estava completa.

5.2. O início da reação

A Coroa Lusa criou, legalmente, as condições reais para as guerras justas que poriam fim aos Tapuias dos Sertões.

A ideia de guerra justa posta, em prática, especialmente no Brasil pós-contato, era baseada no direito de guerra, da Idade Média, criada no Decreto de Graciano e inspirando-se na Sagrada Escritura e na Doutrina de Santo Agostinho, conservando uma noção de Guerra Santa.

Cervo (1975: 37) define então as condições básicas para se fazer a guerra justa, especialmente contra os índios do Novo Mundo:

Três condições são exigidas para que a guerra seja justa: primeiramente a autoridade do príncipe que a ordena; em segundo lugar uma causa justa, sendo que toda guerra aparece como castigo pela ofensa recebida (Culpa); enfim, a intenção dos combatentes deve ser recta, isto é, inclinada a promover o bem e a evitar o mal.

No Brasil, nem sempre esses princípios básicos eram seguidos. Ao contrário, o comum era não cumpri-los, esconder do príncipe ou rei Luso os motivos pelos quais se queria fazer guerra justa contra os índios. Os critérios citados anteriormente tinham o objetivo de evitar a guerra pura pela conquista.

Para aqueles que faziam a guerra, ela era justa, ao menos aos olhos dos que estavam a serviço de Deus e de El-Rei e em favor da salvação das almas dos selvagens.

Na concepção do outro, a guerra era injusta e estes lutavam para defender o que naturalmente lhes pertencia: suas vidas e seus territórios.

As guerras desencadeadas pelos indígenas de todo o Brasil, no pós momento inicial da colonização, foram consequências da forma arbitrária a qual foram submetidos os verdadeiros donos das terras.

No Nordeste, as convulsões índio/colono, índio/índio (incentivadas pelos colonizadores) foram comuns. As crônicas e documentos dão ciência de que a

expropriação, os descimentos e as tentativas de escravidão fizeram desencadear guerras sangrentas. Nestas, os índios foram os grandes derrotados, mesmo infligindo derrotas, forçando alianças e paz, impondo seus traços culturais, resistindo e tentando de todas as formas perpetuar sua cultura.

Hans Staden (1942: 46) quando de sua primeira viagem ao Brasil, no século XVI, já observara a reação dos indígenas em Pernambuco, contra os colonizadores Lusos.

Desde o ano de 1530, o envio da primeira missão colonizadora, chefiada por Martin Afonso de Souza, tinha como meta principal implantar a agroindústria do açúcar, e começam os conflitos, ou melhor, as reações dos índios contra as tentativas de expulsá-los de suas terras e transformá-los em escravos. Foi nesse período, que ocorreu o primeiro grande conflito entre os Tupis e os lusos na capitania de Pernambuco, culminando na destruição parcial da Vila de Igarassú e iniciando a série de conflitos que dura até os nossos dias em várias regiões do Brasil.

Na visão de Coutto (1981: 21) os índios tiveram suas terras invadidas e o pior, houve uma violação de sua liberdade, uma quebra no seu processo desenvolvimentalista.

No primeiro século de colonização, foram os Tupis que sofreram toda sorte de abusos imagináveis. No século XVII, foi a vez dos índios dos Sertões sofrerem as agressões maciças dos colonizadores. A reação pela sobrevivência dava-se de várias formas: fugas para o interior, guerras, incêndios ou pactos. Mas, foi contra os Tapuias que aconteceram os principais genocídios, pois foram estes que reagiram intensa e longamente as constantes tentativas de expropriação de suas terras pelos colonizadores. Um grande motivo apontado por Barleus (1940) para que houvesse uma reação tão enérgica por parte dos luso-brasileiros contra os Tapuias no século XVII, teria sido a união de alguns grupos, a exemplo dos Tarairiús, com os holandeses. Tal fato, levou os portugueses a dizimarem completamente os Tapuias que haviam feito alianças com os flamengos.

Os indígenas chamados de Tapuias sempre foram vistos, historicamente falando, como hostis, irredutíveis a penetração do branco. Numa área complicada para obtenção de alimentos, como é o semiárido, os índios que ali viviam, viam com maus

olhos toda e qualquer tentativa de penetração, especialmente com a pecuária extensiva que necessitava de grandes quantidades de terras para criarem-se poucos animais soltos. Por outro lado, o gado solto, era visto pelos índios como mais uma fonte alimentícia relativamente fácil de ser pega, causando reações intensas dos colonos que reagiam caçando, matando ou prendendo a laço os índios, os verdadeiros e primeiros donos da terra. O índio, nesse sentido, era um empecilho que teria que ser vencido para que a “civilização do couro”, como denominou esse período Capistrano de Abreu (1963), pudesse prosperar e aferir além da ocupação do civilizado no território, dá bons lucros à coroa. Para galgar tais objetivos foi posto, em prática, um modelo de guerra antes só visto nas possessões espanholas: a guerra de extermínio, para limpar definitivamente o terreno das hordas dos Tapuias revoltosos. Não houve, nos Sertões do Norte (Nordeste), um processo de ação integradora entre índio e colono, como acontecera no Litoral, ao menos em parte, segundo Pedro Puntoni (2002), mas foi o contrário.

O extermínio podia se processar por matança ou através de um processo rápido de aculturação, preferindo alguns grupos indígenas aliar-se ao colonizador, talvez até como forma de reação ou sobrevivência. Os Lusos alegavam que a ferocidade nos combates contra os Tapuias deveria ocorrer tendo em vista a selvageria destes (BARLEUS, 1974: 261).

O caso das missões é emblemático: para que realmente serviam, já que os índios que viviam sob a “proteção” da Igreja Católica tinham que submeter-se às ordens religiosas, portanto, passivos de serem aculturados?

Houve, também, os casos dos guerreiros que se “venderam” aos colonizadores, tornando-se soldados flecheiros nos terços formados para combater os índios hostis. Teria sido também uma forma de reação e/ou sobrevivência?

Washington Irving, em sua *Vida Y viajes de cristóbal colón* (1851) informa que as primeiras reações dos índios contra os europeus vieram logo após uma série de vergonhosos ultrajes desencadeados pelos colonizadores. De trocas incipientes, a ganância descabida dos colonizadores levou-os a cobiçar e a requerer mais do que a produção ainda preliminar e autosustentável que os índios podiam lhes oferecer. A concorrência dá início a uma série incalculável de escaramuças visando extrair dos

índios e suas terras o máximo possível. Os índios viram-se envoltos numa teia engendrada pelo capitalismo.

Coll (1974: 18) relata que a conquista das terras do Novo Mundo ficou caracterizada por se “matar sem nenhum motivo os indígenas”, a ponto de nos dois séculos seguintes ao processo de colonização, a população de índios de todo o continente, e em especial do Brasil, haver sido reduzida drasticamente. O massacre era uma forma de impor poder e medo ao outro, forçá-lo a pedir clemência e buscar a paz, com vantagens gigantescas para o colonizador.“ A conquista enlouquece os invasores. O afã de encontrar ouro, custe o que custar, e a necessidade de demonstrar aos reis que os gastos iniciados com a aventura das três caravelas não foram inúteis... “ (COLL, op. cit.: 19).

Em todo o Novo Mundo, os índios sublevaram-se frente as tentativas de conquistas e dizimação de seu povo: Caonab, o primeiro chefe que resistiu às tropas do primeiro conquistador das Américas, Cristovão Colombo; Janduí e Canindé reagiram contra as atrocidades Lusa nos Sertões do Nordeste e mobilizaram índios de várias etnias com esse intuito.

Salm de Miranda (1946: 98), numa visão do outro, menciona que os Tapuias quando vencidos nas inúmeras guerras dos Sertões, estes voltavam a defender suas terras, irredutíveis. Do São Francisco ao Maranhão, tem-se notícias que os Tapuias, em pleno século XVIII, ainda reagiam aos invasores.

Hélio Vianna (1935: 41) aponta que desde o início da colonização que os indígenas do Norte foram hostis a introdução branca.

Tratar como heróis os conquistadores do Novo Mundo (Américo Vespúcio, Cristovão Colombo, Pedro Álvares Cabral, dentre muitos) é não ter o devido conhecimento das atrocidades patrocinadas por estes e sua gente a partir de 1492. Sem dúvida, as primeiras décadas da conquista foram marcadas por um verdadeiro genocídio, pois, além da morte de milhares de nativos, a desestruturação cultural desses grupos humanos foi intensa, com sequelas perceptíveis nos séculos seguintes.

A história dos índios das Américas, desde o princípio da colonização, é feita por revoltas, rebeliões, sublevações e guerras de resistência. Em momento algum, desse

longo período de escuridão aos quais os índios foram submetidos, houve a tentativa de aceitação pacífica do invasor. O outro sempre demonstrou, mesmo sendo mais fraco em armas, a bravura, e expôs suas formas diversas de reações. Um índio passivo, alheio ao massacre que se sucedeu, não existiu no Novo Mundo, o que existiu foi uma tentativa de acobertar tais levantes, de cobrir a visão do outro (MEDEIROS, 2000), até como forma de não incentivar os outros a reação. Tais reações se davam, às vezes, via suicídio, talvez como uma das maneiras mais bárbaras de reagir à tentativa de domínio do outro sobre seus pertences e sua gente. Morrer, para muitos índios, seria o não aceitação do outro e suas atitudes selvagens. A morte de toda a família, talvez pensasse o índio, evitaria que o outro, o dominador branco, utilizasse os seus como um objeto sexual ou sua mão-de-obra, como escravo. Fernando Ortiz (1935) chamou a esse tipo extremo de atitude dos índios das Américas (o suicídio) de greve revolucionária, greve biológica, pois castrava dos colonizadores a mão-de-obra indispensável para a cata de riquezas. Talvez o suicídio possa parecer, também, como uma tentativa mais rápida e menos dolorosa do que as praticadas pelos soldados colonizadores. Entre os espanhóis era comum torturar o índio antes de matá-lo, muitas das vezes no fogo, queimava vivo; entre os lusos, também, não havia uma única forma de causar sofrimento e a morte do índio, pego ou não em guerra justa: desde amarrá-lo a boca de um canhão e destroçá-lo com um disparo, ou amarrá-lo em cavalos e tangê-los em sentido contrário, destroçando o condenado. Eram formas comuns de liquidar com o selvagem que teimava em reagir a invasão do homem dito civilizado: o europeu.

5.2.1. A preação de índios no Brasil do pós-contato

Sem dúvida que a impunidade que reinava, nos Sertões, contribuiu para acelerar o processo de devastação das terras dos índios Tapuias, bem como de sua cultura. Apesar dos missionários defendê-los, mas existia, por trás desse ardil, o desejo em transformá-los em trabalhadores dóceis, disciplinados, úteis ao sistema mercantilista do período. Berta Ribeiro (1984: 67) critica algumas ordens religiosas como os Franciscanos que faziam uso dos índios de suas aldeias para tocar boiadas para a região das Gerais. Cada classe ou instituição tinham objetivos diferentes para com os índios. Nenhuma pensava em vê-los como homens, “donos” de suas terras, senhores de seus filhos, povos com uma cultura que mereceria o devido respeito. Deslocamentos, trabalhos forçados, perda da identidade cultural são algumas das

consequências nocivas infligidas aos Tapuias pelos colonizadores, não apenas os portugueses, mas outros povos que aqui se fixaram ou tentavam se fixar.

Qual o ponto de vista do índio sobre tais atitudes? Como os índios viam os colonos e os missionários? São duas perguntas difíceis de serem respondidas, porque durante o período colonial e imperial, o índio não foi questionado sobre as imposições que lhes foram impostas seja pelos colonos, seja pelos religiosos. Os índios não foram ouvidos, mas captados, forçados a cooperar involuntariamente com o engrandecimento das nações europeias ditas civilizadas do período.

Ao índio foi lhe dada uma situação de inferioridade, principalmente se fossem Tapuias. Inicialmente tratado como um ser demoníaco, depois passou a ser visto como criança.

Foram os paulistas, sem dúvida, que mais atrocidades causaram aos índios. Eles eram atraídos para festas e lá degolados⁵⁰, ou tinham as cabeças decepadas por puro divertimento, quando não, eram escravizados. Foi graças a estas características que os paulistas foram contratados para dar cabo dos Tapuias rebelados nos Sertões do Nordeste. Mesmo existindo críticas quanto as atrocidades dos paulistas, mas era interessante para a coroa portuguesa a ordem no território, capaz de proporcionar a estabilidade econômica da região, essencial para suprir os faustos da corte.

Outro fator que causava descontentamento social por parte da igreja, eram as constantes invasões das missões religiosas cheias de índios mansos por parte dos paulistas. Estes índios, por serem versados na agricultura, eram cobiçados como escravos para as lavouras. Tais atitudes causavam sérios atritos entre instituições religiosas, governamentais e militares. De forma geral, percebe-se uma total omissão da coroa com relação a penetração dos terços paulistas nos Sertões. Talvez como parte para o bom êxito das guerras contra o gentio bravo do período. Os paulistas, nesse sentido, eram o mal necessário nesse momento. Conclui-se, portanto, que não havia “incompatibilidade entre missão e colonização – como tentou demonstrar a historiografia oficial – mas apenas uma divergência de atitudes na busca de um mesmo objetivo” (PIRES, 2002: 103).

⁵⁰ A prática da degola era usualmente utilizada pelos bandeirantes paulistas em suas excursões pelos Sertões, com dois objetivos básicos: 1. amedrontar a indiada; 2. levar os sobreviventes a rendição, portanto, a submissão total sem reação.

A distinção entre índio manso e bravo era interessante: o índio manso era aquele catequizado e encaminhado na fé cristã, portanto, não podia ser escravizado; já o índio bárbaro (bravo) era o selvagem, não praticante e não aceitava a fé católica. A esses, podia-se fazer guerras, por ser um instrumento de salvação do mundo. Muitos missionários viam como lícitas as guerras justas e obrigatórias, visto que seria uma forma de subjugar os demais ao catolicismo. O uso do exemplo, espancamento, escravidão, rapto e morte eram formas constantes para persuadir os índios.

A ambiguidade da legislação indigenista, na Colônia e Império, refletia os interesses das várias camadas sociais sobre os índios. O grupo que estava no comando, por exemplo, de um grande número de aldeias, podia anular leis que porventura causassem-lhes prejuízos.

É evidente que muitos missionários não eram contrários às guerras travadas contra os índios bárbaros, pois os padres apoiavam o extermínio dos índios hostis à aceitação da fé cristã nem civilizados a moda europeia. Dentro da própria igreja, havia contradições e conflitos internos. Tais disputas que se davam também entre os dirigentes da guerra aconteciam por dois motivos básicos: primeiramente pela posse das terras limpas de índios; segundo, pela mão-de-obra indígena, barata e até certo ponto de fácil acesso. As rixas entre os comandantes de terços e antigos sesmeiros foram comuns nos Sertões: os primeiros almejavam destruir os índios e tomar posse de suas terras; os segundos almejavam ampliar seus domínios, agora ameaçados pelos forasteiros paulistas. Livres dos bárbaros, os antigos sesmeiros dos Sertões passaram a ver nos paulistas fortes inimigos, novos concorrentes pela posse da terra nos Sertões do Nordeste. Cessava o conflito com os índios bárbaros, mas continuava com a Guerra Branca entre os colonizadores sempre ávidos por novas terras. Foram comuns no final da Guerra dos Bárbaros os conflitos entre sesmeiros e moradores, isso quando as terras já estavam limpas do gentio. A medida que uniões aconteceram entre os vários grupos sociais da região para a luta contra os bárbaros, quando a situação se estabiliza, começa, ou sofre continuidade um velho/novo conflito: quem iria ficar com as terras tomadas dos índios e de seus últimos remanescentes? Durante muitas décadas, as rixas e conflitos armados foram comuns entre os antigos e os novos posseiros das terras. Neste ínterim, o Estado foi omissivo, aguardou o final das hostilidades para tomar

posições mais firmes com relação aos posseiros e colonos, bem como aos indígenas que sobreviveram e foram aldeados na região.

Em todas as partes das Américas e em todos os tempos desde o início da conquista, a rapinagem e expropriação dos bens dos grupos indígenas foram levadas a cabo pelos religiosos, colonos e cientistas. Forçados ou não, os índios acabavam por ceder as formidáveis pressões sobre o seu território, mas sempre encontrando toda sorte possível de reação. Montezuma, por exemplo, no México, só concordou com a entrada dos invasores em sua capital, Tenochtitlan, depois de inúmeras guerras.

A tática de extermínio de massa ou dos principais das tribos (o cacique e o Pajé) parece-nos que foram levados a cabo em todo o continente.

Muito tem se questionado como um punhado de homens conseguiu conquistar de forma tão rápida o continente. Coll (1974: 70) mostra-nos uma passagem em seu livro que talvez nos sirva de entendimento do porquê e como esse processo foi tão rápido.

Os balesteiros sabiam muito bem dirigir a flecha até aqueles que queriam encontrar... As flechas nunca chegavam... alguns, tiveram os corpos inteiramente perfurados. Os fuzis e canhões não faziam por menos, chegando exatamente onde estavam as pessoas.

A explicação para a dominação rápida e letal talvez esteja nas armas utilizadas pelos conquistadores que infligiam grandes baixas aos conquistados. A rapinagem aparece como uma consequência desse suposto fracasso defensivo dos índios, mesmo que em muitos casos eram os invasores europeus que buscavam acordos de paz como forma de estratégia.

A dizimação não vinha apenas pelas armas: as pestes, propagadas pelos invasores, eram verdadeiras ceifadoras de vidas em todos os recantos do continente.

Por último, e não menos humilhante vieram os estudiosos europeus que tinham o objetivo claro de usurpar as riquezas culturais das possessões europeias e recheiar

os antiquários e museus, palácios, bibliotecas e laboratórios das universidades europeias⁵¹.

De todas as formas, a tentativa de extermínio fora utilizada⁵².

A língua geral que consideramos um misto de Tupi com o português, nada mais foi do que uma padronização linguística, que tinha dois importantes objetivos: a catequização e a desestruturação da cultura indígena.

⁵¹ Já mostramos em capítulo anterior o papel desempenhado pelo estudioso Curt Nimuendaju, a serviço do governo austríaco, que comercializava produtos obtidos através de rapinagem com aquele e outros governos e instituições.

⁵² A guerra contra os Tapuias foi de extermínio total: armas de fogo, fome, sede, etc., foram utilizados para levar os indígenas a pedir a paz. Paralelo a esta estratégia é digno de nota o poder dado aos terços paulistas. Estes, gozando de uma certa autonomia, não cumpria as ordens dos capitães-mores das capitanias. Sua independência dava-lhes autonomia suficiente para levar a cabo uma verdadeira guerra de extermínio.

Da mesma forma que entre as ordens religiosas disputavam entre si o controle dos índios, pois em posse deles podiam alugá-los, vendê-los ou fazerem usos em suas atividades cotidianas de manutenção da missão.

O uso do enfraquecimento de ordens de índios inimigos, como os Janduí, e os Paiacús, fora intensamente incentivadas pelos colonizadores com o objetivo de enfraquecê-los e forçá-los a pedir a paz.

As ações genocidas dos terços paulistas tinham o auspício da Igreja Católica, do rei e dos colonos. Eram vistos como os únicos possíveis de darem cabo aos indígenas rebelados.

A carta de Pedro Lelon ao governador da Bahia, datada de 17 de dezembro de 1699, no final da Guerra dos Bárbaros, deixava claro a visão que os colonizadores tinham dos índios: “pareceu-me que mais aceito será a Deus extinguir esta vil canalha (Tapuias) e povoar com criaturas que o louvam e levantam templos para neles sacrificar os sacrifícios e holocaustos que lhe devemos” (CARTA DE PEDRO LELON, 1699).

Atribuir que a Guerra dos Bárbaros deu-se apenas entre índios Tarairiús, não está correto. Pedro Puntoni (1998) afirma que em vários momentos houveram alianças entre Tarairiús e Paiacús (históricos inimigos), bem como, alianças entre os Tarairiús e os Cariris, contra os avanços branco sobre suas terras.

O desbaratamento total dos Tapuias nos Sertões das capitanias contribuiu para que estes (os que sobreviveram as guerras), passassem a vaguear pelas capitanias, sendo capturados e aldeados e muitos deles transformados em escravos. A partir de 1722, a submissão dos indígenas Tapuias sobreviventes das guerras, foi brutal e responsável pelo fim de uma cultura milenar; os Tapuias foram obrigados a se batizarem, casarem-se e se tornarem monogâmicos e deveria estarem totalmente sobre a tutela e guarda dos missionários, sendo proibido se ausentarem das aldeias sem o consentimento dos Padres; aqueles que não seguissem as ordens dos missionários e dos capitães das capitanias, estariam desobedecendo as ordens de El-Rei, portanto, seriam expulsos das aldeias e obrigados a viverem no mato, correndo o risco de ser capturado e transformado em escravo, ou morto por algum soldado, colono ou índio aliado dos brancos (SANTOS JÚNIOR, 2008: 136).

Em 1704, há notícias do reinício de alguns combates entre tropas lusas e índios Cariris, em várias regiões: Sertão de Piancó, dos Bruxaxás e Sabugi. Durante vários anos ainda se tinha notícias de combates dos últimos Tapuias nos Sertões nordestinos. Em 1725, se escasseiam as notícias de índios Tapuias rebelados nos Sertões. Tudo leva a crer que os índios Tapuias da região se mesclaram a população branca, pois a paz chegou a tal ponto que os últimos terços paulistas foram desativados em 1725 e, como isso, a fase de aldeamento é intensificada, bem como a desapropriação das terras dos indígenas e estas transformadas em grandes fazendas de gado ou produtora de produtos voltados a exportação.

Nos aldeamentos missionários, os Tapuias descendidos das etnias Cariri e Tarairiú, misturados com os do grupo Tupi, geralmente eram obrigados a aprender a língua geral, daí, ser corriqueiro, na literatura, o discurso entre índios de grupos diferentes.

De forma geral, os padres europeus catequizadores condicionaram os índios não apenas a falarem a língua geral, mas foram também levados a assimilar os costumes europeus. Pouco a pouco, a economia tribal, baseada na subsistência, foi gradativamente sendo modificada e passando a ter um caráter comercial, enquadrando-se no sistema capitalista da época.

Os relatos dos cronistas, viajantes e missionários nos dão conta quão e aterrorizante foi a escravidão do índio em todo o continente. Se tomarmos como efeito comparativo (negro e índio) e analisarmos a quantidade de remanescente como a de negros, veremos que os primeiros foram reduzidos desde o início do contato, de forma drástica, a tal ponto que em muitos lugares, outrora habitados por inúmeros grupos humanos, não mais existem.

O que restou dos Tapuias na pós Guerra dos Bárbaros foram pequenos grupos humanos ilhados em alguns pontos dos Sertões do Nordeste, geralmente junto às cidades que surgiram das antigas vilas criadas no governo Pombalino: os Fulniôs, de Águas Belas; os Pankararu, em Brejo dos Padres; os Xukuru, de Cimbres no estado de Pernambuco; os Xokós, em Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas; os Tuxá, no Sertão de Rodelas, no estado da Bahia. Em palmeira dos índios, ainda existem os Wakonás. Os Pataxós e Kariris, no posto Paraguaçu, também em Alagoas. Kamakãs e Masacarãs, no posto Caramuru, em Itabuna, estado da Bahia, todos aculturados.

Um fato digno de nota é o relato de uma índia 'pega a laço', no ano de 1974, no município de Pedra Lavrada, Paraíba. Essa, fazia parte de um pequeno grupo de seis ou sete indivíduos, que se infurnaram nas matas e não mais foram vistos. Ela, a índia, sobreviveu em cativeiro até o ano de 1976, quando faleceu. No geral, os índios ainda sobrevivem nos costumes locais, nos traços físicos do caboclo sertanejo, nos nomes próprios e dos acidentes geográficos da região.



Figura 16 - DB – índia de Pedra Lavrada (1974).

5.3. A resistência indígena

Cascudo (1955: 96) define a reação indígena, nos Sertões nordestinos, entre 1687 e 1704, conhecida como a Guerra dos Bárbaros, como tendo sido a “maior campanha que o Brasil conheceu”, marcou profundamente a história dos Sertões, pois foi a partir desse conflito que se traçou um novo roteiro para a história dos índios.

Já está claro que não existia, inicialmente, a união dos grupos indígenas do Brasil, fossem eles os Tupis com os Tapuias. Ao contrário, houve um aproveitamento, por parte dos colonizadores das rixas existentes entre os grupos, incentivando-as a levá-los ao extermínio.

Virgínia Fonseca (2008: 32) em artigo tratando da questão da criação dos monstros e suas monstruosidades por parte do homem, talvez lance luz ao tema em questão, qual seja: a união, mesmo que tardia, dos Tapuias do Nordeste para combater os estrangeiros. A autora afirma que primeiramente cria-se o monstro, para a partir daí obter a coesão do(s) grupo(s) e dar início as formas de reações.

A Guerra dos Bárbaros também ficou conhecida como a Guerra do Açu, por ter sido nas margens desse rio na capitania do Rio Grande (denominada de Norte a partir de 1737), foi considerada por Pedro Puntoni (2002: 13) a mais longa guerra travada como forma de reação frente a colonização branca, desde os primórdios da conquista.

A guerra em si não foi algo homogêneo, compacto. Ao contrário, trata-se de uma série de guerras com início no Recôncavo Baiano, a partir de 1651, que desencadeou um longo processo que durou mais de meio século, com intervalo de paz entre os conflitos.

A Guerra dos Bárbaros, especialmente contra os Tapuias dos Sertões foi um movimento de limpa geral do terreno, uma guerra de extermínio, pois estes índios, vistos como indolentes, eram o grande obstáculo a penetração do império nos Sertões.

O Sertão foi de fato invadido pelos colonos e seus gados a medida em que se dava o crescimento da economia açucareira e de tabacaria no Litoral. Outro fator importante de ocupação de áreas denominadas de Sertões foi a produção mineradora.

A Carta Régia, de 1701, promoveu uma verdadeira horda de migração de gados e de homens para os Sertões, pois proibia-se a criação de gado a menos de dez léguas do Litoral. Dos poucos remanescentes indígenas Tapuias que resistiram às guerras justas até então, sofreram nova pressão por força de lei, empurrando-os cada vez mais Sertão adentro, apreensão, caboclicização e por conseguinte a extinção das aldeias que acabaram por culminar na extinção dos Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba. Os currais de gado que iam sendo instalados, nos Sertões, tomavam dos índios suas últimas terras, as melhores da região, em áreas largas, vastidões de incontáveis léguas e quase sempre, na visão de Antonil (1976), próximas aos rios e lagoas. Nos Sertões, não era preciso o rigoroso trabalho que tinha, no Litoral, para o plantio da cana, o de deitar as matas. Nas caatingas, o gado era criado solto, nas imensas fazendas que geralmente acompanhavam os rios. A interiorização do gado nos Sertões deu-se de forma muito rápida, como também era rápido a criação da infraestrutura para o desenvolvimento das atividades criatórias: uma pequena casa de taipa coberta de palha, habitação do vaqueiro que quase sempre era um negro escravo ou foro ou um índio manso com sua família, e alguns currais feitos com estacas fincadas ao chão, podendo apresentar uma parte da cerca constituída de pedra (parte debaixo da cerca) e a parte de cima de varas, numa espécie de trançado que dispensava, por exemplo, pregos, material difícil de se chegar aos Sertões. Ainda hoje encontra-se este tipo de cerca nas regiões interioranas da Paraíba, como podemos observar na Figura 17.



Figura 17 - Cerca de pedra e trançado de varas no município de São João do Tigre-PB.

Caio Prado Júnior (1953) afirma que a ocupação dos Sertões se deu por dois motivos básicos: a mineração e a atividade criatória. No caso específico da Paraíba, foi a atividade criatória que prevaleceu, sempre de maneira contígua e contínua, mas não se dispensando a busca por metais.

É interessante de nota a observação que Pedro Puntoni (2002: 25) faz com relação a situação do índio no pós-holandês. Afirma o autor que o Brasil vivenciava uma crise interna e externa, o que dificultava a entrada de negros oriundos da África, para servirem de escravos. A partir do início do século XVIII, mesmo com toda uma gama de leis proibitivas de escravidão indígena, a coroa fazia “vistas grossas” com relação as entradas que se processavam, nos Sertões, com o objetivo de aprisionar índios ou forçá-los ao trabalho. A mão-de-obra indígena passa a ser indispensável. Era preciso ocidentalizar o Oeste do Brasil, povoá-lo de gente, à medida em que se despovoava de índios. Nesse sentido, As Juntas das Missões (1655) passaram a ter um papel primordial, estabeleceram, por exemplo, que se evitassem os descimentos, mas que se criassem missões nos Sertões, catequizessem os índios (pelo menos o que restava deles) em suas áreas e os tornassem mansos, capazes de serem “usados” no novo processo de colonização. Agora, era preciso manter povoados nos Sertões. Posteriormente, muitas dessas missões, a exemplo da missão da Travessia, na Paraíba, seriam transformadas em vilas e depois cidades.

Capistrano de Abreu (1963) viu dois caminhos de penetração para os Sertões do Nordeste: um partindo da Bahia, que acompanhava o curso do rio dos Currais (São Francisco) e do rio Itapicuru, essa imensa área foi chamada de “Sertão de Dentro” ou

interior, e uma outra via de penetração que partia de Pernambuco rumo a Paraíba, Rio Grande e Ceará, que foi denominada de “Sertões de Fora ou Exterior”, por serem regiões mais próximas das áreas litorâneas.

Foi a bacia hidrográfica do rio Jaguaribe que proporcionou o encontro dessas duas correntes de penetração dos Sertões do Brasil: a da Bahia e a de Pernambuco.

Outra justificativa para a penetração Lusa, nos Sertões, dava-se pela tentativa de se buscar um caminho terrestre que ligasse o estado do Maranhão ao estado do Brasil. À medida em que se buscava tal caminho iam-se ocupando as melhores terras beira-rios, expulsando os seus primeiros proprietários: os índios, ou ocidentalizando-os, nas palavras de Pedro Pontuni (2002). A descoberta desse caminho interligando os dois estados e unindo o Brasil, deu-se no ano de 1695, quando o Sargento-mor Francisco dos Santos, do Maranhão, chega a Pernambuco acompanhado de alguns soldados e índios. A partir daí estava interligados os Sertões do Nordeste do Brasil.

Muito tem se questionado sobre os porquês das entradas constantes aos Sertões em busca de índios. As respostas são contundentes: 1. a grande escassez de mão-de-obra no Litoral, tendo em vista o extermínio violento e rápido com que se deu com os índios da região; 2. preços acessíveis ao escravo indígena, comparado com o negro; e, 3. a pecuária e mineração, no caso do Norte (Nordeste), a busca por minas de salitre (nitrato de potássio), utilizado para fabricação da pólvora negra, essencial para o sistema de defesa e guerra contra os próprios índios. O salitre utilizado na fabricação da pólvora negra era oriundo da Índia; a exploração mineral do Sertão Norte (Nordeste) ficou baseada no salitre, pois a prospecção de outros metais foi ínfima, mesmo assim, o salitre fora encontrado em Pernambuco e na Bahia, mas existindo relatos da descoberta desse minério na Paraíba. Não sabemos informar se o mesmo foi ou não explorado em larga escala. O que se sabe é que existiu na cidade sede da Capitania, Paraíba, uma fábrica de pólvora, edificação ainda existente no Centro Histórico da Cidade de João Pessoa (Figura 18, Anexo H).

A busca do salitre e sua extração dava-se geralmente por índios aldeados, contratados nas missões religiosas. O certo é que a interiorização de brancos e mestiços em busca desse mineral resultou em intensos conflitos entre Tapuias e Colonos/Mineiros. Na maioria das vezes, os conflitos aconteciam porque os salários

dos índios não eram pagos devidamente ou eram explorados aos extremos pelos oficiais do salitre.

O processo de interiorização foi tão ofensivo e destruidor para as populações nativas que, no final do século XVII, mesmo com uma população esparsa e rala, estava alicerçada a colonização europeia nos Sertões. Na Paraíba, a ocupação dos Sertões deu-se, também, nas margens dos principais rios, especialmente o Paraíba, pois este rio corta parte significativa do interior paraibano, sendo o maior rio da Paraíba, parte dele, inclusive, era navegável por embarcações de pequenos calados e de fundo chato.

Os rios e riachos vinham sendo utilizados pelos grupos humanos em seus deslocamentos desde a Pré-História. Quando da penetração dos gados nos Sertões, bem como a entrada das tropas para combaterem os índios hostis, utilizavam esses mesmos caminhos, por que estão perto da água ou em áreas que pudessem encontrá-la: era uma questão de sobrevivência.

Apesar de os índios apresentarem-se adaptados ao ambiente das caatingas, não foram utilizados em larga escala na produção pecuarista dos Sertões. Para Puntoni (2002: 41) “Nada nos parece mais enganoso.” É Pedro Puntoni quem mostra vários documentos principalmente do século XVII que se utilizavam, em larga escala, negros, ou gentios escravos da Guiné. Os índios não eram tão desejados nos Currais de gado dos Sertões, ao contrário, eram vistos e tratados como invasores e abatidos a tiros, segundo Puntoni (op. cit.: 42) a mão-de-obra indígena nas fazendas de gado eram a minoria nos Sertões, não representando mais do que 9% da mão-de-obra das atividades exigidas pelo pastoreio. Da mesma forma que se desmistifica a hipótese da predominância de mão-de-obra livre. Em 1697, cerca de 48% da mão-de-obra envolvida na indústria pecuária era constituída de escravo, a maioria, como já visto anteriormente, de negros africanos.

Não há como negar, também, que a pecuária foi estruturada pela mão-de-obra livre, bem como, uma espécie de “estatuto” específico que regia a escravidão negra nos Sertões, daí, portanto, a ideia que o negro escravo dos Sertões gozava de mais liberdade do que aqueles da zona açucareira. Tudo isso tem certo cunho de verdade.

Óbvio que a mão-de-obra indígena foi utilizada nas diversas atividades da indústria da pecuária, fosse nas fazendas como vaqueiro ou como tangerino, tocadores

de reses para as feiras próximas do Litoral. Nessas atividades de tocadores ou tangerinos, eram os missionários que forneciam os índios mansos para tocarem as boiadas. O dinheiro recebido pelos missionários era repassado aos índios. Comum também eram os índios “selvagens”, não reduzidos⁵³, atacarem as fazendas de gado, furtarem algumas reses e causarem danos às propriedades. Podemos ver isto como uma forma real de reação contra a introdução do gado nos Sertões e a exploração das melhores terras indígenas.

A exploração aurífera desencadeada inicialmente pelos paulistas a partir de 1694, com a descoberta das primeiras grandes minas, inicia-se, também, uma nova época de caça aos índios, desta feita para utilizá-los diretamente na atividade mineradora e nas culturas de subsistência essenciais à sobrevivência daqueles que se deslocavam para as minas. Inicialmente, as primeiras minas eram exploradas pelos índios cativos, muitos deles pegos nas missões jesuíticas da região e do Sul do Brasil. As consequências para os índios das áreas mineradoras foram demasiado grandes: além do extermínio de milhares de índios, fosse pelo trabalho pesado e penoso nas minas, fosse pela perseguição e morte ao reagirem às tentativas dos colonizadores em subjugar-los, além disso, após o massacre, a coroa portuguesa apropriou-se de vastas extensões de terras desabitadas, a força das armas, o que forçou ao extermínio e as grandes migrações Sertão adentro.

Desde o século XVI, que os cronistas e documentos oficiais, trocados entre colônia e metrópole, dão conta da penetração de sertanistas em terras dos Sertões para prear⁵⁴ índio; paralelo a esta atividade, começa a introdução do gado e as primeiras guerras de reação.

Os índios aldeados ou mansos eram requisitados pelo governo e bandeirantes para compor os terços; necessariamente, esses índios não eram apenas Tupis, mas sim, os Pankararus, Kaimbé, Masakarás, Cariris, Tarairiús, etc., foram utilizados para ingressar os terços paulistas.

No fim das grandes conquistas dos Sertões, início do século XVIII, o Sertão do Nordeste estava povoado de gado, mas despovoado de gente. A matança fora tão

⁵³ Índios ditos selvagens que não viviam nas missões religiosas (reduções).

⁵⁴ O mesmo que apreender índio para usá-los de várias formas, principalmente para vendê-los como escravos.

intensa que de acordo com documentos da época, no Piauí, havia apenas 441 pessoas, entre brancos, índios, mulatos, mamelucos e mestiços. A carneação⁵⁵ foi um preço muito alto pago pelas índias sobreviventes naquelas plagas dos Sertões em fim do século XVII e início do século XVIII.

O massacre e a escravidão do gentio dos Sertões podem ser explicados pela situação do momento: o tesouro português estava exaurido, sem condições de bancar grandes empreitadas de conquistas dos Sertões. A solução encontrada foi a de liberar a captura de índios e negros fujões como recompensa aos paulistas pelas guerras que estes travariam contra os Tapuias arredios.

A guerra fora tão brutal que os índios foram forçados a assinarem tratados de paz com a coroa. Merece destaque o tratado assinado entre os Janduí, em 1692⁵⁶, e

⁵⁵ Contato sexual entre índio/colonizador.

⁵⁶ O famoso tratado de paz foi assinado não por todos os Tapuias em guerra, mas especialmente pelos Janduí, a 10 de abril de 1692. Com este tratado, os Tarairiús de Janduí passam a fazer guerra contra outros índios hostis que continuaram a luta contra os colonizadores dos Sertões. O acordo fora fechado entre três dos maiores dos Janduí: José de Abreu Vidal, tio de Canindé (rei dos Janduí), que comandava três grandes aldeias nas ribeiras da Paraíba e Rio Grande; Miguel Pereira Guareju Pequeno, maioral de mais três aldeias; e João Paes Florião, o genro de Neongugê, chefe dos temíveis Sucurús. Todos da nação Janduí que se deslocaram para a Bahia e lá mantiveram contato com o Capitão-Geral do Estado do Brasil, Antônio Luís da Câmara Coutinho (MEDEIROS FILHO, 1984: 122-123).

O tratado de paz foi definitivamente firmado pelo Conselho Ultramarino há 8 de janeiro de 1693 e assinado por D. Pedro II, Rei de Portugal na época.

O acordo, como esperado, estipulava determinadas ações que prejudicavam os Tapuias, dando-lhes o veredito final para sua extinção: 1. deixar cinco mil guerreiros indígenas a disposição dos Lusos para combaterem índios hostis ou invasores externos; 2. recebimento de uma área territorial correspondente a dez línguas de terra no entorno de suas aldeias; 3. Os índios, eram livres mas, obrigados a fornecerem uma quota determinada de homens para as fazendas de gado e mantimentos da região de onde viviam; 4. os índios passariam a reconhecer o rei de Portugal como soberano maior e, das vinte aldeias dos Janduí; 5. avisar aos portugueses do achamento de metais e pedras preciosas, além de minas de salitre; 6. ajudar na reconstrução das fortalezas; 7. aceitar a instalação de currais de gados, sem interferir ou incomodar os colonos; 8. os Tapuias se comprometiam a lutar contra outras nações contrários aos interesses lusos na região (SANTOS JÚNIOR, 2008: 124-125).

No geral, os acordos não foram cumpridos, especialmente aqueles que cabiam aos lusos, motivando novas hostilidades e reações lusas que continuaram o massacre e a escravidão.

O acordo também estabelecia o deslocamento de índios de uma para outra região, forma corriqueira utilizada pelos conquistadores para quebrar o poder e o conhecimento indígenas do lugar em que viviam. Foi justamente em um desses novos lugares onde os índios foram aldeados (nas terras do Janduí e outros vieram a falecer, geralmente, vítimas de inanição e epidemias).

De forma geral, a literatura do período tem mostrado que o tratado de paz trouxe em definitivo a vitória para os lusos, pois já esfaqueados, sem víveres e com os soldados atrasados, a soldadesca estava em franco processo de aniquilamento. Questiona-se o por que dos Tapuias não terem percebido a fraqueza dos lusos ou, talvez, preferissem pôr fim nas hostilidades que já duravam décadas, acreditando que os portugueses seriam fieis com o prometido nos acordos.

o tratado que os índios Mbaya-Guaikuru, também, assinaram em fins do século XVIII, tratados estes, tantas vezes desrespeitados pelos colonizadores. O interessante nesses tratados é que eles servem de demonstrativos da força dos índios, na região, e a importância dos colonizadores os terem como aliados.

Talvez, a última grande rebelião indígena tenha sido a de 1712, liderada pelo cacique Mandu Ladino. Durou 7 anos e espalhou-se pelo Ceará, Piauí e Maranhão. Termina em 1721, com a morte do chefe e de seus maiores. A essa altura, o extermínio já estava praticamente finalizado. O interessante é que Mandu e os seus foram mortos pelos Tupis da Serra de Ibiapaba, cacique manso catequizado chamado de Jacob de Souza e Castro.

No pós-guerra dos Bárbaros, os Tapuias continuaram a ser vistos como bárbaros e selvagens. O simples ato de deitar-se numa rede que pertencia, por exemplo, a um vaqueiro livre, era motivo para a sua morte. Por outro lado, a situação tornou-se tão desesperadora para os Tapuias que estes passaram a se oferecer aos fazendeiros como escravos e não serem de todos exterminados.

Após a conquista dos Sertões do Nordeste para a introdução do gado, esta agora é deslocada para os Sertões de Goiás, Pará, etc. sempre com a mesma estratégia e resultados.

A ideia de extermínio dos índios do Brasil vem do início da colonização e se propagou até os dias de hoje. Em *Os Índios e a civilização*, Darcy Ribeiro (1984) denunciou que entre os anos de 1900 e 1957 pelo menos 87 grupos indígenas foram extintos no Brasil, num processo que Luis Danisete Benzi Grupionni (1999: 7) chamou de “transfiguração étnica”, que nada mais é do que um processo de incorporação do índio ao mundo dos brancos, mas sem o devido respeito a cultura indígena, levando-os a perder suas particularidades culturais. Na verdade, esse processo já é longo, como também é longa a reação, ao ponto de, nos últimos anos, a população remanescente de índios tem crescido de forma constante, graças a estratégias de convivência e reações, às vezes pacíficas, em outros momentos nem tanto.

Maria Idalina Pires (1990:42) informa que as ordens Lusa eram claras, a guerra deveria sofrer continuidade até a total extinção dos Tapuias ou a sua redução a tal número que não haveria a menor condição de esmunçar qualquer reação frente ao avanço colonizador.

Porto Alegre (1993) chegou a questionar qual era o destino das populações indígenas no período final da colonização Lusa? A resposta vem em três possibilidades geradas pela força ou não da união dos índios: 1. extinção; 2. migração/internação nos confins dos Sertões; 3. permanência no local de origem e perda da cultura nativa, por ser obrigada a mesclar-se a população branca.

Sem dúvida que o extermínio existiu e foi mais forte, geral e rápido nas capitanias que hoje, em parte, compõem os estados do Nordeste. Prova incontestável é que das 27 unidades federativas do Brasil, as duas que não mais apresentam remanescentes indígenas são o Rio Grande do Norte e o Piauí. É fato que nos estados que ainda sobrevivem remanescente de alguns grupos, como a Paraíba, estes encontram-se desestruturados e descaracterizados, restritos a reservas que nem sempre são os donos das terras. A grande maioria dos grupos que habitavam nosso território, como os Tapuias Cariris e Tarairiús, a exemplo da Paraíba, foram extintos.

No século XX, descendentes de grupos da época do contato que não se dobraram aos ditames dos colonizadores, ainda eram molestados e esmiuçavam reações, quando havia tentativas de contato e principalmente de expulsá-los de suas terras: um exemplo notório deu-se com o avanço da cultura cafeeira no interior do Brasil e na abertura das longas estradas de ferro, por exemplo, a Noroeste do Brasil (Santos-Corumbá), em que os índios Kaingángs atacavam os invasores de suas terras e eram reprimidos com ferozes chacinas. Nesse exemplo, são dignos de nota os motivos das reações dos construtores da estrada de ferro e grilheiros, alegando que os trabalhadores morriam graças aos ataques dos índios, o que provocava a reação dos brancos e verdadeiras guerras. Só depois é que se divulgou que as mortes ocorriam por malária, febre amarela e outras doenças. Tudo foi utilizado como pretexto para a dizimação do índio desde o contato. Data desse período, fins do século XIX e início do XX, um profissional que só se via nos primórdios da colonização: o BUGREIRO, um capanga especializado na caça e dizimação dos índios hostis. Eram os novos bandeirantes.

Os imigrantes que adentravam no Sertão em todo o Brasil, já vinham armado, tanto ideologicamente falando, vendo o índio como um estorvo, quanto em armas de fogo. Sem dúvida que nesse período nas regiões que receberam grandes levas de imigrantes (que não era mais o caso da Paraíba, pois os últimos Tapuias já tinham sido

“engolidos” pelos civilizadores), os índios vivenciaram um novo processo de expulsão de suas terras e morticínios.

O governo temendo a saída do civilizado recém-migrado, socorre-os, manda guarnições armadas para atacarem a indiada que continuava “selvagem” e garantirem o direito de posse da terra de seus novos donos. Outra medida tomada pelos governos em fins do XIX e início do XX foi a de armar os colonos e financiar bandos de homens para baterem as matas e darem cabo aos índios. Interessante como o processo se repetiu séculos depois. As estratégias de extermínio, na época do contato, funcionounaram, a contento, em pleno século XX. Fato de nota é que no mesmo período, os troféus dos novos bandeirantes, agora chamados de bugreiros, eram as crianças e até mulheres, vendidas a quem lhes pagassem mais.

O alemão Hermann Von Ihering advogava que, em primeiro lugar, deveria se defender os brancos contra os da raça vermelha, através, por exemplo, da catequese. Não dando certo a prática, partir-se-ia para o extermínio, de tal forma que sobrevivessem e progredissem os homens que ele chama de civilizados (RIBEIRO, 1984: 76-77).

Para os conquistadores das terras do Brasil, o índio sempre apresentou-se “uma fera indomável interposta a esse caminho; um peso morto que detinha terras virgens; um empecilho ao progresso e a urbanidade” (RIBEIRO, 1984: 71-72).

Os europeus não ofereceram ao índio a civilidade que pregavam, mas sim, uma vida famélica dos que viviam enfurnados nas matas em busca de drogas, do vaqueiro dos confins da aridez do Sertão, do boia-fria, da ama-de-leite, da empregada doméstica, do lavrador sem terras, do baderneiro, do macambeiro e favelado dos grandes centros.

O índio foi sumariamente eliminado a bem do progresso. Foi visto como dispensável, incapaz de ser inserido no mundo civilizado dos brancos. Observa-se do contato aos nossos dias que não existe uma base cultural sólida dos poucos índios que conseguiram sobreviver. No passado, como hoje, perdura os mesmos problemas: a grillhagem de suas terras. Os índios continuam resistindo as tentativas frutíferas dos brancos de os dizimarem e expropriarem-lhes as terras.

Um dos maiores problemas enfrentados por Portugal com relação a índia, era os de torná-los súditos de sua majestade. Desde o início da colonização que a escravidão e catequização foram utilizadas extensamente como forma de amansar o índio: os resultados foram infrutíferos, pois os índios sempre reagiam, causavam danos ao governo Luso.

O Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I, percebeu que o índio continuava indolente, para que o governo luso fosse realmente consolidado na colônia do Brasil, seria preciso a conquista dos índios, integrá-los à coroa. Pombal toma algumas iniciativas como: 1. proclamar a liberdade dos índios; 2. institui a obrigatoriedade da língua portuguesa; proibindo que se falassem as línguas-gerais; 3. liberou o casamento interétnico; 4. transformou as aldeias missionárias em vilas; 5. expulsou os jesuítas em 1759, acusando-os de não servirem a coroa, ou seja, não transformavam os índios em gente para a Coroa.

Tudo isso gerou mais conflitos e não integrou o índio ao mundo dos brancos. O que houve, a partir daí, foi a criação em definitivo de uma sociedade mestiça, que já existia, só que agora sob o auspício da coroa.

Durante o Império e na fase republicana, persistem as tentativas de integrar o índio, caboclo e negros a nova sociedade que se formava com o novo país. Leis e ações governamentais foram criadas com esse objetivo. A lei de terras e os novos ciclos econômicos causam uma outra devassa sobre o pouco que restara das terras dos índios. Em todas essas fases, houve a integração do índio, sempre como peão, extrativista semiescravo, nunca como o “senhor”.

A depopulação foi extensa, porém não foi total. No século XX, indianistas como Rondon ainda contactava índios nos Sertões de Mato Grosso, por exemplo, prova que a fuga e interiorização aconteceu de fato e que isso serviu para levar inúmeros grupos a salvaguardarem suas identidades culturais.

Foi só com a República que o Estado brasileiro toma, em definitivo, a tarefa de assimilar os índios autônomos, não contactados, através da criação de órgãos especiais que visavam proteger o pouco que sobrevivera do intenso massacre de mais de 400 anos. Apesar das notáveis iniciativas de Rondon e do novo Estado brasileiro, a

ideia ainda era a de integrar o índio ao Brasil, e não a de respeitar suas particularidades e aceitá-las.

As inúmeras guerras travadas, durante séculos, entre os Tapuias e os colonizadores como a dos Bárbaros ou levante do Gêntio Tapuia, as fugas dos presídios e das aldeias (missões) servem claramente para entendermos a visão do outro, nesse caso, do índio. A ideia de passividade, de controle total dos colonizadores da região, de submissão, hoje, pela análise feita nos documentos e literatura, é totalmente contestada. Os Tapuias resistiram de todas as formas às inúmeras tentativas de expulsá-los de suas terras, mesmo que para tanto, milhares morressem, fossem aprisionados ou transformados em escravos. É esta a história que devemos resgatar desses povos, história esta, ainda não contada por eles (os índios): uma história de desobediência às ordens reais, uma história de não aceitar a submissão sem luta, uma história de tentar sobreviver, resistindo, ao ponto de que seus costumes prevalecerem no cotidiano do povo paraibano atual, segundo defende Marcus Odilon (2001).

O processo de colonização trouxe como principal consequência para os povos indígenas do Nordeste, especialmente para os da Paraíba, a extinção. Desde os primeiros momentos do pós-contato que os índios perceberam as reais intenções dos colonizadores e diversas formas de resistências foram colocadas em prática, afora as guerras, as outras formas de resistência pouco ou nunca foram mencionadas pelos cronistas que escreveram, a partir da visão do colonizador, sobre os índios. A resistência pode ser vista como uma tentativa desesperada de sobrevivência, ou como uma forma de “afirmação étnica, sustentadas por suas lutas políticas, articulações interétnicas e negociações com a sociedade não-indígena” (SILVA, 2007: 7).

O processo de perda, seja de suas terras ou dos traços capazes de identificá-los enquanto grupos étnicos distintos, foi lento, o que gerou uma total desestruturação das formas de organização social, econômica, política, bem como de suas tradições.

Em alguns estados do Nordeste, mesmo o genocídio levado a cabo pelos vários povos colonizadores europeus na região, fez com que contrariando a própria lógica integracionista, diversos povos que conseguiram resistir às atrocidades diversas e tentativas extremas de extinção, conseguiram ressurgir das cinzas. Assim, foram os

grupos humanos, como os Potiguaras da Paraíba contemporânea que lutaram ativamente pela busca de sua identidade e de suas terras expropriadas desde os primórdios da colonização.

Já com relação aos remanescentes Tapuias na Paraíba, sabe-se hoje que foram completamente extintos, pelo menos enquanto grupo, sabendo-se muito pouco acerca da cultura e dos costumes desses índios. O esfacelamento cultural dos Tapuias dos Sertões fez parte da política indigenista de desarticulação social desses grupos humanos, que pouco a pouco reduziu sua capacidade de resistência frente a sociedade nacional que surgia no “antigo” território índio.

A política de ressocialização dos *kurukas* (crianças) levada a cabo pelas políticas indigenistas dos colonizadores acabou por transformar o que sobrou dos índios em agentes passivos, solidários com os colonos, capazes de aceitar o processo mercantilista imposto. A esse processo não se pode negar que até praticamente fins do império persistiu o tráfico de crianças indígenas em todo o Brasil, ao contrário do que se imagina que as políticas antiescravidão indígena do século XVI foram realmente colocadas em prática.

Não se pode negar que “a terra sempre foi elemento central da disputa entre índios e brancos” (SILVA, 2007: 9). Violência e resistência sempre marcaram o cotidiano dos índios do Nordeste Colonial e Imperial e sem dúvida, isso foi mais forte entre os Tapuias dos Sertões. Passou a existir, portanto, uma espécie de luta pela terra e pela salvação de seus traços culturais, podendo ser vista como o ponto de encontro entre o índio e a classe: o índio foi forçado a se proletarizar, tornar-se um trabalhador comum e deixar de ser simplesmente índio.

A história dos índios dos Sertões sempre foi uma história de lutas e resistências: contra a sede e seca, contra a fome, contra a hostilidade do ambiente, contra o colono intruso que lhes matava, transformava suas mulheres e crianças em escravos, apropriava-lhes a terra, explorava sua força de trabalho e eliminava, ou pelo menos, tentava eliminar sua cultura.

Gândavo (1995: 102) faz brilhantemente o outro falar, ao mostrar que durante quase um século, a colonização não passava de poucas léguas distante do Litoral; o índio dos Sertões causou temor e fez predominar seus costumes: “Não há pela terra

dentro povoações de portugueses por causa dos índios que não consentem e também pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessário estarem juntos do mar”.

A reação indígena pode ser percebida nos costumes e topônimos indígenas utilizados ainda hoje. A questão ficou latente e preocupou possivelmente Portugal, a tal ponto que no ano de 1758, o reino mandava banir os topônimos indígenas das novas povoações formadas a partir de então. Observa-se, portanto, que prevalecem durante cerca de dois séculos e meio os costumes indígenas, o que, sem dúvida, criou-se, no Brasil, ao menos até Pombal, um país notoriamente indígena, ou no mínimo mestiço, mas com a predominância de hábitos, língua e costumes dos índios.

O processo de conquista foi visto pelos europeus como algo prodigioso de uma raça superior que vivia a base da moral e bons costumes, moldados na fé cristã, realizada numa terra de seres selvagens, primitivos canibais. A reação foi “...encarniçada e sistemática a partir do momento em que passada a surpresa e a confusão do encontro...” (COLL; 1974: 9), encontro esse, já esperado por muitos grupos indígenas que acreditavam na vinda de supostos deuses, desde muito anunciado pela tradição oral desses grupos.

Josefina Oliva de Coll (1974) mostra o tipo de guerra desencadeada no continente: incêndios de povoados e plantações, extermínio e forçar o descimento pela fome; abortos que os índios provocavam para evitar que seus filhos se transformassem em escravos. As atrocidades contra os índios eram vistas pelos europeus como algo normal, pois estariam trazendo-lhe a paz, pelo menos do espírito, já que eram selvagens e precisavam serem salvos. De forma geral, os “heróis”, índios da resistência contra os europeus, inexistem, quando estes aparecem são contra a invasão de outros grupos europeus, a exemplo do índio Poty que lutou do lado dos portugueses pela expulsão batava. As sequelas da conquista foram o colonialismo com todas suas consequências. O extermínio foi real, e talvez o que seja pior, excluiu por completo identidades culturais que, há milênios, se desenvolviam de forma natural, a seu modo, adaptando-se sem grandes contratemplos ao ambiente mais ou menos hostil. Os índios foram subjugados, partindo-se de uma premissa que eram incapazes de se desenvolverem. Mas, o que é de fato desenvolvimento? Num modelo eurocêntrico, desenvolvimento era crescer baseando-se na cultura europeia. Nesse sentido comparativo, o índio passou a ser visto como selvagem e para enquadrá-lo

nesse modelo, só através da força, pois reagiram. As guerras que se fizeram contra os índios, sem dúvida, foram percebidas pelos colonizadores como reação; portanto, os europeus reconheceram mesmo que indiretamente a existência da cultura dos índios.

O consentimento para as atrocidades foi praticamente geral: Igreja, reis, homens de letras, comerciantes, fossem eles espanhóis, portugueses, holandeses, judeus... Com exceção de alguns, a exemplo de Frei Bartolomé de Las Casas (1985), quase não se têm invocações capazes de situar-se no lugar das vítimas, os índios, de vê-los como párias.

A visão que os “cristãos” tinham dos índios é que estes seriam selvagens, a tal ponto, que suas cabeças eram constituídas de grossos cascos e que, portanto, tivessem o máximo de cuidado ao lutar contra eles para que não lhes batessem com a espada na cabeça, pois a lâmina desta poderia estragar-se. Foi Fernandez de Oviedo que chamou os soldados espanhóis de “bravos lutadores” e aos guerreiros indígenas de “vagabundos”, numa clara alusão pejorativa em ver o índio como ser inferior, indigno, inclusive, de lutar contra o soldado, pelas táticas de guerra (ou seria na visão dos conquistadores, a falta dela?) pouco lisongeiros que faziam uso, sempre pegando na traição os valorosos cristãos.

Em 1694, existem relatos que colonos do Rio Grande apelavam às autoridades, medidas para conter os índios, devido às destruições causadas pelas guerras, visto como de curso, e sempre nos relatos, mostrando-se suas características mais peculiares pelas quais ficaram conhecidos: sua hostilidade, suas armas e formas de lutas, e seu *modus* de vida selvagem. As várias petições dos moradores deixam claro que os objetivos dos moradores das capitânicas: buscar segurança, para isso, era necessário fazer guerras ofensivas, adiantar-se ao processo antes que os acordos de paz fossem quebrados, no futuro, não pelos índios, mas pelos colonos que almejavam novamente as terras dos índios para dar prosseguimento aos processos de colonização nos Sertões de Dentro.

Nem sempre as estratégias Lusos de defesa do território contra os Tapuias davam certo, como cordões de aldeia para evitar ataques dos bárbaros, tornavam-se inviáveis por vários motivos: 1. como alimentar os aldeões? 2. Como evitar que os índios Tapuias circulassem livremente entre as aldeias e a capital, no caso do Rio

Grande, Natal ? 3. Enfim, era preciso, em definitivo, acabar com os Tapuias que seriam mais uma vez contrários às novas atividades dos posseiros. Por outro lado, os paulistas instigavam o Rei alegando que feito a paz, os Tapuias continuavam a realizar transações com piratas estrangeiros, o que poderia comprometer a integridade territorial. Portanto, o extermínio geral seria a solução e nesse sentido, era necessário trazer de volta os terços paulistas para sair adiante no processo. A sugestão seria trazer de volta ao menos 400 homens de armas paulistas. Assim:

Com uma infantaria bem provida, esta tropa assistiria na campanha “efetivamente dando-lhes (aos Tapuias) guerra e fogo vivo derrotando-os com as armas, à fome e à sede, para que, vendo-se impossibilitados e conhecendo a sua total ruína se provoquem a pedir paz” e concederem-lhe com condições de os postar fora da terra (PUNTINI: 2002: 169).

Veem-se os objetivos práticos das futuras campanhas Lusa nos Sertões: eliminação total dos Tapuias e limpa do terreno para a implantação da atividade criatória e agricultura voltada para exportação. Para a concretização não mais se pregava a guerra defensiva, mas sim, a guerra ofensiva, de extermínio total do gentio bravo. A vinda dos paulistas seria a solução final, já que os outros métodos como o cordão de aldeia e acordos de paz eram meras ações defensivas que não logravam os efeitos esperados, pois sempre pairava o medo de ataques dos Tapuias.

A vinda de índios de outras regiões do Brasil, de São Paulo especialmente, também foi prática comum. Na mesma carta existe o relato da emissão de 100 índios e 20 brancos de São Paulo, para formar os terços que iriam combater os Tapuias nos últimos momentos de guerra.

As condições para a guerra, por parte dos paulistas, mostram claramente seus objetivos: liberação para cativarem os índios em armas, acesso às terras tomadas nas guerras; era preciso que as leis fossem revistas e o cativo autorizado. Continuava em vigor a lei de 1611 que autorizava o cativo dos índios que fizessem guerras aos portugueses. Assim, temos fortes incentivos para a guerra.

A carta enviada ao Conselho Utamarino surtiu os efeitos esperados por todos. Na reunião do dia 2 de março de 1695, foi definida a nova estratégia: uso de terços de paulistas pagos com soldos de infantaria, foi dado a Bernardo Vieira de Melo a incumbência de chefiar a guerra contra os bárbaros e pôr fim definitivo ao conflito.

A remuneração dessas entradas poderiam vir em forma de soldos adiantados, ou a posteriori ou, como eram mais comuns e agressivos, em forma de BUTIM de guerra, em escravos ou em mantimentos ou terras tomadas dos índios. Dependendo do momento e da situação da capitania que contratava os serviços de um capitão, esta poderia ou não fornecer os apetrechos necessários para a campanha, bem como parte dos alimentos, especialmente a farinha de guerra. Muito tem se questionado o porquê do uso de forças paulistas para combater os Tapuias do Nordeste nos Sertões. Os motivos são vários: 1. o bioma caatinga, o relevo acidentado e o solo pedregoso, dificultavam a entrada de apetrechos pesados, como canhões; 2. era preciso combater os índios em seu território, fazendo-se uso das mesmas táticas que eles usavam; 3. os paulistas particularizavam-se desde o século XVI por possuírem um estilo de guerra próprio, adaptado às condições ambientais dos Sertões; 4. por último, a longa experiência de combate contra índios em todo o interior do Brasil, sendo as bandeiras uma forma de combate de organização militar que caracterizou os paulistas, sendo a crueldade o ponto ideológico que passava a impor uma marca, o que os tornou conhecidos Sertão afora.

Um documento anônimo, de 1690, dava conta que nem as ordenanças e nem as tropas de infantaria tinham sido capazes de porem fim aos Tapuias dos Sertões e “só a gente de São Paulo é capaz de debelar este gentio” (PUNTONI, 2002: 198). A maneira que os gentios faziam guerra não era comum, fugia as formas europeias. Portanto, era necessário grupos humanos que fizessem uso das mesmas táticas para o serviço, os paulistas eram melhores por terem se adaptado, assim como o gentio selvagem, a vida nos Sertões.

Outra questão interessante a se analisar nos terços que adentram os Sertões era o grande contingente de índios, juntamente flecheiros que engrossavam as tropas ofensivas. Pedro Puntoni (2002) afirma que isso era facilitado por dois motivos básicos: 1. recebimento de presentes e ferramentas; 2. a promessa de derrotar inimigos seculares. O recrutamento dos índios nas aldeias aliadas geralmente dava-se através de violência e, às vezes, gerava levantes. Os índios eram levados à recondução obrigatória, ou seja, recrutados. Quando havia reação contrária ao recrutamento sob pena de serem mortos se não aceitassem o desígnio, pois como eram aliados, passaram a ser automaticamente súditos de sua Magestade e uma desobediência

poderia ser pago com a vida. Portanto, percebe-se que até com os índios aliados, já reduzidos e submetidos às leis Lusas, havia discriminação, submissão e obrigatoriedade em realizar aquilo que fosse determinado pelos representantes da coroa no Brasil.

O mais interessante que se nota nas últimas batalhas travadas contra o gentio bravo em fins do século XVIII, foi a união das tropas de Manoel Álvares de Moraes Navarro, na região do Açu, acompanhados de soldados de infantaria e de índios, como era o costumeiro; mas, no final, esses índios eram basicamente elementos da nação dos Janduí, os antigos e ferozes inimigos lusos. Nota-se nesse revês que talvez essa nova estratégia dos janduí estivesse ligada a própria sobrevivência dos remanescentes Tarairiús, bem como a eliminação de antigos rivais, acreditando que vencendo, seriam os donos soberanos das ribeiras dos principais rios dos Sertões. Os novos inimigos eram os Tapuias Caratiús, Jenipapoaçus, Paiacus, dentre outros. A partir de então recomeça a carnificina a qual o padre João da Costa, em carta de 26 de agosto de 1699, denominou de uma guerra injusta.

Em 1715, ainda se verificava ordens e ofensivas contra os poucos grupos que sobreviveram nos Sertões. D. João V continuou a autorizar a guerra justa contra os Tapuias, inclusive ordenando a captura, venda dos índios em praça pública e a retirada dos quintos de El-Rei, prova que em pleno século XVIII a escravidão indígena ainda era comum.

As atrocidades contra os Tapuias chegou ao ponto de se mandar matar as mulheres, que antes eram presas e escravizadas, para que estas não parissem novos índios que viessem a se multiplicar. A medida em que o Sertão era cada vez mais povoado de gado e gente branca, ficava mais devassado e despovoado de índio. Os poucos sobreviventes Tapuias, no início do século XVIII, foram aldeados, sendo mesclados pouco a pouco na população branca, num processo de mestiçagem que culminou com a desocupação de praticamente todos os grupos de Tapuias dos Sertões de Dentro e de Fora do Nordeste. A extinção de inúmeros grupos gerou o que Couto (1995: 53) chamou de “inúmeros vazios demográficos, preocupando especialmente o governo Pombalino.

Em 7 de julho de 1757, o Diretório Geral dos índios⁵⁷ reformulava a política de catequese indígena, liquidando com as missões que aldeavam os últimos Tapuias. A partir daí, com a nova política indigenista imposta por Pombal, os índios passariam, em definitivo, a ser incorporados ao Império Luso, como forma de guarnecer as fronteiras internas (às vezes entre as capitanias, formando uma linha viva de aldeias para barrar os índios inimigos), e as externas do Brasil. Agora, os índios tinham uma nova serventia: se antes eram escravos ou mão-de-obra barata, a partir de Pombal serviam de marcos vivos para delimitar as terras ocupadas pela Coroa Lusa. Mais uma vez a

⁵⁷ Os diretórios foi o fechamento de um longo processo de extermínio físico/cultural dos indígenas do Brasil. Teve início no final do século XVII e foi dado continuidade no século XVIII, objetivava agrupar os remanescentes Tapuias em aldeamentos religiosos, geralmente em linhas de fronteiras; lá, recebiam os ensinamentos cristãos e culturais totalmente estranhos aos seus, perdendo a liberdade e tornando-se mão-de-obra para os colonos nos grandes empreendimentos nos Sertões (MARIZ, 2002).

As missões religiosas foram os novos aglutinadores dos índios sobreviventes, sendo estimulada a mistura étnica pelo governo, quebrando, em definitivo, os conhecimentos índios sobre o meio em que viviam. Esse processo provoca o desenraizamento cultural dos Tapuias dos Sertões nordestinos, segundo pesquisas de Medeiros (2000). A partir desse contexto, a herança do outro (índio) passa a ser vista como vergonhosa, portanto, deve ser apagada em definitivo da memória dos sobreviventes, mesclados na população.

A culminância desse processo vêm da determinação de D. João V, rei de Portugal nos idos da década de 1730, quando se determina que índios rebeldes fossem enviados a Pernambuco e condenados a morte. O Alvará Real de 04 de abril de 1735, permite casamentos entre índios e portugueses, levando os índios a gozarem dos mesmos direitos Lusos. Na verdade, isso incentivou diretamente aos índios buscarem esse relacionamento, pois via-se como uma forma de fugir a morte, mesmo que sendo forçados a abdicar seus traços culturais e incorporar-se ao outro.

A criação a 7 de julho de 1757, institui o Diretório dos Índios, criado por Pombal, que transforma as aldeias em vilas, o que transfere a administração das mesmas, dos religiosos para o poder secular (civil), descaracterizando por completo os costumes indígenas, impondo novas regras, como a imposição da língua portuguesa, separação das famílias coletivas em unidades conjugais, proibição da nudez, etc. Enfim, o Diretório praticamente pois fim a séculos e milênios de costumes que se perpetuavam a medida em que tornavam os índios verdadeiros "cidadões" e súditos de sua majestade, mas obrigados a adotarem os costumes Lusos, inclusive o de pagar impostos e prestar serviços aos brancos durante seis meses por ano (PERRONE, 2008). A culminância dos Diretórios dar-se com a expulsão dos Jesuítas em setembro de 1759, quando, em definitivo, os índios passam para o domínio secular.

Apesar das novas medidas, existem notícias de que muitos indígenas preferiam o infurnamento nos confins dos Sertões a se dobrarem as novas ordens. As perseguições continuavam e muitos ainda foram pegos a dente de cachorro ou a laço durante todo o século XIX e início do XX.

Dessa forma não estaria de tudo incorreto afirmar que em fins do século XIX os Tapuias haviam praticamente sido banidos dos Sertões da Paraíba e Rio Grande, dando lugar a uma população mista, constituída de caboclos que ainda sobrevivem e trazem alguns traços das culturas pretéritas.

A contribuição do Império Brasileiro para a extinção dos Tapuias vêm em 1878, quando o Ministério da Agricultura do Império Brasileiro, extingue, em definitivo, os aldeamentos indígenas, tornando as terras dos índios propriedade da nação, pondo fim a história sangrenta dos outros, já que prevaleceu a política branca.

No dizer de Câmara Cascudo (1984: 27), os índios desapareceram lentamente "...homem a homem, tribo a tribo, saindo da vida, indo para a História..." uma história factual, irreal, de pedaços e fracassos, enquanto o outro (o índio), foi silenciado

figura do índio foi utilizada em prol do império, sem que este fosse, de fato, incorporado a ele, enquanto homens realmente livres, cidadãos, donos de sua própria vida, libertos de qualquer forma de expropriação e opressão, principalmente a ideológica e a territorial.

5.4. A Igreja e a defesa dos índios?

Geralmente, tomamos, como o grande defensor dos índios do Novo Mundo, a figura célebre de Frei Bartolomeu de Las Casas (1985). Outros fizeram o mesmo. Francisco López de Gómara criticou severamente os massacres cometidos por Cortés. Vasco de Quiroga faz nascer nas possessões espanholas a ideia de bom selvagem. Este descreve os índios como simples, dóceis, humildes, tímidos e extremamente obedientes, a ponto de deixarem se seduzir pelos europeus, Queiroga foi um dos poucos que enxergou que todas as guerras dos índios contra o colonizador eram justas.

Las Casas (1985) foi um dos poucos que, além de reprimir os abusos dos soldados e colonos, chega a reprimir o excesso de zelo do almirante Cristóvão Colombo em querer servir a Deus e ao Rei Espanhol, vendo as guerras contra os índios como injustas. Leva parte de sua vida a recorrer, denunciar e criticar o porquê, por exemplo, do Conselho das Índias recompensar com terras, dinheiro, armas e títulos aqueles que tantas atrocidades causaram ao gentio, que apenas se defendia dos abusos dos conquistadores.

Parece-nos que a literatura que mostra a visão do outro acerca do domínio católico e das inúmeras tentativas em tornar dócil o “selvagem”, mostra o ódio que os índios passaram a ter dos religiosos. Em todas as Américas aparecem confissões e mais recentemente pesquisas arqueológicas revelam que os índios reagiram de várias formas contra as imposições religiosas (TOCHETTO, 1998): matança de religiosos, fuga dos colégios e aldeamento⁵⁸, atividades proibidas dentro dos estabelecimentos religiosos, bem como, mesmo que às escondidas, práticas ritualísticas dos índios tiveram prosseguimento em todo o continente Americano. Não resta dúvida de que os cristãos inseridos nesse contexto, os protestantes holandeses, em muitos casos foram

⁵⁸ São estabelecimentos oficiais, que visam a transformar culturalmente falando, os índios que ali habitavam, incentivando-os as atividades agrícolas em detrimento a caça e a coleta, bem como adotarem a fé cristã, deixando de lado suas antigas atividades pagãs (ROCHA, 1988: 73).

os responsáveis diretos pelo massacre de inúmeros grupos humanos, quando não, eram omissos ao massacre que se processava pelo continente. Afora o massacre das vidas humanas, a igreja contribuiu para o massacre cultural dos índios: queimando seus livros (no caso do povo Maia), destruindo seus ritos mágicos/religiosos, proibindo a figura do Pajé/curandeiro nas aldeias, conhecedor dos medicamentos e de mandingas utilizados nos combates aos males que afligiam os índios e os aldeados em missões.

O modelo religioso implantado, no Brasil, através das missões religiosas, especialmente a Jesuítica, faz parte de um longo processo que teve início com o reconhecimento da Igreja Católica pelos serviços prestados pelo reino português em várias regiões do planeta, especialmente na África. A instituição do sistema denominado de Padroado Régio, confirmado e ampliado por diversas vezes através de bulas papais nos séculos XV e XVI, especialmente a Bula *Dudum*, de 1516, dava total proteção e liberdade às ordens religiosas no processo de catequização dos índios abrindo caminho para que o estado Luso e seus representantes, no Brasil, cometessem todo tipo de arbitrariedades possíveis, sob o auspício ou omissão da Igreja Católica.

O padroado resultou no falecimento do campo ideológico, do modelo religioso e das estruturas mentais e dos instrumentos de interpretação da cultura portuguesa nas terras do Brasil, especialmente em se tratando do índio (TEIXEIRA, 1996: 24).

Barbosa (2007: 138) apresenta em sua obra, documentos que mostram os reais papéis das missões religiosas nos Sertões nordestino:

... demonstra o trabalho indígena forçado nas missões, como, também, o controle da população nativa que, quando não escravizada nas fazendas e engenhos de particulares, estava sendo explorada e controlada nos espaços das missões.

De forma geral, as missões religiosas⁵⁹ não alcançavam seus objetivos principais que seriaa o de preservar ao menos a integridade física dos índios. Desde muito tempo que as denúncias de maus tratos cometidos pelos padres para com os índios eram relatadas em documento. As missões, inclusive às Jesuíticas, ou faziam

⁵⁹ Locais em que índios de várias etnias eram aldeados depôs de descidos dos Sertões. Geralmente essas missões ficavam em áreas estratégicas, próximas as áreas produtoras, onde os índios mansos pudessem ser usados para fins diversos.

uso dos índios para que trabalhassem gratuitamente para eles, ou os alugavam para os engenhos, fazendas e mineiros do salitre ou em muitos casos os vendiam como escravos ou então fazia-se vista grossa para o assunto. A expropriação das terras dos índios dos Sertões, nas várias capitânicas do Nordeste, chegou a tal ponto que do final do século XVIII e início do XIX, o segundo produto exportável do Nordeste era o algodão, prova cabal que, nesse período, a expropriação das terras dos Sertões tinham chegado ao seu limite máximo, pois se sabe que o algodão era plantado das bandas do Agreste até o Sertão, bem como a criação de gado. Em suma, praticamente não se dava mais importância a indiada; a mesma já estava aculturada ao modelo europeu, incorporada ao novo sistema, como mamelucos e caboclos ou havia sido extinta. Prova, talvez, da falha gritante das inúmeras missões religiosas redutoras de índios na região.

O principal papel das ordens religiosas que se instalaram, no Brasil, a partir do século XVI, era a conversão dos índios⁶⁰. Os padres largaram muito cedo este ideal, tinham que lutar contra a própria hostilidade dos índios, sendo uma forma de reação contra a imposição da fé católica e principalmente contra os colonos que não podiam dispensar a mão-de-obra escrava e barata. As leis e seus representantes eram falhas a ponto de permitir ou omitir-se com relação as brutalidades em que se viam submetidos os índios. Não era incomum padres figurarem entre os elementos que viviam de escravos indígenas, sendo calculada sua riqueza pelo número de índios ou negros escravizados que possuíam.

As ordens religiosas mantinham engenhos, fazendas de gado e extensas plantações graças ao uso de mão-de-obra escrava ou semiescrava. Eram os padres que tinham o Governo dos índios. Portanto, muitas ordens e seus religiosos faziam usos indevidos dos gentios em benefício próprio.

Inúmeros casos mostra a literatura dos cronistas, de missões religiosas que foram atacadas por índios, expulsando os padres do lugar. Na Paraíba, a missão de Fagundes foi transferida, no século XVI, para a região do Pilar, devido a hostilidade

⁶⁰ Ricardo Pinto de Medeiros (2000) afirma que muitos dos Padres missionários abandonaram seus primeiros objetivos, passando a ser uma dos grandes responsáveis pelo processo de pacificação forçada no Brasil. Ao aldearem os índios, especialmente aqueles hostis, perdiam estes os principais elementos de sua cultura material e passavam a incorporar o modelo de vida do europeu.

dos índios Cariris em não aceitarem a intromissão de padres no seu cotidiano. Existem relatos, por exemplo, que os índios Kariri-Xucuru, em carta datada de 19 de abril de 1853, escrita para o Diretor Geral dos Índios, em Alagoas, relata abusos cometidos pelo Padre José Maria Melo, que cobrava taxas exorbitantes para a realização das atividades religiosas, como casamento, batismo, etc.

Por outro lado, o Padre Vieira, quando em visita ao Brasil, verificou que a ausência de padres nas vilas, cidades e aldeias estava contribuindo para acelerar o processo de dizimação de inúmeras nações, pois as leis não eram cumpridas e até certo ponto, eram os padres que cobravam dos poderes públicos e de El-Rei de Portugal o cumprimento das mesmas, especialmente aqueles que proibiam a servidão dos gentios. Mesmo assim, “os padres eram bastante coniventes com os colonos, como aparece da combinação que fizeram”, verificou o padre jesuíta J. B. Hafkemeyer (s.d.: 60).

Padre Vieira observou, no final do século XVII, que os índios mais perseguidos e transformados em escravos foram aqueles que fizeram acordos e alianças com os holandeses. Após a expulsão destes do Nordeste, os portugueses fizeram-lhes guerra justa, aldeando os que se rendiam e escravizando ou exterminando os que não se dobravam as armas lusa.

As ordens religiosas definitivamente perdem domínio, quando em 12 de dezembro de 1663, transfere-se para as Câmaras o domínio temporal dos índios e as iniciativas das entradas. A partir de então, os choques entre padres e os chefes políticos das vilas e cidades interessadas na captura dos índios, tornaram-se intensos e devastadores. Aos índios restavam-lhes ficar e lutar, resistindo, ou infumar-se nos Sertões para somente serem contactados outra vez no final do século XIX e início do XX, principalmente pelos homens do Marechal Rondon.

As missões religiosas, apesar de muitas terem seus objetivos disvirtuados, outras tantas se destacaram pelas peripécias em salvar da escravidão os poucos índios que restavam, no Brasil, em fins do século XVIII. A escassez de missionários e a expulsão dos Jesuítas que levou a uma (re)distribuição de suas missões entre outras ordens religiosas, pode ser vista, também, como um grande contributo para o massacre definitivo de milhares de índios em todo o Brasil. As ordens que receberam as missões

em várias regiões do imenso território não tinham missionários suficientes para levar a cabo o projeto grandioso de catequização e salvamento do corpo e da alma dos índios, que tinham os Jesuítas.

A reação contra a Igreja foi percebida nos rituais católicos que os índios eram obrigados a seguirem. Passaram a realizar um misto de religião católica com suas atividades religiosas: invocam Nossa Senhora através de suas ladainhas e invocam em seguida os espíritos de Uarucamã (uma estrela). Mesmo recebendo uma carga secular de investidas do homem branco para que se civilizassem e se aculturassem, não perderam de tudo alguns de seus importantes costumes. Enfim, reagindo passivamente à sua maneira e resistindo ao tempo.

Acreditavam os colonizadores, desde o início do contato, que seria tarefa fácil a conversão do gentio a fé cristã. O tempo mostraria que a indiada reagiu de várias formas.

Manoel da Nóbrega (1931), em *Cartas Jesuíticas*, via os índios como um “papel em branco”, capaz de ser facilmente convertido a fé católica. Pouco depois, percebem os missionários ser o índio um “ferro frio que só se Deus quisesse meter na forja se haveria de converter” (RIBEIRO, 1984: 40).

Não apenas os Jesuítas foram recebidos como verdadeiros Pajés, capazes de lhes fornecerem fartura e bem-estar, mas sim, todas as outras ordens religiosas que aqui se instalaram. As estratégias utilizadas pelos missionários foram as mais diversificadas possíveis: persuasão através da força, castigo corporais, proibições diversas aqueles aldeados, persuasão ideológica junto as crianças indígenas, escambo, domínio da língua, etc. Essa estratégia levou os índios a sublevarem-se contra os padres missioneiros (BAEGERT, 1942, Apud, DOMINGUES, 2003).

O batismo pode ser visto mais como uma forma de sobrevivência do que um aceite natural pelo índio, pois aqueles considerados cristãos passavam a ter “direitos” dos brancos, como o de não ser escravizado e/ou acusado de prática de heresia. Enfim, isso pode ser visto como uma reação indígena: aceitar para sobreviver.

De forma geral, os missionários conseguiram seus objetivos: o de facilitar a conquista e amansar o “selvagem”, matando-o ou reduzindo-o, enquadrando-o num novo sistema que quebrava sua cultura milenar.

Casos em que os missionários ridicularizavam os nativos, foram observados em todo o continente, bem como casos em que o poder eclesiástico mantinha inimizade com o poder local ou real também são mencionados com frequência pelos cronistas. Não se pode esconder que a forma utilizada pela igreja, sobre ordens e guarda da realeza, para forçar os descimentos e a reunião dos índios nas missões, levou-os a uma máxima degradação, tendo como consequência a fome. Quase sempre os resultados desse processo eram rebeliões que se transformaram em grandes guerras. Muitas delas são mencionadas pelos cronistas e aconteceram no Brasil, especialmente nos Sertões nordestinos, como foi o caso da Guerra dos Bárbaros, largamente citada nesta tese.

A catequização foi uma importante ferramenta de persuasão e domínio do índio. Inicialmente, o processo de catequização não se dará nas missões ou presídios, mas sim, de forma volante ou o processo de doutrinação nas aldeias. Desde esse primeiro processo que as crianças eram doutrinadas a fé cristã, usadas como instrumento de persuasão para outros índios.

Em seguida, surgem os colégios, locais onde além da catequização, ensinava-se as primeiras letras e instruções básicas técnicas aos índios domesticados. Nos colégios, principalmente os jesuítas, estudavam mestiços, índios e brancos. Um dos principais objetivos dos colégios não era de formar uma elite letrada para a colônia, mas sim, formar pregadores que contribuiriam para converter novos catecúmenos.

A estratégia dos missionários era, inicialmente, persuadir os chefes das aldeias, eliminar a presença do Pajé ou curandeiro e dar início a catequização e ao ensinamento da palavra de Deus.

O processo de catequização esparsa, citado anteriormente, não surtia grande efeito. Em total liberdade, pouco tempo depois de convertidos a fé católica, a indiada voltava às suas práticas ritualísticas tidas pelos europeus como demuniacas. A solução encontrada foi a de aldeá-los maciçamente em redutos que tivessem a frente os religiosos mantendo-os sobre “total” aparente controle. Acreditava-se, portanto, que só

modificando o sistema tribal dos índios é que definitivamente se conseguiria dobrá-los a fé cristã.

Os costumes moralistas, impostos pelos missionários aos índios, eram quebrados pela vida devassa em que viviam os colonos. É certo que a Igreja Católica, no Brasil, não tinha os rigores fiscalizadores da moral e dos bons costumes, como na Europa. A própria escassez de mulheres brancas levava os colonos ao amancebo e ao pecado da carne, motivando inúmeras reclamações por parte dos padres missionários. Os bons costumes impostos pelos religiosos tiveram maior peso entre os índios do que os brancos, o que acabava por influenciar negativamente o trabalho de catequese dos índios. As missões surgiram com o objetivo de serem isoladas, ao menos as jesuítas, mantendo-se longe do convívio com o colono, daí a ideia que surgiu de terem sido essas missões verdadeiras Repúblicas independentes dentro do imenso território colonial.

O aldeamento estava sujeito às leis civis e religiosas, e não, ao contrário; a liberdade dos índios era restringida ao máximo e sua estadia, nesses ambientes, foi uma forma de sobrevivência.

A vida, nas aldeias, era regulamentada, desde o governo de Mem de Sá, por um regimento semelhante aos adotados nas vilas do Brasil. A existência de troncos, nas aldeias, bem como o pelourinho foi comum, para castigar os índios rebeldes ou, na visão de Mem de Sá, suprir as aldeias dos mesmos instrumentos das vilas, provavelmente para persuadir a indiada que esta gozava dos mesmos direitos e deveres dos colonos.

Berta Ribeiro (1984: 42) tecendo comentários sobre estes instrumentos de persuasão, coloca o seguinte: “O Pelourinho e o tronco foram sobejamente usados pelas autoridades seculares. Também se aplicava o açoite e nos casos mais graves, a mutilação. As penas deviam não só castigar como servir de exemplo para amedrontar e amesquinhar a soberba indígena.”

Para que não houvesse grandes revanchismos entre índios, os Padres e estes fossem aceitos por todos, era escolhido o meirinho⁶¹ entre os índios mais esclarecidos, quase sempre letrados, portanto, um indivíduo já doutrinado pelos padres. Era, quase sempre, o Governador Geral que investia no poder da aldeia, o que servia para aumentar os laços entre a aldeia, a igreja e o poder político luso. Ao meirinho, cabia-lhe: 1. impor os castigos aos índios que se rebelassem contra as ordens dos religiosos e superiores da aldeia; 2. obrigar os índios a frequentar a igreja.

A partir de 1563, mediante sugestões dos padres missioneiros, passaram a ser nomeados capitães de aldeias, geralmente portugueses. Quase sempre, os ditos capitães cometiam arbitrariedade ao obrigarem os índios a trabalhar em suas terras ou de seus próximos. Tal atitude que levava os índios a uma semiescavidão, levou-os a abandonar inúmeras aldeias em todo o Brasil. A solução encontrada foi a supressão da investidura de capitães brancos para as aldeias.

O uso da força para levar o índio hostil a subjugação foi proposto até pelos padres. Padre Anchieta pregava o uso da força com este fim. Não se esconde que colonos e religiosos tinham objetivos comuns quanto ao destino dos índios: torná-los mansos para servir a Deus e a Coroa. O alvará de 28-04-1688 estabelecia que o índio que impedisse a entrada dos religiosos, nos Sertões, seriam escravizados. Finalmente, qual o papel dos religiosos junto aos índios? Ribeiro (1984:43) afirma que o resultado do intenso e longo processo de doutrinação resultou em "... um índio subjugado, domesticado...", e não, ao contrário do que se pregou, um índio convertido, partindo do princípio de que conversão seria algo natural, de aceitação mútua, principalmente por parte dos índios.

O Padre Nóbrega (1931) reconheceu que retirar dos índios seus velhos costumes era condená-los à morte, fosse através da fome, de tristeza ou outro método qualquer. Sem dúvida que os aldeamentos forçados amañçavam os índios, na medida em que quebrava o conhecimento que estes tinham do meio.

⁶¹ Do Latim Majorinus (o mais forte). Antigo funcionário da Justiça encarregado pelo governo para ser o responsável por uma ou mais aldeias.

Alexandre Marchant (1943) não vê grandes diferenças dos aldeamentos religiosos do Brasil. A estrutura de comando, em detrimento da ordem religiosa, era semelhante.

Pompa (2004) mostra o esquema de funcionamento de uma aldeia/missão: o cabilde indígena e o cacicado familiar. Em aldeamentos religiosos de todo o Brasil era essa a configuração estrutural.

O regime político de um aldeamento era semelhante ao poder secular das vilas e cidades Lusa. O governo, por exemplo, permitia que os próprios aldeados escolhessem seus representantes. Cabia aos religiosos a primazia em gerenciar a vida econômica e religiosa das missões. A disciplina, nas missões, fora imposta tal qual funcionava uma abadia cristã. Duas atividades básicas contratavam a vida dos que ali viviam: as atividades agrícolas e religiosas condicionavam o tempo, que antes era regido pelas estações do ano.

O sino era o sinal de vida, de morte e trabalho cotidiano dentro das missões. O trabalho diário era dividido por sexo e idade. O ensino das letras e o religioso eram dados de tal forma que não atrapalhassem as atividades de pesca, coleta e agricultura, daí as instruções religiosas aos adultos aconteciam, geralmente, após o término das atividades a que estavam submetidos cotidianamente. As índias, por exemplo, tinham o papel de tecer, cozinhar, etc., enquanto que aos homens, cabia-lhes o abastecimento de alimentos, sempre produzidos em excesso, para o abastecimento das vilas próximas e dos seus em épocas de pouca colheita.

Geralmente, os aldeamentos eram autossuficientes, produziam-se desde o alimento, ao tecido, utensílios domésticos de diversas matérias-primas: argila, pedra, madeira e ferro (KERN, 1995).

O índio manso que sofrera os efeitos da catequização passava a ser as mãos e os pés da Coroa no Brasil: era o braço produtivo dos bens de subsistência, a mão-de-obra necessária para a construção dos redutos militares, a força de guerra contra os índios hostis e os enclaves estrangeiros no território.

Sem dúvida, as missões e os missionários se adaptaram à situação que aqui encontraram. Houve, sem dúvida, uma troca cultural; a medida em que os índios eram

forçados a participarem da vida dos europeus, de seus costumes, como os jubileus⁶², simulações de guerras, vestimentas, ritos cerimoniais cristãos, etc., os padres como forma de persuadi-los adotavam alguns costumes indígenas: cortar o cabelo à moda indígena, alimentar-se, tal qual faziam os índios, etc., foram alguns traços assimilados ou, aparentemente, assimilados para que não houvesse uma dissipação extemporânea dos índios.

Mas, talvez, o principal objetivo dos missioneiros era de levar os índios a abandonar seus antigos costumes vistos como demoníacos e pecaminosos: poligamia, nudez, antropofagia, embriaguez, etc., pelos quais eram duramente castigados e reprimidos. Apesar dos castigos impostos (do açoite a prisão), os índios sempre reagiam às ordens dos religiosos. Caso especial diz respeito a poligamia, reprimida duramente pelos padres, mas que sofrera resistência pelos índios, especialmente os mais velhos que sempre tinham acesso às índias jovens. Assim, a grande maloca comunal foi reprimida pelos padres, pois esta representava a continuidade dos maus costumes dos índios. Fernão Cardim (1978: 88) via as malocas ⁶³como uma “... casa, um inferno ou labirinto, uns cantam outros choram, outros comem, outros fazem farinha e vinhos, etc...”

A Igreja Católica e Protestante partiam da ideia que era preciso sacrifícios para que a civilização vencesse a barbárie. De forma geral, os padres e suas missões erram em enxergar no índio um papel em branco, onde podiam escrever novos costumes moldados no modelo europeu. Foi dessa forma que se justificou o extermínio de inúmeros grupos humanos. A pedagogia Jesuíta e por extensão de outros grupos missioneiros errou em pensar e agir baseada num modelo eurocêntrico, de “total desprezo pelas culturas tribais” (RIBEIRO, 1984: 48).

A servidão indígena no Brasil, bem como a negra, tiveram a conivência e o beneplácito da Igreja Católica: padres missioneiros e seculares e suas ordens religiosas eram coniventes e cúmplices da escravidão. Encontrava-se alibi para a aceitação ou omissão na própria Bíblia Sagrada, argumentando-se que o importante não era a escravidão do corpo, mas sim, a liberdade da alma. Assim, a escravidão

⁶² Romaria e procissões em dias de Santos da Igreja Católica.

⁶³ As habitações coletivas dos índios reprimidas pela Igreja Católica por acreditar que atos pecaminosos ali aconteciam.

vermelha e negra passou a ser vista como uma forma de purgar os pecados e limpar a alma para o encontro com Deus.

Por outro lado, o próprio sistema de padroado do período, onde o padre era um empregado do Estado, não podia contrariar as determinações reais. O máximo que se fazia era esmiunçar alguns discursos contrários, mas no geral, ou se aceitavam, inclusive as ordens possuindo escravos que trabalhavam em suas propriedades, ou se omitindo e sendo usadas com o fim de amansamento. O abolicionismo, no Brasil, seja ele negro ou vermelho, baseou-se mais em razões políticas e humanistas do que em razões de cunho religioso. A abolição da escravidão indígena do Brasil não foi acompanhada, por exemplo, de um processo de educação, de busca de direitos políticos e do acesso às terras que antes haviam lhes pertencido. Igreja, Estado e particulares foram omissos no processo.

5.5. O extermínio dos índios na Paraíba, a reação e o esquecimento

O resultado do contato colonizador/índio, na Paraíba, não fora diferente do que acontecera no Brasil e nas Américas. A eliminação deu-se por três caminhos: primeiro, massacre promovido pelas hordas de conquistadores ávidos por suas terras; segundo, as doenças transmitidas pelos brancos às quais não conheciam remédios para combatê-las; e por último, o forte processo de aculturação a que foram forçados⁶⁴.

A reação foi intensa por parte do índio, como foi intensa o revide do colonizador. A guerra foi total, na visão de Aquino (1988: 113); tudo que constituísse bens para a sobrevivência do gentio da terra era arrasado para dar passagem e lugar ao branco 'civilizado'. Os prisioneiros eram apenas os necessários para as atividades dos colonos. As aldeias incendiadas e os poucos remanescentes descidos para as aldeias. De forma geral, criou-se uma série de lendas e falácias acerca dos índios, sendo cumulativamente repetida, perpetuada nos anais da História da Paraíba e do Brasil de forma pejorativa. O massacre sempre foi visto como forma de justificar os interesses dos conquistadores e as atitudes satânicas e selvagens dos índios.

⁶⁴ Manuela Carneiro da Cunha (2002: 9-26) vai além e mostra as principais formas de extermínio a que foram submetidos os índios: epidemias, fome, aldeamentos forçados, guerras, fugas e internamento em outras regiões e trabalho compulsório ao qual não estavam acostumados.

As guerras de resistência indígenas, na Paraíba, tiveram dois motivos básicos: 1. evitar que os fazendeiros desapropriassem os índios de suas terras; 2. evitar a preação dos índios.

Dentre inúmeras guerras que os índios fizeram contra os colonos, missionários e bandeirantes, a Guerra dos Bárbaros é a mais citada, mas pouco estudada no âmbito da Paraíba.

A reação indígena existiu nos Sertões da Paraíba, isto é fato e a Confederação dos Cariris (outro nome que recebera a Guerra dos Bárbaros) vitimou milhares de índios. Os fatos são tão distorcidos que praticamente não houve a presença de índios Cariris no conflito, ao contrário, estes se aliaram aos colonizadores para combaterem seus rivais, os Tarairiús. Utilizaram,-se nos confins da Paraíba, as mesmas táticas usadas nas Américas: a de dividir para governar. Inimigos eram atizados para guerrear entre si, limpando o terreno para que a colonização penetrasse sem grandes esforços.

Os relatos sobre a guerra, na Paraíba, são poucos, mas, de fato, existiram ao ponto de as autoridades Lusa questionarem ao governo da Paraíba sobre o que aqui acontecia. O extermínio foi tão intenso que houve um despovoamento gritante de várias áreas dos Sertões da Paraíba, antes densamente povoadas por índios Tapuias.

Domingos Jorge Velho conduziu para os Sertões paraibanos escravos negros que aculturados,

depois de aprisionados em palmares, foram utilizados contra os indígenas que resistiam aproveitando a luta, grupos de negros internaram-se pelos matos, sendo essa a origem de alguns quilombos sertanejos. Os de Craúnas resistiram durante muito tempo, no vale do Piancó⁶⁵ (MELLO, 2002: 76-77).

Foi Irenêo Joffily, citado por Mello (2002: 77), que conceituou a Guerra dos Bárbaros como “a maior guerra anticolonialista que já se travou em território brasileiro”. Esta guerra pode ser vista como a fala do outro que a historiografia oficial fez calar. Na Paraíba, afirma Joffily, a guerra foi intensa e desumana.

⁶⁵ Área localizada no Alto Sertão da Paraíba, banhado pelo importante rio Homônimo, outrora habitada pelos temíveis índios Piancó, da etnia Cariri. É possível que índios desse grupo tenham sido deslocados de sua região para o aldeamento da Campina Grande, no final do século XVII, pelo Capitão Theeodósio de Oliveira Ledo.

Até a metade do século XVIII (1750), registravam-se combates entre os últimos Tapuias que não se refugiaram nos confins do Ceará e bandeirantes oriundos de várias partes do Brasil. Em princípios do século XVIII, já se encontravam praticamente extintos do território da Paraíba os índios Tarairiús; os Cariris ficaram isolados em pequenos territórios e tiveram, na Paraíba, o mesmo fim dos Tarairiús: a extinção ou a aculturação forçada. A partir desse processo de desapropriação das terras dos índios, ficou fácil a criação de extensos latifúndios concentrados nas mãos de poucas famílias: como as dos Lêdos que desceram índios das ribeiras do Piancó para serem aldeados na missão de Campina Grande, em fins do século XVII (PIMENTEL, 2001) e dos Gomes de Sá e os descendentes diretos da Casa da Torre. O acúmulo de terras nas mãos de poucos desencadearia uma nova guerra, agora entre as famílias mais abastadas dos Sertões pela posse e domínio político e econômico do interior, criando um estereótipo de um Sertão violento, sem lei e sem ordem.

No geral, essa imensa região acabou por ser povoada pelo mameluco (cruzamento do branco com o índio) dando origem a população acabocladada que habita a região. Desde o início da colonização que a historiografia paraibana relatou, inicialmente, a reação dos grupos do Litoral, para em seguida, relatar a dos grupos dos Sertões.

5.6. A resistência indígena contemporânea

O processo de aculturação dos índios (mudança cultural) tinha inclusive prazo para acontecer. No ano de 1978, Rangel Reis previu que num prazo de dez anos isso se tornaria uma realidade, finalmente o Brasil seria composto de uma 'raça' de não-índios. Aconteceu o contrário das previsões racistas do Ministro do Interior: o crescimento da população indígena e a estruturação de organizações internas, especialmente o apagão total previsto para os últimos remanescentes indígenas do Brasil. Foi com a abertura política dos anos de 1970, que as previsões sinistras do referido ministro não se concretizaram, havendo sim, uma junção de instituições com o objetivo de fortalecer o movimento que visava ao resgate cultural dos povos indígenas quase extintos no Brasil. Para aqueles grupos extintos, passou a existir a possibilidade de ao menos um resgate Etnohistórico, com a Arqueologia em evidência no período.

Conferências aconteceram no mundo e no Brasil, a exemplo da primeira Conferência Internacional dos Povos Indígenas, de 27 a 31 de outubro de 1975, no Canadá, bem como as assembleias nacionais nas regiões brasileiras, onde havia remanescentes indígenas, que passaram a exigir as demarcações de suas terras. É a partir desse período que se veem surgir denúncias dos grilheiros em todo o país que expropriavam as últimas terras dos índios em pleno final do século XX. Todo esse processo irá culminar, tempos depois, em dispositivos constitucionais que irão garantir, ao menos no papel, alguns direitos naturais aos índios.

Talvez um dos grandes exemplos do crescimento do número de indivíduos e de etnias, na região Nordeste do Brasil, venha do estado de Alagoas. Lá, na década de 1970 e início dos anos de 1980, estavam reduzidos, segundo os órgãos governamentais, dois grupos étnicos: os Xucurus-Kariris, em Palmeiras dos Índios, e os Kariris-Xokós, em Porto Real do Colégio. Com a Constituição de 1988, que assegurava direitos para os remanescentes, outros grupos isolados que não mais se reconheciam como os índios, passaram a travar batalhas judiciais para o reconhecimento de sua cultura. Hoje, na reserva dos Kariris-Xokós residem outras etnias, como: os Fulniôs, Pankararus, Tingui-Botós e os Karapotós, sendo este último grupo estudado extensamente nos últimos tempos por Luiz Sávio de Almeida (1998); os Karapotós retomaram velhos costumes praticados por seus ancestrais, como o Quiricuri, lugar sagrado para os índios onde eles se encontravam para celebrar os rituais religiosos e de passagem, tal lugar é denominado de o“limpo”. É nesse lugar, que esses grupos retomaram o que estava praticamente perdido: a dança do Toré.

Houve, entre os anos 70 e 80 do século XX, uma retomada do ideal de reconstrução cultural desses povos, o mais interessante é que, povos étnicos diferentes se uniram, especialmente em Alagoas, para se fortalecerem e cobrarem dos órgãos governamentais a demarcação de suas terras. Tal propositura vem sentindo alguns efeitos positivos naquele estado nordestino. Citando uma terminologia de João Pacheco de Oliveira (1999), estes povos estariam realizando, portanto, uma “viagem de volta” às suas origens, à reafirmação cultural.

Luis Danisete (1999) afirma que a nacionalidade surge com a diversidade, da união que deveria ser pacífica entre o grupos humanos que vivem num mesmo território. O índio é visto, na história do Brasil atual, como algo do passado, um fóssil

vivo. Falar de índio é remeter a história do Brasil pós-contato, ao passado, aparecendo como meros espectadores, ou na condição de coadjuvante na formação do Brasil moderno (ALMEIDA, 1987). Dessa forma, o índio passa a ser algo estático, que não se transforma nem transforma a sociedade a qual está inserido, é algo estanque, visto assim pela historiografia eurocêntrica.

A história do índio foi omitida, reduzida e simplificada ao mais elementar. Foi uma forma, também, de conquista do outro.

Os testemunhos literários que temos sobre o passado dos Tapuias são os relatos europeus, mesmo assim, com recortes, fragmentos pejorativos e inaceitáveis no mundo atual. Toda essa documentação racista, discriminatória foi gerada dentro de um contexto alienante, que visava a dominação da terra. Como afirma Anne-Marie Pessis (2003) a história dos índios do Brasil do pós-contato ainda está para ser contada, por eles.

Rocha (1984: 27) interpele a visão que se tem dos índios hoje, especialmente nos livros didáticos. De forma geral, os índios vestem (ou não vestem) as mesmas coisas, todos vivem a tomar banho de rios, comem basicamente de mandioca, vivem da caça, pesca e coleta. Mas não mostram sua diversidade multicultural, suas lutas de resistência, do “descobrimento” aos nossos dias. O índio é visto como um ser genérico. Mas, é óbvio, que os índios apresentam características comuns, são justamente estas que os diferenciam das sociedades brancas.

Cada grupo indígena é único, específico, detentor de traços étnicos que o identificam como grupo étnico cultural, com perfil e identidade própria. Isso tem sido negado nos manuais e compêndios de história contemporânea.

5.7. Os Tapuias dos Sertões: herança indígena como forma de resistência

Charles Ribeyrolles (1976: 16) afirma que um povo, uma nação, so vale naquilo que deixa como legado cultural para os seus e para o futuro.

Não a como negar à existência dos índios Tapuias nos nossos Sertões. Olavo de Medeiros Filho (1984) explora a espetacular herança indígena que herdamos desses grupos humanos: são nomes de acidentes geográficos, de cidades, de pessoas, a cor atrigueirada do sertanejo e sua resistência e teimosia em (sobreviver)

numa região tão hostil, costumes como de tomar banho de rio ou poço logo ao amanhecer (homens e mulheres – revezando-se apenas as horas em que isso ocorre), a nudez das crianças, o uso de plantas medicinais da flora dos Sertões, o bom costume e hábito de tudo ceder ao outro, a resistência física, o gosto pela arruaça, o espírito de rebeldia, o uso de uma arma, como a faca de 8 ou 12 polegadas sempre à cintura, um pedaço de cacete de jucá, a farta alimentação que se fazia antes do começo da caminhada ou do longo dia de trabalho, as comidas consideradas típicas nos Sertões de hoje, tais como: farofa de mandioca, o milho e seus derivados, o jerimum, a batata-doce, etc.; o pote de barro onde se coloca a água para baixar o pó e depois bebê-la, as queimadas, ainda hoje comum na agricultura, o uso de apetrechos ou utensílios domésticos, tais como: pilão de madeira escavado, cuias de cuités, cestos e balaios, redes, as choupanas cobertas de galhos ou palhas que da a sombra necessária ao homem e animais nas horas de maior insolação do dia, a busca de colméias de abelhas para dela extrair o mel para diversos fins, a caça ao mocó, preá, tejuacu, tatu, peba, camaleão, etc.; o costume de fumar o “fumo brabo”, também conhecido por fumo de rolo, em toscos cachimbos de barro ou de madeira, o sentar sobre os calcanhares, de cócoras, posição esta, que inclusive é muito comum no sertanejo atual quando pela manhã busca os matos dos arredores de sua choupana para fazer suas necessidades fisiológicas; as nossas tendências supersticiosas, como acreditar no canto da peitica, na coruja que supostamente rasga uma mortalha em cima da choupana de um sertanejo, trazendo-lhe mau agouro (morte na certa), o costume de levar os filhos a uma rezadeira ou curandeiro, que irão tratá-los com ervas, banhos, simpatias, etc. É dessa forma que Olavo de Medeiros Filho chama a atenção para a importância do resgate cultural dos Tapuias que habitaram nossos Sertões, pois o que somos hoje senão o que eles foram no passado? Para Medeiros Filho (1984: 5) “ainda possuímos respingos daquele Patrimônio Antropológico, Biológico e Cultural, legado pelos antepassados indígenas”.

O autorreconhecimento do sertanejo contemporâneo talvez fosse um primeiro passo como identificador de grupos remanescentes Tapuias, hoje, totalmente “desprovidos” dos descendentes diretos, ou não reconhecidos desses grupos étnicos, extintos na Paraíba.

Nenhuma lealdade, a qualquer outro tipo de vínculo, poderia se esperar dos portugueses no Brasil. A distância cultural, social, política e econômica era imensa. Eram mundos diferentes. Em tudo: dos hábitos alimentares ao convívio social. Foram os europeus que tiveram que aprender com os índios e não ao contrário. O número foi vencido pelo uso de armas desconhecidas para os índios. A adaptação lusa aos novos nichos ecológicos fora tamanha que recebeu o pomposo nome de tupinização, em virtude do primeiro contato e dependência portuguesa desse grupo étnico que habitava quase todo o Litoral do Brasil.

Pouco tempo de contato, já estavam os lusos adaptados a nova situação. Foi levado a sério o lema de conhecer para dominar. Os primeiros núcleos habitacionais europeus no Novo Mundo, as feitorias, serviram como uma primeira e importante fase de conhecimento do que os índios produziam e sua serventia, especialmente o alimento, essencial para a sobrevivência dos primeiros núcleos populacionais.

Hahn e Schuch (2006: 126) são contundentes em informar que os brancos colonizadores rapidamente assimilaram os costumes índios, especialmente o alimentatr. Desde cedo os Lusos-Brasileiros aprenderam a usar os “recursos da terra”.

O índio desde a gênese da colonização foi compelido ao trabalho escravo, produzir para um modelo econômico ao qual não fazia parte, ao menos como beneficente da economia que este gerava. Noutra momento, foi obstáculo ao modelo, como consequência veio o extermínio brutal e rápido, restando apenas traços da cultura que foram absorvidos pelo colonizador.

Na visão de Berta G. Ribeiro (1984), o legado indígena é gigantesco e a herança visível:

1. o sangue e o genes indígena – principalmente a mulher indígena foi “usada” de todas as formas pelos brancos, inclusive sexualmente para gerar a população caboclizada (mamelucos) que temos atualmente do Litoral ao Sertão; esses indivíduos iriam compor o grosso da população que, nas décadas seguintes ao início do contato, iria devassar as terras inóspitas dos Sertões do Brasil. Foram os mamelucos, como Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, que graças aos conhecimentos que herdou dos seus ancestrais, conseguiu vencer os inimigos da coroa: os negros rebelados nos quilombos e os da terra;

2. a língua da terra – fala-se em uma língua geral, no Brasil, até o governo Pombalino, mas na verdade, em cada área ocupada pelos colonos prevalecia a “língua da terra”. Atualmente, inúmeras palavras continuam fazendo parte do vocabulário português no Brasil, ao ponto que um mesmo objeto possui várias denominações diferentes. Exemplo: a macaxeira no Nordeste, a mandioca no Centro-Sul e a mandioca mansa no Norte do Brasil e ainda o aipim na região a Sudeste;
3. a fórmula de sobreviver nos trópicos – aprender a tirar das regiões desconhecidas e em muitos casos hostis, como o semiárido, o mínimo necessário à sobrevivência. Daí, advém aprender novos métodos de plantio, caça de pequenos animais e coleta d’água, e o preparo e consumo dos alimentos, como a farinha de mandioca e seus derivados;
4. combatividade nas guerras – os europeus tiveram que se adaptar a um novo sistema de guerra, antes em fortificações, a cavalos, navios, etc; agora a técnica da emboscada e guerrilha nas caatingas eram o modelo mais eficiente, que os índios dominavam há séculos;
5. uso dos conhecimentos indígenas sobre terreno – o índio fora utilizado por todos que colonizaram ou tentaram colonizar as terras do Brasil, prestando ao invasor seus conhecimentos da terra e da topografia do lugar, além de servir como batedor e soldados flecheiros;
6. base alimentar do povo brasileiro – seria cansativo citarmos aqui alguns dos principais alimentos indígenas que atualmente fazem parte da balança comercial do Brasil, enquanto fortes produtos de exportação, a exemplo do cacau, índigo, etc; como aqueles consumidos no dia-a-dia, como: farinha de mandioca, paçoca, frutos diversos e bebidas, etc;
7. utensílios – assim como os índios faziam uso, os caboclos do Amazonas, o sertanejo do interior do Nordeste, os caiçaras do interior paulista ainda utilizam as mesmas parafernálias indígenas, seja nas caçadas, pescarias, preparo dos currais, alimentos, etc.; o pilão, os jácás, peneira, balaies, abanos de palha, cesto de palha para trazer peixes da pescaria, etc.; o pari – barragem para aprisionar o peixe e facilitar sua captura, o tracajá, a tarrafa e o jererê (redes para a pega de peixes), pesca de anzol; o uso da ubá, pequena embarcação escavada, o fogo em troncos de certas árvores, o berimbau, instrumento musical indígena e aperfeiçoado pelos

negros; o alçapão para pega de passarinhos; utensílios diversos da mesa e cozinha: porongo, quartinha, panela de barro (Figura 19), etc.



Figura 19 – Panelas e outros apetrechos de barro (argila) cozida.

8. Alimentos – pratos e quititutes como: mingau de farinha e milho, beiju, o chibé, tapioca, peixe na brasa, paçoca de peixe, moquém de carne ou peixe, moqueca, quinhapina, mujeca (pirão), saúva ou iça moqueda, tucupi (molho de mandioca brava cozida), guaraná (Norte), mate (Sul), caxiri, vinho de mandioca, de caju, milho e outros frutos no Nordeste e em outras regiões do país;
9. uso da indústria extrativista – produtos como breu, almacega, imburana, e outras plantas de goma, além de vários vegetais que dão tintas: jenipapo, pau-de-tintas, urucu, etc.; fibras têxteis: algodão, juta, coroi, tucum; o uso de sapé, cipó, folhas de palmeiras, troncos, pedras, como matérias-primas para construções;
10. medicina – inúmeras ervas medicinais e sebo de animais são largamente utilizados na medicina local;
11. utensílios – a rede de dormir, o tamborete, os bancos;
12. costumes – fumar e/ou mascar tabaco, banho de rio, pousar acorado, dormir em rede, andar descalço, etc.; são intensamente verificados em nossos dias;
13. topônimos – plantas, animais e principalmente acidentes geográficos;
14. o sobrenatural – a busca pela cura de certas mazelas através do sobrenatural, mandingas e ou uso de certos apetrechos mágicos-religiosos;
15. apetrechos diários – até bem pouco eram comuns nos Sertões da Paraíba, o uso do isqueiro de pedra ou fuzil, sendo substituído pelo isqueiro à gás só recentemente. O referido isqueiro era utilizado pelos índios para se obter o fogo, atritando-se duas pedras (geralmente o sílex), enroladas em chumaços de algodão, com as faíscas

produzidas, era rapidamente aceso, provocando-se as fogueiras. O jirau (Figura 20) ainda é um apetrecho comum em que o sertanejo pendura as carnes adquiridas nas feiras ou provenientes de suas caçadas e outras tralhas do seu cotidiano.



Figura 20 - jirau em casa de sertanejo contemporâneo.

16. O se alimentar – nos ranchos dos sertanejos, o costume de alimentar-se de cócoras como procediam os índios ainda pode ser verificado nas roças de todo o interior da Paraíba;
17. plantações – praticamente o sertanejo de hoje produz os mesmos alimentos que os índios produziam em suas roças utilizando-se das mesmas técnicas e dependência do meio. A coivara que consiste em clarear os campos a serem semeados a base de fogo, ainda é comum em nosso interior (Figura 21). Entretanto, a forma que era feita a coivara não causava impactos gigantescos, pois apenas parte pequena da vegetação era queimada, não havendo a desbrocagem, permanecendo os brotos que voltavam a crescer quando o campo era abandonado. Atualmente, além das queimadas ocorrerem em grandes áreas, há o desbrocamento, a vegetação não rebrota, tornando o solo estéril, causando a desertificação. Os índios, em quase todo o Brasil, praticavam uma agricultura intinerante, diminuindo os impactos e servindo para criar a ideia divulgada pelos cronistas do pós-contato que a grande maioria dos índios, especialmente os Tapuias Cariris e Tarairiús, seriam nômades. Na verdade, apesar de práticas agrícolas rudimentares, os índios apresentavam uma agricultura totalmente adaptada aos nichos ecológicos em que viviam, perfeitamente ajustada às condições do meio, por mais hostil que fosse, como o semiárido.



Figura 21 - Prática da coivara, interior da Paraíba.

Partindo de uma visão macro, os índios do Brasil, também, ofereceram contribuições notáveis para o mundo. Registramos algumas delas a seguir: plantas comestíveis, alucinógenas e industriais – o milho (*Zea mays*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), mandioca (*Manihot esculenta*), macaxeira ou aipim ou ainda mandioca mansa (*Manihot dulcis*), cará (*Discora Sp.*), favas (*Phaseolus Sp.*), enquadrando-se neste alimento os inúmeros tipos de feijões, abóbora ou jerimum (*Curcubita moschata*); o jerimum, algumas espécies, vieram da África; pimenta (*Capsium annum*), mais conhecida por pimenta da terra. As frutas, especialmente as comestíveis e aproveitadas para o fabrico de sucos e vinhos: caju (*Anacardium occidentale*); maracujá (*Passiflora Sp.*); mamão (*Carica papaya*); bananas (*Musa paradisíaca*, *M. sapientum*) – alerta Berta Ribeiro (1984) que as bananas são nativas do Brasil e as pacaveiras é que foram introduzidas.

As plantas que serviam como estimulantes, uso doméstico e de uso medicinal eram (as principais): urucu (*Bixa orellana*); as utilizadas no uso doméstico como recipientes: cuias (*Crescenta cujete*); taquara (*Gymnerium sacharoides*) utilizada para diversos fins, principalmente para o fabrico de setas, devido sua dureza; as plantas de uso exclusivamente medicinais ainda hoje são largamente utilizadas, a exemplo: canela (*Cinnamomum zeylanicum* Breyn), quixaba (*Bumelia sertorum* Mart.), cumará (*Zantedeschia aethiopica* Speng.), dentre outras comercializadas no Brasil e em outros países.

Com relação as plantas industriais que eram cultivadas pelos índios e que grassaram o mundo, temos: tabaco-fumo (*Nicotina tabacum*), difundido em

praticamente toda América, rapidamente chega a Europa e passa a ser industrializado; algodão (*Gossipium Sp.*), basicamente era cultivado pelo menos duas espécies. Ao contrário do que tem sido divulgado, o algodão já era conhecido e plantado no Velho Mundo (Europa) e no Oriente (Ásia). O algodão do Brasil rapidamente substituiu o algodão do Velho Mundo, por ser de melhor qualidade; caroá (*Neoglaziovia variegata*) bromeliácea utilizada para fazer fibras (Figura 22) e inúmeros subprodutos utilizados pelos índios, como cestarias e trançados.



Figura 22 - Caroá do semiárido do Brasil.

Erva-Mate (*Ilex paraguariensis*) utilizada pelos índios Guaranis como planta medicinal (verde), quando seca (chá e chimarrão). O mate atualmente é comercializado em todo o planeta; guaraná (*Paullina cupana*) de uso generalizado atualmente para diversos fins, como refresco, afrodisíaco e medicinal; tucum (*Astrocaryum Sp.*), planta arbustiva produtora de fios para cordas e tapeçaria diversas; piaçaba (*Leopoldina piassaba*), múltiplos fins, especialmente como utensílios de limpeza, assim como a carnaúba (*Copernica cerifera*) e o buriti (*Mauritéa Sp.*); e o gravatá (*Bromelia serra*), plantas também fibrosas (RIBEIRO, 1984).

A figura do sertanejo contemporâneo é uma visão vinda de um passado indígena.

O sertanejo, ou homem dos Sertões, encerra características próprias, em parte graças as suas origens bastante heterogêneas (negros, índios e brancos), nas impressões do meio físico que exercem ainda hoje forte influência sobre os que vivem especialmente nas caatingas, bem como nas circunstâncias da vida profissional que

Ihe impoem um processo adaptativo pouco comum em outras partes do Brasil, na alimentação milenar, nos hábitos e costumes e na sobrevivência e luta pela vida sacrificada pela hostilidade do ambiente.

Alguns historiadores paraibano, como Celso Mariz (1999: 37), atribuem todo o vigor, coragem e herança cultural do sertanejo, num total processo de encobrimento do outro, apenas as levas ou hordas dos bandeirantes paulistas, baianos e pernambucanos. Mariz chama os Garcia d'Avila, Affonso Sertão, Domingos Jorge, Antônio de Oliveira, Luiz Soares, os Oliveira Lêdo, etc., de expedicionários, sendo estes elementos descendentes do "sangue aryano" (?) o predominante e superior no processo de formação sócio-cultural do sertanejo, em detrimento da minoria em tamanho e importância ao sangue africano, e o que é pior e discriminatório, num total encobrimento, Celso Mariz (1999: 37) cita o Tupi como sendo o da terra que deu sua ínfima parcela de contribuição na formação do sertanejo contemporâneo: "O indígena concorreu em segundo plano na formação do nosso povo e o contingente dos filhos de Guiné é insignificante".

Com relação ao que Celso Mariz (1999: 38-39) chama de "outras raças", menção aos índios, talvez Tupi ou Tapuia, apenas coloca que houve contatos sexuais, mas sem grandes contribuições para a formação da "raça sertaneja" da Paraíba.

Outro ponto interessante de nota é que Celso Mariz coloca em sua obra *Através do Sertão* (1999), que o europeu sempre se esquivou de atividades árduas, que exigissem destes, esforço físico. Quando fala do sertanejo coloca que os mesmos eram dedicados aos rudes serviços cotidianos, na atividade com o gado nas caatingas, servindo como forma de enrigecimento do próprio corpo do indivíduo. De onde, finalmente vieram tais traços culturais do sertanejo paraibano se não dos índios? Houve um predomínio da raça branca, como afirma constantemente Celso Mariz? A cor atirgueirada do sertanejo, Celso Mariz atribui ao que ele chama de "... requeimamento a que se acha submetido ao abrasar invencível dos soes equatoriais" (MARIZ, 1999: 38). Celso Mariz atribui ao meio hostil dos Sertões todos os problemas pelos quais tem passado o sertanejo. Com relação a este ponto, Celso Mariz (1999: 39-40) chega ao extremo do absurdo ambiental na seguinte passagem:

A affecção dominante nestes climas na estação secca é uma febre contínua remittente, acompanhada de congestões rápidas que se operam, já no

encephalo ou nas meninges, já no tubo digestivo e annexos. Com esta affecção coincidem as moléstias locais, febris ou apyreticas: o calor seco dispõe para as hyperemias. O brilho da reverberação solar provoca aphthalmias; a pelle, sido de uma estimulação constante, se cobre de erupções diversas. Os aparelhos digestivo e biliar se irritam por seu lado, directamente ou por sympathias: os colites, as dysenterias, as hepatites, mostram-se em multidão, cercados de febre violenta, ordinariamente de natureza polustre, que não custa imprimir seu cunho particular em todas estas phlegmasias; até as febres traumáticas revestem-se deste typo especial.

Ele ainda vai buscar nos acidentes naturais da região, como a altitude do Planalto da Borborema que ameniza o calor dos dias mais quentes do ano, a explicação para que o sertanejo consiga sobreviver numa região tão inóspita. Comparando de forma ordinária, desconexa e sem cunho científico, o sertanejo de hoje como os índios ou “o selvagem das cavernas ante-diluvianas...” (MARIZ, op. cit.: 42) ambos ao se alimentarem extraem o tutano (medula) dos ossos dos animais abatidos como forma de suprir as vitalidades básicas do seu organismo, roubadas pelas exigências de um clima destruidor.

O mais absurdo vem da análise que este faz do índio, que, mal alimentado, não podia resistir ao branco, principalmente o inglês, cuja alimentação era mais substancial. Esquece Celso Mariz que o branco invasor incorporou de forma muito rápida os costumes do índio, especialmente o alimentar, como forma ordinária de sobreviver num ambiente em que ele, o índio, encontrava-se totalmente adaptado. O que levou o branco (a raça mais bem alimentada, portanto capaz de dominar o outro, na visão e versão absurda de Celso Mariz), não foi o alimento, mas sim sua escassez, as armas de fogo e o uso de apetrechos e animais como o cão e o cavalo, que os fizeram vencedores e dominadores da região.

De forma casual, é o próprio Celso Mariz que vai tecendo uma história irreal (ou real para o colonizador), sem se dar conta do legado do indígena herdado pelo sertanejo, encoberto por uma pseudo-nova-cultura do branco, mas que apresenta suas raízes fincadas na cultura dos antigos índios da região. Fala-se dos grandes currais de gado no período colonial, cercado com paliçadas e pedras soltas (Figura 23), tão comuns nos Sertões da Paraíba nos dias de hoje, tal qual utilizavam os índios Cariris nos abrigos rochosos para a proteção das intempéries (Figura 24).



Figura 23 - Cerca de Paliçada, município de São João do Tigre -PB



Figura 24 - Pequena parede de pedras soltas, protegendo o cemitério indígena Furna dos Ossos, São João do Cariri-PB.

O uso de cacimbas escavadas, nos leitos secos dos corpos d'água, era prática comum entre os índios Tapuias, adaptado pelo sertanejo contemporâneo (Figura 25).



Figura 25 - Cacimba escavada no leito seco de um rio.

O uso de pequenas bruacas à tiracolo (bornais que o sertanejo leva para a roça para a caçada), ainda hoje contendo alguns ingredientes para a longa jornada diária: a farinha de mandioca e a carne seca.

O pleitamento de bons lugares para a armação da rede de dormir, intensamente utilizado pelos índios de todo o Brasil, hoje largamente utilizado pelo sertanejo.

O próprio sertanejo que nos é apresentado por Celso Mariz (1999: 50), é nos familiar e apresenta traços indígenas, baseando nossas observações nos relatos literários e nos achados arqueológicos de esqueletos humanos nas áreas em que dominaram os índios Cariris:

O sertanejo, como *producto physico*, é um typo forte, de tecidos rijos e estatura regular; como *producto moral*, é uma caldeira, onde fervem os maiores contrastes, onde se acha em ebulição um kosmos de elementos, mas tudo isso já adquirido certa consistência...

Está claro, na citação de Celso Mariz, a importância do formidável legado indígena do sertanejo contemporâneo. Querer atribuir as características físicas expostas, puramente ao legado europeu é simplesmente fechar os olhos para o outro, encobrir suas raízes, apagar suas pegadas tão bem delineadas no sertanejo paraibano.

O ponto mais hilariante da obra de Celso Mariz (1999) talvez esteja na formação do cangaceiro: atribui ao ambiente, aos lugares onde a conformação geológica do terreno torna propício ao sertanejo adoecer, modelando seu espírito para o mal. Cita Celso Mariz o município de Piancó, antigo reduto dos índios Piancós, como o centro real dessas manifestações, justamente pelo relevo íngreme que circunda a cidade de Piancó e os índios selvagens que ali viveram.

Berta Ribeiro (1987: 111) aponta que os caboclos sertanejos contemporâneos fazem uso, praticamente, dos mesmos elementos da cultura material indígena no processo de produção agrícola: machado, machete, enxada e fogo, espalhando-se as cinzas no campo como fertilizante e abandonando o campo de plantio depois de alguns anos, devido à baixa produtividade, assim como faziam os índios. No processo de agricultura relativa, rota-se a terra não as culturas. O uso de hastes e tubérculos usados pelos índios ainda são utilizados largamente atualmente.

Como no passado, o fogo está na base da grande maioria das operações realizadas no campo pelo sertanejo (Figura 22). O fogo servia para queimar os restos de plantações ou restos de matas derrubadas para o cozimento dos alimentos e cerâmicas, para o aquecimento e festas. Nas malocas dos índios, o fogo apagado era o sinal de maloca abandonada.

O moquém, que segundo Theodósio Sampaio (PINTO: 1938) significa “faz que seca”, ainda hoje é utilizado pelo sertanejo para fazer com que o alimento defumado (peixe e carne) dure meses.

Desde a colonização que se faz uso dos ranchos nos roçados longe de casa (Figura 26), modelo básico das choupanas dos índios, cobertas de palha de certas palmeiras ou mato, que resguarda o sertanejo das intempéries nos períodos de plantações.



Figura 26 – Rancho provisório de sertanejo.

Interessante de notar é que a casa de taipa, chamada de pau-a-pique, barreada de sebo, constitui-se em caniços engradados, calefatados com o barro batido a mão, é costume português, mas a técnica em cobri-la com palha é indígena.

Os índios reconheciam seus lugares sagrados (cemitérios, por exemplo), através de sinalizações rupestres ou outros marcos, capazes de distinguirem aquele ambiente num contexto macro, da mesma forma os caboclos do Sertão têm amplo conhecimento do entorno de sua choupana, reconhecendo cada acidente geográfico, inclusive utilizando-os como marcos referenciais. Como os índios, mesmo que vivendo de forma itinerante, o sertanejo tem forte apego a terra e ao que nela existe.

Câmara Cascudo (1959) assevera que depois da farinha de mandioca, a rede foi o elemento de adaptação que mais rapidamente os colonos lusos se apropriaram, sendo um forte legado da cultura material herdada pelo brasileiro.

A rede foi rapidamente adotada pelo conquistador por vários motivos: fácil manuseio; adaptada ao rigor climático dos trópicos; necessidade de deslocamento rápido e fácil; higiene; sendo lavada quando suja; questão de espaço dentro da cabana ou oca, sendo retirada ou levantada durante o dia, cedendo espaço para as atividades domésticas. Onde ia o indígena levava sua rede. Entre vários grupos indígenas do Brasil, a rede era utilizada do nascimento ao enterramento.

O caboclo do Sertão herdou os mais variados tipos possíveis de armadilhas para caça e pesca: a arapuca, a arataca, o fosso, o laço, o pari, o jequi, o covo, o visgo, o mundéu, a rede e a tarrafa, o anzol, a emboscada... (RIBEIRO, 1987: 123). A influência europeia na arte de pescar foi mínima enquanto legado cultural, prevalecendo, ainda hoje os costumes indígenas.

É a mandioca, mais do que qualquer outro alimento, que mantém ainda hoje os costumes indígenas.

O processo do fabrico da farinha envolve várias etapas complexas, desenvolvidas pelos índios e utilizadas nas casas-de-farinha atualmente (Figura 27).



Figura 27 – Casa de Farinha.

Fonte: Museu do São João (Campina Grande – PB)

Monteiro (1963, Apud BERTA RIBEIRO, 1987: 128), enumera os termos próprios dos principais utensílios utilizados pelos índios e atualmente no preparo da farinha: peneira (urupema), pote (comotim), rolo (uiquicé), casa de farinha (uioca), cocho para a fermentação de bebidas ou para guardar a massa da mandioca (iuá), faca curta poderia ser de pedra ou de madeira dura resistente (quicé), forno (iapuna), fogão de três pedras (itacuruca), espremedor (tipiti), todos estes topônimos são Cariri e Tarairiú.

Com exceção da prensa de lagar, ou seja, instrumento de ferro introduzido pelo colonizador para espremer a mandioca, os demais ainda são utilizadas nas velhas casas de farinha de nosso interior.

Da mandioca obtém-se uma grande infinidade de subprodutos consumidos como iguarias atualmente: o beiju, angus, farinhas, paçocas, molhos (tucupi, quinhapira), bolos, tapiocas (typy-oca), biscoitos, farofas, mingaus, purê, pudins, pirão (mistura da farinha com o caldo de peixe), farinha misturada a peixe seco (assado), socado no pilão de madeira, obtém-se o fornêl, que durava meses e era comum entre os tropeiros e tamgerinos da região do interior...

Outros vegetais, milho e feijão, popularizaram-se entre os portugueses e se tornaram importantes alimentos da base alimentar. O amendoim, a pimenta, o cuscuz de tapioca, a castanha do caju, pamonha de milho verde, xerém de milho seco, canjicas de milho, aipim cozido ou frito, batata-doce cozida ou frita, o doboró (munguzá), camarão seco, etc.

Coube ao colonizador introduzir a maioria dos condimentos que utilizamos atualmente, oriundos na sua maioria do Oriente, bem como transformar ou modificar a forma de preparo de determinados alimentos indígenas.

As principais bebidas dos índios do Brasil densamente consumidas *in natura* ou industrializadas eram: guaraná (*Paullénia cupana*), erva-mate (*Ilex paraguayensis*), chamada, segundo os Jesuítas de erva-do-diabo por possuir determinadas ações afrodisíacas.

Com relação à medicina popular, o legado indígena é gigantesco. Sem dúvida, há um grande reflexo, na cultura popular dos aspectos ideológicos dos índios. Entre os indígenas, apesar da influência Católica/cristã, em pregar o conformismo, pregava-se o

orgulho tribal, a resistência a toda e qualquer força de opressão. Aceitar que o índio submete-se sem reagir é inaceitável. Sem dúvida que as instituições do dominador prevaleceram frente a organização indígena.

Concordando com o que observa Queiroz (1980), com relação as figuras do curandeiro e o rezador ser visto e tido como gente pernicioso, charlatão, atrasado e obscurantista, este tipo de medicina alternativa é um forte legado da arte de curar do índio que, além de fazer uso de uma gama de matérias-primas, fazia uso de rezas e unguentos milagrosos. Atualmente, tais atividades, vistas como ilegais, anti-higiênicas, charlatanismo, etc., ainda são praticadas em larga escala (Figura 28).



Figura 28 – Práticas de benzimentos comuns no interior da Paraíba.

A medicina popular tem aspecto religioso, pois envolve práticas subjetivas como a benzedura, orações e rezas e mágicas, com uso de amuletos. Há ainda outro tratamento alternativo, o fitoterapêutico através do uso de beberagem, chás, ebulições, etc., sendo esta prática a mais comum entre as outras observadas. Nenhuma dessas práticas fora estudada profundamente em nossa região, especialmente com relação às práticas curativas entre os Tapuias Cariris e Tarairiús.

Queiroz (1980) ao estudar o legado indígena com relação às suas práticas médicas, observou que em uma aldeia Icapara, no Litoral Paulista, o sentimento negativo oriundo do próprio indivíduo, como o mau-olhado, a inveja, o susto, quebrantes, etc., são causadores de males, sendo tratados por rezas, banhos e chás. Tais características ainda são comuns entre as comunidades sertanejas contemporâneas.

O feitiço já era temeroso entre os índios do Brasil. Acreditava-se, por exemplo, que o indivíduo poderia realizar qualquer “mandiga” e aferir azar aquele proponente. Para desfazer a mandiga recorria-se, em muitos casos ao Pajé. Atualmente esta prática liga-se mais aos afro-descendentes que são procurados com o intuito de realizar ou desfazer as mandigas causadoras de tantos males, segundo aqueles que são atingidos por tais atividades maléficas.

Ainda hoje, entre os sertanejos, não só plantas e mandigas são utilizadas na prática de curar, como também a influência de animais no processo. O costume entre os índios Tukanos de usarem as cinzas dos cupins no tratamento de feridas, ainda é observado entre as comunidades dos Sertões. O chá de cupim ainda é largamente utilizado, no Sertão, para curar doenças respiratórias, hemorragias, etc. Talvez o caso mais interessante seja o consumo de saúva, tanajura ou içá, amplamente utilizadas pelos índios de quase todo o Brasil, tanto como alimento, como antídoto para tuberculose, dores de garganta e reumatismo “... os longínquos Sertões do Brasil Central, o Nordeste, são ainda hoje repositórios de crenças e práticas indígenas incorporadas ao folclore nacional, na forma de tradição oral (RIBEIRO, 1987: 142).

Mitos como os curupiras, os caiporas, de assombrações, etc., são recorrentes na mitologia clássica e contemporânea da região. É notável a coexistência de cultos afro, indígena e católicos, mas também, não desprezam as benzedeadas, os chás, os amuletos que derivam do legado Afro-indígenas.

O legado linguístico que a população brasileira herdou dos grupos indígenas é simplesmente gigantesco. A língua contém, de forma geral, a expressão da cultura do grupo. Ainda prevalece, no falar do brasileiro, o Nheengatu (ou a língua geral), derivação de várias línguas faladas no Brasil no pós-contato. Havia uma tupinização, no Brasil, durante pelo menos os dois primeiros séculos da conquista. As bandeiras, por exemplo, falavam o Tupi e ao conquistarem aldeias Tapuias havia, até certo ponto, o processo de tupinização. Foi dessa forma que áreas de domínios dos Cariris e Tarairiús receberam denominação Tupi. Como: Itaporanga, Itamorotinga, Sumé, Taperoá, Paraíba, etc., são topônimos indígenas que chegaram aos nossos dias.

O Nordeste do Brasil é um dos grandes repositórios das culturas indígenas pretéritas, especialmente nos traços culturais. A maioria das crenças míticas que povoam a cultura do caboclo sertanejo tem como ancestral os contos fabulosos dos índios.

O folclore nordestino é um misto de amalgamação de histórias e ficções de pelo menos quatro continentes: o Americano, o Africano, o Asiático e o Europeu.

Dentre os principais seres míticos, alguns venerados outros temidos pelos índios do Brasil, que foram incorporados ao nosso folclore, citamos:

1. Botos – são os golfinhos do Amazonas, vistos como seres sobrenaturais aquáticos. Existem dois tipos de botos: o vermelho (*Inia geoffroyensis*) e o preto de pequeno porte (*Steno tucuxi*), sendo este último o que ajuda os navegantes nos rios. O boto sedutor. Já seria um mito europeu, capaz de se transformar em gente e iludir os índios. Para Câmara Cascudo (1954: 181), existiriam vários tipos de boto: o vermelho, o branco, piraia-guará, peixe-cachorro; o boto, segundo o folclorista, era um exímio sedutor das moças ribeirinhas além de ser considerado o pai de todos os filhos das moças do Amazonas, de pai desconhecido. De forma geral, os caboclos do Amazonas não se alimentam do boto, por o verem como um ser mítico;
2. Cobra-grande ou Boiúna – na língua geral, era chamada de cobra preta (*mboi* = cobra e *uma* = preta). Era habitante dos fundos dos rios do Amazonas e identificada como a Sucuriju (*Eunectes marinus*). Era tida como um animal gigante, principalmente quando na água. Os igarapés seriam os sulcos dos caminhos que esta imensa serpente deixava em seu deslocamento. Este animal aparece em noites de tempestades, perseguindo os navegantes com seus olhos acesos. A imensa cobra poderia, também, assumir a configuração de um imenso navio fantasma. De acordo com Câmara Cascudo, a cobra-grande aterroriza a todos para matar (CASCUDO, 1954: 290);
3. Boiuçu – cobra sobrenatural, comum entre os índios e caboclos do Amazona;
4. Curupira (corupira) – abreviatura de *Curumi* = menino e *pira* = corpo; também chamado de caipora (caapora), de *coa* = mato e *pora* = habitante. Protetor da caça e das matas; maltrata e castiga aqueles que o destroem. É caracterizado por apresentar estatura de uma criança, pés ao avesso, gostam de fumo e cachaça. É comum, ainda hoje, caçadores deixarem oferendas de cachaça e fumo para amansarem o curupira e terem sorte na caçada. Segundo Cascudo (1953: 352), os

- índios e caboclos eram acometidos de surras e açoites, causando-lhes ferimentos e até morte. O curupira pode ser visto como o ser mítico mais notável do folclore brasileiro. Possuidor de inúmeras artimanhas para enganar aqueles que adentram as matas desprevenidos; para atrair suas vítimas, é costume do curupira imitar a voz humana e emitir gritos capazes de hipnotizarem o homem e seus animais;
5. Anhangá – são as visagens, fantasmas, duendes... Este ser mítico também castiga os caçadores que perseguem caças específicas como: o inhambu-anhangá (*Sucasu-anhangá*) e o veado. O castigo dado pelo Anhangá é uma terrível febre que pode levar o caçador a loucura;
 6. Assombrado de bicho – é o mesmo que tirar a alma, levando o indivíduo a loucura. A mãe do bicho persegue os caçadores especializados em certas caças ou peixes.
 7. Matinha-perera – pequena coruja que se transforma em ser humano para assombrá-lo;
 8. Panema – é a má sorte, o azar, a desgraça. Para escapar da panema, os índios e ainda hoje seus descendentes, principalmente do Amazonas, costumavam tomar banho com certas ervas fedorentas e cocentas; uma das principais causadoras de panema. Todo e qualquer objeto, além do próprio caçador pode adquirir a panema, o azar e o melhor a fazer é abandonar a atividade e os objetos por algum tempo até que o azar vá embora;
 9. Macunaíma – entidade sagrada, heroína, capaz de façanhas prodigiosas, destemida, generosa.

O índio teve um papel importante na construção da nação brasileira. Seus costumes permaneceram, foram superiores. Segundo o barão de Langsdorff (MANIZER, 1967: 196), a cultura índia ainda era visível na língua falada pelo brasileiro em pleno final do século XIX.

Em se tratando do Patrimônio Imaterial, os bens transmitidos de geração para geração, como as histórias e estórias, na Paraíba, vem se perdendo e é pouco estudada, mesmo que a UNESCO afirme que o Patrimônio Imaterial seja a riqueza de um povo, o intangível, mas que marca as características de um grupo, capaz de apresentá-lo:

São as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados

e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural (FUMDHAM, 2007: 4).

Nesse sentido, pelo elevado legado cultural que a população sertaneja herdou de seus antigos habitantes, os hábitos e costumes, não estaria incorreto em afirmar que existe um Patrimônio Imaterial ainda vivo, que deve ser resgatado, patrimônio esse, indígena.

5.8. Política indigenista e a legislação do período

Desde o princípio da colonização europeia, no Brasil, que a Coroa Lusa e a Igreja Católica partiram do princípio de que o índio deveria ser ensinado e usado em prol do desenvolvimento. Os padres missionários aprenderam suas línguas e incutiram o processo de sociabilização dos índios ao mundo luso, tornando-os aptos ao novo regime, incluindo-lhes a fé cristã, tornando-os meros instrumentos de trabalho. As dificuldades em lidar com os índios, especialmente os Tupis, no início da colonização, e os lucros elevados do tráfico de negros da África mesclaram, no Brasil dos séculos XVI e XVII especialmente, o escravo vermelho ou o índio e o escravo.

Beatriz Perrone-Moisés (2002: 115) é tachativa ao afirmar que a legislação índia do Brasil era excludente e ineficaz, abrasadora, voltada apenas aos interesses Lusos: “Contraditória, oscilante, hipócrita: são esses os adjetivos empregados, de forma unânime, para qualificar a legislação e a política da Coroa Português em relação aos povos indígenas do Brasil”.

Os próprios Lusos reconheceram que era preciso deixar de lado inúmeras leis e ordenação que funcionavam em Portugal, mas, no Brasil, por conta de novas culturas e costumes aqui encontrados, tudo tinha que ser revisto, quando não, adaptado. As ordenações desde muito cedo deixaram de ser cumpridas rigorosamente no Brasil. Houve, nesse sentido, um fato interessante: os costumes alteraram as leis ou então as adaptaram ou simplesmente não as cumpriram.

Mesmo prevalecendo a servidão no Brasil, ocorreu uma espécie de abasileiramento do colono, ou seja, uma readaptação de inúmeros costumes, criando-se, também, os costumes gerais, que nada mais era do que adotar a simplicidade

daqueles que se dominavam. Foi a Europa que se indianizou, e não ao contrário, como assegura Pedro Calmon (1958).

O trato com nativos era corriqueiro entre os lusos, pois antes mesmo de 1500, já se mantinham contato com povos africanos e asiáticos, subjugados à escravidão. O modelo adotado no Brasil: monopólio econômico, construções de feitorias e principalmente a utilização da mão-de-obra nativa eram comuns entre estes colonizadores. As feitorias, espécies de armazéns fortificados, foram implantadas já nos primeiros momentos do contato e desde o princípio que se desenvolveu uma política, inicialmente amigável, depois forçada, de apropriar-se da mão-de-obra indígena que se internava nas florestas em busca de animais exóticos, drogas e especialmente o Pau-brasil (*Cesalpinia echinata*). Tudo leva a crer que as primeiras toras de Pau-brasil já foram enviadas à metrópole na naveta que voltou a Portugal para informar a El-Rei da boa nova do “descobrimento” do Brasil.

Todos aqueles comerciantes e piratas que deram início a este tipo de atividade no Litoral Leste do Brasil, precisavam da mão-de-obra indígena, em larga escala, e utilizavam-na para a derrubada da árvore, retirada do cerne vermelho e o transporte para as feitorias e desta para os navios. Outro uso comum dos índios, no período inicial, era para o abastecimento das naus de carreira para as Índias Orientais. Eram os índios que ajudavam, mediante o escambo, com água, lenha e alimentos frescos para abastecer a marujada.

Marchant (1943) aponta que estas atividades de “cooperação” do início eram remuneradas, mediante o escambo, ou troca de serviços e matérias-primas, por espelhos, camisas, contas de vidro, lâminas de machados, etc.

Jean de Lery (1990) observou tal característica com relação aos franceses, mas se estende a todos que colonizaram o Novo Mundo, especialmente os lusos.

Temos, desde os primórdios do contato, a criação de uma teia que envolveu os índios do Brasil com o objetivo básico de fazê-los trabalhar em prol da coroa luso-espanhola. Para tanto, a Igreja, sempre a serviço de Deus e do Rei, procurou substituir as crenças “pagãs” pela fé cristã, num primeiro e doloroso processo de aniquilamento da cultura do outro.

O modelo econômico (exportador e monocultor) implantado, no Brasil, no início da colonização (1532), mudou o relacionamento “amigável” entre índios e colonos, pois os conquistadores necessitavam cada vez mais de mão-de-obra para tocarem suas grandes roças de cana, algodão e alimentos de subsistência. Neste momento, fica implícito a escravidão, bem como as primeiras reações dos índios frente às novas formas de domínio e imposição dos conquistadores.

Praticamente todos os grupos étnicos que tiveram contato com os portugueses ao se rebelaram contra os objetivos dos lusos em expropriá-los de suas terras, reagiam, fazendo guerra, matando geralmente os homens de guerra (os guerreiros), apoderando-se de suas mulheres e jovens, vendendo-os como escravos nas fazendas, vilas e cidades da região. Segundo Fausto (2001), a escravidão vermelha pode ser considerada mais cruel, violenta, sanguinária do que a escravidão negra, pelo motivo de que obter-se um negro era caro e difícil, enquanto que fazer guerra-justa contra os índios era fácil, barato até certo ponto, pois quase sempre fazia-se uso de outros índios para esta prática, além de se fazer a limpa do terreno, necessário para a introdução do gado nos Sertões.

Em *Relato da Relação*, o Padre Martinho de Nantes (1979: 60) deixa claro os reais interesses dos grandes sesmeiros nas áreas dos índios Tapuias. Em reclamação feita pelo padre a Francisco D'Ávila porque ele estava ocupando com gados todas as ribeiras do São Francisco e marginais, levando os índios a fome, a resposta é contundente:

Usurpais o pouco que resta aos índios de todas estas terras que lhes pertencem pelo direito das gentes. Eles nasceram aqui e quereis que morram de fome para contentar a vossa ambição! Isso é contra todas as leis divinas e humanas.

Em contrapartida, ao expor-se ao poder dos Ávila, falou mais alto e este foi quiexar-se contra o padre “na Bahia, acusando-o de sediar os índios contra a coroa. Geralmente, eram esses os motivos que faziam desencadear uma guerra justa, com danos irreparáveis para os índios.

A empresa mercantil europeia implantada, no Brasil, nos primórdios da colonização, para se tornar exequível, necessitou da mão-de-obra indígena. Todas as

penetrações feitas nos Sertões, da Paraíba ao Amazonas, ou na parte Central do Brasil, dependeram do conhecimento do índio.

O índio do Brasil fora usado por todos. A coroa os utilizou enquanto servos de sua majestade em atividades diversas: higiene das vilas, construções diversas, cercas vivas de aldeias contra as hordas de índios hostis foram usadas pela igreja à medida em que esta não se opunha a escravidão, mas sim, abrandá-la, torná-la menos visível para alcançar os objetivos necessários que era suprir as necessidades e carências da coroa e da própria Igreja. Ao índio não lhe fora dado a primazia da escolha, ao contrário, fora por todos manipulados.

A coroa pendia para o lado que lhe fosse favorável no momento, prova disso são às inúmeras leis criadas, extintas e revogadas, de acordo com as necessidades daqueles que estavam numa situação de mandonismo.

As leis ditas protecionistas dos índios do Brasil se sucediam de acordo com a situação do momento. A legislação era mesclada de simbolismo e interesses particulares. Não sendo raras as vezes em que elas não eram totalmente cumpridas, sofrendo adaptações momentâneas ou sendo estendidas para prejudicar grupos humanos, ou beneficiar outros.

No início da conquista do Brasil, já existia preocupação em criar leis que favorecessem as futuras investidas contra os índios, como veremos adiante.

Data de 22 de fevereiro de 1511, a assinatura do primeiro Decreto Real sobre a política indigenista a ser implantada no Brasil. Era um documento mais direto, segundo Barbosa (2007: 141), a Fernão de Noronha e estabelecia o comportamento exemplar que a marujada deveria ter frente aos índios, sob pena de terem que pagar multas. No documento vê-se que buscava ter os índios como aliados, pois eram essenciais para a coleta de vegetais e animais no Novo Mundo. Proibia-se a escravidão e o envio do índio para a Europa. Ao mesmo tempo, percebe-se que há uma dubiedade nesse primeiro documento, quando o mesmo exige que se tome nota dos escravos e bichos que a população de marujos porventura tivesse acesso na viagem.

Para evitar uma forte reação dos índios, o Regimento do Governo Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548, no seu Art. 15, proibia, sob pena de morte, que

qualquer pessoa desse arma de fogo aos índios. Pouco depois, o comércio ilegal de armas de fogo com os índios foi se tornando uma constante, sendo forte ameaça para a colonização. Mas, cabia apenas aos capitães governadores liberar a licença para se fazer guerra aos índios, bem como conceder as ordens religiosas o direito de catequização dos mesmos. Desde o ano de 1537, que os índios do Brasil eram vistos como homens e proibia-lhes a exploração irracional.

As ordens religiosas divergiam quanto aos objetivos: os Jesuítas lutaram para aldearem, catequizá-los, explorando-os, mas sem escravizá-los; os Franciscanos defendiam as missões itinerantes, permanecendo numa aldeia apenas o tempo necessário para a conversão dos índios a fé cristã. Não era interessante o modelo Jesuíta de missão, pois impedia que os nativos fossem postos ao trabalho forçado, bem como o empreendimento das guerras justas para obtenção de mão-de-obra escrava, extinção de aldeias e anexação das terras dos índios pelos colonizadores.

A não presença dos missionários fixos em aldeias como trabalhavam os Jesuítas, poderia facilitar as relações comerciais igreja/estado/colono, facilitando o último a obtenção de mão-de-obra barata.

Os outros dois Governos Gerais, que se seguiram ao primeiro, não trouxeram grandes novidades para os índios. O segundo, Duarte da Costa, nada fez; o terceiro, Mem de Sá, deu início a política de Tomé de Souza, reúne pequenas aldeias em grandes missões, mas institui o pelourinho e tronco para castigar os índios desobedientes. Tudo isso sobre o auspício dos padres missionários. A partir de Mem de Sá, tem-se início o processo de escolha de um meirinho para chefiar o setor jurídico da tribo, já que o comando geral da missão caberia aos padres missionários.

A lei de 1555, por exemplo, assinada por Dona Catarina, considerava legal a escravidão indígena. Para os Caetés, ela seria perpétua pelos combates constantes contra os colonizadores lusos e, especialmente, pela morte do bispo Sardinha.

As leis serviam, também, como forma de controle e justificativa para os massacres. Em 20 de março de 1570, uma lei já deixava claro os motivos em que os índios poderiam ser transformados em cativos: os tomados em guerra justa e os praticantes de antropofagia. Seria, então, esta lei, a idealizadora da performance de índios comedores de carne humana no Brasil? É provável que sim.

A Lei de 1562, segundo Bartira Ferraz Barbosa (2007), desestrutura o trabalho missioneiro, especialmente o Jesuíta, na medida em que libera a escravidão geral dos Caetés, mesmo os que estivessem reduzidos. Em 20 de março de 1570, D. Sebastião promulga a primeira lei sobre a liberdade indígena, mas deixava brecha, pois os índios pegos em guerras justas podiam ser escravizados. A partir daí, os motivos para se fazer guerra justa aumentaram consideravelmente, pois aumentou o número de índios escravos nesse período.

Em 1587, o rei Felipe II confirma a lei de D. Sebastião (1570), mas cria mecanismos para o recrutamento de mão-de-obra indígena, preservando sua liberdade. Essa medida, que vemos como uma semiescravidão, ficava a cargo dos missionários que alugavam os índios por períodos e ficavam com o dinheiro do aluguel. É bom salientar que esta medida era utilizada apenas ao índio livre, o índio escravizado não gozava sequer do direito de alforria.

Também na lei de 1587, os nativos deixavam de ser obrigados a pagarem o dízimo; cabia agora aos padres missioneiros ou aos administradores da fazenda tal característica. Sobre a posse das terras dos índios, os missionários reivindicaram esse direito para acoplá-la às terras das missões. Em 1609, uma lei confirma a posse de qualquer terra que estivesse sendo cultivada pelos índios nas missões ou aldeias.

A lei, de 11 de novembro de 1595, estabelecia que as guerras justas só poderiam acontecer mediante autorização do rei.

Em Alvará de 1605 e 1606 é revogada a lei de 1570 que não considerava legal a escravidão de índio sobre qualquer pretexto.

A lei de 30 de julho de 1609 declarava livre todos os índios, cristãos ou pagãos. Os já capturados e cativos deveriam ser libertos. Essa lei causou grandes transtornos e revoltas na colônia. O rei promulga em 10 de setembro de 1611, restabelecendo a legalidade do cativo em caso dos índios pegos em guerra justa ou resgate. A lei também estabelecia que não seria mais necessário o rei autorizar a guerra justa contra os índios hostis, podendo ser declarada por uma junta composta “pelo Governador-Geral, o bispo, os membros da Relação da Bahia” (PUNTONI, 2002: 53); constituía ainda a comissão representante dos missionários, mas sempre sendo do rei a última decisão em declarar guerra ou não. A lei ainda estabelecia redutos de índios no Litoral

e nos Sertões que serviriam para defesa do território, fosse contra os inimigos externos ou contra os índios hostis às leis Lusas, bem como contra os negros reduzidos aos quilombos.

Todos os colonizadores, especialmente portugueses e holandeses que se fixaram por longos períodos, na região, abusaram das promessas de paz, de não perseguição e da não escravização de índios. Em suma, todos descumpriam às leis que eles mesmos criavam para a não-escravização do gentio. Lusos e holandeses sabiam que a paz com os índios, e de suas alianças, dependia o bom desenvolvimento da colonização.

Em relatório de Maurício de Nassau datado de 27 de setembro de 1644, ficava claro quais os objetivos holandeses em não permitirem a exploração dos índios: manter as alianças com as tribos indígenas e conservar os domínios.

Em 1645, o governo holandês concede aos índios elegerem representantes (vereadores) que deveriam lutar pelos direitos de sua gente. Findo o domínio holandês, tal regalia deixou de existir, sendo abolida tal legislação, voltando os índios a tutela das missões e do Estado Luso/Espanhol. Neste motante de representantes indígenas num total de trinta e três índios, quatro eram representantes de aldeias da Capitania da Paraíba, os demais representavam outras capitanias onde hoje é o Nordeste.

Em suma, com a derrocada final holandesa no pós 1654, o espaço natural dos índios estava praticamente destruído, restando-lhes poucas alternativas, sendo que a aculturação através do processo de aceitação pela força militar e religiosa, por parte do branco, foi decisiva, levando-os a se adaptarem forçadamente a novos espaços, às vilas, e a um novo tipo de vida, distante do natural que levavam desde tempos remotos. As melhores terras da Paraíba, assim como se processou nas outras capitanias, foram expropriada pelos colonos, restando pouco para os índios, culminando com sua dispersão Sertão adentro, levando os grupos humanos cada vez mais reduzidos em tamanho e ao desaparecimento.

A Carta Régia, de 1681, tinha o objetivo de reorganizar os aldeamentos num pós-processo de expulsão holandesa: foi a Junta das Missões, que tinha por objetivo principal o de cuidar dos negócios das missões religiosas e da catequização dos índios, ou pelos menos o que restava deles.

Sobre quem estaria a frente da Junta das Missões, várias Cartas Régias foram promulgadas, destacando, trocando e/ou aumentando o número de indivíduos que estariam a frente da mesma (30/01/1689 – 28/02/1701). A Junta tinha jurisdição sobre os aldeamentos das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, estando sob o seu poder as decisões civis, eclesiásticas e criminaia dos índios.

Leis foram criadas pela coroa obrigando os missionários a pregarem na língua dos índios, como a Carta de janeiro de 1698, em que o rei autorizava os Carmelitas a pregarem nas línguas dos índios como forma destes verem os missionários como irmãos em Cristo e na fé e só depois ensinarem-lhes em sua língua, o português. Grande estratégia lusa: primeiro integrar-se ao gentio, para depois conquistá-lo em definitivo.

Opositores existiram dentro da própria igreja contra tal estratégia, foi o caso do bispo Sardinha, que acreditava que para alcançar a salvação, o índio teria como condição necessária aprender o português. Dessa maneira, houve um desprezo natural por parte dos principais missioneiros e dos colonizadores em aprender a língua dos Tapuias. O conhecimento da língua geral chegou a tal ponto que se tornou uma espécie de língua oficial do Brasil até meados do século XVIII.

Em Pernambuco, observou Barbosa (2007: 117), nos domínios de Duarte Coelho, vigorava a “sua” política indigenista: “Para motivos hostis, a guerra; para os aliados, os ‘afagos’ da colonização”. Entende-se aqui como afagos da colonização a total submissão do índio às normas e costumes dos portugueses, nisso incluída-as a conversão à fé católica e o total abandono de seus velhos costumes.

Como a política lusa/cristã para o território era a de fazê-la gerar riquezas e o contato inicial entre colonizador/índio deu-se a partir do Litoral, aqueles grupos humanos, a maioria do tronco linguístico Tupi-Guarani, foram os primeiros a receber o impacto negativo do processo que se iniciara. Nesse sentido, surgem as missões religiosas como parte de um processo danoso que se justificava no sentido de reduzir e salvar o pouco que sobrou dos massacres intensos do colonizador. As missões, enfim, parte da política indigenista do colonizador, visavam o apoio à sobrevivência ao mesmo tempo que os “domesticavam” para torná-los aptos a exploração dos colonizadores.

Para tanto, os padres com a proteção real e da igreja e o beneplácido do governador das capitanias construíram suas reduções, em locais estratégicos, de fácil acesso à defesa e com feições urbanas/rurais.

A coroa Lusa/Espanhola, estrategicamente, criou a política de descimento com o intuito de reduzir índios, descidos de vários pontos do Litoral e dos Sertões, quebrando-lhes o conhecimento que tinham do terreno e deixando livres suas terras para a distribuição de sesmarias para as atividades de monoculturas e pastoris. Os índios eram submetidos a um novo sistema social.

As missões surgem com o próprio processo de colonização. Na Paraíba, desde o início (1585) que religiosos de várias ordens deram início à construção de templos e ao processo de amansamento dos índios. À medida em que avançava a colonização, avançava-se também o domínio da Igreja Católica instalando-se, a partir do século XVII, várias missões nos Sertões.

Observou-se que em Pernambuco, quando da invasão holandesa, várias missões católicas foram desativadas por falta de missionários e de índios. Outras, receberam a presença de padres holandeses com o objetivo de instruírem os da terra na nova religião reformada (Protestantismo), como forma deles, os índios, terem o direito aos foros de cidadão livres. Aqueles que não aceitassem tais condições podiam-lhes fazer a guerra justa, ou como aconteceu com os Tarairiús, deixá-los entregues à própria sorte e a adoração do Demônio, conquanto permanecessem em paz com os novos colonizadores. Nesse sentido, a política batava não fora diferente a Lusa: todos tinham, grosso modo, os mesmos objetivos.

As missões religiosas não apresentaram, no geral, os resultados esperados pela Igreja Católica e pela Coroa Lusa. Duas leis praticamente contribuíram para extinguir as missões dos Sertões: a de 1755, que ordenava a liberdade de todos os nativos do Brasil, inclusive os missionados e a lei de 1758, que determinou a instalação dos Diretórios dos Índios e se dá a fundação de inúmeras vilas onde antes eram aldeias e missões religiosas, paróquias no lugar de missões e os párocos, os padres seculares, os visitantes, no lugar dos missionários, dando praticamente fim ao trabalho missionário nas capitanias do Nordeste.

De fato existiu uma política de extermínio dos índios do Brasil, ela foi estruturada ao longo dos séculos, era colocada em prática medidas que visavam a civilizar o índio através da catequese, escola, costumes e valores culturais dos europeus.

O alvará, de 10 de novembro de 1647, é expedido graças ao não cumprimento da bula papal (Papa Paulo III) de 28 de maio de 1537, que excomungava aqueles que escravizassem índios, pois este documento causou a revolta contra os Jesuítas de São Paulo e sua expulsão de lá em 1640, voltando em 1643, por carta Régia. Assim, o documento de 1647 estabelecia, entre outras coisas: que os índios estariam livres e poderiam servir e trabalhar com quem melhor lhes conviesse e pagasse. É interessante que esta lei tinha limites: não dava real e total liberdade aos índio, pois estes não podiam voltar a vida tribal/comunal.

Através da provisão do dia 17 de outubro de 1653, restabelecia a escravidão indígena mediante guerra justa. A qualquer pretexto, agora, far-se-ia guerra justa contra os índios. Data deste período o início da Guerra dos Bárbaros que iria se internar por todo o Sertão do Nordeste, dizimando e escravizando índios rebelados. A lei de 1653 foi mais além, estabelecendo que o índio pego em guerra justa seria transformado no cativo perpétuo. De acordo com a dita provisão, a guerra justa seria feita quando: a. quando o gentio livre ou vassalo impedisse a pregação do Evangelho; b. deixar este de defender a vida dos colonos e dos representantes de El-Rei; c. fazer guerra contra os aliados da Coroa; d. ajudar os inimigos da Coroa; e. realizar latrocínios no mar e em terra; f. saltear ou impedir o comércio, bem como a lavoura e as fazendas dos colonos; g. para o índio manso, faltar com as obrigações pré-estabelecidas no período em que foi aldeado; h. não pagar os tributos; i. negar-se ao trabalho real; j. negar-se a dar combate aos índios hostis e outros inimigos do Estado luso.

Percebe-se que mesmo existindo a lei proibitiva ao cativo, mas como a mesma fora idealizada, tornava-a propícia, não a liberdade do índio, mas sim, ao seu cativo.

Em 1655, é conseguida, em parte, a revogação da dita provisão, cabendo, entre outros casos, aos Jesuítas resolverem a maioria dos problemas que adviram com a provisão. Na verdade, o grande trunfo conseguido pela revogação da dita provisão foi o

fim das expedições particulares de apresamento de índios, bem como, atribui-se aos Jesuítas analisar e derimir sob quais circunstâncias o índio poderia ser escravizado.

Óbvio que o poder jesuítico sobre os índios, especialmente no Norte, seria questionado pelos moradores e as outras ordens religiosas, provocando sublevações de colonos em todo o Brasil.

A lei, de 12 de setembro de 1663, retira o poder temporal dos índios aos da Companhia de Jesus, dividindo este poder com as outras ordens religiosas.

A 1 de outubro de 1680, a Coroa Lusa promulga uma lei restaurando a lei anterior, a de 1663, sendo favorável aos Jesuítas e aos índios. Incrível é o inciso terceiro que estabelece que sejam doadas aos índios terras livres de tributos, mesmo que estas já tivessem sido doadas a terceiros, haja vista, a expropriação das terras dos índios nesse período. A lei de 1680, mais uma vez, trazia a “divisão” dos índios, verdadeiros animais nesse sentido, entre os colonizadores: uma parte deles ficariam nas aldeias para tratar das lavouras e do sustento e manutenção da missão; a outra parte dos índios seriam distribuídas entre os moradores e colonos, para as atividades diversas; e uma terceira parte ficaria agregada aos Padres Jesuítas para outras finalidades. Percebe-se, portanto, que estes padres ficariam com o grosso dos índios descidos, em torno de 2/3. A referida lei restabeleceu aos Jesuítas o poder de realizar as atividades de descimentos.

A lei de 2 de setembro de 1684, restabelece as administrações particulares dos índios, em outras palavras, podia-se, novamente, realizar preação de índios por entradas particulares.

Em 1688, são renovadas, através de Carta Régia, as atividades de resgates de índios cativos. Esta lei surge em decorrência da grande necessidade de mão-de-obra indígena. Dois caminhos foram dados ao índio: 1. tornar-se aliado e ficar sob a égide Lusa; 2. o não aliado era inimigo, portanto, poder-se-ia realizar guerra justa.

No geral, percebem-se pelo recuo das leis, a perplexidade e a falta de força da metrópole em fazer com que as leis fossem cumpridas.

Em alvará de 23/11/1700 foi estabelecido que cada missão de aldeamento tivesse uma légua de terra em quadro para o sustento dos ali aldeados, bem como,

estabelecia o mínimo de casais que deveriam ter em cada aldeia: 100 casais, sendo juntados pela vontade dos índios e não forçados. O mais interessante é que o Alvará estabelecia que as grandes aldeias tivessem o seu número de casais reduzidos, talvez objetivando quebrar-lhes o poder de força. As demarcações das terras das missões e das aldeias deviam acontecer onde os índios já estavam instalados, mesmo que estas abrangessem terras já doadas em sesmarias. Percebe-se que o governo luso estaria dando os passos iniciais para um processo de pacificação dos índios na região.

Em 1701, devido as fugas constantes dos nativos das missões, o missionário padre Miguel Carvalho recebe o cargo de representante dos índios fugitivos, com as Juntas das Missões. Ele passou a ser uma espécie de advogado de defesa dos índios, o que nos leva a concluir: serem as missões verdadeiros presídios⁶⁶ e seus habitantes prisioneiros passivos de punição em caso de reação e desobediência às ordens. Aos índios que fossem recapturados, cabia-lhes serem explorados e vendidos em praça pública nas vilas ou nos Sertões das capitanias.

Em 9 de março de 1718, ainda eram criadas leis justificando a servidão. Essas leis passavam a ver os índios como os selvagens de sempre, justificando, portanto, seu apresamento.

O absurdo das leis Lusa pode ser percebido na Carta Régia de 30 de maio de 1718, onde se autorizou a venda de 200 índios para auxiliarem na construção de uma igreja em São Luís.

Em 1729 o governo luso aboliu o cargo de capitão-mor das aldeias com jurisdição sobre os nativos por não estarem obedecendo a lei que proibia tirar os índios das missões para a prestação de serviços particulares sem a devida autorização e a paga do aluguel aos padres das missões. No mesmo ano (1729) foi criado o cargo de Governador dos Índios, que foi extinto por Carta Régia no ano de 1733, voltando o comando das aldeias aos capitães e os missionários.

Em documento papal aprovado em Roma, a 20 de dezembro de 1741, pelo Papa Bento XIV, passou a se proibir e castigar com excumunhão todos aqueles,

⁶⁶ Os predílios foram construídos em vários pontos do território nacional, que visava criar 'casas fortes' onde os índios eram aldeados a força; a partir desse aldeamento forçado, suas terras ficavam livres para serem apropriadas pelos grandes fazendeiros (CONITA, 2002: 137).

inclusive os religiosos, que atentassem conta a liberdade dos índios. Assim o documento proibia:

...Vendê-los, comprá-los, trocá-los ou dá-los; separá-los das suas mulheres, e filhos; despojá-los dos seus bens e fazendas; levá-los para outras terras; transportá-los, ou por qualquer modo privá-los da sua liberdade, e retê-los em escravidão; nem tão pouco dar conselho, auxílio, favor, e ajuda aos que isto fizerem, debaixo de qualquer cor ou pretexto que seja... (COUTO, 1995: 64).

Os indígenas ficaram as ordens dos religiosos, especialmente os Jesuítas, pois com isso tirava-lhes o poder temporal sobre eles.

As idas e vindas da Igreja Católica com relação ao destino que se daria a indiada, oscilavam de acordo com o momento político. Por exemplo, no ano de 1744, a bula do Papa Benedito XIV proíbe a servidão indígena sob pena de excomunhão. Em 1755, ela é posta em prática, o que minou, em definitivo, o poder dos padres da Companhia no reino português. A lei, de 6 de junho de 1755, põe fim, em definitivo, ao cativo indígena

Tudo caminhava no governo de Pombal para transformar o que sobrara da indiada do Brasil em cidadãos portugueses, integrá-los, em definitivo, ao sistema e retomar o controle sobre os ditos índios. A lei de 28 de maio de 1757 eleva a categoria de vila as aldeias, criando-se o regime de Diretório, substituindo, em definitivo, a tutela dos missionários pelo Estado. O principal objetivo do Diretório era o de administrar a vida dos índios que continuavam a ser vistos como incapazes. O diretor dos índios de uma região seria nomeado pelo governador, o que, mais uma vez, deixava a indiada nas mãos dos colonos. Assevera Ribeiro (1984: 57), ao analisar o papel do diretor:

O diretório dos índios não altera o regime anterior. O diretor recebe um sexto do produto das expedições que participam índios por ele tutelados. Com isso, incrementam-se de novo, as atividades de coleta, em detrimento das agrícolas, porquanto umas e outras dependiam do braço indígena, cada vez mais escasso.

Definitivamente, o Governo Luso (Pombal), aplica o golpe de misericórdia contra os da Companhia de Jesus, expulsando-os definitivamente de suas possessões em todo o reino, através da lei de 3 de setembro de 1755, e sequestra os bens da Companhia. O principal objetivo da Coroa, com relação a expulsão dos jesuítas era o de alforriar os índios, emancipá-los para que pudessem, a seu bel-prazer, vender sua força de trabalho sem a intervenção direta dos Inacianos. No cômputo geral, a indiada

já se encontrava esfacelada, descaracterizada, suas aldeias transformadas em vilas e sua cultura mesclada pelos costumes brancos. A Companhia de Jesus e outras ordens teriam cumprido com o seu papel: no momento em que era do interesse da Coroa fazer uso deles (dos padres) para amansar o gentio, estes prestavam-lhes fervorosos serviços; quando a situação mudou, precisava-se do índio para diversos fins sem o controle direto da igreja, as ordens religiosas tiveram seus poderes destituídos. Enfim, mais uma vez, nota-se a eterna manipulação a que fora submetido o índio desde os primeiros instantes do contanto. A partir daí, foi adotada uma nova política indigenista para o Brasil, transformando em vilas as antigas aldeias jesuíticas. Por trás dessa política, visava-se a fixação dos índios em vilas e cidades fronteiriças, reconhecendo-os como homens livres, mas, portanto, capazes de guarnecerem as frágeis fronteiras com a Espanha. Ao mesmo tempo, isso influenciava o processo de expansão da colonização Sertão adentro, já que automaticamente com o fim das aldeias, as terras que lhes pertenciam passariam agora para o domínio secular do Estado Luso. Para esta nova política indigenista, os Padres Capuchinhos se adaptavam, pois seguiam rigorosamente as ordens emanadas da Coroa Lusa: a de utilizar a mão-de-obra indígena nas atividades da terra que os colonos praticavam do Litoral ao Sertão, agora, sem a presença interventora dos da Companhia de Jesus.

Em 1741, chegava à Europa notícias da escravidão e maus tratos que eram submetidos os índios do Brasil, em outras palavras, a lei de 1609 não fora cumprida nem pelos missionários nem tampouco pelos colonos. Naquele ano, o Papa Benedito XIV ameaçou os padres que mantiveram índios escravizados de excomunhão. No ano seguinte, um Alvará, de 8 de outubro, permitiu a tutoria de nativos órfãos das aldeias, num processo de semiescravidão. Quando adulto, os índios receberiam seus salários pelos trabalhos prestados aos tutores.

Em 1755, decretou-se a libertação total dos índios que estivessem em cativeiro, "... com exceção dos filhos de escravos afrodescendentes que deveriam ser julgados pela junta das Missões" (BARBOSA, 2007: 149).

No período Pombalino, no ano de 1757, retificava-se a lei de 1755, no ano de 1758, libertando os índios escravos.

Na vasta documentação trocada entre coroa e capitania, percebe-se que a mesma sempre trata da exploração do índio pelo branco. Proibia-se que, por exemplo, os soldados fossem às aldeias buscar índias para tecer-lhes suas redes e levar bebidas, sendo que caso isso fosse preciso deveria passar pelas ordens dos religiosos que estavam à frente das missões.

As reações contra as leis abusivas de administração das missões indígenas foram várias por parte dos índios aldeados: as fugas eram constantes, pois viviam numa semiescravidão. Sequer os índios tinham o direito à paga pelo serviços prestados nas fazendas. Esse dinheiro era pago aos padres missionários que na alegação de manter a aldeia não o repassava aos índios.

A tensão era tão intensa que, quando havia alguma arma de fogo, na aldeia, esta ficava sob a guarda dos missionários (geralmente 10 armas de fogo com suas munições por aldeias).

Em 1735, a grande maioria das aldeias estavam desprovidas de missionários, passando agora a receberem os padres visitantes do clero secular das vilas próximas. A situação chegou a tal ponto que as ordens e seus religiosos passaram a receber, a partir de 1739, verdadeiros bibelôs, brindes, para permanecerem nas atividades missionárias. Pipas de Vinho eram encaminhadas aos conventos e missões além de um aumento significativo dos salários dos padres seculares e regulares.

A Diretoria dos Índios foi extinta em 1798, graças às irregularidades, abusos e perseguições cometidas contra os índios. Não se sabe ao certo em qual período foram cometidas mais atrocidades contra os índios do Brasil: se no período do governo das missões, se durante a vigência dos diretórios ou se na fase posterior.

A Carta Régia de 12 de maio de 1798 atribuiu a condição de “menor” aos remanescentes indígenas do Brasil, ou seja, indivíduos de uma raça inferior.

As cartas de 1808 e 1809, assinadas por D. João VI, chegaram ao absurdo de, além de declararem guerra justa aos Botocudos de Minas Gerais, estabeleciam que os índios pegos seriam cativos por 15 anos, a partir do momento em que fossem batizados; quase sempre o batismo demorava alguns anos para acontecer após sua prisão, era o processo de catequização forçada; enquanto isso estava trabalhando em

atividades diversas. Nessa situação, a conversão era vista pelo índio como uma condenação, quase sempre perpétua.

José Bonifácio, em 1823, em sua memória, foi um dos poucos naquele tempo a assumir uma posição contrária aos abusos cometidos contra os índios. Os principais princípios de seu documento era:

1º) justiça – não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores;

2º) brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como a usar padões e cristãos;

3º) abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda de nossa parte;

4º) procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;

5º) favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre brancos e mulatos.

No geral, os princípios ora citados, segundo Ribeiro (1984: 82-83), não estavam contidos na Primeira Constituição do Brasil, que apenas estabelecia os cuidados necessários para que fossem criados estabelecimentos para a catequização e civilização do gentio. Persistia o processo de aculturação dos últimos índios, via políticas de desestabilização ou via religião.

A partir de 1843, o governo autorizou a vinda de Capuchinhos para catequizar e instruir os índios em certos ofícios, claro que aqueles necessários a nova situação econômica à qual estava inserido no Brasil.

Em 1845, criou-se o Diretor-Geral dos índios, por província, bem como o diretor da aldeia, para controlar as relações branco/índio; especialmente à questão econômica.

Poucos são aqueles considerados homens bons que se levantaram em favor do índio. Citamos, de forma ilustrativa, duas importantes figuras da política do Brasil no século XIX: o primeiro foi José Bonifácio, que já tecemos comentários anteriormente; o segundo, José Furtado, Governador (Presidente) da província do Amazonas que, no ano de 1858, escreveu uma nota de repúdio aos maus tratos sofridos pelos índios: "... de uma raça interior à destruição ou à escravidão em benefício de outra" e "em proveito da ignóbil cobiça" (RIBEIRO, 1984: 84).

Uma importante forma apontada por Vasconcelo (1999: 43) diz respeito ao uso do índio como soldado nos terços. Tal medida acobertada pela política do período, retirava os índios de suas aldeias, engajando-os nas tropas com a promessa de recompensá-los com terras e a salvação da alma. Desde o início da colonização, duas vertentes de dominação do índio foram verificadas e postas em prática: uma que defendia a força bruta contra os índios e outra defensora dos métodos mais brandos de trazer o índio para o lado do colonizador. Dessa forma, tinha-se mão-de-obra barata, soldados aliados e facilidades de penetração para a colonização dos Sertões. Pois, este era o principal objetivo da legislação do período: ocupar a terra. A Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, será contudente e decisiva para completar o processo de extinção dos índios hostis: autorizava as reservas de terras para a colonização e o aldeamento dos índios considerados selvagens, expropriando-lhes a terra que ainda restava depois de mais de três séculos de expropriações.

As leis seguintes, a de Nº 102, de 10 de julho de 1885, de Nº 149, 14 de abril de 1896 e a de número 488, de 9 de outubro de 1907, passaram a possibilitar a venda de terras por preços irrisórios, inclusive concedendo terras gratuitas aos imigrantes. Dessa forma, como os índios não tinham documentos que comprovassem ser eles os verdadeiros donos das terras que viviam, elas ficaram sujeitas à apropriação por particulares que a adqueriam a preços irrisórios, pois eram tidas como terras devolutas.

Em pleno século XIX, leis ainda eram reeditadas com o objetivo de expropriar e escravizar os índios. D. João VI, em 1808 e 1809, reeditou leis desapropriando terras pertencentes a grupos Tapuias em várias províncias: Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. O principal objetivo era de fornecer terras boas a imigrantes para o cultivo de fumo, cacau, café e algodão. O imigrante era visto e tido como gente de boa raça, bem melhor do que os índios, mestiços e mamelucos. Foram as primeiras colônias de imigrantes europeus instaladas no Brasil, em vales férteis de rios como o Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Foram experiências para os futuros processos migratórios que, também, iriam desapropriar mais terras indígenas. Em pleno século XIX, índios e jagunços providos por grandes fazendeiros ainda se enfrentavam numa eterna guerra pela posse das terras.

Foi só a partir da República que o índio passou a ser visto como homem, isso graças as figuras que lutaram e morreram em sua defesa.

O Decreto-lei Nº 8072, de 20 de julho de 1910, cria o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Aos princípios básicos do SPI, em suma seriam:

1. respeito ao índio; 2. proteção ao índio; 3. proibição de desmembramento das famílias indígenas; 4. garantia de posse coletiva das terras que ocupam; 5. direito de permanecer e ser reconhecido no seu estado social; 6. segurança e proteção direta do Estado.

A lei estabelecia a relatividade cultural, o não uso do índio, de forma forçada, para catequização ou outras atividades que fossem do interesse dos brancos. Até que ponto isso realmente aconteceu?

No ano de 1967, como de praxe, o SPI é extinto, dando lugar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da lei Nº 5371; mudou o nome, mas a estrutura era a mesma, não logrando êxitos, como a posse das terras já ocupadas por grupos indígenas.

A lei Nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, instituiu o Estatuto do Índio e em nada mudou a situação secular a que foi negada a figura do índio no Brasil.

A partir da década de 1980, especialmente com a Constituição de 1988, os remanescentes indígenas adquiriram alguns direitos, mas graças a intensa mobilização dos que sobreviveram há 500 anos de extermínio.

Vieira (2007: 18) afirma que esse tipo de política que classifica como integralista, perdurou até o dia 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da Nova Constituição do Brasil, pois as constituições republicanas anteriores (1934, 1946, 1967 e 1969) apenas objetivavam a incorporação do índio a cumunhão nacional. Até então, o índio era visto como incapaz, e o próprio Código Civil do Brasil do período assim os via. A Lei 6001, do Estatuto dos Índios, de 1973, declara em seu Art. 1º a regulamentação da situação jurídica dos índios e de suas comunidades remanescentes, preservar a cultura e integrá-los progressivamente e de forma harmônica a sociedade dita civilizada brasileira. Em momento algum, o índio era visto como um ser capaz de progredir sem as esmolas dos civilizados, caminhar com seus próprios pés e salvaguardar sua cultura. Só com a Constituição de 1988 é que muda um pouco a relação entre o Estado e o índio. O capítulo VIII, Arts. 231 e 232 reconhecem os índios e sua organização sócio-cultural, seus costumes, línguas,

crenças, religiões e tradições e o mais importante para a sobrevivência econômica dos grupos remanescentes, o direito à terra que ocupam desde épocas passadas, cabendo a União demarcá-la, bem como respeitar e preservar seus bens (BRASIL, 1988). A Constituição de 1988 garante-lhes a autonomia e proporciona-lhes condições mínimas de sobrevivência, quinhentos anos depois de seus ancestrais terem sido massacrados.

Segundo dados do IBGE (2000), hoje já existem em torno de 751 mil índios no Brasil, pertencentes a 235 etnias, vivendo, pelo menos 40% desse total, nas periferias das cidades, fora de suas terras originais, grillhadas em tempos passados pelas políticas indigenistas que favoreciam esse processo.

Podemos resumir a legislação indigenista do início da colonização até a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), como sendo um conjunto de leis voltadas para a colonização, o extermínio e a expropriação das terras dos índios. A partir de 1850, as terras dos índios foram consideradas devolutas, o que acelerou o processo de extinção de inúmeros grupos que não mais tinham de que e como sobreviver. Os 500 anos de história dos índios do Brasil são constituídos por guerras de apresamento e extermínio, por processos de aculturação, mas também por processos de reações, demonstrando que os índios nunca foram passivos, ao contrário, sempre reagiram às tentativas de domesticação.

CAPITULO VI

6. A PARAÍBA: CONQUISTA, EVOLUÇÃO E ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

6.1. O conceito da terminologia Paraíba

Talvez tenha sido Elias Herckmans (1985: 16) o primeiro a mostrar o significado provável da terminologia Paraíba:

Paraíba que é uma palavra bárbara, ou melhor, brasílica, significando um mar corrompido, uma água má, igualmente, um porto mau para se entrar e, segundo explicam as pessoas mais versadas nessa língua, quer dizer um porto sinuoso, cuja entrada é má, pois *Para* quer dizer rio ou porto com curva e *Iba* significa mal donde se segue que esse rio, o maior dessa região, tira o seu nome da boca ou entrada sinuosa que tem e, por sua vez a região tira o seu nome do rio que chama Paraíba.

Eudésia Vieira (1950: 40) afirma que o termo Paraíba vem da união de duas palavras tupínicas: *Pará* e *Hiba*, significando rio ruim. Segundo o *Dicionário Tupi-Português* de Tibiriçá (1984), não existe, no Tupi, a palavra *Hiba*, apenas *Pará*, significando esta última mar ou rio caudeloso, o que, no mínimo, vai de encontro ao que a literatura tem aferido como significado para o termo Paraíba. Segundo Tibiriçá (1984: 153), o termo *Paraíba* significa: “árvore rutácea do Nordeste”, ou pau para arco. A palavra *Paraíba* não apresenta a junção de *Pará* e *Hiba*, para que o termo tivesse alguma possibilidade de significar algo com o mar poderia se chamar *Pará-ibá* (guá), tendo essas últimas palavras o significado de baía ou enseada. Na verdade, os índios não chamavam a região onde havia grande concentração da madeira Paraíba (?) (*Spec*) de *Pará-ibá/guá*, mas sim, referiam-se a região pelo nome da madeira tão importante para a confecção de suas principais armas.

6.2. A Paraíba no pré e pós-contato

Dos registros históricos, poucos são aqueles que mencionam, sem cair em atropelos e repetições, as referências relativas aos índios que habitavam a região. Chmyz (2004: 42) afirma que explicitamente os índios existiram, habitaram todo o território do Brasil, mas também teriam dado origem aos nomes de acidentes geográficos e de vilas e cidades.

Em síntese, foram fixados, no uso cotidiano dos moradores, topônimos indígenas, Tupi-Guarani, Cariri e Tarairiú, tantos oriundos dos próprios indígenas quanto provavelmente provenientes da chamada língua geral, de uso contínuo especialmente na região do Litoral e da Mata.

A ocupação do interior (Sertões) da Paraíba não fora diferente da verificada em outras regiões do Brasil. Aqui também se fez uso da penetração branca para povoamento de gado e gente dos chamados corredores históricos, que nada mais eram que os antigos caminhos dos índios, bem como os antigos caminhos beira – rios dos Sertões onde os grupos indígena se deslocavam para suas atividades cotidianas de sobrevivência, guerras e fugas. Foram estes antigos caminhos que deram origem às vias que interligavam fazendas, vilas e hoje as cidades. Estes antigos caminhos indígenas foram importantes para a fixação dos primeiros colonos que iam se estabelecendo à medida em que os índios iam sendo dezimado ou descidos e as terras limpas.

A ocupação pré-histórica da Paraíba não tem data certa pela escassez de registros arqueológicos, especialmente datações que venham a aferir cronologias. A única datação existente sobre o processo de ocupação pré-histórica dos Sertões vem do município de Vieirópolis.

De acordo com Gabriela Martin (2000: 37), esses grupos errantes buscavam refúgios nos abrigos rochosos existentes em grande quantidade na região.

É possível que os indígenas da Paraíba sejam oriundos de algum ponto do Nordeste, talvez do Piauí, se aceitarmos aquela região como um centro de dispersão humana para o restante da região. Os Sertões da Paraíba foram ocupados inicialmente por grupos caçadores/coletores generalizados, sem que possamos enquadrá-los numa tradição cultural. Eram nômades e vivam da exploração dos recursos naturais disponíveis no ambiente, valendo-se, como principal fonte de matérias-primas, de objetos líticos de pedra lascada. Destas primeiras levas de ocupantes devem, é o que presumimos, ter descendidos aqueles ocupantes que aqui viviam na época do contato.

Quando da época do contato, existem dados etnográficos e arqueológicos que os grupos humanos habitantes do que hoje denominamos de Paraíba já eram

ceramistas, orticultores, pescadores, mas não abandonaram as atividades de caça e coleta, ao contrário, com o contato, esta prática fora incentivada tanto para o abastecimento dos colonizadores como para as novas práticas comerciais aqui implantadas.

Na segunda metade do século XVI, teria chegado outro grupo pertencente ao tronco linguístico Tupi: eram os Tabajaras, que se fixaram nas várzeas do rio Paraíba, provavelmente a sul do mesmo rio. Os Tabajaras eram inimigos dos Potiguaras e foram trazidos da região do rio São Francisco com o objetivo de darem combate aos Potiguaras.

Não sabemos quando, de fato, os Sertões da Paraíba foram ocupados definitivamente pelos Tapuias que têm sido filiados ao tronco linguístico Jê, bem como são efêmeras e pouco confiáveis as informações sobre a chegada dos Tupis no Litoral. Tecnicamente falando, Tupi e Tapuia apresentavam-se num mesmo estágio de desenvolvimento, ao menos na Paraíba.

6.3. A Paraíba: História da conquista, na visão de vários autores

Quase todos os autores paraibanos que escreveram sobre a Paraíba, repetem o discurso oficial. A Paraíba ou sua história só tem início com o contato. Nessa linha se destacam Emilson Ribeiro e Emir Ribeiro (2003), José Octávio de Arruda Melo (2002), Maximiliano Machado (1912), Irineu Pinto (1909), Almeida (1966), Irineu Joffily (1977) e tantos outros.

Para estes autores seguidores desta linha oficial/repetitiva, foi a partir da tragédia de Tracunhaém⁶⁷, na época, Ilha de Itamaracá, em 1574, que definitivamente começa a Paraíba. Até então, os índios são esquecidos. Essa tragédia foi a culminância dos massacres indígenas antecederam na Paraíba.

A Capitania Real da Paraíba recebe esse nome porque sua ocupação seria custeada com recursos do tesouro da Coroa; não teve sua ocupação e colonização efetivadas imediatamente a sua criação no ano de 1574. Mais de dez anos se

⁶⁷ A Tragédia de Tracunhaém deu-se devido ao rapto de uma formosda índia Tupi por parte de alguns colonos. Como reação, os índios da região do Litoral de Itamaracá se uniram e sacrificaram todos do engenho Tracunhaém, pertencente a um certo Diogo Dias. A reação não ficou restrita apenas ao engenho de Diogo Dias, mas se espalhou por vasta região, ameaçando Pernambuco.

passaram para que isso ocorresse. Os motivos desse retardamento são considerados por Monteiro (1980: 41), como sendo gerais e particulares.

Gerais porque os problemas do Governo português são múltiplos, tanto na política como na economia, afastando-o de um interesse concreto em povoar terras que não davam mostras de possuírem veios de ouro. Particulares porque uma série de circunstâncias ocorreu, ocasionando a demora da ocupação da Paraíba... Ação de apesadores de índios, presença de franceses na Baía da Traição, massacre de Tracunhaém e Traição dos Tabajaras.

Um ponto merece consideração: a questão do aprisionamento de índios. Aventureiros que inicialmente adentravam ao interior de Pernambuco com o objetivo de apresar índios, conduzi-los em navios como escravos e vendê-los nos engenhos de açúcar, levaram-nos, muitos deles aliados dos colonos, a se levantar e fazerem guerras contra os mesmos.

Um outro motivo que deve ter servido para retardar o início da colonização da Paraíba era a intensa presença francesa no Litoral, que incitava os índios Potiguaras, seus aliados, para combaterem os colonizadores lusos.

A criação da Capitania da Paraíba, apoiada pela coroa, visava a conter os índios dentro do seu próprio território, evitando-se que esses descessem para a Capitania de Pernambuco, na época, uma das poucas áreas que aferiam lucros aos portugueses, no motante que eles desejavam.

José Octávio de Arruda Mello (2002) fala que a reputação da Paraíba ter sido criada como Capitania Real, em 1574, é uma questão de prestígio, importância concedida pela Coroa à ocupação do território. Engana-se o autor, a questão é que foi preciso um forte aparato militar para coibir, via massacre, os índios Potiguaras da região, pois as várias tentativas de particulares para conquistarem a região foram infrutíferas. Portanto, nada de louvável, honroso e de importante existe neste fato. A Paraíba surge como escudo para a Capitania que dava bons lucros a Pernambuco.

Cinco tentativas luso/espanholas se sucederam na conquista da Paraíba, todas sendo debeladas pela resistência indígena.

Os Potiguaras só foram definitivamente vencidos no governo de Feliciano Coelho de Carvalho, Capitão-mor da Paraíba entre 1592-1600. Nesse período, as tropas luso/espanholas juntamente com índios Tabajaras flecheiros marcharam contra

as aldeias Potiguaras, nas regiões do estuário do rio Mamanguape até a serra da Copoaba, área hoje pertencente ao Brejo Paraibano.

A devastação entre os Potiguaras, como de resto acontecia em toda a América no período, foi alarmente, maciça e rápida. Os que sobreviveram às guerras e às doenças migravam para a capitania do Rio Grande, que ficou conhecida como terra do Potiguar.

A estrutura tribal dos Potiguaras da Paraíba não era diferente do que a literatura mostra sobre outros grupos étnicos: de forma geral, os Tupis consagravam a gerontocracia, isto é, a autoridade da aldeia cabia aos mais velhos, família matrilinear, de descendência estabelecida pela mulher. Os Potiguaras apresentavam, quando da época do contato, uma certa estrutura organizacional: aldeias, horticultura, uso do artesanato e fabrico de tecidos, mas apesar dessas grandes andarilhos, eram sedentários ou semisedentários.

José Octávio de Arruda mello (2002) afirma que a servidão indígena durara pouco na Paraíba, pois ainda no século XVI os Potiguaras foram reduzidos sob o mando de religiosos. Na verdade, começava-se uma nova etapa do processo de domesticação e amansamento do índio do Litoral da Paraíba. A escravidão indígena não só continuou como aumentou de forma considerável, pois além dos Tupis, deu-se início, ou prosseguimento as primeiras entradas para os Sertões, com o objetivo de aprisionar índios, desta feita os Tapuias Cariris e Tarairiús.

Os franceses conseguiram a amizade e confiança dos Potiguaras a partir do respeito a suas crenças e cultura, não os afrontando nem, pelo menos naquele momento, desapropriando-os de suas terras. Houve, portanto, contatos diretos, íntimos entre franceses e Potiguaras, perceptíveis ainda hoje nos remanescentes desses índios no Litoral Norte da Paraíba. Ao contrário dos lusos/Espanhóis, os franceses, mesmo cristianizados, respeitavam os líderes espirituais, os Pajés dos Potiguaras, claro que se percebe que isso foi uma forma de buscar a amizade das tribos Potiguaras e fazê-las acreditar serem seus amigos. Resta saber se com o passar do tempo e caso fosse implantado um sistema definitivo de ocupação francesa na região, esse procedimento continuaria.

A traição dos índios Tabajara também teria dificultado a conquista do território. Inicialmente, os Tabajaras viviam na região do rio São Francisco. Em 1573, Francisco Caldas com cerca de 200 homens para apresar índios Tapuias, conseguiram chegar até a tribo que era chefiada pelo Cacique Piragibe. Francisco Caldas firmou amizade com o Cacique conseguindo, inclusive, índios para a empresa dos Sertões; com a ajuda dos índios de Piragibe, aprisiona centenas de Tapuias e os escraviza.

Monteiro (1980: 44-45) menciona que Francisco Caldas pretendia, também, cativar os Tabajaras de Piragibe. Tomando conhecimento dos objetivos de Francisco Caldas, Piragibe entra em contato com outro chefe Tabajara, Assento de Pássaro. Ambos armaram uma cilada a toda expedição, massacrando todos e libertando os índios. A partir daí, os dois Caciques abandonaram as terras onde viviam, chegando a Paraíba e aliando-se aos Potiguaras contra a conquista da Capitania.

A partir dessa aliança vem definitivamente a primeira determinação do Rei D. Sebastião para que a Capitania fosse conquistadora e anexada em definitivo ao Império Português.

A missão de conquista da Paraíba foi dada ao Governador Geral do Brasil, D. Luís de Brito, por motivos que não ficaram bem claros, determina ao Ouvidor Geral, D. Fernão e Silva, para o cumprimento da tarefa.

Da primeira tentativa (1574) até a última, a quinta (1585), passaram-se 11 anos de escaramuças e pelejas entre índios Tupis e os colonizadores portugueses e espanhóis para ter sucesso no empreendimento.

É importante perceber nessas tentativas de conquista da Paraíba que os índios foram hostis, mesmo que recebendo apoio e treinamento dos franceses, reagiram a implementação da ordem europeia no seu território. E é justamente com essas primeiras reações que se tem início o processo de servidão, aculturação e extermínio do gentio da terra. Por outro lado, há indícios de que durante todas as fases da conquista do Litoral paraibano, grupos indígenas favoráveis ao processo de aliaram as tropas Luso/Espanhola, enpenhando-se na conquista para derrotar seus antigos inimigos e obter favores futuros (HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA, 2006: 71-87).

Aécio Villar de Aquino (1988: 13) analisando o processo de conquista das terras do Brasil e da Paraíba, vê um processo indecisivo com relação a conquista e posse, disputa militar entre as potências da Europa. O Brasil, nessa linha de pensamento, vivenciou, nos seus primeiros trinta anos do pós-contato, uma gerência ineficiente e de um quase total abandono. Acredita o autor que os motivos desse abandono se deveram a pobreza da realeza e de seus súditos, bem como a escassez de gente no reino para vir povoar as novas terras.

A colonização do Norte do Brasil até meados do século XVI esbarrava na Capitania de Itamaracá, o que favorecia a aventureiros e piratas atracarem seus navios nos portos naturais, como na Baía de Acejutibiró (depois Baía da Traição), para abertamente negociarem o pau-de-tintas. Aquino vê o período como apresentando um estado de caos, anarquia e desordem. O ponto interessante da obra de Aécio Villar de Aquino, *Filipeia, Frederica, Paraíba* (1988), é o de desmistificar que a Capitania de Pernambuco, doada por El-Rei a Duarte Coelho era diferente das outras, daí porque fora uma das poucas que prosperou. Assevera o autor que o progresso da Capitania e a consolidação lusa, na região deveram-se mais a pessoa do próprio Duarte Coelho e não as condições da Capitania em si, pois praticamente todos os outros quinhões eram iguais, inclusive os problemas.

Para consolidar seus domínios, Duarte Coelho fez uso de meios nem sempre lícitos, especialmente para obter vantagens em cima dos índios, quando estes passavam de ajudantes passivos para agressores, a reação era impiedosa: a força das armas eliminava os insurgentes.

Claramente se percebe que os preferiam as atividades extrativistas às agrícolas. Duarte Coelho queixava-se frequentemente ao rei de Portugal acerca desta questão, pois os índios que trabalhavam a cana abandonavam constantemente a lavoura para se enfumarem nas matas em busca do pau-de-tintas e trocá-los com os traficantes por bugigangas, roupas e armas. A atividade extrativista, ao menos na Nova Lusitânia, não era vista com bons olhos por Duarte Coelho, ao contrário, acreditava ele que tal comércio deveria ser feito distante das áreas agricultáveis como forma de 'preservar' a mão-de-obra indígena para a agricultura.

Duarte Coelho queixava-se do abandono de duas Capitanias que lhe faziam fronteira e eram palco da desordem que colocava em risco seus domínios: ao Sul, a da Bahia e ao Norte de Itamaracá. Estas áreas eram terras de desordeiros e piratas incentivadores das hostilidades dos índios que atacavam, queimavam e furtavam as riquezas e os esforços de Duarte Coelho. Frei Vicente do Salvador (1937) narrou a desordem que assolava a área da Capitania de Itamaracá e o perigo que isso representava para Pernambuco (Nova Lusitânia).

Os colonizadores da região se aproveitaram largamente do Édito Régio de 1557, que considerava legal a escravidão perpetua dos índios Caetés e sw seus descendentes pela morte do bispo Sardinha; tal fato corroborou para a transformação, na visão dos conquistadores, dos índios do Litoral em Caetés, justificando-se a escravidão, o que só aumentou a reação indígena. A situação contra os índios rebelados chega a tal ponto que o porte de armas por parte dos colonos torna-se obrigatório, tal foi o processo esfacelador a que foram submetidos os habitantes indígenas do Brasil.

A conquista inicial do Litoral paraibano não ficou, apenas, entregue a iniciativa das coroas Ibéricas. A iniciativa privada também passa a se interessar pelo processo, ao ponto de uma das investidas ter significativa participação de Frutuoso Barbosa, um rico comerciante de Pernambuco, interessado em vantagens que a coroa poderia lhe conceder caso desse certo sua empreitada. A presença espanhola na conquista e consolidação do Litoral da Paraíba foi intensa. A expedição de 1584, organizada por Frutuoso Barbosa, mas coordenada por Diogo Flores Valdez, com sete navios espanhóis e apenas dois portugueses, serve de prova incontestada da presença espanhola no processo de conquista.

Não foi o domínio do Litoral da Paraíba, ou parte dele, a partir de 1585, que barrou as investidas francesas e os ataques indígenas na região. Durante o governo de Feliciano Coelho de Carvalho, entre 1591 a 1600, verdadeiros massacres contra os índios foram empreendidos, bem como deu-se continuidade a edificação de praças-de-guerra visando combater os piratas franceses que continuavam a se aventurar na Paraíba. Em 1597, a fortaleza do Cabedelo (monte de areia), por exemplo, sofre violento ataque de treze naus francesas, parte de uma esquadra fundeada no Potengi (Rio Grande). Desta tentativa de tomar o reduto militar guarnecido no período por cerca de vinte (20) homens, os franceses, em torno de trezentos e cinquenta soldados, são

derrotados. A partir de então como forma de sobrevivência da Capitania da Paraíba, como antes acontecera com Pernambuco, era a vez de conquistar o Rio Grande, rechaçar os franceses e dobrar os índios, praticamente exterminados no Rio Grande por Feliciano Coelho (AQUINO, 1988).

A colonização da Paraíba fazia parte de um projeto maior de consolidação do poder imperial luso/espanhol. Para tanto, a política de extermínio adotada na Paraíba, não foi diferente do restante das Américas. Aqui, como em outras partes do Brasil na gênese da colonização, tudo era justificado pela implantação de um sistema agro-exportador, voltado para o abastecimento externo.

6.3.1. Fases da conquista da Paraíba

Houve várias tentativas de conquista da região do Litoral da Paraíba, a partir da criação da Capitania Real em 1574:

1. 1574 – Primeira tentativa de conquista do território (Litoral) paraibano.
A primeira expedição partiu da Capitania de Pernambuco comandada por D. Fernão e Silva. Este comandando homens a pé e a cavalo, partiu por terra até alcançar a foz do rio Paraíba, tomou posse da capitania e, só depois de instalado, na região, é que sofreu os primeiros ataques dos índios Potiguaras, obrigando os portugueses a baterem em retirada para Itamaracá.
2. 1574 – Segunda tentativa de conquista do território (Litoral) paraibano.
D. Luís de Brito, Governador Geral do Brasil, monta uma expedição naval composta por inúmeros navios para a conquista da Paraíba. A expedição não chegou ao Litoral paraibano, pois as más condições do tempo fizeram com que parte dos navios se desviassem do rumo e voltassem a Bahia, inclusive com o Governador; a outra parte consegue chegar a Pernambuco, para em seguida retornar à Bahia, sem conseguir êxitos.
3. 1582 – terceira tentativa de conquista do território (Litoral) paraibano.
Oito anos depois da segunda tentativa de conquista do Litoral paraibano, um grande comerciante português, Frutuoso Barbosa, propôs aos reis (na época Felipe I, rei de Portugal e Felipe II, rei de Espanha, porque já vigorava a União das Coroas Ibéricas), uma tentativa de conquistar e colonizar o território com

seus recursos. Prontamente a proposta foi aceita. Frutuoso Barbosa apenas exigia que lhe fosse concedido o direito de governar a Capitania por dez anos. O acordo foi celado no dia 25 de janeiro de 1579, recebendo, inclusive, alguns navios (04) da Coroa Portuguesa para que lhe servissem de auxílio na empresa.

Na frota/expedição de Frutuoso Barbosa, além de navios artilhados, soldados e religiosos, foi o primeiro a trazer famílias com o objetivo de dar início imediatamente ao processo de colonização.

Antes de vir a Paraíba, a frota deveria atracar em Pernambuco para aguada conserto dos navios; no entanto, maus tempos desestruturaram sua frota, dispersando os navios. Frutuoso Barbosa volta a Portugal sem ter fincado pé na Paraíba. Lá, conseguiu ter seus direitos de Capitão-mor da Paraíba reconhecidos pelo novo soberano, Felipe I.

Regressando a Pernambuco e contando com auxílio do Capitão-mor da Vila de Olinda, dá início aos preparativos da expedição que fora dividida em duas: parte dela vai por terra, composta por brancos, negros, mestiços e índios e a outra parte vai por mar. Acreditava, portanto, que com duas frentes de batalha seria capaz de bater os índios inimigos e seus aliados, os franceses.

Ao chegar a foz do rio Paraíba, Frutuoso Barbosa sobe o rio ⁶⁸ Paraíba atacando naus francesas que estavam ancoradas contrabandeando pau-brasil, próximo a “ilha de Camboa” (MONTEIRO, 1980: 46).

A frota de Frutuoso Barbosa foi atacada por tropas mistas de franceses e índios na foz do rio, o que o levou a sofrer grande derrota e ficar à mercê da própria sorte até que chegasse as tropas de terra, obtendo nos combates algumas poucas vitórias. Tinha a ideia de edificar um forte para consolidar a conquista, o que não obteve êxito devido aos constantes ataques cada dia mais ferozes dos índios. Assim, debilitado e sem condições de resistência, retorna a Pernambuco.

4. 1584 – Quarta tentativa de conquista do território (Litoral) paraibano.

⁶⁸ Questiona, portanto, até que ponto a entrada do rio Paraíba era considerada ruim, estreita e sinuosa, quando vários navios conseguiam adentrar por ela. Foi divulgado por cronistas que o significado do termo Paraíba seria rio ruim, rio de má navegação.

Frutuoso Barbosa e os Capitães-mores de Itamaracá e Pernambuco buscam apoio junto ao Governador Geral do Brasil (Manoel Teles Barreto) para uma nova empresa; uma nova expedição foi preparada sob o auxílio do general Diogo Flores Valdez. Em março de 1584, a armada navega para a Capitania de Pernambuco. Fazia parte desta expedição o Ouvidor Geral das terras do Brasil, Martim Leitão, aquele que na quinta tentativa receberá os louros pela conquista da Capitania.

Em Pernambuco, a esquadra de Valdez recebe reforço e parte em 24 de março para a conquista do Litoral, ou parte dele, da Capitania Real da Paraíba.

A expedição estava dividida em duas: uma constituída por nove naus artilhadas e a outra por terra, constituída por brancos, negros, mestiços e índios, tendo a frente o capitão Felipe de Moura.

Até Igarassu, Martim Leitão acompanha a coluna por terra, voltando para Olinda naquela localidade, sem que diretamente fizesse parte dos combates que se dariam em seguida.

A esquadra de Flores Valdez chegando a foz do Paraíba encontra várias naus francesas, dando-lhes combate e queimando-as. Em seguida, chega a expedição por terra.

Como não aconteceram ataques indígenas nesse primeiro momento, deu-se início a construção de uma fortificação. Poucos dias depois, a fortificação de taipa estava pronta, dando sinal de segurança aos conquistadores. A grande questão do empreendimento não ter dado certo recai nas intrigas entre portugueses e espanhóis. Frutuoso Barbosa alegando “possuir provisão Régia de Capitão-Mor, escolheu o sítio de Cabedelo” (MONTEIRO, 1980:48) para dar início a construção de casas, consolidação e colonização da região; o espanhol, decidiu por dar início a consolidação a partir do outro lado do rio, onde hoje está assentada João Pessoa. Este último venceu o embate. Isso só mostra a contribuição e o poder espanhol sobre a conquista do território litorâneo da Paraíba.

Ao forte recém construído (01/05/1584), deram-lhe o pomposo nome de Forte de São Felipe e São Tiago, provavelmente em homenagem a Felipe, rei das Coroas Ibéricas e suas possessões além-mar.

Diogo Flores Valdez entrega o comando das tropas aquarteladas, no forte, ao capitão de Infantaria Francisco Castrejon, com 110 soldados espanhóis, deixando três navios artilhados na Paraíba e volta a Europa.

Frutuoso Barbosa fica como capitão português da região, numa espécie de poder paralelo, com apenas 50 homens em armas.

Felipe de Moura, objetivando apresar índios do interior (talvez Tapuias), sai a sua procura e cai numa cilada, perdendo cerca de 50 homens nos embates (homens brancos em armas), cerca de 400 índios e mais de 100 escravos. Com a grande derrota sofrida, resolve abandonar a região e volta para Olinda.

O Forte teve pouca duração. Monteiro (1980: 48-49) aponta alguns motivos que teriam contribuído para o esfacelamento do Forte e por extensão da empresa: aliança entre franceses e índios potiguaras, motivada pela queima e apreensão de naus francesas; desavenças entre Francisco Castrejon e Frutuoso Barbosa no comando da empresa refletiram nos ânimos e moral da soldadesca; isolamento do forte dificultando o recebimento de provisões diversas (alimentos, água e munições), bem como a retirada dos feridos;

No ano de 1585, Martim Leitão parte em socorro dos do Forte de São Felipe e São Tiago. Essa expedição fora organizada com recursos do próprio Ouvidor-Geral do Brasil, Martim Leitão. Com tudo isso, a situação só tendeu a se agravar devido aos incontáveis atentados dos índios. Assim, Frutuoso Barbosa e depois Castrejon voltam a Olinda, abandonando o reduto fortificado e jogando ao mar as armas da artilharia e pondo fogo no restante do material e no próprio reduto militar que depois passou a ser conhecido como Forte Velho.

5. 1585 – Quinta e última tentativa da conquista do território (Litoral) paraibano.

Uma das estratégias dos luso e espanhóis, para o enfrentamento dos índios hostis à conquista, foi trazer da região do São Francisco seus arqueinimigos, os índios Tabajaras (hoje extintos na Paraíba), isso se deu nos primeiros meses do ano de 1585. Estes eram chefiados pelo famoso Cacique Piragibe. A tribo foi instalada ao Sul do rio Paraíba, despertando a atenção dos Potiguaras. De inimigos (Tabajara e Potiguaras), tornaram-se aliados contra os conquistadores, mesmo que essa aliança fosse efêmera, pois os Potiguaras sempre desconfiavam da lealdade dos Tabajaras, até que estoura uma grande guerra intertribal entre esses dois grupos étnicos ligados ao tronco Tupi.

Piragibe e Assento de Pássaros, chefes dos Tabajaras, tomaram o caminho do interior. Seriam estes povos que habitaram algumas áreas do interior e que ainda hoje se encontram igaçabas Tupis nos Sertões da Paraíba? Talvez os estudos são poucos para que possamos afirmar a colocação exposta.

Tomando conhecimento do ocorrido, o ouvidor Geral Martim Leitão remeteu emissários a Piragibe oferecendo-lhe aliança contra os Potiguaras e franceses, convocando-os de volta ao Litoral. Assim, os luso e espanhóis fizeram o jogo de “atiçar” os inimigos, colocando-os uns contra os outros. Piragibe, por ter menos poder de guerrear que seus inimigos Potiguaras, recorre a Martim Leitão, que prontamente atende ao seu pedido de socorro. João Tavares, juiz de Órfão de Olinda, amigo de Piragibe, é encarregado pelo Ouvidor Geral para executar a missão de entendimento.

Em 2 de agosto de 1585, com 20 anos, João Tavares encontra-se com Piragibe (Braço de Peixe) que lhe propôs paz.

Em 3 de agosto, João Tavares sobe o rio Paraíba e, em 5 do mesmo mês e ano desce a terra para escolher o local e construir uma fortificação.

Martim Leitão que recebe a fama pela conquista da Paraíba, na verdade pouco fez efetivamente. Os louros, nesse caso, cabem a João Tavares.

Em 15 de outubro de 1585, o Ouvidor-Geral parte para a Paraíba, por terra, com 25 homens a cavalo e 40 a pé. A tropa era constituída por soldados e profissionais que dariam início a construção da cidadela. Da tropa, duas figuras merecem destaque: Duarte Gomes da Silveira e Cristóvão Luiz, engenheiro real, que iria estruturar a nova urbe que já nasceu cidade.

A cidadela começou a ser edificada, umas poucas casas, em 4 de novembro de 1585, no local que João Tavares havia escolhido, às margens direita do rio Sanhauá, no alto de uma colina. A cidadela foi construída seguindo o modelo vigente em todo o reino português e espanhol da época: estilo acrópole (LEMOS, 1979).

A cidadela recebe o nome de Nossa Senhora das Neves, homenageando a Santa do dia 5 de agosto, dia em que João Tavares desembarcou e escolheu o sítio (local) para a construção da cidade. Fato interessante é que o sítio inicial da cidadela foi escolhido acerca de 17 Km a jusante da foz do Paraíba; o motivo principal seria o de dificultar a penetração de inimigos e a tomada da cidadela.

A conquista, na verdade, deu-se no Litoral, região onde era explorado o pau-de-tintaa e outras madeiras de lei e onde teve início a produção de cana. Portanto, quando se fala em conquista da Paraíba, trata-se inicialmente do Litoral, da foz do rio Paraíba, importante porta de entrada para área produtora de madeira e depois cana-de-açúcar, bem como, acesso principal à cidadela, já que o rio Sanhauá é um dos afluentes do rio Paraíba. A interiorização da colonização se dará um pouco mais tarde, início do século XVII, com a introdução do gado para os Sertões.

6.3.2. Consolidação da conquista da Capitania Real da Paraíba

Afirma Pedro Calmon em sua análise da *História da Civilização Brasileira* (1958) que a conquista da Paraíba (leia-se da foz do rio Paraíba e o acesso à área onde começou a ser edificada a cidade de Nossa Senhora das Neves – atual João Pessoa), fora feita por elementos provenientes da Bahia e Pernambuco. Os objetivos iniciais dessa conquista eram o de expulsar os franceses da região, aliados dos Potiguaras e causadores de devassa nas capitanias vizinhas, dar início a plantação de cana, bem como a extração de Pau-brasil e outros produtos nativos.

Após a conquista dos pontos estratégicos do Litoral da capitania, a expansão luso-espanhola continuou rumo ao Norte. Em 1598, gente de Pernambuco constrói a fortaleza dos três Reis Magos, sendo até então a mais setentrional fortaleza militar do império. A partir dela, o fluxo de penetração para o Ceará, Maranhão e Pará se processa vertiginosamente. Aos de Pernambuco, coube especialmente a conquista do Litoral. Aos da Bahia, especialmente a conquista dos Sertões. Dessa forma, a devassa do interior que hoje chamamos de Nordeste deu-se graças ao *rush* bandeirante, sempre em procura de novas áreas propícias a atividade criadora.

Por várias vezes, algumas incursões foram feitas nos Sertões da Paraíba, na serra da Copaoba, ora para combater os franceses, ora combater os índios Potiguaras ou ambos. A Copaoba distante do Litoral cerca de nove (09) léguas era uma importante região produtora de madeiras de lei, daí a urgência em construir baluartes militares na foz do rio Paraíba e a jusante dele. Data do governo do Capitão-Mor Frutuoso Barbosa (1587-1591) a construção de dois importantes baluartes que tinham como principal objetivo o de evitar que naus inimigas adentrassem ao interior da Paraíba e, a partir

daí, conquistasse a cidadela de Filipeia de Nossa Senhora das Neves⁶⁹. Inicialmente foi construída a primeira fortaleza, de Santa Catarina, que resistiu ao último ataque francês de 1597 e o Forte de Inhobém, na Várzea do rio Paraíba.

O rio Paraíba, além da função estratégica, apresentava para os colonizadores importante fonte de riqueza. Em suas margens e várzeas, instalou-se importante indústria açucareira. Inicialmente, o rio foi denominado de São Domingos. É o maior rio da Paraíba com cerca de 350 Km de percurso, nascendo e descendo do planalto da Borborema, desaguando no Cabedelo. Este importante rio e seus afluentes serviram, a partir do século XVII, como caminho natural de penetração para a conquista dos Sertões.

A efetivação do domínio luso-espanhol na Paraíba, só se dá quando Piragibe, chefe Tabajara, firma acordo de paz com os conquistadores, forçando os Potiguaras a submissão. Esta pode ser considerada como o primeiro processo de limpeza do território paraibano, com a morte e servidão de parte dos índios Potiguaras. Essa primeira rendição Potiguara não acabou em definitivo com a guerra. A reação por parte desse grupo humano continuou durante anos, talvez décadas, até que, no início do século XVII, a submissão total Potiguara e Tabajara era visível. Em 1585, os portugueses já tinham um certo controle sobre os índios do Litoral e Mata.

Irineu Joffily (s.d.: 349-350) apresenta uma carta do Rei de Portugal, na época da conquista dos Sertões da Capitania da Paraíba, criticando os massacres desencadeados por sertanistas de contrato e por sesmeiros que exterminavam os índios visando suas terras. As consequências da submissão do índio era a morte, a escravidão ou o aldeamento forçado. Nos três casos, a quebra da cultura do outro e a imposição do ritmo de vida europeia foram uma constante.

Os primeiros e grandes desbravadores das terras dos Sertões receberam, como gratidão do rei pelos “bons” serviços prestados na limpeza do terreno, grandes lotes de terras que se transformaram em extensos latifúndios. Ao contrário do que a literatura dita oficial nos mostra, não foi apenas o gado o gerador de riquezas para os colonos dos Sertões, o algodão especialmente, os alimentos de subsistência e depois o café e

⁶⁹ A partir do governo de Frutuoso Barbosa a cidade de Nossa Senhora das Neves passa a se chamar Filipeia de Nossa Senhora das Neves em homenagem a Dinastia Filipeia que reinava em Portugal e na Espanha.

outros produtos foram desenvolvidos intensamente nas sesmarias dos Sertões da Paraíba. A partir do estabelecimento dos primeiros currais e fazendas, foram sendo criadas as primeiras comunidades de colonos, os arraiais que mais tarde originariam as vilas e cidades. Muitas delas surgiram a partir de antigas missões religiosas, como a de Travessia, dará origem a Vila São João, hoje cidade de São João do Cariri; os arraiais de Boqueirão, Piranhas, Campina Grande, Pilar, etc., deram origens a importantes cidades do interior da Paraíba.

Inicialmente à medida que a conquista dos Sertões acontecia, iam surgindo regiões geográficas que recebiam nomes indígenas que, em muitos casos, permanecem nos dias atuais. Com o tempo, relata-nos Gurjão (2000), mediante o aumento populacional de brancos e mestiços, pois os índios foram sendo extintos, bem como a diversificação econômica, os espaços geográficos em fins do século XIX recebem, praticamente as denominações que apresentam atualmente: Litoral, Caatinga, Brejo, Agreste e Sertão, para classificar por feições geográficas as várias regiões com características principalmente fitomorfas diferentes. A cada região era lhe atribuída uma dada característica econômica. Por exemplo, no Litoral cabia-lhe a produção açucareira; ao Agreste, as atividades de subsistência e comerciais, por ligarem o início do mundo (Litoral) ao fim do mundo (Sertão); ao Brejo, devido sua condição geoambiental propícia a policultura, coube a produção de alimentos e cotonicultura; ao Cariri, Sertão, Seridó e Curimataú a atividade criadora e a produção algodoeira.

6.4. Descimentos, guerras na Paraíba e conquista dos Sertões

Em meados do século XVI, já havia escassez de gentio no Litoral da Paraíba processando-se as primeiras entradas para os Sertões com o intuito de prear índios.

As primeiras permissões para os descimentos foram dadas aos mamelucos e mestiços para convencer os índios a descerem através da paz. Quando não havia essa possibilidade, homens brancos com traços de mestiços e flecheiros faziam-lhes guerra, obrigando-os a descerem. Para conseguirem tais dádivas, os artifícios utilizados eram os mais diversos: fartura de peixe e mariscos do mar, liberdade, bibelôs (ferramentas, roupas, enfeites). Ao chegarem, havia a apartação dos índios e tomavam-se destinos ignorados, quase sempre a escravidão nas plantações de açúcar. As primeiras

entradas, também, contribuíram para conhecer o terreno e prospectar minas de metais e salitre, indispensáveis para o fabrico de pólvora.

Frei Vicente do Salvador (1937) tece comentários dos embates entre colonizadores e índios no processo de conquista da região: do Litoral aos Sertões, ao menos na região da Copaoba, o objetivo era dar cabo aos Tupis rebelados e consolidar o território em nome de El-Rei. As guerras contra o gentio toma inúmeros capítulos da obra de Frei Vicente, o que demonstra claramente: os objetivos obstinados dos conquistadores e o processo de reação intensa por parte dos índios. Em todo o Estado do Brasil, aponta Frei Vicente do Salvador, as batalhas foram quase sempre desastrosas para os índios. As guerras que se faziam contra os índios eram vistas, quase sempre, como vingança por algum suposto mal que os índios teriam causados aos conquistadores.

Erroneamente, Eliete de Quiroz Gurjão (2000) afirma que só, em 1665, é que se estabelece a primeira missão de índios nos Sertões, a do Pilar, que mantinha os índios Bultrins, tribo pertencente à Nação Tapuia Cariri. Décadas antes, a missão dos índios Cariris, em Fagundes, na serra de Bodopitá, já praticava a atividade religiosa. Com a desestabilização desta missão graças às hostilidades dos índios Fagundes, a missão foi deslocada para o Pilar, mais próximo do Litoral.

Paralelo à missão do Pilar e muito provavelmente anterior à missão dos Cariris em Campina Grande, há relatos da missão, também de índios Cariris, de Travessia, na região em que hoje se encontra o município de São João do Cariri, onde nas proximidades se dava a junção de dois importantes rios: o Paraíba e o Taperoá. A partir dessas entradas e a constituição dessas missões nos Sertões, tem-se início os primeiros grande conflitos índio/colonizador.

Sem dúvida que o choque inicial de dois grupos culturais distintos, de um lado os europeus liderados pelos portugueses, ávidos por terras e escravos, do outro, os índios das nações Cariris e Tarairiús, que defendiam suas terras e seu sistema cultural, se chocaram-se e deram início a uma série de batalhas que culminaram com o extermínio total desses índios nos Sertões da Paraíba.

Celso Mariz (1999) em sua obra reeditada *Através do Sertão*, assim como outros tantos historiadores que escreveram sobre o processo de conquista dos Sertões, aferem grandes louros aos conquistadores, mostrando o heroísmo dos mesmos frente a selvageria dos índios, resolutos em não deixarem que a civilização penetrasse em suas terras.

Mariz fala dos insucessos das incursões dos colonizadores na região, mas de forma que se percebe ser o índio o hostil. Fala dos bandeirantes e seus terços, mostrando terem sido os pioneiros na conquista dos Sertões da Paraíba. Atribui-lhes valores, tenacidade, heroísmo, coragem. Vê a impiedosa catequese, especialmente a da Companhia de Jesus como algo benéfico, capaz de levar ao selvagem arredo a palavra de Deus e transformá-lo em homem. Na verdade, em termos de dominação e alienação do outro, as entradas e bandeiras fizeram tanto mal quanto a tentativa religiosa de submeter o índio. Cada qual, a sua maneira, cumpriu com seu papel: fosse com o crucifixo ou com a arma de fogo, a cultura do outro não foi respeitada, ao contrário, foi menosprezada, incorporado apenas aquilo que convinha ao conquistador.

Celso Mariz (1999: 10-11) cita alguns bandeirantes que entraram com suas bandeiras nos Sertões, no século XVI e apreenderam números significativos de índios:

A de Antônio Dias Adorno, subindo o rio dos Contos, trouxe sete mil captivos, segundo afirmo criterioso historiador. No governo de Luiz de Brito, explorou as margens do S. Francisco um tal Sebastião Alves, fazendo boas presas.

Aos índios pegos em guerra justa, aponta-nos ainda Celso Mariz, que levados para o Litoral antes de serem comercializados, eram tratados como bezerros, marcados a ferro e fogo. Não se respeitavam as alianças dos casais. Eram comercializados separadamente:

cada senhor conduzia os escolhidos, sem o escrúpulo do respeito aos interesses da esposa ou aos sentimentos do filho. Iam viver d'ahi em diante separados, simples objectos de serventia e venda nas mãos dos brancos possuidores (MARIZ, op cit.: 11).

Coube a Fernando Dias Paes Leme, em 1673, enveredar com suas companhias exploradoras a desbaratar o que ainda existia de intocável nos Sertões do Nordeste, bem como o apresamento e o combate aos últimos Tapuias.

Os sertanistas, vistos como heróis, foram, na verdade, os grandes salteadores e causadores dos genocídios nos Sertões da Paraíba.

Borba Gato, seguidor dos passos de Fernando Dias Paes Leme, que inclusive viveu durante cerca de vinte anos entre os índios, foi outro conquistador e desbravador dos Sertões de Dentro. Quando uma bandeira regressava de suas atividades, outras seguiam o percurso percorrido por aquela quase que de imediato, em busca das terras férteis do interior, de minas ou de apresar mais índios.

Até a expulsão dos holandeses, os colonizadores pouco adentraram além de vinte léguas a Oeste da Capitania. No período, o contato entre Tapuias/colonizador já havia se registrado, algumas fazendas de gado já estavam instaladas, mas sempre acoitadas pelos índios hostis. Para a definitiva conquista do território no pós-expulsão holandesa, contou a Coroa Lusa com o significativo apoio das ordens religiosas, especialmente os Franciscanos e Jesuítas, sendo estes últimos os aldeadores de vários grupos indígenas em Campina Grande, área de extrema importância para a consolidação da conquista dos Sertões. Atribui-se a Luiz Soares e Theodósio de Oliveira Lêdo, ambos Capitães-mores, através do uso da persuasão ou da força quando preciso fosse, conduzir para o aldeamento da Campina Grande as hordas de índios para a nova missão. Entre 1685 e 1690, portanto no final do século XVII, ainda se organizavam bandeiras com o objetivo de limpar o terreno.

Sobre Luiz Soares, organizador da bandeira de 1665, Celso Mariz (1999: 22) atribui-lhe o título de “guerreiro empenhado no extermínio dos índios”. Em carta Régia de Lisboa, datada de 28 de novembro de 1710, Luiz Soares recebe grandes elogios por ter “pacificado” os Sertões da Paraíba.

Já com relação ao outro bandeirante/sertanista, Theodósio de Oliveira Lêdo, os relatos acerca de suas façanhas são mais conhecidos do que os de Luiz Soares. Coube a este aventureiro, a frente de seu batalhão de índios e soldados, desbravar principalmente a região dos Cariris Velhos, via o rio Paraíba, chegando inicialmente a Boqueirão de Cabaceiras. O próprio Celso Mariz diz, contradizendo o que foi exposto anteriormente, que antes de 1670, já havia de muito penetrado bandeiras de limpeza do terreno, a ferro e fogo, devastando as caatingas e apresando índio. Oliveira Lêdo, portanto, seguiu os passos de outras bandeiras, seguindo-lhes os rastros. Conta-nos Mariz que, quando da entrada dos Lêdo, os índios, ou parte deles, especialmente os Cariris, já estavam aldeados e catequisados, portanto, mansos.

Foi Oliveira Lêdo seguindo o rio Paraíba e depois o Taperoá que penetrou em outras regiões do Cariri, inclusive se deparando e travando combate com os índios Cariris que ia encontrando pela frente até conseguir atravessar o Planalto da Borborema, chegando até os vales dos rios Pinharas e do Piancó. Paralelo a esta atividade, iam surgindo pequenos povoados constituídos de poucos brancos, negros libertos e escravos e índios mansos e escravos. Atribui-se, ainda hoje, aos Lêdos, especialmente a Theodósio, a fundação de alguns povoados do Sertão, como Campina Grande, bem como, a consolidação do restante do território. Os Lêdos são vistos como heróis, mas fizeram uso dos meios mais escusos possíveis para conseguirem a pacificação dos Sertões. A matança e a escravidão são as principais formas de apaziguar os índios rebelados. Assim, os Lêdos e outras famílias que adentraram ao interior da Capitania da Paraíba devem ser vistos como assassinos e responsabilizados pela prática de um verdadeiro genocídio a que foram submetidos os Tapuias Cariris e Tarairiús da Paraíba. A Coroa Lusa, no século XVII, dá a Theodósio de Oliveira Lêdo, pelos bons serviços prestados na limpeza do terreno dos Sertões, o título de Capitão-mor das Piranhas (PIMENTEL, 2001).

A partir de 1673, tem-se notícias de um certo Domingos Affonso, grande sesmeiro e criador de gados em várias Capitanias, ter entrado com sua gente e gado pelo rio Paraíba e criado fazendas. Deixou para os Jesuítas quase toda a sua imensa fortuna. Este forasteiro uniu-se a Domingos Jorge Velho para bater os índios que se fizeram hostis a sua penetração. Tudo leva a crer que este indivíduo penetrou em várias regiões da Paraíba, em terras dos antigos Cariris e dos Tarairiús.

Atribui-se aos herdeiros de Garcia d'Ávila, em 1667, terem executados algumas entradas, oriundas dos Sertões do Piauí, na região da ribeira do Piancó e do Alto-Piranhas, os quais recebem títulos de posse legal, o que nos leva a conjecturar que antes desta data os d'Ávila haviam penetrado, conquistado e limpado o terreno nos Sertões da Paraíba.

Em 1708, é a vez do Sargento-mor de Pernambuco, Antônio José da Cunha, requerer terras na região do rio do Peixe, suprimindo-as de grande quantidade de gado vacun e cavalari.

Sem dúvida que os terços dos paulistas, contratados pelos governos das capitanias para darem cabo aos índios rebeldes, foram os que mais danos causaram aos grupos Tapuias da Paraíba em fins do século XVII e início do XVIII; nesse período, ainda era visível a guerra contra os índios “confederados” que ficou conhecida como a “Guerra dos Bárbaros”; assim, toda violência era justificada pela alegação de se estar pacificando a região. Em termos de violência, os Lêdos, os d’Ávila, e outros, seguiram o mesmo rastro dos paulistas, foram eficientes na limpeza do terreno e na destruição da cultura dos Tapuias, daí podermos falar em extermínio.

6.4.1. Os índios da Paraíba a partir do Império

Na historiografia paraibana, o índio só aparece no final do Império e início da República como complemento do processo de se construir uma nacionalidade do povo brasileiro. O índio passa a ser visto como uma das três raças formadoras da nacionalidade. Mesmo assim, afirma Mariano (2003: 118) que,

até meados da década de 1970, essa historiografia ainda é marcada por trabalhos que enfatizam as conquistas, a história política das camadas dominantes e por uma forte necessidade de consolidar a história local, criando heróis e reforçando mitos...

Os índios, até os anos de 1970, eram vistos simplesmente como uma representação estereotipada do passado, vítima de injustiças sócio/históricas. Realmente foram, mas é bom salientar que os grupos humanos indígenas apresentam uma trajetória própria e deve ser mostrada, deve-se fazê-los falar, mesmo que em grupos extintos, a sua cultura material pode servir de testemunho para ao menos traçar-lhe o perfil cultural e inseri-los, na história, com o real valor que merecem.

O índio até o final do Império era visto como decadente e fadado ao desaparecimento, mas capaz de evoluir “... a partir de uma suposta perfectibilidade baseado no pensamento de Rousseau que partia do princípio que o homem apresenta a capacidade de evoluir” (MARIANO, 2003: 125). Assim, o índio continuava sendo visto como atrasado, mas capaz de alcançar o mundo civilizado. Os colonizadores colocaram isso em prática acreditando que a catequese, o extermínio dos que não aceitassem as normas Lusa e a miscigenação seriam os caminhos ideais para a transformação do selvagem num mundo civilizado.

A teoria da degeneração americana, levantada por Buffon, afirma que o índio era selvagem e débil. De Pauw reforça a tese dizendo que o índio sequer era um animal imaturo, mas sim um mero degenerado (MARIANO, 2003: 125).

No século XVIII e XIX duas correntes explicativas sobre os índios do Novo Mundo se destacaram: uma humanista de Rousseau e outra de Buffon e De Pauw, que visavam mostrar haver diferenças entre os homens. Durante todo o século XIX, como consequência dessas duas teorias, buscaram-se mecanismos físicos que levassem a indicar os porquês de certos grupos humanos haverem se desenvolvidos mais do que outros. É nessa conjuntura que se busca estruturar o conceito de raça e se buscam subsídios na estrutura biológica que expliquem o suposto atraso tecnológico de algumas “raças”, como os índios da Paraíba, por exemplo.

A partir dessas doutrinas raciais e das teorias propostas por esses pensadores, fica clara a imposição das desigualdades e diferenças entre homens, buscando sempre legitimar domínios e mostrar o “atraso” histórico dos povos não ocidentais (MARIANO, 2003:127).

Em pleno século XIX, a visão que se tinha do índio era dúbia. A historiografia do século XIX acreditava que o índio poderia ser resgatado do seu estado de selvageria para a civilização. Tal modelo fora reforçado a partir da tese de von Martius (1938) que via o índio como um ser capaz de ascender ao mundo civilizado dos brancos. Dessa forma, o que se escreve até os idos de 1970, no Brasil, e na Paraíba, é parte de um modelo criado a partir da visão que se tinha do outro durante os séculos XVIII e XIX, esteriotipando o índio; daí, talvez, a repetência desse modelo pelos historiadores das primeiras décadas do século XX em apresentar, sempre, a mesma linha de raciocínio e dar continuidade a uma visão distorcida, sem o olhar do outro.

No século XIX, preferiu-se optar não mais por uma política indigenista voltada para o enquadramento do índio através dos castigos e corrigido pelo trabalho; perdurará, agora, representada durante o Império e início da República como simpático, o que acabou por criar um esteriótipo de piedade, que inclusive peserverá durante quase todo o século XX. De forma geral, perdurou até os idos de 1970, uma visão simplista, débia e genérica acerca das sociedades indígenas do Brasil do pós-contato. Os escritores do período apresentam os índios como algo do passado, numa visão pessimista dessas sociedades, fadados ao desaparecimento, sem aferir grandes legados ao mundo moderno.

Poucos grupos humanos indígenas da Paraíba contactados sobreviveram. Atualmente apenas algumas aldeias de remanescentes Potiguaras sobrevivem, desestruturados, na miséria e aculturados no Litoral Norte do Estado, mas sempre buscando resquícios que sejam capazes de lhes fornecerem subsídios para a (re)criação de sua história. Quanto aos Tapuias, apenas seus traços diversos são perceptíveis entre os grupos humanos que vivem nas comunidades dos Sertões, cabendo a Arqueologia recuperar o importante legado que nos fora deixado por esses grupos humanos.

6.5. Os estudos arqueológicos: do Brasil a Paraíba – da Colônia aos nossos dias

Vivenciamos no Brasil atual uma nova fase da Arqueologia⁷⁰, marcada por caminhos traçados a partir da década de 1980, uma transição de uma Arqueologia Tradicional, desencadeada basicamente a partir da implantação do PRONAPA, entre os anos 60 e 70 do século XX, apontando, mesmo que sob diferentes aspectos e pontos de vistas diferentes, bem como a heterogeneidade dos assuntos tratados, rumo a uma “Arqueologia Brasileira mais crítica, reflexiva, heterogênea, holística, plural e dedutiva, mais engajada do ponto de vista social e melhor preparada em termos teórico-metodológicos” (OLIVEIRA, 2002: 42).

A tese levantada até os anos de 1980 que o arqueólogo deveria agir como um ser passivo, apenas produzindo novos conhecimentos sem interpretar os materiais arqueológicos representativos da vida material de um grupo⁷¹, já caiu por terra. Mesmo que Coli (2002:112) venha a afirmar que no Brasil a Arqueologia vem se distanciando do público, num processo de emparedamento da ciência arqueológica. Ao contrário, o arqueólogo, hoje, tem o papel de engajamento na vida político-social da área que trabalha. A Educação Patrimonial pode ser vista como um bom exemplo desse engajamento, fazendo com que a Arqueologia torne-se pública a medida que o arqueólogo torna público seus pontos, devolve a sociedade os resultados de suas pesquisas, engajando-os no contexto de defesa do patrimônio. Dessa forma, a

⁷⁰ Funari e Noelli (2002: 7) afirmam que a Arqueologia sempre fora vista como uma mera disciplina auxiliar da História, isso na Europa. Na América, toma-se outros rumos, aqui, a Arqueologia está mais ligada a Antropologia, portanto, visa a estudar as relações sociais e culturais entre os grupos humanos (TRIGGER, 1990).

⁷¹ Zamara (1990: 40) afirma que a Arqueologia desempenha um novo papel, como a de conhecer em profundidade a vida de um dado grupo humano. É preciso fazer os artefatos falarem, analisar o contexto em que o artefato jazia, para se chegar ao *modus vivendi* do grupo.

Arqueologia Pós-Processual assume largamente o perfil teórico dos novos arqueólogos do Brasil, sem que necessariamente técnicas e modelos de outras correntes teóricas e momentos históricos sejam desprezados.

As pesquisas arqueológicas do Brasil nasceram alicerçadas ao próprio processo de colonização do país. Os primeiros viajantes que eram botânicos, geólogos, religiosos, naturalistas etc. eram, em sua maioria, estrangeiros enviados por seus países para realizar a coleta de materiais e enriquecer os acervos de seus museus, além de alguns etnólogos que tinham o objetivo de estudar as sociedades primitivas remanescentes. De forma geral, os estudos arqueológicos no mundo são antiqüíssimos, antecedem ao próprio nascimento de Cristo (HOLE e HEIZER, 1977).

Os primeiros relatos sobre a nossa Pré-História e sobre os primeiros anos pós-contato acabam por se confundir com dados científicos e fantasiosos acerca das civilizações perdidas. A Arqueologia, assim como as outras ciências, vivenciou um elevado grau de desenvolvimento, observado por muitos estudiosos, como: Trigger (2004), Najjar (2005), Lima (2006), Jones (2005), Hodder (1994), dentre muitos que mostraram seu desenvolvimento linear, do século XVIII e XIX (do Antiquarismo e Darwinismo), as novas concepções da ciência arqueológica do século XX e XXI, em que o artefato deixa de ser um mero instrumento apenas observável para ser um elemento de questionamento, fazendo o outro falar: é a Arqueologia Processual e a Pós-Processual.

Santos e Medeiros (2005: 21), analisando a temática em tela, pontuam o seguinte:

Muitos desses relatos ultrapassaram o tempo, chegando até nós no rastro dos mitos e crendices dos pioneiros desbravadores, especialmente missionários jesuítas que não fugiam à explicações bíblicas e pós-diluviais para justificar a existência de grupos humanos na América em tempos remotos.

Com relação às histórias fabulosas e fantasiosas que foram escritas no final do século XIX e início do século XX, sobre o processo de povoamento do Brasil, é notório que a maioria desses intelectuais, jornalistas e curiosos beberam praticamente nas mesmas fontes, como também o que se tem escrito atualmente tem sido uma mera repetição do que já fora escrito em tempos passados.

Um dos primeiros a levantar a hipótese sobre o povoamento pré-histórico do Brasil ser oriundo, principalmente, de povos mediterrâneos, foi Ambrósio Fernandes Brandão (1966: 50-52) em sua obra *Diálogos das grandezas do Brasil*.

Outro relato importante sobre a existência de monumentos pré-históricos é o que foi feito pelo Padre Martin de Nantes no ano de 1706 (1931). Tal relato diz respeito a um outro padre, o capuchinho francês Teodoro de Lucé, em missão de catequização na região de Boqueirão, num aldeamento Cariri, onde ele encontra uma grande pedra, talvez um matacão, com supostas gravuras de uma grande cruz, um globo, algumas figuras sem distinção e uma espécie de rosário gravado, talvez capsulares, comuns nas Itacoatiaras.

Os estudos arqueológicos brasileiros surgem baseados no modelo europeu. Segundo Prous (1992), D. Pedro II foi um dos maiores impulsionadores desses estudos no Brasil. Foi a partir do segundo reinado que se iniciaram algumas pesquisas e divulgações de resultados, nem sempre sérios. A literatura nos mostra que vários cientistas europeus estiveram no Brasil, principalmente Ritche, Spix, Hans Staden, Martius e, em especial, Lund, dentre muitos outros que se enveredaram pelos Sertões do país e escreveram sobre eles (da natureza e de seus habitantes).

Tivemos brasileiros que tentaram dá sua contribuição a essa temática. Um deles foi Ladislau Neto, curador do Museu Nacional na época em que Pedro II era Imperador do Brasil. Mas, Ladislau Neto, ficou conhecido justamente pela famosa carta que teria recebido de uma localidade chamada Paraíba, em 1871, e que foi amplamente divulgada. A carta (Figura 29), descrevia o encontro de uma grande laje na fazenda de um certo Joaquim Alves da Costa. Na laje, existiam letras misteriosas que foram copiadas pelo filho do fazendeiro e enviadas à capital. Ladislau Neto enviou aos jornais uma tradução dessas letras, que descreviam uma expedição Fenícia, saída da cidade-estado de Sídon e acabou chegando às costas brasileiras depois de muitos meses à deriva no mar. A carta divulgada por Ladislau Neto correu o mundo e foi divulgada em vários jornais. No ano de 1874, os epigrafistas S. Enting e Schlottmann, comprovaram ser uma fraude a inscrição. Ladislau Neto admitiu seu equívoco (1885) enviando uma carta a maior autoridade de estudos fenícios do século XIX, o francês Ernest Renan. Mas, a essa altura, Ladislau Neto, já estava em discreto. A fazenda, o proprietário e o provável lajedo não foram encontrados. A partir desse fato, percebe-se que vários

outros autores tentaram, também, explicar o povoamento pré-histórico do Brasil por fenícios e outros povos da costa do Mediterrâneo.

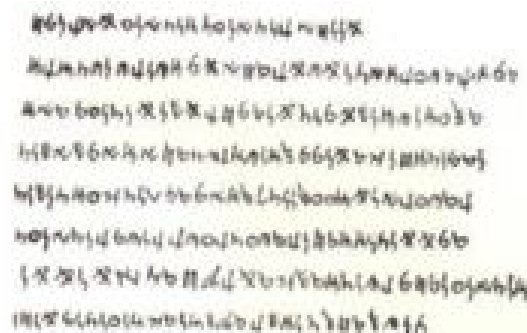


Figura 29 - A suposta inscrição Fenícia da Paraíba (?)

Outros estudiosos visionários também tentaram dá sua versão sobre o povoamento de povoss do Mediterrâneo do Brasil. De forma ilustrativa, citamos Ludwing e o francês Jacques de Mahieu.

Já outros acreditavam no autoctonismo do homem americano e, por conseguinte, o brasileiro. R. Epiága, autor da obra *Muito antes de 1500*. Segundo ele, tudo teria começado por aqui e se irradiado pelo mundo: “Raças, povos, culturas e civilizações irradiaram do Brasil para todas as partes do planeta” (EPIÁGA, 2005: 9).

Os estudos mais sistematizados da Pré-História brasileira têm início na pós-década de 1950. Foi na década de 1960 que apareceram as primeiras datações radiocarbônicas de sambaquis do Brasil, feitas por Joseph e Anette Empeaire, no Paraná e em São Paulo.

Em 1975, uma equipe de arqueólogos franco-brasileiros, coordenada por Anette Laming Empeaire, encontrou o crânio de Luzia, com datações cronológicas de 11.680 anos.

Entre 1965 à 1970, com o patrocínio da fundação Smithsonian e do CNPq, foi implantado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), que pretendia sistematizar melhor as pesquisas arqueológicas do país.

Valentin Calderon, na Bahia, realizou escavações obtendo materiais arqueológicos com datações de pelo menos 8 mil anos. Mas, no Brasil contemporâneo,

os grandes destaques vão para Niède Guidon, Fábio Parentes, Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin, cujo campo de atuação é na região Nordeste. Anna Rossevelt pesquisou vários sítios no Norte do Brasil. No Centro-Sul, o destaque vai para André Prous, Maria da Conceição Beltrão, Pedro Paulo Funari, Francisco da Silva Noelli, Valentin Calderon, Arno Kern, dentre outros (MARTIN, 2005).

6.5.1. As pesquisas no Nordeste brasileiro

No geral, as pesquisas sobre a Pré-História são recentes, mesmo aparecendo relatos na literatura sobre a existência de inúmeros sítios arqueológicos (pré-históricos e históricos) na região.

Coutinho (1995) cita vários autores, nem sempre intelectuais, sendo a maioria caçadores de tesouros que durante o século XIX e início do século XX, penetraram pelos confins dos Sertões nordestinos em busca de novas descobertas, alguns deles tentando buscar explicações lógicas para compreender o povoamento pré-histórico da região.

O Padre Francisco de Menezes, no século XIX percorreu vários Estados do Nordeste a procura dos supostos tesouros deixados pelos Jesuítas e holandeses. Nada encontrou. Destruiu inúmeros sítios fazendo escavações e ao mesmo tempo descreveu inúmeros sítios arqueológicos nas suas andanças.

O jornalista cearense Jácome Avelino, no ano de 1886, percorreu inúmeras regiões do Sertão nordestino, mas foi na região do Piauí, onde teria realizado suas principais observações arqueológicas, sendo, inclusive, o primeiro a mencionar as belezas cênicas da região de Sete Cidades, hoje Parque Nacional de Sete Cidades.

O Padre Raymundo Ulysses de Penafort, relatou o intercâmbio entre os povos do Brasil com os troianos, judeus, gregos, dentre outros povos que se desenvolveram no Crescente Fértil ou próximo àquela região do Mediterrâneo. Outro autor, citado por Gabriela Martin (2005), que também trabalhou nesta linha do misticismo, foi Alfredo Brandão. Ele trabalhou com o mito da Atlântida e sua suposta influência no processo de povoamento do Brasil. De acordo com a autora, essa linha de trabalho adotada por alguns pode ser chamada de Arqueologia Pré-Científica do século XIX e início do século XX.

Ludwing Schwerhagen (1970), oriundo da Áustria, chegou ao Brasil no ano de 1910, à convite do Governo Federal, para lecionar línguas e história na região Norte do Brasil. Começou a pesquisar no início de 1920, à região Nordeste, afirmando ter encontrado vestígios de uma antiga civilização muito avançada, inclusive com possíveis vestígios de ser detentora da prática de fundição do ouro. Ele ainda registrou inúmeros sítios arqueológicos de vários tipos: rupestre, cemitérios, possíveis aldeamentos etc. Este cientista aderiu à febre daquele momento e também aceitava a teoria de que inúmeros povos do Mediterrâneo teriam povoado o Brasil.

Jacques de Mahieu, francês, em 1974, também seguidor dessa visão fantasiosa sobre o povoamento do Nordeste pré-histórico, conseguiu ver nos registros rupestres da região provas da presença de civilizações europeias nesse processo (COUTINHO, 1995).

Recentemente, tivemos Gilvan de Brito (1996), que também enveredou pelo lado visionário do misticismo, para explicar as origens dos sítios rupestres, conseguindo ver nas Itacoatiaras do Ingá, possíveis gravuras elaboradas por seres extraterrestres.

Essas visões distorcidas e fantasiosas sobre o povoamento pré-histórico da região pode ser explicada pela pouca relevância científica que se dava à temática, contribuindo para o surgimento e proliferação de pensamentos dessa natureza.

Nas últimas décadas do século XX, começaram a surgir instituições e pesquisadores que passaram a sistematizar melhor suas pesquisas, dando mais credibilidade aos estudos pré-históricos e históricos da região. Nesse sentido, tem sido a partir do Nordeste do Brasil que aparece as principais datações que visa comprovar a antiguidade dos povos das Américas antes do contato.

6.5.2. Antecedentes das pesquisas arqueológicas na Paraíba

A presença de viajantes e pesquisadores estrangeiros, ao que parece, foi comum no território paraibano. Vários dos principais naturalistas e viajantes que visitaram o Brasil nos séculos XVIII e XIX, estiveram na Paraíba e enveredaram, alguns deles, pelos Sertões.

Brito (2005) cita os principais: o inglês Henry Koster, o Padre Aires de Casal, o naturalista francês Jacques Brunet e o próprio Charles Darwin, que aportou seu navio

na Paraíba, mesmo sem desenvolver pesquisas significativas na região, mas fez observações que devem ter contribuído para que o mesmo formulasse a Teoria da Evolução das Espécies.

Em termos de dados pré-históricos advindos de escavações ou outras atividades sistemáticas de cunho científico dos Sertões da Paraíba, são praticamente inexistentes. O que existe, até certo ponto em quantidade considerável em jornais, revistas e livros, são relatos que dão conta da existência de sítios arqueológicos pelo interior; mesmo assim, essas informações, que são importantes para começar a se traçar um perfil do povoamento pré-histórico da região, varia de região para região, sendo que algumas áreas, a exemplo dos Cariris Velhos (Cariri Oriental e Ocidental) e o Seridó têm recebido maiores atenções por parte dos pesquisadores, em detrimento da quase inexistência de dados de regiões como as áreas do Brejo e do Sertão propriamente dito.

As Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano estão cheias de passagens sobre esses achamentos em áreas da Paraíba, não apenas achados arqueológicos, bem como paleontológicos a exemplo do famoso fóssil de Campina Grande relatado “em carta de 22 de julho o anno passado (1889) communicou-nos o Sr. Irineu Joffily, nosso distincto consocio, residente na cidade de Campina Grande, província da Parahyba do Norte, o seguinte” oferecendo ao Instituto Arqueológico de PE, um curioso espécime de ossos fósseis, “encontrados na catinga da Navalha desta comarca” (JOFFILY, 1890: 23).

John C. Branner (1904) e Carlos Frederico Hartt (1941), foram importantes pesquisadores que fizeram anotações acerca dos traços da Pré-História da Paraíba, enfocando a presença de gravuras próximas aos corpos d’água.

Apesar dos esforços de alguns pesquisadores que nos últimos tempos têm empreendidos incursões ao interior com o objetivo de coletar dados sobre sítios arqueológicos, os mesmos são esparsos, exíguos, especulativos e às vezes perigosas descrições, pois muitos delas advém de amadores aventureiros.

Além da escavação realizada por Armand Laroche, nos anos de 1960, na região do município de Monteiro, no Cariri paraibano, apenas uma outra escavação arqueológica foi realmente levada a cabo nos Sertões da Paraíba, com resultados que

merece confiabilidade: trata-se da Dissertação de Mestrado em História de Francisco Eugenio P. G. da Rocha (1998) que prospectou e escavou um sítio arqueológico no município de Vieirópolis, no alto Sertão da Paraíba, com o objetivo principal de se buscar uma primeira datação absoluta para os grupos humanos da região. A escavação arqueológica ocorreu no ano de 1997 – no sítio Serra Branca I, e se obteve uma datação relativa (indireta) de 7.000 anos para o nível mais profundo da sondagem II, através do método de inferências de dados geomorfológicos, há 90 cm de profundidade. A datação absoluta do material só foi feita tempos depois, obtendo-se uma idade aproximada de 7 mil anos AP., batendo, portanto, com a datação relativa.

Com relação aos estudos arqueológicos enfocando temáticas como às práticas funerárias, são praticamente inexistentes na Paraíba, existindo apenas alguns relatos dos locais de prováveis necrópoles.

Carlos Xavier informou a violação de um cemitério indígena localizado em São João do Cariri, mas sem aferir nenhum ponto de vista analítico sobre às práticas funerárias na região (CARVALHO, et al 2006: 219-221).

Santos (2008) em livro que mostra os sítios arqueológicos de São João do Cariri, apresenta a existência de dois cemitérios no referido município: um intacto até o momento e o outro destruído.

Um ótimo referencial para futuras prospecções de necrópoles no interior da Paraíba vem de Coriolano de Medeiros (1950) e Leon Clerot (1969), que visitaram sítios em vários pontos do Estado. Afora essas vagas citações nenhum trabalho sistemático fora feito até então com o objetivo de estudar os supostos padrões funerários dos grupos humanos dos Sertões da Paraíba. No geral, os trabalhos não apresentam às práticas funerárias das necrópoles nem tampouco as contextualizam e analisam os rituais fúnebres com evidência arqueológica como prática cultural de um grupo.

No campo da arte rupestre, merecem destaque os trabalhos de Ruth Trindade de Almeida (1979) e Carlos Azevedo (2004) e (2008). Os demais são meras repetições do que tantos já falaram e escreveram.

Com relação aos vestígios arqueológicos acerca dos Tapuias na Paraíba, são insipientes. As poucas pesquisas advém da Rio Grande do Norte (SANTOS JÚNIOR, 2008: 158), mostrando apenas o uso dos mesmos para aedificação das casas forte na região do Açu, durante a Guerra dos Bárbaros.

PARTE SEGUNDA
(METODOLOGIA E ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS)

CAPITULO VII

7. MATERIAIS E MÉTODOS

7.1.Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida com técnicas de escavação arqueológica, mais precisamente com técnicas de sondagens, que se realizaram em locais pré-determinados, após uma avaliação do terreno nas áreas citadas pela literatura como território dos agrupamentos culturais em questão, como também, análise da literatura e da documentação diversa existente que enfoca nossa temática.

Este trabalho contou com a bibliografia existente para auxiliar a identificação dos vestígios materiais destes dois grupos étnicos; realizamos o resgate documental dos Tapuias Cariris e Tarairiús dos Sertões da Paraíba e buscamos identificar os horizontes culturais desses dois povos distintos. Chamamos de horizonte cultural os traços materiais capazes de identificá-los, tais como: utensílios domésticos (principalmente cerâmica – perfil técnico), material lítico, adornos corporais, armas, costumes etc., que sirvam para distingui-los ou não culturalmente enquanto grupos diferentes. Para esta caracterização, foi feita uma análise comparativa do material coletado nas sondagens, como também com materiais provenientes de outros sítios arqueológicos históricos e pré-históricos da região. A pesquisa constou de três etapas:

1ª ETAPA: Desenvolvimento das atividades arqueológicas

Esta etapa da pesquisa teve como objetivo principal o de, através da realização de quatro sondagens, resgatar possíveis provas materiais pertencentes aos grupos Tapuias Cariris e Tarairiús que habitaram a Paraíba, antes e após o contato.

Berta G. Ribeiro e Lucia H. Van Velthem (2002: 107), analisando a questão dos objetos materiais, afirmam que “... Por seu caráter de auto-representação, o objeto exprime igualmente o estilo artístico, identificador de uma etnia ou de uma comunidade específica”. Em outras palavras, o objeto cotidiano de um determinado grupo humano serve como identificador artístico e cultural daquele grupo, pois cada sociedade produz

seus objetos e elementos decorativos estruturais, dando-lhes significados “que lhes são atribuídos pelas sociedades que os produziram”.

Em 1948, Walter Taylor propôs que o principal objetivo da Arqueologia seria o de fazer a passado falar, através da reconstrução do contexto cultural. Para Taylor, os artefatos são capazes de falar, pois “simbolizaram lãs idéias que se encuentran trás los artefactos” (BINFORD, 1994: 37). Entretanto, não seria do alcance do arqueólogo uma reconstituição total do passado, por ser pouco realista. Binford é contudente ao afirmar que os achados arqueológicos limitam, sem dúvida, as interpretações e reconstruções que se queira realizar do passado. De forma geral, a reconstrução do passado é limitada, podendo, ao arqueólogo, generalizar acerca do passado, aferir partes de um todo, pois parte do passado, como ideologias, pensamentos e tudo mais que seja subjetivo não pode ser resgatado na sua totalidade, apenas pela via da cultura material. Talvez o máximo que se possa fazer sobre o passado são inferências.

Apesar das observações feitas por Binford, tal resgate nos proporcionou levantarmos características comuns, como também traços que mostrem diferenças entre eles e, a partir daí, poderemos traçar o perfil ou horizonte cultural de cada grupo Tapuia da Paraíba.

Para a execução desta 1ª etapa da pesquisa, seguimos os seguintes passos:

PASSO 1 - Avaliação de terreno com localização por GPS dos possíveis sítios arqueológicos. Esta avaliação foi efetuada a partir de uma prospecção nas áreas descritas pela bibliografia como sendo locais de habitação dos Cariris e Tarairiús, onde se deu importância à presença de vestígio material na superfície (machado, cerâmica indígena, estruturas, ossos humanos, etc.) que determinou onde seriam realizadas as sondagens. Previamente foram escolhidos quatro locais para a realização de sondagem arqueológica, sendo dois prováveis sítios de cada grupo cultural. Borges (2005: 187) afirma não ser interessante a análise de um único sítio para traçar o perfil cultural de uma etnia, portanto “para ser obtido um *corpus* histórico-arqueológico que não pode ser obtido com a análise de um único sítio”, advém à necessidade de realizarmos duas sondagens para cada provável etnia em locais onde já se sabe terem habitados grupos diferentes.

Para as sondagens arqueológicas, levou-se em consideração a localização dos possíveis habitats dos grupos Tapuias. No caso dos Tarairiús: **1.** um aldeamento na Serra de Cuité, no município de Cuité, na comunidade do sítio Roçado do Trapiá ou Cabaças I; **2.** o outro local deu-se no município de Seridó, no sítio Tanque do Capim, num local de ritual fúnebre, lá foram identificados ossos calcinados aflorando o solo e figuras rupestres em grande quantidade nas paredes do abrigo. Já as sondagens que forneceram material arqueológico dos índios Cariris foram efetuadas nas seguintes localidades: **1.** município de São João do Tigre, no cemitério Sítio Pinturas I; **2.** no município de São João do Cariri, num cemitério, denominado de Furnas dos Ossos. A escolha dos sítios para a sondagem deveu-se à análise de fatores básicos: relatos documentais da existência de aldeamentos; verificação *in situ* e detecção de material cerâmico, lítico e vestígios de ossos humanos a céu aberto; relato da população que reside no entorno desses possíveis sítios sobre a existência, no passado, de índios vivendo nas respectivas regiões citadas anteriormente.

Para a escolha dos sítios escolhidos para as escavações e outros estudos, seguiram-se alguns passos: primeiramente escolhemos entre as microrregiões da Paraíba, num total de 23, onde baseado no cartograma de Elias Borges (1993) (Figura 9), encontravam-se os antigos habitantes indígenas da região. Foram escolhidos mediante sorteio sem reposição (amostra casual simples) (VIEIRA, 1991: 3), baseado no modelo proposto por Bunge (1985: 35), que consiste no que ele chama de “*muestrea al azar*”, as seguintes microrregiões: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Oriental e Curimataú Oriental. O segundo passo foi a escolha dos municípios. Utilizamos o mesmo método que se baseou no conhecimento de prováveis sítios ocupados pelos grupos étnicos por nós trabalhados (São João do Tigre, São João do Cariri, Seridó e Cuité). Para a escolha dos sítios a serem escavados, já que nos municípios escolhidos identificamos vários, realizamos prospecções aos sítios e, de forma aleatória, escolhemos um sítio em cada município em que o material arqueológico mostrava-se presente, em profusão, aflorando ao solo, proximidades de corpos d’água e outras características de identificação de um sítio arqueológico, como a existência de figuras rupestres. Nos três sítios cemitérios ou que serviram para algum tipo de atividade ritualística dos Cariris e Tarairiús, ou de seus ancestrais, os mesmos apresentam figuras rupestres, servindo-nos de identificador da presença de povos

antiquíssimos na região. O outro sítio, o Cabaças I, foi escolhido por mostrar ser um aldeamento que, segundo o cartograma de Elias Borges, seria área dos índios Tarairiús, bem como a presença de materiais arqueológicos. A Figura 30 aponta a localização dos quatros municípios onde desenvolvemos as atividades arqueológicas:

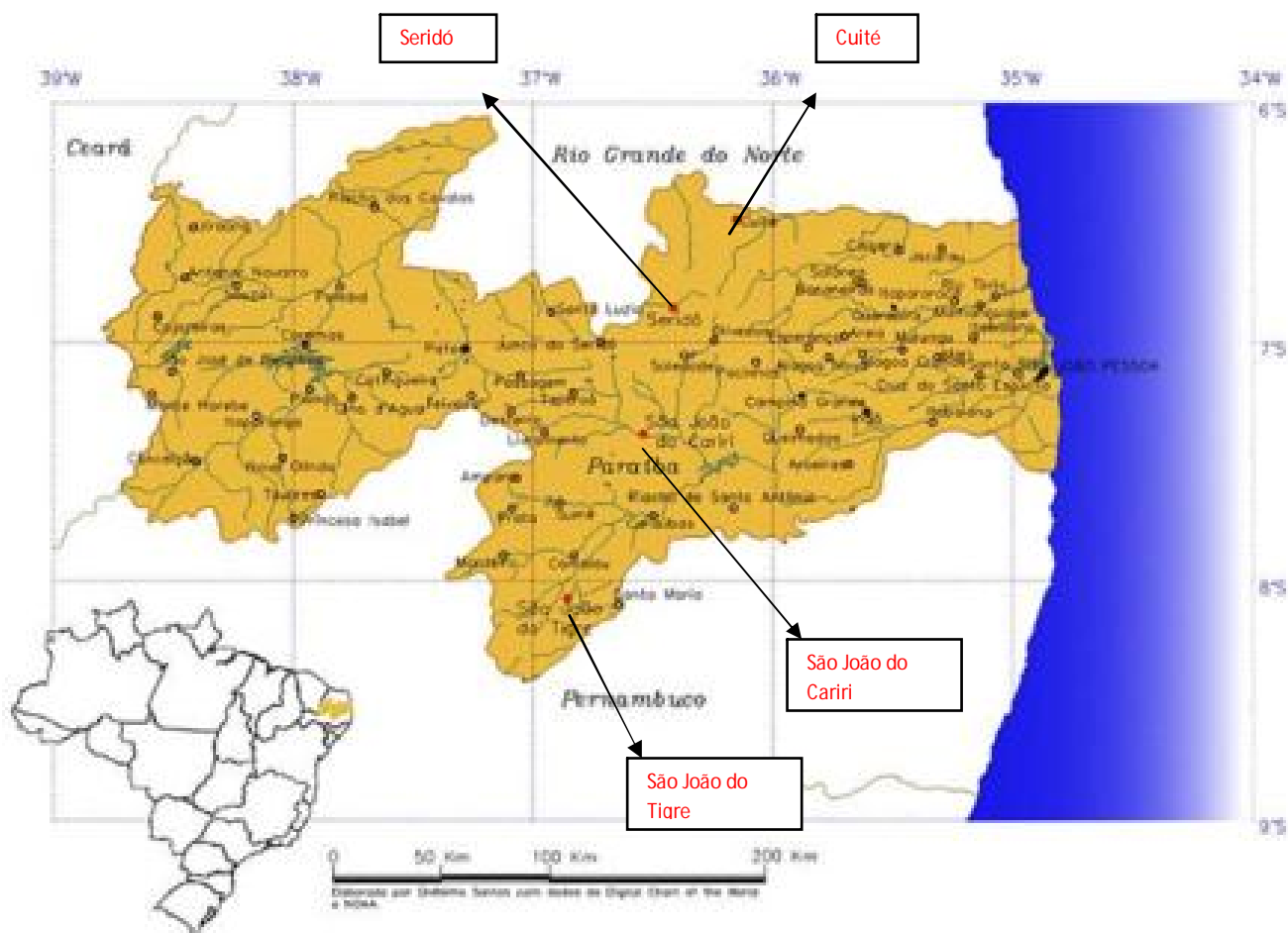


Figura 30 – Localização dos municípios onde desenvolvemos as atividades arqueológicas na Paraíba.

PASSO 2 - Realização de quatro sondagens, duas para cada grupo cultural. Para o processo de quadriculamento da área a ser escavada e realizada a topografia, seguimos a proposta de Palestrini e Moraes (1980). As sondagens visam identificar a cultura material Cariri e Tarairiú, servindo para traçar o perfil cultural de cada grupo étnico, possibilitando identificar culturas Tapuias distintas na região da Paraíba no pré e pós-contato. Este trabalho de campo contou com a caracterização estabelecida a partir da bibliografia. Evidentemente que as populações indígenas sobreviveram ao primeiro contato com os colonizadores dos Sertões da Paraíba. Pelos indícios já identificados e

o relato literário, os locais das sondagens tratam-se de sítios pré e pós-contato. O contraste dos dados arqueológicos com os históricos possibilitou tal analogia.

As sondagens visam “identificar concentrações de material arqueológico (...) e a obtenção de uma correlação espaço-temporal entre as duas ocorrências” (BORGES, 2005: 180).

PASSO 3 - Análise e classificação do material arqueológico encontrado; identificação das características comuns e heterogêneas de cada grupo através dos vestígios arqueológicos; envio de material para datação por Termoluminescência (TL). Devido ao fato de todos os indícios vestigiais superficiais ou não encontrados, na Paraíba, serem denominados como sendo de população indígena (pré-contato), mas até o momento não se tem nenhum material datado e identificado, sendo de suma importância que se realize tal processo como forma de comprovar a existência desses grupos em áreas dos Sertões da Paraíba e a influência na cultura material desses povos por parte dos europeus, os materiais arqueológicos oriundos das quatro escavações foram encaminhados para os seguintes laboratórios: 1. cerâmica, enviada para ser datada no laboratório LACIFID/USP; 2. lítico, tratado, desenhado e identificado no LABAP/UEPB; 3. ossos humanos e de animais, enviados para o laboratório de Anatomia da UEPB, 4. dentes humanos, enviados para o laboratório do Departamento de Odontologia da UEPB; 5. Sedimentos (solo) para análise de pH e salinidade, enviados para o laboratório de Saneamento Ambiental da UEPB. As cerâmicas foram reconstituídas nos laboratórios da UFPE; a topografia dos sítios e as plantas baixa foram elaboradas por Onésimo Santos, Doutorando em Pré-história (Paris); os desenhos e croquis foram feitos pelos artistas plásticos Vanderley de Brito e Dennys Mota.

PASSO 4 - contraposição dos dados bibliográficos com os dados arqueológicos; a documentação e a literatura existentes foram o guia, tanto para atestar as diferenças como as semelhanças com os grupos da época do contato, como também para percebermos a influência do colonizador na cultura desses agrupamentos humanos.

A Arqueologia, em conjunto com a História, pode, de forma significativa, reconstruir o passado. Quando se trata de civilizações ágrafas, a Arqueologia oferece subsídios de valor relevante, delineando os aspectos de um grupo ou, como pode acontecer, eliminar lacunas (PEREIRA JÚNIOR, 1967: 11).

Mongait (1960) ainda afirma que a Arqueologia pode fornecer subsídios preciosos sobre certos grupos humanos que viveram em tempos históricos; estendemos tal pensamento aos grupos humanos por nós estudados. A Arqueologia, nessa linha de pensamento, poderá negar ou confirmar o exposto pela historiografia e documentos de época.

A confrontação de dados obtidos em sítios considerados do mesmo grupo étnico ou de grupos étnicos diferentes, sejam eles: líticos, cerâmicos, cestaria ou outro material arqueológico qualquer, bem como práticas ritualísticas, pode sugerir parentescos culturais ou origens semelhantes ou justamente o contrário.

- 2ª ETAPA: Levantamento de dados primários (institucionais e bibliográficos)

Foi efetuado levantamento de dados em instituições mantenedoras de documentos que serviram de subsídio e embasamento teórico/comparativo, capazes de nos fornecerem respostas para os nossos questionamentos. Nesse sentido, recorrer a determinadas fontes e instituições torna-se imprescindível, conforme o Quadro 19.

FONTES	OBJETIVOS
1. fontes literárias (relatos dos cronistas viajantes, sertanistas e historiadores).	Analisar a contribuição dessas fontes para o resgate da cultura, localização, depopulação, caboclição, relações interétnicas, e a visão do colonizador e do colonizado sobre o processo de extinção desses grupos.
2. Fontes documentais (documentos oficiais dos governos; documentação trocada entre capitania – coroa portuguesa e província - governo imperial; documentação religiosa; legislação indigenista do período), dentre outros.	Compreender as relações existentes entre índio/colonizador no período estudado.

Quadro 19 - Fontes e objetivos da coleta de dados primários.

O resgate documental nos serviu de subsídio complementar para que juntamente com a Arqueologia possamos mostrar os traços culturais e a heterogeneidade dos povos Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba, bem como a interferência da cultura europeia entre estes grupos humanos na época do contato, já que o conhecimento da cultura ajuda na interpretação dos vestígios arqueológicos, sejam eles encontrados nas sondagens a que nos propusemos ou comparados a vestígios arqueológicos desses povos já previamente levantados em outras regiões do Nordeste. Para trabalhos de Arqueologia Histórica, Borges (2005: 185) menciona a

importância dos dados arqueológicos para refutar ou corroborar com as hipóteses levantadas pela literatura, oriundas dos registros documentais diversos.

O levantamento documental e até iconográfico nos permitiu solucionarmos questões inerentes aos aspectos da cultura material dos grupos humanos históricos que, em parte, trazem relatos do cotidiano dos Tapuias e a Arqueologia não conseguiu solucionar. Entretanto, tais documentos e relatos historiográficos foram analisados com precauções e os devidos cuidados. Binford (1994) afirma que todos os registros etnográficos, principalmente os burocráticos, são susceptíveis de alterações devido a interesses pessoais e/ou de grupos, da mesma forma que os registros dos cronistas podem terem sido manipulados em favor de algo ou de alguém.

- 3ª ETAPA: Contra ponto dos materiais

Optamos por trabalhar com o método de seriação na realização do contra ponto entre os sítios, fazendo o material arqueológico falar, mostrando que são idênticos ou não aos materiais Cariris e Tarairiús.

Enquadramos, portanto, nossas pesquisas, no viés da Arqueologia Histórica. Utilizamos elementos de várias correntes teóricas como forma básica de alcançarmos nossos objetivos, desde pontos propostos pela Arqueologia Ecológica, até a Processual e Pós-Processual.

A grande diferença da Arqueologia Pré-histórica para a Histórica está na natureza das fontes. Os arqueólogos que desenvolvem atividades em períodos denominados históricos, pós-escrita, utilizam, além dos vestígios materiais arqueológicos, as fontes documentais escritas para complemento de suas pesquisas. Mas quase sempre, têm surgido severas críticas com relação a inversão de papéis entre o historiador e o arqueólogo, pois ambos utilizam documentos escritos em suas pesquisas. O fator principal que os distingue é a metodologia empregada na pesquisa, que se torna própria da Arqueologia e não da História. Num trabalho dessa natureza, os documentos escritos e outras fontes históricas aparecem como complemento dos estudos arqueológicos, às vezes, para situar um ambiente onde supostamente um certo grupo humano teria vivido ou mesmo para mostrar algumas características de seus traços culturais que poderão ou não ser comprovados com as escavações arqueológicas.

Todo e qualquer material arqueológico pode indicar padrões de comportamento. O formato de uma aldeia, os rituais fúnebres de um grupo, os alicerces de uma casa, uma ponta de flecha... Fornecendo informações precisas sobre o conhecimento da época e o perfil do grupo.

A Arqueologia trabalha em cima da cultura material do grupo, porém com o simbolismo. A História nem sempre percebe e descreve os objetos. Preocupa-se essa ciência em relatar os fatos, quase sempre partindo da visão do vencedor, enquanto a Arqueologia busca a resistência, o que foi ocultado pelo vencedor, as formas de reações que os objetos da cultura material podem fornecer. São essas manifestações, muitas vezes imperceptíveis pelo historiador, que a Arqueologia recupera dos elementos materiais, constituindo seu domínio. Dessa forma, a junção dessas duas ciências visa a um melhor resgate de vida de dois grupos Tapuias esquecidos no tempo e espaço na Paraíba pós-contato. O contra ponto dos dados historiográficos e da cultura material aferiu subsídios para traçarmos o perfil dos Cariris e Tarairiús nos Sertões da Paraíba.

CAPITULO VIII

8. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA: A CULTURA MATERIAL DOS ÍNDIOS CARIRIS E TARAIRIÚS

8.1. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PINTURAS I, SÃO JOÃO DO TIGRE – PB.



Figura 31 - Sítio arqueológico Pinturas I, São João do Tigre – PB (vista panorâmica)

Tipologia: Cemitério indígena (Nação Cariri).

Município: São João do Tigre – Pb.

8.1.1.O município e suas características

O município de São João do Tigre está localizado na microrregião do Cariri Ocidental (Cariris Velhos) que, por sua vez, localiza-se na mesorregião da Borborema.

O estado da Paraíba, a exemplo da região Nordeste, apresenta uma série fisionômica de caráter físico/ambiental com zonas bastantes diversificadas. No município de São João do Tigre, estas características são evidentes, especialmente por localizar-se no Planalto da Borborema.

São João do Tigre localiza-se na porção mais a Sul do Estado, tendo como limites os municípios de São Sebastião do Umbuzeiro a Oeste, a Leste o estado de Pernambuco, a Norte o município de Camalaú e a Sul o estado de Pernambuco.

Abrange uma área territorial de 812,43 Km², com uma densidade populacional de 5,51 hab/Km² e uma população total de 4.481 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2005).

O município insere-se nas seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul: 7° 56'24" a 8° 17'43"; longitude Oeste: 42° 58'04" a 42° 34'04" (GEOPED, 2004: 2).

A região é caracterizada por apresentar cotas altimétricas bastante elevadas, que varia dos 550 mts a 1.191 mts (SANTOS, 2008b).

De acordo com o Geoped (2004: 5), o município de São João do Tigre apresenta quatro unidades lito-estratigráficas: 1 - são áreas de sedimentos de deposição recente, as planícies aluvião-coluvional, geralmente datadas do período Cenozóico, do Quaternário; portanto são áreas recentes; 2 - relacionam-se ao Neoproterozóico, geralmente datadas do Pré-cambriano, sendo constituídas por granitos de vários tipos, granodioritos, biotita, diorito e quartzo; 3 - referem-se ao Mesoproterozóico, constituídas por rochas gnaissicas, granadas, biotita, muscovita e semito; 4 - referem-se ao Paleoproterozóico, constituídas por gnaisses, ortognaisse, muscovita, biotita,

diorito, migmatitos e rochas calcissilicáticas, com ocorrências de intrusões de calcário cristalino.

O município apresenta relevo montanhoso e acidentado. A região ainda é caracterizada pela presença marcante de extensos vales em U e V, o que torna a área como uma das mais acidentadas do Estado, dando uma conotação *sui generis* ao município, como presença de canyos de rara beleza cênica.

O Nordeste do Brasil sempre foi caracterizado por uma grande diversidade de climas, que estão ligados ao relevo, a estrutura geológica e as correntes naturais de ventos, o que afeta sensivelmente a vegetação. O Planalto da Borborema pode ser apontado como sendo um grande divisor de climas na Paraíba. Na sua parte Ocidental, as massas de ar quente e úmido que provêm do oceano Atlântico “sofrem um movimento oscensional ao atingir os contrafortes do Planalto da Borborema” (GEOPED, 2004: 8). Na vertente Oriental do Planalto da Borborema, caracterizado por suas gigantescas escarpas, onde se localizam as áreas de Brejo (Areia, Bananeiras, Borborema, etc.), há um favorecimento maior das chuvas do tipo orográficas, mais abundantes, dando uma tonalidade e características diferentes a vegetação dessas regiões. As massas de ar que percorrem a Borborema em várias direções são mais secas, o que converge para baixos índices pluviométricos, perdendo parte de sua umidade.

A temperatura da região é elevada, com média anual em torno dos 25° C, mas, há dias que ultrapassam os 40° C. Geralmente à noite, como é comum nessas regiões, a temperatura cai aos 20 e até 17° C. Em se tratando de amplitudes térmicas, são grandes e bruscas, com variações de temperaturas entre a parte de maior insolação (o dia) e as noites (frias) causando fortes impactos (inversão térmica).

A precipitação média pode variar de acordo com os anos, pois o município está totalmente inserido na região denominada de Polígono das Secas. Mesmo assim e graças a altitude da região, há anos em que chove entre 500 e 800 mm, o que ultrapassa as médias das regiões semiáridas.

De acordo com a classificação climática de Koeppen, que serve de modelo para todo o planeta, destacam-se na Paraíba dois grandes grupos: o primeiro caracterizado pelo Clima Tropical Chuvoso, tendo o Litoral e as áreas de Brejo seu ponto de atuação;

o segundo tipo é o de Clima Seco, com características de áreas desertas ou semidesertas que abrangem quase todo o interior do estado da Paraíba, especialmente as regiões por nós estudadas.

A classe climática predominante no município de São João do Tigre é o BSh, com características de Clima Seco, tipo estepe, com uma estação seca no Outono e temperatura média mensal do período que pode chegar aos 18°C e com uma estação seca no inverno. No Cariri temos, portanto, um inverno seco, sem chuvas e um verão chuvoso. Mas, há a ocorrência dos anos considerados atípicos em que, devido aos fenômenos naturais, a escassez de pluviosidade, o que ocasiona a chamada seca verde, quando os índices pluviométricos são inferiores aos das médias anuais.

Na região de município do São João do Tigre, as características florísticas não se apresentam diferentes do restante do semiárido da Paraíba. De forma que as plantas são caducas, mas com espécies que não apresentam essa característica, e espinhentas, totalmente adaptadas ao rigor climático que caracteriza o semiárido. As plantas são de formações diversas: xerófilas lenhosas, espinhosas e suculentas; o tapete herbáceo estacional pode ainda ser percebido especialmente nas áreas que não sofreram fortes impactos ambientais. As folhas das plantas são pequenas, finas e compridas, mas existindo plantas que fogem a esta regra. A presença de plantas com reservas subterrâneas foi verificada em toda a região, a exemplo do umbuzeiro.

Com relação à caatinga arbustiva-arbórea fechada, as áreas são pequenas e dispersas, geralmente no cume das serras mais elevadas, apresentando dois substratos horizontais distintos: um com plantas entre 3 e 4 metros, geralmente constituído de mata secundária e um outro substrato arbóreo com plantas que chegam a 6 e até 8 metros. Estas últimas são vistas em menor quantidade, tendo em vista o elevado grau de degradação da região. Geralmente estas plantas são cortadas e servem para diversos fins: construções, cercas e principalmente lenha. Identificamos no município três aspectos ou níveis de comportamento da caatinga na região: a arbórea, a aberta e a fechada, sendo este último nível mais raro graças à ação antrópica acentuada da região. As áreas de elevadas cotas altimétricas vêm sofrendo forte ação antrópica, com a retirada da vegetação para diversos fins: transformar essas áreas em roças de feijão, milho, mandioca e outras culturas de subsistência e atividades criatórias, conforme se verifica na Figura 32 (Anexo I).

A vegetação de caatinga no município de São João do Tigre está assim distribuída, de acordo com o zoneamento elaborado no início da década de 2000: vegetação arbustiva arbórea aberta, com cobertura em cerca de 17% do território municipal; a vegetação arbustiva arbórea-fechada em 43% do município; vegetação arbórea fechada em cerca de 5% do município; área de preservação permanente em cerca de 8% de área do município; e 27% do território seria área de antropismo (GEOPED, 2004: 12).

No município foram identificadas, de forma generalizada, várias espécies por levar em consideração que a vegetação apresentada pelo diagnóstico do Zoneamento Ambiental amplia os resultados para toda a vasta região das microrregiões Oriental e Ocidental do Cariri, bem como são espécimes encontradas no Curimataú, Seridó, no Sertão e nas áreas abrejadas. Não existe, portanto, um estudo que mostre as espécies que predominam dentro da área limítrofe do referido município. O Quadro 20 (Anexo J) aponta as espécies vegetais na região

Como veremos mais adiante no trecho de 3 hectares que percorremos no entorno do sítio arqueológico Pinturas I, identificamos e recolhemos amostras de várias outras espécies que não constam no Quadro 20 (Anexo J).

Os solos existentes no semiárido do Nordeste, pela sua gênese, não favorecem a evolução petrogenética, acarretando a existência de solos rasos, poucos profundos e poucos evoluídos. Dependendo da região eles se apresentam mais ou menos férteis.

Em São João do Tigre os solos apresentam-se em três ambientes edafológicos, a saber: 1º são os solos que apresentam superfície pouca evoluída: são os solos aluissolos eutróficos; 2º são as superfícies semievoluídas, caracterizadas pelos solos do tipo Bruno não cálcico; 3º são as superfícies não evoluídas, caracterizadas pelos litossolos, associados aos afloramentos rochosos de diversos tipos.

De forma geral, os solos da imensa região semiárida, apresentam-se salinos e com pH elevado, o que possivelmente contribuem para acelerar o processo de degradação das partes moles e ossos humanos depositados nas necrópoles.

No cemitério Pinturas I, obtivemos os seguintes níveis de pH e salinidade: pH do solo: 6,2; nível de salinidade do solo: 10,2g.kg-1.

Arqueologicamente falando, o conhecimento dos solos, da vegetação, dos recursos minerais, etc., de uma dada região, serve de forte indicador dos prováveis meios de subsistência dos grupos humanos que ali viveram.

Os principais elementos que determinam as condições de erodibilidade dos diversos tipos de solos de uma região são as características endógenas e exógenas, principalmente o último, tendo as alterações no relevo pelo intemperismo e suas principais causas.

Observou-se que o índice hídrico da região em estudo apresenta valores em torno de -30%, classificando a região como semiárida. No município, segundo o estudo de zoneamento elaborado pela Geoped (2004), observou-se que o índice de umidade é sempre inferior a 10%, em outras palavras, o rendimento em termos hídricos da região é fraco e o índice de aridez é muito elevado.

O município de São João do Tigre assenta-se na bacia do rio Paraíba. Os rios da região apresentam-se de dois tipos: intermitentes e efêmeros, características de toda região semiárida. O município possui uma boa rede de drenagem, apresentando ótima capacidade de armazenamento superficial, graças ao relevo acidentado e montanhoso da região, formando vales em U e V, com estreitos boqueirões. Das várias sub-bacias existentes no município, a do riacho Santa Maria é a mais importante. É provável que a região, em épocas passadas, apresentasse situação hidrológica mais favorável que a atual, favorecendo a instalação de grupos humanos no território. A água da região apresenta-se com elevado potencial de sais, devido a própria formação geológica, tornando-a praticamente imprópria para o consumo.

A fauna da região do entorno do sítio pode ser vista como uma pequena representação do existente na APA das Onças. O tipo e porte dos animais variam de acordo com o horário do dia e épocas do ano. Comuns, também, são os sons causados pela grande concentração de macacos que habitam os vales da região. A noite, ouve-se especialmente as onças pretas e vermelhas ou suçuarana, além de outros animais de hábitos noturnos, como as corujas, insetos e veado catingueiro, serpentes que procuram sair de seus abrigos neste horário para evitar as horas de alta insolação.

No município de São João do Tigre destaca-se no contexto de degradação ambiental a exploração agrícola e pecuária, principais atividades econômicas da região que utilizam métodos rudimentares seculares e a extração de calcário e granito, que se processam, também, de maneira rudimentar, causando sérios impactos na região tão fragilizada como das caatingas.

Já com relação a vegetação, verificamos que grandes extensões que antes eram recobertas com matas primárias foram devastadas, para fornecer lenhas para as casas, caieiras de tijolos e fornos de queima de calcário e carvão, além de ser utilizada para a construção de cercas compactas de pedra e madeira (Figura 33). Isso tem contribuído para fazer desaparecer árvores de grande porte, bem como o surgimento de matas secundárias, as capoeiras, com poucas espécies, o que acabam por causar drasticamente a diminuição da fauna da região. Outro problema que tem causado grandes impactos é com relação a algaroba (*Prosopis chilensis*), planta exótica introduzida na região, considerada invasora e danosa para o ambiente semiárido.



Figura 33 - Cerca de estacas comum no município de São João do Tigre – PB.

8.1.1.1. O município

Apresenta características notadamente rurais. A cidade sede, São João do Tigre, apresenta alguma infra-estrutura urbana, o que já começou a atrair moradores do campo para a cidade. Ainda existem os distritos de Cacimbinha, Quati e Santa Maria, que detém parte significativa da população do município, estimado pelo IBGE (2000) em mais de 4 mil habitantes.

A sede municipal conta com alguns edifícios públicos: prefeitura, delegacia, correios, maternidade, escolas, dentre outros, uma igreja matriz, um cemitério e um

punhado de casas que demonstra ser seus habitantes poucos favorecidos, economicamente falando (Figura 34).



Figura 34 - Aspecto geral da Urbes de São João do Tigre – PB.

As condições de vida do município de São João do Tigre estão entre as piores do estado da Paraíba. Seu IDH Regional em 2002, era de 0,401, ocupando a 210 (IBGE/IPEA/PNUD, 2002), colocação entre os 223 municípios da Paraíba. Desprovido de água potável em quantidade e qualidade, São João do Tigre tem na pecuária extensiva e na agricultura rudimentar suas principais bases econômicas. No entanto, seu potencial natural e cultural/arqueológico, é um dos mais ricos do Estado, pode ser aproveitado, de forma sustentável, pela atividade turística, já que o município tem a maior e mais bem preservada Área de Proteção Ambiental (APA das Onças) do Estado.

8.1.1.2. Histórico do município de São João do Tigre

A denominação Tigre, tem origem do nome dado as onças pintadas (*Panthera onça*), dada por Limmaeus em 1758.

As onças pintadas existentes na região eram chamadas de Tigres para diferenciá-las das onças pardas ou suçuarana (*Felis concolor* Limmaeus) e a Jaguatirica (*Leopardus pardalis*), ambas vistas na região.

Inicialmente, na área que hoje corresponde ao município, existiam três fazendas: Tigre de Baixo, Tigre de Cima e Tigre Novo, pertencentes a Cândido José Bezerra, um

grande sesmeiro na região. O povoado de São João do Tigre nasceu onde inicialmente existia a Fazenda Tigre de Baixo.

O município de São João do Tigre teve três outros nomes: inicialmente, em homenagem a família que fundou o povoado, este chamou-se de Tigre dos Medeiros, que mais tarde chamou-se Jacarará e por último São João do Tigre.

8.1.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Pinturas I, em São João do Tigre – PB.

8.1.2.1. Introdução

Para o pesquisador, a peça isolada, fora de contexto, perde parte das informações que poderiam ser transmitidas a respeito do grupo étnico que a confeccionou. Quando proveniente de uma escavação sistemática, a peça faz parte de um contexto arqueológico, fornece dados que se situam em um contexto amplo, o qual abrange a vida social e econômica do grupo, bem como, aspectos culturais como o religioso e suas atividades básicas diárias na busca e luta pela sobrevivência. Nisso, recai a importância da escavação arqueológica, levado a cabo com todo o rigor científico.

8.1.2.2. Passos que antecederam a escavação e outras atividades

Inicialmente foi realizada avaliação do terreno com localização através de GPS. Esta primeira avaliação foi efetuada a partir de uma prospecção na área do sítio, bem como atividades de pesquisa oral e literária.

Para a escolha do referido sítio a ser escavado, levamos em consideração à presença de vestígios materiais na superfície (lítico, cerâmico e ossos humanos), que serviu para determinar onde iríamos abrir as quadrículas. A realização da sondagem/escavação serve para que possamos observar o processo de descaracterização cultural, bem como seus principais traços culturais que sejam capazes de identificá-los, enquanto grupo étnico.

A sondagem visa “identificar a concentração de material arqueológico (...) e a obtenção de uma correlação espaço-temporal...” (BORGES, 2005: 180).

A escavação, do sítio arqueológico Pinturas I, em São João do Tigre – PB, seguiu as seguintes etapas:

A. Sondagem

No local onde o material arqueológico aflorava, foi introduzido um ferro/sonda, escalonado de 10 em 10 cm, com o objetivo de averiguarmos a profundidade do solo arqueológico. Escolhemos três pontos diferentes para o teste: a quadrícula 1A, nesse ponto o ferro atingiu o solo rochoso acerca de 60 cm de profundidade; quadrícula 2A, atingindo o solo rochoso acerca de 50 cm de profundidade; na quadrícula 1B, onde o ferro sondagem focou a rocha acerca de 70 cm de profundidade. Na quadrícula 2B não foi feito este tipo de sondagem, tendo em vista existir cerca de 20 cm de fragmentos ósseos, lítico, cerâmico e terra que propositadamente tinha sido depositado na área.

B. Topografia e coleta de superfície

A terceira campanha deu-se em 24 de fevereiro de 2008 e teve como principal objetivo, realizarmos a topografia e planta baixa do sítio Pinturas I. Paralelo a essa atividade, realizamos a coleta de materiais arqueológicos da superfície (ossos, cerâmica e lítico além de partes descamadas da rocha suporte do abrigo que contém pinturas rupestres).

C. Limpeza da área

Foi realizada a retirada de dezenas de blocos rochosos de vários tamanhos e pesos diferentes, sendo todos observados criteriosamente para averiguação ou não da existência de figuras rupestres, já que vários destes pequenos blocos constituam-se de placas provenientes da descamação da rocha suporte, onde existem as figuras rupestres. Verificamos que a maioria desses blocos/placas, mesmo aqueles que apresentavam grandes dimensões (30 a 50 cm), apresentavam espessura que variava de 2 a 4 cm.

D. A escavação

A quarta campanha (da escavação do cemitério sítio Pinturas I), durou 06 dias. Teve início no dia 13 de abril de 2008 e fim no dia 18 de abril de 2008.

Quanto a atividade de topografia da área, a estação fora montada na base da subida para o abrigo e, a partir desse ponto, fora tirado um outro ponto (PA1) para eventuais problemas. No dia 13 detectamos ser necessário instalar a estação num local mais próximo da escavação, bem como menos vulnerável a abalos por parte dos visitantes e da própria equipe. Preparamos um outro local para a montagem de um novo ponto que denominamos (PA2). Durante toda a escavação, a estação ficou montada nestes pontos (Figura 35).



Figura 35 - Estação/base para registro dos materiais coletados na escavação.

A área de peneiramento foi instalada fora do abrigo rochoso, acerca de 7 metros da escavação, numa das poucas áreas planas do entorno do sítio (Figura 37).



Figura 36- Área de peneiramento da escavação arqueológica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB, com atividades de Educação Patrimonial.

E. Início da escavação

As quadrículas foram em número de quatro (04), assim dispostas no terreno, conforme planta baixa do sítio (Figura 37):

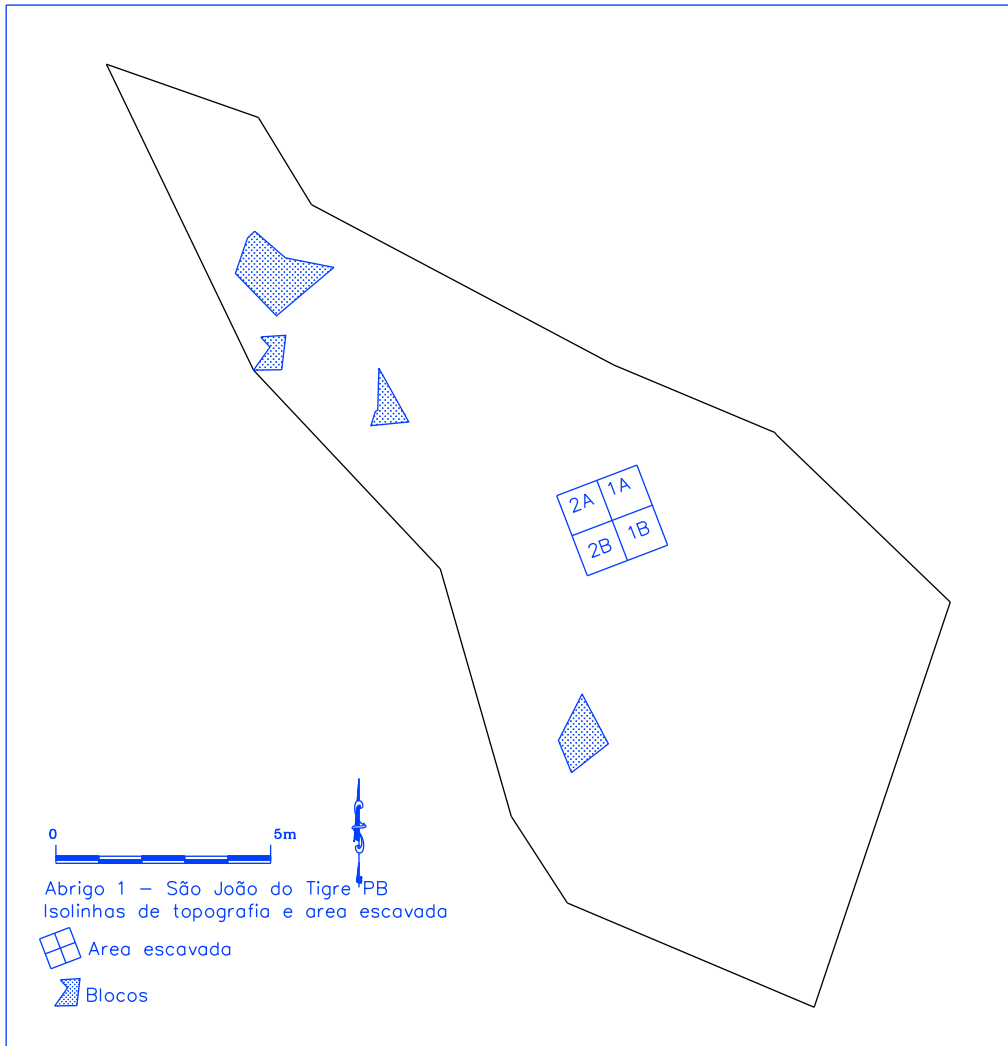
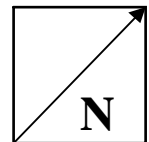
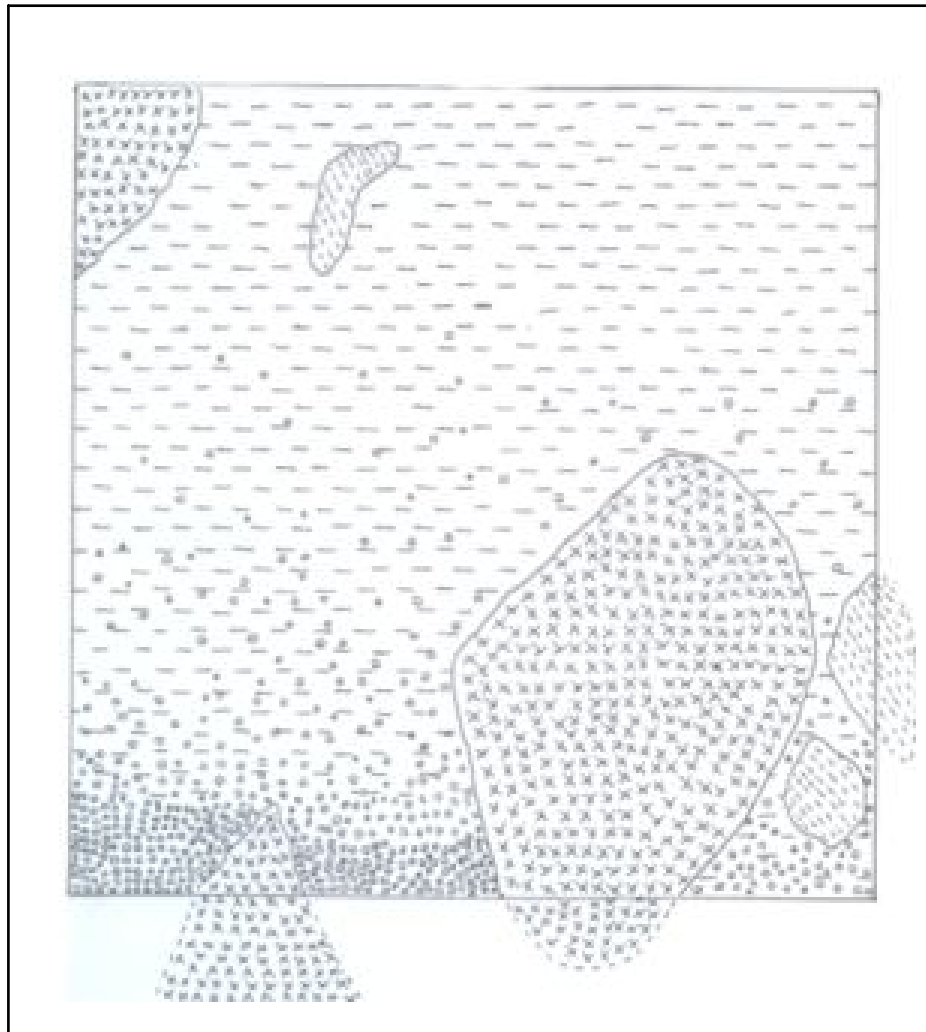
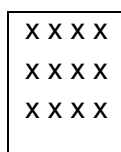


Figura 37 - Planta baixa do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

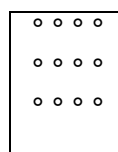


Escala: 1 - 100

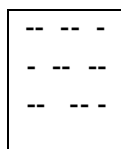
LEGENDA



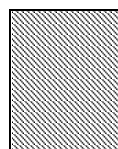
Bloco granítico fixo



Fezes de caprino



**Sedimentos/material
arqueológico**



Bloco granítico solto

Figura 38 - Croqui da área escavada do sítio Pinturas I (Superfície).

Na quadrícula 1B recuamos o piquete em exatos 30 cm, devido a existência de um bloco de pedra tipo espigão, aflorante em uma de suas extremidades.

Na quadrícula 2B, recuamos cerca de 15 cm, pelo mesmo motivo da quadrícula 1B.

F. Decapagens

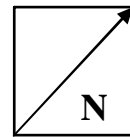
Resolvemos que iríamos utilizar-mos a técnica de decapagem artificial (10 cm) para as quatro (04) quadrículas a serem escavadas no sítio Pinturas I, haja vista o elevado grau de depredação em que se encontrava o sedimento juntamente com o material arqueológico. Os quadros seguintes sintetizam os pormenores das decapagens realizadas nas quatro quadrículas abertas no sítio Pinturas I:

Decapagens da quadrícula 1A

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Primeira decapagem: 0 – 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Desde o início da decapagem começam a aparecer material arqueológico (ossos humanos); - encontrado material lítico lascado e cerâmico; - retirado ossos humanos, dentes humanos, material lítico e cerâmico; - o sedimento predominante era do tipo argila-arenoso.
Segunda decapagem: 10-20 cm	<ul style="list-style-type: none"> - A presença de materiais arqueológicos diversos (ossos humanos, material lítico lascado e cacos de cerâmica), começam a aparecer desde o início desta decapagem que nada mais é do que a continuação dos amontoados de materiais da decapagem anterior; - o material ósseo humano encontra-se totalmente fragmentado, bem como, continua a aparecer material arqueológico associado a fezes de animais, especialmente caprinos; - o material foi coletado, etiquetado, ensacado e por último a quadrícula foi fotografada; - o sedimento predominante era do tipo argila-arenoso.
Terceira decapagem: 20 – 30 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciada a terceira decapagem, encontra-se um grande bloco de granito (quebradiço); - nesta decapagem coletamos material ósseo humano, dentes humanos e material lítico; - o sedimento dessa quadrícula, com exceção da parte do bloco, mostrava-se do tipo argila-arenoso; - todo o material coletado recebeu os procedimentos de praxe.
Quarta decapagem: 30-40 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciada a decapagem percebemos que o bloco de granito quebradiço se prolongava por toda a quadrícula, o que levou-nos a concluir que o sedimento arqueológico, acima de onde iniciamos a escavação, deveria ter sido composto de mais 20 ou 30 cm, sendo retirado por vândalos que profanaram totalmente o cemitério; - nesta decapagem foram exumados fragmentos de ossos humanos, dentes humanos e material lítico; - o pouco sedimento que retiramos da quadrícula apresentava-se do tipo argila-arenoso; - etiquetado, ensacado, plotado e fotografado o material arqueológico, foi dado por encerrado a escavação nesta quadrícula.

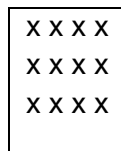
Quadro 21 – Decapagens da quadrícula 1 A

Quadrícula 1A - Decapagem: 0 a 10 cm

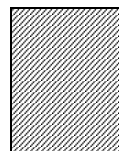


Escala: 1 - 100

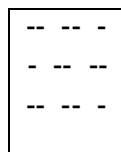
LEGENDA



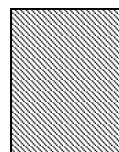
Bloco granítico fixo



Ossos humanos



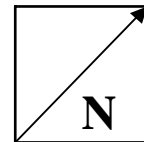
**Sedimentos/material
arqueológico**



Bloco granítico solto

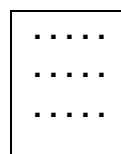
Figura 39 -

Quadrícula 1A - Decapagem: 30 a 40 cm



Escala:1 - 100

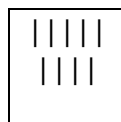
LEGENDA



Rocha arenítica



Orifício



**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura 40 -

Figuras 39 - 40 - Plantas baixas da decapagem da quadrícula 1 A



Figura 41 – Quadrícula 1 A – Situação do material arqueológico

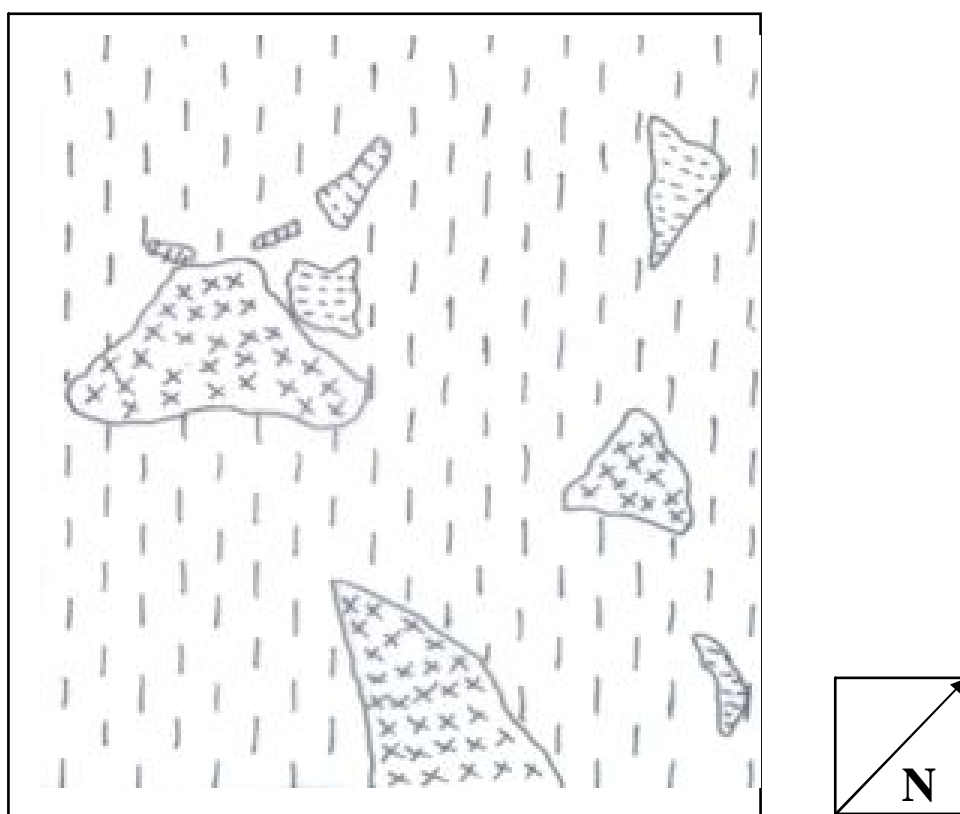
Decapagens da quadrícula 1B

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Primeira decapagem: 0 – 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciada a primeira decapagem, o material arqueológico (ossos humanos, dentes, ossos de animais e contas, material lítico e cerâmico); - o sedimento predominante era do tipo argila-arenoso; - os ossos humanos mostraram-se quebradiços, percebendo-se que houve uma intensa ação antrópica na mesma; - o material arqueológico encontrava-se em contato com fezes de animais (cabra, preá, mocó) de procedência recente.
Segunda decapagem: 10 – 20 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico desta quadrícula foram ossos humanos de grande maioria fragmentados e friáveis, dentes humanos, cerâmica e material lítico lascado. Observamos, como no restante da escavação, que o material arqueológico encontrava-se fora de contexto e totalmente remexido; - o sedimento predominante nesta decapagem era do tipo argila-arenoso; - todo o material coletado recebeu os procedimentos de praxe já expostos anteriormente.
Terceira decapagem: 20 – 30 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico coletado nesta decapagem foram ossos humanos (friáveis e quebradiços), fora de contexto, como tem sido comum nas outras quadrículas, cacos de cerâmica, material lítico, contas (pedra e osso) e dentes humanos; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argila-arenoso; - todo o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe.
Quarta decapagem: 30 – 40 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico coletado nesta decapagem foram ossos (quebradiços), dentes humanos e material lítico; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argila-arenoso; - nesta decapagem nos deparamos com pequenos blocos de granito que provavelmente se desprenderam da rocha suporte e/ou do teto do abrigo. Nenhum deles apresentavam figuras ou indícios de pinturas rupestres; - todo o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe.
Quinta decapagem 40 – 50 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado nesta decapagem foi: ossos humanos quebradiços, dentes humanos e material lítico; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argila-arenoso; - todo o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe.
Sexta decapagem 50 – 60 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciamos a decapagem da quadrícula sem grandes atropelos; - esta decapagem demonstrou ser uma das mais frutíferas até então; - o material arqueológico evidenciado nesta decapagem consistiu de: ossos humanos friáveis e quebradiços, dentes humanos, material lítico e contas de osso; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argila-arenoso;

	- todo o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe;
Sétima decapagem: 60 – 70 cm (última)	- Iniciamos a decapagem percebendo que começava a tornar-se raro a presença de material arqueológico; - o material arqueológico evidenciado e coletado nesta decapagem foi pouco, se comparado ao que fora coletado nas decapagens anteriores: poucos ossos humanos fragmentados, dentes humanos e material lítico; - o sedimento nesta decapagem era do tipo argila-arenoso, até que tornou-se totalmente estéril de material arqueológico e o afloramento da mesma rocha detectada na quadrícula 1A. - o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe.

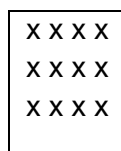
Quadro 22 – Decapagens da quadrícula 1 B.

Quadrícula 1B – Decapagem de 0 a 10 cm



Escala: 1 - 100

LEGENDA



Bloco granítico fixo



Bloco granítico solto

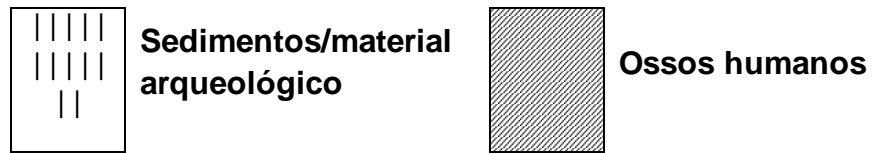
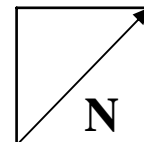
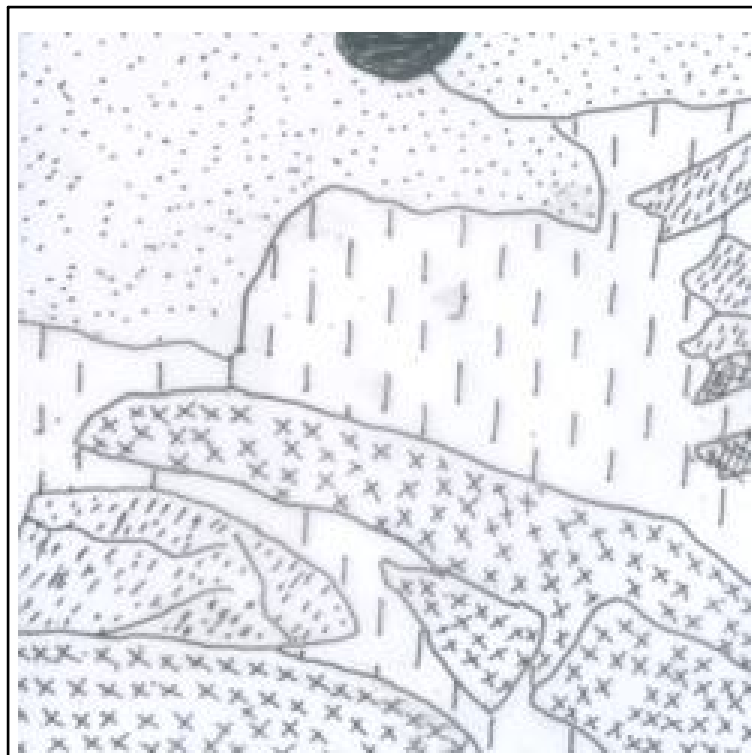


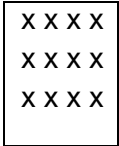
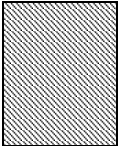
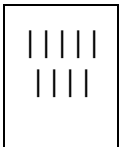
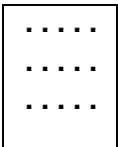
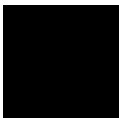
Figura 42 -

Quadrícula 1B - Decapagem final de Nº 7 - 60 a 70 cm



Escala: 1 - 100

LEGENDA

		Bloco granítico fixo		Bloco granítico solto		
Figura	-		Sedimentos/Material arqueológico		Rocha arenítica	43
Figuras Plantas das						42 - 43 - baixas
			Orifício			

decapagens da quadrícula 1B.



Figura 44 – Quadrícula 1 B – Situação do material arqueológico

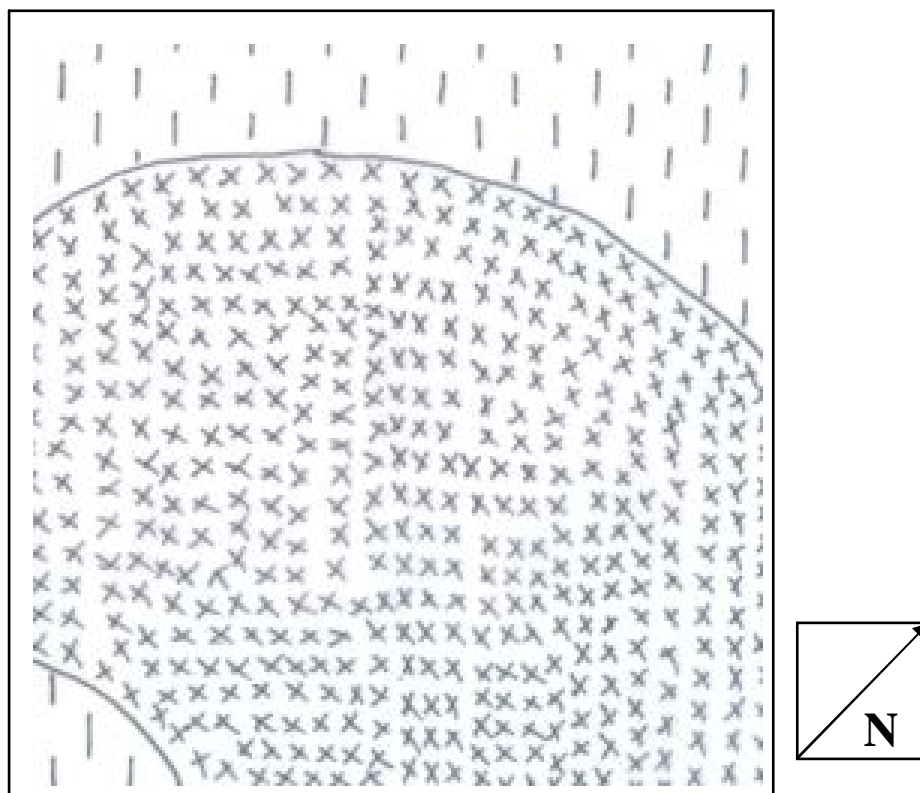
Decapagens da quadrícula 2 A

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Coleta superficial	<ul style="list-style-type: none"> - De pronto verificamos que o material arqueológico encontrava-se nas extremidades dessa quadrícula; - coletados alguns materiais arqueológicos de superfície: ossos humanos e material lítico lascado grosseiramente; - a escavação dessa quadrícula ficou limitada acerca de 20 cm, entre o espigão que aflorava e a parede do abrigo; - os ossos encontravam-se quebradiços e friáveis; - o sedimento predominante era do tipo argila-arenoso.
Primeira decapagem: 0 – 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Acreditamos que o material existente (ossos humanos em especial), entre o espigão e a rocha suporte do abrigo foi ali depositado pelos vândalos que perturbaram o sítio, jogando o material para aquele local; - o material ósseo recolhido encontrava-se friável e quebradiço, talvez pela umidade do setor; - nesta decapagem fora coletados ossos humanos, material lítico lascado; - o sedimento predominante era do tipo argila-arenoso;

	- todo o material arqueológico recebeu os procedimentos de praxe;
Segunda decapagem: 10 – 20 cm	- O material arqueológico evidenciado nesta quadrícula foi constituído de ossos humanos friáveis e quebradiços, especialmente devido o contato dessa região da quadrícula com água que escorria pelo paredão. Assim, além de ossos humanos, foram evidenciados material lítico e conta de colar; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argiloso-arenoso; - o material arqueológico foi coletado e tomado os procedimentos de praxe.
Terceira decapagem: 20 – 30 cm (última)	- O material arqueológico evidenciado nesta quadrícula foi pouco e limitou-se a ossos humanos friáveis e quebradiços; - o sedimento desta decapagem apresentava-se do tipo argila-arenoso; - o material arqueológico foi coletado e tomado os procedimentos de praxe; - a partir desta profundidade o solo fica tomado pelo espigão de granito, o que nos levou a finalizar as atividades nesta quadrícula.

Quadro 23 - Decapagens da quadrícula 2 A

Quadrícula 2A – Decapagem de 0 a 10 cm



LEGENDA

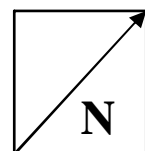
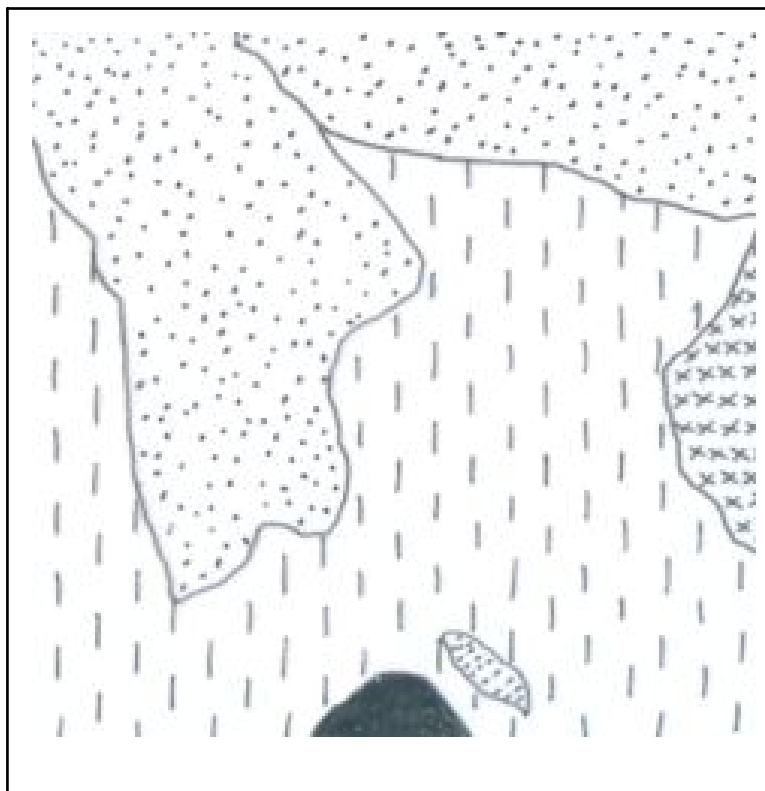
X X X X	Bloco granítico fixo
X X X X	
X X X X	

**Sedimentos/material
arqueológico**

Escala: 1 - 100

Figura 45 -

Quadrícula: 2A Decapagem de 20 a 30 cm



LEGENDA

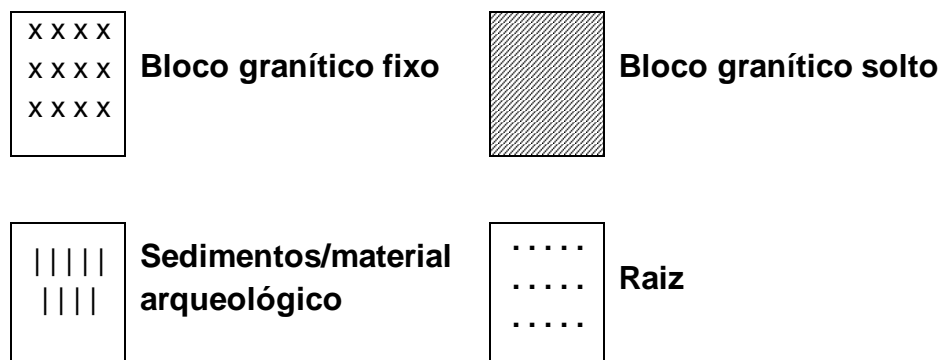


Figura - 46

Figuras 45- 46 - Decapagens da quadrícula 2 A



Figura 47 – Quadrícula 2 A – Situação do material arqueológico

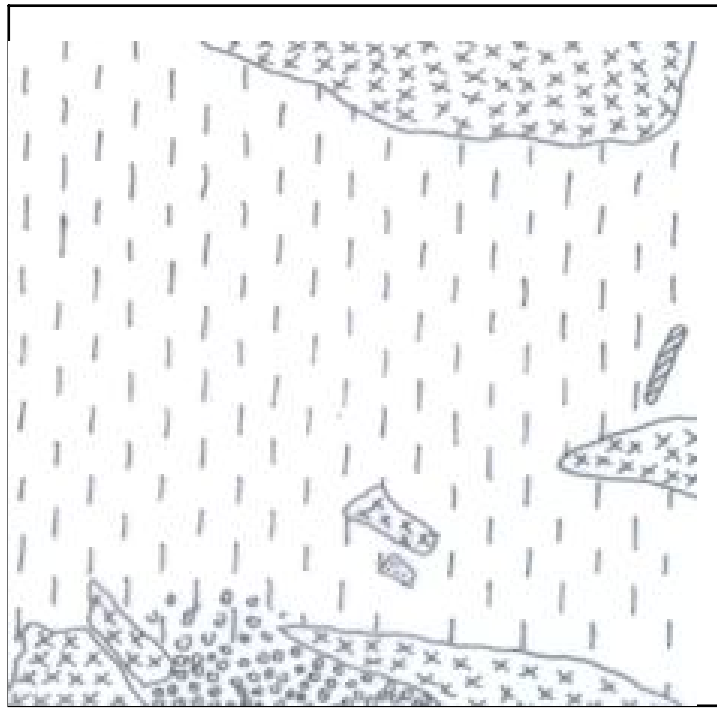
Decapagem da quadrícula 2B

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Primeira decapagem: 0 – 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Os ossos humanos extraídos dessa decapagem encontravam-se friáveis, quebradiços e fragmentados; - O sedimento predominante era do tipo argila-arenoso.
Segunda decapagem: 10 – 20 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico que apareceu foi constituído de ossos humanos, material lítico lascado, cacos de cerâmica, óxido de ferro, fragmentos de granito que se desprendera da rocha suporte com pinturas em tonalidade vermelha, dentes humanos e um osso de animal (porco do mato) perfurado em uma de suas extremidades, provavelmente um pingente de um colar; - De forma geral, essa quadrícula foi a que mais materiais arqueológicos apresentou; - Alguns ossos de pequenos animais e algumas carapaças de tatu também fora recolhido; - O sedimento era do tipo argila-arenoso; - Os ossos humanos encontravam-se friáveis quebradiços e entre

	<p>blocos de pedras que acreditamos terem sido propositadamente ali colocados quando o local foi perturbado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - o material foi coletado e tomado os procedimentos de praxe antes de darmos início a decapagem seguinte.
Terceira decapagem: 20 – 30 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado e coletado nesta decapagem foi ossos humanos e material lítico; - o sedimento desta decapagem mostrava-se muito escuro, devido a fezes de animais ainda presente (mocó, preá e cabra); - nesta decapagem foi preciso a retirada de um grande bloco de granito que não apresentou indícios de figuras e estava sob o material arqueológico; - de forma geral, como já verificado e apontado nas outras quadrículas, o material arqueológico encontrava-se totalmente fora de contexto. Nesta quadrícula, deu para perceber que havia um grande acúmulo de ossos longos, que acreditamos terem sido ali depositados, entre os blocos de granito, pelos indivíduos que violaram o lugar; - o material arqueológico foi coletado e tomada as medidas de praxe; - o sedimento predominante nesta decapagem foi do tipo argila-arenoso.
Quarta decapagem: 30 – 40 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado e coletado constitui-se de ossos humanos, material lítico e cacos de cerâmica; - o sedimento começava a apresentar a tonalidade acizentada, comum nas outras quadrículas, em virtude do pouco contato com fezes e urina dos animais, mas continua sendo do tipo argila-arenoso; - finalizada a decapagem, o material arqueológico foi recolhido e tomado os procedimentos de praxe.
Quinta decapagem: 40 – 50 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado encontrava-se quebradiço e foi constituído de ossos humanos e material lítico; - o sedimento a partir desta decapagem passava a tomar a cor cinza, igual ao constatado nas outras quadrículas, sendo do tipo argila-arenoso; - o material arqueológico foi coletado e tomado os procedimentos de praxe.
Sexta decapagem: 50 – 60 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado nesta decapagem constituía-se de ossos humanos material lítico e dentes humanos. Os ossos, como comum, apresentaram-se quebradiços; - o sedimento desta decapagem é do tipo argila-arenoso; - o material arqueológico foi coletado e tomado os procedimentos de praxe.
Sétima decapagem: 60 – 70 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material constituía-se de ossos humanos, e material lítico; - o sedimento desta decapagem é do tipo argila-arenoso; - o material arqueológico evidenciado foi recolhido e tomado os procedimentos de praxe.
Oitava decapagem: 70 – 80 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - O solo, a partir dos 77 cm mostrava-se pedregoso e a rocha matriz já se exponha, o que nos levou a finalizar os trabalhos nesta quadrícula; - nesta decapagem não mais fora evidenciado material arqueológica; - o sedimento desta decapagem era do tipo argila-arenoso, mas com a presença de blocos de granito, o que tornava o solo estéril, arqueologicamente falando; - para o encerramento das atividades nesta decapagem foram tomadas as medidas de praxe.

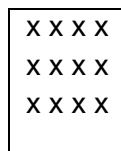
Quadro 24 – Decapagens da quadrícula 2 B.

Quadrícula 2B – Decapagem de 0 a 10 cm

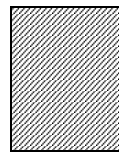


Escala: 1 - 100

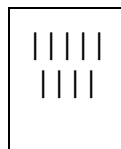
LEGENDA



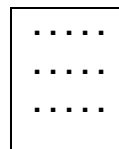
Bloco granítico fixo



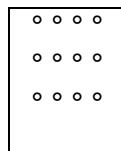
Ossos humanos



Sedimentos/material arqueológico



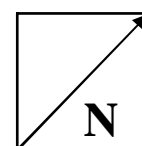
Material lítico



Fezes de caprinos

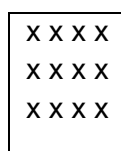
Figura - 48

Quadrícula 2B – Decapagem de 70 a 80 cm

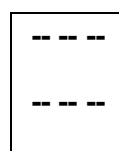


LEGENDA

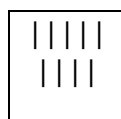
Escala: 1 - 100



Bloco granítico fixo



Bloco granítico solto



**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura - 49

Figuras 48 - 49 - Plantas baixas das decapagens da quadrícula 2B.



Figura 50 – Quadrícula 2 B – Situação do material arqueológico

Observações gerais:

A quadrícula 1A foi finalizada na decapagem de número quatro (30 – 40 cm); a quadrícula 1B foi finalizada na decapagem de número sete (60 – 70 cm); a quadrícula 2A foi finalizada na decapagem de número três (20 – 30 cm); a quadrícula 2B foi finalizada na decapagem de número oito (70 – 80 cm), sendo, portanto, a mais profunda das quatro quadrículas abertas no sítio.

Observamos que nos extremos das quadrículas, especialmente as de números 1B, 2A e 2B, existia uma grande quantidade de materiais arqueológicos, quebradiços e fora de contexto, provavelmente devido ao vandalismo intenso do sítio, fruto da busca por botijas⁷².

Optamos por apresentar apenas duas plantas baixas de cada quadrícula, tendo em vista a repetição das informações.

8.1.3. O sítio (descrição)

8.1.3.1. O sítio

Trata-se de um serrote cujo dorso é formado por inúmeros blocos de granito, organizados de modo a dispor um abrigo rochoso com cerca de 5 mts de profundidade (da parede suporte até a linha de chuva), contendo em suas paredes internas e externas cinco painéis com pinturas rupestres em vermelho em pelo menos duas tonalidades. O referido Serrote foi denominado pela população local de Serrote dos Caboclos das Pinturas, ou ainda simplesmente Pinturas; encontramos além de inscrições rupestres outros diversos testemunhos da passagem dos homens pré-históricos e históricos na região, principalmente ossos humanos. O local em si é uma necrópole primitiva onde acreditamos tratar-se de enterramentos de índios Cariris ou seus ancestrais que habitavam a região na época do contato e ali permaneceram até serem extintos ou mesclados na população que ocupou a região desde o final do século XVI.

8.1.3.2. O cemitério e sua localização

⁷² Vaso cilíndrico de boca estreita, com aparência de um pequeno pote em que, segundo a lenda na região, servia para se guardar dinheiro em forma de metal e enterrado em lugar que apenas o proprietário conhecia.

Comprovadamente o sítio Pinturas I, é um sítio arqueológico, tanto de arte rupestre quanto um cemitério indígena, haja vista, a grande quantidade de ossos e dentes humanos que afloraram quando da escavação arqueológica desenvolvida no local.

O sítio Pinturas I, está localizado a Leste da cidade sede do município de São João do Tigre, No extremo Sul do estado da Paraíba, fronteira com o estado de Pernambuco, em uma região de grande densidade de ocorrências arqueológicas, na Área de Proteção Ambiental - APA das Onças - sendo a maior área de proteção ambiental (cerca de 36 mil ha) e a menos estudada e conhecida (SANTOS, 2008b: 2), acerca de 240 km de Campina Grande. O sítio Pinturas I dista cerca de 12 km da cidade de São João do Tigre e o acesso se dar por estrada carroçável.

O sítio encontra-se nas seguintes coordenadas: Altitude: 659 mts. em relação ao nível do mar; Latitude Sul: 08° 0,8'14.6''; Longitude Oeste: 36° 48'55.3''.

8.1.3.3. O estado de conservação do sítio

De forma geral, quanto ao sítio em si e seu entorno, sofreram depredações, muitas delas irreversíveis por parte do homem.

A ambiência é um fator determinante para se entender o *modus vivendi* de um grupo, e portanto, não pode ser desprezado.

Alerta Vanderley de Brito (2008: 2) que nossa

Sociedade moderna perdeu as relações com o meio ambiente, é escravo da tecnologia e quase um alienígena em seu próprio planeta. O que causa um afastamento vertiginoso entre nossa sociedade e o entendimento da natureza do homem primitivo.

É preciso olhar o sítio com olhares do passado, abandonando a paisagística atual, pois a mesma sofrera transformações relevantes, desfigurando o local e acelerando o processo civilizatório.

Ossos humanos, dentes humanos, contas de colar, fragmentos de cerâmica e material lítico aflorados ao solo em montículos nas extremidades das quadriculas, são provas incontestes dos atos de vandalismo que se processaram no local, inviabilizando

informações mais precisas que favorecessem entender os rituais fúnebres dos índios Cariris ali sepultados.

Com relação aos cinco painéis rupestres, as figuras neles contidas encontram-se em estado razoável de preservação, mas percebe-se nitidamente a ação do tempo (várias figuras encontram-se cobertas por uma pátina branca, fazendo-as desaparecer) enquanto que, em alguns pontos dos painéis nota-se pontos de percussão de objetos pontiagudos utilizados para quebrar a rocha suporte, talvez com a intenção de levar para casa uma lasca da rocha pintada, como um *suvenir*.

Um das atividades mais interessantes desenvolvidas antes e durante a escavação do sítio Pinturas I e dos demais foram às palestras para a comunidade, especialmente com o recebimento de centenas de alunos da região que visitaram a escavação, desmistificando o mito da botija e mostrando-lhes o papel do arqueólogo num sítio arqueológico.

8.1.3.3.1. Problemas de conservação e Educação Patrimonial

Os sítios arqueológicos, de uma forma geral, representam um tempo longínquo, “do qual não temos outras informações, senão, aquelas fornecidas pela Arqueologia” (SANTOS, 2006b: 89). No geral, os sítios arqueológicos enquanto patrimônio da humanidade, são monumentos de valor incontestável, de natureza singular, restante das atividades humanas, das experiências, do cotidiano, da sensibilidade e das crenças dos homens, possuindo valor histórico e estético. Na Paraíba, os sítios arqueológicos vêm sofrendo fortes ações, da natureza e antrópicas.

O trabalho de conservação deve se pautar diante desse reconhecimento, de que o sítio é único, singular. Assim, estudos de Etnologia, Microbiologia, Geologia, Geomorfologia, Historiografia, dentre outras especialidades, compõem a análise de um sítio, servindo para posteriores intervenções de restauro, se for o caso.

De acordo com a Lei 3.924 (IPHAN, 2009), todos os sítios são considerados bens patrimoniais da União, contando com proteção especial. Entretanto, por diversos motivos, como escassez de fiscais e falta de Educação Patrimonial, tem contribuído para a destruição maciça desses locais.

Nas investidas que realizamos nos quatro municípios da Paraíba (São João do Tigre, São João do Cariri, Cuité e Seridó), encontramos os sítios parcialmente vandalizados. Na região, grande parte dos sítios arqueológicos são descobertos de forma fortuita, em áreas ocupadas por populações humanas que desconhecendo o valor histórico desses locais e a legislação pertinente, escavam clandestinamente os locais em busca de supostos tesouros (botijas), o que contribui para alterar substancialmente o pacote arqueológico e/ou danificar as figuras rupestres (SANTOS, 2008c).

O processo de destruição de um sítio é irreversível. O que se pode e deve-se fazer “é tentar estabilizar, estancar o processo e para isso, só através de um amplo processo de Educação Ambiental e Patrimonial” (SANTOS, 2008c: 50) e ações intervencionistas que visem “ações de conservação preventiva” (FIGUEIREDO e PUCCIONI, 2009: 32), em outras palavras, adiantar-se ao processo implantando sistemas que estabilize a destruição.

Dessa forma, durante todas as atividades de campo realizadas nos municípios, recebemos indivíduos, estudantes e leigos, com o objetivo básico de mostrar-lhes, entre outras coisas, o trabalho do Arqueólogo e a importância em preservar os sítios arqueológicos, pois estes são testemunhos da presença de antigos habitantes (Cariris e Tarairiús e seus antecessores) na região, bem como, dissipando o mito da botija, mito este, que tem contribuído com a destruição de inúmeros sítios arqueológicos na Paraíba.

Acreditamos que os resultados dessas atividades darão respostas positivas a médio e longo prazo, pois que as mesmas sofrerão continuidade nessas e em outras regiões da Paraíba, a medida em que outros sítios serão visitados com o objetivo de consolidar os pontos levantados nesta tese (Figura 51).



Figura 51 – Atividade de Educação Patrimonial desenvolvida com os professores do município de São João do Tigre durante as atividades arqueológicas.

8.1.3.4. O entorno

Sabemos que as “influências ambientais no curso da experiência humana, sobretudo nas Américas...” (WILCOX, 2002: 169) e em especial na área das caatingas, exercem forte influência sobre os grupos humanos pré-históricos e históricos. Sem dúvida, a escolha por abrigos rochosos para sepultarem seus mortos, os locais elevados, próximos a fontes essenciais de matérias-primas, como rios, matas e serras, influenciaram a vida desses grupos humanos, pois temos detectado não apenas nos sítios por nós pesquisados, mas em outros que o ambiente era favorável ao desenvolvimento das atividades culturais cotidiana do homem (Figura 52).

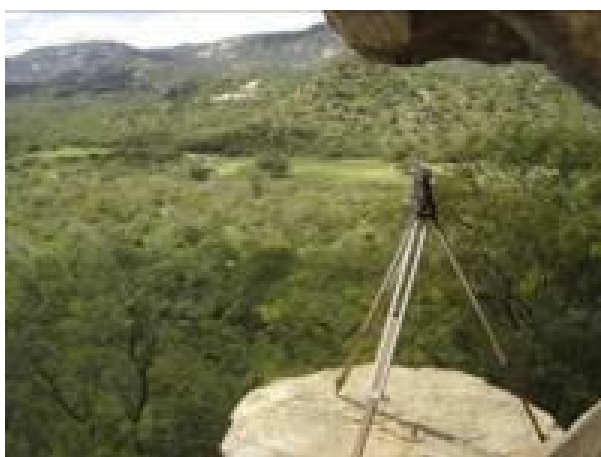


Figura 52 - Vista do entorno do sitio Pinturas I, a partir do local da escavação.

No abrigo-sob-rocha onde se procedeu a escavação arqueológica, medimos a temperatura dentro do ambiente num período em que denominamos de verão, tendo

em vista os baixos índices pluviométricos, isso ocorreu em 15 de janeiro de 2008 e a temperatura dentro do abrigo, as 12h00 girava em torno de 30° C e fora do abrigo, no mesmo horário, chegou aos 39° C.

O entorno do sítio está envolvido por uma linha de serrotes, de menor dimensão e altitude, margeando o lado esquerdo do riacho Mulungú. Do lado direito do Mulungú, existem também pequenos serrotes e, por trás destes, a imponente serra da Cascavel. O serrote onde se encontra a necrópole se destaca na paisagística da região, pela sua imponência (Figura 53).



Figura 53 - Serrote das Pinturas visto a partir do entorno do sítio.

A vegetação do entorno é constituída por mata de caatinga com predominância de dois substratos arbustivos: um arbóreo e o outro herbáceo (vegetação rasteira e vegetação que não ultrapassa os 5 metros de altura).

As rochas da região e do próprio abrigo são constituídas, basicamente, por granitos, mas nas proximidades do riacho Mulungú existe uma quantidade significativa de seixos (quartzo), bem como barreiras de argila que possivelmente foram exploradas pelos antigos índios da região.

Identificamos que vários pequenos córregos cortam a região e, basicamente, todos deságuam no Mulungú, este distante, em linha reta, a direita da abertura do abrigo, cerca de 280 metros.

A área do entorno do sítio numa circunferência de 360° e a uma distância de 1 km, tendo como limitantes, à direita do sítio, a cadeia de serra denominada de Jararaca, e a esquerda, uma linha de pequenas elevações (serrotes), encontra-se bem

preservada, mas, como verificamos, trata-se de uma vegetação secundária, pois a mata primária que ali existia foi derrubada para o abastecimento de lenha para as residências, caieiras e principalmente na construção de cercas.

Economicamente falando, a área é utilizada para a criação extensiva de gado, destacando-se o bovino e o caprino. As culturas de subsistência limitam-se a poucas plantações próximas ao rio a uma única casa existente acerca de 800 metros do sítio: plantam-se, palma forrageira, capim, milho, feijão e fava, servindo para o abastecimento familiar e do gado.

A estrada mais próxima do sítio Pinturas I, encontra-se acerca de 250 metros a esquerda do serrote. Esta estrada carroçável torna-se praticamente intransponível no período das chuvas.

Acerca de 300 metros a jusante do sítio Pinturas I, encontramos uma outra necrópole indígena, num pequeno afloramento rochoso que fica no pé de um pequeno serrote. Denominamos de sítio das Pinturas III e a mesma já sofreu ação de vândalos. Nela também existem pinturas rupestres. Identificamos, também, acerca de 1 km a montante do sítio Pinturas I, um sítio rupestre, que denominamos de Pinturas II, este, encontra-se num pequeno serrote em meio a blocos soltos de granito. Acerca de 1,2 Km, a esquerda do sítio Pinturas I, identificamos outra necrópole indígena, denominada de Jucurutú. Nas imediações desse sítio é possível ter existido um local de acampamento.

No entorno do sítio Pinturas I, foi observado várias espécies vegetais e animais, sintetizadas nos quadros a seguir. Este tipo de atividade nos possibilita aferir os recursos que os grupos humanos que viviam na região faziam uso para suas atividades cotidianas e alimentares. As informações contidas nos quadros nos foram repassadas pelo Sr. Paulo, guia e conhecedor da região.

FLORA		
VERNÁCULO	NOME CIENTÍFICO	UTILIDADE
Alastrado/Chique-Chique	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Alecrim de cheiro	<i>Rosmarinus officinalis L</i>	Medicinal

Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Cerca/estaca
Angico de curtume	<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan	Curtimento de pele
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Fr. All.	Medicinal/cerca/construção
Aveloz	<i>Euphorbia spec</i>	Cerca viva
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i> var. <i>glabra</i> Engl.	Cerca/estaca
Barriguda/Paineira	<i>Ceiba glaziovii</i> (Kuntze) K. Schum.,	Sem utilidade definida
Bom-nome	<i>Maytenus rigida</i> Mart.	Mecicinal (Diarréia, desinteria e úlcera)
Cabraíba	<i>Cotyledon orbiculata</i> L.	Sem utilidade definida
Canafístula	<i>Cassia fistula</i> L.	Cerca/estaca
Capa garrote ou malva preta	<i>Pavonia cancellata</i>	Sem utilidade definida
Caruá	<i>Neoglaziovia spec</i>	Medicinal
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul.	Combustão
Cauaçú	<i>Coccoloba laevis</i> Casar.	Sem utilidade definida
Cipó do rego	<i>Arrabidaea agnus-castus</i> (Cham.) DC	Sem utilidade definida
Coroa frade	<i>Melocactus spec</i>	Ração para o gado
Enxerto de favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i> Pax & K. Hoffm,	Sem utilidade definida
Enxerto de passarinho	<i>Phoradendron piperoides</i> (Kunth) Trel.,	Sem utilidade definida
Facheiro	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i>	Alimentação de caprinos
Feijão brabo	<i>Capparis flexuosa</i> L.	Ração para gado
Frejorge	<i>Cordia spec.</i>	Sem utilidade definida
Jaramataia	<i>Avicennia africana</i>	Sem utilidade definida
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart.	Casca para higiene bucal
Jucá	<i>Caesalpineia ferrea</i> Mart.	Medicinal

Jurema de embira	<i>Mimosa ophthalmocentra</i> Mart.	Medicinal/cerca viva
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora</i> Willd.	Construção de cercas
Macambira	<i>Encholirium spec</i>	Ração para o gado
Macambira de flecha	<i>Encholirium spec.</i>	Ração para o gado
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i> D.C.	Ração para o gado
Maniçoba	<i>Manihot spec</i>	Construção de cerca
Maria preta ou moleque duro	<i>Cordia leucocephala</i> Moric.	Construção de cerca
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus</i> Müll. Arg.	Construção de cercas
Mela-bode	<i>Desmodium adscendens</i> (Sw.) DC	Sem utilidade definida
Mororó/pata de vaca/mão de vaca	<i>Bauhinia spec</i>	Medicinal (Tratamento de diabetes)
Muçambê	<i>Cleome spinosa</i> L.	Medicinal
Oliveira	<i>Eugenia jambolana</i>	Sem utilidade definida
Palmatória	<i>Opuntia spec</i>	Ração para o gado
Pereiro Pau d'arco	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart.) Standley	Cerca/estaca/construção civil/dormentes
Pau de serrote	<i>Luetzelburgia auriculata</i> Duck	Construção civil/cerca/estaca
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium</i> Mart.	Construção civil/combustão
Pinhão bravo	<i>Jatropha spec</i>	Medicinal (Extrato como cicatrizante e coagulante)
Quipá	<i>Opuntia spec</i>	Construção de cerca
Quixabeira	<i>Bumelia obtusifolia</i> Roem et Schult. var. <i>excelsa</i> (DC)	Medicinal (Remédio para hematomas)
Sassafrás	<i>Ocotea odorifera</i> (Vellozo) Rohwer	Medicinal
Umburana/amburana/amburana	<i>Amburana cearensis</i> (Fr. All.) Smith	Cerca viva

Quadro 25 - Vegetais identificados num raio de 1 km do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Fontes: Leal, et al (2003); SAUER (1986).

Obs.: Spec = Spectabile = Sem definição

Como se ver no quadro 25, apesar da área já ter sofrido fortes ações antrópicas, a região em torno do sítio Pinturas I, guarda uma grande quantidade de vegetais de porte diferente.

Com relação aos animais identificados pelo nosso guia, citamos os seguintes, por ordem de família, separados por grupos zoológicos (Quadro 26).

FAUNA	
VENARCULO	NOME CIENTIFICO
MAMÍFEROS	
Punaré	<i>Trichomys sp.</i>
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Rato de palmatória	<i>Spec</i>
Onça suçuarana	<i>Felis concolor</i>
Onça preta (jaguarica)	<i>Leopardus pardalis</i>
Gato vermelho/gato mourisco	<i>Herpailurus yaguaroundi</i>
Gato azul	<i>Spec</i>
Gato pintado	<i>Leopardus tigrinus</i>
Gato açu	<i>Spec</i>
Tatu galinha	<i>Dasyus septemcinctus</i>
Tatu peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>
Tatu bola	<i>Tolypeutes tricinctus</i>
Macaco prego	<i>Cebus apella</i>
Macaco sagüi	<i>Callithrix sp.</i>
Guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>
Raposa	<i>Vulpes sp.</i>
Morcego	<i>Ordem: Chiroptera</i>
Timbu (caçaco)	<i>Didelphis paraguayensis</i>
Ticaca	<i>Didelphis sp.</i>
Veado mateiro	<i>Mazama sp.</i>
Tamanduá mirim/Tamanduá de coleite	<i>Tamandua tetradactyla</i>

Teiú	<i>Tupinambis sp.</i>
AVES	
Alma de gato (Andorinha de serrote)	<i>Piaya cayana</i>
Anum branco	<i>Guira guira</i>
Anum preto	<i>Crotophaga ani</i>
Asa branca	<i>Columba picazuro</i>
Azulão	<i>Passerina brissonii</i>
Bacural	<i>Família Caprimulgidae</i>
Beija-flor (Verde, Azul, Roxo)	<i>Trochilidae sp.</i>
Bem-te-vi	<i>Tyrannidae sp.</i>
Canário	<i>Spec</i>
Canção	<i>Spec</i>
Carcará	<i>Polyborus plancus</i>
Casaca-de-couro	<i>Pseudoseisura cristata</i>
Concris	<i>Icterus jamaicaii</i>
Corro	<i>Taraba major</i>
Coruja de buraco	<i>Athene cunicularia</i>
Galo de campina	<i>Paroaria dominicana</i>
Gavião asa de foice	<i>Eleothreptus anomalus</i>
Gavião peneira	<i>Elanus leucurus</i>
Golado	<i>Spec</i>
Jacu	<i>Penelope sp.</i>
Juriti	<i>Leptotila sp.</i>
Lambu	<i>Crypturellus sp.</i>
Lavandeira	<i>Fluvicola spp.</i>
Maracanã	<i>Família: Psittacidae</i>
Maria-fita	<i>Coryphospingus pileatus</i>
Papa-capim	<i>Sporophila spp.</i>
Papagaio	<i>Família: Psittacidae</i>
Periquito gangarro	<i>Spec</i>
Papa vento	<i>Spec</i>

Ribaçã	<i>Zenaida auriculata</i>
Rolinha	<i>Columbidae sp.</i>
Sabiá	<i>Turdidae sp.</i>
Siriema	<i>Cariama cristata</i>
Tapacu	<i>Forpus crassirostris</i>
Urubu	<i>Cathartidae sp.</i>
Vem-vem (vivi)	<i>Euphonia chlorotica</i>
Xexéu – exu	<i>Icterus sp.</i>
Xexéu de bananeira	<i>Icterus jamacaii</i>
RÉPTEIS	
Briba	<i>Diploglossus lessonae</i>
Cágado d'água	<i>Família Quelidae</i>
Calango	<i>Tropidurus sp.</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Caninana	<i>Spilotes pullatus</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
Cobra-cipó	<i>Chironius bicarinatus</i>
Coral	<i>Micrurus sp.</i>
Corre-campos	<i>Thamnodynastes pallidus</i>
Jabuti	<i>Gerochelone sp.</i>
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
Jararaca malha de fogo	<i>Lachesis muta</i>
Lagartixa	<i>Família Gekkonidae</i>
Malha de cascavel	<i>Bothrops erythromelas</i>
Salamandra	<i>Família: Salamandridae</i>
ANFIBIOS	
Caçote	<i>Physalaemus cuvieri</i>
Cururu	<i>Bufo sp.</i>
Jia boi	<i>Leptodactylus natalensis Lutz</i>
Rã pimenta	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>
PEIXES	

Chupa-pedra	<i>Hypostomus sp.</i>
Curimatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Jundiã	<i>Rhamdia sp.</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
ARTRÓPODES	
Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Abelha pimenta	<i>Apis sp.</i>
Aranha (diversas)	Ordem: <i>Aranaea</i>
Aripuã	<i>Trigona spinipes</i>
Breu	<i>Spec</i>
Capa branca	<i>Spec</i>
Carrapato	Ordem: <i>Acarina</i>
Carrega cisco	<i>Spec</i>
Cavalo do cão	<i>Pepsis sp.</i>
Cu de vaca	<i>Partamona gregária</i>
Cupira	<i>Partamona cupira</i>
Exu caboclo	<i>Spec</i>
Exu verdadeiro	<i>Spec</i>
Formiga (diversos)	Ordem: <i>Hymenoptera</i>
Lagarta de fogo	<i>Megalopyge lanata</i>
Maribondo	Ordem: <i>Hymenoptera</i>
Moça branca	<i>Bemisia tabaci</i>
Mosca de chifre	<i>Haematobia irritans</i>
Mosca de olho vermelho	<i>Drosophila melanogaster</i>
Mosca de sombra	<i>Spec</i>
Munduca	<i>Spec</i>
Mutuca	<i>Tabanus bovinus</i>
Pulga	Ordem <i>Siphonaptera</i>
Tibiba Canudo de Cabeça branca	<i>Spec</i>
Urucu	<i>Melipona scutellaris</i>

Quadro 26 - Animais identificados nas proximidades do sitio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Fontes: Leal, et al (2003); SAUER (1986).

Obs.: Spec = Spectabile = Sem definição

Muitas das espécies citadas anteriormente, já foram extintas em praticamente todo o território da Paraíba, outras tantas, encontram-se em vias de extinção na própria APA das Onças. Há indicação de que existem espécies endêmicas na região e talvez, algumas delas ainda não conhecida da ciência. O importante dessas informações é que muitas dessas espécies animais e vegetais foram e ainda são largamente utilizadas pelos grupos humanos que vivem na região há séculos.

8.1.3.5. Circunstância dos achados

O material arqueológico jazia entre os inúmeros blocos rochosos que compunha a necrópole.

Um dos motivos que nos levou a realizar a escavação arqueológica naquele local deu-se, também, pela presença de figuras rupestres nas rochas suporte do abrigo. Tal característica, necrópole associada a figuras rupestres, tem sido comum na região do Cariri paraibano, levando-nos a conjecturar ter havido motivo de escolha por parte dos índios Cariris pelo local que iriam inumar seus mortos.

A área que apresenta sedimentos, portanto, propícia para a escavação, mede um total de 6.43 mts de comprimento por cerca de 2,16 de largura, variando essas medidas de acordo com o local. A posição do abrigo está voltada para Norte e Leste, pois a imensa abertura do mesmo favorece uma visão de pelo menos 180° do seu entorno.

Os materiais arqueológicos encontrados, todos fora de contextos, como materiais lítico, cerâmico e contas de ossos e pedra, ossos e dentes humanos, servir-nos para traçarmos o perfil cultural do grupo que utilizou aquele local para sepultar seus mortos e comparar tais achados com outros coletados nas outras escavações e coletas superficiais em sítios arqueológicos da região.

8.1.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I – São João do Tigre – PB.

O material arqueológico oriundo da escavação do sítio Pinturas I, é constituído de: ossos humanos, dentes humanos, material lítico, fragmentos de cerâmica, contas de ossos e pedra, além de alguns poucos ossos de animais e carapaças de tatu.

A descrição sumária do material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I, será acompanhada de rápidas introduções como forma de alicerçamento teórico e comparativo dos mesmos, ficando restrita, tal introdução, apenas a esta primeira descrição. Para os demais sítios descritos, apenas serão evidenciados os materiais arqueológicos coletados.

8.1.4.1.Lítico

8.1.4.1.1.Introdução

O achamento de artefatos líticos, em especial material inacabado, trincados, devido o processo de fabrico de utensílios, especialmente pequenas lascas e núcleos, têm sido comum em sítios escavados em todo o Brasil (CHMYZ; 2006: 30). Este autor costuma atribuir este tipo de artefato a grupos humanos não ceramistas, que vai de encontro ao observado em nossas escavações do cemitério sítio Pinturas I, Furna dos Ossos e Cabaças I, quando encontramos líticos lascados (especialmente núcleos e lascas), associados a cacos de cerâmica.

O material lítico, de forma geral, tem sido relacionado a grupos de coletores/caçadores; entretanto, nada impede que grupos horticultores utilizassem, também, utensílios líticos.

Necessariamente os grupos humanos horticultores também são caçadores e coletores, necessitando, portanto, de material lítico diverso para o seu cotidiano (DE MASI, 2005:52).

Assim, o nosso material lítico foi separado por: 1. artefatos bifaciais e unifaciais de grande porte; 2. artefatos bifaciais e lascas de pequeno porte, de materiais diversos.

Obedecemos como critério de tamanho para enquadrá-los na tipologia anteriormente citada: comprimento: > 3 cm; largura: > 2 cm; espessura: > 0,5 cm; forma de bordo ativo: > 0,2 cm. As peças com até essas dimensões são enquadradas no ponto 1.

Não utilizamos o critério peso porque dependendo da matéria-prima, este pode ser mais ou menos denso.

Observamos também retoques secundários nos dois grupos, o desgaste e polimento; observamos se o material se trata de polido ou simplesmente lascado, bem como a tipologia (facas, pontas, mós, polidores, percutores, lascas); observamos, em cada sítio, a prevalência do tipo de material lítico; observamos os tipos de matérias-primas utilizadas para a confecção das peças; observamos se as lascas receberam ou não tratamento térmico; observamos o desgaste do material.

Todos esses dados observados nos materiais líticos coletados nos sítios podem ser melhor observados nos quadros esquemáticos que se seguem, com seus respectivos comentários.

MATERIAL LÍTICO COLETADO – SÍTIO CEMITÉRIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB	
PEÇAS	QUANTIDADE
Peças líticas > 3 cm de comprimento	81
Peças líticas > 2 cm de largura	62
Peças líticas > 0,5 cm de espessura	80
Bordo ativo > (0,2 cm)	95

Quadro 27 – Material lítico coletado no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

MATERIAL LÍTICO – ANÁLISE DA COLETA DO SÍTIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB		TOTAL DE PEÇAS
Peças com desgaste		67
Peças polidas		
Peças com retoques secundários		
Artefatos bifaciais		52
Peças simplesmente lascadas		123
Tipologias	Facas	
	Pontas	01
	Môs	
	Polidores	
	Percutores	02
	Lascas (Peq. Porte)	103
	Núcleos	36
Prevalência do tipo de material		
Matéria-prima básica	Quartzo diversos	123
	Sílex	
	Calcedônia	
	Outros	
Tratamento térmico		

Quadro 28 - Material lítico do sítio Pinturas I, tipologia e quantidade.

O total de peças líticas coletadas no sítio Pinturas I, está apresentado no quadro 29. Optamos por apresentá-las de acordo com a quantidade de peças coletadas em cada quadrícula, num total de quatro quadrículas, assim definidas: 1A e 1B, 2A e 2B. Portanto, temos:

MATERIAL LÍTICO		
QUADRICULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS/REFERÊNCIAS
1 A	0 – 10	04 01-18-01 01-18-04
1 A	10 – 20	16 01-45-01 01-45-16
1 A	20 -30	08 01-118-01 01-118-08
1 A	30 – 40	01 01-138-01 01-138-01
1B	0 – 10	05 01-61-01 01-61-65
1B	10 – 20	12 01-84-01 01-84-12
1B	20 – 30	13 01-98-01 01-98-13
1B	30 – 40	08 01-132-01 01-132-08
1B	50 – 60	07 01-143-01 01-143-08
1B	60 – 70	01 01-153-01 01-153-01
2 A	Superfície	01 01-23-01 01-23-01
2 A	0 – 10	01 01-24-01 01-24-01
2 A	20 – 30	01 01-156-01 01-156-01
2B	0 – 10	05 01-04-01 01-14-05
2B	10 – 20	05 01-51-01 01-51-55
2B	10 – 20	08 01-33-01 01-33-08

2B	10 – 20	01 01-39-01 01-39-01
2B	20 – 30	03 01-68-01 01-68-03
2B	30 – 40	11 01-111-01 01-111-11
2B	40- 50	09 01-127-01 01-127-09
2B	50 – 60	02 01-139-01 01-139-02
2B	60 – 70	01 01-149-01 01-149-01
Total de peças líticas → 123		
Quadrícula 1A = 29; 1B = 46; 2A = 03; 2B = 45		

Quadro 29 - Material lítico evidenciado nas decapagens do sítio Pinturas I.

O material lítico coletado no cemitério sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB, pode ser considerado numeroso, apresentando grande quantidade de lascas e fragmentos de quartzo. Foram recolhidas 123 peças, julgadas necessárias para o diagnóstico. A presença de núcleos e lascas pode ter servido para o preparo de utensílios diversos, já que o material é exógeno ao tipo de rocha do sítio, sendo que os mesmos são encontrados em grande quantidade nas proximidades do riacho Mulungú, distante cerca de 280 metros do cemitério.

De forma geral, identificamos como técnica de acabamento das peças o lascamento escamado, tipo folheamento, provavelmente produzidos com percutores de madeira dura, ossos ou outras rochas de grau de dureza superior àquela utilizada para ser lascada.

As evidências líticas encontradas na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, foram: 1. raspadores, que correspondiam às lascas de (material), com pequenos lascamentos provavelmente de usos marginais; 2. núcleos; 3. lâminas pontudas que provavelmente seriam utilizados para um primeiro processo de confecção de ponta de flecha, de quartzo hialino. Os desenhos que se seguem servem de demonstrativo do universo de peças coletadas no sítio Pintura I, representando o conjunto lítico do sítio:

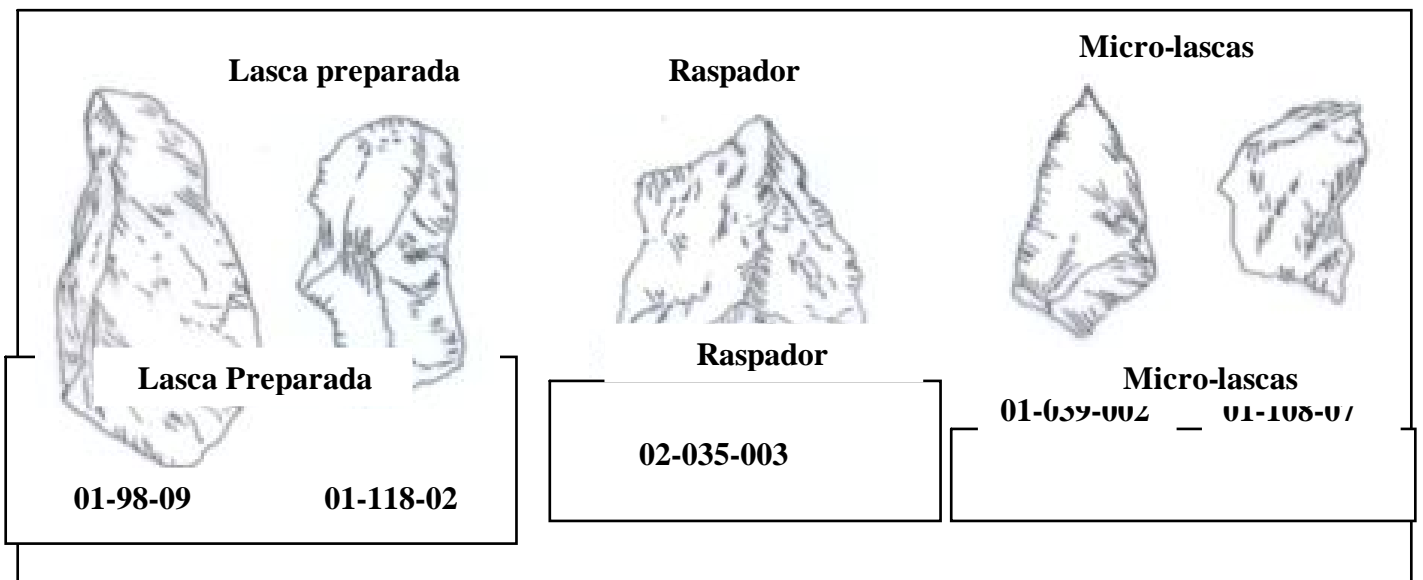
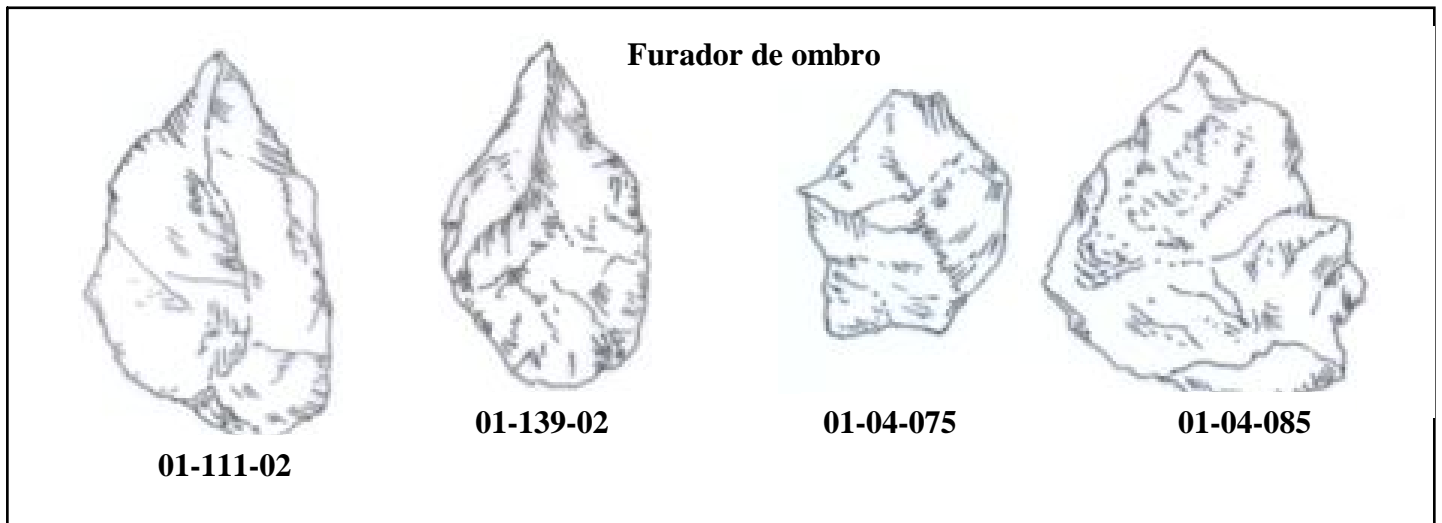
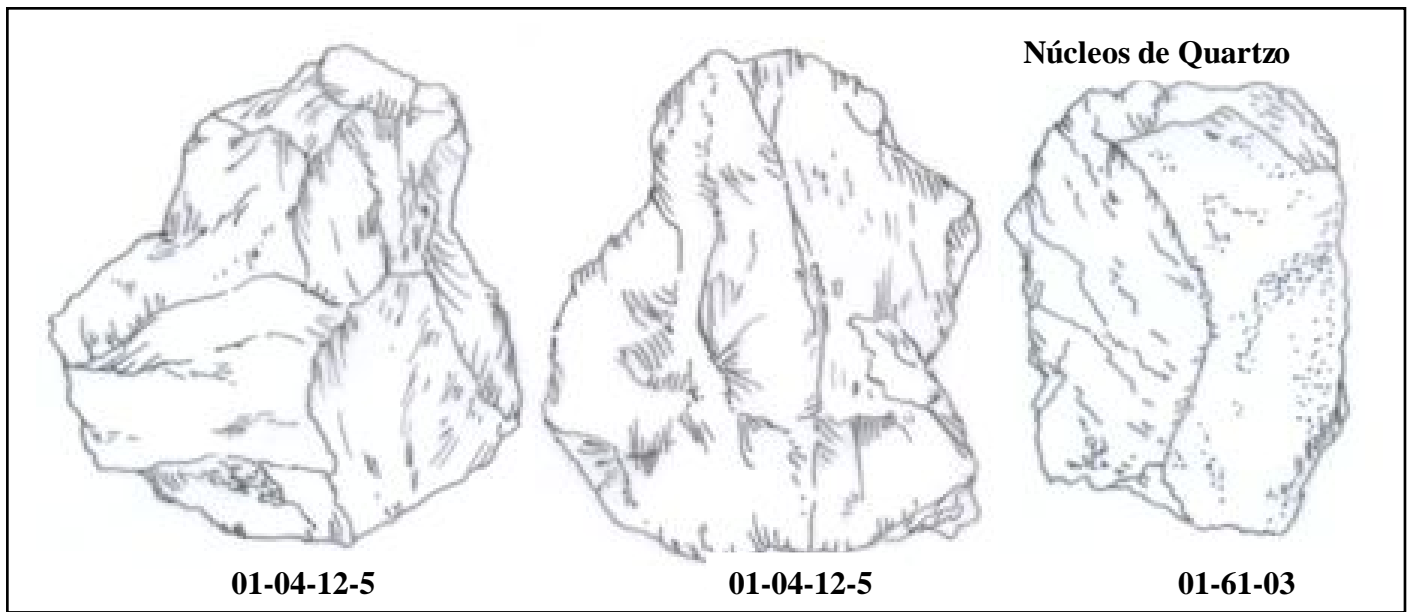


Figura 54 - Desenhos esquemáticos de parte da coleção lítica do sítio Pinturas I.



Figura 55 - Parte do material lítico coletado no sítio Pinturas I.

O material lítico encontrado neste sítio é constituído de alguns fragmentos de quartzo leitoso e hialino; alguns apresentando formas definidas (Figura 54) e outros sem uma definição possível de forma. Alguns desses fragmentos poderiam ter sido utilizados como raspadores atípicos. Neles, observa-se sinais de utilização em suas bordas.

O material foi encontrado fora de contexto, tendo em vista o elevado grau de vandalismo que se encontrava o pacote arqueológico.

Nas margens do riacho Mulungú identificamos grandes quantidades de núcleos e seixos que, possivelmente, serviram de matéria-prima para a confecção do material lítico encontrado no cemitério.

8.1.4.2. Material cerâmico

8.1.4.2.1. Cerâmica indígena

A cerâmica indígena é o material mais abundante nos sítios arqueológicos, especialmente em sítios acampamentos, talvez devido a facilidade de fabricação e também de quebra. Ela é uma invenção relativamente recente na história da humanidade, mas significou grande avanço tecnológico na Pré-História e difundiu-se rapidamente. Transformou-se em um material de uso cotidiano, ganhando novas formas e decorações. E a partir de então, o homem pode armazenar e transportar diferentes materiais, como água e grãos.

A cerâmica foi vista por Marques de Miranda (1959) como o maior recurso do arqueólogo, capaz de fornecer informações precisas acerca de quem a produziu.

Meggers e Evans (1958) afirmaram que para a América do Sul, a cerâmica é um importante testemunho arqueológico para discernir características entre grupos humanos.

Os primeiros artefatos cerâmicos utilitários apareceram associados ao aumento da sedentarização dos grupos humanos e ao desenvolvimento da produção de alimentos no Neolítico. Contudo, segundo Prous (1992), a cerâmica precedeu a agricultura na América (sambaquis colombianos), enquanto aparecem bem mais tardiamente no Velho Mundo e talvez no Brasil Central. Por isso, os grupos ceramistas devem ser estudados com mais cautela, para que não seja atribuída uma característica que não é própria ao grupo produtor da cerâmica. De acordo com Scatamacchia (1991), a cerâmica é um elemento necessário ao processamento ou mesmo armazenamento de algum tipo de alimento de origem vegetal, o que não significa que o fato possa ser ligado diretamente a origem da agricultura, tendo em vista que a necessidade pode ocorrer, também, para satisfazer a manipulação de plantas selvagens ou outras atividades do cotidiano.

A produção de cerâmica variava de acordo com o grupo. Entre grupos mais avançados, com incipiente divisão de trabalho, já caberia a um artesão confeccioná-la e não apenas as mulheres (PEREIRA JÚNIOR, 1967: 104). O trabalho com o barro, segundo Hartt (1941: 74) seria demorado, cansativo, complexo e o produto final seria o resultado de semanas de trabalho, portanto, só entre grupos sedentários isso seria capaz.

O estudo da cerâmica indígena iniciou-se no Brasil em meados do século XIX, mas, ainda, sem critérios científicos. Estes critérios foram estabelecidos na década de 60 do século XX, com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Foram, então, determinados os parâmetros que identificavam tipos, fases e tradições ceramistas a partir de dados arqueológicos e também Etnohistóricos e Etnolinguísticos, tomando como elemento principal o tipo de antiplástico, decoração e formas dos vasilhames. Ficaram estabelecidas, também, cronologias para as fases e tradições baseadas no método proposto por Ford (1962). De acordo com as definições contidas

na “terminologia brasileira para a cerâmica”, elaborada pela equipe do PRONAPA, obtemos as seguintes definições:

-Tradição: Grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal.

-Subtradição: Variedades dentro de uma mesma tradição.

-Fase: Qualquer complexo (conjunto de elementos culturais associados entre si) de cerâmica, lítico, etc. relacionados no tempo ou no espaço em um ou mais sítios.

Para produzir a cerâmica, a primeira etapa é a aquisição de matérias-primas, que é basicamente a argila. Além dela, existem também outras matérias-primas, chamadas anti-plásticos, que podem ser areia, cacos de cerâmica ou conchas moídas, cinzas e fibras vegetais, etc. Eles são adicionados a argila no intuito de dar mais consistência e resistência ao recipiente durante a secagem. Só então se inicia a confecção da peça. Nela, podem ser empregadas basicamente, duas técnicas: acordelado e modelado. A primeira é a mais comum nas Américas, consistindo em fazer roletes de argila que vão sendo sobrepostos uns aos outros; a segunda é quando a peça é feita a partir de um bolo de argila. Em seguida, ela é deixada para secar (geralmente à sombra) e então a decoração plástica é aplicada, podendo ser dividida em: alisada, corrugada, escovada, com apêndices aplicadas, como asas, alças e apliques. Esta decoração chama-se plástica, porque modifica o relevo da peça e geralmente é feita antes da queima. Já a decoração pintada é feita após a queima e pode ser monocromática ou policromática. A parte mais delicada da fabricação é a queima. Na América, o forno não foi utilizado e eram feitas fogueiras. Grandes partes das peças se quebravam. Se durante o cozimento houver presença de oxigênio, a peça se oxidante então, a cor da peça será clara: amarelo, creme ou vermelho. Se o tempo de cozimento for insuficiente, a peça será escura: cinza ou preta.

Em recente atividade de campo, fazendo uso de atividades experimentais, realizamos todo o processo de fabricação de peças cerâmicas (cadeia operatória), da coleta da matéria-prima ao processo de amassamento da argila e queima, obtendo-se peças em miniaturas e comprovando que os antigos habitantes dos Sertões da Paraíba tinham a sua disposição materiais e conhecimentos técnicos para obtenção de seus utensílios de cerâmica, essenciais as atividades cotidianas do grupo (Figura 56).



Figuras 56 - Preparo da argila e obtenção de vasilhas de cerâmica *in situ*. Sítio Cabaças I – Cuité – PB.

Segundo Brochado (1977), os recipientes podem ser divididos em:

- Panelas:** recipientes cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo.
- Jarro:** recipiente cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo do bojo e que apresenta constrição na porção superior, formando um gargalo.
- Tigela:** recipiente cuja altura é igual ou menor do que o diâmetro máximo.
- Prato ou assador:** recipiente cuja altura é muito menor que o diâmetro, com base plana ou muito aplanada.

Para a análise da cerâmica foi utilizada a metodologia técnico-tipológica, que constou do tipo e espessura do anti-plástico, espessura da parede, qualidade da queima, técnica de manufatura, sendo que para os fragmentos de borda, serão considerados os tipos de borda, que permitiu a reconstituição gráfica dos vasos. Os tipos de bordas e lábios podem apresentar as seguintes características:

O lábio é a extremidade da borda, podendo ser: Apontada; Plano ou Achatado; Biselado; Redondo ou Arredondado; Dentado ou Serrilhado.

Apontado: é o tipo de lábio, cuja seção transversal é aproximadamente ogival.



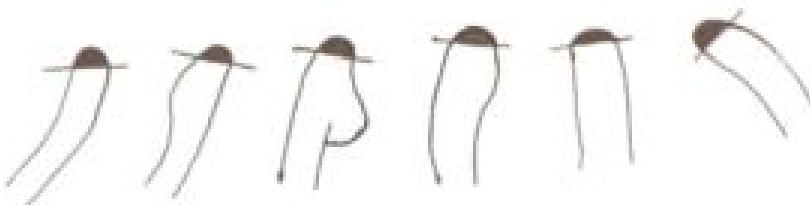
Plano ou Achatado: é o tipo de lábio onde o termo de uso genérico, é caracterizado por apresentar características de achatamento.



Biselado: é tipo de lábio com seção transversal em forma de V invertido.



Redondo ou Arredondado: é o tipo de lábio que apresenta seção transversal semi-circular.

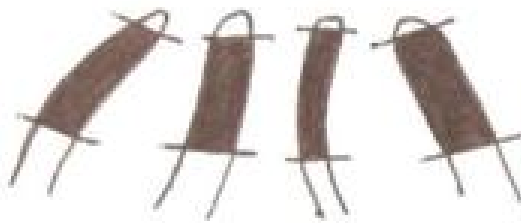


Dentado ou Serrilhado: é o tipo de lábio com entalhes verticais e intervalos regulares.

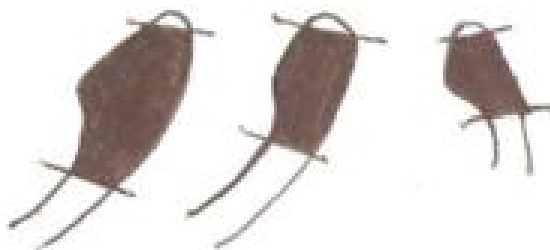


A borda é a parte terminal da parede, junto a boca. Podendo ter formas: Direta; Reforçada internamente; Introvertida; Cambada; Vertical; Contraída; Extrovertida; Expandida; Dobrada; Reforçada externamente; Vasada; Inclínada internamente e Inclínada externamente.

Direta: é o tipo de borda que não ocorre nenhuma inflexão.

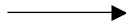


Reforçada internamente: é o tipo de borda que recebe um reforço na parte interna, deixando-a mais espessa que a parede do recipiente, ocorrendo uma inflexão do sentido geral da curvatura da parede, pela parte interna.

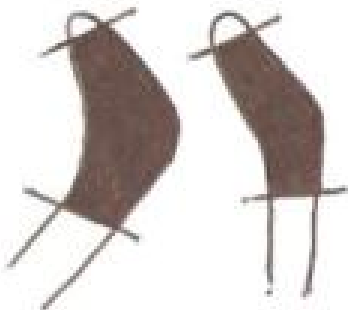
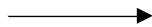


← **Introvertida:** é o tipo de borda de vasilhame cerâmico que se curva para dentro.

Cambada: é o tipo de borda com uma inflexão para fora, lembrando o cabo de um cajado.

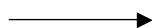


Vertical: é o tipo de borda reta, em que o diâmetro da boca é igual ao diâmetro do pescoço.



← **Contraída:** é o tipo de borda em que a espessura da parede é menor do que no corpo do vasilhame.

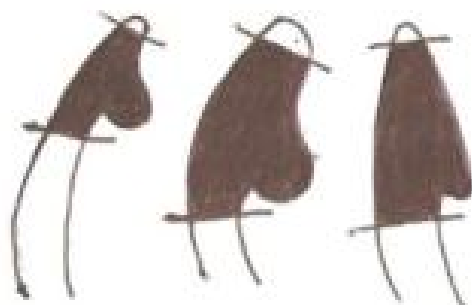
Extrovertida: é o tipo de borda curvada para fora do vasilhame.





← **Expandida:** é o tipo de borda que apresenta um espessamento progressivo da parede do vasilhame, no sentido do pescoço em direção ao lábio.

Dobrada: é o tipo de borda que se dobra sobre si própria.



Reforçada externamente: é o tipo de borda que recebe um reforço na parte externa, deixando-a mais espessa que a parede do recipiente, ocorrendo uma inflexão do sentido geral da curvatura da parede pela parte externa.



Vasada: é o tipo de borda que apresenta um orifício internamente.



Inclinada internamente: é o tipo de borda de vasilhame cerâmico, que deriva retilineamente para dentro, do pescoço para o lábio. Resulta que o diâmetro da borda é menor que o diâmetro do pescoço.

Inclinada externamente: é o tipo de borda de vasilhame cerâmico, que deriva retilineamente para fora do mesmo.



As noções de técnica e de tecnologia recuam a datas longínquas e são associadas, frequentemente, a ciência e a indústria. De acordo com Gordon Childe (1975), tecnologia é o estudo das atividades dirigidas para a satisfação das necessidades humanas, as quais produzem alterações no mundo material. É o conjunto de conhecimentos e instrumentos possuídos por determinada sociedade para se articular no ambiente. André Leroi-Gourhan (1984) parece compartilhar da definição de Childe, afirmando que tecnologia deve ser vista sob um ângulo ecológico, como resultado da interação entre homem e meio ambiente. Neste sentido todos os membros da humanidade sentem a mesma necessidade de se adaptar a seu meio ambiente, e é dessa necessidade que surge um conjunto específico de técnicas, ou seja, a tecnologia característica de cada sociedade. Binford (1962) também busca na interação com o

meio ambiente a explicação para a caracterização tecnológica dos grupos pré-históricos, e afirma que a tecnologia deve ser entendida como o conjunto de ferramentas e relações sociais que articulam a um organismo dentro de um entorno físico. Tal conceito pode e deve ser estendido a grupos humanos históricos do Pós-contato.

A conceitualização de “técnica” apresenta dificuldades de se estabelecer uma única definição para sua utilização. De acordo com Mello (2005), uma definição mais ampla estabelecida por White, seria “o modo das pessoas fazerem as coisas”, enquanto que a de Mauss é provavelmente mais completa, “a técnica é um conjunto de movimentos ou atos, usualmente e na maior parte das vezes manual, organizada e tradicional, combinada para atingir um objetivo físico, químico ou orgânico conhecido” (SIGAUT, 1997: 423).

De acordo com P. Lemonnier (1992), a técnica pode ser definida como uma ação humana efetiva, levada a cabo a partir da inter-relação de elementos, gestos, energia, objetos e conhecimento. No momento atual das ciências humanas, a maioria das correntes está de acordo em pensar que a abordagem da cultura e dos sistemas sociais não pode se fazer sem o estudo das técnicas (PLOUX E KARLIN, 1994 Apud MELLO, 2005).

Segundo Cresswell (1989), a técnica permitiria ao homem organizar a natureza, e que apesar de não poder transformar esta com as suas técnicas, o homem veria abrir-se, graças a sua compreensão das forças e dos princípios, a possibilidade de dirigi-las segundo os seus fins. Uma técnica pode ser entendida como um meio de manipular ou de transformar os elementos do meio natural não humano com o objetivo de controlar ou de aumentar o domínio desse meio pelo homem. Para se obter um melhor conhecimento da técnica que foi empregada é necessária uma análise do processo técnico, que pode ser entendido, como o conjunto de ações que não pode ser analisado separadamente umas das outras.

A tipologia pode ser definida como a ciência normativa de classificação dos objetos, vistos e lidos segundo determinados parâmetros e critérios de natureza morfológica e funcional. Esta categoria de vestígios foi abordada de maneira seletiva, muitas vezes no momento de sua própria coleta, sendo frequentemente selecionados

apenas os materiais que se encontravam decorados ou, subjetivamente, os que eram considerados como susceptíveis de apresentar uma morfologia funcional. Os utensílios assim definidos com base em padrões morfológicos e decorativos eram associados, por comparação empírica, com utensílios modernos ou documentos etnográficos, a tipos funcionais específicos (BREZILLON, 1968 Apud ALMEIDA, ARAÚJO, AUBRY, 2007: 299).

Tipologia é uma ciência que permite reconhecer, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios que se encontram nos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, e através desse conhecimento tentar inferir sobre todo tipo cultural, social, econômico e cronológico. Desta forma, tecnologia e tipologia estão diretamente relacionadas, são partes de um enfoque complementar que pretendem oferecer-nos um conhecimento geral de como chegaram a utilizar-se dos recursos naturais na pré-história (EIROA et al 1999: 21). Portanto, os métodos (tecnologia e tipologia) são instrumentos criados para responder a uma necessidade de compreensão (MELLO, 2005), visando, então, traçar o perfil de um grupo mediante suas formas de apresentações.

A classificação dos objetos arqueológicos, seja cronológicos, tipológicos, tecnológicos ou espaciais, são recursos que o arqueólogo emprega para tentar entender a evolução cultural dos grupos étnicos e sua adaptação a um determinado meio. Desta forma, o entendimento da tecnologia empregada que compõe o artefato se faz de extrema importância para se compreender o artefato em sua utilização, bem como o contexto que fora confeccionado. Necessariamente não é preciso enquadrar o material resgatado em tradições. O que buscamos, neste trabalho, é basicamente mostrar a funcionalidade dos objetos.

Bora (et al 2006: 108) em estudos realizados em sítios arqueológicos na região do estado do Amapá, deparou-se com grandes quantidades de pequenos fragmentos cerâmicos que, em muitos dos casos, não permitem a reconstituição da peça, mas contribui para o processo de comparação com peças encontradas em sítios do mesmo grupo étnico, ou não.

Constituído por coleção cerâmica de superfície e outros encontrados nas respectivas decapagens, a coleção cerâmica foi estudada segundo o método

quantitativo, objetivando o estabelecimento de cronologias culturais, proposto inicialmente por Ford (1962) e mais adiante desenvolvido por Meggers e Evans (1970). Para o estudo comparativo fizemos uso dos modelos evidenciados por Gabriela Martin (2005).

Meggers e Evans (1970) propõem a descrição da cerâmica a partir da investigação e dos diversos graus de popularidade atingido por sua tipologia. Outro objetivo nosso é o de buscarmos evidenciar a utilização diferenciada dessa cerâmica, evitando-se, com isso, cair no método descritivo, sem analisar suas funções.

A coleção cerâmica coletada no sítio Pinturas I é representada por 51 fragmentos (Quadro 30).

CERÂMICA – SÍTIO PINTURAS I – SAO JOAO DO TIGRE – PB		
QUADRICULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS
- Diversas	Superfície	27 01-06-01 01-06-27
1 A	0 – 10	01 01-20-01 01-20-01
1B	0 – 10	04 01-55-01 01-55-05
1B	10 – 20	03 01-85-01 01-85-03
1B	20 – 30	05 01-104-01 01-104-05
2B	10 – 20	05 01-57-01 01-57-05
2B	10 – 20	01 01-34-01 01-34-01
2B	20 – 30	04 01-76-01 01-76-04
2B	40 – 50	01 01-159-01 01-159-01

Quadro 30 - Fragmentos de cerâmica coletado na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Assim, obtivemos através de alguns fragmentos de cerâmica recuperados na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, as seguintes reconstituições e informações (Quadro 31). Considerando o agrupamento que propôs Brochado (1977), e largamente

trabalhado por inúmeros autores, especialmente do Nordeste do Brasil, a cerâmica do sítio Pinturas I foi agrupada a partir da reconstituição e daí a função da utilização funcional, num total de 04 (quatro) peças.

RECONSTITUIÇÃO DAS PEÇAS CERÂMICA DO SÍTIO PINTURAS I		
TIPO	QUANTIDADE	SERVENTIA/USO/FUNÇÃO
Panelas		
Jarro		
Tigela	03	Cozinhar alimentos, guardar água.
Prato assador	01	Assar ou torrar alimentos ou usá-lo para comer.
Outros		
Total de peças reconstituídas		04

Quadro 31 - Reconstituição da cerâmica do Sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB

A cerâmica do Sítio Pinturas I, ainda foi trabalhada quanto a análise técnico-tipológica, conforme o Quadro 32 , a seguir:


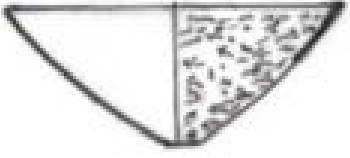

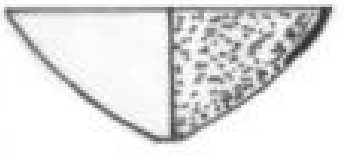
CERÂMICA RECONSTITUÍDA DO SÍTIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB		
ANÁLISE TÉCNO-TIPOLOGICA		QUANTIDADE
Tipos	Lábios (Bordas)	
	Apontado	
	Plano ou achatado	01
	Biselado	03
	Redondo ou arredondado	
	Dentado ou serrilhado	
Tipos	Borda	
	Direta	03
	Reforçada externamente	01
	Introvertida	
	Cambada	
	Vertical	
	Contraída	
Extrovertida		
Tipos	Base	
	Plana	
	Convexa	
	Semi-convexa	
	Outros	

Quadro 32 - Cerâmica do sítio Pinturas I, quanto à análise técnico-tipológica.

FRAGMENTOS DE CERÂMICA DO SÍTIO PINTURAS I	
Base	→ Sem ocorrências
Bojo	→ 47 fragmentos
Borda	→ 04 fragmentos

Quadro 33 - Total de fragmentos de cerâmica do Sítio Pinturas I

Do material cerâmico coletado no sítio Pinturas I, reconstituímos 04 peças, conforme Figura 57 , sendo um prato/assador e três tigelas:

	<p>Escala: 2:10 Comprimento total: 22 cm Altura: 8,5 cm Etiqueta: 01-104-08 Recomposição a partir da borda direita (3,5 cm) Peça: prato/assador</p>
	<p>Escala: 2:10 Comprimento total: 30 cm Altura: 12 cm Etiqueta: 01-01-03 Recomposição a partir da borda direita (5,5 cm) Peça: tigela</p>
	<p>Escala: 2:10 Comprimento total: 34 cm Altura: 15 cm Etiqueta Nº 01-76-01 Recomposição a partir da borda direita (3,5 cm) Peça: tigela</p>
	<p>Escala: 2:10 Comprimento total: 34 cm Altura: 11,5 cm Etiqueta Nº 01-104-05 Recomposição a partir da borda direita (5 cm) Peça: tigela</p>

Figuras 57 - Reconstituição de peças da cerâmica coletada no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Os resultados só demonstram que as vasilhas cerâmicas utilizadas pelos índios Cariris eram do tipo utilitária, para uso doméstico e cotidiano. É possível que esse material evidenciado na necrópole tenha feito parte de uma possível atividade fúnebre.

8.1.4.3. Metodologia da análise cerâmica

A primeira etapa da análise foi à identificação da pasta, para isso, foram considerados os seguintes itens: presença ou não de antiplásticos, qual o tipo de antiplásticos e seu tamanho, além da textura da pasta. Desta forma, foram identificados três tipos de pastas: pasta 1: areia grossa, pasta 2: areia fina e pasta 3: sem aditivos.

Posteriormente foram criadas unidades, que são conjuntos, dentro de cada tipo de pasta, que possuem características comuns quanto a técnica de tratamento de

superfície externa. Em seguida, dentro desses grupos, são formadas unidades, que correspondem a fragmentos que possuem o mesmo tratamento da superfície interna.

Para finalizar, seguiu-se a análise dos fragmentos levando em consideração os elementos técnicos e morfológicos. Este último, podendo ser observado na reconstituição da peça.

Elementos técnicos são: tipo de manufatura, técnica de tratamento de superfície e técnica de queima. Já os morfológicos, caracterizam-se por indicar os tipos de objetos, tamanho, espessura, altura, etc.

Nos fragmentos cerâmicos foi feita uma análise macroscópica, medição da espessura da parede e tamanho dos antiplásticos.

8.1.4.3.1. Itens da ficha de análise de reconstituição da cerâmica do sítio Pinturas I.

1. **Reconstituição das peças:** as peças foram reconstituídas a partir dos fragmentos da borda;
2. **Manufatura:** a manufatura é a técnica de confecção das peças, que são 100% roletadas, ou acordeladas, uma técnica muito comum nas Américas.



Figura 58 - Marca do acordelamento. Etiqueta: 01-01-03

3. **Decoração externa:**

Alisado: 80 % das peças. Que é a técnica mais simples, pois consiste apenas em alisar a superfície da peça;

Escovado: 10 % das peças. São sulcos gravados na superfície por um objeto de várias pontas. Esta técnica pode ser compreendida como acabamento prático, pois a pressão exercida pelo objeto, elimina as bolhas de ar que ficam entre os roletes.



Figura 59 - Cerâmica Escovada. Etiqueta: 01-55-01

Roletado plano: 2 % das peças. Quando os roletes, após a sua aplicação são aplanados na superfície, dando a impressão de um acordelamento por placas e não roletes.



Figura 60 - Marcas do roletado plano. Etiqueta: 01-01-03

Polido: 2 % das peças. Quando um seixo, por exemplo, é utilizado para alisar a superfície da peça, e ela acaba ficando lustrosa.



Figura 61 - Polimento da superfície externa. Etiqueta: 01-020-01

Com apêndices (asas ou alças): 6 % das peças. A presença delas é um fator que indica a funcionalidade da peça, pois, se foram colocadas, é porque havia a necessidade de suspender ou carregar as cerâmicas.



Figura 62 - Borda reforçada externamente, com apêndice. Etiqueta: 01 – 09 - 03

Gráfico 1 - Decoração externa, em percentagem, da cerâmica do sítio Pinturas I.

4. Decoração interna:

Alisado: 90 % das peças.

Escovado: 6 % das peças.

Roletado plano: 4 % das peças.



Figura 63 - Marcas do roletado plano. Etiqueta: 01-020-01

Gráfico 2 - Decoração interna, em percentagem, da cerâmica coletada no sítio Pinturas I

5. Tipo da queima:

Completa ou oxidante: 45 % das peças. Pode ser identificado, quando há uniformidade da cor, o núcleo dos cacos será da mesma cor da superfície.

Incompleta ou redutora: 55 % das peças. O núcleo da cerâmica é mais escuro, possuindo faixas de cor diferente. Além de possuir uma resistência maior à quebra.

Gráfico 3 - Tipo de queima da cerâmica coletada no sítio Pinturas I.

6. Antiplástico:

Partículas argilosas: grãos menores que 0,05 mm. 91 % das peças.

Bordas: Neste sítio, foram encontradas apenas bordas diretas, ou seja, não possuem nenhuma inflexão.

Esse estudo mostra que a cerâmica produzida pelos índios Cariris da região era bastante diversificada e complexa, que acreditamos, portanto, existir elevado grau de conhecimento para a sua produção.

8.1.5. Adornos e enfeites corporais

8.1.5.1. Adornos

O uso de ossos animais e humanos por grupos humanos pré-históricos e históricos estão restritos a adornos (contas de colares, pingentes, tambetás e instrumentos musicais – flautas e apitos). Esses pequenos adornos são encontrados geralmente em sepultamento pré-históricos e históricos, compondo o enxoval fúnebre do defunto.

Pereira Júnior (1967: 73) mostra que em várias áreas do Brasil, os índios usavam dentes de certos animais como pingentes ou formando colares.

O uso de madeira para o fabrico de adornos tem sido referenciado pela historiografia, relata-nos Martin (2005: 221). No entanto, os achamentos desses adornos é raro no Brasil, tendo em vista a sua rápida decomposição.

Materiais diversos feitos de conchas, geralmente pingentes, muito bem trabalhado, já fora encontrado em várias necrópoles escavadas no Nordeste, especialmente no sítio Mirador, na região de Parelhas, no estado do Rio Grande do Norte.

Na necrópole Pedra do Alexandre, no Rio Grande do Norte, encontrou-se pequenas tíbias de aves em forma de contas de colar. Na gruta do padre, no estado de Pernambuco, em escavações, contas de colar foram encontradas (MARTIN, 2005: 221).

Ossos de cervídeos (veado) foram encontrados no sítio-necrópole Pedra do Alexandre, mostrando uma grande diversificação em termos de adornos confeccionados de ossos diversos, o que corrobora com a idéia da existência de uma grande diversificação do uso de adornos pelos nossos índios.

Outra matéria-prima intensamente utilizada pelos povos pré-históricos e históricos, mencionada largamente pela historiografia, são as fibras. As principais utilizadas, especialmente no semiárido eram: o caroá (*Neoglaziovia varegata* Mez.) e o uricuri (*Cacos coronata* Mart.). Dessas fibras, os trançados para fins diversos (esteiras, cordas, confecção de tecidos), tem sido até certo ponto, comum o achamento de esteiras feitas a partir de fibra de caroá, envolto em indivíduos inumados.

Santos (2009b), em escavação arqueológica na necrópole Furna dos Ossos, em São João do Cariri – PB, encontrou fragmentos de trançado de caroá, que provavelmente serviu para envolver os indivíduos no processo de sepultamento.

Em várias necrópoles indígenas do Nordeste pré e pós-colonial, existem indícios de trançados e cestarias: Furna do Estrago, Furna dos ossos, Alcobaça, dentre outros.

A arte plumária tem sido pouco encontrada em escavações pré-históricas e históricas no Nordeste do Brasil, tendo em vista a fragilidade do material e o elevado nível de salinidade dos solos, especialmente no semiárido, o que impede a conservação desse e outros materiais fáceis de serem decompostos. Afirma Gabriela Martin (2005: 223-224) que as principais referências acerca da arte plumária advém de fontes secundárias, principalmente de figuras rupestres que representam indivíduos com tais adornos.

Com relação a pintura corporal, são inexistentes os achados arqueológicos, apenas a literatura legou essa atividade, graças as observações dos cronistas sobre os índios do Brasil no pós-contato. Acredita-se que tanto o uso da arte plumária quanto a pintura corporal tenham servido para: transmissão de mensagens e comunicação visual, provavelmente indicador de um código étnico. É através de informe secundário que temos, também, conhecimento deste tipo de adorno corporal, especialmente a arte rupestre. Calcula-se que desde o nono milênio AP. já existia a atividade plumária e pintura corporal, segundo dados obtidos através de figuras rupestres.

As cores utilizadas pelos indígenas nos seus adornos e nas pinturas corporais, representam o mundo visível e invisível que os cerca: a floresta, o céu, os rios, o mar, o fogo e a convivência com o meio (OLIVEIRA, et al 1990: 82).

A utilização de rochas diversas para a confecção de contas de colares, pingentes e botoques, tambetás etc., tem sido notificada através de duas fontes importantes: os achados arqueológicos fortuitos e em escavações científicas e através da literatura. Esta última relata intensamente o uso de tais adornos por inúmeros grupos índios do pós-contato. As pedras escolhidas apresentam-se de diversas cores e diversos tipos de minerais e rochas, bem como o formato e tamanho dos adornos.

Outro tipo de adorno que tem sido comum o seu achamento como parte integrante do enxoval fúnebre, são os pingentes de dentes de certos animais. Na Pedra do Caboclo, em Pernambuco, vários desses adornos foram encontrados fazendo parte do enxoval de indivíduos ali inumados. Geralmente, esses pingentes que se destacavam das contas dos ossos e/ou pedra ou de certas sementes, ficavam pendurados na extremidade do colar, talvez servindo como forma de expressar força e coragem do seu proprietário, provavelmente um exímio caçador.

Apesar do elevado grau de depredação do sítio Pinturas I, coletamos e identificamos vários materiais arqueológicos (adornos corporais) de matérias-prima diferentes, descritos no Quadro 34 e na Figuras 64:

ADORNOS CORPORAIS	CARACTERÍSTICAS	QUNTIDADES
Contas de calor de ossos	- pequenas contas de colar de osso	03
Conta de colar de madeira	- Pequena conta de colar de madeira não indentificado	01
Contas de calor de pedra/mineral	- Conta de colar de grande tamanho, confeccionada a partir do mineral Amazonita	01
Pingentes de dentes de animais	- Pingente de dente de porco-do-mato com uma perfuração na sua extremidade mais fina	01

Quadro 34 - Adornos corporais coletados no sitio Pinturas I, São João do Tigre – PB.



Figura 64 - Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

A presença desse material só corrobora com o exposto largamente pela literatura em que afirma serem os índios afixionados por esses materiais, bem como, por contas de vidro e outros enfeitos introduzidos pelos colonizadores.

8.1.6. Ossos humanos do sítio Pinturas I

O objeto de estudo da Arqueologia é o homem dentro de um contexto sócio/cultural/econômico e ambiental. Para alcançar esse objetivo, a Arqueologia faz uso do apoio de inúmeras ciências para buscar subsídios e assim, poder explicar através dos estudos da cultura material especialmente, o processo evolutivo das sociedades.

Todas as culturas humanas estão inseridas num ambiente e num dado ecossistema onde temos que considerar que o clima, o solo, a vegetação, a hidrografia, etc., são fundamentais e até certo ponto condicionantes no processo de aculturação do homem. Assim, estaria correto afirmar que uma cultura humana é o resultado da adaptação desta a um determinado ecossistema. O homem busca no meio em que se instala os elementos básicos a sua sobrevivência e perpetuação de seu grupo. Até na morte busca o homem essas características básicas. É justamente numa necrópole, através de uma análise interdisciplinar (dos ossos e do contexto), que pode-se chegar a entender aquele grupo humano.

A Paleontropologia, que consiste na análise de restos humanos do passado, buscando seu processo evolutivo, a Antropologia Biológica (Física), que analisa o homem como ser biológico, a Osteologia que estuda os ossos (humanos e de animais) capazes de revelar a idade, o estado de saúde, doenças, etc., a Somatologia

(Antropologia dos vivos) que visa estudar o homem relativamente quanto ao seu peso, altura, etc., Patologia, que se dedica a estudar as doenças capazes de serem observadas nos ossos exumados e a Biotopologia, que visa a estudar as variações numa população, utilizando os resultados para comparações, são algumas das ciências consideradas auxiliares que faremos uso no tocante as análises dos ossos coletados nas escavações, corroborando com o exposto por Frederic (1980) quando este afirma ser a Arqueologia detentora de uma dinâmica que atrai para si outras ciências, numa relação de interdisciplinariedade pouco vista nas outras ciências.

Segundo Cidália Duarte (1998: 108) “as explicações apresentadas por diversos investigadores para a acumulação de núcleos de ossadas humanas em grutas-necrópoles têm sido diversificadas”. Em todo o mundo, achados dessa natureza têm sido notificado, bem como, referências de esqueletos ou parte destes na superfície terrestre, inumações em urnas, emparedamentos, inumações em fossas, cremação, etc, bem como deposição de ossadas de forma primária e secundária dentro ou fora de um mesmo espaço funerário.

Dependendo da situação em que as ossadas são evidenciadas, o arqueólogo e sua equipe interdisciplinar, podem interpretar fatores de ordem diversas; quase sempre, especialmente nas necrópoles que temos visitado e escavado na Paraíba, a ação depredatória contribuiu para perturbar o contexto arqueológico, inviabilizando certas interpretações, não oferecendo possibilidades plausivas de leituras do processo pós-deposicional.

Dessa forma, nas necrópoles por nós escavadas que evidenciaram possíveis materiais arqueológicos dos índios Cariris, podemos observar as seguintes limitações: 1. a deposição do sedimento nos sítios Pinturas I e na Furna dos Ossos, operada após a utilização do local como necrópole, pode ser considerada significativa, graças a ação antrópica; 2. as cavidades supracitadas além de terem servido como necrópole, são locais de visitas de estudantes e caçadores que ali remexem o solo e acendem fogueiras, além dos caçadores de botijas; 3. mesmo os locais de inumação terem sido aparentemente selados com pesadas lages de pedra, não impediu a violação das mesmas pelo homem e por animais diversos que freqüentam o lugar, especialmente caprinos que usam os abrigos para urinarem e defecarem, alterando, inclusive, a composição química do solo; 4. no geral, as necrópoles indígenas não apresentam sua

integridade salvaguardada, especialmente por curiosos que visitam esporadicamente o lugar.

Nas necrópoles escavadas na Paraíba, verificamos que os ossos humanos se acumulavam e se sobrepunham, constituindo uma cadeia de deposição nem sempre cronologicamente explícita, graças ao amontoado de fragmentos ósseos, sendo inexistente uma sequência estratigráfica sedimentar, sendo, portanto, de difícil interpretação a ordem cronológica das disposições funerárias. Nos casos dos sítios Pinturas I e Furna dos Ossos, percebemos claramente que os ossos foram acumulados em áreas específicas. Esta característica fora verificada em várias partes do mundo, inclusive em escavações de necrópoles realizadas em Portugal (DUARTE, 1998: 110).

O procedimento em inventariar o Número Mínimo de Indivíduos (NMI), tem como principal objetivo o de verificar quantos corpos poderiam ter sido inumados nas necrópoles durante sua ocupação e talvez identificar possíveis características de enterramento que leve, no futuro, a possíveis padrões funerário para a região de domínio dos índios Cariris.

O NMI dos ossos e dentes realizados, principalmente quando se tem grande quantidade de fragmentos não é, de forma alguma, definitiva, haja vista as limitações de uma tal qualificação. Qualquer resultado, portanto, são números aproximados. Digno de nota para corroborar com o exposto é que nos sítios por nós escavados foram deixados testemunhos, limitando, assim o NMI.

As necrópoles das áreas por nós escavadas, sem dúvida, são de uso coletivo e é bem provável que distintos processos fúnebres possam ter ocorrido nos lugares.

8.1.6.1.Ossos humanos (análises dos resultados)

O estudo apresentado é o resultado de uma escavação arqueológica realizada no ano de 2008, no sítio-cemitério Pintura I, no município de São João do Tigre, estado da Paraíba, Brasil.

Foram abordados na análise osteológica, ossos humanos (estas feitas no laboratório de Anatomia Humana, do Departamento de Ciências Biológicas da UEPB, que teve a frente das atividades o Prof. Ms. Rômulo Douglas. Três aspectos básicos

foram observados: o paleodemográfico, o morfológico e o paleopatológico. De forma geral, o material coletado encontra-se muito fragmentado. Foram, ao todo, somados mais de 4 mil fragmentos de ossos, não sendo capaz de observar se haviam ou não diferenças significativas entre o estado de fragmentação dos ossos de indivíduos adultos, jovens e crianças. Na maioria, os ossos mais fragmentados são os longos e os menos fragmentados são os ossos de pequenas dimensões e os mais densos. Essa característica tem sido comum em necrópoles da região, ou que sofreram ações humanas, isso em todo o planeta.

Para o NMI, fez-se uso da análise do osso Temporal, por ter-se apresentado em maior quantidade devido a sua preservação e o elevado teor de cálcio existente nesse tipo de osso.

Observou-se, também, haver indivíduos de todas as faixas inumados na necrópole.

Os resultados da diagnose sexual e etária levam-nos a concluir que estamos diante de uma população natural, pois ambos os sexos e praticamente todas as classes etárias estão ali representados.

Não conseguimos realizar as análises métricas dos crânios, tendo em vista o elevado grau de fragmentação dos mesmos, da mesma forma que os ossos pós-craniano. Trabalhou-se apenas com análises métricas aproximadas de alguns fragmentos de ossos longos, como úmeros, fêmures, tíbias e rádios e alguns curtos.

Analisou-se basicamente a existência de patologias degenerativas e infecciosas, traumáticas, chegando-se as seguintes conclusões: tudo leva a crer que tais patologias inclusive as observações nos dentes estejam ligadas à alimentação pobre em certas vitaminas, bem como, substâncias constituídas de partículas duras e abrasivas.

Os dados obtidos com a análise da patologia oral, corrobora com os resultados obtidos para uma provável idade da morte dos indivíduos da necrópole em estudo.

Com relação ao estudo das patologias degenerativas observou-se que a artrose é a mais freqüente.

Com relação às lesões causadas por traumas diversos, não foi possível identificá-las.

Isso pode servir de indicador de que os indivíduos ali inumados não morreram de lesões infecciosas nem traumáticas, o que sugere que teriam morrido, possivelmente, devido a casos agudos (doenças virulentas, por exemplo), ou acidentes fatais. Só as infecções que se desenvolvem lentamente, tornando-se crônicas é que se tornam realmente visíveis no esqueleto, sendo perceptíveis na pós-exumação.

Não foi possível verificar possíveis cuidados “médicos” dos indivíduos, graças ao elevado grau de fragmentação dos ossos.

As devidas análises realizadas nos ossos dos indivíduos exumados na necrópole Pinturas I, permite-nos a caracterização deste grupo humano, pois tais informações reunidas com outras acerca das suas características culturais, pode vir a contribuir para o conhecimento mais profundo sobre o modo de vida desses antigos habitantes do Cariri paraibano, traçando melhor seu perfil cultural.

8.1.6.2.Comentários

Como os ossos da necrópole indígena do Sítio Pinturas I, estavam totalmente desarticulados (Figura 65), utilizamos algumas técnicas básicas para evitar o mínimo de impactos possíveis: evitar ao máximo a exposição dos mesmos a luz, escavamos os ossos em suas laterais, por cima e por baixo, quando as condições assim favoreciam, em seguida, os mesmos eram colocados em sacos de polietileno e etiquetados; alguns ossos frágeis foram acondicionados em plástico bolhas; como não encontramos fragmentos de uma mesma peça anatômica, não foi preciso colocá-los num mesmo recipiente ou saco de polietileno.



Figura 65 - Situação em que os ossos humanos se apresentavam no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Os ossos humanos analisados do sítio Pinturas I, mostraram evidências de alterações físico-químicas e mecânicos pós-deposicionais, provavelmente atribuídos aos processos taxonômicos do próprio ambiente, sendo que mudanças diagenéticas e principalmente antrópicas foram comuns nos ossos daquela necrópole.

Acreditamos tratar-se de sepultamentos primários, pois não detectamos nenhum fator que nos leve a acreditar tratar-se de sepultamentos secundários. Não conseguimos identificar o tipo de cova nem tampouco a posição dos esqueletos no solo, como também a orientação dos corpos no evento, graças ao elevado grau antrópico que sofrera os esqueletos.

Não tivemos condições de identificar se os indivíduos ali sepultados eram do sexo masculino ou feminino, pois, crânios, pélvis, tamanho e morfologia da mandíbula, robustez do fêmur e das ulnas, que são ótimos indicadores de sexo, encontravam-se totalmente esfacelados, impossibilitando tal análise.

Apesar do elevado estado de fragmentação em que se encontravam os ossos humanos, percebeu-se que em alguns deles sofreram processos degenerativos através de osteofitose.

Os resultados obtidos nas análises osteológicas podem ser resumidos em dois pontos básicos: os aspectos qualitativos e os aspectos quantitativos.

1- ASPECTOS QUALITATIVOS

O material em questão apresentava-se bastante fragmentado, com quase nenhum osso inteiro. Alguns ossos aparentavam tamanhos reduzidos, demonstrando serem de indivíduos de pouca idade ou até mesmo de outros mamíferos. Para o material identificado, em virtude da alta fragmentação, vários desses fragmentos podem pertencer a um mesmo osso, o que dificultou as estimativas quantitativas.

2- ASPECTOS QUANTITATIVOS

Para o material identificado foram contabilizados para cada osso: o número de total de fragmentos (**N1**); o número de fragmentos com algum identificador que permitisse a identificação individual, evitando que se contasse 2 fragmentos de um mesmo osso (**N2**); e o número mínimo de indivíduos estimados para cada tipo de osso (obtidos dividindo o N2 pelo número daquele osso existente no corpo (**N3**)). Os resultados obtidos estão dispostos no Quadro 35, a qual também indica o acidente utilizado com identificador individual para cada tipo de osso.

TIPO DE OSSO	NÚMERO TOTAL DE FRAGMENTOS (N1)	NÚMERO DE FRAGMENTOS INDIVIDUALIS (N2)	NÚMERO MÍNIMO DE INDIVÍDUOS (N3)	ACIDENTE DO OSSO UTILIZADO COMO INDIVIDUALIZADOR NA CONTAGEM
ULNA	15	13	7	Incisura troclear
CALCANEIO	7	7	4	O próprio osso
QUADRIL	12	8	4	Acetábulo
ESFENOIDE	4	3	2	Canal óptico
MANDIBULA	18	7	4	Gônio
MAXILA	15	3	2	Fragmentos maiores
RADIO	24	18	9	Cabeça do Rádio
FRONTAL	9	6	3	Arco frontal
CLAVICULA	9	7	4	Corpo
TEMPORAL*	101	70	35	Meato acústico interno
ESCAPULA	16	15	8	Cavidade glenóide
ZIGOMATICO	6	3	3	O próprio osso
UMERO	8	7	4	Epífise distal
TIBIA	19	7	4	Epífise proximal

PATELA	12	12	6	O próprio osso
OCCIPTAL	11	8	4	Protuberância occipital intern
FEMUR	11	5	3	Epífises proximal ou distal
ESTERNO	1	1	1	Manúbrio
FIBULA	6	5	3	Maléolo lateral
TALUS	14	14	7	O próprio osso
TARSO	6	-	-	Não foram individualizados
FALANGES	60	-	-	Não foram individualizados
VERTEBRAS	124	6	6	Processo odontóide do eixo
COSTELAS	111	6	3	1º par
METACARPO METATARSO	47	7	4	5º metatarso

Quadro 35 - Resultados obtidos com as análises dos ossos humanos do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

8.1.6.3. Considerações

Para todos os ossos o valor obtido para o N3, quando este apresentou casa decimal, foi elevado para mais, considerando dessa forma o numero inteiro imediatamente superior. Dessa forma, existindo 7 repetições para um identificador de um osso, por exemplo a tíbia, o N3 foi obtida dividindo-se o valor de N2 por 2, já que existem 2 tíbias no corpo humano, obtendo-se 3,5 indivíduos, valor este considerado como 4 indivíduos.

Para as Falanges e os ossos do carpo não foram feitas individualizações para estimar-se o N2 e conseqüentemente não foi obtido também o N3. Poderia até ser obtido dividindo-se o N1 pelo número de falanges e carpos existentes no corpo, 28 e 16 respectivamente, mas o resultado obtido poderia ser pouco confiável.

Alguns ossos, tais como a maxila, estavam extremamente fragmentados, e a individualização para a estimativa do N2 foi simplesmente separando-se o material menos fragmentado e observando-se aqueles que não poderiam pertencer a um mesmo osso.

Verifica-se que o osso, cuja maior quantidade de fragmentos foi encontrada, é o Temporal, sobretudo de sua parte petrosa. Tal resultado era esperado, já que essa

região apresenta alta concentração de cálcio, permitindo uma maior resistência e durabilidade para o mesmo. Dessa forma, foi utilizado como identificador o meato acústico interno, no intuito de se evitar a repetição de mais de um fragmento para o Temporal, sendo este osso o que permitiu obter um N3 de valor mais elevado (35) o qual é o valor a ser considerado como o Número Mínimo de Indivíduos para o material analisado. O que concluímos que o pequeno espaço da necrópole fora densamente utilizado para inumação.

8.1.7. Análise de dentes humanos

8.1.7.1. Introdução

A Arqueologia é uma ciência que necessita de efetiva colaboração de ciências afins, não podendo dispensar o contato com a Antropologia Biológica. Em Arqueologia Funerária ou da Morte, necessita do apoio irrestrito da Bioarqueologia, que envolve conhecimentos básicos de Osteologia e Dentição Humana, levando a um trabalho de abordagem biocultural. Machado (1995) afirma que a partir de análises de ossos e dentes existe a possibilidade em inferir acerca do processo de estruturação social e organizacional dos grupos humanos pré-históricos e históricos.

8.1.7.2. Análise dos dentes humanos do sítio Pinturas I – São João do Tigre – PB

A partir da análise de um universo de 279 (duzentos e setenta e nove dentes) elementos e fragmentos dentários evidenciados no Sítio Pinturas I, na localidade de São João do Tigre, no estado da Paraíba, extraídos das camadas estratigráficas e em nível superficial, realizou-se uma seleção inicial em que se utilizou o critério de confiabilidade e qualidade do material, obtendo assim, uma amostra de 140 (cento e quarenta) elementos dentários. Posteriormente dividiu-se essa amostra de acordo com sua dentição, sendo 18 (dezoito) da dentição decídua (dentes de leite) e 122 (cento e vinte e dois) da permanente (dentes de osso). Em seguida foi realizada a separação desses elementos em grupos (Tabela 1 e 2). Após essa divisão, foi encontrado o maior número de elementos nos grupos dos caninos inferiores esquerdos e segundos molares superiores direitos, podendo estimar um número mínimo de 9 (nove) indivíduos adultos (ver Tabela 1). Em relação à dentição decídua, o grupo de elementos mais prevalentes foi o de caninos superiores esquerdos, com uma estimativa de um número mínimo de 3 crianças (ver Tabela 2). Também foi analisada a

prevalência de cárie dentária a partir da inspeção visual e quando não possível utilizou-se a técnica radiográfica do tipo periapical. Constatou-se que 8 (oito) elementos apresentavam-se cariados de um total de 140 (cento e quarenta), isto é, um índice de 5,72% de dentes cariados (Tabela 3). Índice considerado significativamente baixo, levando em consideração às condições de vida desses indivíduos. Foi observado também o nível de abrasão desses elementos, e foi constatado índice alto de abrasividade, sugerindo dessa forma, um consumo de alimentos extremamente consistentes, fibrosos e abrasivos. Com relação à idade cronológica dos indivíduos, não foi possível afirmar com exatidão. Porém, chegamos a conclusão que a amostra era constituída seguramente por crianças (abaixo de 12 (doze) anos de idade) e adolescentes, uma vez que havia dentes decíduos e permanentes jovens (com raízes não totalmente formadas - molares permanentes no estágio 6 a 8 de Nolla). Deduzimos também que possivelmente existiam adultos jovens e de meia idade, levando-se em consideração principalmente o grau de abrasividade dos dentes permanentes. Havia dentes com alto grau de abrasividade em nível de dentina e bem próximo à polpa dentária (Figura 66), sugerindo dessa forma, adultos de meia idade, já que a expectativa de vida desses indivíduos raramente ultrapassava os quarenta anos de idade. Já os de baixa e média abrasividade foram enquadrados como adultos jovens.



Figura 66 - Dentes com elevado grau de abrasividade coletado no sítio Pinturas I, em São João do Tigre – PB.

TABELA 1. Distribuição absoluta dos elementos permanentes.

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
-------	------	-------------	------------

Incisivos Centrais	Superior	Direito	0
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	4
		Esquerdo	0
Incisivos Laterais	Superior	Direito	0
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	3
		Esquerdo	7
Caninos	Superior	Direito	0
		Esquerdo	4
	Inferior	Direito	2
		Esquerdo	9
1ºs Pré-molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	5
		Esquerdo	6
2ºs Pré-molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	7
		Esquerdo	7
1ºs Molares	Superior	Direito	2
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	8
		Esquerdo	2
2ºs Molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	9
		Esquerdo	6
3ºs Molares			13
TOTAL			122

TABELA 2. Distribuição absoluta dos elementos decíduos

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Incisivos Centrais	Superior	Direito	1
		Esquerdo	2
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	0
Incisivos Laterais	Superior	Direito	2
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
Caninos	Superior	Direito	1
		Esquerdo	3
	Inferior	Direito	2
		Esquerdo	0
1ºs Molares	Superior	Direito	1
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	1
2ºs Molares	Superior	Direito	1
		Esquerdo	0
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
TOTAL			18

Tabela 3. Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental

Saúde dental	Valor Absoluto	Valor percentual (%)
Hígido	132	94,28
Cariado	8	5,72
TOTAL	140	100

Fonte: Laboratórios do Departamento de Odontologia da UEPB.

Número Total de Dentes – 279.

Número total de dentes analisados – 140.

Número Total de Dentes Cariados – 8.

Número Total de Dentes em Formação (Estágio de Nolla) – 5: 3 primeiros molares superiores direitos; 1 segundo molar inferior direito; 1 terceiro molar superior.

Número Mínimo de Indivíduos – 12 (Adultos, 09 indivíduos – Criança, 03 indivíduos).

Através da análise de desgaste dos dentes (abrasão) bem como perda de dentes *in vivo*, pode-se inferir acerca de, por exemplo, os hábitos alimentares de um indivíduo e, por conseguinte, o grupo a que pertencia

8.1.7.2.1. Dentes (comentários)

- A quase ausência de cáries e de abscessos alveolares talvez esteja ligada ao tipo de alimento com pouca glicose que deveria fazer parte da dieta alimentar do grupo humano sepultado na necrópole do sítio Pinturas I.
- Já a abrasão dentária manifesta-se em quase todos os dentes analisados, especialmente, em indivíduos possivelmente adultos. Em muitos dos dentes chega-se a verificar a perda parcial e total da coroa e a raiz quase funcional. Em muitos deles acreditamos que o grau de abrasão dentária chega a 7,8,9 e 10 - numa escala que vai de 1 a 10 (SMITH, 1984: 39-56). Em parte significativas dos dentes o esmalte desapareceu completamente, bem como a exposição da dentina.

Simon e Carvalho (1999: 24) afirmam que o elevado grau de desgaste dentário de uma população pode servir de indicador de que, os alimentos utilizados pelo grupo eram rígidos, ou com certas impurezas que causavam abrasão nos dentes, ou ainda, como era comum entre essas populações, o mal cozimento dos alimentos ou sua ingestão crua.

Acreditamos que a forte abrasão dentária verificada nos dentes coletados neste sítio se deve especialmente a três fatores básicos: 1. fatores dietários; 2. atividades

mastigatórias; 3. uso dos dentes como instrumentos de ferramentas para furar e/ou cortar matérias-primas.

Ainda percebemos:

- alimentação baseada em vegetais fibrosos e duros, que causaram abrasão densa dos dentes, especialmente de indivíduos adultos;
- elevado consumo de vegetais que desbotaram a cor natural dos dentes, sendo provavelmente o tabaco e vegetais ácidos.

8.1.7.2.2. Dentes humanos/Problemas dentários

Os problemas dentários como cárie, abrasão, abscesso, cálculo dental e reabsorção alveolar, vêm sendo tratados pela Arqueologia há algumas décadas no Brasil, objetivando, em especial, obter-se dados sobre os hábitos alimentares das populações e estimativas de idade.

Como nossa proposta inicial não é o de trabalhar os problemas dentários (saúde) deixamos de elaborar modelos divisionais capazes de nos fornecer pormenores sobre os dentes coletados nas escavações, mas sim, apenas observar se os dentes apresentam cáries, abrasão e outros problemas, bem como buscar o NMI de cada necrópole e a possível idade dos indivíduos nelas inumados. A partir dessas análises pode-se chegar a uma suposta dieta alimentar do grupo.

No sítio Pinturas I, por exemplo, percebemos que graças ao elevado grau de degradação da necrópole, todos os dentes coletados sofreram queda pós-deposicional, já que maxila ou mandíbula, também pequenos fragmentos, não se encontrou as mesmas com dentes inseridos.

De forma geral, o estudo dos dentes pode-nos aferir determinados indicadores que os ossos de esqueleto. Em condições em que os ossos humanos, por exemplo, tem contato com solos que apresentam elevados níveis de salinidade, bem como pH ácido, os ossos se deterioram, ficam friáveis e quebradiços, dificultando análises diversas, enquanto que, os dentes se mantêm com sua forma estrutural tal que o(s) indivíduo(s) o(s) possuía(m) antes da morte. Dessa forma, assegura Hugo Cardoso (2007: 2) que os dentes são melhores indicadores econômicos do que os ossos por

serem menos sensíveis à condição socioeconômica a qual o indivíduo está inserido, bem como, passa a ser “... melhor indicador de idade, do que o desenvolvimento do esqueleto.” Não queremos afirmar com isso que os dentes humanos não estão totalmente livres dos efeitos ambientais extremos, mas sofreu menos consequências do que os ossos humanos.

O desgaste dentário, sem dúvida, é um excelente indicador de condição de vida de um indivíduo, de sexo e idade, que nem sempre os ossos podem fornecer, especialmente quando se encontram frágeis e quebradiços.

8.1.7.3. Estimativa de idade

A Dentogênese e a Osteogênese vêm sendo largamente utilizadas como disciplina ou técnica capaz de proporcionar “elementos à estimativa de idade biológica e refletem tanto condições hereditárias como o impacto de carência nutricionais e/ou outras formas de estresse sobre os indivíduos” (SOUZA, 1993: 2). Dessa forma, os estudos de dentes humanos são vistos como importantes fontes documentais, especialmente no tocante a relações de grupos humanos distintos pré-históricos e históricos com grupos atuais. A partir das informações obtidas pode-se chegar, via comparação, ao estilo de vida das populações passadas em comparação com as atuais.

Apesar dos erros ou prováveis estimativas aleatórias de idades de indivíduos que viveram há séculos, a dentogênese ainda é considerada “menos sujeita a variações e, portanto, tida como um critério relativamente seguro para a estimativa de idade (STEELE BRAMBLET, 1988, Apud SOUZA, 1993: 3).

Através do estudo dentário pode-se obter, por exemplo, dados demográficos da região, dentários e patológicos, bem como o *modus vivendi* de um grupo humano.

8.1.8. Ossos de animais e dieta alimentar

A presença de ossos de animais e vestígios vegetais em sítios arqueológicos, tem sido comum. Geralmente esses restos são compostos “de ossos ou mesmo conchas de moluscos, pois são, geralmente, os elementos que melhor se conservam, em razão de sua estrutura química, rica em minerais” (QUEIROZ e CHAIX, 1999: 49).

Outras estruturas também tem sido comum, como: dentes, cabelos, pelos, chifres, penas, cascas, escamas e uma gama de outros materiais que, se bem analisados, pode fornecer subsídios para o entendimento do hábito alimentar e até do uso de adornos/enfeites corporais de um grupo. Tais objetos pode servir de indicador de como eles interagem com o ambiente.

Necessariamente, os animais ou seus restos encontrados em necrópoles não são, apenas, traços representativos da dieta alimentar, mas pode, também, ter sido parte de rituais religiosos, como muito bem coloca Queiroz e Chaix (1999: 52). Tudo isso, segundo os autores, necessitam de estudos, análises e aprofundamentos.

Uma das formas de sabermos a dieta alimentar de um grupo humano é através de análises de ossos. A Zooarqueologia e a Paleobotânica podem fornecer dados precisos acerca do *menu* de um grupo. Outra forma em se obter tais dados é o de estudar o entorno circundante onde o grupo praticava suas atividades; mas afirmar categoricamente quais as espécies mais consumidas pelo grupo só através da análise e observação da presença de traços vegetais ou animais em conteúdos estomacais ou na forma de coprólitos (fezes fossilizadas) (FACCAT, 2008).

Em outros casos, ao arqueólogo cabe analisar os relatos historiográficos e/ou deduzir do contexto e das circunstâncias dos achados arqueológicos: grãos e ossos carbonizados numa estrutura de fogueira pode ser um ótimo indicador da dieta alimentar de um grupo, entretanto são difíceis de se preservarem justamente por serem restos de alimentação e ficarem expostos aos animais e as intempéries.

Os restos de animais ou vegetais evidenciados numa escavação podem levar o arqueólogo a várias deduções: pode-se deduzir qual estação do ano aqueles animais e/ou vegetais foram consumidos; se o local era habitado sazonalmente ou não. Por outro lado, o arqueólogo corre sérios riscos ao realizar tais interpretações, principalmente em ambientes que se processaram fortes mudanças causadas por questões naturais ou antrópicas. Os restos de determinada espécie coletada na escavação poderão ou não ter existido no entorno do sítio ou ser exógeno. O ideal é que se colete amostras de vários sítios escavados pertencentes a um dado grupo cultural para a partir daí emitir juízo de valor a respeito da dieta alimentar daquele grupo.

Com relação aos grupos étnicos por nos trabalhados, já que se trata, em parte, de grupo histórico (pós-contato), as fontes historiográficas informam o menu principal dos índios Cariris e Tarairiús, sendo, inclusive parte da dieta alimentar desses grupos incorporados a dieta dos colonizadores que legaram tais costumes, as gerações futuras. Além dos restos macro botânicos e restos micro botânicos, impressões vegetais em argila, ferramentas, análise dos restos vegetais, análise química dos resíduos nos fios das ferramentas e em vasilhas, estratégias do uso das plantas com relação a estacionalidade e domesticação, contamos com informações precisas dos cronistas, bem como, todo um legado alimentar que o sertanejo contemporâneo adquiriu de seus ancestrais.

De forma geral, os restos faunísticos têm sido estudados em maior escala do que os restos florísticos como dieta alimentar de um grupo. Daí, sugerir que os protos-índios seriam mais coletores do que caçadores, e não ao contrário.

A análise do *menu* alimentar de um grupo merece alguns cuidados como: os restos alimentares encontrados no contexto arqueológico são realmente de origem antrópica ou simplesmente estão ali por causas naturais? Ou talvez por ação de outros predadores?

Necessariamente animais e vegetais podem também, terem sido utilizados para outras atividades que não a alimentar: ritual, extração de couro, ossos e dentes, uso de fibras vegetais para amarrar o cadáver; fabricar fios para utensílios diversos e adornos, etc. Nesse sentido, a tafonomia⁷³ poderá proporcionar respostas mais sólidas sobre os achados.

No sítio Pinturas I, em São João do Tigre, nos deparamos com pequenos ossos de preá e mocô, além de carapaças de tatu (Figura 67). Acreditamos que estes ossos pertenceram a animais que frequentaram o lugar no pós-processo deposicional dos mortos.

⁷³ Estudo do que ocorreu com os ossos entre o momento em que os mesmos foram inumados e a sua exumação.



Figura 67 - Carapaças de tatu, sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

8.1.9. Datações obtidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Tendo em vista o elevado grau de deteriorização em que se encontrava o material arqueológico coletado no sítio Pinturas I, optamos por datar fragmentos de cerâmica, haja vista o bom estado de conservação e o tamanho mínimo das peças.

Foram datados no Laboratório de Cristais Iônicos, Filmes Finos e Datações - LACIFID/USP, dois fragmentos de cerâmica através do método de Termoluminescência (TL), obtendo-se uma datação de 159 anos AP. \pm 6 anos e uma segunda de 267 anos AP. \pm 10 anos.

Dessa forma conseguimos obter dados cronológicos ocupacionais para a inumação de indivíduos na necrópole do sítio Pinturas I. Temos, portanto, um período de ocupação do abrigo para as atividades de sepultamentos dos grupos humanos que viveram na região que compreende os séculos XVII e XVIII, período este em que os índios denominados de Cariris foram contactados e extintos na área em apreço, o que nos leva a levantar a hipótese de a necrópole Pinturas I ter servido como local de sepultamento para os indivíduos desse grupo humano.

8.1.10. Conclusões/considerações acerca das atividades arqueológicas desenvolvidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

As características evidenciadas na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, em São João do Tigre, fornece-nos informações que sustenta a tese de ter existido no que hoje denominamos de região Nordeste, características comuns e peculiares

observadas em várias importantes necrópoles da região, apesar do elevado grau de destruição antrópica e natural em que se encontrava o sítio Pinturas I.

Nas quatro importantes necrópoles citadas por Gabriela Martin (2005): Gruta do Padre, Furna do Estrago, Pedra do Alexandre e o Sítio Justino, evidenciaram-se materiais arqueológicos, comuns, também, no sítio Pinturas I, em São João do Tigre, e em outras necrópoles já localizadas e parcialmente estudadas nos Sertões da Paraíba.

Não identificamos no sítio Pinturas I, o que fora identificado, por exemplo, no importante Sítio Justino. Lá, houve em outro uso do local pelo mesmo grupo humano: uso do sítio arqueológico como local de aldeamento.

Partindo de dados empíricos e observacionais e dados obtidos em análise de outras necrópoles semelhantes no Nordeste do Brasil que o sítio Pinturas I, com relação ao sedimento, em parte é formado por processos pós-deposicionais, causado pela ação dos rituais fúnebres do grupo humano que ali selecionou aquele abrigo na paisagem como uma necrópole e/ou lugar sagrado, pois tal ambiente apresenta-se em destaque no meio de tantos outros serrotes e abrigos-sob-rocha. Esta característica também foi observada na necrópole Pedra do Alexandre, no Seridó do Rio Grande do Norte (MUTZENBERG, 2007: 115).

O material arqueológico evidenciado a partir da escavação arqueológica do sítio Pinturas I, pode ser considerado comum a outras necrópoles escavadas na região Nordeste. Em Buíque, Pernambuco, evidenciaram-se fibras trançadas, enterramentos em cova. Em Zorobabel, nas dunas de Rodelas (BA), inumaram-se vários indivíduos com seus possíveis pertences (enxoval). No sítio Pinturas I, apesar do grau de fragmentação do material arqueológico (ossos, dentes, cerâmica, contas de colar e material lítico), o NMI revelou uma grande quantidade de indivíduos de várias faixas etárias e provavelmente de sexo masculino e feminino, provando tratar-se, também, de uma grande necrópole, equivalente em importância as principais já escavadas no Nordeste do Brasil.

No cemitério Pinturas I identificou-se que os indivíduos ali inumados foram sepultados e não simplesmente enterrados deliberadamente. Acreditamos que a forma básica de sepultamento na necrópole foi indireta, pois a presença de elementos da cultura material do grupo demonstra que houve cuidados básicos com os falecidos. Na

necrópole em questão, pelo pequeno espaço em que os corpos foram inumados e pela grande quantidade de indivíduos, acreditamos ter sido a área de uso coletivo, com corpos que se sobreponha a outros já previamente enterrados. Não identificamos se vários corpos foram sepultados numa mesma cova, apenas conjecturamos tratar-se de sepulturas coletivas pelos nativos já expostos.

Não percebemos se as sepulturas eram primárias ou secundárias, pois devido ao elevado grau de antropismo, não detectamos se os ossos estavam ou não articulados.

Não identificamos a presença de ossos pintados. É possível que existissem, mas devido ao elevado nível de salinidade do solo, bem como o pH elevada, os ossos apresentam-se com uma cor acinzentada, quebradiço e num processo natural de descamação, o que pode ter contribuído para fazer desaparecer qualquer vestígio de pintura nos mesmos.

Não identificamos atos de incineração nos milhares de fragmentos ossos analisados. Em contato com os sedimentos da necrópole, identificamos durante a escavação presença de cinzas, mas fora de contexto, o que limita nossa interpretação acerca do tema incineração naquela necrópole.

Não foi verificado, na necrópole do sítio Pinturas I, se os indivíduos inumados tinham o corpo recoberto por lajotas de pedras, costume comum em sítios arqueológicos no Nordeste semiárido, mesmo encontrando no local várias lajes de granito. Não identificamos se os enterramentos eram individuais ou duplos, mesmo sabendo que no Nordeste do Brasil a predileção para enterramentos era individual. Não identificamos, pelo elevado grau de deterioração do material arqueológico, possíveis meios de identificar a posição e acomodação dos esqueletos ali inumados, bem como a orientação dos esqueletos dentro da necrópole. Não identificamos, neste sítio, se os corpos eram envoltos em esteiras ou redes ou deitados em girais de madeira ou pedra ou por sobre outro mecanismo qualquer que evitasse o contato direto do corpo com o chão.

Não tivemos condições de averiguar se os esqueletos foram depositados em decúbito, bem como certas posições, graças ao elevado grau de antropismo.

Não tivemos como identificar se as fossas em que os indivíduos eram inumados eram de formato quadrado, redondo, oval ou outra forma geométrica.

Com relação ao tamanho do abrigo rochoso em que jazem os restos esqueléticos dos indivíduos inumados no sítio Pinturas I, segue um padrão já identificado, no semiárido do Nordeste, pois tratam-se de lugares com poucas dimensões de largura, altura e profundidade, mas sempre protegidos das intempéries.

Com relação aos adornos que compunham os enxovais do sítio Pinturas I, são de origem óssea, ao menos o que chegaram até nós. Os de origem orgânica, devido a sua curta longevidade, além do elevado teor de salinidade do solo, se existiram no local, desapareceram; os adornos mais comuns nas necrópoles do Nordeste são pingentes e contas de colar, também identificados no sítio Pinturas I.

Não identificamos a existência de fogueiras por sobre os indivíduos, nem tampouco nas laterais do local que exumamos os restos esqueléticos dos índios ali sepultados.

O não achamento ou identificação de certas características comuns em outras necrópoles do Nordeste, mas ausente no sítio Pinturas I, não invalida a hipótese de não ter existido dinamicidade e heterogeneidade nos processos de enterramentos naquele local.

Não podemos afirmar que a cerâmica coletada no sítio Pinturas I, fazia parte de Igaçabas, mas que as reconstituições nos mostram ser uma cerâmica utilitária de pequenas vasilhas é possível que tenham servido como parte de algum ritual fúnebre, mesmo que a pesquisadora Gabriela Martin (2005) chegue a afirmar que não existiam grandes diferenças entre a cerâmica utilitária e a utilizada como Igaçabas. No nosso caso, chegamos à conclusão de ser uma cerâmica utilitária levando em consideração o tamanho das peças, o que seria pouco convincente, seu uso, como Igaçaba.

Das várias formas de inumações primárias indicadas por Gabriela Martin (2005) para o Nordeste do Brasil, conseguimos identificar no sítio Pinturas I: presença de enxoval fúnebre, mesmo que fora de contexto, ou seja, sem conseguirmos identificar qual ou quais covas pertenciam; presença de contas feitas a partir de ossos de animais e pingentes de dentes de animais; vestígios de cinzas e fragmentos de carvões, mas

sem a possibilidade de identificarmos atividades ritualísticas diversas; utilização de vasilhames cerâmicos de vários tamanhos e formas, provavelmente como mobiliário fúnebre; enterramentos individuais e coletivos.

Na necrópole do sítio Pinturas I, não conseguimos identificar nem o gênero e nem o sexo dos indivíduos ali inumados.

Por se tratar de uma necrópole indígena comprovadamente através de datação do material arqueológico cerâmico, não identificamos vestígios da cultura europeia que possam ter interferido no modo de sepultamento dos índios da região.

Com relação a cronologia de ocupação da necrópole do sítio Pinturas I, as datações obtidas através do método absoluto da TL, traçamos um período de ocupação daquele ambiente, enquanto cemitério, por um período de cerca de dois (02) séculos.

8.1.10.1. A análise da cultura material

Observamos, de acordo com atividades comparativas com outras necrópoles do Nordeste, tratar-se os grupos que inumaram seus mortos, de indivíduos horticultores/caçadores/coletores. As análises Osteológicas e Dentológicas, bem como a presença de cerâmica utilitária e materiais líticos possivelmente com as mesmas serventias, são testemunhos do *modus vivendi* do grupo humano que viveu na região.

Detectamos que além da necrópole sítio Pinturas I e outros locais que apresentam características geo-ambientais idênticos aos encontrados no Pinturas I, como o sítio Jucurutú e Pinturas III, num raio de no máximo três quilômetros, utilizando-se vários locais para esta prática, provavelmente devido a superlotação da necrópole Pinturas I.

Acreditamos que os índios que usaram o local para enterramento dos mortos praticavam a agricultura, especialmente os índios Cariris, pois os grupos apenas coletores/caçadores, por apresentarem características nômades, não enterravam seus mortos em locais constantes, bem como a literatura exposta tem nos mostrado tais evidências.

Identificamos nas proximidades das três necrópoles existentes na área, um local provável que deve ter servido de aldeamento para os índios da região. O local será prospectado a posteriori e encontra-se, cerca de 2,5 km do sítio Pinturas I e a apenas 500 metros da necrópole Jucurutú.

A Tanatologia arqueológica foi, até certo ponto, prejudicada no sítio Pinturas I, devido o elevado grau de depredação da necrópole. Apenas atividades de exumação, identificação de alguns ossos humanos, primeira tentativa em se identificar traços da cultura material foi possível realizar, mas foi inviabilizada a identificação de sexo, população, idade e causa mortes.

O processo de exumação dos restos esqueléticos do sítio Pinturas I, levou em consideração as condições de antropismo em que se encontrava o local; mesmo assim, foram adotadas atividades que minimizassem maiores impactos no local, como adotar medidas de contenção dos perfis e evitar elevado peso por sobre os restos (fragmentos) ósseos e outros materiais do local.

Acreditamos que além das questões antrópicas, questão de ordem natural, tais como: pH elevado e altos índices de salinidade contribuíram para que o material arqueológico, especialmente, ossos humanos apresentem-se fragmentados, friáveis e quebradiços (Figura 65).

Os ossos que estavam em contato direto com o sol durante algumas horas no dia, encontravam-se esbranquiçados e quebradiços; já os exumados na escavação encontravam-se friáveis e apresentando cor amarelada, sendo uma característica comum observada em outras necrópoles do Nordeste.

Não foi possível identificar, *in situ*, possíveis doenças Osteológicas e de outras naturezas que possam ter causado a morte dos indivíduos, tais como: causas biológicas, químicas, mecânicas ou ambientais.

8.1.10.2. Material cultural e possível filiação desses materiais ao grupo humano dos índios Cariris e seus antecessores

Identificamos que o grupo humano que inumou seus mortos no sítio Pinturas I tinham conhecimento técnico da cadeia operatória de confecção de recipientes de cerâmica, o que nos leva a conjecturar tratar-se de um grupo ceramista, agricultor, mas

não se descartando as práticas de caça e coleta e possivelmente a pesca; é possível, portanto, tratar-se de grupos sedentários ou semisedentários: com relação ao material lítico, o material coletado era lascado; não identificamos se fazia parte do enxoval fúnebre; com relação à presença de adornos corporais, o sítio Pinturas I mostrou-se favorável, com contas e pingentes, provavelmente parte do enxoval de alguns indivíduos.

Não identificamos, até o momento, em análise de cemitérios da Paraíba, processos diferenciados de sepultamentos, indo de encontro ao que estabelece Daniela Cisneiro Silva (2006) que afirma poder existir numa mesma área, mesmo que pertencendo ao mesmo grupo humano, práticas fúnebres distintas. No Cariri paraibano ao menos em áreas de domínio dos índios Cariris, as características materiais e estruturais são mais homogêneas do que heterogênea, com ressalvas.

8.1.10.3. Arqueologia e meio ambiente

Em áreas semiáridas, pelas condições poucos favoráveis a sobrevivência e, portanto, a exigência de um maior tempo para conseguir o mínimo de matéria-prima, nos leva a conjecturar que os grupos humanos eram de pequeno número, talvez grupos familiares que não ultrapassem cinquenta (50) indivíduos, mas que viviam próximos, ligados por laços consanguíneos e que utilizavam alguns ambientes comuns, como locais para sepultarem seus mortos.

Através da análise dos recursos disponíveis na região em apreço atualmente, tem-se uma ideia de que os grupos humanos do pré e pós-contato extraíam do próprio ambiente os recursos para a sobrevivência, em homeostase com o meio agreste.

Segundo levantamentos historiográficos, os índios do contato, e por conseguinte, seus ancestrais, viviam em homeostase com o ambiente, sendo que foi o contato e o domínio da região do Cariri pelo homem branco que quebrou uma teia em equilíbrio há milhares de anos. Os grupos humanos, ocupantes da área em estudo, viveram e retiraram das caatingas sua sobrevivência. Portanto, eram seres totalmente adaptados e conhecedores do ambiente.

Segundo datação através do C14, desde 7.000 anos AP. que já existem indícios da ocupação humana nos Sertões da Paraíba, no início do Holoceno. Os estudos têm

mostrado que, de forma geral, o ecossistema caatinga pouco mudou nos últimos 80 séculos na região, o que nos leva a concluir termos grupos humanos totalmente adaptados na região no período do contato, bem como antes dele.

10.1.10.4. Arte rupestre pré-histórica identificada no sítio Pinturas I, São João do Tigre - Pb



--	--	--	--	--	--	--

Figura 68 - Vista panorâmica do sítio Pinturas I (Painéis rupestres visíveis a partir da subida para o abrigo).

Pelos dados coletados através das pesquisas de campo e laboratoriais, é possível que os grupos humanos que fizeram uso do abrigo rochoso do sítio Pinturas I, em São João do Tigre, Paraíba, que inumaram ali seus indivíduos pertencentes ao grupo étnico Cariri, não foram os executores das figuras rupestres existentes no abrigo.

Não foi encontrado na escavação do referido sítio nenhum material que possamos ligar os índios Cariris as figuras rupestres. No entanto, os índios Cariris poderiam ter sido descendentes diretos dos executores da arte parietal existente no sítio Pinturas I.

As Pinturas e gravuras rupestres apresentam-se sempre em rochas suportes de diversos tipos. Na Paraíba já foram encontradas gravuras e pinturas nos três tipos de rochas existentes: ígneas, metamórficas e sedimentares.

As formas pelas quais os painéis rupestres com as figuras se apresentam são das mais diversificadas, de grafismos puros até o conjunto de figuras capazes de serem identificadas.

Aguiar (2002:7) afirma que existem “diversas técnicas combinadas e desenvolvidas pelos autores dos sinais rupestres”, que deram origem a uma gama gigantesca, em todo o planeta, de classificações. Portanto, para se identificar um sítio de arte rupestre, em especial o enquadramento em determinada(s) tradição(ões), é preciso observar as especificidades dos painéis, figuras e do grupo que as pintou/gravou.

As pinturas rupestres são denominadas de pictoglifos diversos. De acordo com a cor que se queria obter no desenho, variava-se a quantidade e o tipo do mineral e/ou vegetais. A cor mais comum encontrada nas figuras rupestres é o vermelho, geralmente obtido do óxido e hidróxido de ferro, encontrados em várias formas na Paraíba. Encontram-se ainda, figuras em tonalidade preta, que poderia ser obtida a

tinta através de vegetais ou do manganês; já o branco, poderia ser obtido de alguns minerais que apresentam essa cor: calcário, por exemplo.

Quando encontram-se figuras com uma única composição de cor, por exemplo, só a tonalidade vermelha, é denominada de monocromática e quando a figura (grafismo) é constituída de mais de duas cores, exemplo, o vermelho e o laranja é denominada de policromáticas.

O processo de aplicação da tinta no suporte rochoso (paredão) pode obedecer a diferentes técnicas de aplicações, segundo consta no *Manual de Arqueologia Rupestre*, de Rodrigo Aguiar (2002), as quais sintetizamos no Quadro 36 a seguir:

MEIOS TÉCNICOS UTILIZADOS	CARACTERÍSTICAS DOS GRAFISMOS (PINTURAS)
1-Linhas traçadas com auxílio de pincéis, dedos, lâminas de madeira ou espátulas de pedra;	Obtenção de traços finos e figuras com delineamento que deixam transparecer certo caráter artístico dos mesmos, devido o bem elaborado desempenho das figuras;
2-Através de estampa, tipo carimbo;	O exemplo mais claro são as mãos em positivo, carimbadas nos suportes rochosos, podendo-se observar em alguns casos as digitais do indivíduo;
3-Através de aspersão ou sopro	Provavelmente o autor colocava a tinta na boca e soprava, borrifando a tinta.

Quadro 36 - Técnicas de aplicação da tinta nos blocos suportes.

O uso de outros instrumentos para pintar não está descartado. Acredita-se que no semiárido nordestino fazia-se uso dos espinhos de algumas cactáceas, a exemplo do Mandacaru, para realizar as figuras mais finas; pincéis feitos com fibras vegetais e até pelos e penas de animais diversos, provavelmente foram utilizados.

A tinta também variava de acordo a densidade: quando mais fina, a técnica de “preparação prevê como resultado uma solução líquida, que constituirá um desenho de contornos precisos e profunda penetração do pigmento na rocha suporte”; para a tinta mais grossa, granulada, é o “resultado da preparação de uma pasta de textura granulosa, produzindo desenhos com contornos imprecisos, com superficial penetração na rocha” (AGUIAR, 2002: 8-9). Em ambos os casos obtêm-se desenhos com contornos mais ou menos delineados. Mesmo a tinta mais fina resultando em desenhos mais elaborados, mas existia o risco de, quando a tinta ficava muito fina acabava por escorrer no suporte rochoso, deixando as figuras com uma tonalidade mais clara e

susceptível a desaparecer com um curto espaço de tempo. Essas características foram observadas no sítio Pinturas I e em outros existentes nas proximidades.

8.1.10.4.1. Os estilos rupestres

Acredita-se que o homem pré-histórico, manifestou seus pensamentos através das figuras rupestres impressas nas rochas suportes.

Os motivos rupestres variam de grafismo para grafismo, bem como as rochas suportes.

Entende-se por elementos abstratos as “representações de modelos geométricos, cuja forma não apresenta uma imediata identificação ou associação, como as linhas paralelas, círculos ou triângulos” (AGUIAR, 2002:13); em suma, são os grafismos incapazes de serem reconhecidos por não formarem cenas que representem o cotidiano de um dado grupo idealizador do painel; já os “representativos” são as figuras que expressam uma morfologia ligada a uma realidade observável no entorno, como as representações de pássaros, homens ou instrumentos”. São esses grafismos que ao se juntarem formam cenas capazes de serem compreendidas pelo homem contemporâneo como formando imagens que possam representar o cotidiano de um grupo. No sítio Pinturas I, não fora identificada junção de figuras capazes de formarem cenas.

Aguiar (2002:13-14) alegando que é preciso melhor organizar os dados coletados em campo com relação as figuras rupestres, estabelece uma divisão metodológica para a análise das mesmas que descreveremos a seguir.

Para as figuras que ele considera e qualifica de motivos abstratos, propõe duas subdivisões estilísticas, a saber:

A. GEOMÉTRICA – são figuras que representam os elementos encontrados na geometria moderna como: linhas, losangos, círculos, retas, etc.; esse tipo de figura fora identificado no sítio Pinturas I.

B. LIVRES – são os motivos abstratos impossíveis de serem reduzidos a uma equação geométrica.

É bom salientar que este pensamento acerca dessa divisão é atual e, muito provavelmente os pintores pré e históricos dessas figuras não tinham a menor preocupação de estarem enquadrando-os dentro desta perspectiva matemática. Portanto, o que Rodrigo Aguiar coloca é mera conjectura.

Para as figuras que ele considera e qualifica de motivos representativos, propõem, também, duas subdivisões descritas a seguir:

A. NATURALISTA – quando a figura rupestre representa elementos encontrados na natureza como animais, plantas e minerais do entorno do sítio;

B. ESQUEMÁTICO – quando a figura apresenta-se com meros traçados básicos configurando-se figuras de algo reconhecível. Exemplos são encontrados em alguns sítios da Tradição Agreste, aparecendo-se com frequência figuras discerníveis de veado, emas e algumas humanas.

Rodrigo Aguiar (2002:14) talvez percebendo a complexibilidade da arte rupestre, utiliza-se de sub-classificações tais como:

A. CULTURAIS – quando há a representação de objetos, vestimentas, habitações e cenas;

B. FITOMORFOS – quando são figuras que representam vegetais e diversos;

C. ZOOMORFOS – Quando as figuras rupestres representam animais;

D. ANTROPOMORFOS – quando as figuras rupestres representam figuras humanas;

E. ASTRONÔMICAS – quando as figuras rupestres representam elementos ou eventos de acontecimentos celestiais, como desenhos ou gravuras de cometas, sol, lua e estrelas.

8.1.10.4.2. Sítios rupestres

Rodrigo L.S. de Aguiar (2002 : 6) assim define o termo arte rupestre: “Por Arte rupestre podemos entender toda forma de expressão gráfica, tendo como material de suporte qualquer superfície rochosa.”

A arte rupestre, enquanto prova cabal da manifestação de um povo, pode ocorrer em locais diversos, desde aqueles que serviram de moradia (gruta, cavernas, abrigos-sob-rochas) ou em regiões abertas geralmente expostas as intempéries como afloramentos rochosos dos mais diversos tipos e matacões de todos os tamanhos e tipos de rochas diferentes.

Aguiar (2002: 6) vê as manifestações rupestres como um “verdadeiro livro da Pré-História”, que pode servir de parâmetro para compreendermos a vida daqueles que passaram num dado lugar em tempos imemoriais.

Existem indícios de que a arte rupestre já vinha sendo usada a mais de 40 mil anos em todas as regiões do planeta, como também, ainda nos nossos dias, algumas comunidades na Austrália praticam as mesmas formas de pinturas em paredes rochosas tais quais, seus ancestrais faziam.

Para o Nordeste do Brasil, importantes tradições de arte rupestre foram identificadas na tentativa de enquadrar os grupos que pintaram ou gravaram os sítios.

TRADIÇÃO NORDESTE

Caracterizada pela presença de grafismos que são capazes de serem reconhecidos, por formar cenas ou figuras identificadas: figuras humanas, animais, plantas e objetos, grafismos puros, ou seja, figuras que não são identificadas (PESSIS, 2003).

Na região de São João do Tigre, foram identificados vários sítios da Tradição Nordeste, os grafismos puros são abundantes, o que nos leva a conjecturar a possibilidade da existência de uma sub-tradição e/ou um estilo diferente para os grafismos da Tradição Nordeste dos Cariris Velhos da Paraíba.

Tudo leva a crer que a Tradição Nordeste de arte rupestre tem seu foco de origem e dispersão a partir do sudoeste do Piauí, na área do Parque Nacional Serra da Capivara, isso graças a três características identificadas na região: 1- a antiguidade das figuras rupestres; 2- o grande número de sítios com figuras que se enquadram nesta tradição; 3- a grande diversificação estilística.

TRADIÇÃO AGRESTE

As figuras da Tradição Agreste, apresentam-se estáticas, parada,, sem movimento. Nesta tradição, é comum a presença de grafismos puros, ou seja, símbolos ou figuras incapazes de serem identificados, mas não se desprezando a existência de figuras que representam animais e humanas.

Não se conhece, até o momento, o foco de origem e dispersão da Tradição Agreste, talvez na região do Agreste de Pernambuco. Os traços desta Tradição deve ter desaparecido entre 4 e 3.000 mil anos AP.

Esta tradição foi longamente comentada por Ruth Trindade de Almeida (1979), que propôs, graças a diversificação, a existência da sub-tradição Cariris Velhos. É nesta tradição que enquadramos as figuras rupestres do sítio Pinturas I.

TRADIÇÃO ITACOATIARA

São as tradições de gravuras rupestres. Atualmente, no Brasil, existem duas tradições de Itacoatiara: a de Leste, que apresentam dotações entre 8 e 7.000 mil AP., mais caracterizado no Nordeste do Brasil ou na sua porção mais oriental ou Leste, com os painéis de gravuras ornando tanques, caldeirões e principalmente margens e leitos rochosos de córregos, do Sertão ate áreas próximas ao Litoral onde aflora os suportes rochosos. Geralmente, esses locais servem para marcar os ambientes em que se encontra água nos períodos das estiagens (MARTIN, 2005).

Já as Itacoatiaras de Oeste, representadas até o momento por grafismos puros, existem desde a região limite do Parque Nacional Serra da Capivara até a região da Bolívia e Norte de Minas Gerais.

Esses sítios já foram datados acerca de 12 mil anos no Estado do Mato Grosso. Essas tradições de gravuras rupestres, necessitam ser melhores estudadas, especialmente na Paraíba, pois alguns sítios por nós visitados apresentam características que poderiam ser enquadradas na tradição Itacoatiara do Oeste, ou então, criar-se uma sub-tradição ou estilo para a tradição Itacoatiara de Leste.

8.1.10.4.3. Análise de vestígios rupestres

Francisco Eugênio Paccelli Gurgel de Rocha (1998: 86), ao analisar os vestígios rupestres existentes no sítio Serra Branca, em Vieirópolis, Sertão da Paraíba, é

contundente quanto a importância dos estudos dos grafismos rupestres, estes “representam a concretização do universo psico-cultural dos seus autores”.

Na confecção dos grafismos rupestres, forças externas e internas se complementam no processo final: internamente, o autor dos grafismos expõe sua psicologia e a cultura que lhe é intrínseca, bem como ao grupo ao qual pertence; externamente, o autor leva em consideração fatores como o ambiente ou suas práticas cotidianas. O resultado final, o painel em si, não pode ser visto como mera atividade abstrata, pois os grafismos estão cheios de significados simbólicos, representando, quem sabe, a vida do grupo, mesmo que seja praticamente impossível “buscar o universo subjetivo completo que reside no interior de um conjunto gráfico” (ROCHA, 1998: 88).

As imagens realizadas sobre suportes corporais ou materiais que precederam à escrita são determinantes de um dado grupo étnico.

Um grupo humano tem a capacidade de gravar e/ou pintar sobre suportes rochosos diversos, fornecendo informações, até certo ponto, precisas, do seu cotidiano e o ambiente que o cerca.

Anne-Marie Pessis (2005: 2) assevera que os registros rupestres (gravuras e pinturas) são registros de realizações “de diferentes grupos humanos”, durante alguns milhares de anos, misturando às vezes, num mesmo espaço, em épocas diferentes, registrando, nos suportes rochosos cenas que marcaram essas culturas distintas.

8.1.10.4.4. A arte rupestre e a prova das transformações humanas

Talvez se verifique na região de São João do Tigre o mesmo identificado na região do Parque Nacional Serra da Capivara, quando Buco (2005: 3), verificou que acerca de 12 mil anos houve uma evolução cultural, observando isso através das “mudanças nas técnicas pictórica...”, como também, “... nas variações dos termos e da maneira como eles são representados”. Os sítios rupestres de São João do Tigre apresentam essas características: verificam-se sítios com figuras da Tradição Nordeste e sítios com figuras que podemos enquadrar na Tradição Agreste de arte rupestre e da Tradição Itacoatiara.

Buco (2005: 3) ainda coloca que essas mudanças são os resultados de milhares de anos de transformações sociais processadas nos diferentes aspectos da vida desses grupos. Ela vê a expressão gráfica pictural como uma manifestação social, “portadora de uma mensagem cujo significado só pode ser compreendido no contexto social no qual foi formulado”. Interpretar os símbolos rupestres seria no mínimo irresponsável, pois o suposto código que poderia ser utilizado para decifrá-los simplesmente desapareceu juntamente com os grupos que pintaram e gravaram os símbolos.

Entretanto, o conjunto de figuras é um indicativo de um grupo sócio/cultural, pois cada grupo apresenta um sistema gráfico diferente com características próprias, capazes de mostrar o perfil cultural de cada grupo.

Só existe uma maneira de identificar e reconhecer as figuras rupestres, é quando estas apresentam composição temática, mostrando temas específicos, cenas capazes de serem reconhecidas, identificando o mundo sensível dos grupos, sendo um caracterizador de cada grupo étnico, percebendo-se seus costumes e as temáticas que os grupos executores das pinturas valorizavam. A partir dessa concepção, pode-se enquadrar a arte rupestre em tradições.

No geral, o que define uma tradição rupestre são os tipos de grafismo representados nos painéis rupestres. É possível distinguir uma tradição, pois ela é caracterizada “pelos tipos de grafismos representados e pela proporção relativa que estes tipos guardam entre si”, como também dentro de uma tradição de arte rupestre pode se verificar as sub-tradições, caracterizada por “critérios ligados a diferenças na representação gráfica de um mesmo termo é a distinção geográfica”. Quando numa dada área aparece grafismos identificados apenas naquela região, sobressai-se um estilo caracterizado “pelas características das temáticas representadas” (BUCO, 2005: 4).

8.1.10.5. As tradições de arte rupestre verificadas em São João do Tigre – PB

Já na região de São João do Tigre, foram identificados vários sítios da Tradição Nordeste, os grafismos puros são abundantes, o que nos leva a conjecturar a

possibilidade da existência de uma subtradição e/ou um estilo diferente para os grafismos da Tradição Nordeste dos Cariris Velhos da Paraíba.

Na área, ainda foram identificadas figuras das Tradições Agreste e Itacoatiara.

No sítio arqueológico Pinturas I, identificamos pinturas rupestres (Figura 69) em duas tonalidades: vermelha e laranja, com dezenas de figuras rupestres subdivididas em cinco painéis.

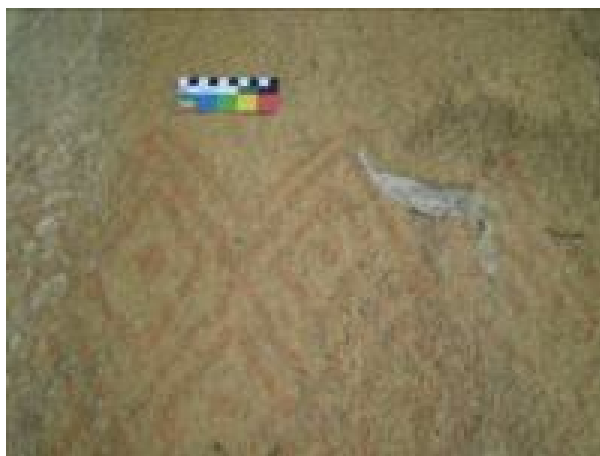


Figura 69 – Figuras rupestres do sítio Pinturas I.

As figuras vêm sofrendo ação natural e antrópica. No geral, as figuras rupestres estão cobertas por pátina branca ou perderam a cor e as formas iniciais, graças à ação do tempo.

Apenas em um dos painéis ainda são visíveis uma série de losangos com um pequeno ponto no centro (Figura 69).

Os painéis rupestres do sítio Pinturas I, estão assim dispostos: o primeiro painel encontra-se na base da subida para o abrigo, tratando-se de alguns poucos grafismos praticamente não mais visíveis; os demais painéis encontram-se na área onde fora realizada a escavação, sendo: um no bloco lateral que apresenta figuras recobertas com pátina, em tonalidade vermelha pouco visível (Figura 70); os demais painéis encontram-se na parte superior, logo acima da área escavada, que dividimos em três painéis. Nestes, parte das figuras desapareceram graças à pátina, o desprendimento das placas e as ações antrópicas, o que inviabilizou contagem e possíveis identificações das figuras, limitando nossa observação e análise (Figura 70).



Figura 70 – Vista parcial dos painéis rupestres do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Pela complexibilidade de análise das figuras rupestres, bem como a difícil tarefa de identificar motivos em subclassificações como: culturais, fitomorfas, zoomorfas, antropomorfas e astronômicas, não foram identificados nos painéis rupestres do sítio Pinturas I sobreposição de pinturas.

Como causa natural principal de degradação dos painéis rupestres, verificamos: presença de pátina, esfoliamento (descamação) da rocha suporte e casas de insetos; como ação antrópica, foram verificadas arranhuras sobre as figuras e retirada de fragmentos da rocha suporte que contém desenhos rupestres.

8.2. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS, SÃO JOÃO DO CARIRI – PB.



Figura 71 - Vista panorâmica do sítio arqueológico Furna dos Ossos, São João do Cariri, com destaque para a figura rupestre.

Tipologia: Cemitério indígena (Nação Cariri)

Município: São João do Cariri – PB

8.2.1. O Município e suas características

O município de São João do Cariri está localizado na microrregião do Cariri Oriental, que por sua vez localiza-se na mesorregião da Borborema (Figura 32), no Planalto da Borborema, na parte que corresponde ao Platô.

O município insere-se nas seguintes coordenadas geográficas: 07°23'27" S e 36° 31'58" O; 07° 23' 27" S e 36° 31' 58" O, numa altitude média de 458 mts (WIKIPÉDIA, 2009).

Abrange uma área territorial de 701,856 Km², com uma densidade populacional de 6,82 hab/Km² e uma população total de 4.565 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2008).

De acordo com o Mapa Geológico do estado da Paraíba/CDRM (1982), a região está totalmente na estrutura geológica do cristalino do embasamento Pré-cambriano

com formações rochosas que se assemelham em toda a região denominada de Cariris Velhos (SUDENE, 1980). O afloramento dos 3º e 4º horizontes do solo, que se expõe e se fragmenta é comum em todo o município, tornando os solos impróprios para o desenvolvimento de culturas alimentícias. Na área do que denominamos de Cariris Velhos, os quais estão inseridos os quatro sítios arqueológicos por nós escavados, há um predomínio de rochas migmatitas, gnáissicas, granodioritos, quartzitos e micaxistos (CARVALHO, TRAVASSOS e MACIEL, 2000: 21-24).

Identificamos até o momento ocorrências de minerais não-metálicos e metálicos no município, especialmente: calcário cristalino em forma de afloramento e veios; granito de vários tipos, extraídos em grande quantidade de forma pouco mecanizada, servindo para construções locais, paralelepípedos e enviados para grandes fábricas onde são transformados em peças ornamentais.

Apresenta clima semiárido (Bsh), sendo que a semiaridez do clima acaba por caracterizar a paisagem, dando-lhe feições de semideserto. A região em apreço apresenta elevadas temperaturas média anual em torno dos 26°C e a umidade relativa do ar chega aos 75% no máximo. As chuvas são de verão, com baixos índices pluviométricos que pode variar de 1 a 11 meses/ano sem precipitação (BARBOSA, 1998), ou então com pancadas de chuvas irregulares que caracteriza toda a região semiárida do Brasil (MOTA, 1979).

Segundo alguns estudos, primitivamente a região apresentava vegetação arbustivo-arbórea, mas atualmente prevalece vegetação arbustiva arbórea aberta, com grandes áreas de antropismo (IBAMA, 1993). As plantas caducas prevalecem no município, bem como as xerófilas lenhosas, espinhosa e succulenta. O tapete herbáceo estacional foi verificado *in loco*, especialmente no período das chuvas e nas áreas mais afastadas das comunidades humanas. As plantas tuberosas que apresentam reservas subterrâneas foram percebidas no município, especialmente o umbuzeiro e a umburana.

A vegetação de caatinga arbórea na região de São João do Cariri ainda é percebida, se bem que em menor escala do que existia no passado. Já a caatinga arbustiva-arbórea fechada vem se tornando rara na região graças às ações danosas do homem, sendo vista apenas nas áreas mais afastadas do município.

De forma geral, conseguimos identificar várias espécies de plantas no município. No Quadro 37 (Anexo L), que se segue, apresentamos os mais comuns em São João do Cariri, bem como em toda a imensa área do semiárido da Paraíba.

Em São João do Cariri e regiões adjacentes, os solos em quase sua totalidade são Castanhos ou Brunos, poucos espessos e pedregosos (solo Bruno não cálcio), poucos evoluídos (Litossolos) (SANTOS, 2001: 31), os Planossolos (mediamente profundos, ácidos, drenados, com fertilidade natural média), e os Podzólicos (solos profundos, argilosos e fertilidade natural média a alta); nos vales dos rios e riachos, os solos Planossolos (são poucos profundos, imperfeitamente drenados, textura argila/arenosa, moderadamente ácidos e fertilidade natural alta). A escassez de água na região contribuiu para um desenvolvimento lento dos solos e a decomposição química das rochas é pouco expressiva, contribuindo para uma maior ação mecânica, o quebramento das mesmas, criando grandes tapetes de pequenos fragmentos de rochas e minerais, dificultando as atividades agropecuárias.

Na área do sítio cemitério Furna dos Ossos obtivemos os seguintes níveis de pH e salinidade: pH do solo: 5,9 ; nível de salinidade: 10g.kg⁻¹. Sem dúvida que estes níveis apresentados para o cemitério contribuíram sensivelmente para tornar os ossos friáveis e quebradiços e acelerando o processo de degradação dos mesmos.

As características endógenas e exógenas que determinam o grau de erodibilidade do município de São João do Cariri foram assim identificadas:

- ➔ Endógenos – o principal fator observado e à exposição da rocha mãe criando um lastrado de pequenos matacões no município, deixando o solo já pobre em nutrientes imprestável para atividades de sobrevivência.
- ➔ Exógenos – são atividades diversas causadas pelo homem, que vai das atividades criatórias extensiva, sem manejo adequado, passando por atividades agrícolas impróprias para o município, a retirada da cobertura vegetal para diversos fins, a introdução de vegetais exóticos e a exploração mineral.

O conjunto desses fenômenos corrobora para acelerar o processo de desertificação na região, já intenso e sem controle (Figura 72).



Figura 72 - Área do município de São João do Cariri em franco processo de desertificação (2008).

O município de São João do Cariri assenta-se na bacia hidrográfica do rio Taperoá. A região, de acordo com a carta topográfica da SUDENE (1970), é cortada por duas sub-bacias: a do riacho Serra Branca e a do riacho Farias. Os rios da região são de dois tipos: intermitentes e efêmeros.

A rede de drenagem pode ser considerada satisfatória, especialmente por ser cortado o município pelo rio Taperoá, que juntamente com o Paraíba, deságuam no açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). No entanto, são poucos os açudes existentes no município que apresenta boa capacidade hídrica, o que contribui para que a população anualmente seja castigada com a escassez de água nos meses de estiagens.

Com certa frequência deparamo-nos com tanques naturais encravados nas rochas graníticas, servindo como fonte de abastecimento hídrico para as populações humanas e animal desde a Pré-História.

A fauna apresenta-se, segundo Coriolano de Medeiros (1950: 232), bastante variada e volátil, constituída de insetos, répteis, mamíferos roedores e felinos. No geral, as características faunísticas do município são praticamente as mesmas de toda a imensa região semiárida da Paraíba (Quadro 38 – Anexo M).

O município de São João do Cariri é um dos mais afetados do semiárido da Paraíba pelo processo de desertificação. As causas principais são as antrópicas: criação intensiva de gados (gráúdo e miúdo), retirada da cobertura vegetal para estaquia, construções e caieiras, substituição da vegetação nativa/lenhosa por plantas exóticas a exemplo da algaroba. A extração de certos minerais, de forma intensiva e

pouco mecanizada, além da caça e coleta sem manejo, têm sido os principais fatores que colocam em risco a homeostase do ambiente.

No geral, o conjunto de feições geomorfológicas, formada pela superfície elevada aplainada da Borborema onde está o município de São João do Cariri, configura-se numa ampla área planáltica com altitudes médias na ordem de 600 a 700 metros em relação ao nível do mar, com declinações para o Sul que chega aos 400 a 500 metros em média.

O relevo da região em apreço apresenta também os falhamentos e as fraturas que contribuem para formarem muitos dos vales poucos profundos. Os afloramentos graníticos, com predominância de pequenos serrotes são comuns na região.

Encontra-se ainda no município, as chapadas, restos ou testemunhos de uma antiga cobertura de rochas sedimentares que recobrem terrenos cristalinos, dando origem aos relevos de altitudes, que chegam aos 600 metros.

De acordo com o mapa da compartimentação do relevo na área da bacia do rio Taperoá, temos: relevo suave ondulado que abrange quase todo o município e, relevo forte ondulado montanhoso, em algumas localidades isoladas na região (SANTOS, 2001).

8.2.1.1. O município

Apresenta características notadamente rurais. A cidade sede, São João do Cariri, é cortada pela BR-412, o que lhe confere certo ar de desenvolvimento.

São a pecuária de gados graúdo e miúdo e a agricultura as principais fontes de riquezas na região.



Figura 73 - Aspecto geral das Urbes de São João do Cariri – PB.

São João do Cariri apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,674 (PNUD, 2000). O município é dotado de infra-estrutura mínima: hospital (maternidade), escolas públicas, mercado público, delegacia, biblioteca pública, museu, teatro e clubes. Mesmo assim, a população é uma das mais carentes do Estado, acometidas frequentemente por problemas causados pela falta de água, como em todo o semiárido da Paraíba.

8.2.1.2. Histórico do município de São João do Cariri

Especificamente falando de São João do Cariri, até meados do século XVII, a região era densamente ocupada por uma ramificação dos índios Cariris, sem que possamos precisar com exatidão quais e quantas tribos ali viviam (IBGE, 2008).

Data do século XVII, os relatos literários, acerca do estabelecimento dos primeiros colonizadores oriundos de Pernambuco que adentravam a Paraíba por Boqueirão e, a partir dali, podiam tomar dois destinos para o interior: subindo os rios Paraíba e percorrendo a imensa região do Cariri ou pelo rio Taperoá (um dos afluentes do Paraíba), chegando-se até a região que hoje denominamos de mesorregião do Sertão.

Coube ao alferes Custódio Alves Martins o 'descobrimento' de terras propícias para o pasto e atividades criatórias nas cabeceiras do rio Paraíba, fundando um sítio que denominou São João. Existem relatos de que antes da entrada de Custódio, brancos oriundos de Pernambuco já haviam dado início ao desbravamento da região.

Há registro de uma sesmaria doada ao referido alfares a 17 de dezembro de 1669. O sítio São João fora a primeira povoação constituída por braços da imensa região caririzeira que começava a ser desbrocada (ENCICLOPÉDIAS DOS MUNICÍPIOS, 1975).

Após este primeiro contato, relata-nos Oliveira (2006: 25), os portugueses e brasileiros aliaram-se aos índios e formaram “uma aldeia a que deram o nome de Travessia que teve rápido desenvolvimento”. Tal nome está ligado as circunstâncias fisiográficas da região, pois nas imediações havia a junção dos dois importantes rios da região (o Paraíba e o Taperoá), sendo que a partir deles, poderia atravessar todo o imenso território da capitania chegando-se, inclusive, as capitanias do Ceará e Rio Grande.

Em 3 de abril de 1750, criou-se a freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. A sede foi uma igreja Jesuíta, provavelmente no local inicial do núcleo urbano e onde atualmente encontra-se a igreja matriz daquele município.

Em 1775 o aldeamento foi elevado à categoria de julgado (Alvará de 17 de abril) recebendo o nome de Cariri Velho. Tal dominação fora atribuída para distinguir de um outro aldeamento missionário instalado décadas antes no Pilar, próximo ao Litoral e que recebera índios Cariris, proveniente do extinto aldeamento da serra de Bodopitá (Fagundes), sendo ali denominado de os Cariris do Pilar.

Em 22 de março de 1800, o julgado foi elevado a categoria de Vila, recebendo o nome de Vila de São Pedro, em homenagem ao príncipe regente de Portugal e suas possessões. A Vila só foi instalada, oficialmente, em 5 de maio de 1803 quando o Sargento-mor José Francisco Alves Pequeno, faz doação do terreno para a edificação dos prédios públicos essenciais para a nova urbes. A partir de 1803, a Vila passa a se chamar Vila Real de São João, agora em homenagem ao príncipe regente D. João.

São João do Cariri tornou-se uma referência na Capitania da Paraíba. Em 1822, quando da independência do Brasil, o território da província fora dividido em três comarcas: a da Capital, a de Campina Grande e a de São João do Cariri (OLIVEIRA, 2006). Os avanços e recuos do processo de categorização de São João do Cariri seguem os problemas políticos e econômicos do período. Na medida em que o tempo passava a rivalidade com Campina Grande aumentava. A Lei Provincial N° 27, de 6 de

julho de 1854, elevou São João a sede de comarca, sendo suprimida em 1930 e revogada pelo decreto N° 403, de 25 de julho de 1933, voltando a ser sede de comarca.

No dia 18 de novembro de 1921, São João do Cariri foi definitivamente elevada a categoria de cidade, com o nome de São João do Cariri (Lei estadual N° 540).

Em meados do século XX, São João do Cariri chegou a ser o maior município, territorialmente falando, do estado da Paraíba, possuindo 3.594 Km² e onze distritos. Em 2007, São João do Cariri em total decadência, possui apenas o seu distrito sede.

8.2.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Furna dos Ossos, em São João do Cariri

Objetivou evidenciar através de sondagens, possíveis materiais arqueológicos que sejam capazes de fornecer subsídios para traçarmos o perfil cultural do grupo étnico Cariri, habitantes da região em apreço.

8.2.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades

Inicialmente avaliou-se o terreno localizando o sítio através de GPS. Ainda nesta primeira etapa foi feita prospecção numa vasta área do entorno do sítio, tomando como limite o riacho Alagamar e alguns tanques naturais existentes na área do sítio.

Levamos em consideração para a escolha do sítio a ser escavado: presença de vestígios de materiais arqueológicos de superfície (ossos humanos, lítico, contas e cerâmica); relato da população local que já conhecia o abrigo rochoso, denominandô-o de Furna dos Ossos.

Para a escavação (sondagem) do sítio arqueológico Furna dos Ossos, em São João do Cariri, seguiu-se as seguintes etapas:

A. Sondagem

Introdução na área a ser escavada de um ferro-sondagem, escalonado a cada 10 cm, objetivando averiguar a profundidade do solo. Foram escolhidos três pontos distintos para o teste, sendo: um ponto na quadrícula 1A, com uma profundidades média de 70

cm; um ponto na quadrícula 2A e outro na quadrícula 2B, ambos com profundidade média de 70 cm. Na quadrícula 1B não foi feito este tipo de atividade. Pois inicialmente não fazia parte de nossos objetivos abrir tal quadrícula.

B. Topografia e coleta de superfície

A campanha deu-se a 23 de fevereiro de 2008 e teve como principal objetivo o de realizarmos a topografia e planta baixa do sítio Furna dos Ossos, bem como levantamento das áreas externas e internas do sítio.

C. Limpeza da área

Paralelo as etapas de levantamento topográfico e coleta de material arqueológico de superfície, foi feita uma primeira limpeza da área do sítio e seu entorno, para facilitar as futuras intervenções na área.

D. A escavação

Ocorreu durante a segunda campanha, durando 05 (cinco) dias. Teve início a 14 de junho e término a 18 do mesmo mês e ano.

O material refugo de superfície foi retirado. Em alguns pontos, como na quadrícula de número 1, retiramos 8 cm de entulho, especialmente fezes de caprinos; na quadrícula 2 retiramos 7 cm de fezes.

A estação foi montada na parte externa do abrigo, a esquerda da área de peneiramento. O acesso a estas áreas se dava por uma das três aberturas para o abrigo. A estação permaneceu neste ponto (PA1) durante toda a atividade desenvolvida no sítio Furna dos Ossos (Figura 74)



Figura 74 - Estação/base para registro dos materiais arqueológicos coletados na escavação.

A área de peneiramento encontrava-se a cerca de 5 metros da escavação, a direita da estação/ base (Figura 75).



Figura 75 - Área de peneiramento da escavação arqueológico do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Inicialmente o sítio foi quadriculado com apenas duas quadriculas 1 e 2. Na medida em que percebemos que materiais arqueológicos afloravam em outras partes do sítio, resolvemos estender as quadriculas, passando a denominá-las de 1A e 1B, 2A e 2B (Figura 76).

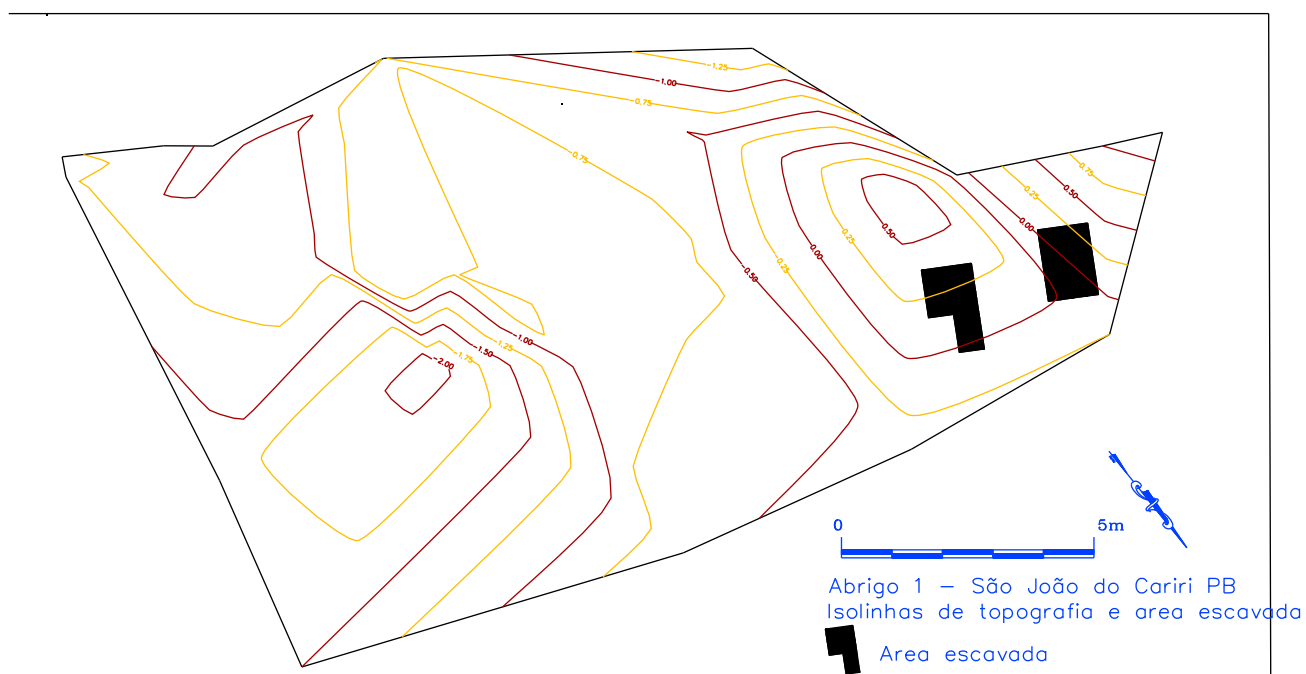


Figura 76 - Planta baixa do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB .

E.Decapagens

A técnica utilizada para as decapagens foi a de níveis artificiais (10 cm), tendo em vista certo grau de depredação em que se encontrava o sítio, tornando-se impossível a técnica de decapagem por níveis naturais.

A seguir sintetizamos todos os pormenores das decapagens realizadas nas quatro quadrículas abertas no sítio Furna dos Ossos:

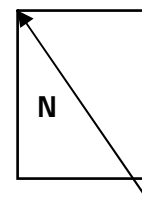
Decapagens da quadrícula 1A

DECAPAGENS	CARACTERISTICAS
Decapagem superficial	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico estava envolvido em um solo argilo-arenoso e envolto a fezes de caprino e outros animais que frequentam o abrigo; - o solo mostrou-se úmido, provavelmente devido a grande quantidade de urina animal; - os ossos humanos recolhidos nesta decapagem encontravam-se friáveis, quebradiços e fragmentados; - O material arqueológico foi retirado seguindo os procedimentos de praxe, como: etiquetamente, acomodação, ensacamento e fotografia.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Foram evidenciados diversos materiais arqueológicos: ossos humanos, dentes humanos e fragmentos de cerâmica; - na metade da decapagem, acerca de 5 cm de profundidade, aflora um imenso bloco de granito; - presença de fezes de animais juntamente com sedimento argilo-arenoso; - os ossos humanos apresentam as mesmas características da decapagem anterior: fragmentados, friáveis e quebradiços; - ao término da decapagem, foi feito os procedimentos de praxe para o recolhimento do material arqueológico.
Segunda decapagem: 10 – 20 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Material arqueológico: ossos humanos, dentes humanos, fragmento de cerâmica, concha e conta de colar; - o solo a partir dessa decapagem muda sua consistência de argilo-arenoso para arenoso-argiloso, com presença de pedras fragmentadas; - ao término da decapagem o material foi coletado recebendo os

	<p>procedimentos de praxe.</p> <ul style="list-style-type: none"> - alguns ossos humanos apresentaram características de terem sido queimados.
<p>Terceira decapagem: 20 a 30 cm (última)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de pouco material arqueológico, apenas poucos ossos humanos e dentes humanos; - nesta profundidade o solo passa a apresentar cor marron escuro; - pela escassez de materiais arqueológicos e a presença do bloco de granito evidenciado desde a primeira decapagem, resolvemos encerrar os trabalhos nesta quadrícula; - ao término desta decapagem os materiais foram coletados e formados os procedimentos de praxe.

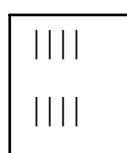
Quadro 39 – Decapagem da quadrícula 1A

Quadrícula 1A - Decapagem de 0 a 10 cm

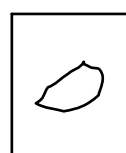


Legenda

Escala: 1 - 100



Sedimentos/material
arqueológico



Ossos humanos dispersos
e evidentes

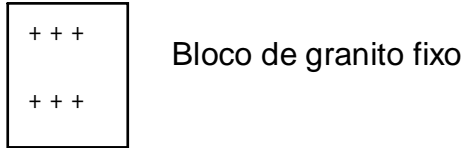
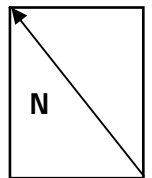
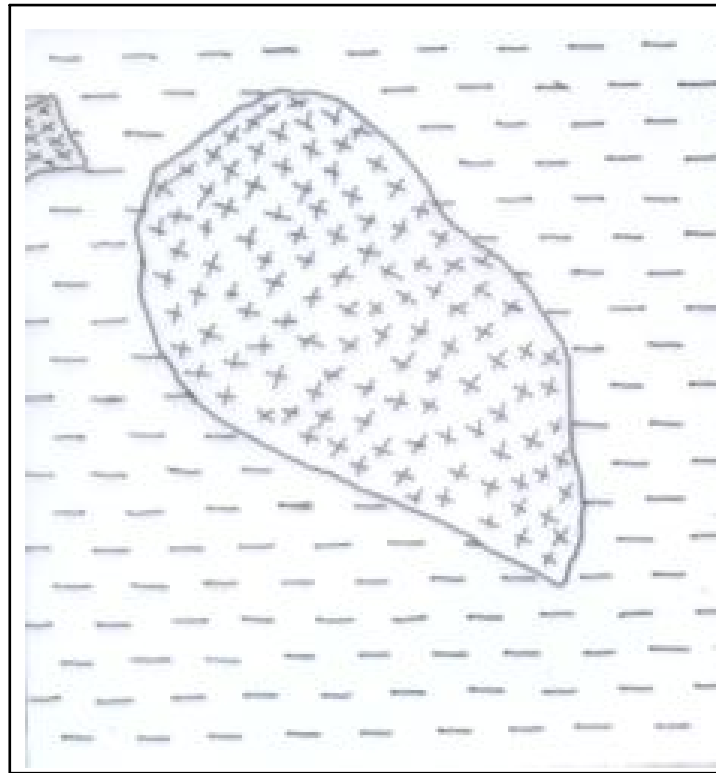


Figura 77 -

Quadrícula 1 A - Decapagem de 10 a 20 cm



Legenda

Escala: 1 - 100

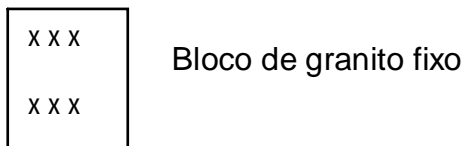
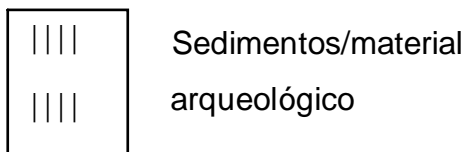


Figura 78 -

Figuras 77 - 78 - Plantas baixas das decapagens da quadrícula 1A



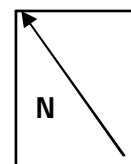
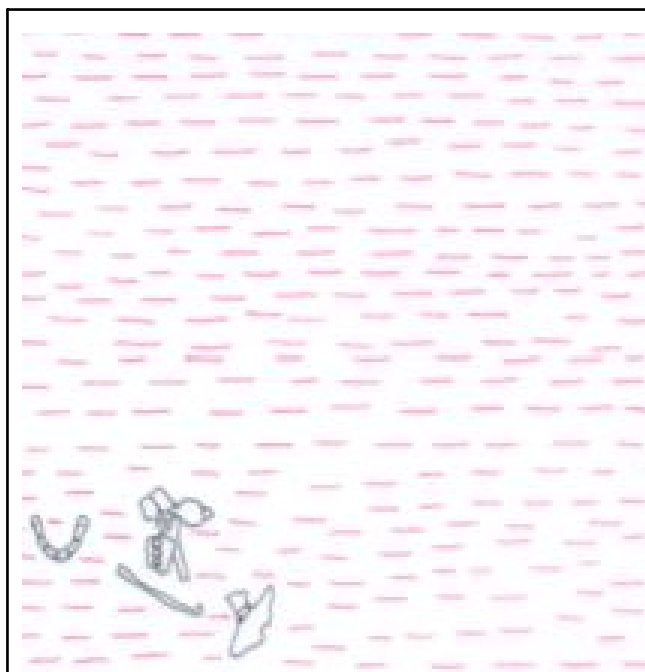
Figura 79 – Quadrícula 1 A – situação do material arqueológico

Decapagens da quadrícula 1B

<p>Primeira decapagem: 0 a 10 cm</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resolvemos estender a escavação da quadrícula 1A para algumas brechas que surgiram no perfil norte da respectiva quadrícula, tendo em vista a grande quantidade de material arqueológico que ali se encontrava. Acreditamos que o material em meio as brechas das rochas foi depositado por vândalos, posterior a inumação daqueles indivíduos; - evidenciado ossos humanos e dentes humanos; - o sedimento argilo-arenoso encontrava-se envolto em fezes e urina de animais; - recolhido o material arqueológico, foram tomados os procedimentos de praxe.
<p>Segunda decapagem: 10 a 20 cm (última)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado começou a escassear-se a medida em que se estreitava as pequenas brechas; - recolhidos ossos humanos, especialmente um úmero, e dentes humanos. Assim como na decapagem anterior, os ossos encontravam-se fragmentados, friáveis e quebradiços; - o sedimento argilo-arenoso encontrava-se envolto à fezes e urina de animais; - recolhido o material, foi tomado os procedimentos de praxe.

Quadro 40 – Decapagens da quadrícula 1B

Quadrícula 1B – Decapagem de 0 a 20 cm

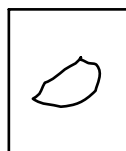


Legenda

Escala: 1 - 100



Sedimentos/material
arqueológico



Ossos humanos articulados

Figuras 80 - Planta baixa da decapagem da quadrícula 1B



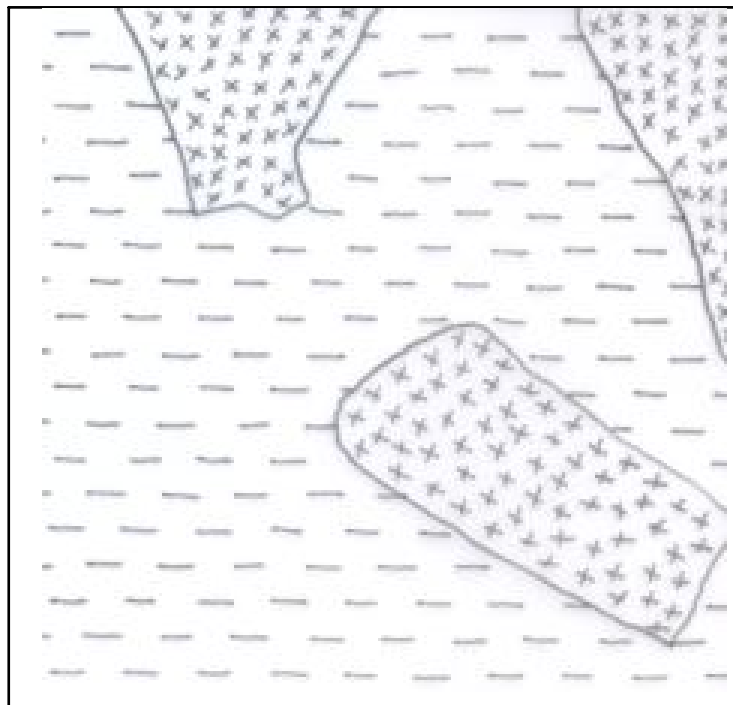
Figura 81 – Quadrícula 1 B – situação do material arqueológico

Decapagens da quadrícula 2A

Decapagem de superfície	- No início da decapagem em meios a uma grande quantidade de fezes de animais, aparecem ossos humanos e dentes humanos; - o sedimento apresentava-se constituído de argila-arenoso; - recolhido o material, foi tomado os procedimentos de praxe;
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	- O sedimento argilo-arenoso encontrava-se envolvido em fezes de animais; - material arqueológico encontrava-se friável e quebradiço; - recolhido o material, foi tomado os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm	- O material arqueológico coletado consistiu de ossos humanos, dentes humanos, contas de colar e cerâmica; - o sedimento apresentava-se arenosa-argiloso e a presença de fezes de animais; - no final da decapagem aparecem pequenos blocos de pedra, em quantidade significativa.
Terceira decapagem: 20 a 30 cm (última)	- O material arqueológico recuperado consistiu de ossos humanos e um fragmento de cerâmica; - o solo passou a apresentar uma coloração marrom escuro, arenoso-argiloso e com uma grande concentração de pequenos blocos de pedra, tornando-se praticamente estéril a presença de materiais arqueológicos, o que nos levou a encerrar a escavação na quadrícula; - recolhido o material arqueológico, foi tomado os procedimentos de praxe

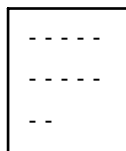
Quadro 41 – Decapagens da quadrícula 2 A

Quadrícula 2A – Decapagem de 20 a 30 cm

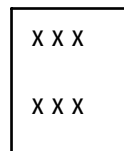


Legenda

Escala: 1/100



Sedimentos/material
arqueológico



Blocos de granito fixosa

Figura 82 - Planta baixa da decapagem de 20 a 30 cm da quadrícula 2A



Figura 83 – Quadrícula 2 A – situação do material arqueológico

Decapagens da quadrícula 2B

Decapagens de superfície e primeira: de 0 a 20 cm	- Esta quadrícula foi uma extensão da quadrícula 2A. Resolvemos abri-la devido a quadrícula 2A ter se mostrado pouco frutífera em termos de materiais arqueológicos. Recolhemos ossos humanos em bom estado de conservação, como: mandíbula, costela, maxila e íliaco, além de dentes humanos e trançado de caroá; - o sedimento era do tipo argilo-arenoso envolto em fezes de animais; - recolhido o material, foram tomados os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem: 20 a 30 cm (última)	- Esta decapagem aconteceu com o objetivo de concluir o processo de evidenciação do material arqueológico descrito na decapagem anterior, assim, as características dos achados e do sedimento são as mesmas, citadas anteriormente, bem como os procedimentos de coleta.

Quadro 42 – Decapagens da quadrícula 2 B.



Figura 84 – Quadrícula 2 B – situação do material arqueológico

OBS.1 – Por se tratar de uma extensão da quadrícula 2 A e a escuridão do ambiente, deixamos de realizar desenhos das decapagens desta quadrícula.

OBS.2 - Na parte externa do abrigo rochoso, onde se encontra a única figura rupestre do sítio arqueológico, em tonalidade vermelha, representando um espiral, na parede suporte de um pequeno abrigo, optamos por abrir uma pequena trincheira no local, medindo 1,60 m de comprimento por 50 cm de largura, objetivando evidenciar possíveis materiais arqueológicos que fossem capazes de nos fornecer informações acerca de uma provável ligação entre os corpos inumados naquela necrópole e os indivíduos que teriam elaborado a pintura rupestre. Denominamos essa sondagem e quadrícula de 3.

Decapagem da quadrícula 3

Primeira decapagem: 0 a 10 cm	- O sedimento da quadrícula mostrou-se do tipo argiloso-arenoso; - Inicialmente apenas a presença de poucas raízes e alguns blocos de rochas soltas; - nenhuma evidência humana foi encontrada nesta decapagem.
Segunda decapagem: 10 a 28 cm (última)	- Prosseguimento da decapagem anterior, com o sedimento apresentando as mesmas características da anterior; - a 28 cm de profundidade tocamos a rocha, o que nos levou a encerrar a sondagem sem que nenhuma evidência humana tenha sido detectada na escavação; - foram tomados os procedimentos de praxe.

Quadro 43 – Decapagens da quadrícula 3 (parte externa do abrigo).

OBS.3 - Não foi elaborado planta baixa dessa sondagem por não ser evidenciado nenhum material arqueológico.



Figura 85 - Sondagem 3, parte externa do sítio Furna dos Ossos.

Observações gerais:

A quadrícula 1A foi finalizada na decapagem de número três (20 – 30 cm);

a quadrícula 1B foi finalizada na decapagem de número dois (10 – 20 cm);

a quadrícula 2A foi finalizada na decapagem de número três (20 – 30 cm);

a quadrícula 2B foi finalizada na decapagem de número dois (20 – 30 cm);

a trincheira (quadrícula 3), foi finalizada na decapagem de número dois (10 – 28 cm);

em nenhuma das quadrículas que receberam o ferro/teste/sondagem (com média de 70 cm de profundidade), foi escavada a tal profundidade, tendo em vista que o material arqueológico evidenciado já respondia nossas perguntas e hipóteses, bem como, o solo se comporta de forma estéril a partir dos 30 cm de profundidade.

8.2.3. O sítio (descrição)



Figura 86 – Sítio arqueológico Furna dos Ossos, São João do Cariri, vista panorâmica (parte interna).

Trata-se de um pequeno serrote cujo dorso é formado por vários blocos de granito, organizado de forma, a formar um abrigo rochoso com três aberturas. A cavidade natural interna, em meio a espigões rochosos que aflora mede cerca de 5x5. A única figura rupestre, em tonalidade vermelha, encontra-se na parte externa do abrigo.

O serrote foi denominado pela população local de Furna dos Ossos graças aos ossos humanos que aflora o solo do abrigo.

O local é uma necrópole indígena onde acreditamos tratar-se de enterramentos dos índios Cariris e seus ancestrais, levando em consideração o cartograma de Elias Borges (Figura 12). A literatura tem nos informado que a região era ocupada pelos índios Cariris, sendo extintos na região por motivos diversos entre os séculos XVIII e XIX.

8.2.3.1. O cemitério

O sítio Furna dos Ossos, comprovadamente, é uma necrópole indígena, tendo em vista a grande quantidade de ossos humanos e outros materiais arqueológicos

identificados e resgatados no local, seja durante a escavação ou quando das primeiras atividades de prospecção.

8.2.3.2. Localização

Encontra-se o sítio nas seguintes coordenadas geográficas: Altitude: 480 metros em relação ao nível do mar; Latitude Sul: 07° 27' 08,6''; Longitude Oeste: 36° 30' 31,4''. O sítio encontra-se a Oeste da cidade sede.

A necrópole está na propriedade denominada de Farias, na localidade Alagamar. O serrote onde se encontra os vestígios arqueológicos pertence aos herdeiros de Ademar Gaudino de Farias.

O sítio arqueológico dista cerca de 11 km para a cidade sede do município. O acesso dar-se saindo de São João do Cariri pela BR-412, sentido Monteiro. Acerca de 1 km de São João do Cariri, entra-se à esquerda em estrada carroçável, mal conservada, até chegar na região de Alagamar. O sítio encontra-se a 500 mts, a esquerda de uma imensa pedreira, na época da escavação estava desativada. O acesso é fácil, apesar da estrada não oferecer boas condições de tráfego.

8.2.3.3. Estado de conservação do sítio

O Sítio Furna dos Ossos, encontrava-se vandalizado com ossos humanos, dentes humanos, contas de colar, fragmentos de cerâmica e lítico aflorando no solo arqueológico. Apenas alguns poucos fragmentos de cerâmica foram coletados e enviados para datação.

No sítio Furna dos Ossos não recebemos a visita de estudantes do município, tendo em vista as fortes chuvas do período que torna a estrada carroçável intransponível, apenas recebemos a visita de moradores locais.

8.2.3.4. O entorno

Identificamos acerca de 500 metros do abrigo rochoso onde encontra-se o sítio Furna dos Ossos, o riacho Alagamar, que mesmo no período das estiagens é possível encontrar algumas fontes de água, são os olhos d'água, que saciam a sede dos humanos e animais. Acerca de 250 metros do sítio existem afloramentos de granito, onde nestes, existem tanques naturais, alguns deles com até dois metros de

profundidade por até quatro de largura e em torno de dez metros de comprimento, podendo acumular água por vários anos. Neste local, fora coletado fragmentos de cerâmica idênticos aos obtidos no sítio.

O sítio em si está localizado num local visível à distância, de todos os ângulos, sendo que estas características têm sido comum em outros cemitérios da região (Figura 87).

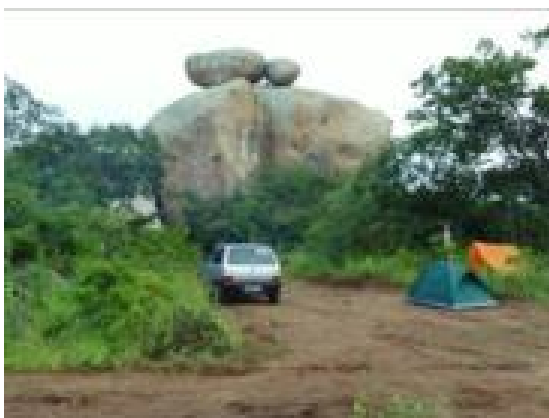


Figura 87 – Vista geral do serrote onde se localiza a Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB (parte externa).

A temperatura, medida no período em que procedemos à escavação, no mês de junho, em período das chuvas foi de: internamente 22°C, externamente 27°C, a temperatura foi verificada as 12h00.

Atualmente a área do entorno do serrote encontra-se degradada, especialmente uma serra a direita do abrigo rochoso que foi praticamente demolida para a retirada de granito. O próprio serrote onde se localiza a Furna dos Ossos foi, em parte, explodido.

A vegetação do entorno é constituída por caatinga herbácea/arbustiva, sendo que hoje já prevalece plantios de culturas de subsistência (milho e feijão) e a predominância de plantas exóticas como o aveloiz e algaroba, que dão uma conotação de verde a região. Economicamente falando, a área do entorno do sítio é utilizada para a exploração de granito, agricultura e atividade criatória (caprino e bovinos).

Não existe nas imediações, ao menos num raio de 1 km, nenhum outro sítio arqueológico. Entretanto, nos informaram os moradores da região que, na serra em que se processa a retirada de granito, havia um outro sítio arqueológico, de arte rupestre.

No município de São João do Cariri já foi identificado mais duas necrópoles, distante cerca de 8 km da que fora escavada.

No entorno do sítio Furna dos Ossos identificamos várias espécies de vegetais e animais que é possível ter sido utilizadas como fonte básica de subsistência pelo grupo humano que ali viveu e sepultou seus mortos. Tais informações nos foram repassada pelo guia local, o prof. Nivaldo Maracajá.

FLORA	
VERNÁCULO	NOME CIENTÍFICO
Algaroba	<i>Prosopis juliflora Sw DC</i>
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva Fr. All.</i>
Aveloz	<i>Euphorbia spec.</i>
Baraúna/Braúna	<i>Schinopsis brasiliensis var. glabra Engl.</i>
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis Tul.</i>
Capa-bode	<i>Bauhinia forficata</i>
Caruá	<i>Neoglaziovia spec.</i>
Combeba (Flor de Cacto)	<i>Opuntia spec.</i>
Cordeiro	<i>Spec</i>
Facheiro	<i>Pilosocereus spec</i>
Favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i>
Jurema branca	<i>Pithecolobium dumosum Benth.</i>
Jurema de embira	<i>Mimosa ophthalmocentra Mart.</i>
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora Willd.</i>
Macambira de campo	<i>Encholirium spec.</i>
Macambira de pedra	<i>Encholirium spec.</i>
Malva amarela	<i>Malva spec.</i>
Malva branca	<i>Malva spec.</i>
Marmeleiro	<i>Croton spec.</i>
Marmeleiro branco	<i>Croton spec.</i>
Mata de serrote	<i>Spec</i>
Mororó	<i>Bauhinia spec.</i>
Mufumbo	<i>Combretum leprosum Mart & Eicher</i>
Palmatória	<i>Opuntia spec.</i>
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium Mart.</i>
Umburano	<i>Amburana cearensis (Fr. All.) Smith</i>
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa Arruda</i>
Urtiga branca	<i>Lamium album L.</i>
Urtiga preta	<i>Fleurya aestuans L</i>
Xique-xique	<i>Pilosocereus spec.</i>

Quadro 44- Espécies vegetais do entorno do sítio Furna dos Ossos.

8.2.3.5. Circunstâncias dos achados

O sítio Furna dos Ossos é um serrote que devido a queda de blocos, em tempos imemoriais, criou um abrigo rochoso, utilizado pelos índios da região como cemitério.

Entre os blocos caídos e deslocados da parte interna do abrigo, aflora o material arqueológico (lítico, cerâmica, contas de colar e especialmente dentes e ossos humanos). No geral o material arqueológico apresenta-se fragmentado.

O cemitério é marcado pela presença de figura rupestre. Não sabemos se a pintura rupestre foi elaborada pelo grupo que ocupou o sítio como necrópole. As necrópoles da região apresentam em sua maioria figuras rupestres. Entretanto, acreditamos que os índios do pós-contato (Cariris) escolhiam estes ambientes para a prática de suas atividades fúnebres, por questões ambientais que lhes proporcionava segurança aos restos mortais dos falecidos.

Do abrigo rochoso, em suas três entradas, tem-se uma visão panorâmica e ampla do entorno. Tal característica também foi observada em outras necrópoles de região dos Cariris Velhos da Paraíba.

No solo do abrigo encontramos várias placas que se desprenderam do teto do mesmo, mas sem que fossem verificados indícios de figuras rupestres, bem como em algumas partes do abrigo identificamos fuligens provenientes de fogueiras recentes, feitas por caçadores.

Nas extremidades do local onde fora escavado, há algumas brechas entre as rochas onde existem materiais arqueológicos. Acreditamos terem sido ali colocados numa situação pós-deposicional, talvez por vândalos em busca de botijas.

Existe uma pequena parede de blocos de pedras amontoadas em uma das extremidades do abrigo, sendo comum nos sítios arqueológicos da região. Não sabemos tratar-se de obra recente ou não.

De forma geral, o material arqueológico ali encontrado estava fora de contexto, mas que servirá, dentro de nossas possibilidades, para traçar o perfil cultural do grupo humano que ocupou a região no período do pré e pós-contato.

8.2.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

O material arqueológico oriundo da escavação do sítio Furna dos Ossos é constituído de: ossos e dentes humanos, fragmentos de cerâmica, material lítico, contas de colar de ossos e conchas de moluscos.

8.2.4.1. Lítico

A coleção lítica coletada no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri, constitui-se de 06 (seis) peças, assim distribuídas:

QUADRÍCULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS/REFERENCIAS
1 A	Superfície	02 SJC – 01 - 06 - 01 SJC – 01 - 06 - 02
2 A	10 – 20 cm	01 SJC – 01- 020 - 01 SJC – 01- 020 - 01
2 B	Superfície	01 SJC – 01- 050 - 01 SJC – 01- 050 - 01
Superfície	Superfície	02 SJC – 01 - 04- 01 SJC – 01- 04 - 02
Total de peças líticas: 06		
Quadricula 1A = 02; 2A = 01; 2B = 01; superfície = 02		

Quadro 45 - Coleção lítica proveniente da escavação do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Os Quadros 46 e 47 sintetizam a tipologia e a quantidade de peças líticas coletadas no sítio Furna dos Ossos.

MATERIAL LÍTICO COLETADO – SÍTIO CEMITÉRIO FURNA DOS OSSOS – SÃO JOÃO DO CARIRI – PB	
PEÇAS	QUANTIDADE
Peças líticas > 3 cm de comprimento	04
Peças líticas > 2 cm de largura	04
Peças líticas > 0,5 cm de espessura	06
Bordo ativo > 0,2 cm	06

Quadro 46 - Material lítico coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

MATERIAL LÍTICO – ANÁLISE DA COLETA DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS – SÃO JOÃO DO CARIRI – PB		TOTAL DE PEÇAS
Peças com desgastes		05
Peças polidas		--
Peças com retoques secundários		03
Artefatos bifaciais		04
Peças simplesmente lascadas		06
Tipologias	Facas	
	Pontas	
	Mós	
	Polidores	

	Lascas (peq. Porte)	03
	Núcleos	03
Prevalência do tipo de material		
Matéria – prima básica	Quartzos diversos	03
	Sílex	02
	Calcedônia	01
	Outros	
Tratamento térmico		

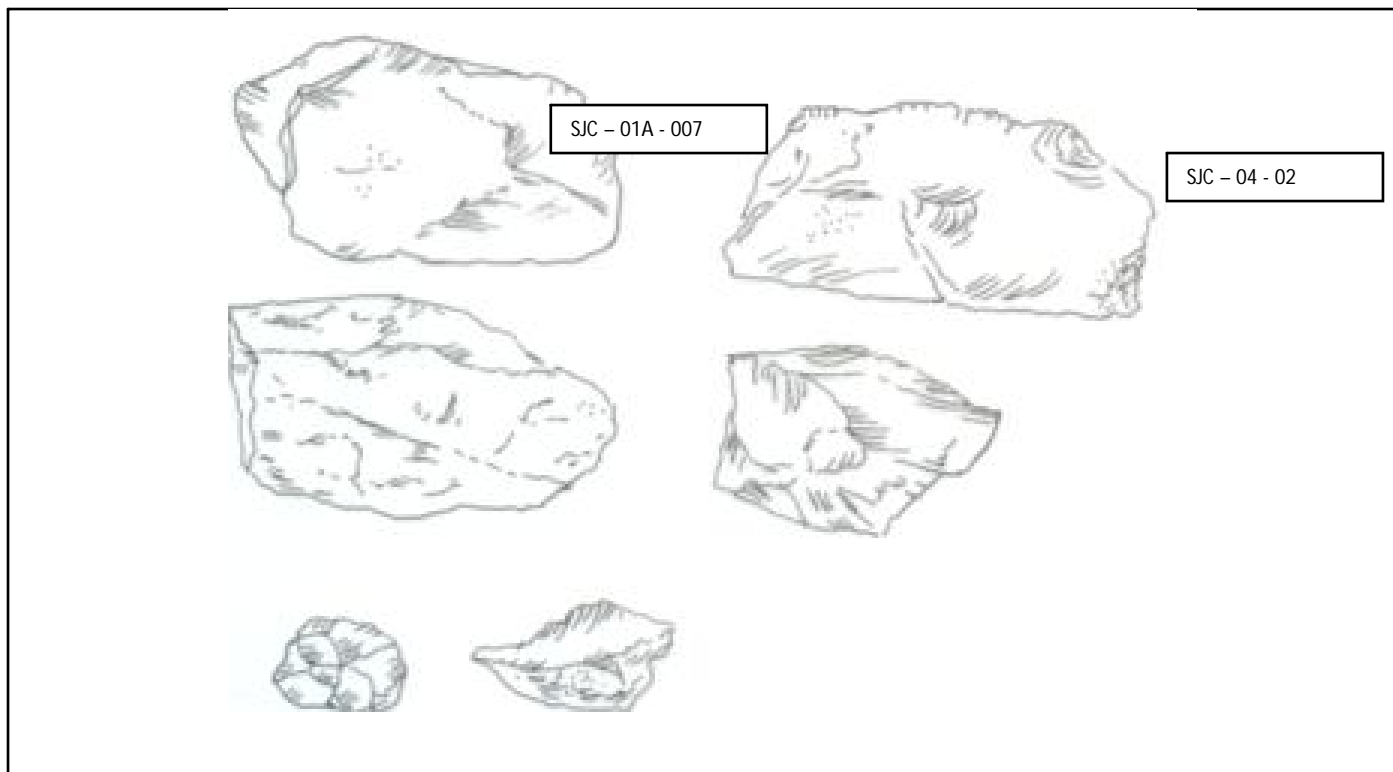
Quadro 47- Material lítico do sítio Furna dos Ossos – São João do Cariri – PB.

Todas as peças líticas da coleção são exógenos ao tipo de rocha existente dentro do abrigo (granito). Acreditamos que tais materiais lascados são provenientes das imediações do próprio sítio, já que, no riacho Alagamar e em suas proximidades, existem grande quantidade de material (quartzo diversos, em sua maioria), que poderia ser utilizado para o fabrico de certas peças.

Identificamos como forma de lascamento das peças, o mesmo tipo identificado no sítio Pinturas I, em São João do Tigre, tratando-se da técnica de lascamento escamado, tipo folheamento, provavelmente produzidos com percutores de madeira, pouco quebradiço, mais resistente do que quartzo, abundante na região; pode ter sido utilizado ossos ou outros tipos de rochas, mais duras e resistentes, para o processo.

Assim, obtivemos: raspadores (lascas) = 02 peças; 2. núcleos = 03 peças; 3. lâminas pontudas = 00 peças; 4. lascas = 01 peças

Os desenhos esquematizados que se seguem servem de demonstrativo da coleção lítica do sítio Furna dos Ossos:



Figuras 88 - Desenhos esquematizados da coleção lítica do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB, (tamanho natural).



Figura 89 - Fotografia do material lítico coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

8.2.4.2. Material cerâmico

A coleção cerâmica coletada no sítio Furna dos Ossos é representada por trinta e um (31) fragmentos, sendo que desse universo 20 fragmentos foram coletados fora da área escavada (Quadro 48):

CERÂMICA – SÍTIO FURNA DOS OSSOS – SÃO JOÃO DO CARIRI – PB		
QUADRICULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS
1 A	10 – 20 cm	01 SJC – 01- 21- 01 SJC – 01- 21- 01
2 A	0 – 10 cm	01 SJC – 01- 12- 01 SJC – 01- 12- 01
2 A	10 – 20 cm	01 SJC – 01- 24- 01 SJC – 01- 24- 01
2 A	20 – 30 cm	02 SJC – 01- 31- 01 SJC – 01- 31- 02
2 B	Superfície	01 SJC – SUP – 01- 05- 01 SJC – SUP – 01- 05- 01
Superfície (área do sítio)	Superfície (entorno)	01 SJC – SUP – 01- 03- 01 SJC – SUP – 01- 03- 01
Superfície (área do sítio)	Superfície	03 SJC – SUP – 01- 01- 01 SJC – SUP – 01- 01- 03
Superfície (fora do sítio)	Superfície	20 SJC – SUP – 01 SJC – SUP – 20
Superfície	Superfície	01 SJC – SUP – 01 SJC – SUP – 01

Quadro 48 - Fragmentos de cerâmica coletado na escavação e entorno do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Da escavação e do entorno, obtivemos de alguns fragmentos de cerâmica recuperados as seguintes reconstituições e informações (Quadro 49). A cerâmica do sítio Furna dos Ossos foi agrupada a partir da reconstituição e daí a função da utilização funcional (Quadro 50), num total de uma (01) peça:

RECONSTITUIÇÃO DAS PEÇAS CERAMICAS DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS		
TIPO	QUANTIDADE	SERVENTIA/ FUNÇÃO
Panela		
Jarro		
Tigela	01	Cozinhar alimentos, guardar água.
Prato/ Assador		
Outros		
Total de peças reconstituídas:		

Quadro 49 - Reconstituição da cerâmica do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

A cerâmica do sítio Furna dos Ossos, ainda foi trabalhada quanto à análise tecno-tipológica, conforme o Quadro 50, a seguir:

CERÂMICA RECONSTITUÍDA DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS – SÃO JOÃO DO CARIRI – PB		
ANÁLISE TECNO-TIPOLOGICA		QUANTIDADE
Tipos	Lábios (bordas)	01
	Apontado	01
	Plano ou achatado	
	Bisilado	
	Redondo ou arredondo	
	Dentado ou serrilhado	
Tipos	Borda	01
	Direta	01
	Reforçada externamente	
	Introvertida	
	Cambada	
	Vertical	
	Contraída	
	Extrovertida	
Tipos	Base	06
	Plana	
	Convexa	
	Semi-convexa	
	Outros	
	Bojo (diversos)	23

Quadro 50 - Total de fragmentos de cerâmica do sítio Furna dos Ossos.

A quantidade de fragmentos cerâmicos identificado no sítio Furna dos Ossos está assim constituído, conforme o Quadro 51:

FRAGMENTOS DE CERÂMICA DO SÍTIO FURNA DOS OSSOS
Base - 06 fragmentos
Bojo – 23 fragmentos
Borda – 02 fragmentos

Quadro 51 – Fragmentos de cerâmica coletados no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

A Figura que se segue mostra a peça reconstituída no sítio Furna dos Ossos, a partir de um fragmento de borda.

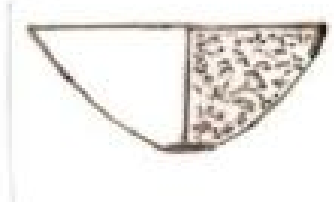
	Escala: 1:10
	Comprimento total (diâmetro) 38cm
	Altura: 16cm
	Etiqueta: SJC – 01 – 05 – 01
	Recomposição a partir da borda direita (3,9 cm)
	Peça: Tijela

Figura 90 – Peça reconstituída através de fragmento de cerâmica coletado no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Para a metodologia da análise da cerâmica do sítio Furna dos Ossos, repetiu-se a mesma utilizada no sítio Pinturas I, em São João do Tigre – PB.

8.2.4.2.1. Itens da ficha de análise de reconstituição da cerâmica do sítio Furna dos Ossos

1. Reconstituição da peça

A peça foi reconstituída a partir do fragmento de borda direita.

2. Manufatura

As figuras que se seguem servem de demonstrativo de parte do material cerâmico coletado no sítio Furna dos Ossos e seu entorno.



Figura 91 – Decoração externa alisada



Figura 92 – Decoração externa com incisão

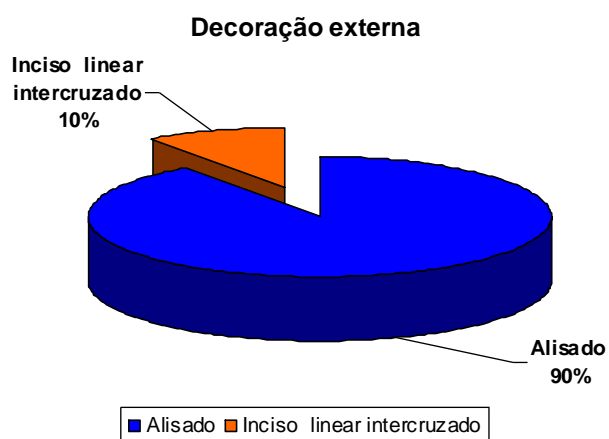


Gráfico 5 – Decoração externa, em percentagem, da cerâmica do sítio Furna dos Ossos.

3. Decoração externa

Alisado: 90 % (28 fragmentos);

Inciso linear inter cruzado: 10 % (3 fragmentos).

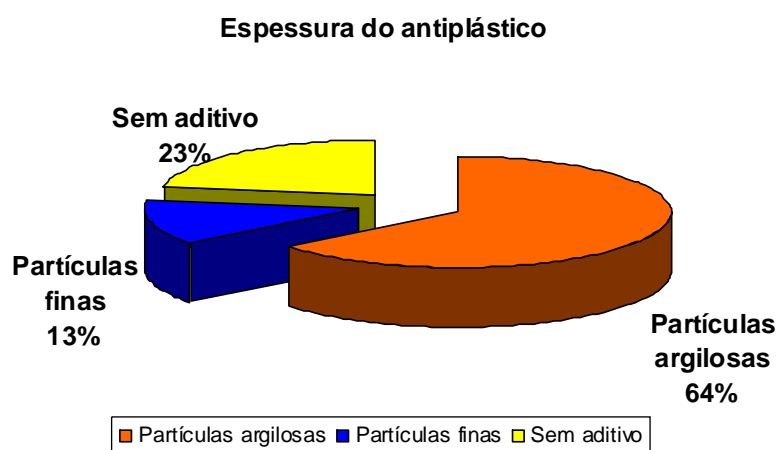


Gráfico 6 – Espessura do antiplástico da cerâmica do sítio Furna dos Ossos.

Partículas argilosas: 64 % (20 fragmentos);

Partículas finas: 13 % (04 fragmentos);

Sem aditivo: 23% (07 fragmentos).

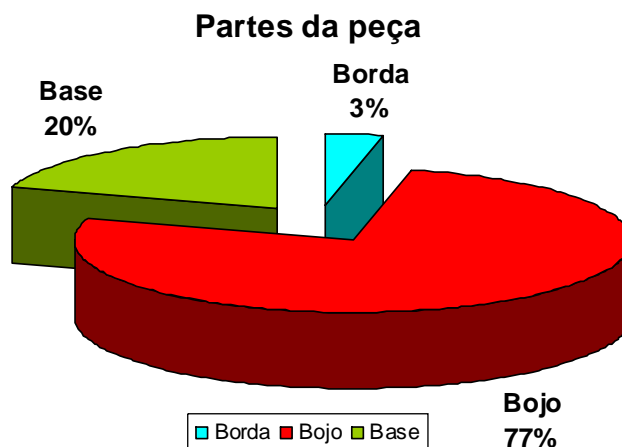


Gráfico 7– Partes das peças coletadas no sítio Furna dos Ossos.

Borda: 3% (01 fragmento);

Base: 20% (06 fragmentos);

Bojo: 77% (23 fragmentos).

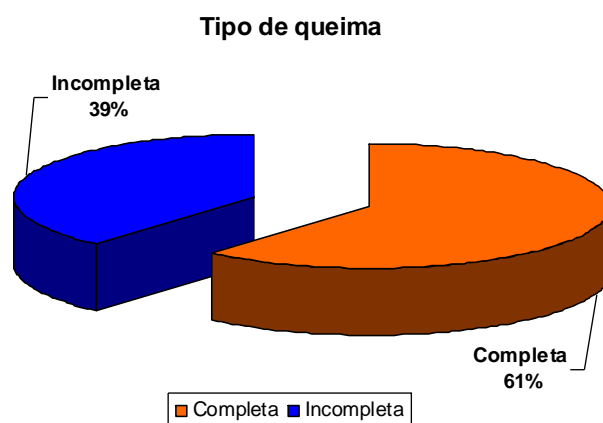


Gráfico 8 – Tipo de queima da cerâmica do sítio Furna dos Ossos.

Queima completa: 61% (19 fragmentos);

Queima incompleta: 39% (12 fragmentos).

Os dados expostos e as figuras representativas demonstram a heterogeneidade da cerâmica utilizada por aquele grupo humano, demonstrando amplo conhecimento da cadeia operatória do fabrico de peças.

A cerâmica do sítio Furna dos Ossos, no tocante a sua forma/tipologi/serventia é praticamente idêntica a coletada no sítio Pinturas I, o que atribuímos terem procedência de um mesmo grupo étnico, detentores dos mesmos conhecimentos operacionais.

Deixamos de realizar outras análises por não identificarmos certos componentes essenciais às análises das cerâmicas.

8.2.5. Adornos e enfeites corporais

Não encontramos evidências de peças completas que serviram como adorno corporal, tipo colar, no sítio Furna dos Ossos, nem tampouco peças de ossos ou outro material que indicasse seu uso como adorno ou parte do enxoval fúnebre. O material limita-se a poucas contas de colar, tendo em vista o elevado grau de depredação do sítio. O Quadro 52 e a Figura 93 a seguir servem de demonstrativo dos adornos corporais daquela necrópole.

ADORNOS CORPORAIS	CARACTERÍSTICAS	QUANTIDADE
Contas de colar de osso	Pequenas contas de osso esférica, com perfuração central, apresentando 0,6 cm de comprimento e 0,2 de largura.	06
Conta de colar de pedra/mineral	—	—

Quadro 52 - Adornos corporais do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.



Figura 93 - Adornos corporais coletados no sítio Furna dos Ossos (*in situ*), São João do Cariri – PB.

Esses adornos são idênticos aos encontrados no sítio Pinturas I, bem como, são largamente citados pela literatura enquanto material utilizado pelos grupos Tapuias da região, especialmente os índios Cariris.

8.2.6.Ossos humanos do sítio Furna dos Ossos

8.2.6.1.Ossos humanos (análise dos resultados)

As análises dos ossos humanos foram feitas no laboratório de Anatomia Humana, do Departamento de Ciências Biológicas da UEPB, que teve a frente das atividades o prof. Rômulo Douglas.

Os aspectos básicos analisados foram:

1.Paleodemográfico; 2. Morfológico; e, 3. Paleopatológico.

O material analisado proveniente do sítio Furna dos Ossos encontra-se fragmentado e friável. Somou-se cerca de 750 fragmentos de ossos humanos, sem que também fosse incapaz de observar se haviam ou não diferenças significativas entre o estado de fragmentação de indivíduos adultos, jovens e crianças. Os ossos longos são os mais fragmentados e os menores e pequenos os mais densos. Essas características foram às mesmas observadas no sítio Pinturas I, em São João do Tigre – PB, que recebeu o mesmo tratamento, com relação aos aspectos qualitativos e quantitativos.

O quadro 53 demonstra os ossos coletados no sítio Furna dos Ossos, em São João do Cariri – PB.

TIPO DE OSSO	NÚMERO TOTAL DE FRAGMENTOS (N1)	NÚMERO DE FRAGMENTOS INDIVIDUAIS (N2)	NÚMERO MÍNIMO DE INDIVÍDUOS (N3)	ACIDENTE DO OSSO UTILIZADO COMO INDIVIDUALIZADOR NA CONTAGEM
CALCANEIO	1	1	1	O próprio osso
QUADRIL	2	2	1	Acetábulo
CARPO	23	3	3	Ossos semilunares
MANDIBULA	1	1	1	Gônio
MAXILA	3	1	1	Fragmentos isolados
FRONTAL	1	1	1	Arco frontal

CLAVICULA	1	1	1	Corpo
UMERO	5	5	3	Tróclea
TALUS	5	5	3	O próprio osso
FALANGES	45	-	-	Não foram individualizados
VERTEBRAS	18	1	1	Atlas
COSTELAS	14	3	2	1º par
METACARPO E METATARSO	25	-	-	Não foram individualizados
TIBIA	7	4	4	O próprio osso

Quadro 53 – Ossos coletados no sítio Furna dos Ossos e resultados das análises.

8.2.6.2. Considerações

Para todos os ossos o valor obtido para o N3, quando este apresentou casa decimal, foi elevado para mais, considerando dessa forma o número inteiro imediatamente superior. Dessa forma, existindo 7 repetições para um identificador de um osso, por exemplo a Tíbia, o N3 foi obtido dividindo-se o valor de N2 por 2, já que existem 2 Tíbias no corpo humano, obtendo-se 3,5 indivíduos, valor este considerado como 4 indivíduos.

Para as Falanges e os ossos do Carpo não foram feitas individualizações para estimar-se o N2 e conseqüentemente não foi obtido também o N3. Poderia até ser obtido dividindo-se o N1 pelo número de falanges e carpos existentes no corpo, 28 e 16 respectivamente, mas o resultado obtido poderia ser pouco confiável.

Alguns ossos, tais como a Maxila, estavam extremamente fragmentados, e a individualização para a estimativa do N2 foi simplesmente separando-se o material menos fragmentado e observando-se aqueles que não poderiam pertencer a um mesmo osso.

Estranhamente para o material coletado em São João do Cariri não foram encontrados fragmentos do osso Temporal.

O NMI obtido para o sítio Furna dos Ossos foi de quatro (04) indivíduos, a partir da análise da Tíbia.

Observou-se haver indivíduos de todas as faixas etárias de idade inumados na necrópole do sítio Furna dos Ossos.

Não foi possível a realização de números que aferissem sexo (Paleodemografia) tendo em vista o elevado grau de fragmentação dos ossos.

Acreditamos tratar-se de uma população, também, natural, a muito fixada na região, bem como é possível existir no local indivíduos de toda a idade e sexo.

Inúmeros fragmentos de ossos humanos não se prestaram para análise e identificação.

Não foram realizadas análises métricas de crânio, da mesma forma que os ossos póscraniano. Trabalhou-se apenas com análises métricas aproximadas de fragmentos de ossos longos e curtos.

Analisou-se também a existência de patologias degenerativas e infecciosas, traumáticas, chegando-se as seguintes conclusões: observou-se que a artrose é a patologia mais frequente como a do tipo degenerativo; não foi possível analisar se os indivíduos ali inumados pereceram de lesões infecciosas ou traumáticas, o de outros casos agudos (doenças virulentas) ou de acidentes fatais, pois os ossos observados não deixaram transparecer anomalias capazes de indicar tais problemas; não foi possível identificar possíveis cuidados médicos dos indivíduos.

8.2.6.3. Comentários

Os mesmos cuidados que foram tomados com os ossos do sítio Pinturas I, como evitar exposição ao calor e raios solares, escavando-se a partir de suas laterais, por cima e por baixo e o bom acondicionamento dos mesmos, foram tomados com relação à exumação no sítio Furna dos Ossos.

A Figura 94 serve de demonstrativo para mostrar as reais situações em que se encontravam os fragmentos de ossos do sítio Furna dos Ossos, com fragmentos de um ou mais indivíduos fora de contexto.



Figura 94 - Situação em que os ossos humanos apresentavam no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Os ossos humanos analisados mostram evidências de alterações físicas-química e mecânica.

Não tivemos condições de analisar se o tipo de enterramento seria primário ou secundário, mas como encontramos fragmentos de trançado de caroá, é possível que se trate de enterramento primário, já que era costume envolver os indivíduos em sua rede ou em tapetes de caroá e assim inumá-los (Figura 95).

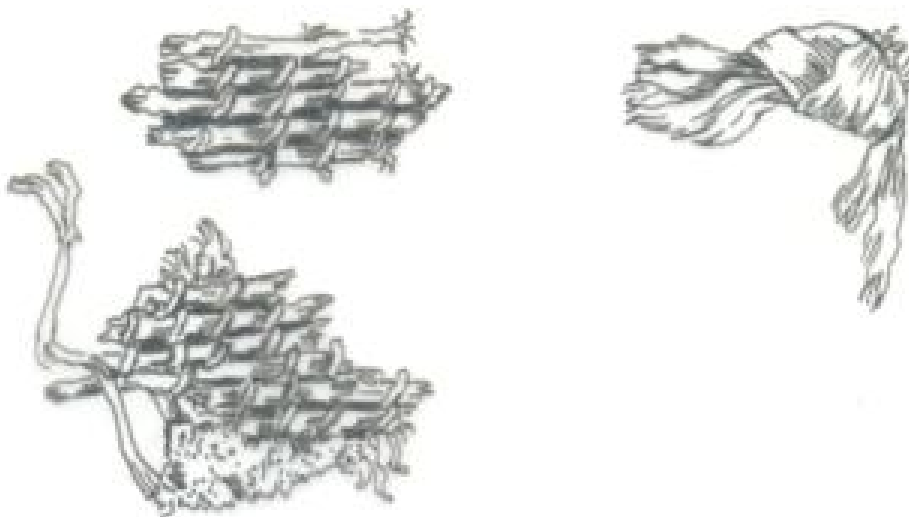


Figura 95 - Trançado de caroá em que os indivíduos do sítio Furna dos Ossos estavam envolvidos.

Não dá para afirmar ou negar se os indivíduos, envoltos no trançado, pertenciam a certas castas sociais, denominando status dentro do grupo.

Não foi identificado o tipo de cova nem tampouco a posição em que os indivíduos foram inumados, como também, sua orientação dos corpos no evento.

Identificamos, mesmo com o elevado grau de deterioração dos ossos, que alguns deles apresentavam processos degenerativos através de Osteofitose.

8.2.7. Análise de dentes humanos

A partir da análise de um universo de 104 (cento e quatro) elementos e fragmentos dentários descobertos no Sítio Furnas dos Ossos, na localidade de São João do Cariri, no estado da Paraíba, extraídos de camadas estratigráficas e em nível superficial, realizou-se uma seleção inicial em que se utilizou o critério de confiabilidade e qualidade do material, obtendo assim, uma amostra de 67 (sessenta e sete) elementos dentários.

Posteriormente dividiu-se essa amostra de acordo com sua dentição, sendo 13 (treze) da dentição decídua (“dentes de leite”) e 54 (cinquenta e quatro) da permanente (“dentes de osso”). Em seguida foi realizada a separação desses elementos em grupos (Tabela 4 e 5). Após essa divisão, foi encontrado o maior número de elementos nos grupos dos Incisivos laterais inferiores direitos e segundos premolares inferiores direitos, podendo estimar um número mínimo de quatro (04) indivíduos adultos (ver Tabela 5). Em relação à dentição decídua, o grupo de elementos mais prevalentes foi o de caninos superiores esquerdos, com uma estimativa de um número mínimo de quatro (04) crianças (ver Tabela 6). Também foi analisada a prevalência de cárie dentária a partir da inspeção visual e quando não possível utilizou-se a técnica radiográfica do tipo periapical. Constatou-se que 4 (quatro) elementos apresentavam-se cariados de um total de 67 (sessenta e sete), isto é, um índice de 5,97% de dentes cariados (Tabela 6). Índice considerado significativamente baixo, levando em consideração às condições de vida desses indivíduos. Foi observado também, o nível de abrasão desses elementos, e foi constatado índice alto de abrasividade, sugerindo dessa forma, um consumo de alimentos extremamente consistentes, fibrosos e abrasivos. Com relação a idade cronológica dos indivíduos, não foi possível afirmar com exatidão. Porém, chegamos a conclusão que a amostra era constituída seguramente por crianças (abaixo de 12 (doze) anos de idade) e adolescentes, uma vez que haviam dentes decíduos e permanentes jovens (com raízes não totalmente formadas - molares permanentes no estágio 6 a 8 de Nolla). Deduzimos também que possivelmente existiam adultos jovens e de meia idade, levando-se em consideração principalmente o grau de abrasividade

dos dentes permanentes. Havia dentes com alto grau de abrasividade em nível de dentina e bem próximo à polpa dentária, sugerindo dessa forma, adultos de meia idade, já que a expectativa de vida desses indivíduos raramente ultrapassava os quarenta anos de idade (Figura 96). Já os de baixa e média abrasividade foram enquadrados como adultos jovens.



Figura 96 – Dentes com elevado grau de abrasividade proveniente do sítio Furna dos Ossos.

TABELA 4 - Distribuição absoluta dos elementos dentários permanentes.

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Incisivos Centrais	Superior	Direito	3
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	1
Incisivos Laterais	Superior	Direito	1
		Esquerdo	2
	Inferior	Direito	4
		Esquerdo	3
Caninos	Superior	Direito	3
		Esquerdo	3
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	1
1ºs Pré-molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	1

	Inferior	Direito	2
		Esquerdo	1
2ºs Pré-molares	Superior	Direito	2
		Esquerdo	3
	Inferior	Direito	4
		Esquerdo	2
1ºs Molares	Superior	Direito	0
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
2ºs Molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	2
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
3ºs Molares			6
TOTAL			54

TABELA 5 - Distribuição absoluta dos elementos dentários decíduos.

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Incisivos Centrais	Superior	Direito	2
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
Incisivos Laterais	Superior	Direito	2
		Esquerdo	3
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
Caninos	Superior	Direito	0
		Esquerdo	4
	Inferior	Direito	1

		Esquerdo	0
1ºs Molares	Superior	Direito	0
		Esquerdo	0
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
2ºs Molares	Superior	Direito	0
		Esquerdo	0
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
TOTAL			13

Tabela 6 - Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental.

Saúde dental	Valor Absoluto	Valor percentual (%)
Hígido	63	94,03
Cariado	4	5,97
TOTAL	67	100

Número Total de Dentes analisados: 67

Número Total de Dentes Cariados: 04

Número Total de Dentes em Formação (Estágio de Nolla) – Em torno de 12

NMI : 08 indivíduos, sendo 04 criança e 04 adultos.

8.2.7.1.Dentes (comentários)

Devido ao elevado grau de depredação do sítio, a grande maioria dos dentes estavam desarticulados, sofrendo queda pós-deposicional; outros casos, maxila e mandíbula foram coletados fragmentados e com alguns dentes inseridos (Figura 97). Afora tais problemas, não se constatou outros que dificultassem ou inviabilizassem as análises dentárias.



Figura 97 – Fragmentos dentários coletados no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

O NMI obtido através das análises dentárias para o sítio Furna dos Ossos está de acordo com o NMI obtido através das análises Osteológicas.

8.2.8. Ossos de animais e dieta alimentar

No sítio Furna dos Ossos deparamo-nos com inúmeros ossos de caprinos e dentes diversos de animais, especialmente de preá e mocó, além de uma ossada completa de gavião. Nenhum desses materiais estava em contexto arqueológico, o que leva-nos a conjecturar tratarem de materiais pós-deposicional.

O achado mais interessante foi encontrado na área escavada, próxima a superfície, tratando-se de carapaças de molusco, comum na região (Figura 98).



Figura 98 - Carapaça de molusco.

Como o sítio Furna dos Ossos trata-se apenas de um local de enterramento, é pouco provável que estes ossos tenham feito parte de algum ritual pós-morte, mas, é

certo que os índios da região os consumiam, sendo importante alimento de sua dieta alimentar. Alguns dentes de animais não identificados também foram coletados durante a escavação, mas sem que tivéssemos condições de identificá-los (Figura 99).



Figura 99 – Dentes de animais (Não identificado a espécie), sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

8.2.9. Datações obtidas no sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri

As datações obtidas para o sítio, em número de três (uma com 680 anos \pm 50 anos; outra datação apresenta-se de 436 \pm 35 anos; e, uma última, com cerca de 185 anos \pm 10 anos, todas AP.), comprovam cientificamente que a área do Cariri Paraibano (São João do Cariri, especialmente) foi realmente de domínio dos índios Cariris e que possivelmente desaparecerem, em definitivo da região, mesclados na população ou mortos, no século XIX.

As datações permitem traçar um período cronológico de ocupação do abrigo, enquanto necrópole indígena, por um período de pelo menos sete séculos.

Como o material arqueológico coletado no sítio Furna dos Ossos encontrava-se em elevado estado de degradação, optamos por datar fragmentos de cerâmica, haja vista, o bom estado de conservação e o tamanho mínimo das peças. Foram encaminhados para datação por TL, três fragmentos de cerâmica, no LACIFID/USP.

8.2.10. A Arte rupestre do sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB.

Tem sido comum o achamento de cemitérios indígenas com cronologias de ocupação de aproximadamente sete séculos na região em apreço, com presença de figuras rupestres.

No sítio Furna dos Ossos, existe na parte externa do abrigo rochoso, uma única figura rupestre em forma de espiral medindo cerca de 30 cm, em tonalidade vermelho claro, talvez consequência do intemperismo (Figura 100).



Figura 100 - Figura rupestre do sítio Furna dos Ossos.

No local foi realizada uma sondagem (Nº 3), objetivando a coleta de subsídios acerca do grupo humano que a pintou, ligando ou não a figura ao grupo ali inumado, sem que tivéssemos sucesso.

8.2.11. Conclusões/considerações

O sítio arqueológico Furna dos Ossos, trata-se de uma necrópole indígena ocupada por pelo menos sete séculos.

A área do entorno do sítio escavado durante uma campanha em julho/2008, encontra-se tomada pela caatinga, assentada no cristalino e que vem sofrendo fortes influências antrópicas.

Como outros sítios da região, a Furna dos Ossos sofreu ação de vândalos, o que inviabilizou alguns resultados e análises. Apenas cerca de 1/3 da necrópole foi escavada.

A necrópole apresenta praticamente as mesmas características estruturais de outras necrópoles da região: proteção contra as intempéries, pequeno serrote que se destaca na paisagem, abrigo rochoso com várias aberturas, profundidade do sedimento com menos de 1 mts, e a presença de figura rupestre.

O material arqueológico, bem como as condições em que os mesmos foram encontrados, são semelhantes a outras necrópoles da região, levando-nos a conjecturar tratar-se de um grupo humano com características sócio/culturais que apresentam certa similaridade e afinidade, levando-nos a concluir tratar-se do grupo humano denominado pelos colonizadores de índios Tapuias Cariris, ocupantes da região quando da chegada dos colonos.

Como não encontramos durante as atividades de escavação do sítio nenhum testemunho que pudesse ligar os autores da figura rupestre com os indivíduos ali inumados, acreditamos que não foi este(s) grupo(s) humano que pintou a figura rupestre, pois esta é, segundo pesquisas já realizadas em vários sítios rupestres da tradição Agreste, bem mais antiga do que as datações conseguidas para os restos esqueléticos do sítio Fuma dos Ossos.

8.3. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO TANQUE DO CAPIM, SERIDÓ - PB.



Figura 101 - Vista panorâmica do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB.

Tipologia: Sítio rupestre e local de práticas ritualísticas (Nação Tarairiú).

Município: Seridó – PB

8.3.1. O município e suas características

O município de Seridó está localizado na microrregião do Seridó Oriental da Paraíba, que por sua vez localiza-se na mesorregião da Borborema, no Planalto da Borborema, em cotas altimétricas entre 600 e 900 mts.

O município insere-se nas seguintes coordenadas geográficas: 9.232.758EW e 787.089NS.

Abrange uma área territorial de 226,70km², com uma densidade populacional de 40 hab/Km² e uma população total de 9.106 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2000).

O município de Seridó apresenta as seguintes unidades Litoestratigráficas: 1. Neoproterozóico, constituído por rochas do tipo Granitóides de quimismo indiscriminado e Granitóides diversos; Suite calcialcalina de médio e alto potássio Itaporanga, granito e granodiorito perfirítico associado à diorito e materiais da formação Seridó, com a

presença de biotita, xisto, metarrilito, clorita-sericita xisto; 2. Paleoproterozóico, constituído pelo complexo Serrinha-Pedro Velho, com a presença de ortogneisses tonalítico-trondhjemítico e granito migmatizado e migmatito (BELTRÃO, et al 2005: 4).

A área do sítio e adjacências estão inseridas no domínio da Faixa Seridó. O embasamento rochoso da região é constituído por gnaisses e migmatitos, de idade Neoproterozóica, pertencente ao Grupo Seridó (DANTAS, 1995).

Grande produtor de minerais metálicos e não-metálicos da Paraíba, sendo explorados especialmente: micas, granitos, pegmatitos, calcário, caulim, quartzo e pedras preciosas e semipreciosas, como ametista e turmalina.

De acordo com a classificação de Köppen, o clima da região do Seridó é o BSh, quente e seco, característica do setor oriental do semiárido paraibano e norterio-grandense, com uma pequena estação chuvosa, que geralmente sofre atraso para o outono. Chove em média no Seridó 450 mm/ano, com chuvas de fevereiro a abril, que nos chamados anos bons se estendem até julho e agosto.

A temperatura média anual gira em torno dos 27° C, com máximas de 33° C, que chegam nos períodos de maior insolação aos 40° C; as mínimas no município de Seridó chegam aos 18 e até 15° C. A umidade relativa do ar apresenta uma média anual de 64%, com mais de 2.400 horas de insolação.

A vegetação desta unidade é formada por florestas subcaducifólias e caducifólias, de áreas agrestinas (BELTRÃO, 2005:3), pertencentes ao bioma da caatinga, com predominância de plantas Hiperxerófila, de caráter seco, denominada de Carrasco, com predominâncias de cactáceas e plantas arbustivas, tratando-se de uma “caatinga subdesértica do Seridó, classificada como a vegetação mais seca do Estado” (MUTZENBERG, 2007: 48). O aspecto arbóreo-arbustivo é do tipo aberto; árvores de médio porte só nos vales que cortam a região, compondo restos de uma mata ciliar que outrora já fora mais densa, hoje espaça e substituída por culturas de subsistência.

Nas superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem na região os Planossolos medianamente profundos e fortemente drenados, ácidos a moradamente ácidos e fertilidade natural média; já os solos Podzólicos são mais profundos, apresentando textura argilosa e fertilidade natural média a alta.

Nas áreas mais elevadas ocorrem os solos Litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos córregos ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, com pouca drenagem, textura média argilosa, moderadamente ácida e fertilidade natural alta e elevados níveis de salinidade. Em todo o município os afloramentos rochosos são comuns, sendo parcialmente cobertos por alastrados (xique-xique), o que dá uma característica rústica a região.

A região onde está inserido o município de Seridó apresenta-se como uma das mais propícias a desertificação no Estado, graças a fatores antrópicos como: retirada da cobertura vegetal para fins diversos, atividades de extração de recursos minerais (Figura 102).



Figura 102 - Mina de granito e a ação degradante do ambiente nas imediações do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

O município está inserido na sub-bacia do rio Seridó, pertencente a bacia hidrográfica do rio Piranhas (CARVALHO, TRAVASSOS e MACIEL, 2000: 26). Os rios, alguns são perenes, mas de pequena vazão, bem como a maioria dos rios da região são do tipo temporário e efêmero.

A ocorrência de animais da região são praticamente as mesmas identificadas em toda a área semiárida da Paraíba, com forte presença de desaparecimento e extinção de várias espécies gerada por caçadas e capturas sem controle.

A região em apreço está inserida nos domínios do Planalto da Borborema, sendo formado por maciços. Na região é comum a presença de vales profundos e estreitos, em forma de V ou U. As serras baixas ou serrotes são caracterizados por

apresentarem-se poucos acidentados. Dessa forma, segundo Mutzemberg (2007: 44) o Planalto da Borborema, especificamente na região do Seridó, apresenta-se com áreas mais recentes, pois as pequenas ondulações, mas rebaixadas, são de períodos mais recentes e as áreas de elevadas altimetrias seriam mais antigas, graças ao processo de evolução da paisagem do Planalto da Borborema, através do modelo cíclico de recuo paralelo das escarpas, o que contribuiu para aplainar certas áreas do planalto durante o Cretáceo (KING, 1956).

Outra hipótese que visa a responder os porquês das cotas altimétricas da região em estudo, apresentou-se como tal, está ligado a Teoria da Etchplanação, que resulta no “papel fundamental do manto e da frente de intemperismo, através da atuação de processos geoquímicos e pedogenéticos, nos processos de denudação e formação das paisagens” (MUTZENBERG, 2007: 44). Assim, as áreas aplainadas da região, são resultados das frentes de intemperismo natural, enquanto que as cotas altimétricas mais elevadas seriam preservadas pela própria litologia e o tectonismo, mesmo que sofrendo densamente os efeitos mecânicos, causado basicamente pela inversão térmica na região.

A presença de pequenos abrigos rochosos na região, que tem sua gênese nas ações naturais, foram preferencialmente escolhidos e utilizados por grupos humanos desde a Pré-História para atividades ritualísticas diversas, seja como suporte rochoso para às práticas gráficas, seja para atividades ritualísticas mágico-religiosa-passagem.

O município de Seridó apresenta características notadamente rurais. A cidade sede, Seridó, apresenta uma característica *sui generis* na Paraíba: é o distrito de São Vicente do Seridó (Figura 103) que congrega todos os órgãos públicos municipais, sendo que Seridó encontra-se desprovido de qualquer infra-estrutura administrativa.

A pecuária de gado miúdo e graúdo e a exploração mineral tem sido as principais fontes de divisas do município, excetuando-se as atividades públicas. Toda a região já fora, no passado, grande produtora de algodão e sisal, apresentando resquícios de antigas fábricas espalhadas em todo o município.



Figura 103 - Distrito de São Vicente do Seridó, que congrega as instituições públicas municipais e que atua como cidade/sede do município.

Seridó apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,575 (IDEME, 2009). O município é dotado de infra-estrutura mínima: 02 pequenos hospitais/maternidade, 38 estabelecimentos de ensino fundamental e 01 de ensino médio, esgotamento sanitário parcial nas duas áreas urbanas, biblioteca pública municipal, clubes recreativos e danceterias. A área está inserida no Polígono das Secas, sendo uma das mais pobres do Estado (BELTRÃO, et al 2005).

8.3.1.1. Histórico do município

O município de Seridó teve origem de uma antiga povoação assentada no sítio Santo Antônio, de propriedade de certa Maria, em meados do século XIX. Por volta de 1870, há indícios de um povoamento que crescia vertiginosamente graças à produção algodoeira. Por volta de 1890, existem notícias de um extenso povoado no lugar Santo Antônio.

O desenvolvimento do povoado está ligado à instalação de uma bolandeira para beneficiamento de algodão, o que atraiu moradores de outras regiões. As várias instalações fabris existentes no território do município são provas inconteste do exposto (Figura 104 – Anexo N).

Acerca de 9 Km do distrito de Santo Antônio, desenvolvia-se o povoado de Chico, depois denominado de São Vicente, atualmente distrito de Seridó, mas que exerce a situação de sede do município.

Foi à família de Antônio Vicente, antigo morador da região, que doou o terreno para compor o patrimônio da Capela de São Vicente Férrer.

O distrito foi criado com a denominação de Santo Antônio, ex-povoado, através do Decreto-Lei Estadual n.1010, de 30 de março de 1938, subordinado ao município de Ibiapinópolis, depois Soledade (MEDEIROS, 1950).

Através do Decreto-Lei Estadual n.1164, de 15 de novembro de 1938, o município de Soledade passou a denominar-se Juazeiro, entre os anos de 1939 a 1943, o distrito de Santo Antônio figura no município de Juazeiro.

A partir de 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual n. 520, o distrito de Santo Antônio passou a se chamar Seridó. Nesse mesmo Decreto estabelece a mudança do nome de Juazeiro para Ibiapinópolis; entre os anos de 1944 e 1948, Seridó pertence à Ibiapinópolis.

Pela Lei Estadual n. 124, de 17 de setembro de 1948, Ibiapinópolis volta a chamar-se Soledade, assim permanecendo até sua emancipação política, que ocorrerá através da Lei Estadual n. 660, de 22 de dezembro de 1961, desmembrando de Soledade, sendo instalado a sede no antigo distrito de Seridó em 19 de janeiro de 1962. São Vicente permanece, até hoje, distrito de Seridó e centro administrativo do município.

Foi o Decreto-Lei Estadual n. 2774, de 18 de janeiro de 1962 que se criou o distrito de São Vicente, anexado ao município de Seridó.

Pela Lei Estadual n. 3516, de 09 de janeiro de 1968, o distrito de São Vicente passa a ser chamado de São Vicente do Seridó, permanecendo até os dias atuais (IBGE, 2009).

8.3.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB.

8.3.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades

Antes da escavação, numa primeira campanha, localizamos o sítio através de GPS e foi dado início a realização da topografia. Prospectou-se o entorno, localizando outros sítios arqueológicos num raio de cerca de 3 Km, bem como ponto de captação

de água mais próximo, num pequeno vale acerca de 250 mts do sítio e pontos de matérias-prima, especialmente argila e lítico, existente no entorno.

Para a escolha do sítio Tanque do Capim a ser escavado, levamos em consideração: presença de matérias-primas diversas no entorno do sítio; proximidade de corpo d'água; posição privilegiada do abrigo; presença de figuras rupestres no abrigo; presença de fragmentos de ossos humanos com características de queima; área descrita por cronistas como tendo sido densamente ocupada pelos índios Tarairiús; relato da população local sobre o sítio.

Seguimos as seguintes etapas na escavação do sítio arqueológico Tanque do Capim, em Seridó, PB:

A. Sondagem

Inicialmente realizamos uma sondagem com ferro escalonado de 10 cm com o objetivo de averiguarmos a profundidade do local, que não ultrapassou os 40 cm, sendo que o local havia sido perturbado, talvez por animais e pessoas que frequentam o lugar, retirando parte do sedimento que calculamos em torno de 15 cm, criando uma concavidade no terreno.

B. Topografia e coleta de superfície

A topografia deu-se na primeira campanha, em junho de 2008, quando coletamos dados com o objetivo de confeccionarmos a planta baixa do sítio (Figura 107).

Com relação a coleta de materiais, apenas alguns poucos fragmentos de ossos foram coletados na superfície que aflorava na concavidade e próximos a blocos de granito soltos, que se desprenderam do teto e das paredes do abrigo, muitos deles com vestígios de pinturas rupestres. Do entorno, recolhemos amostras de sílex, existente em grande quantidade na região, para futuras análises e comparações.

C. Limpeza da área

Aconteceu paralelo as atividades anteriores, bem como do início da escavação do sítio.

D. A escavação

Ocorreu durante a terceira campanha ao sítio, entre os dias 06 e 09 de agosto de 2008.

A estação para plotagem do material arqueológico, bem como a área de peneiramento, foram montadas de frente a abertura da concavidade do abrigo (Figura 105), ambas acerca de sete metros do abrigo.



Figura 105 - Vista da área de peneiramento e da estação.

Foi aberta apenas uma quadrícula no sítio, medindo 2x1, próxima a parede suporte do abrigo, onde afloravam fragmentos de ossos humanos, alguns blocos com figuras rupestres e próximos a grafismos rupestres em tonalidade vermelha. Não foi aberta nenhuma quadrícula na parte externa do abrigo. As quadrículas foram denominadas de 1A e 1B (Figuras 106).



Figura 106 – Quadrículas montadas no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.



Figura 107 - Planta baixa do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

E. Decapagens

A técnica utilizada para as decapagens foi a de níveis artificiais, tendo em vista que o material arqueológico encontrava-se encimentado ao solo, sendo difícil sua retirada. Acreditamos que essa característica deu-se graças a entrada de água no local, o que, em contato com o sedimento, o transformava num cimento, como também, o remechimento do local por animais e vândalos, impossibilitando decapagens por níveis naturais.

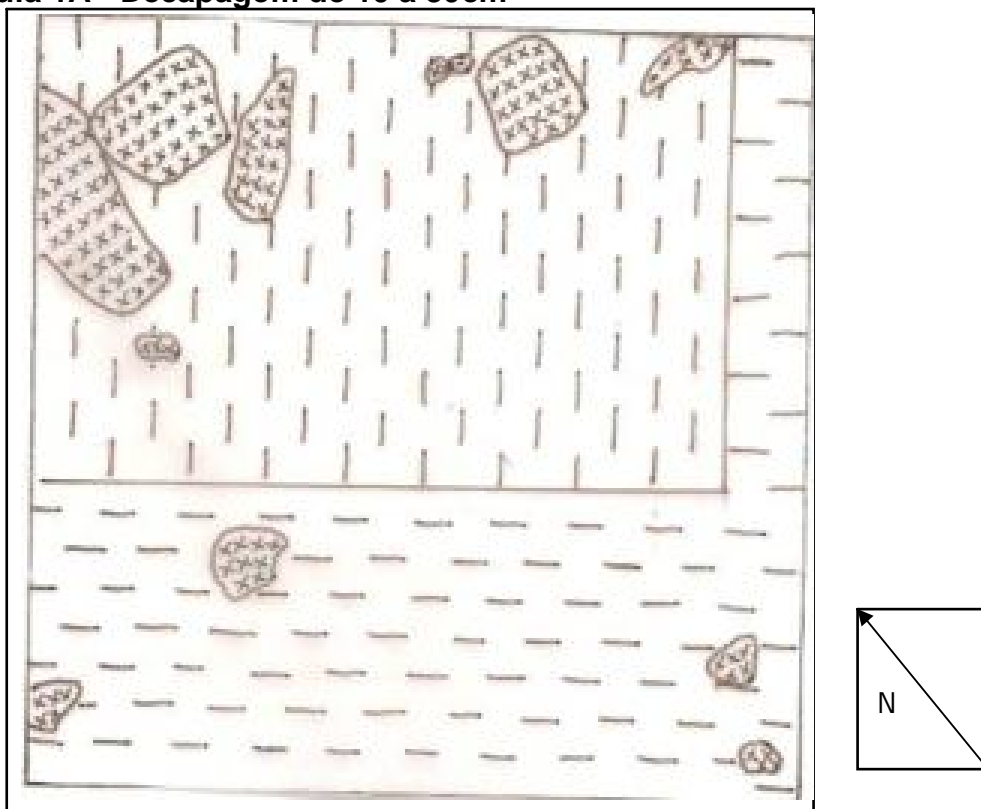
Decapagens da quadrícula 1A

DECAPAGENS	CARACTERISTICAS
Coleta de superfície	- Os ossos humanos coletados em superfície, mas acerca de 12 cm de profundidade em relação ao nível do solo, tendo em vista os buracos existentes, apresentavam-se em grande

	<p>quantidade de pequenos fragmentos, muitos deles com características de queima;</p> <ul style="list-style-type: none"> - o material arqueológico coletado foi etiquetado, recolhido em sacos de polietileno e a quadrícula fotografada; - a partir dos 25 cm escasseia-se o material arqueológico, levando-nos a suspender a decapagem 5 cm depois; - o solo dessa decapagem mostrou-se ser argilo/arenoso, encimentado, duro, dificultando a retirada do material.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Material arqueológico constituído de grande quantidade de pequenos fragmentos de ossos humanos com característica de queima; - o solo dessa decapagem apresentou características de ter havido uma fogueira no local, pois a presença de cinzas e alguns pequenos fragmentos de carvões misturado ao sedimento nos proporcionou tal conjectura; - o solo dessa decapagem é do tipo argilo/arenoso. Os fragmentos de ossos estavam impregnados desse material, dificultando sua retirada; - foram tomados os procedimentos de praxe para o recolhimento do material.
Segunda decapagem: 10 a 30 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Como o sedimento no final de 20 cm de profundidade se comportava como nas decapagens anteriores, resolvemos estender essa decapagem até os 30 cm de profundidade. - o material arqueológico evidenciado foi fragmentos de ossos humanos com as características anteriores; - o solo a partir do início dessa decapagem passou a apresentar característica arenoso/argiloso, com a presença de pequenos blocos e pedras misturados ao sedimento, o que dificultou ainda mais a retirada dos fragmentos de ossos humanos; - ao término dessa decapagem e tomados os procedimentos de praxe.

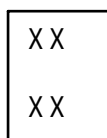
Quadro 54 – Decapagens da quadrícula 1A

Quadrícula 1A - Decapagem de 10 a 30cm



Legenda:

Escala: 1-100



Afloramentos rochosos



Sedimentos / material arqueológico

Figura 108 - Planta baixa da decapagem 2, da quadrícula 1A, sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.



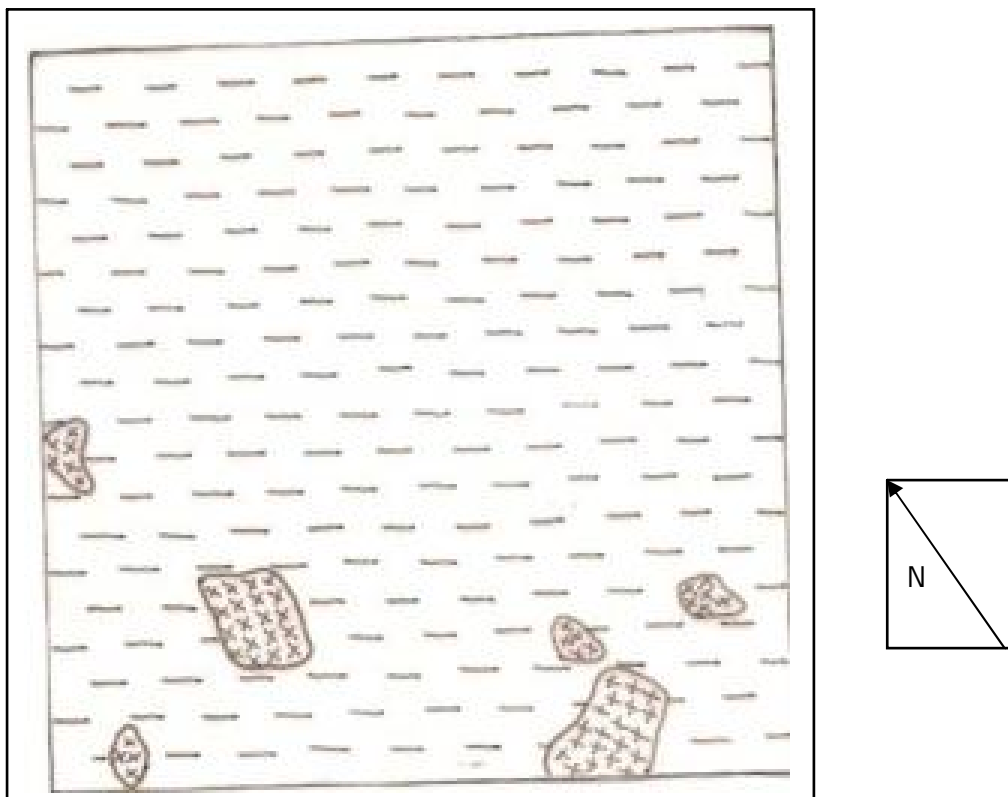
Figura 109– Quadrícula 1 A – situação do material arqueológico

Decapagens da quadrícula 1B

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Coleta de superfície	<ul style="list-style-type: none"> - A coleta de superfície obedeceu os mesmos critérios e apresentou as mesmas características evidenciadas na quadrícula 1A; - foram tomados os procedimentos de praxe quanto ao recolhimento dos materiais arqueológicos.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico coletado nessa decapagem constitui-se de fragmentos de ossos humanos e alguns dentes humanos, apresentando características de queima; - o solo dessa decapagem apresentou-se argiloso/arenoso, bem como a presença de blocos de granito fora constante; - alguns fragmentos de carvões foram evidenciados e coletados; - foram tomados os procedimentos de praxe no processo de recolhimento dos materiais.
Segunda decapagem: 10 a 30 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Pelos mesmos motivos explicitados na quadrícula 1A, resolvemos estender esta decapagem de 10 a 30 cm; - foi evidenciado apenas fragmentos de osso humanos aparentando queima; - presença de pequenos fragmentos de carvões; - solo arenoso/argiloso com forte presença de pedras, sendo que o afloramento de um bloco de granito ocupou o espaço de cerca de 15% da quadrícula; - aos 24 cm, começa a desaparecer os fragmentos de ossos, nos levando a encerrar a escavação, bem como a presença de raízes torna-se mais constante; - foram tomados os procedimentos de praxe no tocante ao recolhimento do material arqueológico.

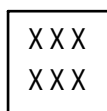
Quadro 55 – Decapagens da quadrícula 1B

Quadrícula 1B – Decapagem de 0 a 10 cm



Legenda:

Escala: 1-100



Afloramentos rochosos



Sedimentos/materiais arqueológicos

Figura 110 - Planta baixa da decapagem 2, da quadrícula 1B, sítio Tanque do Capim, Seridó-PB.



Figura 111 – Quadrícula 1 B – situação do material arqueológico

8.3.3. O sítio (descrição)



Figura 112 - Foto do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó-PB (vista panorâmica).

Trata-se de um pequeno abrigo rochoso, no cume de uma elevação, na parte esquerda de quem chega ao sítio tendo como visão a pequena concavidade onde encontra-se o material arqueológico.

O sítio mede (afloramento) cerca de 8 mts de altura, por cerca de 6 mts de largura; a concavidade mede cerca de 4 mts de largura, por cerca de 2 mts de altura e cerca de 2,5 mts de profundidade.

No interior onde se encontra o material arqueológico, o teto e as paredes suportes estão repletos de figuras rupestres.

O afloramento e, por conseguinte o abrigo, foi denominado, pela comunidade local, de Tanque justamente porque a concavidade interna lembra o aspecto de um pequeno tanque com formato abaulado.

É possível que o local tenha sido escolhido pelos índios Tarairiús para práticas ritualísticas do endocanibalismo. Acerca de 4 km a Sul do abrigo foi identificado outro abrigo, com presença de figuras rupestres, em que também aflora este tipo de material arqueológico, ficando para outra campanha a realização de uma prospecção seguida de uma possível sondagem para melhor averiguação tratar-se de um outro local desse tipo de atividade.

8.3.3.1. Localização

O sítio está na localidade denominada de Capim, pertencente a Agenor Barros.

O sítio arqueológico dista cerca de 9 km da cidade de Seridó e cerca de 15 Km do distrito/sede, São Vicente do Seridó.

O acesso ao sítio dar-se, no sentido Campina Grande/Seridó, pela BR-230, até a cidade de Soledade, de lá pela PB – 157, até Seridó, por vias asfaltadas. De Seridó ao sítio, a estrada é carroçável, em péssimo estado de conservação, graças, principalmente, ao trânsito de caminhões e máquinas pesadas que trafegam nesse trecho para o trabalho nas minas e escoamento da produção de minérios. Acerca de 400 mts do sítio existe uma imensa pedreira e vários pontos de retirada de minérios, com túneis profundos (Figura 113), que vem comprometendo toda a área do entorno do sítio.



Figura 113 - Mina aberta próxima ao sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó-PB.

8.3.3.2. Estado de conservação do sítio

O sítio Tanque do Capim, quando das atividades ali desenvolvidas, encontrava-se vandalizado. Além de buracos existentes no abrigo, provavelmente advindos de ações de animais que frequentam o lugar e da ação humana, os registros rupestres estão comprometidos com o desprendimento de blocos, casas de insetos e algumas pichações, além da ocorrência de pátina.

Como não foi coletada cerâmica em contexto, nenhuma datação foi feita neste sítio, bem como os carvões encontravam-se fora de contexto.

Durante as atividades recebemos a visita apenas de algumas pessoas da comunidade, tendo em vista as fortes chuvas que ainda caem na região, deixando as estradas praticamente intransponíveis.

8.3.3.3. O entorno

Acerca de 250 metros do afloramento onde se localiza o sítio arqueológico, num pequeno vale em forma de V, corre um pequeno riacho intermitente, sem nome identificado, que capta a água da região. No seu entorno, é visível a ação do homem: retirada da cobertura vegetal para a abertura de estradas carroçáveis para dar acesso às minas da região, bem como, vários afloramentos rochosos do entorno sofreram ações dos mineradores, talvez com o objetivo de coletar amostras e verificar a qualidade do material.

O sítio localiza-se num local visível, imponente, que se destaca na paisagem; nas imediações, em todos os sentidos, existem outros afloramentos rochosos e pequenos abrigos; todos foram averiguados, sem que encontrássemos quaisquer testemunhos arqueológicos.

A temperatura medida no período da escavação, mês de agosto, apresentou-se sem grandes oscilações: internamente: 24°C e externamente 27°C. A temperatura foi medida às 12h00.

A vegetação do entorno é constituída de caatinga nos três estratos: herbáceo, arbóreo e arbustivo, sendo que nitidamente se percebe tratar-se de uma vegetação secundária.

Nas imediações do sítio não existem atividades agrícolas, provavelmente devido a baixa fertilidade do solo, sendo o mesmo recoberto de minerais e rochas. Na área, criam-se gados miúdos e graúdos de forma extensiva, como no início da colonização da região, no século XVII.

A coleta de informações acerca da fauna e flora local deu-se em uma pequena comunidade distante cerca de 3 km do sítio, tendo em vista não existir residências nas imediações, apenas os ranchos improvisados dos mineiros. O apanhado faunístico e florístico, estendemos, grosso modo, para todo o município, haja vista as poucas informações sobre esses recursos naturais na região.

Em se tratando da flora local, apresentamos no Quadro 56, as principais espécies:

FLORA		
VERNÁCULO	NOME CIENTÍFICO	UTILIDADE
Alastrado/Chique-Chique	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Angico	<i>Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan</i>	Cerca/estaca
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva Fr. All.</i>	Medicinal/cerca/construção
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis var. glabra Engl.</i>	Cerca/estaca
Canafístula	<i>Cassia fistula L.</i>	Cerca/estaca
Capa garrote ou malva preta	<i>Pavonia cancellata</i>	Sem utilidade definida
Caruá	<i>Neoglaziovia spec</i>	Medicinal
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis Tul.</i>	Combustão
Coroa frade	<i>Melocactus spec</i>	Ração para o gado
Enxerto de favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus Pax & K. Hoffm,</i>	Sem utilidade definida
Facheiro	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i>	Alimentação de caprinos
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro Mart.</i>	Casca para higiene bucal

Jucá	<i>Caesalpineia ferrea Mart.</i>	Medicinal
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora Willd.</i>	Construção de cercas
Macambira	<i>Encholirium spec</i>	Ração para o gado
Macambira de flecha	<i>Encholirium spec.</i>	Ração para o gado
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru D.C.</i>	Ração para o gado
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus Müll. Arg.</i>	Construção de cercas
Muçambê	<i>Cleome spinosa L.</i>	Medicinal
Oliveira	<i>Eugenia jambolana</i>	Sem utilidade definida
Palmatória	<i>Opuntia spec</i>	Ração para o gado
Pereiro Pau d'arco	<i>Tabebuia impetiginosa (Mart.) Standley</i>	Cerca/estaca/construção civil/dormentes
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium Mart.</i>	Construção civil/combustão
Pinhão bravo	<i>Jatropha spec</i>	Medicinal (Extrato como cicatrizante e coagulante)
Quipá	<i>Opuntia spec</i>	Construção de cerca
Quixabeira	<i>Bumelia obtusifolia Roem et Schult. var. excelsa (DC)</i>	Medicinal (Remédio para hematomas)
Umburana/ambuarana/amburana	<i>Amburana cearensis (Fr. All.) Smith</i>	Cerca viva

Quadro 56 - Espécies vegetais da região de Seridó, PB.

Com relação aos animais identificados na área, temos (Quadro 57):

FAUNA	
VENÁRCULO	NOME CIENTÍFICO
MAMÍFEROS	
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Rato de palmatória	<i>Spec</i>
Gato vermelho/gato mourisco	<i>Herpailurus yaguaroundi</i>

Gato açu	<i>Spec</i>
Tatu peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>
Macaco sagüi	<i>Callithrix sp.</i>
Raposa	<i>Vulpes sp.</i>
Morcego	Ordem: <i>Chiroptera</i>
Timbu (caçaco)	<i>Didelphis paraguayensis</i>
Ticaca	<i>Didelphis sp.</i>
Teiú	<i>Tupinambis sp.</i>
AVES	
Anum branco	<i>Guira guira</i>
Anum preto	<i>Crotophaga ani</i>
Azulão	<i>Passerina brissonii</i>
Beija-flor (Verde, Azul, Roxo)	<i>Trochilidae sp.</i>
Bem-te-vi	<i>Tyrannidae sp.</i>
Carcará	<i>Polyborus plancus</i>
Casaca-de-couro	<i>Pseudoseisura cristata</i>
Coruja de buraco	<i>Athene cunicularia</i>
Galo de campina	<i>Paroaria dominicana</i>
Gavião asa de foice	<i>Eleothreptus anomalus</i>
Gavião peneira	<i>Elanus leucurus</i>
Golado	<i>Spec</i>
Juriti	<i>Leptotila sp.</i>
Lambu	<i>Crypturellus sp.</i>
Lavandeira	<i>Fluvicola spp.</i>
Papa-capim	<i>Sporophila spp.</i>
Papagaio	Família: <i>Psittacidae</i>
Periquito gangarro	<i>Spec</i>
Ribaçã	<i>Zenaida auriculata</i>
Rolinha	<i>Columbidae sp.</i>
Siriema	<i>Cariama cristata</i>
Urubu	<i>Cathartidae sp.</i>

RÉPTEIS	
Briba	<i>Diploglossus lessonae</i>
Calango	<i>Tropidurus sp.</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
Cobra-cipó	<i>Chironius bicarinatus</i>
Coral	<i>Micrurus sp.</i>
Corre-campos	<i>Thamnodynastes pallidus</i>
Jabuti	<i>Gerochelone sp.</i>
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
Lagartixa	<i>Família Gekkonidae</i>
ANFIBIOS	
Caçote	<i>Physalaemus cuvieri</i>
Cururu	<i>Bufo sp.</i>
Jia boi	<i>Leptodactylus natalensis Lutz</i>
Rã pimenta	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>
PEIXES	
Chupa-pedra	<i>Hypostomus sp.</i>
Curimatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
ARTRÓPODES	
Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Aranha (diversas)	<i>Ordem: Aranaea</i>
Aripuá	<i>Trigona spinipes</i>
Carrapato	<i>Ordem: Acarina</i>
Cavalo do cão	<i>Pepsis sp.</i>
Exu caboclo	<i>Spec</i>
Exu verdadeiro	<i>Spec</i>
Formiga (diversos)	<i>Ordem: Hymenoptera</i>
Lagarta de fogo	<i>Megalopyge lanata</i>
Maribondo	<i>Ordem: Hymenoptera</i>

Mosca de chifre	<i>Haematobia irritans</i>
Mosca de olho vermelho	<i>Drosophila melanogaster</i>
Mosca de sombra	<i>Spec</i>
Mutuca	<i>Tabanus bovinus</i>
Pulga	<i>Ordem Siphonaptera</i>
Urucu	<i>Melipona scutellaris</i>

Quadro 57 - Espécies faunísticas da região de Seridó – PB.

8.3.3.4. Circunstâncias dos achados

O sítio é um afloramento rochoso que se formou com o processo de descompressão da rocha matriz que se expôs. A concavidade interna tem origem através da ação natural, especialmente devido a circulação de vento, que penetra no abrigo, carreando pequenos grãos de areia, criando a concavidade abaulada, através de milhares de anos de ação ininterrupta.

Acreditamos que os índios Tarairiús escolheram o local para possível prática das atividades ritualísticas de endocanibalismo por vários motivos: presença de figuras rupestres e proteção do lugar.

A entrada para a parte interna do abrigo é de difícil localização e visão, o que achamos ser ideal para certas atividades ritualísticas; entretanto, do afloramento granítico, pela sua localização, tem-se ampla visão do entorno, num raio de vários quilômetros.

A partir do material arqueológico encontrado, existe a possibilidade da comprovação de uma das grandes incógnitas que permeiou o grupo humano denominado pelos colonizadores de Tapuias Tarairiú, como sendo os praticantes do endocanibalismo (HECKMANS, 1985). Assim, acreditamos serem os achados arqueológicos importantes para traçarmos o perfil cultural desse grupo humano.

8.3.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

O material arqueológico oriundo da escavação do sítio Tanque do Capim é constituído de fragmentos de ossos humanos que sofreram queima: ossos queimados,

parcialmente carbonizados e calcinados e alguns poucos dentes humanos e peças líticas.

8.3.4.1. Lítico

Na área escavada do sítio arqueológico Tanque do Capim, apenas três pequenas lascas de material lítico foram evidenciadas e recuperadas, na parte superficial (Quadro 58).

QUADRÍCULA	DECAPAGEM	QAUNTIDADE / PEÇAS / REFERÊNCIAS
1A	Superfície	01 SE-03-01 SE-03-01
1B	Superfície	01 SE-02-01 SE-02-01
1A	10 – 30 cm	01 SE-10-01 SE-10-01
TOTAL DE PEÇAS LÍTICAS: 03		

Quadro 58 – Coleção lítica proveniente da escavação do sítio arqueológico Tanque do Capim, Seridó – PB.

Os Quadros 59 e 60 sintetizam a tipologia e quantidade de peças líticas coletadas no sítio Tanque do Capim.

MATERIAL LÍTICO COLETADO – SÍTIO TANQUE DO CAPIM, SERIDÓ – PB	
PEÇAS	QUANTIDADE
Peças líticas > 3 cm de comprimento	03
Peças líticas > 2 cm de largura	03
Peças líticas > 0,5 cm de espessura	03
Bordo ativo > 0,2 cm	03

Quadro 59 - Material lítico coletado no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

MATERIAL LÍTICO – ANÁLISE DA COLETA DO SÍTIO TANQUE DO CAPIM, SERIDÓ – PB	TOTAL DE PEÇAS
Peças com desgastes	03
Peças polidas	
Peças com retoques secundários	03
Artefatos bifaciais	03

Peças simplesmente lascadas		03
Tipologias	Facas	
	Pontas	
	Mós	
	Polidores	
	Lascas (peq. Porte)	02
	Núcleos	01
Prevalência do tipo de material		
Matéria – prima básica	Quartzos diversos	
	Sílex	03
	Calcedônia	
	Outros	
Tratamento térmico		

Quadro 60 - Material lítico do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

As peças líticas foram utilizadas para comparações com o material proveniente do sítio Cabaças I, de Cuité, essencial para realização do contraponto da matéria-prima e da tipologia das peças, sendo que tais características se assemelham inclusive o processo de lascamento.

Os desenhos esquematizados que se seguem servem de demonstrativo da coleção lítica do sítio Tanque do Capim.

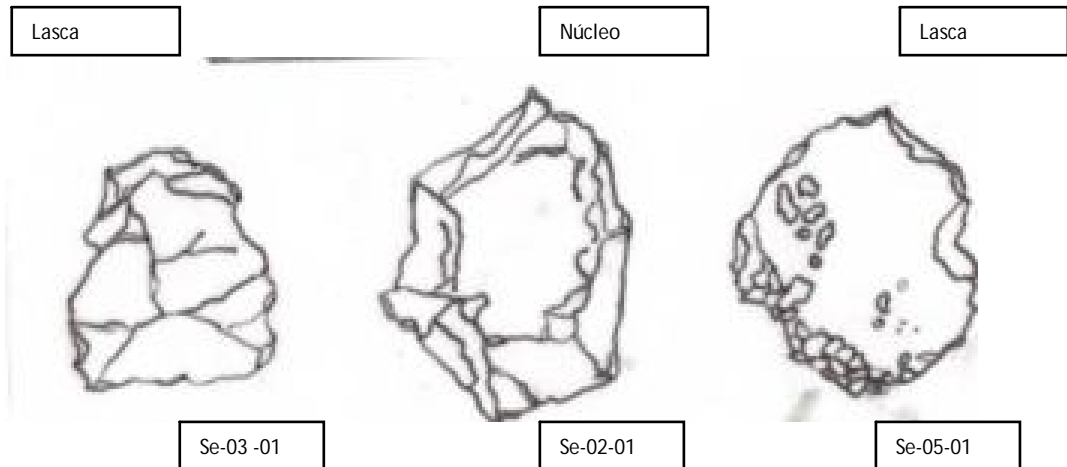


Figura 114 – Coleção lítica do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

8.3.4.2. Ossos humanos

Para a análise dos fragmentos de ossos humanos do sítio, foram observados os seguintes atributos na análise tafonômica: tipo de queima dos ossos: queima branda, carbonização e calcinação (total ou parcial); dimensão dos fragmentos dos ossos, que

foi medido a partir de um intervalo entre o maior e o menor fragmento encontrado no sítio no decorrer da escavação arqueológica.

Com relação ao atributo queima dos ossos, foram observadas, as cores e as tonalidades do material: queima branda, marrom-escuro, o que corresponde a um aquecimento de até 200° C; combustão/carbonização, cor negra, que corresponde a um aquecimento entre 400 e 600° C; calcinação, cor branco-acinzentado, que corresponde a um aquecimento sofrido pelo osso a mais de 600°C; os ossos foram analisados em lupa eletrônica no Laboratório de Anatomia Humana da UEPB.

Não fizemos uso da análise de marcas deixadas por animais ou restos vegetais existentes nos fragmentos de ossos coletados, como: fraturas, roeduras, pisoteamento, abrasão, bioperturbação e intemperismo, haja vista, a grande quantidade de fragmentos coletados.

O total de fragmentos de ossos humanos coletado na escavação do sítio Tanque do Capim foi de 334. Desse total, 28 apresentaram queima branda; 66 apresentaram combustão/carbonização; e 240 apresentaram processo de calcinação.

O Quadro 61 e o Gráfico 9 sintetizam melhor os resultados da análise óssea:

ANÁLISE DOS FRAGMENTOS OSSEOS		
TIPO DE QUEIMA	QUANTIDADE DE FRAGMENTOS	PERCENTUAL
Ossos com queima branda	28	8,38
Ossos que sofreram combustão / carbonização	66	19,76
Ossos que foram calcinados	240	71,85

Quadro 61 - Resultado da análise dos ossos humanos do sítio Tanque do Capim.

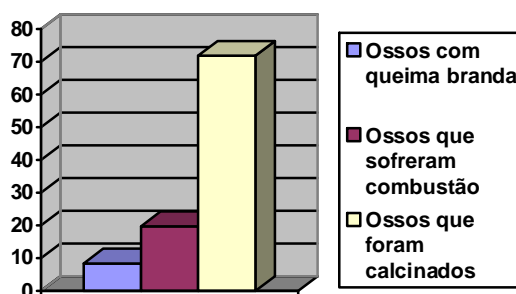


Gráfico 9 - Análise, em porcentagem, dos ossos analisados provenientes do Tanque do Capim.

As figuras seguintes apresentam fragmentos dos ossos humanos coletados durante a escavação do sítio Tanque do Capim, de acordo com a respectiva análise tafonômica que averiguou o grau de queima do material.



Figura 115 - Fragmentos de ossos que sofreram queima branda.



Figura 116 - Fragmentos de ossos que sofreram combustão/carbonização.



Figura 117 - Fragmentos de ossos que sofreram calcinação.

De forma geral, os fragmentos de ossos apresentaram dimensões que variaram de 5,3 cm, o fragmento de ossos mais longo coletado, e 0,25 cm, o menor fragmento coletado.

Como o local comprovadamente se trata de uma área que serviu para a prática do endocanibalismo, a presença de fragmentos de ossos com três tipos distintos de queima está ligada ao próprio processo de cozimento ou assamento do indivíduo no pós-morte.

Não identificamos, no sítio, se o(s) indivíduo(s) era preparado no local ou se o sítio apenas servia para parte do ritual, qual seja: preparar e comer a carne do indivíduo, ou partes do mesmo.

Durante a escavação foram recolhidos sedimentos, que foram analisados no Laboratório de Saneamento Ambiental da UEPB, verificando-se o pH e o nível de salinidade, obtendo-se: pH de 5,5; salinidade $14,12\text{g}\cdot\text{kg}^{-1}$.

Poderia ter havido interferência do nível de salinidade e pH no processo de degradação dos ossos, caso não tivéssemos detectado que o material fora intensamente queimado, caindo por terra, portanto, a possibilidade de uma ação meramente natural que teria fragmentado os ossos humanos. No entanto, não há dúvidas que a salinidade e o pH interferiram no material arqueológico pós-deposicional.

A existência desses fragmentos, acreditamos tratar-se de restos que não foram totalmente pulverizados, transformados em pó como mostra a historiografia, portanto, sobras do ritual a que era submetido o(s) indivíduo(s) no processo pós-morte.

8.3.4.3. Fragmentos de dentes humanos do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

Durante a escavação arqueológica do sítio Tanque do Capim, foram coletados apenas fragmentos de dois (02) dentes humanos, não identificados (Figura118).

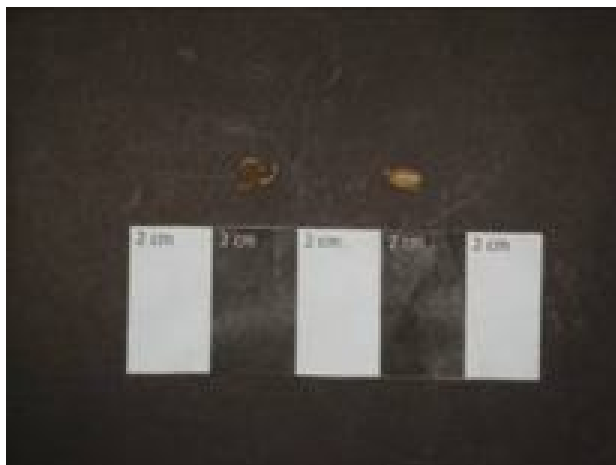


Figura 118 – Fragmentos dentários coletados no sítio Tanque do Capim, Seridó – PB.

Tendo em vista o número insignificante de dentes humanos coletados, e por ter servido o local para prática ritualística de endocanibalismo, ficamos impossibilitado de realizarmos qualquer análise, bem como não podemos atribuir um NMI, por não ser confiável. Concluimos que a provável ausência de elementos dentários no sítio deu-se em virtude do que acontecia com os corpos dos indivíduos num processo pós-morte; acreditamos, portanto, que os dentes se desprendiam dos avelos na medida em que se processava a queima dos ossos para a transformação dos mesmos em pó.

8.3.5. A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó - PB.

O sítio Tanque do Capim foi referendado na década de 1920, por José de Azevedo Dantas, um autodidata que compilou dezenas de sítios rupestres na região do Seridó da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Seus desenhos foram publicados em 1994, na obra *Indícios de uma civilização antiqüíssima*.

A rocha suporte é granítica, de tonalidade clara. Na concavidade apresentam-se representações gráficas geométricas e esquemáticas em vermelho, sem que possamos aferir juízo de valor acerca do que supostamente significaria os grafismos.

Na parte externa do abrigo, principalmente na entrada para a concavidade, aflora na parede suporte grafismos rupestres, constituído basicamente de linhas que em muitos lugares são cruzadas por outras linhas, formando uma espécie de labirinto retangular. Tem sido comum o achamento destas características de figuras rupestres em todo o território da Paraíba.

Tendo em vista a sobreposição de figuras, bem como inúmeras placas que se desprenderam do teto e das paredes suportes, ficamos impossibilitados de realizarmos contagem das figuras e dos respectivos painéis (Figuras 119 e 120).



Figura 119 – A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB (parte externa do sítio).



Figura 120 – A arte rupestre do sítio Tanque do Capim, Seridó – PB (Parte interna do abrigo).

8.3.6. Conclusões/considerações

O sítio arqueológico Tanque do Capim, comprovadamente foi um local para a prática de atividades ritualísticas denominado de endocanibalismo, praticado pelos índios denominados de Tarairiús.

O local escolhido para tal atividade é de rara beleza e com destaque no ambiente, nos levando a conjecturar ter havido uma escolha do local levando-se em consideração algumas variáveis: figuras rupestres e localização do pequeno abrigo rochoso no ambiente.

A área do entorno do sítio Tanque do Capim é de mata acaatingada, com forte presença de matérias-prima (lítico e argila), utilizadas pelos índios Tarairiús da região.

De forma geral, o material arqueológico coletado na escavação, resume-se à fragmentos de ossos humanos queimados, carbonizados e calcinados, além de poucos dentes humanos, nos levando a conjecturar tratar-se de um local para a prática do endocanibalismo. Acreditamos que esse grupo humano não realizava essa atividade na aldeia, mas sim, escolhiam-se lugares especiais que congregassem apenas os parentes próximos do morto e ali praticassem o último ato de passagem com o falecido.

Durante a escavação do sítio, nenhuma evidência foi verificada que pudéssemos atribuir aos praticantes do ritual de endocanibalismo como sendo os executores das figuras rupestres.

Não conseguimos materiais adequados que pudessem viabilizar uma datação absoluta; relativamente, baseado nos relatos dos cronistas, acreditamos tratar-se de rituais ocorridos ou no pré-contato ou em períodos posteriores ao contato, a que atribuímos o local como sendo para as atividades ritualísticas dos índios denominados de Tarairiús.

8.4. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO CABAÇAS I, CUITÉ – PB.



Figura 121 - Vista panorâmica do sítio arqueológico Cabaças I, Cuité-PB.

Tipologia: Sítio acampamento (Nação Tarairiú).

Município: Cuité – PB.

8.4.1. O Município e suas características

O município de Cuité está localizado na microrregião do Curimataú Ocidental, que por sua vez, localiza-se na mesorregião do Agreste Paraibano, no Planalto da Borborema, em cotas altimétricas entre 650 e 950 mts em relação ao nível do mar. A sede do município encontra-se acerca de 667 mts. de altitude.

O município insere-se nas seguintes coordenadas geográficas: 06°29'06" Sul e 36°09'25" Oeste; 06°29'06" Sul e 36°09'25" Oeste. Abrange uma área de 735,334 km², com uma população total de 20.768 habitantes (IBGE, 2008), e uma densidade populacional de 26,3 hab./km² (WIKIPÉDIA, 2009).

De acordo com o mapa geológico do município (BELTRÃO, et al 2005: 4), a região onde se localiza o município de Cuité apresenta as seguintes unidades Litoestratigráficas: unidade geológica Cenozóica, com afloramentos de arenito médio e conglonerático, denominado de Formação Serra dos Martins; a unidade geológica Neoproterozóica apresenta Granitóides de quimismo indiscriminado constituído de granitóides diversos; a unidade geológica denominada de Paleoproterozóico, em dois complexos distintos: 1. o complexo Santa Cruz, constituído de augen-gnaiss granítico,

leuco-ortognaisse, quartzo monzonítico e granitos diversos; 2. complexo Serrinha-Pedro Velho, constituído de ortognaisse tonalítico-trndhjemítico e granítico migmatizado e migmatito.

Em todo o território do município de Cuité existem afloramentos de quartzo e especialmente sílex, em várias tonalidades e grau de dureza diferente, amplamente utilizado pelos antigos povos que habitaram a região, especialmente os índios Tarairiús, para o fabrico de material lítico.

O clima no município é do tipo tropical chuvoso, quente e seco. Graças às elevadas cotas hipsométricas, a temperatura oscila entre 17° e 28° C; as precipitações pluviométricas anual chegam acerca de 1000 mm/ano, com uma média mensal em torno dos 80 mm/ano (CIDADE DIGITAL, 2009), transformando a região numa verdadeira área abrejada, apesar de está inserida nos domínios das caatingas.

De forma geral, assegura Beltrão (et al 2005: 3) que a região apesar de apresentar características de área abrejada, a vegetação desta unidade é do tipo Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, própria de áreas de Agreste.

Vários tipos de solos ocorrem no município: nas áreas de superfícies suaves e onduladas, aparecem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos e moderadamente ácidos, com fertilidade natural média; os solos podzólicos, mais profundos, apresentam-se com textura argilosa, fertilidade natural média a alta. Já nas áreas de elevações ocorrem os solos Litólicos, rasos, com textura argilosa e fertilidade natural média. Nas áreas de vales em U e V, formados pelos córregos que cortam o município, ocorrem os Planossolos, com características medianamente profundas e imperfeitamente drenadas, textura média/argilosa, moderadamente ácidas, com fertilidade natural alta e sérios problemas de sais, especialmente graças a problemas advindos das ações antrópicas. No município, como em todo o vasto semi-árido, ocorrem os afloramentos rochosos, formando abrigos numerosos (BELTRÃO, et al 2005).

Na área do sítio arqueológico Cabaças I, obtivemos os seguintes níveis de pH e salinidade: pH do solo 8,2; nível de salinidade 11,5g.kg⁻¹.

Observamos, assim como nos outros sítios por nós trabalhados, os mesmos graus de erodibilidade, sendo:

- ➔ Endógenos – A exposição do solo e por extensão da rocha matriz, causados graças ao desmatamento gigantesco no município, que expõe o solo e queima os nutrientes, inviabilizando, especialmente a agricultura;
- ➔ Exógeno – Atividades mineradoras (extrativismo) e atividades criatórias, ambas sem o devido manejo, além da retirada de madeira para fins diversos, deixando os solos desnudos, causando a compactação dos mesmos e transformando grandes áreas em semidesertos (Figura 122).



Figura 122 - Áreas do município de Cuité propícia à desertificação (proximidade do sítio Cabaças I, ao fundo, áreas desprovidas de cobertura vegetal)

O município encontra-se em domínio da bacia hidrográfica do rio Curimataú. A sub-bacia mais importante é a do rio Jacu, ou Japi. Outros rios que cortam o município, pelo elevado volume de água, se destacam na Paraíba: o Santa Rosa e o Cachorro Pintado, além dos dois já citados anteriormente. Esses quatro rios, são de regime temporário, sendo que a existência de pequenos córregos do tipo efêmeros são incontáveis.

Outrora, a região do município, apresentava uma fauna rica e bastante diversificada em espécies. Caças e capturas discriminadas praticamente extinguíram várias espécies, como veados e onças. Atualmente, apenas poucos animais ainda são vistos na região, especialmente nas áreas mais distantes das comunidades humanas, geralmente nas serras e nos vales profundos que cortam o município.

A topografia do município é muito acidentada. Está inserida na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos. O município ocupa uma área em arco.

A região está em volta por um conglomerado de serras importantes que caracterizam o município, sendo as principais: a da Borborema, a de Cuité e a da Caxexa, sendo esta última, a que forma o Boqueirão do rio Curimataú. Existem as serras menos imponentes que completam a cadeia, como: a do Bom Bocadinho, a da Canastra, do Damião, de Milagres, de Muquém e a do Japi. Na Figura 123, temos uma visão panorâmica da serra de Cuité, onde assenta-se a cidade sede do município e, na Figura 124, a partir dessa serra, temos uma visão panorâmica do seu entorno.



Figura 123 - Serra de Cuité, Cuité – PB.

Fonte: Férias.tur (2009).



Figura 124 - Visão panorâmica do entorno do município de Cuité – PB, a partir do alto da serra de Cuité – PB.

8.4.1.1. Histórico do município de Cuité – PB.

Conta, a história local, que um certo caçador residente na região do povoado de Bananeiras, provavelmente em fins do século XVII, em suas atividades de caça, chega as serras Canastras e Bom Bocadinho, lá avistando uma outra serra, existindo nela uma fonte que os índios Tarairiús chamavam-na de Cuité (vocábulo indígena que significa cuia, o vaso de colher água). Fixou-se o caçador na região e estimulou o começo de um povoado que recebeu o nome de Olho-d'água do Cuité (MEDEIROS, 1950: 84).

Data de 1704 a doação da primeira sesmaria do lugar, solicitada pelo Conde de Alvor. No mesmo período, um certo Caetano Dantas Correia recebeu a data de terra Lagoa do Cuité. Juntamente com seu irmão, Simplício Dantas Correia, iniciaram a povoação e construíram a capela de Nossa Senhora das Mercês, subordinada a freguesia de Caicó, no Rio Grande do Norte, até o ano de 1801.

Em 15 de outubro de 1827, por força da Lei n. 15, foi criado o Distrito de Paz. A Lei n. 4, de 25 de maio de 1854, eleva a Vila e termo jurídico. A Lei n. 480, de 25 de junho de 1872 criou a comarca com o nome de Borborema, suprimida em 1879 e restaurada em 1882; suprimida em 1891 para ser novamente restaurada em 1900 e transferida para Picuí (com o nome de Serra do Cuité), na Paraíba, em 29 de outubro de 1924. A Lei n. 99, de 25 de janeiro de 1937, restaura e a mantém como comarca através do Decreto Lei n. 1.164, de 15 de novembro de 1938, quando torna-se independente e o seu nome simplificado para Cuité, permanecendo até hoje (MEDEIROS, 1950) (FÉRIAS, 2009).

O IDH do município é de 0,588 (PNUD, 2000). O município é dotado de uma boa infra-estrutura, o que tem contribuído para atrair pessoas da região polarizada por Cuité, causando uma forte expansão urbana nas últimas décadas.

Cuité polariza uma vasta área territorial. É detentora de hospitais, um campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), várias escolas municipal, estadual e particular, algumas fábricas, pista de pouso, cinema, clubes, teatro, museu, quartel, área de treinamento da Base Aérea de Natal, biblioteca pública, estádio de futebol, tornando-a um centro/pólo de decisões sócio/políticas.

O município serve de ponto de interligação entre Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo uma alternativa para quem pretende chegar a Natal. É cortado pela BR-412 e três rodovias estaduais, PBs 137, 149, 151, que interliga vários municípios a Cuité.

O município apresenta feições, na área urbana, de centro que dá início a um forte processo de expansão urbana, graças ao êxodo rural e a existência de infraestrutura social, política, educacional, econômica e cultural.

Apesar das características urbanas da cidade sede, o município, no geral, apresenta feições rurais, até porque provêm da agricultura, da pecuária extensiva e do extrativismo suas principais fontes de renda (Figura 125).



Figura 125 - Aspectos geral da Urbes de Cuité – PB.

8.4.2. Metodologia utilizada na escavação do sítio arqueológico Cabaças I, Cuité – PB

8.4.2.1. Passos que antecederam a escavação e outras atividades

Foram realizadas três campanhas ao sítio Cabaças I: primeiramente realizamos prospecção na área que mediante informações da população local, identificamos o lugar e localizamos através de GPS; na segunda campanha realizamos os levantamentos topográficos e atividades de estudo do entorno do sítio, como localização de pontos de coleta de matérias-primas e levantamento dos aspectos faunístico e florístico da região; na última campanha, a terceira, realizamos as sondagens arqueológicas.

Para a escolha do sítio Cabaças I, a ser escavado, levamos em consideração: presença de vestígios arqueológicos diversos em superfície; relatos da comunidade acerca de antigos índios na região; proximidades a fontes de matérias-prima diversas; área propícia a um acampamento.

Para a escavação arqueológica (sondagens) do referido sítio, seguiram-se as seguintes etapas:

A.Sondagens

Verificamos o comportamento do solo, especialmente profundidade, em vários pontos do sítio, apresentando dificuldade de penetração a partir dos 30 cm. Deduzimos, inicialmente, graças ao afloramento de pequenas rochas em todo o sítio, que a essa profundidade o ferro/sonda esbarrou em rochas pertencentes aos horizontes C e D, o que iríamos comprovar nas sondagens realizadas, essa hipótese. Concluímos que de forma geral, o material arqueológico encontrava-se a no máximo 20 cm de profundidade.

B.Topografia e coleta de superfície

Deu-se durante a segunda campanha, quando realizamos todo o processo de topografia para a confecção da planta baixa do sítio (Figura 128); paralelamente foi realizada uma primeira grande atividade de coleta de materiais arqueológicos.

C.Limpeza da área

Tendo em vista que na área do sítio, durante décadas, serviu de roçado, bem como existe evidências de uma antiga casa de taipa, houve a necessidade em realizar a limpeza da imensa área, retirando-se restos da antiga construção e materiais utilizados pelos freqüentadores da área, especialmente restos fragmentados de panela de barro e fogueiras feitas pelos agricultores que cultivam a área denominada pelos moradores locais de Roçado do Trapiá.

D.A escavação

Ocorreu durante a terceira campanha, durando 05 (cinco) dias. Teve início em 2 de agosto de 2008, prolongando-se até 07 do mesmo mês e ano.

A estação para registro do material fora montada no ponto mais elevado do sítio, por sobre um afloramento rochoso (Figura 126).



Figura 126 - Estação/base para registro dos materiais arqueológicos coletados na escavação.

Já a área de peneiramento encontrava-se acerca de 15 mts da estação/base, numa cerca de arame que tomamos como ponto limitante da área do sítio (Figura127).



Figura 127 - Área de peneiramento da escavação do sítio arqueológico Cabaças I, Cuité – PB.

Foram abertas quadrículas em cinco pontos diferentes do sítio, conforme a Figura 120, em que aparece a planta baixa, assim denominados: 1A, 1B e 1C; 2A, 2B e 2C; 3. Os locais foram escolhidos levando-se em consideração os pontos seguintes:

- ➔ As quadrículas 1A e B foram abertas onde existia uma antiga casa de taipa, devido, acreditarmos, que o solo abaixo do piso de terra batida, encontrava-se intacto; a 1C foi aberta nas proximidades da 1A e 1B, acreditando se tratar de uma estrutura de fogueira.
- ➔ As quadrículas 2A e 2B foram abertas numa posição logo a frente da estação/base, por apresentar grande quantidade de material arqueológico e está no ponto mais elevado do sítio. Ainda nas proximidades da estação demos início a abertura de uma nova quadrícula num aglomerado de pedras acreditando tratar-se de uma fogueira. Como a hipótese foi refutada resolvemos excluir essa quadrícula do mapeamento da área escavada do sítio; no entanto, apresentamos os pormenores da atividade dessa quadrícula (2 C);
- ➔ A quadrícula 3 foi aberta numa área mais baixa do sítio onde afloravam materiais arqueológicos.

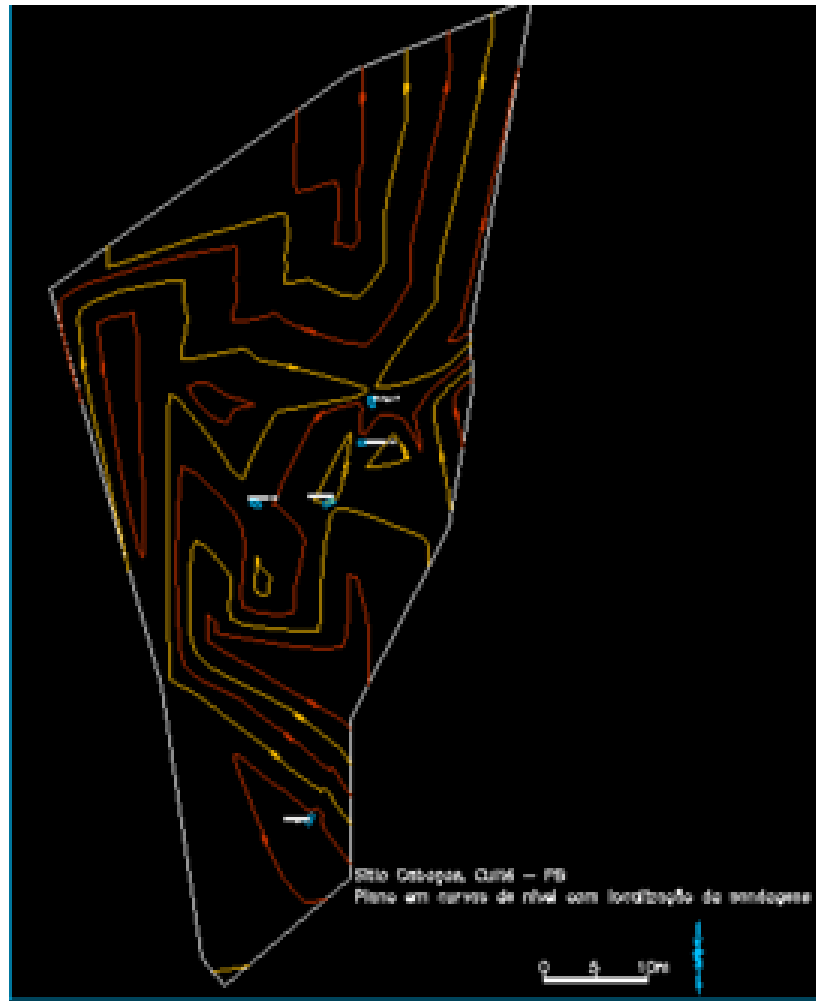


Figura 128 - Planta baixa do sítio Cabaças I, Cuité – PB.

E.Decapagens

A técnica utilizada para as decapagens em todas as quadrículas foi o de níveis artificiais (10 cm), tendo em vista o processo de antropismo do sítio arqueológico Cabaças I.

Nos quadros seguintes sintetizamos todos os pormenores das decapagens realizadas nas quadrículas abertas no sítio:

Decapagens da quadrícula 1A

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Superfície	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade significativa de materiais arqueológicos, especialmente fragmentos de telhas e outros materiais da antiga construção, já que, esta quadrícula foi aberta no local de uma antiga moradia; - o solo encontrava-se compactado, devido ter sido batido para formar o piso da

	<p>casa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - o solo apresentou-se argilo/arenoso; - o material arqueológico foi retirado, etiquetado e ensacado, por último a quadrícula foi fotografada.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum material arqueológico foi evidenciado nesta decapagem; - o solo mostrou-se argiloso/arenoso; - ao término, foram tomados os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum material arqueológico foi evidenciado nesta decapagem; - o solo mostrou-se com as mesmas características da decapagem anterior; - ao término, foram tomados os procedimentos de praxe.

Quadro 62 - Decapagens da quadrícula 1A

Decapagens da quadrícula 1B

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Superficial	<ul style="list-style-type: none"> - Em conjunto com grande quantidade de cacos de telhas e outros materiais da antiga construção, foram recolhidos outros materiais arqueológicos, como: grés, louça, vidro e ferro. Provavelmente pertencentes a(s) família(s) que ali viveram; - os sedimentos bastante compactados mostraram-se argilo/arenoso; - ao término da coleta foram tomados os procedimentos de praxe.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Material arqueológico evidenciado na decapagem constitui-se de lascas de sílex e de quartzo hialino; - sedimento argilo/arenoso; - ao término da decapagem, foram tomadas as medidas de praxe.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - A partir dessa decapagem nenhum material arqueológico foi evidenciado, nos levando a encerrar as atividades; - sedimento argilo/arenoso (pedregoso); - ao término, foram tomadas as medidas de praxe.

Quadro 63 - Decapagens da quadrícula 1B

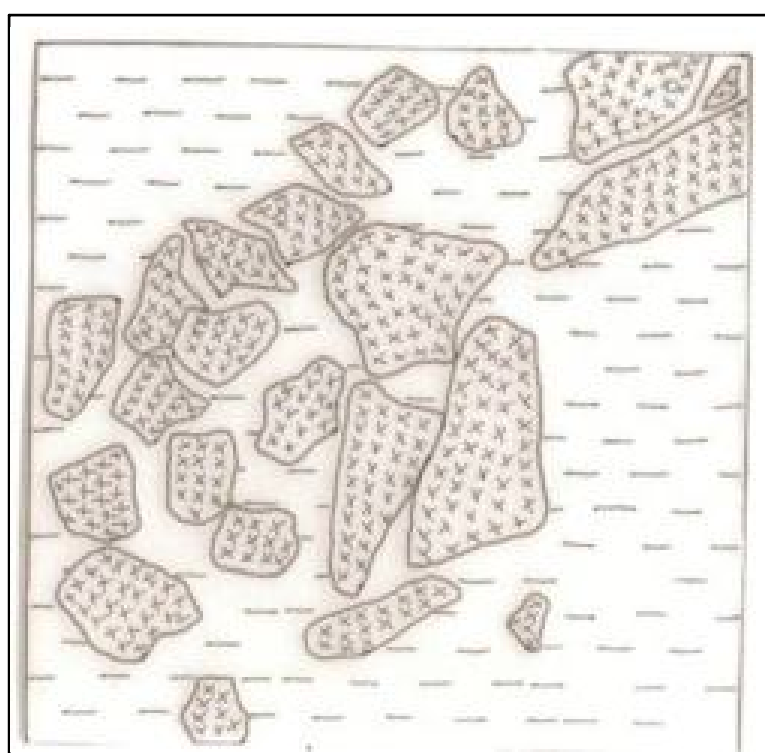
Decapagens da quadrícula 1C

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Teve como principal objetivo o de evidenciar se os aglomerados de pequenas rochas seriam uma estrutura de fogueira, ou não, chegamos à conclusão não se tratar de estrutura de fogueira, mas, provavelmente um amontoado de pedras colocadas ali pelos agricultores que limpavam o campo para o cultivo; - o material arqueológico evidenciado foram alguns fragmentos de cerâmica e

	<p>uma lasca de sílex e fragmento de concha, recente (vestígio malacológico);</p> <ul style="list-style-type: none"> - o sedimento é do tipo argilo/arenoso; - dessa decapagem além dos procedimentos de praxe foram elaboradas plantas baixa.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência total de material arqueológico; - sedimento argilo/arenoso; - foram tomados os procedimentos de praxe e encerrada as atividades na quadrícula.

Quadro 64 – Decapagens da quadrícula 1C

Quadrícula 1C - Decapagem: 0 a 10 cm



LEGENDA

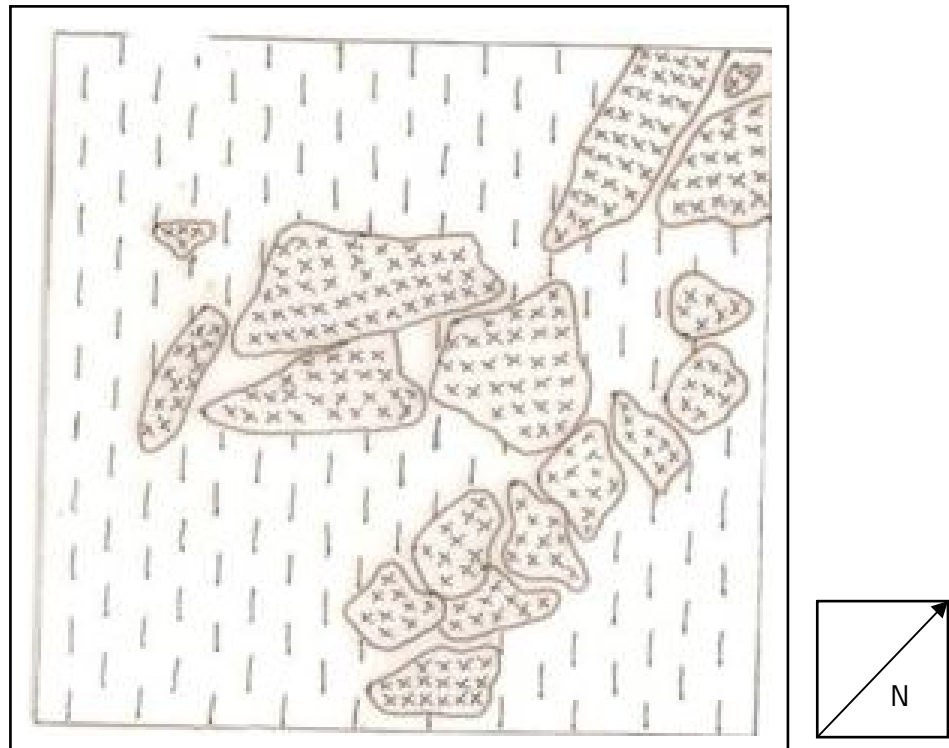
ESCALA: 1/100

XXX XXX XXX	Blocos de rochas
-------------------	------------------

---- ---- ----	Sedimentos/materiais arqueológicos
----------------------	------------------------------------

Figura 129-

Quadrícula 1C - Decapagem: 10 a 20cm



LEGENDA

ESCALA: 1/100

X X X
X X X
X X X

 Blocos de rochas

- - - -
- - - -
- - - -

 Sedimentos/materiais arqueológicos

Figura 130 -

Figuras 129 e 130 - Plantas baixas da quadrícula 1C.



Figura 131 – Escavação da quadrícula 1 C

Decapagens da quadrícula 2A

DECAPAGENS	CARACTERISTICAS
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado constitui-se de pequenos fragmentos de cerâmica, material lítico e fragmentos de carvões; - o sedimento nesta decapagem mostrou-se argilo/arenoso; - todo o material foi recolhido e tomado os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico torna-se raro, com poucos fragmentos de cerâmica e lítico; - sedimento argilo/arenoso; - todo o material foi recolhido e tomado os procedimentos de praxe.
Terceira decapagem: 20 a 30 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Nesta decapagem não foi evidenciado nenhum material arqueológico, apenas afloramentos rochosos e algumas raízes; - solo argilo/arenoso com presença de rochas; - foram tomados os procedimentos de praxe.

Quadro 65- Decapagens da quadrícula 2A



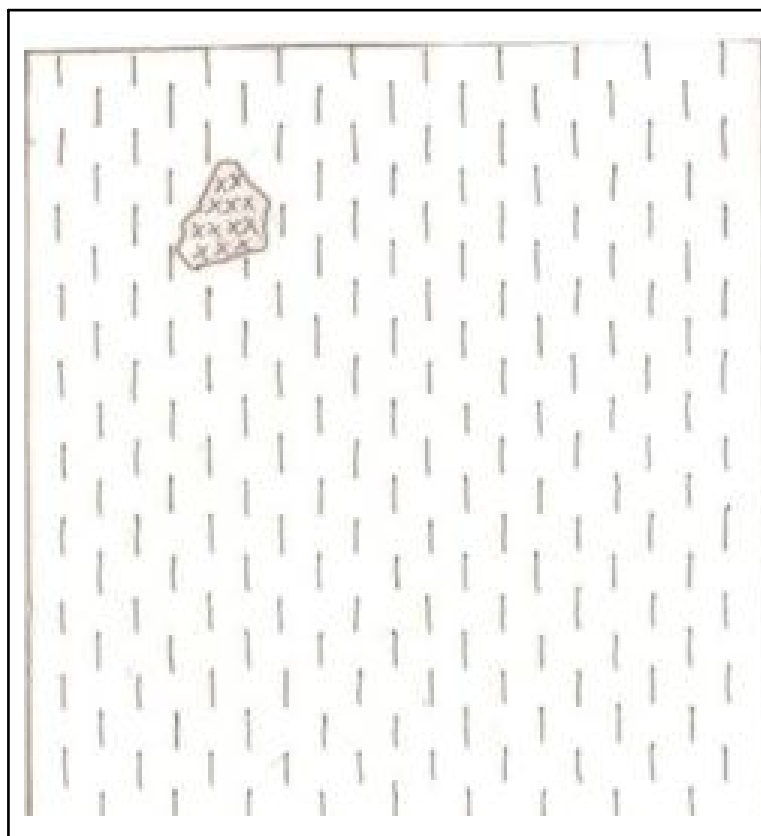
Figura 132 – Escavação da quadrícula 2 A

Decapagens da quadrícula 2B

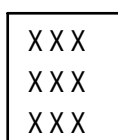
DECAPAGENS	CARACTERISTICAS
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - O material arqueológico evidenciado constitui-se de cerâmica, lítico, louça, grés, metais e vidros; - sedimento argiloso /arenoso, com a presença de blocos rochosos; - o material foi coletado e tomado os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - A partir dessa decapagem nenhum material arqueológico foi evidenciado; - sedimento argilo/arenoso, com forte presença de blocos rochosos e raízes; - foram tomados os procedimentos de praxe.

Quadro 66 - Decapagens da quadrícula 2B.

Quadrícula 2B – Decapagem de 0 a 10cm



LEGENDA



Blocos de rochas

ESCALA: 1/100

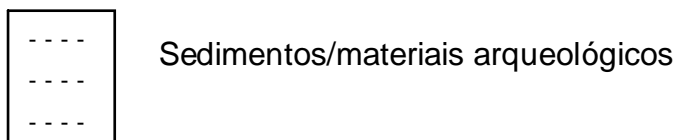


Figura 133 - Planta baixa da quadrícula 2B



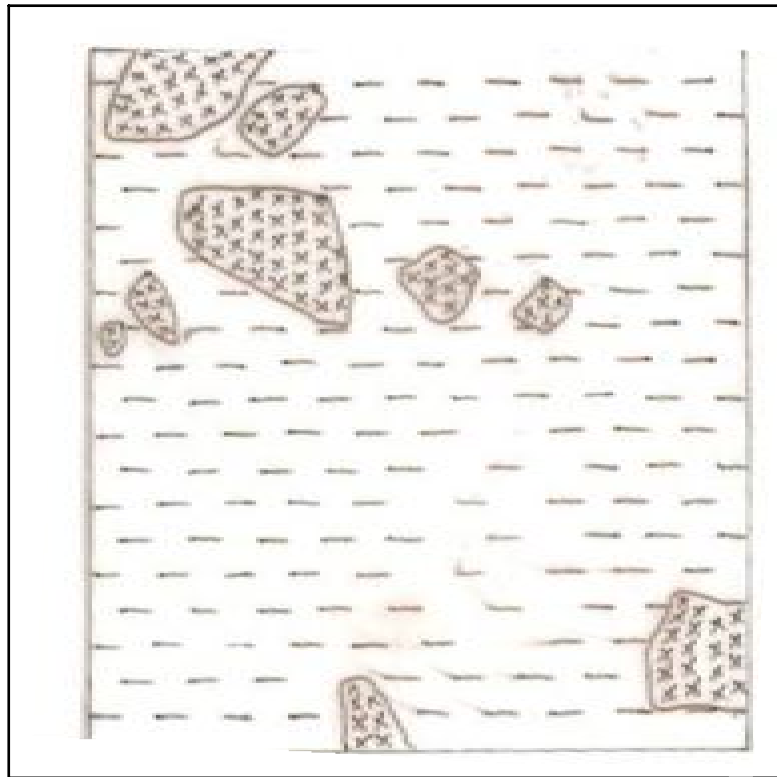
Figura 134 – Escavação da quadrícula 2 B

Decapagens da quadrícula 2C

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Material arqueológico constituído de fragmentos de cerâmica e lítico; - sedimento argilo/arenoso com afloramentos rochosos; - após o recolhimento do material arqueológico foram tomados os procedimentos de praxe.
Segunda decapagem 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de material arqueológico e aumento da quantidade de blocos de rochas, levando-nos a encerrar a escavação; - sedimento argilo/arenoso com grande concentração de blocos de rochas; - foram tomados os procedimentos de praxe.

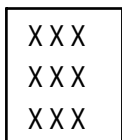
Quadro 61 - Decapagens da quadrícula 2C

Quadrícula 2C – Decapagem de 0 a 10cm

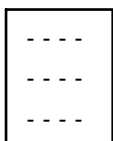


LEGENDA

ESCALA: 1/100



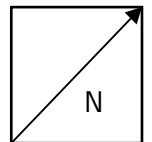
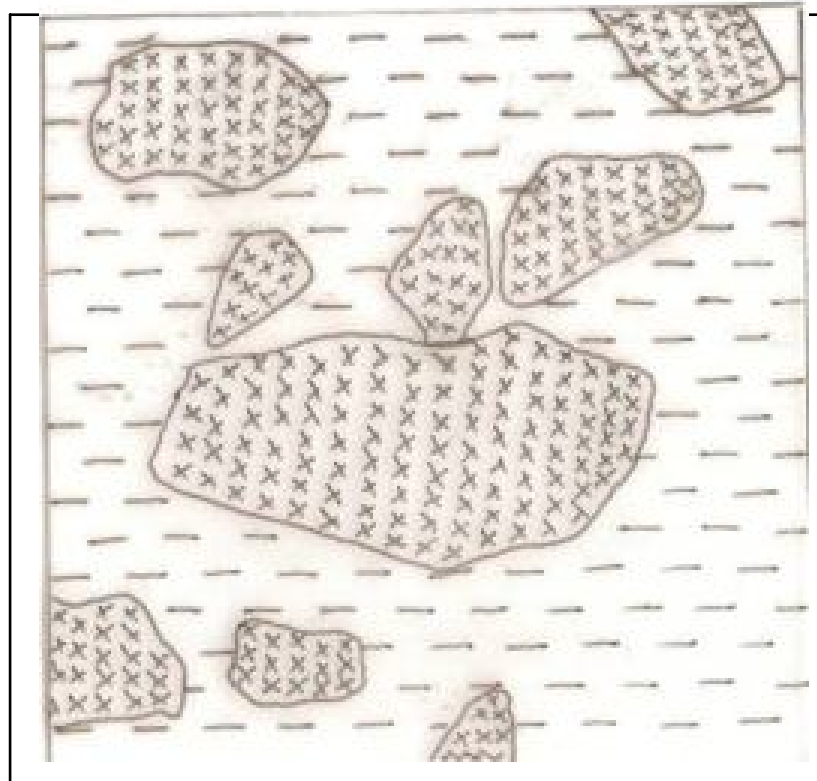
Blocos de rochas



Sedimentos/materiais arqueológicos

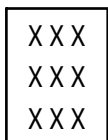
Figura 135 -

Quadrícula 2C – Decapagem de 10 a 20cm



LEGENDA

ESCALA: 1/100

 Blocos de rochas


 Sedimentos/materiais arqueológicos

Figura 136

Figuras 135 e 136 - Plantas baixas da quadrícula 2C



Figura 137 – Escavação da quadrícula 2 C

Decapagens da quadrícula 3

DECAPAGENS	CARACTERÍSTICAS
Superfície	<ul style="list-style-type: none"> - Recolhido fragmentos de cerâmica e material lítico lascado de quartzo e sílex; - sedimento argiloso; - após o recolhimento do material arqueológico foram tomados os procedimentos de praxe.
Primeira decapagem: 0 a 10 cm	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum material arqueológico foi evidenciado nesta decapagem; - sedimento argilo/arenoso, com presença de blocos de rochas e raízes; - foram tomado os procedimentos de praxes.
Segunda decapagem: 10 a 20 cm (última)	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum material arqueológico foi evidenciado; - sedimento argilo/arenoso com grande quantidade de rochas e raízes, nos levando a encerrar a escavação; - foram tomados os procedimentos de praxe.

Quadro 62 - Decapagens da quadrícula 3



Figura 138 – Escavação da quadrícula 3

Observações:

1. Não foram realizadas plantas baixas de todas as decapagens devido o processo de repetição constante do afloramento dos materiais, bem como o comportamento homogêneo das decapagens;
2. durante as atividades de campo, cerca de 500 estudantes e outras pessoas do município visitaram a escavação e receberam informações básicas acerca de Educação Patrimonial;
3. de forma geral, boa parte do material arqueológico evidenciado encontrava-se em superfície;
4. em todas as quadrículas verificamos a inexistência de materiais arqueológicos abaixo de 20 cm de profundidade, tratando-se o sítio, de afloramentos de superfície;
5. foram coletados diversos materiais arqueológicos em toda a área do sítio, que mede cerca de 2,5 hectares;
6. o solo do sítio encontrava-se remechido, especialmente pelo uso de arado e disco de trator, o que atribuímos serem os responsáveis pelo elevado grau de fragmentação da cerâmica.

8.4.3. O Sítio (descrição)

O sítio arqueológico foi uma aldeia/acampamento dos antigos habitantes da região, ou seja, os índios Tarairiús. O Cabaças I segue um modelo comum no Brasil, observado por Bueno (2005: 26): material arqueológico de superfície em grandes extensões, com vestígios a uma profundidade nunca superior a 20 cm.

As datações obtidas fornecem informações para um período de ocupação da área, com a finalidade de ter servido como aldeia de no mínimo 05 (cinco) séculos.

Nas imediações existe fonte de água, o rio Cabaças, que fornecia água para uma grande tribo, bem como, a área encontra-se em meio a várias serras, local ideal para coleta de alimentos e matérias-primas. No sítio, encontra-se argila de excelente

qualidade, o que, é possível, ter sido a mesma utilizada para a confecção dos utensílios utilizados pelo grupo humano que habitou o lugar.

Em atividade de Arqueologia Experimental, conseguimos reproduzir, *in situ*, peças em miniaturas com a argila do local (Figura 139), sem que fosse necessário o uso de antiplásticos.



Figura 139 - Atividade de Arqueologia Experimental, com argila obtida no sítio Cabaças I.

O sítio localiza-se numa área privilegiada. A cota mais elevada proporciona visão ampla do entorno, o que, sem dúvida, contribuiria para defesa contra possíveis inimigos.

8.4.3.1. Localização

O sítio aldeia localiza-se no município de Cuité, na microrregião do Curimataú Ocidental, na mesorregião do Agreste. Dista cerca de 16 km da cidade sede. Encontra-se nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul: 06°30'05.8"; Longitude Oeste: 36°01'22.3"; Altitude de 412 mts em relação ao nível do mar. O trajeto de Cuité até o sítio é feito por estrada carroçável.

O sítio encontra-se numa propriedade denominada de Roçado do Trapiá, pertencente ao senhor Benedito Sebastião de Lima.

8.4.3.2. Estado de conservação do sítio

O sítio encontrava-se vandalizado. A área outrora serviu para plantações de algodão e especialmente produtos de subsistência, além de servir como local para

criação de gados⁷⁴. Esses impactos contribuíram para que houvessem, ora o processo de reviramento do solo e ora a compactação do mesmo. Apesar dessas características, inúmeros fragmentos de materiais arqueológicos encontram-se na superfície, mesmo que apresentando elevado grau de fragmentação, restringindo a possibilidade de futuras datações, especialmente por C14.

A visita de estudantes locais e pessoas da comunidade surtiram os efeitos esperados, pois contribuiu para o processo de conscientização no tocante a preservação do patrimônio arqueológico da região (Figura 140).



Figura 140 - Visita da comunidade ao local da escavação arqueológica.

8.4.3.3. O entorno

Acerca de 280 mts do sítio Cabaças I, temos o rio Cabaças, um dos mais importantes do município. Lá, existe um sítio de arte rupestre, denominado de Cabaças II, com figuras em tonalidade vermelha, pouco visível.

O entorno próximo do sítio apresenta pouca vegetação nativa lenhosa. No entanto, acerca de 800 mts, em todas as direções, existem elevações onde podem-se encontrar vegetação arbórea/arbustiva e animais silvestres, sendo, portanto, importantes locais que serviam para coleta, caça e retirada de matérias-primas (Figura 141).

⁷⁴ Os locais que serviram de acampamentos e aldeias são encontrados quando os lavradores ao ararem a terra se deparam com vestígios da cultura material de grupos humanos pretéritos, geralmente constituído de lítico ou cerâmica, ou ambos. Esses locais se localizam, quase sempre, nas cotas mais elevadas das colinas suaves, próximas aos rios (PALLESTRINI E MORAIS, 1980: 14).



Figura 141 - Vista do entorno do sítio Cabaças I, com destaque para o rio Cabaças (ao fundo).

Nas margens do rio Cabaças vários tanques que acumulam água para os períodos das estiagens foram verificados, bem como a escavação de cacimbas no leito seco do rio, servindo para o abastecimento humano e animal.

A temperatura média no período em que o sítio foi escavado (agosto de 2008), as 12h00 no ponto mais elevado, chegou aos 33°C.

A vegetação da área apresenta-se heterogênea, com a presença de caatinga nos três estratos: arbórea arbustiva e herbácea, sendo descrita a seguir (Quadro 63):

FLORA		
VERNACULO	NOME CIENTIFICO	UTILIDADE
Alastrado/Chique-Chique	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Angico	<i>Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan</i>	Cerca/estaca
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis var. glabra Engl.</i>	Cerca/estaca
Caruá	<i>Neoglaziovia spec</i>	Medicinal
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis Tul.</i>	Combustão
Coroa frade	<i>Melocactus spec</i>	Ração para o gado
Facheiro	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i>	Alimentação de caprinos

Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro Mart.</i>	Casca para higiene bucal
Jucá	<i>Caesalpineia ferrea Mart.</i>	Medicinal
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora Willd.</i>	Construção de cercas
Macambira	<i>Encholirium spec</i>	Ração para o gado
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru D.C.</i>	Ração para o gado
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus Müll. Arg.</i>	Construção de cercas
Oliveira	<i>Eugenia jambolana</i>	Sem utilidade definida
Palmatória	<i>Opuntia spec</i>	Ração para o gado
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriformium Mart.</i>	Construção civil/combustão
Pinhão bravo	<i>Jatropha spec</i>	Medicinal (Extrato como cicatrizante e coagulante)
Quixabeira	<i>Bumelia obtusifolia Roem et Schult. var. excelsa (DC)</i>	Medicinal (Remédio para hematomas)
Umburana/amburana/amburana	<i>Amburana cearensis (Fr. All.) Smith</i>	Cerca viva

Quadro 63 - Espécies vegetais do entorno do sítio Cabaças I.

Com relação aos animais existentes nos dias atuais no entorno do sítio Cabaças I, conseguimos identificar (Quadro 64):

FAUNA	
VENÁRCULO	NOME CIENTÍFICO
MAMÍFEROS	
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Gato vermelho/gato mourisco	<i>Herpailurus yaguaroundi</i>
Tatu peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>
Raposa	<i>Vulpes sp.</i>
Timbu (caçaco)	<i>Didelphis paraguayensis</i>
Ticaca	<i>Didelphis sp.</i>
Teiú	<i>Tupinambis sp.</i>
AVES	

Anum branco	<i>Guira guira</i>
Anum preto	<i>Crotophaga ani</i>
Azulão	<i>Passerina brissonii</i>
Beija-flor (Verde, Azul, Roxo)	<i>Trochilidae sp.</i>
Carcará	<i>Polyborus plancus</i>
Casaca-de-couro	<i>Pseudoseisura cristata</i>
Coruja de buraco	<i>Athene cunicularia</i>
Galo de campina	<i>Paroaria dominicana</i>
Gavião peneira	<i>Elanus leucurus</i>
Golado	<i>Spec</i>
Juriti	<i>Leptotila sp.</i>
Lambu	<i>Crypturellus sp.</i>
Lavandeira	<i>Fluvicola spp.</i>
Papa-capim	<i>Sporophila spp.</i>
Papagaio	<i>Família: Psittacidae</i>
Periquito gangarro	<i>Spec</i>
Ribaça	<i>Zenaida auriculata</i>
Rolinha	<i>Columbidae sp.</i>
Urubu	<i>Cathartidae sp.</i>
REPTÉIS	
Briba	<i>Diploglossus lessonae</i>
Calango	<i>Tropidurus sp.</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
Cobra-cipó	<i>Chironius bicarinatus</i>
Coral	<i>Micrurus sp.</i>
Corre-campos	<i>Thamnodynastes pallidus</i>
Jabuti	<i>Gerochelone sp.</i>
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
Lagartixa	<i>Família Gekkonidae</i>
ANFÍBIOS	

Caçote	<i>Physalaemus cuvieri</i>
Cururu	<i>Bufo sp.</i>
Rã pimenta	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>
PEIXES	
Chupa-pedra	<i>Hypostomus sp.</i>
Curimatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
ARTRÓPODES	
Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Aranha (diversas)	Ordem: <i>Aranaea</i>
Aripuá	<i>Trigona spinipes</i>
Carrapato	Ordem: <i>Acarina</i>
Cavalo do cão	<i>Pepsis sp.</i>
Exu caboclo	<i>Spec</i>
Formiga (diversos)	Ordem: <i>Hymenoptera</i>
Lagarta de fogo	<i>Megalopyge lanata</i>
Maribondo	Ordem: <i>Hymenoptera</i>
Mutuca	<i>Tabanus bovinus</i>
Pulga	Ordem <i>Siphonaptera</i>
Urucu	<i>Melipona scutellaris</i>

Quadro 64 - Espécies faunísticas do entorno do sítio Cabaças I.

8.4.3.4. Circunstâncias dos achados

O local escavado apresenta característica que demonstra ter sido ocupado para acampamento prolongado. Pelas dimensões da área, cerca de 2,5 hectares e recursos naturais abundantes, acreditamos que viveu ali uma grande quantidade de indivíduos.

O material arqueológico visível constitui-se de material pré-histórico e histórico, em péssimo estado de conservação, graças às ações antrópicas e naturais.

De forma geral, consideramos que os materiais arqueológicos, especialmente cerâmicos e líticos, estavam fora de contexto, já que encontramos várias peças líticas e

fragmentos de cerâmica distante até 200 mts. da área que delimitamos para o sítio, provavelmente carregado pelas enxurradas.

8.4.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

O material arqueológico oriundo da escavação e coleta de superfície do sítio Cabaças I, constituem-se de: cerâmica, lítico lascado e polido, grés, vidro, metal e faiança (louça), sendo que os quatro últimos consideramos de descartes recentes.

8.4.4.1. Lítico

A coleção lítica coletada no sítio Cabaças I, Cuité, constitui-se de 144 (cento e quarenta e quatro) peças, assim distribuídas:

QAUDRICULA	DECAPAGENS	QUANTIDADES DE PEÇAS/REFERÊNCIAS	TIPOLOGIA
Superfície	Superfície	03 CI-03-01 CI-03-03	- 2 machados - 1 ponta de flecha
Superfície	Superfície	01 CI-05-01	- 1 ponta de flecha
Superfície	Superfície	22 CI-112-01 CI-112-22	Diversos
Superfície	Superfície	46 CI-121-01 CI-121-46	Diversos
1A	Superfície	03 CI-01-01 CI-01-03	Diversos
1B	0 a 10cm	03 CI-02-01 CI-02-03	Diversos
1C	0 a 10cm	01 CI-118-01	Diversos

		CI-118-01	
2A	0 a 10cm	04 CI-60-01 CI-60-04	Diversos
2B	0 a 10cm	04 CI-56-01 CI-56-04	Diversos
2B	10 a 20cm	02 CI-58-01 CI-58-02	Diversos
2C	Superfície	02 CI-66-01 CI-66-02	Diversos
Superfície	Superfície	04 CI-01-01 CI-01-04	Diversos
Superfície	Superfície	15 CI-04-01 CI-04-15	Diversos
Superfície	Superfície	30 CI-06-01 CI-06-30	Diversos

Quadro 65 - Coleção lítica proveniente do sítio Cabaças I, Cuité – PB.

Os quadros seguintes sintetizam a tipologia e a quantidade de peças líticas coletadas no sítio Cabaças I:

MATERIAL LÍTICO COLETADO NO SÍTIO CABAÇAS I, CUITÉ – PB	
PEÇAS	QUANTIDADE
Peças líticas > 3 cm de comprimento	94
Peças líticas > 2 cm de largura	96
Peças líticas >0,5 cm de espessura	118

Bordo ativo > 0,2 cm	131
----------------------	-----

Quadro 66 - Material lítico coletado no sítio Cabaças I, Cuité-PB.

MATERIAL LÍTICO-ANÁLISE DA COLETA DO SÍTIO CABAÇAS I, CUITÉ – PB		TOATAL DE PEÇAS
Peças com desgastes		138
Peças polidas		14
Peças com retoques secundários		07
Artefatos bifaciais		130
Peças simplesmente lascadas		125
Tipologias	Facas	
	Machados	04
	Pontas	03
	Mós	02 (fragmentos)
	Polidores	03
	Percutores	03
	Lascas (pequeno porte)	93
	Núcleos	36
Prevalência do tipo de material		
Matéria - prima básica	Quartzos diversos	20
	Sílex	107
	Calcedônia	03
	Outros	14
Tratamento térmico		

Quadro 67 - Material lítico do sítio aldeia Cabaças I, Cuité – PB.

As peças líticas coletadas apresentam várias formas e acabamentos diferenciados, demonstrando as várias serventias por parte do grupo humano que ali viveu: os índios Tarairiús.

Identificamos que o material lítico lascado e polido sofreu dois tipos de percussão: o direto duro, em que o processo em si “fundamenta-se na fratura concoidal baseado no fenômeno do cone de Hertz” (RODET e ALONSO, 2004: 65), formando um bulbo (ponto de percussão) que gera ondas finas e muito próximas, formando estrias e,

a partir desse ponto, forma-se um talão; acreditamos que o material lascado recebeu o impacto através de material de pedra mais resistente do que a que for a lascada; o tipo de percussão direto macio, atingindo “tangencialmente a borda do plano de percussão...(op. cit.: 68), ocorreu nas peças através do uso de percutores, geralmente de matéria-orgânica (madeira ou ossos e chifres de cervídeos). Tais características são estendidas aos materiais líticos dos outros sítios.

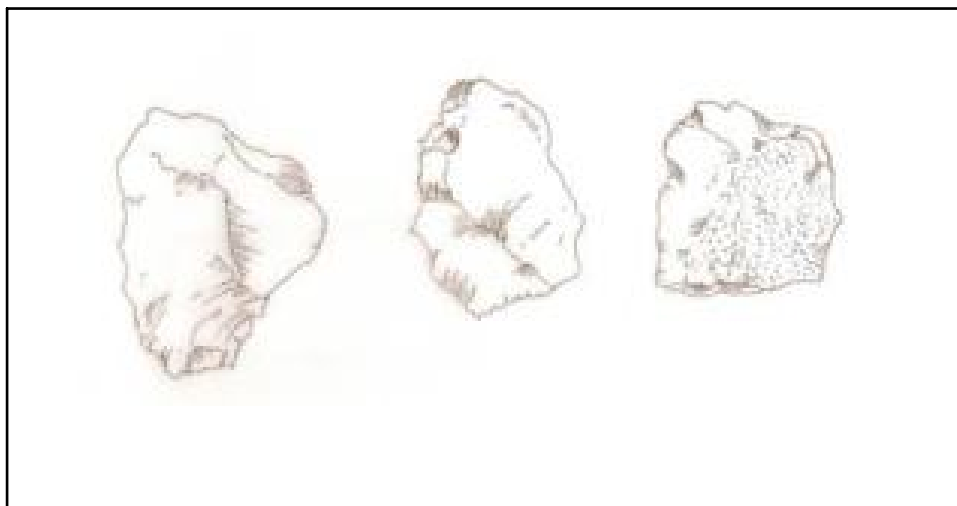
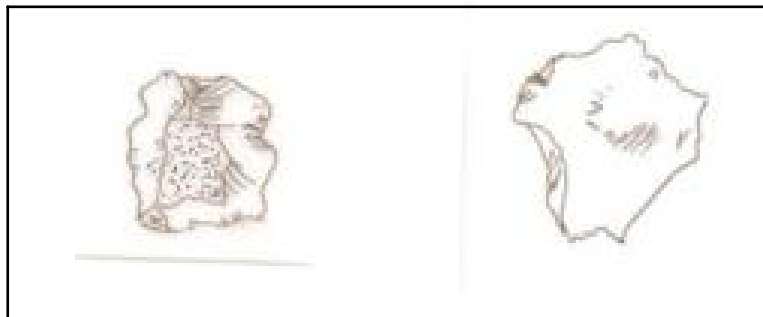
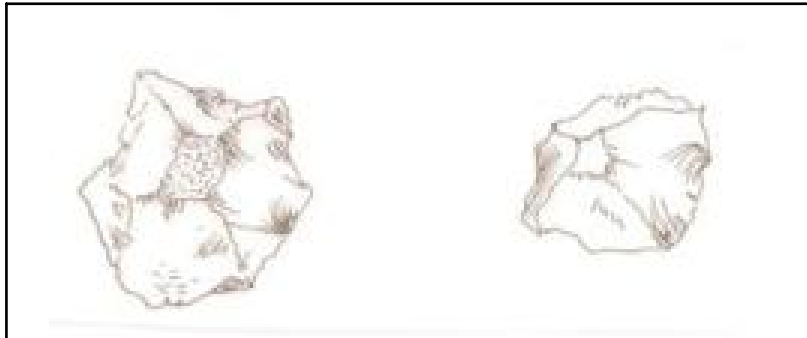
Com relação ao polimento das peças líticas coletadas, não identificamos no Cabaças I nem tampouco nos outros sítios, os possíveis instrumentos de polir, sejam eles fixos ou portáteis, que varia de acordo com cada grupo humano (TENÓRIO, 2003: 88) (AMARAL, 1995).

Os fragmentos de projéteis de grandes dimensões sugerem ter sido usados em armas (lança) que serviria para ataque e defesa.

Nas imediações do sítio, próximo ao rio Cabaças, bem como nas serras próximas, existem grande concentrações dessas matérias-prima, utilizadas em larga escala para a confecção do material lítico.

Pela grande quantidade de lascas de vários tamanhos e matérias-primas diversas, acreditamos que as mesmas eram trabalhadas no próprio acampamento.

Os desenhos esquemáticos que se seguem servem de demonstrativo de parte da coleção lítica coletada no sítio Cabaças I, bem como a fotografia (Figura 142 e 143) de parte do material:



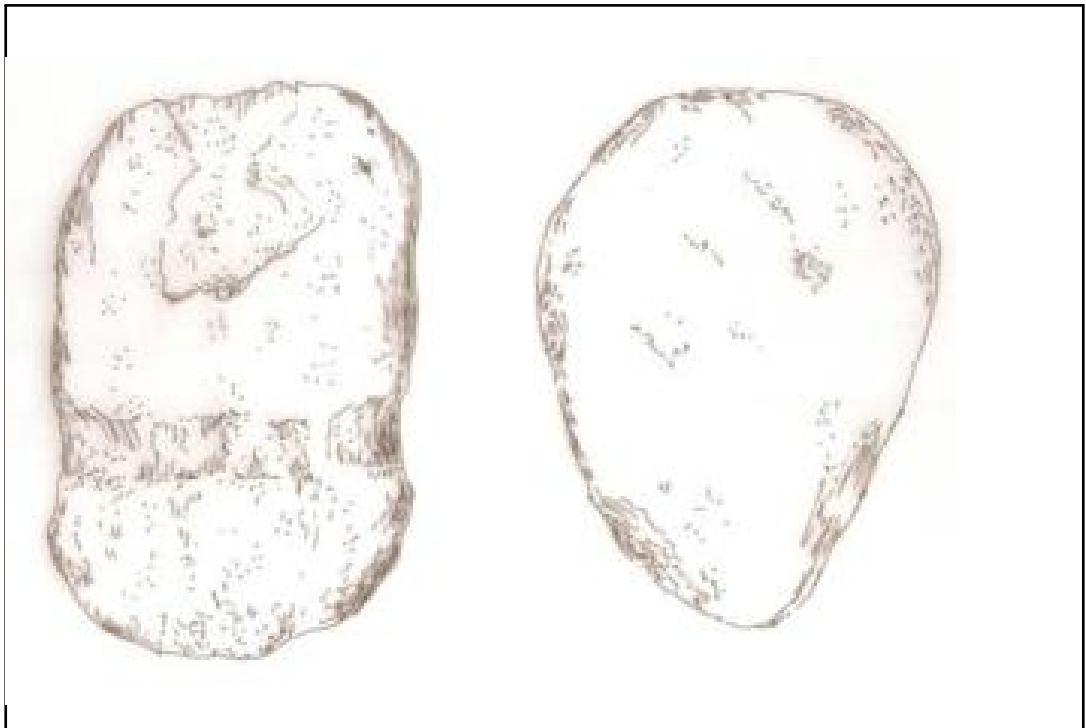


Figura 142- Desenhos esquematizados de parte da coleção lítica do sítio Cabaças I, Cuité – PB



Figura 143 - Fotografia de parte da coleção lítica do sítio Cabaças I, Cuité – PB

8.4.2.2. Material cerâmico

A coleção cerâmica coletada no sítio Cabaças I, é representada por 415 (quatrocentos e quinze) fragmentos de vários tamanhos (Quadro 68).

CERÂMICA – SÍTIO CABAÇAS I – CUITÉ – PB		
QUADRICULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE/ETIQUET/REFERÊNCIA
Superfície (área do sítio)	Superfície	10 CI-64-01 CI-64-10
Superfície (área do sítio)	Superfície	14 CI-114-01 CI-114-14
Superfície (área do sítio)	Superfície	22 CI-122-01 CI-122-22
Superfície (área do sítio)	Superfície	54 CI-116-01 CI-116-54
Superfície (área do sítio)	Superfície	22 CI-04-01 CI-04-22
Superfície	Superfície	26

(área do sítio)		CI-25-01 CI-25-26
Superfície (área do sítio)	Superfície	05 CI-30-01 CI-30-05
1C	0 a 10 cm	06 CI-120-01 CI-120-06
2 A	0 a 10 cm	68 CI-59-01 CI-59-68
2B	0 a 10 cm	78 CI-55-01 CI-55-78
2B	10 a 20 cm	03 CI-57-01 CI-57-03
2C	Superfície	29 CI-65-01 CI-65-29
2C	0 a 10 cm	78 CI-68-01 CI-68-78

Quadro 68 - Fragmentos de cerâmica coletado na escavação e em superfície do sítio Cabaças I, Cuité – PB.

Do material cerâmico coletado conseguimos uma reconstituição (Quadro 69). A cerâmica do sítio foi agrupada a partir da reconstituição e daí, a função da utilização funcional (Quadro 70):

RECONSTITUIÇÃO DAS PEÇAS CERÂMICAS DO SÍTIO CABAÇAS I		
TIPO	QUANTIDADE	SERVENTIA/FUNÇÃO
Panela		

Jarro		
Tigela	01	Cozinhar alimentos, guardar água.
Prato assador		
Outros		
Total de peças reconstituídas:		01

Quadro 69 - Reconstituição da cerâmica do sítio Cabaças I, Cuité – PB.

A cerâmica ainda foi trabalhada quanto a análise tecno-tipológica, conforme o Quadro 70:

CERÂMICA RECONSTITUÍDA DO SÍTIO CABAÇAS I – CUITÉ-PB		
ANÁLISE TECNO-TIPOLOGICA		QUANTIDADE
Tipos	Lábios (bordas)	
	Apontado	88
	Plano ou achatado	08
	Biselado	
	Redondo ou arredondado	14
	Dentado ou serrilhado	
Tipos	Bordas:	83
	Direta	107
	Reforçada externamente	19
	Introvertida	01
	Cambada	
	Vertical/Horizontal	01
	Contraída	
	Extrovertida	02
Tipos	Base	02
	Plana	01
	Convexa	
	Semi-convexa	01
	Outros	
Tipo	Bojo (diversos)	309

Tipo (outros)	Cacos de telha	15
Tipo (outros)	Alças	06
Fragmentos com pinturas	Engobo vermelho	10

Quadro 70 - Total de fragmentos cerâmico do sítio Cabaças I.

O total de fragmentos do sítio Cabaças I está representado no Quadro 71:

FRAGMENTOS DE CERÂMICA DO SÍTIO CABAÇAS I	
Base →	02
Bojo →	309
Borda →	83
Outros →	21

Quadro 71 - Total de fragmentos de cerâmica do Sítio Cabaças I.

Do material cerâmico coletado no sítio Cabaças I, reconstituímos 01 peça, conforme Figura 144:

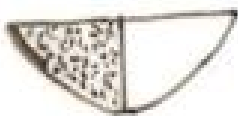
	Escala: 1:10
	Comprimento total (diâmetro) 30 cm
	Altura: 11,5 cm
	Etiqueta: CI – 64 - 03
	Recomposição a partir da borda esquerda (5,5 cm)
	Peça: Tijela

Figura 144 - Peça reconstituída através de fragmentos de cerâmica do sítio Cabaças I (Escala: 1/10).

Para a análise da cerâmica do sítio Cabaças I, repetiu-se a mesma utilizada nos outros sítios.

8.4.4.2.1. Itens da ficha de análise de reconstituição de cerâmica do sítio Cabaças I

1. Reconstituição da peça

A peça foi reconstituída a partir de fragmento de borda esquerda. O elevado grau de fragmentação impossibilitou outras reconstituições

2. Manufatura

Observou-se que a cerâmica coletada no sítio Cabaças I, provavelmente, era confeccionada com materiais provenientes da área do entorno do sítio. Nas imediações, num raio de 500 metros, localizamos várias fontes de matérias-primas básicas, desde areia de várias granulações a argilas. É possível que as peças fossem fabricadas na própria área do sítio e ali mesmo queimadas.

3. Decoração externa

Os gráficos que se seguem, servem de demonstrativo dos vários tipos de cerâmica confeccionada pelos Tarairiús, num completo conhecimento da técnica de se chegar ao produto final: o recipiente. Observamos que a cerâmica produzida era de excelente qualidade, fina e recebera ótimo acabamento.



Gráfico 10 - Decoração externa da cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

Observou-se que a cerâmica coletada no sítio Cabaças I, apresentou em sua maioria, decoração do tipo alisamento (parte externa), sendo que, o uso de apêndice nas vasilhas, foi constatado em pelo menos 10% dos fragmentos coletados.

4. Decoração interna

Decoração interna

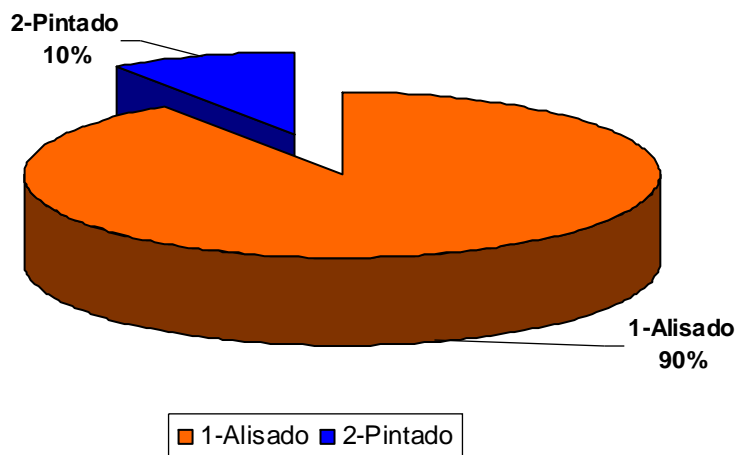


Gráfico 11 - Decoração interna da cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

Com relação ao acabamento (decoreção) interno dos fragmentos de cerâmicas coletados no sítio Cabaças I, percebeu-se que a sua maioria recebia acabamento do tipo alisado, característica comum na cerâmica Tapuia dos Sertões da Paraíba. Apenas 10% dos fragmentos receberam outro tipo de acabamento, pintado.

5. Fragmentos

Partes da peça

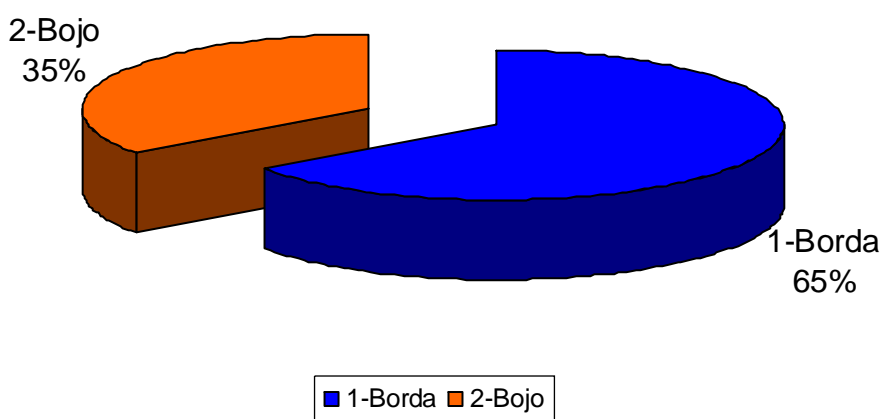


Gráfico 12 - Percentual de fragmentos, partes das peças, coletadas no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

O Gráfico 12, apresenta características dos principais fragmentos cerâmicos coletados no sítio Cabaças I, sendo que a maioria dos fragmentos fora constituída de

Bordas e Bojo comuns nos sítios cerâmicos dos Sertões da Paraíba. Percebemos que são esses fragmentos que mais se preservam em sítios arqueológicos. Outros fragmentos foram coletados no sítio, como apresentamos no Quadro 68.

6. Tipo de antiplástico

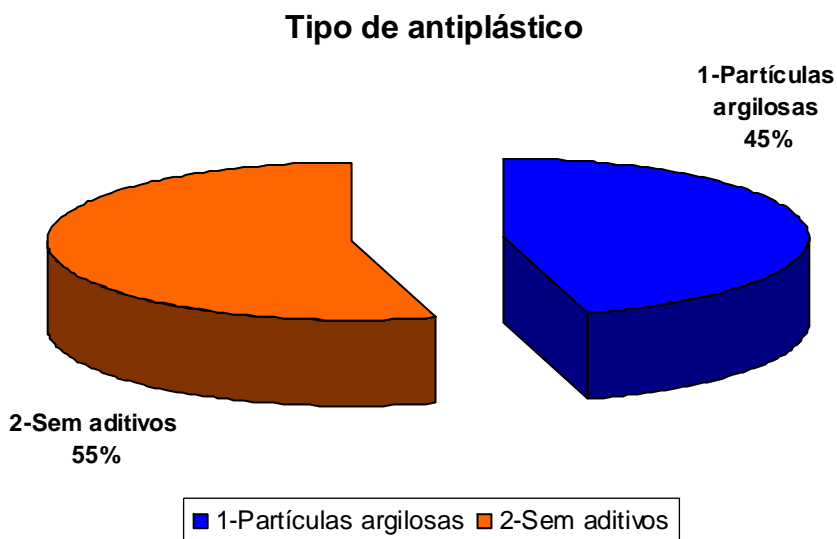


Gráfico 13 - Tipo de antiplástico verificado na cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

A maioria da cerâmica coletada no sítio Cabaças I, não apresentou nenhum tipo de antiplástico no preparo da argila para a confecção de peças. Isso foi percebido, quando em atividade de Arqueologia Experimental com argila coletada na área do sítio, conseguimos obter miniaturas de vasilhas sem que, para isso, fosse preciso adicionar algum tipo de material que viesse a servir como antiplástico.

7. Tipo de queima

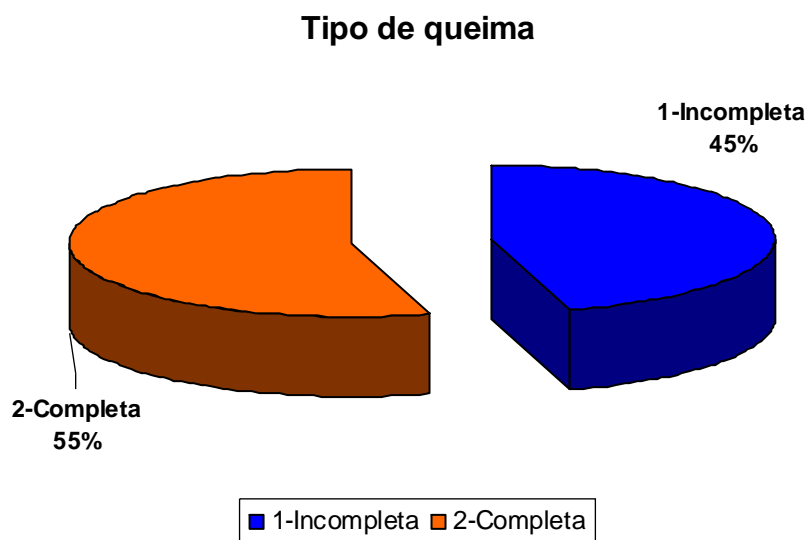


Gráfico14 - Tipo de queima observada na cerâmica coletada no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

A maioria dos fragmentos de cerâmica coletada no sítio Cabas I, apresentou uma queima do tipo completa, demonstrando, portanto, serem os índios Tarairiús conhecedores de toda a cadeia operatória da fabricação de peças de cerâmica, já que a queima é uma das últimas etapas no processo e requer acuidade, pois caso não seja feita a contento, a peça poderá quebrar ou ficar incompleta, o que não inviabiliza o seu uso.

8.4.4.3. Faiança

A cerâmica é a “mais antiga de todas as indústrias, uma vez que, desde os mais remotos tempos, o homem utiliza o barro para produzir utensílios domésticos” (CARVALHO, 2009).

Desde o início da colonização que peças diversas de cerâmica desembarcaram no Brasil. São de diversos tipos e de diversas procedências. No Brasil, desde os primórdios da ocupação europeia que peças de cerâmica eram fabricadas seguindo o modelo europeu que, quase sempre, interferiam na produção do índio.

Acredita-se que desde o século XVIII, já se produzia louça vidrada no Brasil, mas só a partir do século XIX é que grandes fábricas se instalam no país (CARVALHO, 2008), com produção em série, com preços acessíveis à população de baixa renda, sendo um dos principais implementos do lar adquiridos pelos recém-casados: conjunto

de porcelana constituído por baixelas, pratos, xícaras e pires. Esse material passou a constituir as tralhas das casas do Brasil durante o século XX, sendo comum seu achamento em áreas que existiram ou ainda existem velhos domicílios seculares.

A louça/faiança coletada no sítio Cabaças I, não pode ser identificada a fábrica que a produziu, graças ao elevado grau de fragmentização, baseado no Magmarqueologia (2009), do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conseguimos identificar aspecto como a cor (branca e azul) e, a partir dessa característica, identificá-las como sendo fabricadas no Brasil.

A Figura 145 traz uma amostra dos fragmentos de louça/faiança coletada no sítio Cabaças I. Sem dúvida que era louça utilitária.



Figura 145 - Desenhos de fragmento de Faiança coletado no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

8.4.4.4. Grés

Grés foi um material densamente importado da Europa até o final do século XIX, geralmente, constituído de garrafas de vários tamanhos e formato que servia para guardar vinho e outros líquidos. Inicialmente esse material era fabricado na Alemanha no século XV, depois passou a ser amplamente produzido na Inglaterra, França e Holanda. Geralmente essas garrafas eram aqui reaproveitadas para a guarda de outros líquidos. O uso de grés foi substituído no início do século XX pelo vidro, que passa a ser produzido em larga escala (COLI, 2002a).

O material coletado no sítio Cabaças I, favoreceu a identificação da origem, pois existe gravado em baixo relevo o país de origem em uma das peças, sendo a Holanda. A Figura 146, apresenta desenhos esquemáticos de fragmentos dessa cerâmica vidrada, coletada na área da escavação.

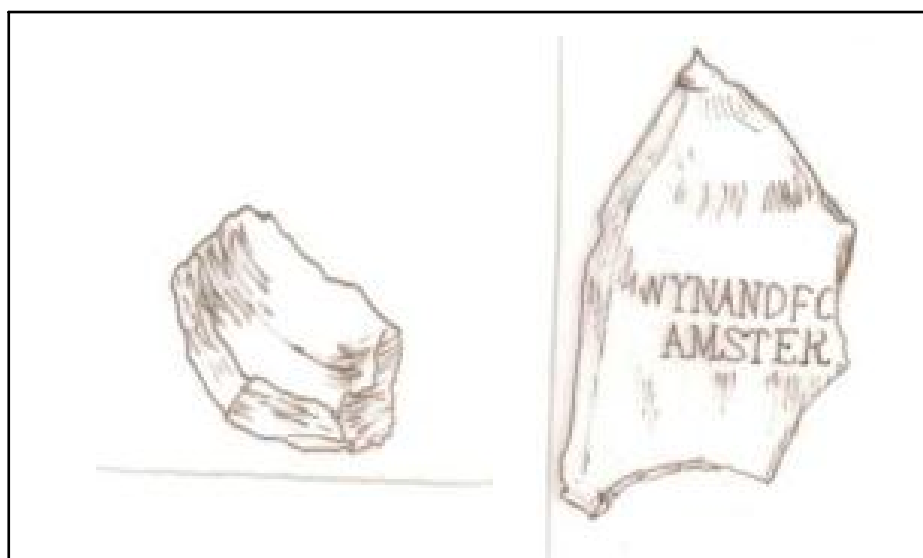


Figura 146 - Fragmentos de Grés, sítio Cabaças I.

O Quadro 72 traz o total de fragmentos de Grés coletado na área do sítio:

FRAGMENTOS DE GRÉS			
QUADRÍCULA	DECAPAGENS	QUANTIDADE/ETIQUET/REFERÊNCIA	TIPOLOGIA
Superfície	Superfície	09 CI-63-01 CI-63-09	Base e Bojo
Superfície	Superfície	03 CI-02-01 CI-02-03	Bojo
Total de fragmentos: 12			

Quadro 72 - Fragmentos de Grés coletado no sítio Cabaças I.

8.4.4.5. Vidro

Durante a escavação do sítio Cabaças I, encontramos significativo material arqueológico constituído de fragmentos de representatividade dos usos e costumes da população domiciliada na região nos primórdios do século XX. Atividade semelhante ocorreu durante as atividades de salvamento arqueológico quando da construção do Centro Popular de Compras (CPC), onde fora encontrado e coletado materiais

semelhantes aos que identificamos e coletamos em nossas atividades no Curimataú da Paraíba (DONINI, 2009).

O Quadro 73 traz o total de fragmentos de vidro coletado no sítio arqueológico:

FRAGMENTOS DE VIDRO			
QUADRÍCULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE/ETIQUETA/REFERÊNCIAS	TIPOLOGIA
Superfície	Superfície	17 CI-07-01 CI-07-17	Diversos (Base, Bojo e Gargalho)

Quadro 73 - Fragmentos de vidro coletado no sítio Cabaças I.

A Figura 147, apresenta desenhos esquemáticos dos fragmentos de vidro coletados no sítio Cabaças I.

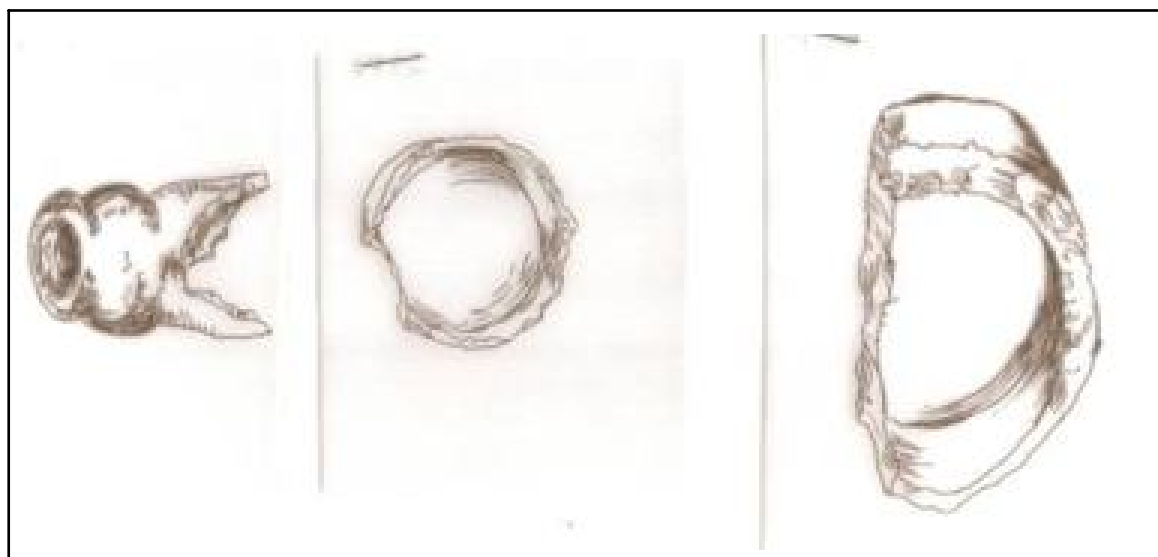


Figura 147 - Desenhos esquemáticos dos fragmentos de vidro do sítio Cabaças I, Cuité – PB.

8.4.4.6. Metal

Uma considerável fração dos artefatos coletados em sítios arqueológicos, no caso do Brasil do pós-contato, tem sido de objetos de metais. São objetos de diferentes classes e serventias: de estrutura arquitetônica, as armas, utensílios domésticos e agrícolas, as peças decorativas e mobília.

No sítio Cabaças I, o material coletado durante a escavação está constituído basicamente de material agrícola, como peças de enxada e outros implementos, provavelmente utilizados pelos indivíduos que viveram na região e por aqueles que lavraram a área do Roçado do Trapiá, ou sítio arqueológico Cabaças I, e material de uso doméstico.

Na maioria das vezes, quando se trata de peças agrícolas, o metal mais comum coletado é o ferro, pela sua dureza e resistência (MAGMARQUEOLOGIA, 2009).

A Figura 148, traz desenhos esquemáticos de alguns fragmentos de metal coletado durante as atividades de campo.

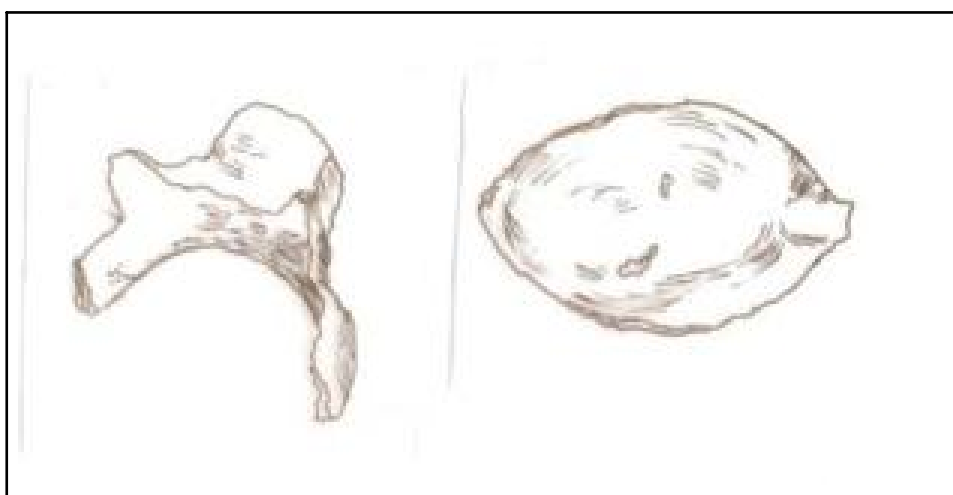


Figura 148 - Fragmentos de peças de metal, sítio Cabaças I, Cuité – PB.

O Quadro 74 apresenta os fragmentos de metais obtidos no sítio arqueológico.

QUADRICULA	DECAPAGENS	QUANTIDADE/ETIQUERA/REFERÊNCIAS
Superfície	Superfície	05 CI-111-01 CI-111-05
Superfície	Superfície	07 CI-62-01 CI-62-07
Superfície	Superfície	01 CI-05-01 CI-05-01

2C	O a 10cm	02
		CI-71-01
		CI-71-02

Quadro 74 - Fragmento de metal coletado no sítio Cabaças I.

A faiança, grés, vidro e metais são materiais de deposição recente no sítio. Verificamos a possibilidade de esse material ter tido procedência dos ocupantes europeus na região, o que, depois das devidas análises, concluímos tratar-se de material recente, provavelmente de meados do século XX, a não ser os fragmentos de Grés, que acreditamos ser do século XIX, já que esse material (vasilha) vinha em grande quantidade para o Brasil, com vinho, azeite e outros líquidos, sendo comum o achamento dessas vasilhas no interior da Paraíba.

8.4.5. Datações obtidas no sítio Cabaças I, Cuité – PB.

As datações obtidas através do método absoluto da TL, por análise de fragmentos de cerâmica, demonstram que o grupo humano Tarairiú ocupou a área por séculos e, de fato, tal grupo existiu.

As datações obtidas para o sítio/aldeia, em número de duas (uma com data de 749 ± 50 anos AP.; outra com data de 282 ± 20 anos AP.) comprovam que o local foi utilizado durante cerca de cinco (05) séculos com a função de servir como aldeia. Não conseguimos dados que demonstrem que a região foi ocupada ininterruptamente durante todo esse período. No entanto, permite-nos traçar um suposto período de ocupação do lugar por seus antigos habitantes.

Os fragmentos de cerâmica foram datados no LACIFID/USP.

8.4.6. Conclusões/considerações

O sítio arqueológico Cabaças I, trata-se de um local que serviu de aldeia para o grupo humano que viveu na região no período do contato, os índios denominados de Tapuias Tarairiús.

Pelos dados coletados, bem como as datações por TL obtidas, não há como afirmar que o local foi ocupado ininterruptamente durante cerca de 05 (cinco) séculos. A própria historiografia afirma que esses índios eram semi-nômades, mesmo que tendo

grandes aldeias. No entanto, é possível que a área fora ocupada durante esse intervalo de tempo. A datação obtida de 282 anos AP. (± 20 anos), serve de demonstrativo do período em que esse grupo humano foi extinto na região, de acordo com os relatos literários.

De acordo com o material arqueológico recolhido, especialmente lítico e cerâmico, concluímos que eram praticantes da agricultura, mas não dispensamos a possibilidade de terem sido caçadores/coletores, até porque o entorno do sítio apresenta excelentes condições para estas atividades.

As pontas de projéteis encontradas no sítio comprovam o que a historiografia dos cronistas tem apontado acerca dos índios Tarairiús, de terem sido povos aguerridos, pois tais projéteis, pelas grandes dimensões, são poucos prováveis que tenham servido para a caça, já que os animais da região são de pequeno porte. É provável, então, que os projéteis tenham sido utilizados para armas de guerra (Figura 149).



Figura 149 – Ponta de projétil de grande dimensão, sítio Cabaças I.

Com relação às matérias-prima básicas, argila, quartzo e sílex, nas imediações do sítio encontram-se em grande quantidade, o que, a nosso vê, o grupo não deveria dispensar grandes esforços para a coleta.

Os recursos hídricos de que o grupo necessitava para o cotidiano poderia ser obtido a menos de trezentos (300) metros da aldeia, no rio denominado de Cabaças, e no período das estiagens, nos tanques, caldeirões e especialmente nas cacimbas que escavava-se no leito do rio.

Os outros materiais arqueológicos (ferro, grés, faiança e vidro) são recentes, não apresentando nenhum elo de ligação com os índios Tarairiús do período do contato.

Não encontramos nenhuma ligação entre o grupo humano que ocupou o sítio Cabaças I, os índios Tarairiús, e os executores das pinturas rupestres existente no sítio Cabaças II, as margens do rio homônimo.

De forma geral, o material arqueológico encontra-se fragmentado, graças às atividades desenvolvidas por agricultores, curiosos e pastores de gado que frequentam o local nos últimos tempos.

Não encontramos nas imediações nenhum local que possa ter servido para a prática do endocanibalismo ou necrópole indígena.

O sítio arqueológico Cabaças I, encontra-se vandalizado, impossibilitando outras análises.

PARTE TERCEIRA

(O PERFIL CULTURAL DOS TAPUIAS CARIRIS E TARAIRIÚS)

CAPITULO IX

9. PERFIL CULTURAL DOS ÍNDIOS CARIRIS E TARAIRIÚS

9.1. Características observadas dos índios do Brasil e, em especial, dos Tapuias Cariris e Tarairiús da Paraíba.

Para melhor mostrarmos as características de cada grupo humano Tapuia, optamos por realizarmos um resgate das características observadas em cada capítulo desta tese. Em alguns pontos, optamos por mostrar as características desses dois grupos, em outros pontos, optamos por mostrar características gerais comuns aos grupos indígenas do Brasil e da região.

As análises realizadas através das pesquisas historiográficas, documentais e arqueológicas subsidiaram a identificação do perfil cultural dos Tapuias Cariris e Tarairiús, habitantes da Paraíba no pré e pós-contato (Quadro 75):

CARACTERÍSTICAS DS TAPUIAS DA PARAIBA	
LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO/DOCUMENTAL	
CARIRIS	TARAIRIUS
PONTO 1 → O HOMEM E O MEIO	
Habitaram os Sertões da Paraíba, áreas que hoje estão inseridas nas mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão;	Habitaram os sertões da Paraíba, áreas que hoje estão inseridas nas mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão, descendo com certa frequência a região da Mata e Litoral;
Grupos humanos adaptados ao rigor geoclimático dos Sertões;	
amplo conhecimento dos recursos naturais da região, utilizando-a como alimento, resinas, fibras, lenha, utensílios e habitações;	
prática de agricultura sazonal e itinerante, explorando os ecossistemas de acordo com o que cada área pudesse produzir e oferecer. Produziam basicamente: o milho, batatas, mandiocas, legumes, algodão e urucu. A agricultura era desenvolvida e as roças exploradas por décadas;	
deslocamento sazonal para caça, pesca e coleta na região de atuação de cada aldeia,	além do deslocamento sazonal para a prática de caça, pesca e coleta da área de atuação de cada aldeia, a literatura tem mostrado que os Tarairiús desciam ao Litoral no período em que

	o caju safrejava para realizar a coleta;
acredita-se que esses grupos humanos tinham, nos vegetais obtidos na agricultura e na coleta, cerca de 80% da sua base alimentar;	
De forma geral, a região de caatinga que esses grupos viveram e sofreram transformações ambientais significativas, alterando o ambiente e repercutindo nas espécies vivas, fazendo desaparecer a megafauna, sobrevivendo a fauna considerada média e pequena;	
não existe indícios de que o grupo humano Cariri e Tarairiú tenha convivido diretamente com a megafauna extinta da região;	
esses grupos humanos preferiam caçar animais pequenos (tatu, mocó, preá, aves, etc.), aos grandes, que tinham hábitos noturnos e eram ferozes. No entanto, não desprezavam essas caças, quase sempre fruto de ações ritualísticas;	
amplo conhecimento técnico no processo de coleta de vegetais, de mel silvestre, na pesca e na caça;	
	consumo excessivo de caju e da castanha, motivando o êxodo para outras regiões produtoras desse fruto e amêndoa;
uso de cordas de taquara e cipós para subir em árvores, armas, ranchos e armações diversas;	
não produziam um excedente alimentar para trocas, mas sim, apenas o suficiente para alimentação do grupo e a guarda de um punhado para o plantio no ano seguinte;	
apesar de viverem num estilo de vida simples, adaptados às caatingas, é provável que esses grupos indígenas viessem a ter problemas e escassez alimentar e água, levando a morte, especialmente indivíduos jovens e velhos, por inanição;	
o grupo Cariri sobreviveu no mesmo nicho ecológico que os Tarairiús, as caatingas, comprovadamente, trocas culturais existiram entre eles;	
verificou-se que os índios Cariris tinham por hábito, habitarem às áreas de vales dos principais rios da região, estendendo-se mais para o Sul do território da Paraíba;	verificou-se que os índios Tarairiús tinham por hábito, habitarem as áreas mais montanhosas, mas também próximas a rios, estendendo-se mais para o Norte do território da Paraíba;
em toda a área de domínio dos grupos humanos Cariris e Tarairiús, no período de contato, a caatinga mostrava-se rica em espécies, sofrendo acentuada devastação com o processo de colonização e introdução de novas formas econômicas;	
a escassez de água e comida foi um limitante para o desenvolvimento desses grupos humanos na região. No entanto, não barrou a sobrevivência secular de adaptação ao bioma da caatinga que criou as condições mínimas para os grupos tribais manterem-se ativos e reagirem frente ao domínio europeu. A acuidade do índio levou-os a sobreviverem, extraindo das plantas a água e a comida necessária, essencialmente nos períodos de grandes secas;	
esses grupos humanos tinham plenos conhecimentos de todo o processo de frutificação dos vegetais da região, usando, portanto, tais alimentos como complemento alimentar para o sustento da prole;	
foi o colonizador europeu o grande causador dos impactos ambientais, muitos deles irreversíveis, que o bioma caatinga e sua população humana vive atualmente, e não os índios que ali viviam de forma harmônica no ambiente;	

<p>os grupos humanos Cariris e Tarairiús criaram suas noções de paisagem, vendo o meio não como inimigo, mas um aliado em que poderia lhes dar o mínimo para a sobrevivência. Nesse sentido, a noção de paisagem que percebemos dos índios é que eles identificavam, no ambiente, um conjunto de formas e recursos capazes de lhes fornecer o sustento;</p>	
<p>verificamos que as guerras feitas contra esses grupos humanos, no pós-contato, estavam ligadas, principalmente, à atividade da cultura canavieira do Litoral, pois o interior (Sertões), passou a ser o local capaz de prover as necessidades daqueles que viviam da produção do açúcar. A partir dessa concepção, tem-se início o povoamento das áreas acaatingadas e, por conseguinte, a limpa do território com a extinção desses grupos humanos;</p>	
<p>o povoamento dos Sertões, especialmente nas áreas que eram ocupadas por estes grupos humanos foi de extrema violência, o que resultou num dos maiores genocídios da História das Américas; a bem do desenvolvimento europeu, a terra foi limpa dos índios Cariris e Tarairiús;</p>	
<p>os Cariris inicialmente ofereceram forte resistência a penetração Lusa em suas terras, depois, como forma de resistência, tornaram-se aliados destes, mesclando-se na população branca, criando o típico sertanejo contemporâneo;</p>	<p>os Tarairiús foram os grandes inimigos dos lusos, reagindo a penetração branca em suas terras. Foram aliados dos holandeses, o que resultou num grande genocídio e desapropriação sumária de suas porções nas áreas acaatingadas, mas também mesclando-se a população branca que ocupou seu território;</p>
<p>colonos, ordens religiosas, tropas de linha e bandeirantes são os grandes responsáveis pelas devassas dos Sertões e sua gente nativa no pós-contato;</p>	
<p>a seca sempre ceifou a vida dos grupos humanos indígenas da região, mas é notório que ela se assentou com consequências mais graves para branco e índio, a partir da devassa das caatingas dos Sertões;</p>	
<p>nas áreas de domínios dos antigos índios Cariris e Tarairiús, tem sido comum encontrarmos provas materiais que o ambiente das caatingas em que viveram fora diferente. Os fósseis da megafauna aparecem em todos os lugares e são testemunhos de paleoambientes diferentes dos ambientes da época do contato, isso pode ser acompanhado de diversas formas, seja pelos estudos de sedimentos de pólen ou fósseis, seja pela indumentária de utensílios e armas confeccionadas pelos ancestrais dos índios Cariris e Tarairiús;</p>	
<p>há indícios de que a exploração das caatingas, de forma sazonal, era semelhante entre os Cariris e Tarairiús e entre outros grupos da região. No entanto, é possível ter havido formas e instrumentos diferentes para a exploração do meio, mesmo que os objetivos sejam comuns;</p>	
<p>Os índios Cariris e Tarairiús tinham amplo conhecimento da domesticação de plantas para diversos fins: alimento, medicinal, construções, artefatos, etc.. Não existem relatos de domesticarem animais para alimentação, mas apenas os usavam como animais domésticos ou para usos esporádicos em atividades ritualísticas;</p>	
<p>é possível que os índios Cariris e Tarairiús procurassem certos lugares para armarem seus acampamentos graça a existência de importantes áreas de coleta e caça, especialmente as áreas abrejadas;</p>	
<p>a horticultura manteve grandes aldeias Cariris e Tarairiús em todo o Sertão da Paraíba, provando que esses grupos humanos não eram nômades, vivendo apenas da coleta, da caça e pesca.</p>	
<p>PONTO 2 → EVOLUÇÃO DOS GRUPOS HUMANOS NOS SERTÕES.</p>	
<p>Verificamos que Cariris e Tarairiús deixaram marcas de sua existência e passagem em terras da Paraíba através do material arqueológico recuperado nas escavações;</p>	
<p>é possível que os grupos constituídos de agricultores só surjam, na região, por volta de 3,5 mil anos AP., sem que tenhamos provas se foram ou não os antecessores dos índios Cariris e</p>	

Tarairiús;
é possível que por volta de 3 mil anos AP., os grupos humanos que habitaram os Sertões da Paraíba já praticavam ritos de passagem, principalmente os mortuários;
é possível perceber, através dos vestígios arqueológicos dos grupos humanos nos Sertões da Paraíba, bem como na historiografia, que houve um processo de evolução cultural, mesmo que incipiente, desses grupos, perceptível nos sítios rupestres, no material lítico e cerâmico e na cultura imaterial;
Cariri e Tarairiú, dentro de suas necessidades e delimitações, desenvolveram tecnologias capazes de obterem o necessário à sobrevivência; é possível ter havido uma evolução tecnológica nos Sertões da Paraíba, percebida por Armando Laroche (1982), principalmente com relação à produção de materiais líticos;
Cariri e Tarairiú encontravam-se no que podemos chamar de estágio primitivo de desenvolvimento tecnológico (entre o Paleolítico e o Neolítico), tomando como referencial o modelo cultural europeu do período do contato;
uma corrente da Arqueologia deve ser utilizada para a distinção desses grupos humanos diferentes na Paraíba: a Darwiniana, que possibilita a análise via materiais (utensílios), das mudanças sofridas por um grupo com o tempo; os materiais arqueológicos possibilitam traçar o perfil de um grupo. Cariri e Tarairiú apresentam-se distintos, seja através dos vestígios materiais, seja através do resgate historiográfico ;
pelas análises realizadas, Cariri e Tarairiú apresentavam valores materiais e espirituais determinados, caracterizando, portanto, a formação de grupos culturais/étnicos diferentes;
a tentativa de impor a cultura europeia no Brasil do pós-contato falhou, mas levou a reação contínua dos índios e, em muitos casos, como entre os Cariris e Tarairiús, o destino destes, na Paraíba, foi o extermínio total;
baseado no exposto por Leone (1968), Cariri e Tarairiú tinham elevada dependência da cerâmica, portanto, isso leva-nos a conjecturar terem sido povos horticultores, mas não excetuando a prática de grupos caçadores/coletores/pescadores;
a cultura material de um grupo não é o fim, mas um meio para classificar um grupo humano, não podendo ser desprezado. A cultura material, hábitos e costumes e a língua distinguem horizontalmente Cariris e Tarairiús, na Paraíba, como grupos humanos distintos;
é possível que a cultura desenvolvida por Cariris e Tarairiús tenha, antes do contato, sofrido ajuste, adaptando-se, tais grupos, a novas situações. É possível que tais grupos viram no processo de caboclicização uma forma de sobrevivência dos últimos Tapuias, através de mudanças adaptativas;
é possível através do resgate cultural dos Cariris e Tarairiús identificar seu <i>modus vivendi</i> , seu cotidiano, pois reflete a vida socio-econômica do grupo;
é possível identificar que Cariri e Tarairiú constituíam grupos étnicos diferentes através das análises das três esferas básicas propostas por Trigger (2004): os dados etnográficos, históricos e arqueológicos. Nesse sentido, a etnicidade é como um grupo está organizado; socialmente falando. Cariri e Tarairiú tinham formas diferentes de organização, segundo o verificado longamente no decorrer do trabalho;
é possível ter havido contato interétnico entre os grupos indígenas, Tapuias e não-Tapuias da Paraíba no pré e pós-contato;
não foi possível identificar cientificamente se Cariri e Tarairiú descendiam de um ancestral comum, mesmo assim, cada grupo apresentava sua etnicidade, hábitos, costumes e cultura

material diferente, mesmo que aparentado em algumas características;
acredita-se que Cariris e Tarairiús tinham uma concepção política criada da não aceitação de certas situações, que os levaram a reagir frente aos colonizadores;
Cariri e Tarairiú formaram, nos Sertões da Paraíba, uma pseudo-nação, congregando indivíduos com traços comuns, mas sem que tenha arregimentado todas às características básicas para a formação de uma nação, ao menos moldada no modelo europeu da época;
pelas características de solidez observadas entre os Cariris e Tarairiús, é possível afirmar que esses grupos descendiam de povos antigos da região (pré-históricos), pois verificamos solidez em seus costumes e, principalmente, domínio e amplo conhecimento do meio em que viviam;
Cariri e Tarairiú se reconheceram enquanto grupo humano distinto, mesmo ocupando o mesmo nicho ecológico na Paraíba;
Cariri e Tarairiú apresentavam tradições culturais distintas, o que serve para identificá-los enquanto grupos étnicos diferentes;
Cariri e Tarairiú, de acordo com a historiografia, nunca se viram como índios, como algo ou um ser exótico, mas sim como indivíduos detentores de uma cultura, é certo que distante da cultura europeia da época do contato, mas de servir como forma de apresentação de cada grupo étnico.
PONTO 3 → A AMÉRICA E POSSE EUROPEIA NO BRASIL
A visão que o outro (o índio) teve do colonizador foi de selvagem. Houve uma reciprocidade entre os atos de selvageria no Brasil: colonizador e colonizado usaram de todos os meios para infligir baixa ao inimigo. Para o colonizador, matar o índio era parte do processo expansionista; para o índio, matar o colonizador era sobreviver;
a conquista da América fez parte de um processo mais amplo, da nova situação vigente no período e das transformações econômicas. Assim, os europeus não viram os índios como indivíduos capazes de, a seu modo, serem incorporados a essa nova situação, o índio foi conquistado e teve sua cultura esfacelada, aniquilada e apagada do processo de construção do Brasil atual;
identificamos uma mitologia riquíssima, na Europa, acerca do descobrimento das Américas, como também, que esses mitos foram vencidos pelas inovações tecnológicas adquiridas pelos europeus, o que desencadeou as grandes navegações marítimas e a chegada ao Novo Mundo. Esses mitos ajudaram a construir uma visão estereotipada dos habitantes das Américas, servindo de justificativa para o extermínio por vir. A Antropofagia foi um dos mitos criados a partir do contato, intensamente utilizada pelo europeu para justificar os massacres contra todos os povos do continente. Criam-se mitos, pinta-os, rotulam-se os habitantes e justificam-se as atrocidades;
os descobrimentos dos séculos XV e XVI foram tamanhos, para a ciência da época, para a igreja e economia, ao ponto que houve uma (re) descoberta do mundo. A forma de ver e pensar o mundo foi revista: homens, plantas, animais, minerais foram incorporados ao mundo, ampliando-o, transformando-o, criando novos conceitos, mas também consolidando velhos modelos;
a vida dos europeus para o Novo Mundo criou um grande choque de culturas que iria justificar tudo no futuro: de um lado os índios, vistos sem pudor; do outro, o europeu que se escondia por trás da fé católica que tudo permitiu para justificar as barbáries cometidas aos índios;
a própria diversidade cultural das Américas causou espanto ao europeu: tendo como parâmetro e modelo a sociedade europeia do período, os povos do Novo Mundo foram classificados entre os mais desenvolvidos, como os Astecas, e os menos desenvolvidos, como os Tapuias, mas todos bestiais graças as práticas religiosas/ritualísticas que praticavam;
a posse das Américas e do Brasil fora brutal, desumana. Ao outro (índio), não lhe foi dado o

<p>direito de ser gente, não foram respeitadas seus costumes. Tudo lhe foi tirado, nada lhe foi dado;</p>
<p>apesar das datações existentes acerca do povoamento pré-histórico das Américas, tudo é incerto e inconcluso, por escassez de dados mais substanciais assim, não existem dados suficientes para traçar o processo de ocupação pré-histórico nem do Nordeste do Brasil nem tampouco da Paraíba;</p>
<p>o aparato tecnológico europeu do uso de animais e armas letais foi usado no Novo Mundo para dominar o homem e fazer da terra brotarem riquezas, desestruturando as culturas locais ao passo que impunha a sua;</p>
<p>verificamos que os europeus tinham dois grandes objetivos ao virem para as Américas: 1. servirem a Deus; 2. servirem a El-Rei. Embutida nisso estava, por exemplo, a questão econômica. Tudo passou a ser justificativa para que se alcançassem tais objetivos;</p>
<p>verificamos que logo em seguida a vinda dos primeiros europeus ao Brasil, começa uma preocupação em Portugal para a futura posse e controle do Brasil. O mapeamento dos acidentes geográficos, os primeiros contatos com os índios, a exploração e estudo da terra corroborá com a tese de um não abandono do Brasil em virtude das atividades que aquele país desenvolvia no Oriente;</p>
<p>observamos que o contato, inicialmente, foi benéfico para alguns grupos indígenas. Entretanto, na medida em que os interesses lusos se voltam para o povoamento da terra, o contato amistoso passa a ser uma guerra de extermínio, de limpeza de terreno, de expropriação, para gerar as riquezas ambicionadas pela coroa Lusa; com o contato, o índio foi forçadamente integrado ao novo sistema/modelo econômico português, o que desbaratou e aniquilou suas culturas;</p>
<p>o contato trouxe surpresa para o índio e o europeu. Recebidos cordialmente, os europeus responderam com infâmia. O outro via o europeu como algo exótico apenas. O europeu via os índios e suas terras como exóticos, mas também como importante fonte geradora de riqueza e a igreja os via como almas para o rebanho que diminuía na Europa, graças às reformas;</p>
<p>o índio foi visto como indolente, entrave, inculto, depravado, anticristão e antropofágico, rendendo-lhe dissabores e guerras justas, causando o extermínio brutal de inúmeros grupos em todo o continente;</p>
<p>verificamos que toda uma infraestrutura fora montada para a conquista do homem e da terra nas Américas: do ideológico ao militar. O índio foi dobrado pelo uso das armas de fogo, mas também pelo uso da reza;</p>
<p>verificamos que nos relatos historiográficos, poucos falam dos índios do Brasil e, quando falam, é o outro que fala por ele. Assim, muitos cronistas reconheceram as qualidades dos índios, mas também os via, sempre, como selvagem, atribuindo a falta de Leis, Reis e Deus;</p>
<p>verificamos que todos os europeus que colonizaram ou tentaram colonizar o Brasil buscaram alianças com os índios, seja para não tê-los como inimigos, seja para obter alimentos e guerreiros para o combate dos inimigos internos e externos;</p>
<p>a conquista das terras do Brasil foi uma consequência inequívoca do que acontecia na Europa no período. O índio foi usado para consolidar esse modelo, sendo aculturado e usurpado no que mais importante lhe pertencia: a terra, sua cultura e seu povo;</p>
<p>verificamos que desde o princípio da conquista das Américas e do Brasil, existiu uma ideologia pré-concebida pelos imperadores e a igreja de que e para que conquistar o Novo Mundo. Assim, política, economia, religião e poder foram os alicerces do processo que culminou com a dominação total dos índios das Américas, sendo os mesmos forçadamente incorporados a esse novo modelo;</p>
<p>o Nordeste colonial, área inicial da colonização do Brasil, recebeu sua primeira forma de rateio de terras, de tal forma que levou a um processo que perdura até hoje, com a desapropriação das</p>

terra para monocultura, subsistência e atividade criatória, gerando os grandes latifúndios que criaram as mazelas no campo atual;
sem dúvida, foi a partir de Pernambuco que teve início o processo de colonização da imensa região. Foi a partir desta capitania que os lusos dão início ao longo conflito contra os índios, realizando os descimentos, as guerras justas e estendendo a colonização para o Norte e para os Sertões;
verificamos que a conquista e consolidação das terras a Norte de Pernambuco, especialmente a Paraíba, aconteceu para inicialmente sustentar os domínios territoriais da capitania de Pernambuco. A sobrevivência de Pernambuco dependeu do que os lusos/espanhóis conseguiram do Norte;
inúmeros cronistas, viajantes, padres missioneiros, comerciantes, bandeirantes e militares falaram do Brasil, sua gente e suas características naturais e antrópicas do pós-contato, servindo de importância relevante para que se possa ter uma ideia de todo o processo que culminou com o extermínio indígena do Brasil, bem como as reações. Esses primeiros relatos do Brasil e sua gente serve de demonstrativo da heterogeneidade dos grupos humanos indígenas, seus <i>modus vivendi</i> e localização precisa de muitos grupos;
a região Nordeste do Brasil, na época do início da colonização denominada de Norte, fora intensamente assolada por piratas de várias bandeiras, especialmente os franceses. Todos aqueles que conquistaram ou tentaram conquistar a região fizeram uso de índios, fosse para ajudá-los nas atividades de coleta de produtos da terra, na construção, nas lavouras ou como guerreiros;
das invasões que o Nordeste sofreu, a holandesa foi a mais demorada. A partir dela, tem-se início a um dos maiores genocídios verificados nas Américas: o extermínio dos índios Tapuias Tarairiús, aliados dos batavos contra os lusos/espanhóis. Foi essa perseguição que gerou forte reação dos índios, ficando conhecida como Guerra dos Bárbaros;
verificamos que a Guerra dos Bárbaros nada mais foi do que a limpa do terreno dos Sertões, essencial para a introdução dos gados, como forma de buscar os meios necessários para suprir a indústria açucareira, bem como outra importante fonte de riquezas para os colonos da região e a Coroa Lusa;
a partir da limpa do terreno dos Sertões, verificou-se que a área sofreu devassa em todos os sentidos: a terra fora rateada entre as famílias mais abastardas que havia conquistado a região, como os D'ávilas e os Lêdos;
as investidas, nos Sertões, foram basicamente atividades militares, acompanhadas de atividades missionárias. Os resultados dessas investidas são as extinções de vários grupos indígenas da região, a devassa das terras, as transformações de aldeias e missões em vilas, a da população indígena sobrevivente que passou por um rápido processo de acabocliação. As consequências mais trágicas desse processo foram a total descaracterização da vida comunal dos índios dos Sertões, sua submissão total e a criação de um modelo de índio genérico, fóssil vivo que representaria a infância do processo de evolução da vida na Terra. Nesse contexto, pouco se conhece sobre o complexo modo de vida dos Tapuias. A ferocidade do contato colonizador/Tapuia fora tão intensa nos Sertões da Paraíba, que pouco restou de seu legado.
PONTO 4 → OS ÍNDIOS DO BRASIL NO PRÉ E PÓS-CONTATO
Com relação ao processo de classificação dos índios do Brasil do pós-contato, verificamos que vários cronistas, militares, missioneiros e cientistas tentaram fazê-lo, levando-se em consideração características marcantes em cada grupo. Nesse sentido, optamos em enquadrar os Tapuias Cariris e Tarairiús no que ficou denominado por Arion Dall'Igna Rodrigues (2003) de tronco Macro-Jê, em que levou em consideração, principalmente, a questão linguística dos grupos;
verificamos que cada grupo indígena do Brasil do pós-contato, mesmo que aparentados,

apresentam traços da cultura material diferentes, fornecendo-nos informações precisas para apresentá-los, cada grupo tem uma ou outra características que os diferem;
a visão e versão que temos sobre os índios do Brasil foram herdados dos colonizadores, sendo, portanto, uma visão distorcida em que o outro é visto como o bárbaro, ao passo que o colonizador é visto como civilizado;
verificamos que os índios do Brasil não davam o mesmo valor aos bens materiais que os europeus davam, geralmente valor monetário. Para os índios, um objeto valia pela sua serventia, e outros para a ornamentação e de grande valor simbólico, sendo, quase sempre, sepultados com o seu dono;
entre os índios do Brasil, alguns cronistas verificaram que os bens mais preciosos eram os que mais arduamente se fabricavam e que tinham grande serventia como as canoas e os materiais líticos;
verificamos que as coisas (pertences) dos índios foram amplamente utilizadas pelos colonizadores, através da tática de conhecer, tomar e dominar, desde a tática de guerrear dos índios até os produtos comestíveis, medicinais e matérias-primas;
entre os índios do Brasil, verificamos traços comuns, como produção coletiva de alimentos, de alguns utensílios, a caça, a coleta e a pesca. No entanto, não se exclui uma atividade individual (famílias), com uma incipiente divisão de trabalho por idade e principalmente por sexo;
existe dificuldade em se verificar se certos utensílios seriam ou não exclusivos de um grupo humano. É provável que tenha havido contatos entre boa parte dos índios do Brasil, gerando um intercâmbio entre materiais, mas se modificando de acordo com as necessidades, o ambiente e fontes de matérias-primas disponíveis em cada território;
é indiscutível que os inúmeros grupos humanos indígenas viviam a realizar guerras entre si: os motivos que verificamos vão do rapto de índios para servirem de escravos, casamentos ou o mais comum, a expropriação de terras férteis e fontes produtoras de matérias-primas. Sabedores disso, os colonizadores passaram a incentivá-los a guerras entre si, contribuindo para a dizimação de grupos, facilitando o trabalho de limpa de terreno. Nesse sentido, as histórias e sistemas de vidas dos outros foram deturpados em benefício da colonização;
a partir dessa interpretação europeia dos fatos, como o banquete de carne humana, justificou-se toda a horda de selvageria que cercou o processo de colonização do Novo Mundo. No geral, verificamos terem sido poucos os relatos que mostram as atividades ritualísticas que envolviam de alguma forma a carne humana;
verificamos, enquanto costume de se dar destino ao morto entre os índios do Brasil, várias formas: desde o sepultamento (em fossas e urnas), lançamento em rios, incineração, até o endocanibalismo. O mais comum seria o sepultamento em fossas, abertas nas proximidades das aldeias ou nas cavidades naturais;
enquanto importante costume de buscarem locais para moradias, verificamos que as cavidades naturais dos Sertões da Paraíba, ao menos no período do contato, não eram utilizadas para moradia fixa, talvez para acampamentos temporários de grupos coletores, caçadores em suas atividades;
com relação ao tipo de habitação construída pelos índios, identificamos vários tipos, variando entre os grupos e o espaço geográfico em que habitavam;
inexistem dados que mostrem os tipos de habitações dos índios Cariris e Tarairiús dos Sertões da Paraíba. É possível que vivessem em aldeias localizadas em locais estratégicos;
de forma geral, os índios do Brasil organizavam-se em sistema tribal que sofria várias subdivisões, até chegar na célula familiar;

<p>verificamos que havia rituais diversos entre os grupos indígenas do Brasil, sendo o casamento um deles; cada nação e, às vezes, tribos tinham a sua atividade ritualística, costumes e formas diferentes para se obter o cômulo. No geral, a mulher era vista de forma pejorativa e submissa aos homens, pais, irmãos e marido;</p>
<p>verificamos que entre os índios do Brasil, havia a adoração de deuses, numa constante dicotomia (bem e mal). Com a introdução do cristianismo, o índio passou a incorporar o Deus e os santos católicos, mas sem que necessariamente tenham abandonado seus rituais mágicos/religiosos. De forma geral, eram adoradas as forças naturais;</p>
<p>verificamos que, de forma geral, os índios eram festivos, realizando, sempre, festas sobre qualquer pretexto, como casamento, nascimento, plantio e colheita, caçada, pescaria, etc.;</p>
<p>verificamos que em toda a América e especialmente no Brasil, os índios dominavam inúmeras técnicas construtivas de fabricar seus utensílios e adornos usados no cotidiano, o que, entre alguns grupos, serve de excelente indicador para traçar o perfil cultural do grupo;</p>
<p>a música e dança foram verificadas entre praticamente todos os grupos indígenas do Brasil, os europeus usavam a estratégia da música para o domínio e conquista dos índios;</p>
<p>verificamos ter existido uma gama grande de armas fabricadas pelos índios, com ampla serventia: da guerra à defesa, caça e a pesca. A diversidade de suas armas, também, esteve sensivelmente ligada ao ambiente, pois era deste que se obtinha a matéria-prima para confeccioná-las;</p>
<p>verificamos que os índios do Brasil, os grupos horticultores, utilizavam-se de apetrechos (ferramentas) no preparo do terreno, no processo de coleta e no preparo dos alimentos, como o processo de maceração dos grãos;</p>
<p>verificamos existir contradições com relação ao processo de domesticação de animais. Grupos havia que faziam usos de certos animais como membro da família. Em outros grupos, principalmente no Norte do Brasil, criavam-se certos animais em cativeiro para obtenção de alimentos e matérias-primas;</p>
<p>verificamos que entre os índios do Brasil os alimentos eram preparados pelas mulheres, mas questionamos se os homens não os preparavam, especialmente quando saíam a caça;</p>
<p>nas tribos do Brasil, havia tralhas utilizadas especialmente para o preparo de bebidas e os alimentos;</p>
<p>os índios do Brasil tinham amplo conhecimento dos vegetais e animais que poderiam usá-los como alimentos. De forma geral, esse conhecimento fora densamente utilizado pelos colonizadores da região que rapidamente substituíram seus costumes alimentares por novos, os dos índios;</p>
<p>mandioca, milho, peixe, carne de caça e alguns outros alimentos eram a base alimentar dos índios do Brasil. Nas áreas menos favorecida de alimentos, havia privações (fome e sede), especialmente entre os índios habitantes do semiárido da Paraíba;</p>
<p>verificamos que quase todos os grupos indígenas do Brasil do pós-contato fizeram uso de algum tipo de alucinógeno em seus rituais. O fumo aparece como principal. Em todos os momentos da vida tribal, da vida a morte, da caça e coleta ao plantio e colheita, o fumo fora utilizado, mas também reprimido pela igreja, que o via como o elo de ligação entre o homem e o demônio;</p>
<p>a mitologia indígena do Brasil está repleta de histórias fantásticas e seres que explicam desde a criação do homem, como o seu fim, havendo inúmeros deuses, geralmente representando as forças da natureza ou o sobrenatural;</p>
<p>verificamos que entre inúmeros grupos indígenas do Brasil, a figura do curandeiro ou Pajé era tão comum e procurada por todos, inclusive pelos colonos, para a obtenção de cura das mazelas</p>

adquiridas na terra ou para buscar suporte para o que estava por vir. A Igreja Católica o perseguiu, pois via nesse indivíduo astuto incitador dos índios, idolatras contra as regras do Deus cristão;	
as danças dos índios do Brasil demonstravam que estes eram apreciadores desta arte, no entanto, os cronistas que visitaram e assistiram às atividades de danças, achavam-nas maçantes, descompassada e repetitiva, levando-se sempre em consideração o modelo europeu. Com a dança, acompanhavam-na, sempre atividades de passagem ou uma guerra por vir, além da comilança e beberagem; no geral as danças eram atividades masculinas, bem como algumas atividades esportivas de força, agilidade e destreza, mas há indícios de que, em vários grupos, as mulheres tomavam parte da atividade de dança;	
os indígenas do Brasil contactados pelos europeus vivenciavam uma teia de complexidade social, em que já estavam presentes formas de sobrevivências utilizando-se de ferramentas complexas para o fabrico de bens móveis e imóveis, até o conhecimento do meio circundante, e dele retirar o essencial à sobrevivência;	
Verificamos a existência de dois grandes grupos de índios na Paraíba: Tupi e Tapuia, heterogêneos; verificamos que a terminologia Tapuia recebeu conceito amplo e pejorativo: Tapuia eram os índios dos Sertões, hostis a todo e qualquer processo de colonização, bárbaros, falantes de inúmeras línguas; no caso da Paraíba, convecionou-se chamar de Tapuias Cariris a todos aqueles grupos dos Sertões criando um índio genérico, bravo, indolente, selvagem que a tudo consumia, apagando-se a existência dos Tarairiús; verificamos que os cronistas são unânimes em afirmarem que a distinção dos grupos Tapuias se dava pela língua e pelos costumes; através do resgate historiográfico e documental, conseguimos recuperar importantes evidências acerca dos grupos humanos Cariris e Tarairiús da época do contato, expostas a seguir:	
CARIRIS	TARAIURIUS
É possível que esse grupo descenda de imigrantes provenientes da Polinésia e/ou da Indonésia, chegando às Américas, via Pacífico, acerca de 90 ou 100 séculos;	Há indícios que habitavam, ou visitavam o Litoral, mas tendo seu foco principal nas bandas do interior (Sertões);
a literatura tem nos informado que esse grupo, fisicamente falando, era baixo, branquicefalos, do tipo mongoloide;	é possível que tenham tido origem nas primeiras levadas migratórias provenientes da Sibéria, sendo seus ancestrais chegando aqui descendo o continente, acerca de 30 mil anos AP.;
eram conhecedores da agricultura, conheciam a cerâmica e o processo de tecelagem;	apresentavam-se com porte físico avantajado. Eram dolicocefalos;
usavam armas complexas fabricadas a partir de várias matérias-primas (pedras, ossos e madeiras);	verificamos que usavam vários tipos de armas, de fabricação complexa e de usos múltiplos;
até o momento, não existem provas de serem os Cariris praticantes de atividades ritualísticas do canibalismo, nem de terem feito uso da cabeça-troféu, como apregoam alguns cronistas;	a literatura aponta que estavam num estágio Paleolítico de desenvolvimento, no entanto, a cultura material desse grupo humano prova o contrário: é possível que estivessem num estágio mais avançado o Neolítico;
os Cariris habitavam mais a região limítrofe com o estado de Pernambuco atual;	
verificamos que os Cariris eram sedentários, sem que abandonassem atividades de grupos nômades, como caça, coleta e pesca;	os Tarairiús habitavam mais a parte Norte da Paraíba, área hoje limítrofe com o estado do Rio Grande do Norte;

É possível que em termos de número, o grupo humano denominado de Cariri fosse em menor número do que os Tarairiús;	entre os Tarairiús, criou-se uma ideia geral que estes eram governados por rei. Esses indivíduos eram importantes líderes que, em certos momentos, lideravam inúmeras tribos contra os conquistadores;
verificamos que inúmeros grupos/tribos formavam a nação Cariri nos Sertões da Paraíba;	pela grande quantidade de indivíduos de certos grupos, é notório que os Tarairiús fossem sedentários, vivendo em grandes aldeias, mas não abandonando as atividades consideradas dos grupos nômades;
usavam os cordões nodados para contarem os anos;	verificamos que os nomes das aldeias mudavam com frequência, de acordo com o nome do chefe do momento;
adotaram um sistema de parentesco por similaridades e afinidades;	
verificamos que, de acordo com a maioria dos cronistas e estudiosos, os índios do grupo Tarairiú foram enquadrados no tronco lingüístico-cultural Macro-jê, ou simplesmente jê. Nesse sentido, Cariris e Tarairiús seriam aparentados ou teriam certas afinidades culturais;	
nas atividades ritualísticas, os Cariris usavam o fumo, a jurema e máscaras de dança;	praticavam uma atividade ritualística com os indivíduos mortos denominada de endocanibalismo, em que consistia em comer os indivíduos do seu grupo que morressem;
uso de caça com fogos para afugentar os animais;	verificamos serem conhecedores da técnica de tecelagem, fabricando tecidos grosseiros, especialmente para as redes;
superstições mágicas/religiosas referidas às pedras e penedos;	conheciam a arte oleira;
uso de matrimônio misto;	uso de alpercatas (sandálias) de casca de certas árvores e/ou de certas palhas;
longo uso de certas armadilhas: arataca, quixô, laço e o quebra-cabeça;	uso de propulsor de dardos e outras armas letais;
uso de pelo menos três tipos de flechas diferentes;	
uso do fuzil, ou isqueiro de pedra, e do pau de rotação para obtenção do fogo;	a historiografia e documentos do período estudado têm nos mostrado que inúmeros grupos/tribos formavam a nação Tarairiú
uso do jequi, jerere, balaio e tarrafa para a pesca;	identificamos que os Tarairiús fizeram uso de armadilhas diversas para a caça, comuns a muitos povos pós-Cabral, arataca, quixô e o laço;
uso de fibras para o fabrico de inúmeros utensílios de palhas e cipó;	
longo uso do fumo para atividades diversas: medicinal, passagens, agricultura e guerras;	Uso de um atilho amarrado ao corpo para guardar o pênis;
	uso de fibras diversas para fabrico de utensílios de palha e cipó;
é possível ter existido ao menos três grandes	largo uso do fumo para atividades diversas:

subdivisões da nação Cariri, habitando vasta região das capitânicas da Paraíba: Pernambuco, Ceará e Rio Grande	guerra , medicinal, agricultura e passagem;
comumente chamados pelos cronistas de Tapuia Cariri, ou apenas Cariri;	é possível que esse grupo estivesse subdividido em dois grandes grupos, ocupando áreas da Paraíba e do Rio Grande;
não eram antropófagos; enterravam os mortos em covas e igaçabas;	alimentavam-se de tudo que a natureza pudesse lhes oferecer, mas praticavam a agricultura;
contavam os anos fazendo uso de cordões nodados;	habitavam as regiões mais secas dos Sertões, próximas aos rios temporários;
eram ictiófagos;	eram agricultores, plantavam verduras, mandioca, feijões e possivelmente o algodão;
habitavam mais as áreas próximas a rios permanentes, em vales úmidos e em áreas altas de clima mais ameno;	a maioria dos cronistas os viam como nômades, selvagens, vivendo apenas da caça e coleta. No entanto, tinham aldeias fixas
eram horticultores plantando: milho, algodão, feijões, mandioca, abóboras. Usavam uma enxada rudimentar, praticavam ritos de semeadura e colheita;	é possível que esse grupo linguisticamente falando, provavelmente via contato, apresentasse alguns traços parecidos com outros grupos da região especialmente os Cariris;
é possível que a raiz linguística dos Cariris tenha tido um passado comum, daí classificados no tronco Macro-jê;	é possível que os Tarairiús já habitassem os Sertões da Paraíba há séculos, sendo vistos como os verdadeiros índios da região, os mais antigos, já que os outros grupos eram mais recentes;
os Cariris viviam em guerras constantes com os Tarairiús, possivelmente por busca de melhores terras para plantio e coleta;	aos colonos que implantaram a colonização dos Sertões, toparam-se com as ordas de Tarairiús e, pela intensa reação destes, foram vistos como selvagens e bárbaros;
é possível que tivessem como epicentro de dispersão a região da Bahia, no rio São Francisco chegando tardiamente a Paraíba;	foram os Tarairiús que travaram os embates na região, conhecidos com a Guerra dos Bárbaros, especialmente após a saída dos holandeses da região, seus aliados;
os Cariris, fisicamente falando, tinham uma aproximação maior que os do grupo Tupi;	é possível que os Sucurus sejam os últimos remanescentes Tarairiús do Nordeste do Brasil, que vivem em Ararobá (Pesqueira – PE);
adotava-se o sistema de batizarem os filhos com nomes de animais e vegetais da região. Assim como entre os Tarairiús não verificamos se os Cariris tinham o costume de adotarem outros nomes, especialmente quando matavam o inimigo no campo de batalha;	sem dúvida que os melhores relatos acerca das características físicas/culturais dos Tarairiús advêm dos cronistas holandeses, como Elias Heckmans, que conviveram com esse grupo durante décadas;
eram exímios conhecedores e adaptados ao	verificamos que os Tarairiús tinham, na figura do

ambiente das caatingas;	Pajé, seu líder espiritual e médico;
os Cariris eram, territorialmente falando, os ocupantes dos Sertões de Dentro;	em momentos de tristeza ou contentamento, as mulheres Tarairiús gritavam e choravam. Essa característica fora observada em inúmeros grupos indígenas do Brasil;
basicamente quem melhor descreveu os índios Cariris foram os cronistas Lusos, que tiveram amplo contato e alianças com os destes grupos;	de forma geral, o rei ou chefe Tarairiú tinha grande poder sobre os seus, especialmente nos momentos em que as aldeias se uniam para uma guerra. O chefe supremo escolhido entre muitos das várias aldeias confederadas, apresentava-se como honrado e corajoso, capaz de os liderar no confronto por vir;
verificamos existirem diferenças linguísticas entre os Cariris, com pelo menos quatro dialéticos diferentes falados: Camaru, Sapuia Dzubucua e o Quipea, sendo este último o dialético falado na região da Paraíba e adjacências;	apesar do elevado poder que o chefe exercia, não havia distinção social entre este e seus súditos, ao chefe cabia-lhes desenvolver as mesmas atividades cotidianas que todos desenvolviam;
entre os Cariris, cabia ao Pajé a incumbência de tratar os doentes;	de forma geral, a literatura tem relatado que os Tarairiús raramente faziam prisioneiros nas guerras, sendo propenso a matá-los ainda no fervor da batalha, Elias Herckmans (1985) atribui essa característica a situação de andarilho do grupo o que impossibilitava o arraste do prisioneiro;
o fumo entre os Cariris pode ser visto como um dos mais importantes elementos no processo de cura do moribundo;	
verificamos que os Cariris faziam uso de várias plantas com poder alucinógenos em suas atividades ritualísticas;	as armas eram feitas de madeiras duras, como o Pau-brasil: arcos e setas, azagaias, louças, machado de mão, facas e outros apetrechos líticos;
entre os Cariris, a feitiçaria era uma constante. Ao feiticeiro (Pajé) era dado o direito da vida e da morte entre os seus;	atribui-se aos Tarairiús serem devastadores dos alimentos de uma região que visitavam em suas longas jornadas; como viviam em áreas de caatinga sendo, água e alimento escassos em certas épocas do ano, conseguiam passar vários dias sem se alimentarem, fazendo uso da ligadura da fome. Essa característica acabou por se criar uma ideia errônea que os Tarairiús eram nômades e devoradores de tudo onde chegassem;
o uso do sopro do fumo, cantigas, chás, unguentos, pinturas corporais, o uso de cinzas e artimanhas para enganar o diabo, foi amplamente utilizado na arte de curar;	
havia todo um ritual pós morte entre os Cariris: desde espalhar cinzas na choça do defunto para reter o diabo perseguidor, até a atividade de sepultamento em covas individuais e/ou coletivas e o sepultamento em içaçabas, urnas funerárias;	nos acampamentos temporários ou não dormiam em redes ou no chão, mas sempre próximas de uma fogueira para se aquecerem e afugentar insetos e outros animais;
	sobre as mulheres Tarairiús, estas eram de menor estatura que os homens, cor atrigueirada, cabelos compridos e negros, submissas aos maridos e optavam por se casarem com homens fortes que demonstrassem habilidade e

	<p>coragem;</p> <p>verificamos que em todos os momentos da vida do indivíduo, havia ritos de iniciações, do casamento a morte;</p>
entre os Cariris, para contar-lhes os anos de vida, davam-se nós em um cordão individual;	<p>ao homem era sinal de prestígio ter várias mulheres, especialmente quando a mulher paria;</p>
verificamos que os índios Cariris facilitavam a instalação de fazendas de gado em suas áreas de domínios através do recebimento de bibelôs;	<p>quando da morte do chefe da tribo, o festim de comer o morto cabia apenas aos mais próximos, enquanto que entre os comuns da tribo, todos participavam da comilança ritualística;</p>
além de seus deuses, acredita-se que os Cariris cultuavam as estrelas, assim como outros grupos índios do Brasil;	<p>crianças e velhos eram bem vistos na tribo; os primeiros recebiam as lições necessárias para a vida através dos mais velhos e os segundos eram respeitados por todos pelo saber de vida que tinham adquirido com o tempo;</p>
verificamos ser incerta a origem dos Cariris. Uma lenda os remete terem vindo de um grande lago no Norte, talvez a região do Amazonas ou mesmo os Andes;	<p>verificamos que entre os Tarairiús nunca existiu reinado, ao menos seguindo um modelo europeu, mas sim tinham aldeias fixas, porém viviam perambulando numa área geográfica de atuação em busca do complemento alimentar para a sobrevivência do grupo;</p>
assim como os cristãos, os Cariris acreditavam num Deus do bem e outro do mal;	<p>inúmeros cronistas paraibanos, erroneamente, viram os Tarairiús como um subgrupo dos Cariris, graças ao desaparecimento dessa etnia no pós período holandês e as distorções acerca do <i>modus vivendi</i> desse grupo;</p>
verificamos que os Cariris faziam uso de vários instrumentos musicais em suas atividades festivas;	<p>entre os Tarairiús dava-se o nome aos filhos homenageando os recursos naturais. Não verificamos, na literatura, se este grupo (o homem), trocava de nome de acordo com os inimigos mortos em batalhas, como ocorria entre os Tupinambás;</p>
aos Cariris, fora lhes dado o dissabor de serem, também, bebarrões. As principais bebidas eram o acaí e a aiépii. Geralmente a beberagem dava-se em momentos especiais, todos feitos de frutos, raízes e mel;	<p>eram extremamente organizados e conhecedores do ambiente hostil das caatingas;</p>
observamos que, entre os Cariris, eram as velhas que preparavam as bebidas, mastigando ou pisando as raízes, para em seguida apurá-las;	<p>em suas atividades cotidianas, verificamos que obedeciam a certo calendário anual de acordo com as mudanças das estações;</p>
verificamos que, no pós-contato, os Cariris tornaram-se apreciadores das bebidas diversas produzidas pelos europeus, inclusive	<p>verificamos que os índios Tarairiús nunca tiveram uma vida ligada meramente ao ócio. Trabalhavam diuturnamente para conseguirem extrair das caatingas o sustento da prole. Entretanto, não trabalhavam mais do que o necessário à sobrevivência;</p>

a garapa da cana-de-açúcar;	
para terem bom proveito na caça, os Cariris praticavam certo ritual, queimando ossos de animais ou espinhas de peixe antes da atividade, acreditando que teriam sorte; já entre os jovens caçadores, era comum ingerirem certas ervas amargas para terem sorte na caçada, tudo isso sobre o auspício do Pajé;	verificamos que entre os Tarairiús, seguiam-se duas importantes leis naturais: a Lei do Mínimo Esforço e a Lei da Solidariedade. A partir da visão que os colonizadores tiveram desses índios, é que se criou o estigma do ócio e da vagabundagem;
nos deslocamentos do grupo, eram as mulheres que levavam a grande maioria das tralhas pertencentes a família;	assim como os índios do Brasil, o fumo era largamente utilizado na vida cotidiana dos Tarairiús;
eram exímios fabricantes das mais diversas formas de armadilhas para aprisionar animais e peixes;	aos doentes, não os abandonavam, era comum carregarem-nos-los em toscas redes tecidas de algodão;
os natimortos eram, geralmente, sepultados em pequenas igaçabas (urnas);	
entre os filhos homens, os pais os banhavam com água em que tinham cozido a caça para torná-los bons e dispostos caçadores e lutadores;	A cerâmica era fabricada pelas mulheres;
entre os Cariris, verificamos que as mulheres não podiam exercer a função de chefe;	o uso de alucinógenos em suas atividades ritualísticas foi uma atividade comum entre os Tarairiús;
os Cariris contavam o tempo cotidiano através das fases da lua;	desde cedo, ainda na infância, usavam-se adornos corporais diversos. As crianças já carregavam, em seus lábios e orelhas perfurados, pequenas cavilhas de madeira;
verificamos que os Cariris eram fáceis de serem enganados pelos colonizadores, que trocavam seus favores por pequenos bibelôs;	para cobrir o corpo, como adorno e enfeite, era comum o uso de folhas de certas árvores, no lugar da costumeira pena de aves;
os Cariris viviam em grandes aldeias, com grandes números de indivíduos;	entre os Tarairiús, verificamos que havia um ritual para a cerimônia do casamento, demonstrando a existência de uma sociedade complexa e mística;
com a introdução do gado, esses índios foram forçados ao descimento, cedendo lugar ao colono e passando a viver de forma miserável;	com relação as habitações, eram simples, cobertas de folhas de certas palmeiras e construídas nas proximidades dos corpos d'água;
os Cariris eram severamente castigados pelos Padres quando pegos em suas atividades ritualísticas e/ou de adivinhações, sendo espancados até que entregassem-lhes seus instrumentos ritualísticos, que eram	

<p>quebrados. Essa prática apagou importantes traços da cultura material e imaterial desse grupo humano;</p>	
<p>verificamos que os índios Cariris praticavam a oferenda de fumo ao Deus Touppat, o grande pai, em certas ocasiões.</p>	<p>era comum existirem as habitações comunitárias com 50 ou mais famílias, mas com espaços definidos para cada grupo ocupante;</p>
	<p>verificamos que entre os Tarairiús, caso o homem fosse traído pela esposa, era lícito matar o outro;</p> <p>verificamos que os Tarairiús faziam uso da fumigação das sementes para fertilizá-las e evitar doenças;</p> <p>verificamos que os Tarairiús faziam uso da guarda de parte da colheita para semear no ano vindouro;</p> <p>contavam os anos a partir do nascimento, fazendo uso da castanha do caju para contar os anos;</p> <p>foi o contato que impôs aos índios certos costumes como o de vestirem-se, homem e mulher e praticarem o pastoreio e montaria;</p> <p>já com relação a poucas roupas que estes Tapuias usavam, especialmente antes do contato e em certas ocasiões, eram feitas de grossos tecidos de algodão, os mesmos das redes;</p> <p>verificamos ser de uso intenso inúmeros adornos corporais, desde a criança até os mais velhos, bem como os homens e as mulheres, da mesma forma a pintura corporal;</p> <p>verificamos que com relação aos doentes, era praticado o encarne dos membros, além da provocação do vômito e sangramento;</p> <p>verificamos entre os cronistas que atribui-se a picadas de animais venenosos a principal causa das mortes dos Tarairiús, o que não eximiam os seus de os comerem;</p> <p>nas aldeias eram os Pajés que tinham a incumbência de tratar os moribundos;</p> <p>entre os Tarairiús, verificamos que os mesmos faziam uso de várias plantas com poderes alucinógenos em seus rituais diversos;</p>

	com relação a prática do andocanibalismo, a historiografia não deixa claro se haveria ou não lugar especial para essa prática;
	a grande maioria dos cronistas veem os Tarairiús como imundos, aproveitando-se de todas as imundícies da terra. Barleu (1974) os via diferentes, limpos e assiados;
	comprovadamente, os Tarairiús faziam uso de cachimbos diversos para a inalação do tabaco (fumo);
	verificamos que os Tarairiús faziam uso de vários instrumentos musicais em suas atividades festivas;
	era comum entre os Tarairiús aproveitarem a mesma fogueira para aquecê-los à noite e cozinhar os alimentos fossem a caça, peixe ou tubérculos, assava-nos enrolados em folhas e depositados por sobre o braseiro e recoberto por terra;
	conseguiam a água para beber nos períodos das grandes estiagens, nos olhos d'água ou nas pequenas cacimbas e tanques existentes nos rios e em suas proximidades;
	os Tarairiús foram vistos como sanguinários, propensos a matar o inimigo principalmente no fragor da batalha;
	praticavam a corrida de toras para demonstrar robustez, coragem e destreza, além de servir para garantir uma noiva;
	a tática de guerra principal dos Tarairiús consistia em realizar grandes emboscadas, além de agirem com algazarra e marcharem desordenados, numa visão meramente eurocêntrica;
	observamos que entre os Tarairiús era comum ao matar um inimigo tomar um outro nome, geralmente de plantas ou animais;
	para contar o número de mortos por parte de um guerreiro, este riscava parte do corpo e sobre a incisão colocava-se pó de carvão ou sumo de jenipapo, tatuando-se;

	<p>Em épocas de guerra mudava-se o chefe, especialmente, quando se criava uma confederação de aldeias e, automaticamente, mudava-se o nome do grupo, adotando-se o nome do novo chefe;</p>
	<p>sabe-se que as guerras ocorriam em busca de terras férteis; após o contato elas ocorriam, também, para obtenção de escravos a serem trocados com os colonizadores;</p>
	<p>verificamos existir entre os desse grupo, uma nítida divisão das atividades domésticas por idade e sexo: aos homens, cabiam-lhes a caça, a limpeza do terreno para as roças, pesca e coleta; as mulheres mais velhas iam aos campos realizar determinadas coletas e as jovens cuidavam dos filhos e da comida;</p>
	<p>a rede é mencionada como principal utensílio individual desse grupo humano, levando-a para qualquer lugar que fossem;</p>
	<p>de forma geral, os utensílios utilizados pelos Tarairiús eram feitos de algumas matérias-primas básicas: madeira, pedra, ossos, fibras vegetais e barro;</p>
	<p>sabiam fazer vários tipos de armadilhas para o aprisionamento de animais e peixes;</p>
	<p>a mulher quando grávida, era deixada de lado pelo marido, que tomava outra para a atividade de relação sexual, perdurando essa abstinência até o término da amamentação, isso servia como controle da prole;</p>
	<p>nos deslocamentos sazonais, as mulheres com filhos de colo recebiam ajuda de uma outra para o carregamento das tralhas;</p>
	<p>os natimortos eram comidos pelos seus;</p>
	<p>as crianças doentes eram encaminhadas ao Pajé, que lhes aplicava a fumigação a base de tabaco e unguentas com saliva e tabaco;</p>
	<p>ao contrário do que ocorria com os Cariris, os Tarairiús não se deixavam enganar por simples bugigangas, cedendo lugar aos colonizadores;</p>

	<p>verificamos existir importantes relatos extraídos das xilogravuras e pinturas acerca desse grupo humano, especialmente holandeses que os retrataram, mas nem sempre obedecendo a rigor verossímil do que era e como vivia o grupo. No entanto, são importantes relatos que</p>
	<p>comprovam ter, de fato, existido tal grupo na Paraíba.</p>
PONTO 5 → RESISTÊNCIA INDÍGENA E POLÍTICA INDIGENISTA	
<p>Todos os colonizadores europeus que conquistaram o Novo Mundo viram os índios como animais: de Colombo a Cabral, dos espanhóis aos holandeses, o objetivo principal era o de conquistar a terra e o povo e nela gerar lucros;</p>	
<p>verificamos que desde o início do processo de colonização da América e especialmente do Brasil, os índios encontraram inúmeras formas de reações: suicídio, guerra, rebeldia e aculturação das normas. A ideia de um índio passivo nunca existiu nas Américas;</p>	
<p>verificamos que dentre as inúmeras formas de reações indígenas, geralmente advindas graças as guerras justas travadas pelos lusos, veem as guerras, o que levou a grande maioria dos índios do Brasil a escravidão, a aculturação e ao extermínio;</p>	
<p>verificamos que a Guerra dos Bárbaros fora travada basicamente contra os índios Tarairiús, mas que envolveram inúmeros outros grupos indígenas do Nordeste colonial (Tupis e Tapuias). A guerra dos Bárbaros foi um dos maiores conflitos das Américas, prova incontestada da não aceitação indígena do outro (colonizador), mas que levou a destruturação quase total das culturas indígenas da região;</p>	
<p>verificamos que quase sempre os colonizadores incentivavam as convulsões locais, especialmente as interétnicas, como forma de limpar o terreno, adquirir escravos indígenas e facilitar a entrada do colono;</p>	
<p>verificamos que o processo de aculturação fora intenso entre os índios da região, sendo que tal processo pode ser visto por dois viés: 1. foi uma forma de reação, na medida em que o índio era obrigado a aceitar a cultura do outro para não perecer; 2. a aculturação contribuiu para fazer</p>	

desaparecer povos e costumes;
a história dos índios das Américas foi feita por revoltas, rebeliões, guerras de resistência e sublevações de todos os tipos, sendo que os relatos historiográficos camuflam esse pensamento, mostrando, quase sempre, a visão do vencedor do herói, que lutou contra as hordas de índios bestiais;
verificamos que um dos principais motivos que levou os índios dos Sertões a se revoltarem contra os colonizadores foi a preação e, por conseguinte, a transformação desses índios em escravos ou trabalhadores baratos para as fazendas de gado e plantações;
verificamos que os 'poderes' constituídos, impuseram ao índio uma situação de inferioridade, os vendo, sempre, de forma pejorativa, propensos a deslealdade;
verificamos que o papel da Igreja, na região por nós estudada, não foi o de simplesmente salvaguardar o índio das incursões dos colonos e militares, mas sim, torná-los manso e explorar sua mão-de-obra, parte de um amplo sistema capitalista do período em que atribuía-se a Igreja o papel da conversão e alienação do índio;
verificamos que, em muitos casos, a Igreja Católica apoiava as guerras justas sob alegação que se fazia guerra (cruzada) contra seres bestiais;
verificamos que, em toda a América e em todos os tempos, a atividade de rapinagem fora constate nas aldeias, levando os índios a buscarem união com outros europeus e entre os seus como forma de reagir aos atos cometidos pelos colonizadores;
verificamos que o processo de conquista branca no território se deveu graças ao uso de armas eficientes e ao processo de alienação de grupos indígenas, sempre compondo as tropas mistas de colonização. Nesse sentido, vemos o processo como uma forma de reação/sobrevivência;
verificamos que durante todo o longo processo de colonização do Brasil, foram inúmeros os estudiosos europeus que visitaram a região e usurparam preciosos legados índios, bem como materiais naturais;
verificamos que os índios do Brasil, de forma geral, foram obrigados a adotar os costumes europeus do período, no entanto, também verificamos que os europeus para conquistarem os índios tiveram que conhecer os mesmos, especialmente suas formas de resistência e sobrevivência;
verificamos que todos os colonizadores da região fizeram uso das intrigas entre os grupos indígenas (incentivando-os) como forma de limpa do terreno, beneficiando os colonos;
verificamos que o processo de devassa nos Sertões da Paraíba fora intenso, que ao passo de um século praticamente, a área já estava sob domínio do colonizador, com o índio domado ou em vias de extinção;
verificamos que os colonizadores usaram os mesmos caminhos dos índios nos seus deslocamentos sazonais no processo de conquista da região;
a historiografia tem mostrado que o uso dos indígenas nas atividades pecuaristas dos Sertões fora pouco usado. É possível que as guerras travadas contra eles tivessem o claro objetivo de simples limpa do terreno e obtenção de peças para as plantações do Litoral;
verificamos que a intensa mão-de-obra indígena, como escravo, esteve ligada à situação econômica do período, já que o índio era mais barato do que o negro africano. Assim, o índio também foi densamente utilizado nas várias atividades em que era precisa a mão-de-obra escrava, fosse no campo ou nas áreas urbanas;
verificamos que, de forma geral, da colonização ao século XX, persistiu a ideia de extermínio da 'raça' ameríndia, quando não, a incorporação forçada da mesma ao mundo dito civilizado dos

brancos. A prova inconteste são os poucos grupos indígenas remanescentes que conseguiram chegar aos dias atuais;
verificamos que, na Paraíba, graças às ações devastadoras dos colonizadores, não se verificam mais descendentes diretos dos Tapuias da época do contato, a não ser alguns traços culturais e físicos perceptíveis na população acabocladada dos Sertões;
Verificamos, na documentação do período estudado e nos relatos historiográficos, que todos os tipos de artimanha, escaramuça e gente foram usados no extermínio indígena da região. O extermínio existiu, foi fato, mas a reação também. Os índios Tapuias foram dobrados, mas a custa de recursos e vidas por parte do colonizador;
verificamos que, em alguns momentos, a Igreja Católica tomou a dianteira no tocante a tentativa de salvar os índios do processo 'civilizatório', entretanto, sabe-se que, por trás desse ardil, a Igreja os usava, ou pelo menos os persuadia para que nada fizessem contra os colonizadores. Assim, as missões religiosas, em todo o Brasil, não alcançaram seus objetivos que seriam, dentre muitos, preservar a integridade física dos índios;
verificamos que os índios do Brasil e da Paraíba reagiram contra a tentativa dos missionários em impor uma nova cultura. As reações vão dos ataques às missões até a técnica em descumprir as regras básicas da Igreja;
verificamos que o poder temporal e secular reagiram veementemente contra as reações indígenas em não aceitar a nova situação imposta. Os castigos iam dos mais simples como a exposição e surra no pelourinho, até a morte de praticamente todos de uma aldeia;
verificamos que, mesmo entre os religiosos do Brasil, foram forçados a se adaptarem a situação adversas das suas, que aqui encontraram;
verificamos que as mesmas estratégias utilizadas, no Brasil, para o extermínio indígena foram verificadas na Paraíba: 1. massacres; 2. doenças; 3. aculturação;
verificamos que, na Paraíba, também foi colocado em prática contra o índio um modelo de guerra total em que não apenas os índios eram mortos ou escravizados, mas tudo que pudesse ser utilizado por estes contra o branco, era destruído;
verificamos que os índios da Paraíba reagiram por dois motivos básicos: 1. evitar a desapropriação de suas terras; 2. evitar a preação;
verificamos que foram os bandeirantes paulistas os principais que deram cabo aos índios da Paraíba no período estudado;
verificamos que após os grandes conflitos contra os índios, especialmente nos séculos XVII e XVIII, na Paraíba, constitui-se uma população mestiça, fruto de mestiçagem dos poucos índios que sobreviveram aos intensos conflitos e aqueles que colonizaram a região ;
verificamos que, no Brasil contemporâneo, existe uma tomada de postura nova por parte dos últimos remanescentes indígenas, com o objetivo principal de reconquistarem sua altaestima e o lugar de destaque, a que merecem historicamente, na sociedade brasileira. Isso ocorre graças a união dos índios e, em parte, a uma parcela da sociedade mais esclarecida que não vê o índio como um mero fóssil vivo;
Verificamos que especialmente o sertanejo habitante do interior do estado da Paraíba, carrega um forte legado (herança) cultural dos antigos habitantes indígenas que podemos resumir no que se segue: nomes dos lugares, dos acidentes geográficos, das plantas e animais, dos hábitos e costumes, da vida cotidiano do homem do Sertão que vai do modo de agir, ao falar, ao andar, ao se alimentar e até a situações mais complexas, como a forma de ver e sentir o mundo a sua volta, conseguindo extrair do mais elementar elemento natural, prenúncios acerca do porvir, os traços físicos do sertanejo remonta seu passado Cariri e Tarairiú (Figura 150), sua dependência da natureza e acima de tudo sua rusticidade e teimosia em sobreviver numa área tão hostil.



Figura 150 – Caboclo do interior da Paraíba. Feições indígenas dos Cariris.

verificamos que houve um gigantesco aproveitamento do conhecimento indígena acerca das matérias-primas da região absorvidas pelo colonizador, o que os levou, inclusive, a subjugar-lhes e impor-lhes sua cultura: alimentos, utensílios, armas, medicina curativa, higiene, bebidas, sobrevivência, crenças, folclore e tudo o mais que lhes servisse como forma de controle;

verificamos que houve uma imensa distorção acerca dos índios e sua cultura material e imaterial, especialmente por parte de estudiosos contemporâneos, que tentaram apagar o forte legado cultural do índio no processo de formação do mundo atual;

verificamos que, de forma geral, prevaleceu na dieta alimentar contemporânea, a dieta indígena, baseada no processo de certas plantas naturais, a exemplo de frutas nativas (ananás, mamão, goiaba, caju, etc.) e especialmente certos tubérculos (batatas e mandioca), o milho e certas verduras e legumes que tornaram-se mais importantes do que as plantas introduzidas pelos europeus oriundos daquele continente;

verificamos que um importante legado cultural foi deixado pelos índios Cariris e Tarairiús, diz respeito ao folclore, rico e diversificado, apregoado por todos, com seres míticos que ainda causam temor, curiosidade e respeito entre a população sertaneja;

verificamos que um dos principais legados que a população contemporânea herdou dos índios está na arte de curar, seja através das plantas e unguentos vegetais, minerais e animais ou na simplicidade em se aceitar a cura pelo misticismo dos nossos curandeiros e rezadores atuais;

verificamos que a legislação indigenista fora criada com o plausível objetivo de assegurar aos colonizadores plenos domínios sobre as terras dos índios e os próprios índios. Em todos os tempos, as inúmeras leis criadas com o objetivo primário de salvaguardar a integridade física dos índios não foram cumpridas em sua plenitude, sendo que, as mesmas mudavam de acordo com a situação reinante do momento;

verificamos que os lusos já tinham longo trato com povos 'nativos' e leis já existam para lidar com eles. No caso do Brasil, foi verificada uma espécie de 'abrasileiramento' das leis; em outras palavras, mesmo existindo leis que proibissem a servidão indígena, descimentos e/ou guerras, a coroa e a Igreja Católica faziam vistas grossas em prol de desenvolvimento da colônia/metrópole;

verificamos que a mão-de-obra indígena do Brasil não fora usada apenas como escrava, mas em todos os momentos foi utilizada para o escambo, como assalariado e principalmente como soldados flecheiros, havendo, portanto, legislação específica para isso;

verificamos que, em vários momentos históricos, o poder das grandes famílias do Brasil, detentoras de riqueza incalculáveis, passou a influenciar mudanças na legislação protecionistas

do índio do período, ou simplesmente descumpri-las;
verificamos que a coroa/Igreja idealizavam as leis protecionistas de acordo com os interesses dos colonos;
verificamos que, desde os primórdios da colonização do Brasil, leis foram criadas para salvaguardar a integridade do índio, no entanto, essas leis, no geral, não foram cumpridas;
verificamos que uma gama de leis foram criadas, desta feita para os colonos, para evitarem aumentar o poderio dos índios;
verificamos ter havido conflitos entre as ordens religiosas que se fixaram, no Brasil, com relação ao que fazer com os índios, bem como, acerca de destino que se daria aos índios aldeados ou pegos em guerras justas;
verificamos que inúmeras leis foram criadas com o objetivo de regulamentar as possessões das missões, deslocamentos de aldeias e extinção das mesmas, oscilando essa legislação de acordo com a situação do momento;
verificamos a criação de leis que determinavam em qual língua e como deveriam procederem os padres nas missões religiosas, havendo oscilações, também de acordo com o momento;
verificamos que o modelo político-econômico luso esteve baseado no padroado, não se respeitando a cultura indígena, mas se beneficiando daquilo que estes, os índios, pudessem-lhe servir;
verificamos que, de forma geral, as leis criadas tinham dois objetivos básicos: 1. gerar divisas para a Coroa; 2. tornar os índios bons súditos para El-Rei e para a Igreja;
verificamos ter havido, de fato, uma política de extermínio do índio do Brasil. Necessariamente essa política não era direta, mas acobertada pela Coroa e Igreja;
verificamos que a revogação de leis ditas protecionista fora uma constante no Brasil colonial e impérial, oscilando de acordo com a situação do momento;
verificamos que com os séculos, a legislação indigenistas acerca da questão territorial das aldeias e missões mudou constantemente, de acordo com o momento;
verificamos que os índios de todo o Brasil sempre reagiram as leis abusivas criadas na tentativa de amansá-los e torná-los súditos da igreja e de El-Rei;
verificamos que a Coroa Lusa durante todo o período de colonização criou mecanismos, (diretores) para controlar as aldeias;
verificamos a existência de poucos indivíduos que se levantaram, especialmente nos períodos colonial e imperial, contra os abusos cometidos aos índios, bem como, foi apenas a partir de meados do século XX, depois de quatro séculos de expropriação, que o país deu início a criação de legislações e instituições específicas com o objetivo de salvaguardar a integridade física dos índios, mesmo que tal política seja considerada integralista. Isso só muda com a Carta de 1988, que cria leis objetivando integrar o índio à sociedade, respeitando suas culturas, ou o que sobrou delas.
PONTO 6 → A PARAÍBA: O PROCESSO DE CONQUISTA DO TERRITÓRIO
Com relação à área territorial que denominamos atualmente de Paraíba, verificamos existirem contradições quanto ao seu povoamento, quanto aos grupos humanos residentes no pré e pós-contato, graças aos poucos estudos etnoarqueológicos existentes que comprovem ou não tais fatos;
verificamos que o processo de colonização da Paraíba, do Litoral ao Sertão, deu-se nos mesmos

<p>moldes que no restante do Brasil, ou seja, uma colonização voltada para a exploração econômica da região e a desestruturação dos grupos humanos indígenas;</p>
<p>verificamos ser possível que os povos pré-históricos da Paraíba descendam diretamente de grupos humanos que se fixaram, na região, há milênios, sendo provável que os Tapuias da época do contato sejam descendentes diretos desses antigos habitantes;</p>
<p>verificamos através do resgate dos cronistas e documentos de épocas que os índios Tapuias Cariris e Tarairiús, pelas características identificadas, podem ser enquadrados no tronco lingüístico/cultural Macro-jê;</p>
<p>verificamos que com relação a historiografia acerca do processo de conquista e consolidação do território da Paraíba por parte dos europeus, existem contradições, erros, encobrimento e repetição dos fatos, dando-se ênfase a uma história meramente factual/oficial, não deixando que o outro fale;</p>
<p>verificamos que o processo de conquista e consolidação da Paraíba advém da necessidade de salvaguardar a região das hordas de índios hostis e dos piratas que frequentavam a região, ameaçando o domínio luso/espanhol no território;</p>
<p>verificamos que houve no mínimo cinco grandes incursões ao Litoral da Paraíba para a sua conquista e, nesse ínterim, os Tupis habitantes da região foram os primeiros grupos indígenas a reagirem a conquista europeia, mesmo se aliando a outros povos, como os franceses;</p>
<p>a historiografia nos aponta que as hostilidades iniciais dos Tupis frente aos lusos/espanhóis acabaram por definir o modelo de conquista e devassa que passou a se utilizar na área, dando início a um longo processo de extermínio que se estendeu, muito em breve, para o interior;</p>
<p>é possível que o apoio que os índios davam aos franceses deveu-se ao modelo econômico imposto por esse povo, ou seja, o extrativismo, enquanto que o modelo luso/espanhol esteve ligado à agricultura, em que os índios ficavam preso a terra por longos períodos, rebelando-se por não se adaptarem a este modo de vida;</p>
<p>verificamos que no processo inicial de conquista da área litorânea da Paraíba, duas frentes de conquista se uniram: a régia e a particular, pois os objetivos de todos convergiam para um único objetivo: a exploração econômica da região, fazendo-a dar bons frutos;</p>
<p>verificamos que o processo de conquista da Capitania Real da Paraíba (1574) fez parte de um ambicioso plano luso/espanhol em consolidar o território a Norte de Pernambuco e expulsão definitiva de outros povos da região. Nas cinco investidas para a consolidação do território, em todas elas tivemos a presença e insistência francesa em permanecer na área, o incentivo a rebeldia indígena e o uso indiscriminado das guerras interétnicas;</p>
<p>verificamos que foram elementos provenientes da Bahia e Pernambuco que deram início ao processo inicial de consolidação do Litoral da Paraíba. A posteriori, além desses, bandeirantes paulistas foram usados para conquistar os Sertões e dar cabo aos índios hostis;</p>
<p>a historiografia do período tem demonstrado que o massacre contra os índios na Paraíba foi gigantesco, seguindo o mesmo modelo de outras regiões do Brasil;</p>
<p>os desbravadores brancos, que limpavam o terreno dos índios Tapuias nos séculos iniciais de nascimento da Paraíba, receberam do Rei e da Igreja, honrarias, por 'bons' serviços prestados;</p>
<p>verificamos que paralelo as investidas lusa/espanhola, do Litoral ao Sertão, os índios que sobreviveram as guerras eram obrigados ao descimento, aldeamento e ao trabalho compulsório, o que quebrou o domínio completo dos mesmos sobre seus domínios e sua cultura;</p>
<p>verificamos que apesar do rápido extermínio dos índios na Paraíba, a influência desses grupos foi gigantesca, seja nos topônimos dos acidentes geográficos, vilas e cidades que surgiam, seja</p>

nos hábitos e costumes que se enraizaram na figura do caboclo do Sertão;
verificamos que os índios da Paraíba, como no restante do Brasil, não lhes fora dado chances de exporem sua cultura. A estes foram lhes dado os mesmos destinos às hordas indígenas do Brasil: ou a extinção total ou a caboclicização e submissão, acolhendo a doutrina dos colonizadores;
a historiografia oficial é contundente em aferir grandes louros aos conquistadores brancos e mestiços, transformando-os em heróis, a medida em que transformou os índios em seres bestiais, irredutíveis a entrada da civilização. Foi, nessa esteira, que os Tapuias foram dizimados na Paraíba;
verificamos que após as grandes guerras de conquista dos Sertões da Paraíba, com o beneplácido da Igreja, o território fora dividido em extensas sesmarias doadas àqueles que organizaram grandes bandeiras. Os resultados dessa política expansionista são os imensos latifúndios improdutivos e o caos social da região atualmente;
verificamos que praticamente os grupos Tapuias da Paraíba foram extintos ou mesclados na população branca ainda na fase colonial. No período seguinte, eles eram apenas mencionados esporadicamente como formadores do povo da época, mas percebe-se que grupos como os Tarairiús foram completamente esquecidos;
na fase republicana na Paraíba, a historiografia do período é repetitiva, pejorativa e encobridora. O índio é visto como uma mera representação do passado, e não como o verdadeiro formador da cultura do povo atual, sem grandes contributos, seres débeis;
verificamos que, no final do século XIX, praticamente não se falava mais em Tapuias na Paraíba, o que nos leva a conjecturar terem sido extintos ou mesclados a população, num total esquecimento e/ou deturpação de seus valores gerais, ainda perceptíveis nas comunidades do interior do estado da Paraíba.
PONTO 7 → A CULTURA MATERIAL DOS TAPUIAS CARIRIS E TARAIRIUS
TAPUIAS CARIRIS
Averiguamos que os sítios arqueológicos escavados representantes da nação Cariri, localizavam-se em áreas de domínios morfoclimático das caatingas, ambos (sítio Pinturas I, em São João do Tigre e o sítio Furna dos ossos, em São João do Cariri) apresentam-se dentro da área delimitada por Elias Borges (Figura 10), como sendo área de domínio do pós-contato dos índios Cariris. Geograficamente falando, as duas necrópoles apresentam características similares: abrigos rochosos em pequenos serrotes que se destacam na paisagística do lugar, proximidades a recursos hídricos, áreas de coleta e caça, matérias-primas diversas, cadeias de serras e proximidade com outras necrópoles; em ambas verificamos que o local era parcialmente protegido das entempéries; nas duas verificamos a presença de arte rupestre; verificamos que os locais foram densamente ocupados apenas, para atividade de inumação; verificamos em ambas as necrópoles que a profundidade média do local onde os índios foram inumados e em torno de 70 cm, preenchendo-se ao máximo todos os espaços disponíveis nos abrigos, inclusive as fendas entre os blocos rochosos que possivelmente foram preenchidos com materiais arqueológicas de inumações anteriores. Essa característica em se ocupar ao máximo esses ambientes fora observada em várias outras importantes necrópoles do Nordeste do Brasil como o cemitério Justino e a Gruta do Padre. Em ambas as necrópoles escavadas, na Paraíba verificamos elevado grau de vandalismo, mas sem que impossibilitasse o resgate de importantes traços da cultura material dos Cariris. Nas duas áreas escavadas, verificamos que o clima é do tipo Bsh com elevadas temperaturas de baixo a médio índice pluviométrico, áreas propícias à desertificação e com fortes ações antrópicas. Em ambas as áreas os recursos hídricos estão exauridos, com predominância de rios temporários e efêmeros; os solos são pobres, daí os Cariris buscarem as áreas mais próximas dos corpos d'água para viverem e inumarem seus mortos. A caatinga das áreas estudadas apresenta-se depauperada, mas com certa homogeneização no tocante às espécies identificadas, da mesma forma a fauna. Em ambas as regiões, identificamos, nos abrigos utilizados para inumação, que existe uma temperatura média

constante, girando em torno dos 25°C, mesmo que o exterior apresente-se mais ou menos elevada. Verificamos que os municípios da região são pobres, com baixos índices de desenvolvimento humano; em ambas as cidades, a economia baseia-se na agricultura e pecuária; os núcleos urbanos (sedes municipais) apresentam pouca infraestrutura urbana e elevado nível de miséria de sua população que desprovida de recursos mínimos básicos de sobrevivência, abandona a região e migra para áreas que apresentam melhores condições de vida. Verificamos que ambos os municípios tiveram seu processo de povoamento iniciado no final do século XVI, com a conquista dos Sertões, justamente para a introdução do gado e atividades de agricultura de sobrevivência, além da cotonicultura. Verificamos que nos dois municípios, a população atual é constituída de indivíduos acaboclados, sem dúvidas descendentes diretos dos índios Cariris e dos antigos povoadores brancos das regiões estudadas, sem que, no entanto, essa população se auto reconheça ou se identifique enquanto descendentes dos antigos índios Cariris. Em ambos os municípios trabalhados percebe-se um forte legado cultural herdado dos índios Cariris. Nas duas escavações que objetivaram evidenciar materiais dos índios Cariris, praticamente fizemos uso das mesmas técnicas, já que, estruturalmente falando, os sítios, os entornos, as condições ambientais são similares. Nos dois sítios, verificamos que o material arqueológico, especialmente os ossos humanos, encontravam-se friáveis e quebradiços, graças a alguns fatores naturais e antrópicos: naturais, como o elevado nível de salinidade e pH ácido, o que possivelmente contribuiu para o baixo nível de preservação desse tipo de material arqueológico; a visitação de animais carniceiros, roedores e tatu/peba, etc. que perturbam o sítio e acabam por quebrar o material arqueológico; como ações antrópicas, a presença de indivíduos que frequentam o local em busca de botijas, revirando o sítio e quebrando o material. Outro fator verificado e que influenciou no processo de tornar os ossos humanos friáveis e quebradiços, são as urinas e fezes de caprinos que buscam esses locais como abrigo das intempéries. De forma geral, nos dois sítios representantes da nação Cariri, os materiais arqueológicos estavam fora de contexto, o que, inclusive, impossibilitou datações através do método absoluto do C14, sendo que apenas a cerâmica fora datada através do método absoluto da TL, levando-nos a conjecturar que a cerâmica fora contemporânea dos indivíduos inumados nas duas necrópoles. Nos dois sítios escavados realizamos amplos estudos acerca das características naturais e antrópicas do entorno para tentarmos entender como viviam os índios da região, bem como as relações danosas do contato e o início do extermínio dos índios da região.

Com relação ao material arqueológico evidenciado nos dois sítios, representantes da nação Cariri, obtivemos o que se segue:

Sítio Pinturas I, São João do Tigre → O material lítico está constituído de pequenas lascas e núcleos, lâminas e raspadores em quantidade significativa, exógeno ao cemitério, confeccionado toscamente; o tipo de acabamento é do tipo escamado, folheado, produzido por percutores duros, talvez outras rochas ou madeiras. Não tivemos condições de verificar se as peças líticas faziam parte do enxoval de algum indivíduo ali inumado. A matéria-prima básica é o quartzo e o sílex; o material cerâmico coletado no sítio Pinturas I está constituído de pequenos fragmentos, sendo que alguns deles foram reconstituídos, fornecendo-nos informações de terem sido pequenas peças de uso cotidiano, provavelmente utilizadas durante o ritual de inumação dos indivíduos. A análise da cerâmica do sítio Pinturas I fora trabalhada quanto à técnica e a tipologia, como forma de analisarmos o grau de conhecimento da cadeia operatória que os Cariris tinham da cerâmica. A cerâmica mostrou-se bastante diversificada, com técnicas de confecção e acabamentos diferentes, levando-nos a conjecturar que esse grupo humano tinha amplo conhecimento do processo de fabricação de peças utilitárias. Não identificamos se essas peças serviram como igaçabas, tendo em vista o elevado grau de antropismo do sítio. Verificamos que a cerâmica do sítio Pinturas I, em sua maioria, recebeu algum tipo de queima e acabamento, além de se utilizar largamente de antiplástico, prova incontestante do baixo teor de elasticidade da argila da região, o que leva-nos a conjecturar que esses índios tinham conhecimento dessa característica e necessidade em se misturar matérias-primas para obtenção de uma boa peça. Com relação aos adornos corporais verificados no sítio Pinturas I, estes estiveram constituídos de colares de ossos provavelmente de pássaros, conta de Amazonita e pingente perfurado de porco-do-mato. Neste sítio, não fora identificado material de madeira, pena, couro ou tapeçaria, possivelmente devido à dificuldade em tais materiais se preservarem num ambiente com as características naturais já explicitadas. Com relação aos

ossos humanos coletados no sítio Pinturas I, a sua grande maioria mostrou-se fragmentado. Essas características têm sido comuns em outras necrópoles da região, como o Jucurutú, Pinturas III, o Caxingó, o sítio Justino, etc.. O elevado grau de depredação do local prejudicou algumas análises básicas, mesmo assim, obtivemos o NMI para a parte escavada da necrópole através de um dos poucos ossos humanos preservados graças ao elevado teor de cálcio, no caso o osso Temporal. As análises osteológicas ainda nos favoreceram averiguar problemas de processos degenerativos (osteofitose), bem como verificamos alterações físico-químicas nos ossos, o que, possivelmente, contribuiu para a grande quantidade de fragmentos. O NMI obtido para o sítio Pinturas I, foi de 35 indivíduos de várias faixas etária, sendo impossível à verificação do sexo.

Com relação às análises dentológicas dos fragmentos dentários coletados no sítio Pinturas I, apenas cerca de 50% desse material prestou para análise, verificando-se elevado grau de abrasividade dos dentes, remetendo-se a uma dieta alimentar rica em fibras, portanto, esses povos consumiam mais vegetais do que carne e peixe; baixo índice de cárie, ligando-se a pouca ingestão de alimentos ricos em glicose; dente com espessa camada enegrecida graças ao elevado consumo de tabaco (masclado) e vegetais ácidos. As análises proporcionaram aferir que existiram indivíduos inumados com várias faixas de idade, graças ao grau de abrasividade dos dentes ou não. É possível que a abrasividade dos dentes, também, esteja ligada ao uso dos dentes como material cortante, levando-os ao desgaste. Através da análise dos fragmentos que se prestou para análise, obtivemos o NMI para o sítio Pintura I, 15 indivíduos (12 adultos e 03 crianças). Esses números se aproximam do NMI obtido através das análises ósseas, pois com relação aos dentes, apenas 50% dos mesmos foram analisados. A dentogênese que vem sendo utilizada para estimar idades de indivíduos inumados forneceu-nos importantes indicadores que os indivíduos que apresentaram mais desgaste dentário através da abrasão, viveram, em média, quarenta anos de idade, o que deveria ser o normal em termos de expectativa de vida para o período.

Com relação a possível dieta alimentar do grupo ali inumado, é através dos ossos humanos e de animais e especialmente através das arcadas dentárias, que podemos chegar a dieta de um grupo. Assim, podemos concluir que os índios Cariris tinham nos vegetais sua principal fonte protéica, sendo, nesse sentido, a carne obtida na caça e depois do contato através de alguma criação, passando a constituir minimamente a dieta do grupo, sendo esse grupo humano além de horticultor, coletor e caçador.

Com relação às datações obtidas no sítio Pinturas I, essas foram obtidas no LACIFID/USP, através do método da TL, em dois fragmentos de cerâmica, levando-nos a conjecturar que a cerâmica ali obtida fez parte do ritual pós-morte. Assim, atribuímos uma possível idade dos corpos ali inumados às datações das cerâmicas, o que nos levou a traçar um período de ocupação daquele local, enquanto necrópole indígena, de cerca de cem anos. Em suma, pela quantidade de indivíduos ali inumados num pequeno espaço de tempo, conjecturamos que o local fora intensamente utilizado apenas para a atividade de inumação dos índios Cariris. O período final de ocupação do abrigo chega próximo, portanto, ao período em que esse grupo humano fora extinto na região.

Com relação à arte rupestre existente no abrigo rochoso do sítio Pinturas I, verificamos se tratar de figuras em tonalidade vermelha, que enquadramos na Tradição Agreste de arte rupestre. O ponto mais importante com relação a essa questão é que tem sido comum a existência de necrópoles indígenas nas áreas em que os índios Cariris viveram e foram descritos pela historiografia. Entretanto, por existirem datações ligadas a esta tradição rupestre em outras áreas do Nordeste do Brasil, muito antigas, bem como nenhuma evidência material ligou as pinturas aos indivíduos ali inumados, não veiculamos os autores das pinturas ao grupo humano por nós estudado, apenas que esses abrigos, muitos deles com vestígios rupestres, foram utilizados pelos Cariris.

Sítio Furna dos Ossos, São João do Cariri – PB → O material lítico coletado no sítio Furna dos Ossos, constitui-se de poucas peças lascadas, sendo as mesmas exógenas ao tipo de rocha do abrigo, provenientes, possivelmente, da região do entorno do sítio. O lascamento das peças fora através do uso de material duro e resistente (rocha e/ou madeira/ossos); o tipo de lascamento é do tipo folheamento; o material é pouco quebradiço. Obtivemos raspadores,

núcleos, lascas e lâminas pontudas. É possível que esse material tenha sido utilizado no preparo do local e do cadáver no processo pós-morte. Com relação ao material cerâmico coletado no sítio Furna dos Ossos, a quantidade de fragmentos foi significativa; com relação à qualidade do material, especialmente utilizado para reconstituição, obtivemos uma única peça, sendo uma tigela. Acreditamos que esse material possa ter sido utilizado para o processo de preparo dos indivíduos no processo pós-morte. Já com relação à tipologia e técnica utilizada no processo de confecção da cerâmica, afirmando ao grupo que produziu a cerâmica, amplo conhecimento acerca de todo o processo operatório da confecção das vasilhas, da escolha da matéria-prima adequada, ao antiplástico, cozimento e decoração. A cerâmica do sítio Furna dos Ossos é heterogênea e utilitária.

Com relação aos adornos e enfeites corporais, não foram encontradas peças completas, mas apenas fragmentos: contas de colar, possivelmente de ossos de pequenas aves, idênticas as do sítio Pinturas I; em contato com os ossos humanos, foram encontrados restos de trançados de caroá, confeccionados de duas formas, em péssimo estado de conservação, mas que servem de excelente identificador da cultura material dos Cariris, já que a literatura informa-nos o uso dessa planta na tapeçaria e o envolvimento dos cadáveres em esteiras dessa fibra antes de serem inumados.

Os ossos humanos do sítio Furna dos Ossos apresentavam-se com as mesmas características do sítio Pinturas I: frágeis e quebradiços. Recolhemos menor quantidade de fragmentos de ossos, tendo em vista o pequeno espaço do abrigo. Assim como no sítio Pinturas I, não conseguimos verificar se havia diferenças entre o estado de fragmentação dos ossos pertencentes aos indivíduos de várias faixas etárias. No sítio, verificamos que indivíduos de possivelmente todas as faixas de idade foram ali inumados. Ao contrário do que ocorrera no sítio Pinturas I, os ossos Temporais não foram encontrados, ou ao menos em tamanho e condições ideais que servissem para identificação. Sendo assim, para o NMI foi utilizado o osso da Tíbia, obtendo-se um número mínimo de quatro indivíduos inumados. No geral, os ossos do sítio Furna dos Ossos encontram-se extremamente fragmentados, o que inviabilizou as análises de outros ossos para obtenção do NMI, o que seria pouco confiável. Observou-se que, seja através da Tíbia, bem como por outros fragmentos de ossos, que indivíduos de todas as idades e possivelmente de sexo foram ali inumados. Tanto no sítio Pinturas I, quanto na Furna dos Ossos, não se realizaram análises métricas dos crânios graças ao elevado grau de deterioração dos mesmos, mas verificamos a grande espessura desses ossos, aferindo-nos afirmar tratar-se de indivíduos com ossos resistentes e espessos, o que corresponde aos relatos literários acerca das estruturas ósseas desses índios. Verificou-se a existência de patologias nos ossos, especialmente as degenerativas e as infecciosas. Os ossos analisados apontam evidências de ter havido alterações físico-química e mecânica.

Com relação aos dentes humanos, de um universo de 104 elementos e fragmentos dentários, apenas 67 serviram para análises. Os mesmos mostraram praticamente as mesmas características dos dentes analisados do sítio pinturas I, como: elevado grau de abrasividade que também está ligado ao tipo de alimentação abrasiva, baixo número de dentes cariados que também comprova que a dieta alimentar desse grupo era pobre em glicose, presença de resíduos que enegreciam os dentes, possivelmente materiais ácidos e sumo de fumo. Para o sítio Furna dos Ossos, analisando os dentes coletados, obtivemos um NMI de oito indivíduos, sendo quatro adultos e quatro crianças. Nesse sítio, também os indivíduos tinham uma expectativa de vida em torno dos quarenta anos.

Com relação à presença de ossos de animais e a dieta alimentar do grupo, as análises dentológicas falam por si mesma. As mesmas conclusões que obtivemos no sítio Pinturas I são estendidas para o sítio Furna dos Ossos. Neste sítio, os ossos de animais e carapaças de tatu encontradas são recentes; no entanto, esses animais desde milênios, existem na região e, possivelmente, fizeram parte da dieta alimentar dos índios Cariris.

Para o sítio Furna dos Ossos, analisando fragmentos de cerâmica através do método absoluto da TL, obtivemos três datações, o que nos mostra que o local fora utilizado, provavelmente como necrópole, por cerca de sete séculos, sendo que a datação mais antiga é do século XIII e a mais recente do século XIX, período em que os Cariris foram extintos na região.

A arte rupestre do abrigo Furna dos Ossos prova-nos existir um certo padrão de escolha dos locais para os índios Cariris inumarem seus mortos, já que, nas proximidades do sítio existe uma outra necrópole que apresenta figuras rupestres. Verificamos, assim como no sítio Pinturas I, que nenhum material arqueológico dos indivíduos ali inumados apresenta provas de que teriam sido membros desse grupo os executores da única figura rupestre ali pintada em tonalidade vermelha, já que a arte rupestre da região é anterior às datações obtidas. Os Cariris, nesse sentido, escolhiam esses locais em que já havia sinalações rupestres e aproveitavam-nos para a prática de inumação dos seus falecidos.

O perfil cultural dos índios Cariris, através da cultura material obtida nas escavações

- ✓ Comprovadamente os índios Cariris habitaram as áreas em que os sítios arqueológicos Pintura I e Furna dos Ossos foram escavados;
- ✓ os índios Cariris, da época do contato e seus ancestrais, são aqueles inumados nos dois sítios arqueológicos por nós trabalhados em seus territórios de atuação na Paraíba;
- ✓ havia uma escolha prévia por parte dos índios Cariris quanto ao local para inumarem seus falecidos, levando-se em consideração aspectos naturais (local abrigado e protegido das intempéries, serrotes que se destacam na paisagem) e elementos culturais, como a presença de figuras rupestres nesses abrigos;
- ✓ os locais escolhidos para sepultarem seus mortos eram pequenos, pouco profundos e utilizaram até a exaustão total do abrigo ou o desaparecimento do grupo daquela área;
- ✓ no processo de inumação, realizavam atividades ritualísticas, envolvendo ações complexas que podiam ir desde o uso de oferendas ao morto até seu acondicionamento envolto em tecidos, dentro da cova e/ou igaçaba;
- ✓ verificamos que os Cariris faziam uso de peças de cerâmica nas atividades ritualísticas de pós-morte, sendo essas peças utilitárias. Nos dois sítios, verificamos que as tecna-tipologias utilizadas na confecção da cerâmica são idênticas, demonstrando amplo conhecimento da cadeia operatória, bem como, a cerâmica dos dois sítios são praticamente idênticas as coletadas em necrópoles Cariris na região de Alagoas, observado por Torres (1984: 92);
- ✓ verificamos o uso de lajotas de pedras que possivelmente eram colocadas por sobre os indivíduos inumados. Essa característica foi observada em vários sítios necrópoles do Nordeste do Brasil;
- ✓ verificamos que os índios Cariris faziam uso de material lítico/lascado, possivelmente nas atividades que estivessem ligadas a inumação dos indivíduos ou como parte do enxoval fúnebre e a técnica de lascamento do material foi a mesma observada nos dois sítios;
- ✓ verificamos que os índios Cariris praticavam a inumação dos mortos em covas, não dando para perceber se se tratava de coletivas ou individuais;
- ✓ verificamos que os índios Cariris utilizavam pequenos ossos de animais e dentes para fabricarem colares e pingentes, sendo sepultados com eles;
- ✓ verificamos que esses índios usavam de trançados vegetais para envolverem os corpos ou forrarem o terreno, como registra a literatura em outras necrópoles já escavadas, dando uma certa proteção ao indivíduo ou não deixando o corpo tocar diretamente o solo, como forma de respeito;
- ✓ verificamos o uso por parte dos índios Cariris de contas de pedra, aferindo o que a literatura tem mostrado com relação a esse adorno, sendo sepultado com o seu proprietário;
- ✓ verificamos que a dieta alimentar dos índios Cariris era rica em material vegetal fibroso e abrasivo (frutas, raízes, folhas, vagens, sementes e cascas de madeira), o que causava forte abrasão nos dentes, bem como ser possível que utilizassem os dentes para cortar e rasgar certas matérias-primas; verificamos ainda que a dieta alimentar desses índios era pobre em glicose, mas rica em ácidos, bem como, eram exímios consumidores de fumo;
- ✓ verificamos que eram conhecedores e dominadores da arte de trançar e tecer;
- ✓ verificamos que a expectativa de vida dos indivíduos denominados de Cariris era em torno dos quarenta anos, quando possivelmente já seriam considerados velhos, sendo que a maioria dos corpos exumados apresentavam essas características. No entanto, verificamos que crianças também eram sepultadas nos mesmos locais que os adultos;
- ✓ não verificamos, nas escavações arqueológicas, traços do uso de certos materiais, como couro e madeira por parte dos Cariris, possivelmente devido ao elevado grau de

depredação dos sítios e por se tratar de materiais perecíveis;

✓ verificamos em ambos as necrópoles que os Cariris utilizavam esses locais ao máximo de sua capacidade, bem como com a única finalidade de cemitério;

✓ através das datações, podemos verificar que a partir de meados do século XIX esses índios deixaram de ser inumados nesses locais, o que concluímos terem desaparecidos nesse período, morrendo seus antigos costumes de sepultamento, corroborando, portanto, com os relatos historiográficos que aferem terem os Cariris desaparecidos da região justamente nesse período em que aparecem as datações mais recentes do século XIX.

TAPUIAS TARAIRIÚS

Foi verificado que dois sítios arqueológicos escavados, sendo o Tanque do Capim, no município de Seridó e o sítio aldeia Cabaças I, no município de Cuité, encontram-se dentro da área territorial em que viveram os índios Tarairiús e seus ancestrais, de acordo com as informações contidas no cartograma de Elias Borges (Figura 9). Essas informações advêm também, dos relatos historiográficos dos cronistas e viajantes do pós-contato.

Geograficamente falando, os dois sítios arqueológicos localizam-se em áreas naturais que se assemelham em vários aspectos, como: domínio das caatingas, região montanhosas de difícil acesso, sítios próximos a corpos d'água e locais de obtenção de matérias-primas básicas, que ofereciam condições mínimas para sobrevivência daquele grupo humano.

De forma geral, as análises acerca da cultura material foram limitadas tendo em vista a restrição de material arqueológico obtido, entretanto, obtivemos dados suficientes para comprovar cientificamente a existência desse grupo étnico em terras da Paraíba e especialmente, comprovar, em parte, os relatos historiográficos sobre os Tarairiús. As análises ainda foram prejudicadas tendo em vista o material arqueológico mostrar-se bastante fragmentado, graças as intervenções antrópicas nos dois sítios escavados; mesmo assim, o material coletado nos forneceu subsídios para que possamos aferir a diferença entre este grupo e os Cariris. Com relação ao material arqueológico coletado nos dois sítios, obtivemos o que se segue:

Sítio Tanque do Capim, Seridó – PB → com relação ao material lítico evidenciado e coletado durante os procedimentos de escavação do sítio, constitui-se em três peças com desgastes, sendo um núcleo e duas lascas, exógeno ao tipo de rocha do abrigo. Esse material recebeu o mesmo processo de lascamento daqueles verificados no sítio Cabaças I. verificamos que no entorno do sítio existe grande quantidade de blocos de rochas e minerais diversos, como sílex e quartzo que possivelmente eram utilizados pelos antigos índios Tarairiús da região.

O principal material arqueológico evidenciado no sítio Tanque do Capim constitui-se de ossos humanos com graus de queima diferenciado. Tal achamento comprova uma prática ritualística entre os índios Tarairiús descritos largamente por cronista e viajantes que conviveram com eles: a prática do endocanibalismo. Essa característica pode ser apontada como o principal indicador cultural Tarairiú servindo, dessa forma, para diferenciá-los dos Tapuias Cariris que inumavam seus mortos no solo ou em igaçabas. No Sítio Tanque do Capim, não foram encontrados vestígios cerâmicos; evidenciamos fragmentos de carvões, mas imprestáveis para uma datação por C14, graças aos atos de vandalismo que sofrera o pacote arqueológico. Sendo assim, concluímos que o Tanque do Capim fora um local para a prática do endocanibalismo por parte dos índios Tarairiús. Identificamos, acerca de 3 km desse sítio, um outro local, também um pequeno abrigo rochoso com fragmentos de ossos que receberam algum tipo de queima e que, possivelmente, venha a se tratar de um outro local para a prática ritualística.

Em vários abrigos rochosos da região no entorno do sitio Tanque do Capim, inclusive no outro sítio em que fragmentos de ossos humanos queimados afloram, existe a presença de figuras rupestres em várias tonalidades de vermelho. Durante a escavação, nenhuma evidência que ligue os índios Tarairiús às figuras rupestres foi percebida, no que acreditamos que as mesmas (Tradição Agreste), sejam anteriores a prática do endocanibalismo que ocorrera no local em períodos do pré e pós-contato.

Sítio Aldeia Cabaças I, Cuité –PB → Verificamos que o local escolhido pelos antigos

habitantes da região para instalação da aldeia, levou-se em consideração a topografia do lugar: local aberto, porém numa pequena elevação que se destaca no ambiente favorecendo a proximidade de áreas de coleta de vegetais, água e minerais, proximidades de locais para a caça, além de ser local de beleza cênica e favorecendo a defesa. Assim, tal característica serve-nos como forte indicador cultural desse grupo étnico, ou seja, da escolha do lugar para viver levando-se em considerações certos aspectos, ambientais e culturais.

A região tem sido descrita como sendo ocupada, em larga escala, pelos índios Tarairiús.

O material arqueológico evidenciado, durante as atividades, fornece-nos evidências plausíveis que distinguem claramente esse grupo do outro que habitou os Sertões da Paraíba: os Cariris.

Com relação ao material lítico, mostrou-se em grande profusão, o que acreditamos que o material seria confeccionado no próprio local, já que nas imediações do sítio existem vários pontos em que aflora matéria-prima básica, especialmente o sílex e o quartzo. As peças líticas coletada em grande quantidade no sítio receberam lascamento sem acabamento (polimento), constituídas de núcleos raspadores, furadores e microlascas, e as polidas constituídas de machados e pontas de projéteis que apontam para um acurado conhecimento da cadeia operatória, da busca por núcleos com serventia até o acabamento final da peça. Pela grande quantidade de artefatos líticos na área da aldeia, é possível que o local servisse como indústria lítica, como sugere Palesstrine e Morais (1980). Esse material, nitidamente, aponta para o uso intensivo de peças líticas no cotidiano do grupo. Os projéteis de grandes dimensões sugerem ter sido usados como armas de ataque e defesa. Material semelhante já fora identificado em áreas de domínio dos índios Cariris, levando-nos a conjecturar a existência de intercâmbio entre esses dois grupos indígenas. Sem dúvida que o uso de material lítico lascado e polido aparece como indicadores da cultura material dos dois grupos, sendo, inviável utilizá-lo para traçar o perfil de um ou outro grupo, por apresentarem semelhanças.

Com relação à cerâmica coletada no Sítio Cabaças I, mostrou-se em grande quantidade e diversificada que os Tarairiús conheciam todo o processo operatório para o fabrico de peças utilitárias. A cerâmica Tarairiú apresenta, até certo ponto, semelhança com a Cariri, possivelmente fruto de contato entre esses dois grupo. A semelhança, com relação aos tipos de peças obtidas, deve-se a dois fatores básicos: a metodologia utilizada na reconstituição e as formas das vasilhas, ou seja, seus fragmentos. Através da cerâmica, tanto entre os Cariris quanto com relação aos Tarairiús, poderemos fornecer importantes informações: sedentarismo, horticultura e sociedade complexa com certa divisão de trabalho, possivelmente por idade e/ou sexo.

Com relação às análises tecno-tipológicas, a metodologia utilizada foi a mesma para os sítios Cariris. Assim, a cerâmica atribuída aos Tarairiús apresenta-se com características semelhantes a cariri, quanto à manufatura, antiplástico e queima.

Com relação à matéria-prima básica utilizada para a confecção de cerâmica, é possível que tenha procedência nas imediações da aldeia, pois ao realizarmos atividade de Arqueologia Experimental com essa argila, obtivemos peças em miniatura sem utilizar nenhum antiplástico, fornecendo-nos importante informação acerca do material da região, o que nos leva a conjecturar que esse grupo humano tinha a sua disposição farta matéria-prima. Essa característica pode ser observada ao analisarmos o gráfico referente ao tipo de antiplástico utilizado, já que a maioria dos fragmentos analisados não apresentou a presença de antiplásticos.

Os outros materiais arqueológicos evidenciados no sítio, como faiança, grés, vidro e metal são relativamente recentes, não existindo nenhuma ligação entre os Tarairiús e os produtores/usuários desses materiais.

Verificamos que o local foi intensamente utilizado, como aldeia, pelo menos durante cinco séculos, já que obtivemos datações através das análises da cerâmica do sítio, sendo a mais antiga datada do século XIII AP. e a mais recente do século XVIII, período em que se tem notícias das últimas atividades desse grupo humano nos Sertões da Paraíba, extintos e/ou mesclados a população local.

Nas imediações do sítio, na margem direita do rio Cabaças, existe um sítio arqueológico de arte rupestre, mas sem evidências de ter sido elaborado pelo grupo que viveu nas imediações.

As dimensões da aldeia, ao menos a área em que o material arqueológico se encontrava, mostram que o local era habitado por uma população expressiva, e não apenas um pequeno grupo com número reduzido de indivíduos; isso só corrobora com o exposto pela literatura de viverem os Tarairiús em grandes aldeias instaladas em locais de destaque no ambiente, onde vivia uma população expressiva em número.

O perfil cultural dos índios Tarairiús, através da cultura material obtida nas escavações

✓ Comprovadamente os índios Tarairiús viveram em áreas específicas dos Sertões da Paraíba; verificamos, ainda, que as informações coletadas através dos relatos historiográficos e os dados obtidos através da cultura material, se aproximam do cartograma proposto por Elias Borges (Figura 10);

✓ verificamos que a cultura material dos índios Tarairiús se assemelha à cultura material dos índios Cariris, mas que apresenta alguns traços que as divergem, como o não enterramento dos parentes mortos e, portanto a não presença de materiais associados ao sepultamento;

✓ pelo montante de materiais arqueológicos obtidos na escavação do sítio Cabaças I, os Tarairiús viviam em grandes aldeias, comprovando os relatos literários;

✓ uso de material lítico lascado e polido, com a presença de projéteis de grandes proporções, comprovando o que os relatos historiográficos aferem acerca desse grupo humano serem aguerridos e usarem tais armas contra os seus opositores, especialmente os lusos;

✓ presença de cerâmica utilitária e de excelente nível de acabamento, denotando conhecimento acerca da cadeia operatória. A partir dessas conjecturas, é possível afirmar que os Tarairiús eram horticultores, mas também realizando atividades de coleta, caça e pesca, além de viverem em um modelo de sociedade complexa, com certa divisão de trabalho por idade e sexo, assemelhando-se aos Cariris;

✓ sem dúvida que o principal fator que distingue esse grupo dos outros ocupantes dos Sertões da Paraíba, além dos traços físicos e de algumas características da cultura material, é a comprovação, na Paraíba, do endocanibalismo, através do achamento de um local em que as evidências levam a tal comprovação, com ossos queimados em vários graus diferentes. Essa atividade, entre todos os grupos indígenas que viveram na Paraíba, apenas fora relatada pelos cronistas entre os Tarairiús, enquanto que os Cariris inumavam seus mortos em covas ou em urnas funerárias. Assim, partindo dessa observação e comprovação, os Tarairiús apresentam como principal traço do seu perfil cultural a prática do endocanibalismo, distinguindo-se dos seus opositores contemporâneos dos Sertões da Paraíba;

✓ é possível que os Tarairiús buscassem certas áreas isoladas, geralmente abrigos rochosos com sinalações rupestres, já que existem evidências da prática do endocanibalismo em dois locais distintos, já que, segundo os relatos historiográficos, eram apenas os parentes mais próximos que participavam do ritual de comer a carne do falecido. É possível, então, que se pense num padrão de escolha dos ambientes em que se iria realizar o endocanibalismo;

✓ foi possível verificar através das datações que esses índios foram extintos nos Sertões da Paraíba no século XVIII, justamente quando os relatos historiográficos fazem tais proposituras e mencionam intensas guerras feitas a este grupo humano.

Quadro 75 – Características gerais dos índios do Brasil e da Paraíba.

10. CONSIDERAÇÕES/SUGESTÕES

De acordo com os questionamentos levantados na problemática e hipóteses e os resultados obtidos através das análises realizadas, chegamos a algumas proposições e sugestões:

1. Comprovadamente ao menos dois grupos Tapuias viveram no território da Paraíba no pré e pós-contato, especialmente até o século XIX. A literatura e a documentação do período estudado, além do material arqueológico nos proporciona tal afirmação, bem como, as consequências do contato índio/europeu desencadearam um longo processo de extermínio ou absorvido desses grupos humanos junto a população alienígena que se estabeleceu nos Sertões da Paraíba;
2. comprovamos Cariris e Tarairiús reagiram de todas as formas possíveis ao controle do colonizador em suas áreas de atuações, seja através das violentas guerras travadas contra os colonizadores, seja numa pseudo-aceitação do outro (branco) em seus domínios, mesclando-se a essa população, gerando uma população acaboclada nos confins da Paraíba, ou em última instância, se internando cada vez mais Sertão adentro ou ainda buscando o refúgio das missões;
3. verificamos que através da historiografia e do material arqueológico, Cariri e Tarairiú são grupos distintos, mesmo que apresentando alguns traços comuns. Assim, conseguimos criar um perfil cultural e formas de apresentações distintas entre esses dois grupos étnicos, enquadrados no tronco linguístico/cultural Macro-Jê;
4. verificamos que a população que habita as antigas áreas de domínios dos índios Cariris e Tarairiús, baseado no cartograma de Elias Borges, herdaram traços culturais e físicos dos dois grupos Tapuias, perceptíveis no porte físico dessa população acaboclada, no convívio com o meio ambiente, no legado cultural utilizado no cotidiano desse povo, que vai da dieta alimentar aos usos e costumes diários, passando pelo folclore e rusticidade do próprio homem do campo na lida diária na caatinga;
5. verificamos que o cartograma elaborado por Elias Borges, dentro de nossas limitações, já que desenvolvemos as pesquisas numa parte ínfima do território da Paraíba, apresenta-se com minúncias que merecem confiabilidade no tocante a ocupação do território interiorano pelos Tapuias Cariris e Tarairiús;

6. verificamos que os dados coletados através do material arqueológico evidenciado, nas quatro escavações, comprovam, em parte, que os relatos historiográficos têm apontado para a cultura material dos Cariris e Tarairiús, dando-nos a entender o *modus vivendi* desses grupos humanos, bem como, dissimulando a existência de um índio genérico no Brasil do pós-contato;
7. verificamos que pela complexidade e perfeição do material arqueológico identificado entre os Cariris e Tarairiús, não estaria correto afirmar que tais materiais seriam, do todo, o resultado de uma tecnologia rudimentar, dando um caráter de indivíduos sem especialização (SERVICE, 1971: 98). A cerâmica complexa, o fino material lítico, etc., fornecem subsídios de haver indivíduos que já se especializavam em fabricar determinados objetos;
8. comprovadamente Cariris e Tarairiús viveram na Paraíba, mantinham relações nem sempre amistosas, reagiram ao colonizador e fizeram sua história, esquecida ou deturpada pelos pseudos-historiadores da região nos últimos séculos;
9. observamos que os índios Cariris e Tarairiús, permitia-lhes a exploração imediata e direta do nicho ecológico em que viviam, bem como, o uso do que a natureza lhes fornecia como meios de defesa;
10. Verificamos que os Tapuias Cariris e Tarairiús habitaram as caatingas dos sertões da Paraíba, de onde retiravam o essencial à sobrevivência, tendo amplo domínio e conhecimento acerca desse bioma que fora ocupado pelos colonizadores, absorvendo os conhecimentos indígenas sobre o mesmo, como forma de conquistá-los e dominar toda a região;
11. os relatos historiográficos e o material arqueológico proporcionaram, em todo o desenrolar deste trabalho, o estudo comparativo entre a cultura Cariri e Tarairiú, afastando, completamente, a hipótese de se tratar de um único grupo étnico, mas sim, de grupos indígenas distintos.

Dessa forma, nossa pesquisa alcançou seu grande propósito, o de fazer com que os outros (Cariris e Tarairiús) falassem, contassem suas histórias, seus modos de vida. Acreditamos que os relatos historiográficos e o material arqueológico são primeiro passo para devolver o direito básico e mínimo desses grupos humanos terem, de fato,

existidos na Paraíba, com identidades próprias, falarem e mostrarem suas versões e visões do processo de domínio branco da região. Nesse sentido, acreditamos piamente que cumprimos com o nosso papel, enquanto pesquisador e enquanto membro ativo de uma sociedade que não reconhece e valoriza seu passado indígena, o de mostrar que Cariri e Tarairiú viveram na Paraíba e legaram para as gerações futuras seus traços culturais.

Como sugestões para aprofundamento da temática por nós levantada, sugerimos que:

- o trabalho de pesquisa, seja ele o arqueológico, com novas escavações em pontos diferentes do estado da Paraíba, e aprofundamento nas pesquisas documentais e na literatura, sofra continuidade objetivando-se angariar mais subsídios acerca desses dois grupos humanos, bem como averiguar suas grandes áreas de domínios em nosso território;
- continuidade do processo de Educação Patrimonial nas áreas já trabalhadas e em outras áreas onde pretendemos abrir novas frentes de trabalhos, objetivando salvaguardar os sítios arqueológicos da região;
- divulgação dos resultados dessa tese em todo e qualquer meio de comunicação do estado da Paraíba, mostrando a população a importância que os extintos índios Cariris e Tarairiús (na Paraíba), tiveram no processo de formação da população contemporânea);
- divulgação dos resultados desta tese através de livros, folders e congressos, objetivando a valorização e o resgate das culturas Tapuias dos Sertões da Paraíba;
- criação de um banco de dados acerca de informações levantadas sobre os Cariris e os Tarairiús da Paraíba, bem como de seus costumes e comunidades que apresentem características marcantes visíveis desses grupos humanos, como forma de resgatar a memória indígena da Paraíba. Um projeto encontra-se em andamento pelo Museu de História Natural, da Universidade Estadual da Paraíba.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Aurélio M. G. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo: Traço Editora, 1987.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial - 1500-1800**. Rio de Janeiro: Edições Civilização Brasileira /MEC, 1976.
- _____. **Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1963.
- AB´SABER, Aziz Nacib. Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. **Revista CLIO - Série Arqueológica**, n.4, Anais do I Simpósio de pré-história do Nordeste Brasileira. Recife: Editora da UFPE, pp. 11 -14. 1987.
- _____. Inscursões à Pré-história da America tropical. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem Incompleta**. São Paulo: SENAC, 2000.
- AGASSIS, Luís; AGASSIS, E. Cary. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Brasileira, 1938.
- AGROCAATINGA**. Agrobiodiversidade da caatinga. João Pessoa, 2002.
- AGUIAR, Rodrigo L. S. de. **Manual de arqueologia rupestre** - uma introdução ao estudo da arte rupestre na ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Florianópolis: IOESC, 2002.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleza; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**: imagens do passado e do presente. Recife: Graffore, 1999.
- ALLEN, Joseph Scott. Identidade em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: L. de Almeida; M. Galdino and J. Elias (orgs.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas 2. Maceió: EDUFAL, 2000. pp. 245-275.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.) **Dois dedos de prosa com os karapotó**. Maceió: EDUFAL, 1998.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **O racismo nos livros didáticos**. In: SILVA, Lopes da (1987). São Paulo: FDE/comissão contra a discriminação, 1987. pp. 13 -17.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte Rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1979.
- ALVES. Joaquim. **História da Seca** - Século XVII à XIX. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque\Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.

ALVES, José Jakson Amancio. Geocologia da caatinga no semi-árido brasileiro. **Revista de Climatologia e estudos da paisagem**. Rio Claro, v. 2, n. 1, pp. 58 – 71, jan/jun. 2007.

AMADO, Janaína; GARCIA, Ledonias Franco. **Navegar é preciso** - Grandes descobrimentos marítimos europeus. 3. ed. São Paulo: Atual, 1989.

AMARAL, M. M. V. **As oficinas líticas de polimento da ilha de Santa Catarina**. 198 p. Dissertação: Porto Alegre: PUC/RS, 1995.

AMBIENTE BRASIL – Ecossistemas. Obtido em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/biomas/ecossistemas.html>. Acesso em: 14 jan. 2007.

AMORIM, I. L.; EVERALDO, V. S. B.; Sampaio; ARAÚJO, E. L. Flora e estrutura da vegetação arbustiva-arbórea de uma área de caatinga do Seridó, RN, Brasil. **Acta Botânica Brasileira**, v. 19, n.3. jun/set. 2005. São Paulo, 2005, pp. 3 -18.

ANCHIETA, José de. **Informações do Brasil e de suas capitanias (1584)**. JM: Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. S.d.

ANDRADE-LIMA, D. A. The caatinga dominium. **Revista Brasileira de Botânica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1981.

ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: UFPE, 1963.

ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, n. 7, 1909.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

AQUINO, Aécio Villar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba**: os cem primeiros anos de vida social de uma cidade. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1988.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Os primeiros povoados do nosso continente. In: AQUINO, R. S. L. de. et al. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 33 – 66.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850**. 2.ed. Fortaleza: Typ. Minerva, 1958.

ARRUDA, M. B. **Ecossistemas brasileiros**. Brasília: edições IBAMA, 2001.

ATLAS de Desenvolvimento Humano – **PNUD**. Brasília, 2002.

ATLAS GEOGRAFICO MUNDIAL – para conhecer melhor o mundo em que vivemos. 3. ed. São Paulo: Gold Editora, 2005.

AUBRÉVILLE, A. **Principes d'une systématique des formations végétales tropicales**. **Adansonia 5 (2)**: Paris: 1965, pp. 165 -196.

AZEVEDO, Carlos Alberto. **Sítios arqueológicos de Santa Luzia**. Brasília-DF: Senado Federal, 2004.

_____. **Arqueologia** - Estudos e pesquisas. João Pessoa: Idéia, 2008.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Arqueologia: teorias, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 1993.

BAMBERGER, Joan Turner. **Environment and cultural classification: a study of the northern Cayapó**. Tese (Doutorado). Cambridge: Harvard University, 1967.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: Poder e herança indígena - Nordeste séculos XVI -XVII**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

BARBOSA, C. B. **Estabilidade de comunidades ribeirinhas no semi-árido brasileiro**. 1998. 124 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. In: NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro IBGE, 2002. pp. 19 - 24.

BARGHINI, Alessandro. O milho na América do Sul pré-colombiana; uma história natural. **Revista Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo: Insituto Anchietano de Pesquisas, n. 61, p. 171. 2004.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, sob o governo de João Maurício, Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

_____. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau (1647)**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1974.

BARRAL, L. ; SIMONE, S. Classification automatique des industries prehistorique. Les Bifaces. In: **Bulletin du Musée d'Antropologie prehistoriques de Monaco**, n. 17, 1971. pp. 5 - 34.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias de etnicidades. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**, 1998.

BASALLA, George. **La Evolución de La tecnologia**. Tradução de: Jorge Vigil. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

BAYONA, Yobenj Aucardo Chicangana. Os Tupis e os Tapuias deEckhout: o declínio da imagem renascentista do índio . **Revista Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, jul./dez. 2008.

BECKERMAN, Stephen. The abundance of protein. In **Amazonia: a reply to Gross: American Antropologist**, 81. 1979. pp. 533 - 560.

BELTRÃO, Breno Augusto; MORAIS, Franklin de; MARCARENHAS, João de Castro; MIRANDA, Jorge Luiz F. de; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado da Paraíba**. Diagnóstico do município de Cuité. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BINFORD, Lewes R. **Em busca Del passado**. Barcelona: Crítica, 1962.

_____. Archaeology as anthropology. In: **An archaeological perspective**. New York: Seminar Press, 1967.

_____. **Em busca Del passado**. 3. ed. Barcelona: Libergraf, 1994.

BINFORD, Lewis; JOHNSON, Ambes. Video conferência. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (org.). **Xokleng 2860 a.C.** - As terras altas do sul do Brasil. Tubarão: UNISUL, 2006. pp. 90-106.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

BISPO, G. M. L. **Vegetação e fauna da caatinga no cotidiano do sertanejo Umbuzeiro do Matuto, Porto da Folha/SE**. 1998, 113 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 1998.

BOOGAART, Ernst van den. A "Dança dos tapuias" de ECKHOOUT: A humanidade de aliados infernais. In: Albert Eckhout - volta ao Brasil - 1644-2002. **Simpósio Internacional de especialista**. Recife: 2002. pp. 33-39.

BORA, Eloi; SGANZERLA, Eliane Maria; CHMYZ, Igor. **A ocupação humana na área do Programa de florestamento da Chamflora**. Amapá: Agroflorestal, LTDA, 2006.

BORGES, Fábio Mafra. Marim dos Caetés: caracterização histórico-arqueológico do sítio Campo, paulista – PE – séculos XVII e XVIII. In: **Revista Clio – série Arqueológica**, Recife, n. 18, v. 1. 2005.

BORGES, José Elias. Índios Paraibanos - classificação preliminar. In: MELO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga (orgs). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo** - por uma seleção de autores. 2 ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993. pp. 21 – 42.

BORGES, José Elias; PORTO, Waldice Mendonça. As nações indígenas da Paraíba. In: **Anais do Ciclo de debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil (IHGP)**. João pessoa: Secretaria de Educação e cultural do Estado, 2000. pp. 125

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: autêntica, 2003. pp. 37 - 73.
-140.

BRAIDWOOD, R. J; BRUCE, Howe, et alli.. Prehistoric Investigations in Iraqi Kurdistan. **Studies in Ancient Oriental Civilization**, n. 31. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BRANNER, John C. Inscrições em rochedos do Brasil. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, tomo XI, 1904.

BRASIL. **Lei n. 5371, de 5 de dezembro de 1967**. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Brasília, 1967.

_____. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **Região do Brasil em número**, v. 01, Recife: SUDENE/DAD/ADM/REP, 1970.

_____. **Lei n. 6001, de 19 de dezembro de 1973**. Estatuto do Índio. Brasília, 1973.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. SUDENE/DRH. **Dinâmica das necessidades de intensas atividades migratórias**, v. 2, Recife: SUDENE, 1980.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA. **Mapa do IBAMA – Vegetação**. Brasília: IBAMA, 1993.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Dados censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. Instituto Brasileiro de geografia e Estatísticas – IBGE. **Cidades – históricos – São João do Cariri**. Obtido em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativa da população para 1º de julho de 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Obtido em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/serido.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2009.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Lei n. 3.924**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2009.

BRÉZILLON, M. **La Dénomination dès objetes de pierre taillé. Matériaux pour um vocabulaire dès prehistóriens de langue française.** CNRS (IV Supplément À Gallia Préhistoire), Paris, 1968.

BRITO, Vanderlei de; SANTOS, Juvandi de Souza; OLIVEIRA, Thomas Bruno. **A Serra de Bodopitá - Pesquisas arqueológicas na Paraíba.** João Pessoa: JRC, 2006.

BRITO, Vanderley de. **Historiografia da Arqueologia na Paraíba.** 2005. 60 p. Monografia. (Especialização em História do Brasil). Departamento de História e Geografia,

_____. O sítio arqueológico Araçoajipe - Paraíba. In: SANTOS, Juvandi de Souza (Org). **Pré-história: uma coletânea de textos didáticos.** João Pessoa: JRC, 2006. pp. 79 - 88.

_____. O homem e o meio na Paraíba. **Diário da Borborema.** Campina Grande: 21 mai. 2008. A2.

BRITO, Gilvan de. **Viagem ao desconhecido.** João Pessoa: GRAFSET, 1996.

BRITON, Daniel Garrison. **The American Race.** New York, 1891.

BROCHADO, José Proenza. **Alimentação na floresta tropical.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1977.

BUCO, Cristiane. **A arte rupestre.** São Raimundo Nonato: FUNDHAM, 2005.

BUCO, Cristiane; IGNACIO, Elaine. **A arte rupestre.** São Raimundo Nonato: FUMDHAM/CENTRO Cultural Sérgio Motta, 2005.

BUENO, Eduardo. **A coroa, a cruz e a espada – lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia (1548-1558).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BUENO, Lucas. O sítio lajedo 1 e o palimpsestos do Brasil Central. **Revista de Arqueologia da SAB,** São Paulo: SAB, n. 18. pp. 25 – 42, 2005.

BUNGE, Mário. **Seudociência e ideología.** Madrid: Alianza Editorial, 1985.

BURLE MARX, R. **Ecologia e paisagismo inter-fáceis: Escritos e Documentos.** São José do Rio Preto: UNESP, 1981.

CABRAL, A. S. A. C. ; RODRIGUES, A. **Novos estudos sobre línguas indígenas.** Brasília: UND, 2005.

CAETANO, Batista. In: **Tratados da Terra e Gente do Brasil (1590).** CARDIM, Fernão. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

CARTA DE PEDRO LELON ao governador da Bahia, João de Lencastro, em 17/12/1699.

COLI, Plácido. Projeto arqueológico de Ilha Bela. Ilha Bela. **Jornal da Ilha**, n. 60, jul. 2002a. p.7.

_____. História da cultura brasileira e fontes arqueológicas. In: **Fronteiras – Revista de História**, Campo Grande: UFMS, v. 6, n. 11, pp. 96 – 132. jan./jun. 2002b..

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CÂMARA, Epaminondas. **A evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CAMPOS, Raymundo. **O olhar estrangeiro: grandezas do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)**. São Paulo: Atual, 1996.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1925.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Hugo. **Dentes indicam melhor idade do que o esqueleto**. Ciência H. Lisboa: 2007.

CARELLI, Vicente. Trabalho e lazer. In: **Índios no Brasil 1**. Brasília: MEC, 1999. pp. 77 - 93.

CARNEIRO, J. Fernando. **A antropofagia entre os indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CARNEIRO, Robert L. Slash-and-burn cultivation among the Kuikuru and its implications for development in the Amazon basin. In: Daniel R. Gross (Ed.) **Peoples and cultures in native south America**. Nova York, Doubleday, 1973. pp. 98 -125.

CARRILHO DE ANDRADE, Pedro. Memórias sobre os índios no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. M. F. Natal, 1909.

CARTAS JESUITAS. Cartas avulsas II (1550-1568). **Coleção e notas de Afranio Peixoto**. Rio de Janeiro, 1931.

CARVAJAL, Gaspar de. **Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande de Las Amazonas**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1955.

CARVALHO, Fábio. **Os primórdios da indústria de louças no Brasil (2007)**. Disponível em: <http://www.porcelanabrasil.com.br/p.22.htm>. Acesso em: 28 fev. 2009.

_____. **Porcelana do Brasil** – Guia de Marcas. São Paulo: All Print, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo,: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Olívia Alexandre, et. al. Estudos preliminares de esqueletos humanos provenientes do município de São João do Cariri – PB. In: **Anais do 4º Workshop Arqueológico Max/Petrobrás**. Aracajú: UFS, 2006. pp. 219 – 221.

CARVALHO, Maria G. R. Fernandes de; TRAVASSOS, Maria do Socorro Barbosa; MACIEL, Valdenora da Silva. Geologia e Recursos Minerais. In: RODRIGUEZ, Janete Lins (Coord.) **Atlas Escolar da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002. pp. 21 - 23.

CASA DA PÓLVORA. Obtido em: <http://www.pbnet.com.br/openline/mfarias/polvora.htm>. Acesso em: 11 abr. 2009.

CASAL, manuel Aires de. **Corografia brasílica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. **Antologia do Folclore brasileiro**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

_____. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/MEC, 1959.

_____. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1953.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro/Natal: Achiamé/Fundação José Augusto, 1984.

CAVALCANTI, Paulo B.; FRIKEL, Protásio. **A formacopéia Tiriyo** - Estudo etnobotânico. Belém: Museu Goldi, 1973.

CAVANI, Júlio. Visões da América por Frans Post. **Diário de Pernambuco**. Recife, 8 abr. 2003.

CENTRAL: encontros arqueológicos. Direção: Maria da Conceição Beltrão de Moraes Coutinho. Produção: Kinart: Cinema e Tv Brasil. 1985.1. Videocassete (23 min.), son., color.

CERVO, Amado Luiz. **Contato entre civilizações: conquista e colonização espanholas da América**. (1442-1548). São Paulo: McGraw-HILL do Brasil, 1975.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

- CHILDE, Gordon. **L'aube de la civilization europeene**. Paris: Payot, 1949.
- CHILDE, Gordon; FROMIS, Early, of Society. In: SINGER, Charles et al. **A History of technology**. Vol. 1 Oxford: Clarendon press, 1949.
- CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1975.
- CHMYZ, Igor. Abordagens arqueológicas na Amazônia. **Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba: UFPR, v. 9. pp. 1 – 40, 2006.
- CHMYZ, Igor; BROCHIER, Laércio Loiola. Proposta de zoneamento arqueologia para o município de Curitiba. **Arqueologia - Revista de centro de estudos e pesquisas arqueológicas**, Curitiba: UFPR, v. 8. pp. 35 – 60, 2004.
- CIDADE DIGITAL**. Obtido em: <http://inclusao.ibict.br/index.php/component/content/view/task=826>?task=view. Acesso em: 16 abr. 2009.
- CLEROT, Leon F. R. **30 anos na Paraíba**. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1969.
- COLL, Josefina Oliva de. **A resistência indígena: do México a Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores**. Porto Alegre: L 8. Pm Editores, 1974.
- COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- CONITA, M. C. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2002. pp. 133 -154.
- CORRÊA, A. C. A geografia física: uma pequena revisão de seus enfoques. In: **Rios**, ano 1. N. 1. Paulo Afonso, 2005. pp. 170 - 176.
- CORIOLOANO DE MEDEIROS, José Rodrigues. **Dicionário corográfico do estado da Paraíba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- COSTA, Flávio J. Simões. Caminha: o primeiro Etnógrafo do Brasil. In: **Revista FESPI, edição especial. 22 ab. 1996**. Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. Ilhéus: UESC, pp. 67 – 79, 1996.
- COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Teoria social e etnicidade: uma interpretação hermenêutica das noções de nação e raça na contemporaneidade. **Revista Fragmentos de Cultura, Rio de Janeiro**, v. 17, n. 11/12, pp. 1021 – 1046, nov./dez. 2007.
- COUTINHO, Ricardo. **Enigmas de sete Cidades**. Peripiri: Ideal, 1995.
- COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

COUTTO, Loreto. **Desagradavos do Brasil e Gloria de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Anais XXIV, 1981.

CRESSWELL, R. Técnica, In: **Enciclopédia Einaudi: Homo-domesticação, Cultura Material**, v. 16. Imprensa Nacional Casa da Moeda - Edição Portuguesa, 1989.

CUITÉ. Obtido em: <http://www.ferias.tur.br/fotos/4928/cuite-pb.html>. Acesso em: 14 abr. 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1963.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). 2. ed. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (orga). **Historia dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras/ FAPESP, 2002. pp. 9 – 24.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. Almas, corpos e especiarias: a expansão colonial nos rios tapajós e Madeira. **Revista Pesquisas – Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 65. pp. 25 – 169, 2007.

DANTAS, E. L.; VAN, Schmus, W. R. HACKSPACHER, P. C.; Paleopraterozóicos do Maciço Caldas Brandão na Província Boborema. In: **SBG/Núcleo Nordeste, Simpósio de Geologia do Nordeste**, n. 16. Recife: 1995. pp. 423 - 427.

DANTAS, José Azevedo. **Indícios de uma civilização antiqüíssima**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, Biblioteca Paraibana/ A União, 1994.

DEMARQUET, Sônia. A terra indígena no Brasil. In: DEMARQUET, Sônia, et al (org.). **A terra indígena no Brasil, imagens de Kuarup, os missionaries em Goiás, Serra da Desordem e as descobertas de Cabral**. Brasília: Ministério do Interior/FUNAI, 1988. pp. 7 – 26.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies** – esboço de 1842. Trad. De Mário Fondelli. Rio de Janeiro: FCD, 1992.

DEBRET, J. B. **Voyage Pittoresque et historique au Brasil**. Paris: editado por Firmin Didot Frères, 1834.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil - o baixo vale do rio Canoas - SC. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). **Xokleng 2860 a.C.** - As terras Altas do Sul do Brasil. Tubarão: Unisul, 2005. pp. 47-75.

DEVEREUX, Paul. **Arqueologia**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Do Litoral ao Sertão. Desertificação já atinge 74% na Paraíba - **Diário da Borborema**. Campina Grande, 25 nov. 2007. Especial, A8.

_____. **Índios em Pedra Lavrada**. Campina Grande, 27 jul. 1974.

DICIONÁRIO online de Português. Obtido em: <http://www.dicio.com.br/acaboclado>. Acesso em: 16 jun. 2009.

DINIZ, Isis Nóbile. As faces do Brasil. **Revista guia de árvores do Brasil 2007**, São Paulo: Online Editora, ano 3, n. 2. pp. 6 – 15, 2007.

DITTMER, Kunz. **Etnologia General – formas y evolución de La cultura**. Mexico/Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1960.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Política missionária e secular em escritas jesuíticas sobre a Baixa Califórnia no século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45. pp. 261 – 280. 2003.

DONINI, Marcela. Riquezas debaixo da terra. **Zero Hora**. Porto Alegre, 12 ago. 2008. Memória.

DORNAS FILHO, João. **Aspectos da economia colonial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1958.

DUARTE, Cidália. A necrópole neolítica do Algar do Bom Santo (contexto cronológico e espaço funerário). **Revista portuguesa de Arqueologia**, Lisboa, n. 2 , v. 1. pp. 107 – 118. 1998.

DUARTE FILHO, João. **O Sertão e o centro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

EIROA, J. J.; GIL, J. A. B.; PÉREZ, L. C.; MAURAND, J. L. **Nociones de tecnologia y tipologia em prehistoria**. Barcelona: Ariel História, 1999.

EMPERAIRE, Laure. **La caatinga Du Sudest Du Piaui (Brasil) – Étude Ethmobotanique**. Paris: Ed. Recherche sur lês civilisations, 1983.

EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne. A ortografia dos nomes tribais no mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. In: NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. pp. 25 - 31.

EPIÁGA, R. **Muito antes de 1500 – ensaios de Ethnogenia pré-histórica do Brasil**. São Paulo: IBRASA, 1987.

ESTEVIÃO NETTO, José. **O DNOCS - ontem e hoje: Sustentáculo da Nascente Civilização da Seca**. Fortaleza: DNOCS, 1987.

EUBANKS, Mary W. **Corn in Clay: Maize paleoethnobotany in Pré-Columbian Art**. Gainesville: University Press of Florida, 1999.

FACCAT. Obtido em: <http://professores.faccat.br/dias/arqueologia/alimentação.doc>. Acesso em: 25 ago. 2008.

FARIA, L. de Castro. Curt Nimuendaju. In: NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. pp. 13 -18.

FARIA, Ricardo de Moura. **Nova História Geral**. 2. ed. Belo Horizonte: Livraria Lê Editora, 1976.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FAUSTO, Carlos. História. In: **Índios do Brasil**. 1. Brasília: MEC, 1999. pp. 49 - 76.

FÉRIAS TUR. BR. **Cuité**. Obtido em: <http://www.ferias.tur.br/informacoes/4928/cuite-pb.html>. Acesso em: 23 fev. 2009

FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a mameluca**. João Pessoa: UFPB, 2003.

FIGUEIRA, Antônio Fernandes. O padre Antônio Vieira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, tomo especial, 1ª parte. 1915.

FIGUEIREDO, Diva; PUCCIONI, Silvia (Orgs.). **Consolidação estrutural da Toca da Entrada do Pajau – diagnóstico e proposta de intervenção**. Teresina: IPHAN, 2009.

FIGUEIREDO, Filho J. de. **História do Cariri**. Crato: Tipografia A Ação, 1964.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de tropeirismo**. Porto Alegre: Edições EST, 2006.

FLAMMERY, T. **The future eaters**. New York: George Braziller, 1967/1995.

FONSECA, Virginia. Monstros e monstruosidades. In: **Revista Minas faz ciência**, Belo Horizonte: FAPEMIG, n. 32, pp. 30 – 32, dez/2007 a fev./2008. 2008.

FORD, J. A. **Método quantitativo para estabelecer cronologias culturais**. Manuais técnicos, III. Union Panoramica. Washington, D. C., 1962.

FREDERIC, Louis. **Manual prático de Arqueologia**. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. **História da Paraíba - Para uso didático**. 2. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

FREITAS, Eugênio. **Índios do Ceará**. Disponível em: <http://www.geocitus.com/eugeniofreitas.geo/indios.html>. Acesso em: 12 out. 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco da Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

Fundação Museu do Homem Americana. **Levantamento da Cultura Imaterial: São Raimundo Nonato PI e Macro-região**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM/ IPHAN/ UFPE/ UNIVASF, 2007.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra e história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil, de 1576..** São Paulo: Obelisco, 1995.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GEOPED Consultoria Geoambiental Ltda. Zoneamento Ecológico - Econômico do Município de São João do Tigre - Paraíba. João Pessoa, Nov. 2004.

GERRITZ, Hessel. **Journals et Nouvelles tines de La bouche de Marins hollandais et porcional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 29, 1907.

GOUVEIA, S. E. M. et alli. Palaeo enviram mental reconstruction (vegetation and climate) in the northeasetern region of Brazil during the late pleistocene and holacene using carbon isotopes of soils. In: 5 th. **International Conference on isotopes, Bruxelas**. Proceedings of 5 th international Conference on isotopes, v. 1, 2005. p. 341.

GROSS, Daniel R. **Protein capture and cultural developmente in the Amazon basin**. *Americam Anthropologista*, 77. Guaraciaba Lorena, 1975.

GRUPIONI, Luís D. Benzé. Índios: passado, presente e futuro. In: **Índios do Brasil 1**. Brasília: MEC, 1999. pp. 7 – 27.

GUEDES, Max Justo. Aspectos náuticos da carta de Caminha - Cabral e a náutica na costa de Caminha. In: **Revista FESPI, edição especial. 22 ab. 1996. Ilhéus: EUSC**, Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. pp. 38 – 46. 1996. pp.

GUERIN, Claude; FAURE, Martine. Animais gigantes num Nordeste maus úmido. In: **ANTES - Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil, 2004. pp. 230 - 241.

GUERRA, Flávio. **História colonial do Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

GUIDON, Niéde. O país não liga para o seu patrimônio. **Revista Nova História**, Rio de Janeiro: Vera Cruz, ano 2, n. 22, agosto de 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Os Primeiros Tempos. In: RODRIGUES, Janete Lins. **Mapeamento Cultural - Paraíba - 2. ed.** João Pessoa: GRAFSET, 2000. pp. 13 - ,20.

HAFKEMEYRS, J. B. Determinação da área conhecida do Brasil do Norte até fins do século XVII. Principais elementos que contribuíram para a sua exploração. **Revista do instituto histórico e geográfico Brasileiro - Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro: s.d.

HAHN, Elisabete Torres; SCHUCH, Vera Lúcia. Brasil colônia, cotidiano da sociedade: alimentação, hábitos dos séculos XVI, XVII e XVIII. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Visões do Passado: aspectos do Brasil colônia**. Porto Alegre: Palier, 2006. pp. 125 – 130.

HARTT, Charles Frederico. Inscrições em rochedos do Brasil. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: Typographia F. P. Boulitreau, n. 47, v. 8. 1895.

- _____. **Geologia e Geografia Física do Brasil**, v. 200. São Paulo: Brasiliense, 1941.
- HECKMANS, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 8, n. 47. 1985.
- HENRIQUE JÚNIOR, L. O vinho das almas. **Revista das Religiões**, São Paulo: Abril, n. 11, jul. 2004.
- HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA**, v. 73. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- HODDER, Ian. **Interpreta Ción em arqueologia. Corrintes actuales**. Trad. Costellana. Maria José Aubet e J. A. Barceló. Barcelona: Crítica - Grupo Grijolho - Mondadori, 1994.
- HOEHNE, F.C. **Botânica e agricultura no Brasil no século XVI**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- HOLE, Frank; HEIZER, Robert. **An introduction to Prehistoric Archeology**. Third Edition. Holt, Rinehart and Winston, 1977.
- HONOUR, Hugh. **The New Golden of Dutch Seventeenth – Century Brazil**. New York: Time, 1976.
- HUE, Sheila Moura. **Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006
- INFOPÉDIA**. Porto: Porto Editora, 2003.
- IRVING, Washington. **Vida y viajes de Cristabal Colón**. Madrid: Gaspar y Roig Editores, 1851.
- JACUPÉ, K. W. **A terra dos mil povos: história indígena contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Reinópolis, 1998.
- JOFFILY, Irineu. O Fóssil de Campina Grande. In: MACHADO, Maximiliano Lopes; COSTA, João Baptista Regueira. **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: Typographia F. P. Boulitreau, n. 36, v. VI, pp. 23 – 29. Janeiro de 1890.
- _____. **Notas sobre a Parahyba**. 2. ed. Brasília-DF: Thesaurus, 1977.
- _____. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, s.d.
- JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia Histórica. In: FUNARI, P.; SCHIAVETTO, S. (orgs.). **Identidade, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea**. São Paulo: AnnaBlume, 2005. pp. 27 – 43.

KERN, Arno Alvarez. Missões e o mundo colonial no Rio da Prata. In: KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. **Missões Ibéricas coloniais: da Califórnia ao Prata**. Porto Alegre: Pailer, 2006. pp. 69 - 94.

KERN, Arno Alvarez; SEVERO, Fernanda. **Arqueologia histórica missioneira – 10 anos de história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. As práticas e as reflexões arqueológicas de ANNÉTT. Laming. Emperaire: uma nova “missão financeira” no Brasil. In: **ANAIS do seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Arqueologia – revista do centro de estudos e pesquisas arqueológicas**, número especial, v.4, Curitiba: CEPAL/ UFPR, 2007. pp. 87 - 99.

KING, L. C. A geomorfologia do Brasil Oriental. **Revista Brasileira de Geografia**, São Paulo, v. 18. pp. 147 – 265. 1956.

KLEJN, L. S. Os major aspects of the interrelationships of archaeology and ethnology. **Current anthropology**, 1973.

KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. Trad. De Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941.

LAET, Joannes de. **História ou anais de chefe da companhia privilegiada das Índias Ocidentais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1925, v. 2.

LAROCHE, A. F. G. Ambiente e ecossistema da Pré-História do Nordeste brasileiro. **Revista Clio - série Histórica**, Recife: UFPE, n. IV, pp. 43 – 48. 1981.

_____. **Sugestões para uma Classificação Morfológica das Pontas Foliáceas e Lesmas**. Coleção Mossoroense; v. CXCVII. Natal, 1982.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **Brevíssima relação da destruição dos índios**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV – XVII. In: **Revista USP**, São Paulo: USP, n. 30, pp. 32 – 45, jun./ago. 1996.

LEMONNIER, P. Elements for anthropology of technology. **Museum of anthropological research (88)**, University of Michigan. Michigan, 1992.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramento 1979.

LEMOS, M. do S. da S. **Cambissolos desenvolvidos de calcário da Chapada do Apodi (RN): Caracterização, uso e manejo**. Lavras, 1989. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1989.

- LEÒN - PORTILLA, Miguel. **A conquista da América Latina vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas.** Trad. Augusto Ângelo Zanatta. Petrópolis: Vges, 1984.
- LEONE, Mark P. Neolithic Economic Autonomy and Social Distance. **Science**, n. 162. 1968. pp. 1150 - 51.
- LEROI - GOURHAN, André. **O gesto e a palavra. 1 - Técnica e linguagem.** Lisboa: Edições 70, 1984 a, 251pp [1ª edição francesa: Paris, Albin Michel, 1971].
- LEVASSEUR, Émile. **O Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** São Paulo: Martins, 1990.
- LIMA, A. G., **Noções de História do Brasil.** 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- LIMA, D. A. **O domínio das caatingas.** Recife: Fundação Ford/UFPE, 1981.
- LIMA, José Luciano Santos de; FURTADO, Dermeval Araújo; PEREIRA, Jógerson Pinto Gomes; BARACUHY, José Geraldo de Vasconcelos; XAVIER, Haroudo Sátiro. **Plantas medicinais de uso comum no Nordeste do Brasil.** Campina Grande: Editora da UFCG, 2006.
- LIMA, Tania Andrade - Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da arqueologia Darwiniana. In: **Revista de Arqueologia**, São Paulo: SAB, v. 19. pp. 125 – 141. 2006.
- LINDOSO, Dírceu. Na aldeia de Ia-ti-Ihá: etnografia dos índios tapuias do Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Resistência, memória, etnografia.** Maceió: EDUFAL, 2007. pp. 25 - 50.
- LORANDI, Ana Maria ; WILDE, Guillermo. Desafio a La isocronía Del péndulo. Acerca de La teoria y de La practica de La antropologia histórica. **Memoria Americana, Cuadernos de Ethnohistoria**, v. 9, 2000. pp. 37 – 78.
- LOWIE, Robert. H. **The Tapuia, Handbook of South America Indians**, v.1. New York, 1963.
- LUCÍRIO, I. **Revista Super Interessante.** São Paulo: Abril, n. 4, ano 14, abr. 2000.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft.** 20. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MACEDO, H. A. M. **A antiguidade do homem no Rio Grande do Norte - a Pré-História do espaço Norte-Riograndense (1999).** Disponível em: <Historiado

RN@web:Availablefromworldwideweb:<url>;www.seol.com.br/rmmaweb/>. Acesso em: 02 fev. 2005.

MACEDO, Sérgio D. T. **História da Terra e do Homem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

MACHADO, L. C. tendências à continuidade e mudança em ritos funerários de populações pré-históricas do estado do Rio de Janeiro. In: BELTRÃO, Maria da Conceição. **Arqueologia do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995. pp. 111 – 118.

MACHADO, Maximiliano Lopes. **Historia da província da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.

MAGALHÃES, Basílio de . **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1952.

MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem**. Rio de Janeiro: Livraria Magalhães. Editora, 1913.

MAGMARQUEOLOGIA. A faiança. Obtido em: <http://www.magmarqueologia.pro.br/faianca.htm>. Acesso em: 28 fev. 2009.

_____. Preservação de objetos metálicos resgatados em sítios arqueológicos históricos. Obtido em: <http://www.magmarqueologia.pro.br/ferrosab.htm>. Acesso em: 28 fev. 2009.

MANIZER, G. G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)**. Trad. de Osvaldo Peralva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MAPA DE CANTINO – Cartografia brasileira. **Revista Aventura na História**, São Paulo: Abril, ed. 01., s.d.

MARCGRAVE, Jorge. **História das Cousas naturais do Brasil**. São Paulo: s. e., 1941.

_____. **História natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MARCHANT, Alexandre. **Do escambo à escravidão**: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil 1500 -1580. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1943.

MARIANO, Nayana R. Cordeiro. Maximiliano Machado e a imagem do índio redimível. In: MENEZES SÁ, Ariane Norma de; MARIANO, Serioja (org). **História da Paraíba**: autores e análises sobre séculos XIX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. pp. 116 - 138.

- MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário nos Cariris Velhos da Paraíba: memória cultural e natureza no cerimonial da vida.** João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 1999.
- MARIZ, Celso. **Através do Sertão.** Mossoró: Gráfica do Deputado Frederico Rosado, 1999.
- MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, 2002.
- MARTIN, Gabriela. O homem Pré-histórico da Paraíba. In: RODRIGUEZ, Janete Lins. **Mapeamento Cultural - Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2000. pp. 37 – 42.
- _____. **Pré-história do Nordeste.** 4. ed. Recife: Editora da UFPE, 2005.
- MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel.** Obtido em: http://www.uff.br/geographia/rev_05/friedrich5.pdf. Acesso em: 13 jul. 2009.
- MARTINS, Oliveira. **As raças humanas e a civilização primitiva.** Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1955.
- MARTIUS, Carlos Frederico Von. **O Direito Entre os Índigenas do Brasil.** trad. Amaral Gurgel. São Paulo: Edições e Publicação, 1938.
- MATTOS, Aníbal. **A raça de Lagoa santa – velhos e novos estudos sobre o homem fóssil americano.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- MASON, Peter. Albert Eckhout no Brasil e na Europa: a construção e a desconstrução de um retratista "Etnográfico". In: Albert Eckhout - volta ao Brasil - 1644-2002. **Simpósio Internacional de Especialistas.** Recife: 2002. pp. 47 -52.
- MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA'EGA,** Curitiba: UFPR, n. 8. pp. 83 - 91. 2004.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó.** Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial.** Recife: 2000. 225 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.
- MEGGER, Betty J. **Amazônia, a ilusão de um paraíso.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Cliffo. Identificação das áreas culturais e dos tipos de culturas na base de cerâmica das jazidas arqueológicas. **Separata dos Arquivos do Museu Nacional,** v. XLVI. Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**: manual para arqueólogos. Washington, D.C., Smithsonian Institutos, 1970.

MELATTI, Júlio Sezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MELO, Josemir Camilo de. Pré-História da Paraíba. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de, et alli. **História da Paraíba**. Campina Grande: EDUFPG, 2007. pp. 15 – 20.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**. 2. ed. Recife: Governo do estado de Pernambuco, 1979.

MELLO, José Octávio de Arruda. 7. ed. **História da Paraíba**: lutas e resistência. João Pessoa: A UNIÃO, 2002.

MELLO, P. J. de C.; **Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados. As indústrias líticas de sítios a céu aberto de Vale do Rio Mando** (Mato Grosso, Brasil). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MENEZES, José Luiz M. A casa de sua excelência, o príncipe João Maurício de Nassau. **Revista Clio – série Arqueológica**, Recife: UFPE, n. 18, v. 1. 2005.

MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos Tupinambás e a sua relação com a das demais tribos Tupi-Guaranis**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

MIRANDA, Augusto. **Dicionário Enciclopédico Focus - Ilustrado**. São Paulo: Focus, 1983.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia - limites e espaços de cura**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2004.

MIRANDA, Fernando Márquez de. **Siete arqueólogos, siete culturas**. Buenos Aires: Hachette, 1959.

MIRANDA, Salm de. **Expansão para o Norte**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

MONGAIT, Alexander. **La Arqueologia em La U.R.S.S**. Moscou: s.e. 1960.

MONTEIRO, Denise. **Introdução a história do Rio Grande do Norte**. Natal: editora da UFR, 2000.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena História da Paraíba**. João Pessoa: Editora da Universidade federal da Paraíba, 1980.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulax. Trad. Lêda Boechat Rodrigues. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos Tapuias**. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1979.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A política indigenista brasileira durante o século XIX.** (tese) Rio Claro: USP, 1971.

MOTA, F. A. S. **A atuação do DNOCS no combate aos efeitos das secas.** Fortaleza: DNOCS, 1979.

MUTZENBERG, Démetrio da Silva. **Gênese e ocupação pré-histórica do sítio arqueológico Pedra do Alexandre: uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do rio Carnaúba-RN.** 2007. 142 p. Dissertação. Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2007.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia Histórica: Manual** Brasília: IPHAN, 2005.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco.** São Paulo: MEC/companhia Editora Nacional, 1979.

_____. **Aquém da Atlântida.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.** 2 ed. São Paulo: Martins, 1942.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

ODILON, Marcos. **Antropofagia, existiu ou não?** 2. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2001.

OLIVEIRA, A. Cary de Passos; BANDEIRA, Lêda T. Costa; SOUSA, Maria Cira J. Meireles de. **Conhecendo a Índia.** Goiânia: Editora UCG, 1990.

OLIVEIRA, E. F. de; MACEDO, H. A. M. de; ARAÚJO, M. B. de; DANTAS, M. H. **Os holandeses e os Tapuias.** História do RN n@ WEB [On-line]. Obtido em: Availablefromworldwideweb:url:www.seol.com.br/mnaweb. Acesso em: 13 fev. 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Arqueologia Pública, Universidade Pública e cidadania. **Fronteiras: Revista de História.** Campo Grande: UFMS, 2002. pp. 41 - 58.

_____. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiawá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia da SAB,** São Paulo: SAB, n. 19, pp. 29 – 49, anual., 2006.

ORTIZ, Fernando. **História de La arqueologia indocubana.** Coleção de Libros Cubanos, v. XXXIII. La Habana, 1935.

PALLESTRINI, Luciana; MORAIS, José Luiz de. **Arqueologia Pré-Histórico brasileira.** São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 1980.

PAPES, Ana Cláudia. Dissertação é discutida em conferência. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 19 nov. 2005. p. 04.

PARAÍBA. **Mapa Geológico da bacia do rio Taperoá**. Adaptado de Mapa Geológico do estado da Paraíba/CDRM, 1982. Mapa em cores. Escala gráfica: 2 km, 1982.

_____. **IDEME**. Obtido em: www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&jgd=817. Acesso em: 19 fev. 2009.

PEREIRA JÚNIOR, José Anthero. **Introdução ao estudo da Arqueologia brasileira**. São Paulo: Bentivegna, 1967.

PEREIRA, Moacyr Soares. **A navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio**. Rio de Janeiro: s.e. 1984.

_____. **Índios tupi-guarani na Pré-História**. Maceió: UFAL, 2000.

PERRONE – MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 115 - 132.

_____. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenistas do período colonial (séculos XVI e XVIII)**. Obtido em: <http://www.lemi.nyei.edu/course-rio/pertcon904/materials/text/livres.html-93k>. Acesso em: 14 out. 2008.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM/PETROBRÁS, 2003.

_____. A memória da imagem. In: BUCO, Cristiane. **A arte rupestre**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2005. pp. 1 - 2.

PIMENTEL, Cristino. **Mais um mergulho na história de Campina**. Campina Grande: Edições Caravelas, 2001.

PIÑÓN, Ana. Ensinando com imagens. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande: Editora UFMS, v. 6, n. 11. pp. 11 – 40. 2002.

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. São Paulo: Nacional, 1935.

_____. **Os indígenas do Nordeste**. 2. Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. **Etnologia brasileira (Fulniô – os últimos Tapuias)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**, V.I. (1909). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

PINTO, Irineu. Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa. In: **Revista do Instituto Histórico e geográfico paraibano**, João Pessoa: Editora Teixeira, v. 12. pp. 5 – 32. 1953.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros** - Resistência e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Editora da UFPE, 2002.

PISO, Guilherme. **História natural e médica da Índia Ocidental**. 2 ed. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1957.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2004.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Os tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckmans. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XLVIII. 1935.

_____. **Pré-História Cearense** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1955.

PORTO ALEGRE, M. S. As aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura de contato”. In: DINIZ, et alii. (orgs.). **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, 1993.

POSEY, D. A. Etnobiologia: Teoria e Prática. In: RIBEIRO, Besta G. (org) **Suma Etnologica brasileira 1. Etnologia**. Petrópolis: Vozes/Finep. 1983. pp. 15 - 25.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. Trad. Maria José Moura da Luz Moreira. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. pp. 151 – 165. 1991.

PROUS, André. **A Arqueologia Brasileira**. Brasília - DF: UNB, 1992.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 - 1720. São Paulo: HICITEC/EDUSP, 2002.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil – 1650-1720. (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 1998.

_____. Tupi ou não Tupi? Uma contribuição ao estudo da etno história dos povos indígenas no Brasil colônia. In: Ribeiro Antônio (org). **Invenção do Brasil**. Salvador: MADE, 1997.

QUEIROZ, Albérico Nogueira de; CHAIX, Louis. Os vestígios faunísticos provenientes dos sítios arqueológicos: uma visão geral. In: SIMON, Christian, et al. **Enterramentos na necrópole do Justino – Xingó**. São Cristóvão: UFS, 1999. pp. 49 - 55.

- QUEIROZ, Marcos de Souza. Estudos sobre medicina popular no Brasil. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, n. 5. pp. 241 – 250. 1980.
- RAMINELLI, Ronald. Mulheres canibais. **Revista USP**, São Paulo: USP, pp. 122 – 135. 2007.
- RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira** as culturas não-européias. Rio de Janeiro: s.e., s.d.
- REGO, José Lins do. **Usina**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1984.
- _____. **O Índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.
- RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM, Lucia H. van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2002.
- RIBEIRO, Darcy. **Brasileiros 1, as teorias do Brasil – formações econômicosociais. Ordenações político. Alienação cultural**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- RIBEIRO, Emilson; RIBEIRO, Emir. **História da Paraíba - em quadrinhos**. João Pessoa: Velta Edições, 2003.
- RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias - Uma abordagem historiográfica**. São Paulo: Alameda, 2007.
- RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: História, descrições – viagens – colonização – instituições**. 2. ed. 1º vol. São Paulo/Brasília: Livraria Martins Editora/MEC, 1976.
- ROCHA, Everaldo P. Guimarães. Um índio didático: nota para os estudos de representações. In: ROCHA, Everaldo P. Guimarães, et al. **Testemunha ocular - textos de antropologia social do cotidiano**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- ROCHA, Francisco Eugenio P. Gurgel da. **Caracterização Macroespacial de Sítios Arqueológicos no Alto Sertão Paraibano**. 148 p. Dissertação em História. 1998. UFPE. Recife, 1998,
- ROCHA, Leandro. Os missionários em Goiás. In: DEMARQUET, Sônia, et alli. (Org.) **A terra indígena no Brasil, imagens de Kuarup, os missionários em Goiás, Serra da Desordem e as descobertas de Cabral**. Brasília: Ministério do Interior/FUNAI, 1988. pp. 61 - 86.
- RODET, Maria Jacqueline; ALONSO, Márcio. Princípios de reconhecimento de duas técnicas de debitage: Percussão direta dura e percussão direta macia (tendre). Experimentação com material do Norte de Minas Gerais. **Revista de Arqueologia da SAB**, São Paulo: SAB, n. 17. pp. 63 – 74. 2004.

- RODRIGUES, Arion Dalligna. **Línguas e culturas Macro-Jê**. Brasília: UNB, 2003.
- RODRIGUEZ, Janete Lins. **Mapeamento Cultural da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2000.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil das cabaceiras do rio Xingú, dos rios Araguaia e Oiapoque**. Vol. II. Rio de Janeiro: Conselho de Proteção aos índios/ministério da Agricultura departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- RORIZ, Aydano. **O fundador** - a fascinante história do primeiro governador do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ROSS, Eric Barry. Food Taboos, diet and hunting strategy: The adaptation to animals in Amazon cultural ecology. **Current Anthropology**, 19. 1978. pp. 1 - 36.
- RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1959.
- SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 3. ed. V. II. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500 - 1627**. 3. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo: 1937.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Victor. Um rosado, 2008.
- SANTOS, Juvandi de Souza. **Saneamento e qualidade de vida de três comunidades domiciliados na bacia do rio Taperoá**. 2001, 235 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/ Universidade Estadual da Paraíba, 2001.
- _____. **Estudando e conhecendo a pré-história**. Campina Grande: EDUEP, 2005.
- _____.(Org.). **Pré-História: uma coletânea de textos didáticos**. João Pessoa: JRC, 2006a.
- _____. **Ocorrências de Itacoatiaras na Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2007.
- _____. **São João do Cariri**. 2008a. No prelo.
- _____. Os sítios rupestres e os problemas de conservação. In: SANTOS, Juvandi de Souza (org.). **Pré-História: uma coletânea de textos didáticos**. João Pessoa: JRC, 2006b.
- _____. **Ensaio de Paleontologia geral e da Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2008a.
- _____. Escavações do sítio Pinturas em São João do Tigre - PB. **SBE Notícias**, Campinas: SBE, ano 3, n. 87, p. 2. 21 mai. 2008b.

_____. **Cartilha educativa de Pré-História para principiantes.** João Pessoa: JRC, 2008c.

_____. Abrigos rochosos e cemitérios indígenas nos Sertões da Paraíba. In: **Boletim eletrônico SBE Antropoespeleologia**, Campinas: SBE, ano 2, n. 18, p. 3. 15 mar. 2009b.

_____. **Ocupação humana, caatinga, paleoambientes e mudanças ambientais nos Sertões nordestino.** João Pessoa: JRC, 2009a .

SANTOS, Juvandi de Souza; FARIAS, Allysson Allan de. Estudos de Collembolos em sítios arqueológico/espeleológicos na Paraíba. In: **Boletim eletrônico SBE Notícias**, Campinas: SBE, ano 4, n. 124. p. 2. 2009b.

SANTOS, Juvandi de Souza; MEDEIROS, Leize Regina R. A. **Contribuição para os estudos da Pré-História Paraibana:** descrição sumária dos sítios arqueológicos e paleontológicos da Serra da Caxexa. João Pessoa: JRC, 2005.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Imagem do índio:** o selvagem americano na visão do homem branco. São Paulo: IBRASA, 2000.

SAPIR, Edward. Linguagem. In: **Estudos de organização social.** PIERSON, Doaned (Dir). São Paulo: Nacional, 1949.

SAUER, Carl O. As plantas cultivadas na América do Sul Tropical. In: **Etnobiologia.** B. G. Ribeiro (coord.), vol. 1, da Suma etnológica brasileira. Rio de Janeiro: Vozes , 1986. pp. 59 – 90.

SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro. Arqueologia e etno-história: os cronistas do século XVI. In: Dédalo. São Paulo, publicações Avulsas, I. **Anais da 4ª Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB.** 1991. pp. 135 -139.

SCANTIMBURGO, João de. **Tratado geral do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

SCHMIDT, Wilhelm. **Etnologia Sul Americana** . Trad. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenho e escravos na sociedade colonial, 1500-1530. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;

SCHWERHAGEN, Ludwig. **Antiga História do Brasil (de 1100 A.C. a 1500 D.C).** Rio de Janeiro: Livro Editora Cátedra, 1970.

SERRA DA CAPIVARA. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZACUR, George de Cerqueira Leite (Ed.): **Região e tradição na América Latina.** Brasília: Edumb, 2000. pp. 81 -109.

SERVICE, Elman R. **Os caçadores**. Trad. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SIGAUT, F. Technology. In: INGOLD, T. (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life**. Routledge, Londres, 1997, 16: 420 - 59.

SILVA, Cristiano Barros Marinho da. **Índios do Nordeste: resistência, memória, etnografia**. Recife: UFPE, 2007.

SILVA, Daniela Cisneiro da. Práticas funerárias na Pré-História do Nordeste do Brasil: uma apresentação metodológica. **Revista CLIO – série arqueológica**, Recife: UFPE, n.20, v.1. pp. 171 – 207. 2006.

SILVA, Fabiola Andréa. **Povos indígenas no Brasil**. Obtido em: <http://pib.sociambiental.org/pt/povo/asurini-do-xingu/1287>. Acesso em: 22 fev. 2009.

SILVA, Maria Alessandra Ribeiro da. **Impactos ambientais nos Cariris Velhos da Paraíba: um estudo de caso do município de Serra Branca – PB**. 2003. 69 f. Monografia (Especialização em Gestão e Análise Ambiental). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

SIMÕES, Henrique Campos. A Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. In: **Revista FESPI, edição especial**, Ilhéus: UESC, 22 abr. 1996. Anais do Seminário Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminhas. pp. 6 – 21. 1996.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. A carta de Caminha: história ou ficção? In: **Revista FESPI, edição especial**, Ilhéus: UESC, 22 abr. 1996. Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. pp. 60 - 66. 1996.

SIMON, Christian; CARVALHO, Olivia Alexandre de. Esqueletos humanos pré-históricos do sítio Justino: as informações paleantropológicas no estudo das sepulturas. In: SIMON, Christian, et al. **Enterramentos na necrópole do Justino – Xingó**. São Cristóvão: UFS, 1999. pp. 9 - 48.

SMITH, B. H. Patterns of molar wear in Hunter - gatherers and agriculturalists. **Amer. Journ. Of physical anthropology**, n. 63. 1984.

SMOLE, William J. **Theyanooma indians: A cultura geographica**. Houston: The University Texas Press, 1976.

SOARES, Gaspar. **Noticia do Brasil, descrição verdadeira da costa daquele estado que pertence à coroa do Reino de Portugal**. Lisboa: impresso na collecção de noticias para a história e geographia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses, 1825.

SOUSA, Ana Cristina de. Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia. In: **Revista de Arqueologia da SAB**. São Paulo: SAB, v. 19. Anual.. pp. 09 - 28. 2006.

SOUSA, Pero Lopes de. **Diário de Navegação**. São Paulo: Obelisco, 1964.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, Sheila M. de. Variações da dentogênese em indivíduos do grupo pré-histórico de Santana do Riacho, Lagoa Santa, Minas Gerais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, v. 9, Suppl. 1, pp. 1 – 5 , 1993.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil: arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo**. Trad. De Carlos Fouquet e Guiomar de Carvalho França. São Paulo: Publicações da sociedade Hans Staden - São Paulo, 1942.

_____. **Suas viagens e cativo entre os índios do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

_____. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Dantes Editora e Livraria, s. d.

SUENE, Helda. Fósseis são saqueados e contrabandeados na Paraíba. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, 11 set. 2006. Cidades, p. 04.

TELLES, Norma. **A imagem do índio no livro didático**: equivocada, enganadora. In: SILVA, Lopes da (1987). São Paulo: FDE, 1987.

TENÓRIO, Maria Cristina. Os amoladores-polidores fixos. **Revista de Arqueologia da SAB**, São Paulo: SAB, n. 16. pp. 87 – 108. 2003.

TEIXEIRA, Martli Geralda. Leitura ideológica Carta de Caminha. In: **Revista FESPI, edição especial. 22 ab. 1996**. Ilhéus: UESC, Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. pp. 21 - 30. 1996.

THAUNAY, A. d'Escragolle, **Céus e terras do Brasil**. 9. ed. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1948.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Tupi Português**. Santos: Traços Editora, 1984.

TOCHETTO, Fernanda Bordin. A cerâmica do Guarani como símbolo de identidade étnica. In: KERN, Arno Alvarez (org.). **Arqueologia histórica missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. De Sergio Coes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TORRES, Luiz B. **os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos índios**. 4. ed. Maceió: IGASA, 1984.

TRIGGER, Bruce G. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **História do pensamento arqueológico**. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras/FAPESP, 1992. pp. 87 – 112.

WAGNER, Peter. O Mundo das plantas nos quadros de Eckhout. In: Albert Eckhout - volta ao Brasil – 1644 - 2002. **Simpósio Internacional de Especialistas**. Recife: 2002. pp. 105 - 115.

WARMING, Eugênio. **Lagoa Santa e a vegetação de cerrados brasileiros**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

WATSON, Patty Jo, et al. **Al método Científico en Arqueologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

WEBBER, Max. A nação. In: **IDEM: ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

WHITEHEAD, Peter James Palmer. **Um retrato do Brasil holandês do século XVII**. s.e.1989.

WHITE, Anne Terry. **Arqueologia**. Trad. Sérgio Luiz Gomes. Riio de Janeiro: RECORD, 1964.

WILCOX, Robert W. World History: coisa de gringo ou uma oportunidade? Notas sobre a historiografia americana. In: **Fronteiras: Revista de Histórias**. Campo Grande: UFMS, pp. 159 -186. 2002.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Sítio arqueológico**. Obtido em: http://www.wikipedia.org/wiki/5%c3%Adtio_arqueol%c3%B3gico. Acesso em: 14 jan. 2006.

_____. **Cuité**. Obtido em: <http://www.wikipedia.com.br>. Acesso em: 12 fev. 2009.

_____. **Município de São João do Cariri**. Obtido em: www.wikipedia.com.br/sao_joaodocariri. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. **Mapas**. Obtido em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/mapoa>. Acesso em: 20 abr. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1454**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

- VASCONCELOS, Cláudio de. **A questão indígena na província de Mato Grosso.** Conflito, trama e continuidade. Campo Grande: UFMS, 1999.
- VASCONCELOS, Simão. **Crônica da Companhia de Jesus (1663)**, v.1. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1977.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. O. **O deserto brasileiro:** projeto para o trópico semi-árido. Recife: UFPE, 1974.
- VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo** - Cartas de viagens e descobertas. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- VIANNA, Hélio. **Formação brasileira.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- VIDAL, Lux. O espaço habitado entre os Kaiapóxikrim (jê) e os parakanã (tupi), do Médio Tocantins, Pará. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **Habitacões indígenas.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1983. pp. 77 - 102.
- VIEIRA, Eudésia. **Ponto de História do Brasil:** Paraíba do Norte. 7. ed. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.
- VIEIRA, Jorge Luiza Gonzaga. Os povos indígenas e a colonização européia. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, et alli. **Índios do Nordeste:** temas e problemas. V. 8. Maceió: EDUFAL, 2007.
- VIEIRA, Sônia. **Introdução à Estatística.** Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- VIGNATI, Alejo. Resultado de uma excursion pos la margen sur Del rio SantaCruz, em Notas Preliminares Del Musco de la plata II. Bueno Aires: museu de la plata, 1934
- VIOTTI, Hélio Abranches. **Padre Serajum Leite, S.J. (1890-1969).** São Paulo: Loyola, 1999.
- XIMENES, Sérgio. **Dicionário da língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ZAMARA, Oscar M. Fonseca. Archaeology as History, n. 28. **Revista Dédalo.** São Paulo, pp. 39 - 62. 1990.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. Significado e efeitos da publicação do mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju para a Antropologia brasileira. In: NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002. pp. 33 – 36.

12. ANEXOS

ANEXO A – Tipos de caatingas, segundo Andrade-Lima.

Nº	TIPO DE CAATINGA	COMUNIDADE-TIPO	EXEMPLO (PLANTA)	ONDE SE ENCONTRA
1	Caatinga arbórea alta	<i>Tabebuia – aspidosperma – astronium – cavanillesia</i>	Caraibeira (<i>Tabebuia caraíba</i>)	Lugares abrejados
2	Caatinga arbórea média	<i>Astronium – Schinopsiscoesolpina</i>	Mororó (<i>Caesalpinia</i>)	Lugares abrejados
3	Caatinga arbórea média ou baixa densa e/ou aberta	<i>Caesalpinia – burseuspondias – aspidosperma</i>	Imburana (<i>Bursera</i>)	Campos abertos
4	Caatinga arbustiva arbórea	<i>Mimosa – syagrus – spondias – cereus</i>	Angico (<i>Mimosa</i>)	Área elevada
5	Caatinga arbustiva	<i>Pilocercus – poepiggia – doebergia – piotadema</i>	Imburana	Áreas abertas
6	Caatinga arbórea aberta	<i>Cnidosculus – bursera – caesalpinia</i>	Angico	Áreas abertas/meia encosta das serras
7	Caatinga arbustiva baixa	<i>Caesalpinia – aspidosperma – jatropa</i>	Mororó (<i>Caesalpinia</i>)	Campos abertos/proximidade de corpos d'água
8	Caatinga arbustiva aberta	<i>Coesolpinia – aspidosperma</i>	Catingueira	Campos abertos
9	Caatinga – arbustiva aberta, baixa ou alta	<i>Mimosa – caesalpinia – aristida</i>	Marmeleiro	Campos abertos
10	Caatinga arbustiva aberta baixa	<i>Aspidosperma pilocereus</i>	Marmeleiro Unha-de-gato	Campos abertos
11	Caatinga arbustiva aberta	<i>Calliandro – Pilocereus</i>	Marmeleiro	Campos abertos
12	Floresta riporias ciliares	<i>Copernicia – geoffrea – licania – tabebuia – bunolia</i>	Feijão – bravo (Copérnico)	Proximidades de corpos d'água

Quadro 1 – Tipos de caatinga, segundo Andrade-Lima

Fonte: Adaptado de Alves (2007: 66).

ANEXO B - Tipos de caatingas, segundo Alves (2007).

Nº	TIPOS DE CAATINGA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS DE VEGETAIS
1	Floresta densa seca (mata boa)	Caatinga arbórea primária que ainda não sofreu alterações	Favela, caraibeira/craibeira
2	Caatingas arbustivas e arbustivo-arbóreas densas (capoeirão)	Formação secundária que atingiu estágio avançado de crescimento e cujas árvores têm de 4 a 5 metros de altura e diâmetro de 20 a 35 cm	Imburana, angico
3	Vegetação menos desenvolvida (capoeira média)	Constituída por um estrato arbustivo muito denso, de 3 a 4 metros de altura e o diâmetro dos troncos de 2 a 5 cm, é a caatinga arbustiva do tipo densa e baixa	Unha-de-gato
4	Vegetação recente com idade de 3 a 4 anos	Característica por pequenos arbustos dispostos em tonceiros espaçadas com altura entre 1 e 3 metros; corresponde a um estepe com manchas de solo nu entre os tufos sub-arbustivos.	Marmeleiro, malva

Quadro 2 - Tipos de caatinga, segundo Alves (2007)

Fonte: Adaptado de Alves (2007: 67)

ANEXO C – Plantas medicinais da farmacopéia índia

PLANTAS MEDICINAIS DE USO COMUM NO INTERIOR DA PARAÍBA		
NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO	USO
Abóbora-jerimum	<i>Curcubita pepo L.</i>	Ação vermífuga, estomacal e antitérmica além de ser comestível;
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis L.</i>	Usado como cicatrizante, antimicrobiano e estimulante do couro cabeludo, Age como diurética, estimula a alimentação de gases, etc;
Angico-manso	<i>Piptadenia macrocarpa</i>	Ação depurativa e serve principalmente para estancar hemorragia e para doenças pulmonares;
Aroeira	<i>Myracrodruom</i>	Atua como antialérgico, adstringente, antiinflamatório e cicatrizante;
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Atua em problemas menstruais, doenças do fígado, dor de ouvido, verminose, inflamações, febre;
Babosa	<i>Aloe vera</i>	Ação cicatrizante e antimicrobiano sobre bactérias e fungos. Uso no tratamento de ferimentos e queimaduras da pele e mucosas, como as cervicovaginites, úlceras gástricas e hemorróidas. Atividade laxante;
Cana-de-macaco	<i>Costus spicatus</i>	Indicado como depurativo, adstringente, diurética, tônica;
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	Ação antiinflamatória, adstringente, antidiarreica, antiasmático, depurativa e tônica. Usa-se também no combate a diabetes;
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Age como sedativo e espasmo lítico, além de ser aromático e servir de alívio contra cólicas;
Corda-santa	<i>Argemone-mexicana</i>	Indicada como purgativo, antiinflamatório, colagogo e adstringente;

Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidales</i>	Uso para o tratamento de infecções catarrais e disenterias;
Cidreira-de-arbusto	<i>Lippia alba</i>	Ação calmante, analgésica, sedativa, ansiolítica, expectorante e monolítica;
Colônia	<i>Apinia zerumbet</i>	Utilizada no tratamento da hipertensão arterial e dos estados de ansiedade, febre, gripe, dor de cabeça e congestão nasal;
Cumaru	<i>Amburana Cearensis</i>	Indicado para melhorar a respiração e promover a expectoração. Também usado contra a tosse, gripe, bronquite, azia e asma;
Erva-doce	<i>Foeniculum vulgare</i>	Atua como calmante digestivo, cominativo e antiespasmódico. Utilizado como estimulante a lactação;
Espinheira-santa	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Ação terapêutica em casos de gastrites crônicas e úlceras gástricas e duodenais, câncer de pele;
Favela	<i>Cnidocolus phyllacanthus</i>	Indicada na inflamação ovariana, e inflamações em geral e cicatrização. O látex fresco é usado em dermatoses (doença de pele);
Fedegoso	<i>Heliotropium indicum</i>	Usado como desobstruente diurético e no combate às pneumopatias;
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Age como antidiarréica e nos casos de inflamação da boca e garganta;
Hortelã-miúda	<i>Mentha villosa</i>	Utilizada como antiparasitário, no tratamento de diarreias por infestação intestinal de ameba ou giárdia e de corrimento vaginal;
Juazeiro	<i>Zyziphus joazeiro</i>	Limpeza do couro cabeludo e higiene bucal;
Jurema-preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>	Indicada como antiinflamatório e na cicatrização de ferimentos. Os índios a usavam como alucinógenos;

Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	Indicado para casos de anemia, distúrbios hepáticos e vesicais, gastrite e febre;
Macela	<i>Egletes vircosa</i>	Usada como antidiarreico, antidiarreico e problemas gástricos;
Malva-Rosa	<i>Geranium erodifolium</i>	Atua em problemas intestinais e de cansaço e no alívio de cólicas. Os índios a utilizavam no banho de cheiro;
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Largamente utilizado como antihelmintica, antimicrobiano e antireumático. As folhas são indicadas para doenças pulmonares e estomacais. É uma das ervas mais utilizadas no Nordeste do Brasil;
Mororó	<i>Bouchinia cheillantha</i>	Utilizado para reduzir o colesterol do sangue e no combate a doenças pulmonares;
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Utilizado como calmante natural, vermífugo e doenças pulmonares;
Pau-D'arco Roxo	<i>Tabebuia avellanedae</i>	Utilizado como antiinflamatório, antiartrítico, antibacteriano, antitumoral, cicatrizante;
Quebra-Pedras	<i>Phyllanthus miruri</i>	Atua como antiespasmódico, relaxante muscular, analgésico, diurético, antiviral e afecções do sistema renal, na eliminação de cálculos renais. Esta planta é utilizada atualmente como abortiva. Não sabemos se os índios a utilizavam com este objetivo;
Quixabeira	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	A casca do tronco era largamente utilizada para ações antiinflamatórias;
Saião	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Tem ação cicatrizante, antiinflamatória, antimicrobiana, antiespasmódica e anti-menorrea;
Vassourinha	<i>Scoparia dulcis</i>	Indicada no tratamento das afecções das vias respiratórias.

Quadro 3 – Plantas medicinais da farmacopéia índia

Fonte: Lima (et al 2006).

ANEXO D – Utensílios de cozinha dos indígenas do Brasil

UTENSÍLIOS	SERVENTIA
Pilões de moer (uguás)	-Servia para moer carne, peixe seco e sementes; eram feitos em troncos de sapucaia ou em pedra;
Raspadeiras (itaquicés)	-são os raladores de conchas feitos de pedras rugosas ou cascas espinhosas de algumas palmeiras. Havia raspadeiras de madeira com incrustações de pedras ou ossos de peixes;
Os machados de granito, gnaisse, diorite e diabase	-tinham várias serventias: cortar galhos, árvores, ossos, carnes, etc.;
Colheres e cuias de ita	-colheres que serviam para mexer a comida;
Cabaças	-serviam para transportar água e cauim;
Cambucá	-serviam para guardar a farinha.
Talhas	-serviam para guardar vinho ou outras bebidas;
Panelas de barro (cumâs)	-para o preparo de alimentos de pouca importância;
O tertó	-servia para cozer a mandioca;
Os abanos de tatapecuá	-serviam para abanar o fogo e não deixar que esse se apague. Feito de palhas de palmeiras;
Chuços de pau	-para escavar a terra em busca de raízes;
Sabão	-feito de árvores da família dos cucurbitáceas;
Forno de barro	-serviam para assar a mandioca e transformá-la na farinha e seus derivados;
Grelha de varas	-utilizada para secagem de carne e peixe e a carimã curtida;
Urupema redonda (vime ou palha)	-apanhar peixe;
Torradores de farinha de barro cozido	-cozinhar a mandioca;
Quebra nozes (quebra coquinho)	-servia para quebrar nozes e coquinhos de palmeiras. Geralmente, era constituído de uma imensa pedra, com buraco e uma mó, quase sempre de pedra. Poderia ou não ser fixa;
O saco de junco	-servia para enxugar a polpa da mandioca

(tipiti)	ralada. Constituía-se de um longo canudo, geralmente feito de jacitara ou outra planta sarmentosa, tirando-lhe as tiras compridas, que eram tecidos a tal ponto que podiam ser dilatadas e apertadas. As pontas eram amarradas solidamente. O canudo era cheio de mandioca, e os índios suspendiam o canudo por uma de suas extremidades e na outra colocavam um peso qualquer, geralmente uma pedra, que espreme o tipiti, comprimindo o ácido cianídrico, fazendo-o escorrer pelas brechas, ficando apenas a massa que irá para o fogo, a ser torrada, onde evaporará o restante do ácido. Nem todos os índios do Brasil usavam o tipiti. Alguns grupos menos desenvolvidos simplesmente faziam bolos da massa e os colocavam a secar ao sol, evaporando-se o ácido;
Sistemas ígneos de fazer fogo (4 tipos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serragem (fenersagen). Processo de serrar uma madeira mole por uma dura, criando atrito; 2. torsão (fenerquirlen); 3. choque (fenerschlagen). Geralmente dava-se por atrito de pedras, sílex, criando as faíscas. Muito utilizado até bem pouco pelos caboclos do Sertão, também chamado de fuzil ou isqueiro de pedra; 4. fricção (fenerreiben). Movimento ou rotação rápidos de varetas, introduzindo-as numa prancha, fazendo-se o movimento que ao seu redor deitava-se algodão. A fricção, ao contrário do que se pensa, era uma atividade extremamente cansativa e demorada, devido a extrema repetição do movimento e peleja.

Quadro 6 – Apetrechos de cozinha entre os grupos indígenas do Brasil

Fonte: Adaptado de: Pinto (1938: 75-76).

ANEXO E – Palavras Tarairiús, Cariris e português

	LINGUAS	
TARAIRIÚ	CARIRI	PORTUGUÊS
Carfa		Piranha
Cayxí		Poleiro dos patos
Corpamba		Planta alucinógena
Cucuraí		Poço de água fria
Echctauquiri		Jacurutu
Papuiuré		Água dos cágados
Quexoide		Campo de pedra
Quei		Rio
Cuó, Quó		Acanã
Tigiogi		Bebida feita de mel e frutas (anaá-abacaxi)
Ditre		Serra Vermelha
Jará		Cor verde
Oingi		Cobra cascavel
Quimaycoco		Pedra preta
Corraveara		Carnaúba
Cornatyn		Filho do rei
Caruatá		Água branca
	Babasité	Espeto
	Boeto	Bordão
	Croe	Alfange
	Muhé	Rede de pescar
	Yacróro	Anzol
	Bdzo	Machado
	Buicú	Flecha
	Merotá	Ferro
	Seridzé	Arco

	Badi	Ornato de penas
	Bará	Balaio
	Beba	Colar de ossos
	Crobecá	Cuia
	Ibá	Cesto grande
	Pite	Rede
	Poponghi	Roça
	Setu	Cesto
	Woncuró	Tear
	Bdzo	Machado
	Bakiribu	Pente
	Bote	Morada
	Buibú	Cabaça
	Dzitú	Corda
	Kyhiki	Peneira
	Poewi	Cachimbo
	Sasá	Saia de pindaba
	Tcereró	Gaiata
	Bucunú	Capoeira
	Crayoté	Cacimba
	Dzó	Chuva
	Ebedzú	Fonte
	Hetzé	Mato, floresta
	Py	Capim
	Woré	Braço de caminho, rio
	Cro	Pedra

Kaité	Dzú	Água
	Hebarú	Tronco de pau
	Mera	Campo
	Radá	Terra, chão
	Woyé	Seco
	Anu	Comida
	Radzé	Fumo
	Cato	Comida (guardada para depois)
	Endi	Algodão
	Mairú	Farinha de milho
	Nhupí	Vinho de milho
	Udje	Legumes
	Bacobá	Banana
	Bu	Espiga
	Cu	Licor
	Madzo	Milho assado
	Um	Raiz
	Pô hô	Vargem
	Warudú	Mandioca assada
	Cotcó	Preto
	Cutcú	Encarnado
	Erâ	Verde e amarelo
	Kenké	Alvo
	Cracú	Azul
	He	Vermelho
	Nénu	Claro

	Ré	Homem
	Isú	Fogo
	Cro	Pedra
	Pó	Olho
	Waridza	Boca
	Nunu	Língua
	Misa	Mão
	Era	Casa
	Tidzi	Mulher
	Dzu	Água
	Tzabu	Cabeça
	Beñe	Orelha
	Nébi	Nariz
	Dza	Dente
	Bi	Pé
Xenupre		Homem
Intoá		Fogo
Kebra		Pedra
Pigó		Olho
Móz		Boca
Isarágo		Língua
Koreké		Mão
Sok		Casa
Moéça		Mulher

Teu		Água
Kreká		Cabeça
Bandulak		Orelha
Korōzá		Nariz
Cidolé		Dente
Poyá		Pé
Unj		Cabelo
Kringó		Comer
Gon-yã		Dormir
Ako		Filho
Kiro-kia		Fogo
Koreke		Mão

Quadro 15 - Topônimos Tarairiú, Cariri e Português.

Fonte: adaptado de Medeiros filho (1984).

ANEXO F – Palavras Tarairiús

PALAVRAS TARAIRIUS	SIGNIFICADOS
Carfa	Tipo de peixe cujo corpo tem a forma de um porco, exceto a cauda, que é de peixe. Eram as piranhas;
Caruatã	Talvez agua branca
Cayú	Talvez poleiro dos patos
Comatyn	Filho de um “rei” que era o próximo no governo da tribo (SIC) ⁸
Corpamba	Planta utilizada pelos Tarairiú utilizada como alucinógeno
Corraveara	Árvore, cujo tronco os Tarairiú faziam os pesos que utilizavam nas corridas de tronco. Provavelmente era a carnaúba.
Cucurai	Poço d’água fria
Ditre	Serra Vermelha
Echctauquiri	Jacurutu (jucurutu – do Tupi)
Jará	Talvez a cor verde
Manuah	Cobra de veado
Oiugi	Cobra cascavel
Papuiré	Águas dos cágado
Quixeré Boquixeré	Riacho da Serra Brava
Quexoidi	Campo de Pedra
Quimaycoco	Pedra Preta
Quixistu	Serra de Bom Nome
Tigiogi	Água das Pombas
Tipui	O mesmo que ticoigi
Utrebetuquão	Riacho escuro
Uva	Era a beberagem, feita de mel silvestre e frutas, talvez a fruta tenha sido a Ananás (abacaxi)
Xenupre	Homem
Moela	Mulher
Intoá	Fogo
Teu	Água

Koreke	Mão
Sek	Casa
Poyá	Pé
Cidolé	Dente
Korõzá	Nariz

Quadro 16 - Nomes Tapuias Tarairiús

Fonte: Adaptado de Medeiros Filho (1984)

ANEXO G – Palavras Kiriri – Cariri

PALAVRAS KIRIRI (CARIRI)	SIGNIFICADO
Babasité	Espeto
Bdzo	Machado
Boeto	Bordão
Buicú	Flecha
Meratá	Ferro
Muhé	Rede de pescar
Seridzé	Arco
Yacroró	Anzol
Badi	Omato de pena
Bakiribu	Pente
Bará	Balaio
Bate	Rancho / morada
Beba	Colar de ossos
Buibú	Cabaça
Crobecá	Cuia
Ibá	Cesto grande (carro)
Pite	Rede
Poewi	Cachimbo
Setu	Cesto
Tcereró	Gaita
Bechilá	Roças
Bucunú	Capoeira/roçado velho
Ebedzú	Fonte
Hebarú	Tronco de pau
Hetzê	Moto/floresta
Py	Capim
Rodá	Terra/solo/chão

Wore	Rio
Woyé	Seco
Anu	Comida
Bacobá	Banana
Badzé	Fumo
Bu	Espiga
Cotó	Comer que se guarda
Cu	Licor
Endi	Algodão
Madzó	Milho assado
Mairú	Farinha de milho fresca
Um	Raiz
Nhupé	Vinho de milho
Riné	Carne salgada
Udje	Legumes
Warudú	Bolo de mandioca amassada
Cotcó	Preto
Cracú	Azul
Cutcú	Encarnado
Era	Verde e amarelo
He	Vermelho
Menu	Claro
Pé	Homem
Tidzé	Mulher
Isú	Água
Cro	Pedra
Tzâbu	Cabeça
Pó	Olho
Beñe	Orelha
Era	Casa
Bi	Pé

Dza	Dente
-----	-------

Quadro 17 – Palavras Cariri e seus significados

Fonte: Adaptado de Medeiros Filho (1984)

ANEXO H – Antiga Casa da Pólvora, João Pessoa – PB.



Figura 18 - Casa da Pólvora, João Pessoa-PB.

Fonte: Pbnnet/Openline/MFarias-2009

ANEXO I – Área do Cariri Paraibano em franco processo de desertificação



Figura 32 - Áreas totalmente desprovidas de cobertura vegetal arbórea, causada pela ação antrópica no município de São João do Tigre - PB.

ANEXO J – Espécies vegetais comuns na região do Cariri Paraibano

NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO	FAMILIA
Angico	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	<i>Mimosaceae</i>
Angico Monjolo	<i>Piptadenia zehntneri</i>	<i>Mimosaceae</i>
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	<i>Anacardiaceae</i>
Baraúna	<i>Schinopsos brasiliensis</i>	<i>Anacardiaceae</i>
Barriguda	<i>Cavanillesia arbórea</i>	<i>Bombacáceas</i>
Burra-leiteira	<i>Sapium sp</i>	<i>Euphobiaceae</i>
Caatinga Branca	<i>Croton heterocalyx</i>	<i>Euphobiaceas</i>
Caroá	<i>Neoglaziovia variegata</i>	<i>Bromeliáceas</i>
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	<i>Caesalpiniacea</i>
Coroa de Frade	<i>Melocactus sp</i>	<i>Cactácea</i>
Craibeira	<i>Tabebuia caraíba</i>	<i>Bignoniáceas</i>
Cumarú	<i>Coumarouna odorata</i>	<i>Papilionoideae</i>
Facheiro	<i>Pilosocereus sp</i>	<i>Cactácea</i>
Faveleiro	<i>Cnidoscopus phyllacanthus</i>	<i>Euphorbiaceae</i>
Feijão Brabo	<i>Capparis flexuosa</i>	<i>Capparaceae</i>
Jericó	<i>Selaginella convoluta</i>	<i>Selagineláceas</i>
Juazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i>	<i>Rhamanaceae</i>
Jucá/ Pau-ferro	<i>Caesalpinia férrea</i>	<i>Caesalpiniacea</i>
Jurema Branca	<i>Pithecolobium dumosum</i>	<i>Mimosaceae</i>
Jurema de Embira	<i>Pithecolobium dumosum</i>	<i>Mimosaceae</i>
Jurema Preta	<i>Pithecolobium sp</i>	<i>Mimosaceae</i>
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	<i>Cactácea</i>
Marmeleiro	<i>Croton sanderianus</i>	<i>Euphorbiaceas</i>
Mofumbo	<i>Combretum leprosum</i>	<i>Combretaceas</i>
Moleque-duro	<i>Cordia lecoccephala</i>	<i>Borragináceas</i>
Mororó	<i>Bauhinia forficata</i>	<i>Caesalpinioideae</i>
Palmatória	<i>Opuntia palmadora</i>	<i>Cactácea</i>
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriform</i>	<i>Apocynaceae</i>

Pinhão	<i>Jathropha sp</i>	<i>Euphorbiaceae</i>
Quipá	<i>Opuntia inamoeba</i>	<i>Cactácea</i>
Quixabeira	<i>Bumelia sartorum</i>	<i>Sapotáceas</i>
Tambor	<i>Enterolobium contortisiliquum Morong</i>	<i>Mimosoideae</i>
Umburana	<i>Bursera leptophloeos</i>	<i>Burceraceae</i>
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	<i>Anarcadiáceas</i>
Unha de Gato	<i>Acacia fornesiana</i>	<i>Mimosaoidea</i>
Xique-xique	<i>Pilosocereus goumellei</i>	<i>Cactácea</i>

Quadro 20 - Espécies de caatinga do Cariri Paraibano.

Fonte: ZEE – Cariri Ocidental – Levantamento Botânico (2000).

ANEXO L – Espécies vegetais comuns do município de São João do Cariri

NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO	USO
Mandacaru	<i>Cereus jamaru</i>	Alimentação/medicinal
Xique-xique	<i>Piloso cereus gounellei</i>	Medicinal
Facheiro	<i>Piloso cereus piauiensis</i>	Medicinal/outros
Catingueira	<i>Caesalpina SP</i>	Medicinal
Jurema	<i>Mimosa SP</i>	Lenha/construção
Favela	<i>Cnidoscolos phyllacanthus</i>	Diversos
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrafolium mart</i>	Medicinal/construção
Juazeiro	<i>Zizhipus joazeiro mart</i>	Medicinal/AL
Umburana	<i>Bursera leptophlotos engl</i>	Medicinal/construção

Quadro 37 - Espécies vegetais comuns identificadas no município de São João do cariri

Fonte: Bispo (1998); Santos (2001: 34)

ANEXO M – Fauna comum no município de São João do Cariri

MAMÍFEROS	
Furão	<i>Mustela sp.</i>
Gambá	<i>Didelphis sp.</i>
Gatos diversos	<i>família Felidae</i>
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
Morcego	<i>ordem: Chiroptera</i>
Peba de corroxo (Tatu)?	<i>Euphractus sexcinctus</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Punaré	<i>Trichomys sp.</i>
Raposa	<i>Vulpes sp.</i>
Rolo da peste	<i>Spec</i>
Sagüi	<i>Callithrix sp.</i>
Tamanduá preto	<i>Tamandua tetradactyla</i>
Tatu	<i>Tolypeutes sp.</i>
Timbú	<i>Didelphis sp.</i>
AVES	
Arribaça	<i>Zenaida auriculata</i>
Azulão	<i>Passerina brissonii</i>
Bacurau	<i>família: Caprimulgidae</i>
Caboré	<i>Tyto alba</i>
Carcará	<i>Polyborus plancus</i>
Casaca de couro	<i>Pseudoseisura cristata</i>
Cibito	<i>Coereba flaveola</i>
Concris	<i>Icterus jamaicai</i>
Coruja	<i>Ordem: Strigiformes</i>
Galo de campina	<i>Paroaria dominicana</i>
Gavião	<i>Ordem: Ciconiiformes</i>
Jandaia	<i>Aratinga solstitialis</i>
Juriti	<i>Leptotila sp.</i>
Lambú	<i>Crypturellus sp.</i>
Papa-vento	<i>Spec</i>
Periquito-gangarro	<i>Spec</i>
Rolinha	<i>Columbidae sp.</i>
Salta-caminho	<i>Spec</i>
Seriema	<i>Cariama cristata</i>
Urubu	<i>Cathartidae sp.</i>
RÉPTEIS	
Calango	<i>Tropidurus sp.</i>
Calango de bico doce	<i>Tropidurus sp.</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
Casco de burro	<i>Liophis viridis</i>
Cobra de veado	<i>Corallus hortulanus</i>
Cobra preta	<i>Clélia sp.</i>
Cobra-cipó	<i>Chironius bicarinatus</i>
Coral	<i>Micrurus sp.</i>
Coral-de-bucho branco	<i>Micrurus sp.</i>
Corre campos	<i>Thamnodynastes pallidus</i>
Jararaca de rabo fino	<i>Bothrops sp.</i>

Lagartixa	<i>família Gekkonidae</i>
Salamandra	<i>família: Salamandridae</i>
ANFÍBIOS	
Cacote	<i>Spec</i>
Cururu	<i>Bufo sp.</i>
Gia	<i>Leptodactylus sp.</i>
PEIXES	
Chupa-pedra	<i>Hypostomus sp.</i>
Curimatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Piaba	<i>Astyanax sp.</i>
ARTRÓPODES	
Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Abelha pimenta	<i>Apis sp.</i>
Abelha urucu	<i>Melipona scutellaris</i>
Aranha (diversos)	<i>ordem: Araneae</i>
Aripuá	<i>Trigona spinipes</i>
Barata d'água	<i>família Belostomatidae</i>
Barata preta	<i>ordem Blattaria</i>
Barbeiro	<i>Triatoma sp.</i>
Besouro mangangá	<i>Bombus sp.</i>
Caranguejeira	<i>Lasiadora sp.</i>
Cavalo do cão	<i>Pepsis sp.</i>
Cupira	<i>Partamona cupira</i>
Escorpião amarelo	<i>Tytilus stigmurus</i>
Grilo	<i>família Gryllidae</i>
Mane-mago	<i>Stiphra robusta</i>
Maribondo	<i>ordem: Hymenoptera</i>
Mosca de sombra	<i>Spec</i>
Mutuca	<i>Tabanus bovinus</i>
Piolho de cobra	<i>Ordem: Sphaerotheriida</i>
Pulga	<i>Ordem Siphonaptera</i>
Tubiba	<i>Scaptotrigona tubiba</i>

Quadro 38 – Fauna identificada no município de São João do Cariri – PB.

Fonte: coleta local (2008); Leal (et al 2003)

ANEXO N – Máquina de beneficiamento de algodão



Figura 104 – Maquinário de uma antiga fábrica de beneficiamento de sisal e algodão em São Vicente do Seridó.